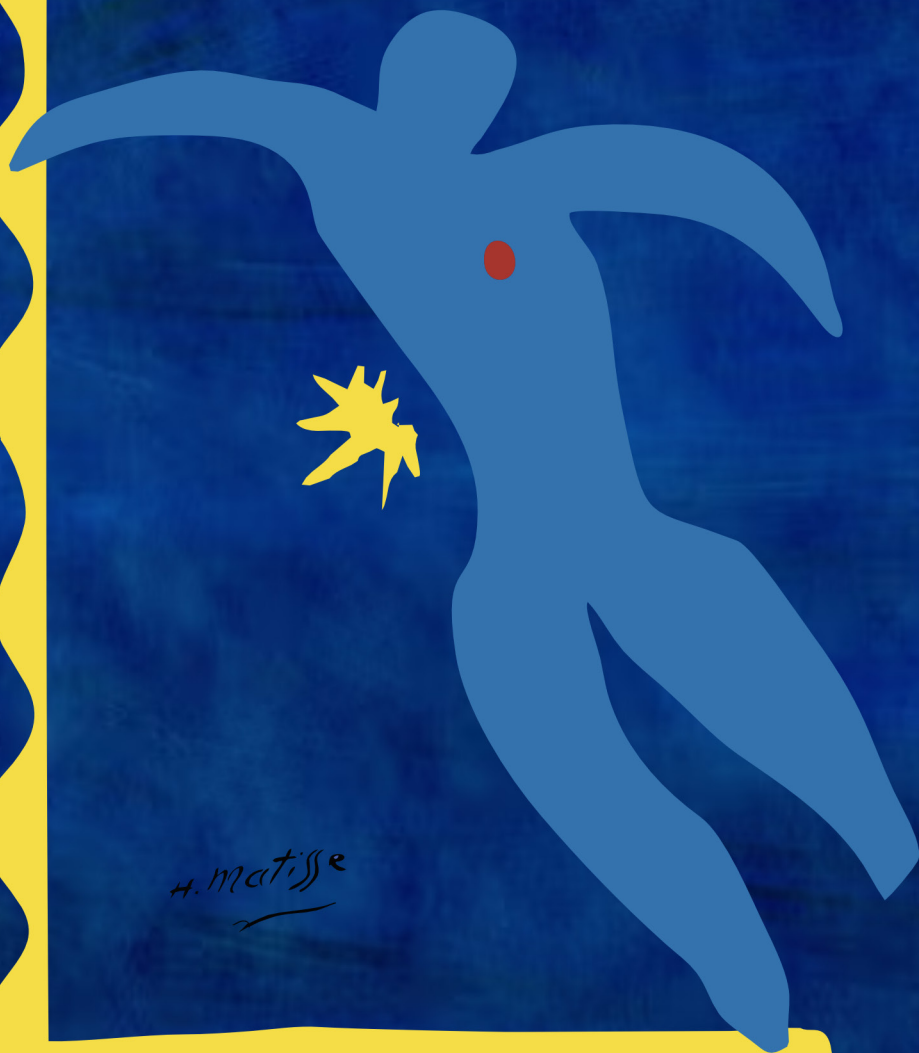


XIII CONGRESSO BRASILEIRO de PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

ANAIS





Ficha catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Congresso Brasileiro de Psicologia do

Desenvolvimento (13. : 2024 : Fortaleza, CE)

Anais do XIII Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento [livro eletrônico]:
desafios atuais e futuros diante de crises mundiais. --

1. ed. -- Niterói, RJ : Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento - ABPD, 2025.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores

Bibliografia.

ISBN 978-65-986012-0-1

1. Psicologia do desenvolvimento 2. Psicologia - Congressos I. Título.

25-248927

CDD-150.6

Índices para catálogo sistemático:

1. Psicologia : Congressos 150.6

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Expediente CBPD

Diretoria ABPD – 2023-2025

Alex Sandro Gomes Pessoa - Presidente

Luísa Fernanda Habigzang - Vice-presidente

Normanda Araujo de Moraes - Primeira-secretária

Simone dos Santos Paludo - Segunda-secretária

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon - Tesoureira

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Alex Sandro Gomes Pessoa (Presidente) – Univ. Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Simone dos Santos Paludo – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Profa. Dra. Normanda Araujo de Moraes (Presidenta, Comissão Organizadora Local) –
Univ. de Fortaleza (UNIFOR)

Profa. Dra. Letícia Lovato Dellazzana-Zanon – PUC-Campinas

Profa. Dra. Luisa Fernanda Habigzang – PUC/RS

Profa. Dra. Aline Nogueira de Lira – Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Comissão Científica

Profa. Dra. Luisa Fernanda Habigzang (Presidenta) – PUC/RS

Profa. Dra. Adrian D. Van Breda – Universidade de Johannesburg, África do Sul

Profa. Dra. Ana Cristina Garcia Dias – Univ. Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Ana Cristina Serafim da Silva – Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Profa. Dra. Bradley Frank Ridout – Universidade De Sydney, Austrália

Profa. Dra. Fernanda Ax Wilhelm – Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Profa. Dra. Gabriela Pavarini – Universidade De Oxford, Inglaterra

Profa. Dra. Giana Bitencourt Frizzo – Univ. Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Profa. Dra. Ilana Lemos de Paiva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Lilia Ieda Chaves Cavalcante – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Linda Liebenberg – Dalhousie University, Canadá

Prof. Dr. Marck de Souza Torres - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profa. Dra. Milene Maria Xavier Veloso – Universidade Federal do Pará (UFPA)

Profa. Dra. Sheila Giardini Murta – Universidade de Brasília (UnB)



Realização, Apoio e Organização

Realização



Apoio



Organização





SUMÁRIO

Expediente	3
Apoios	4
Boas-Vindas	6
Homenagem à Pesquisadora Débora Dalbosco Dell'Aglio	10
Homenagem à Sonia Regina Fiorim Enumo	13
Conferências	16
Simpósios	20
Sessões Coordenadas	99
Pôsteres	357
Livros - Lançamentos	575

É com muita alegria e entusiasmo que damos início ao **13º Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento**. Se por um lado os encontros proporcionados pelos nossos esforços de estarmos na cidade de Fortaleza acalentam nossos corações, permitem que abraços saudosos sejam dados e nos encham de esperança de que ações futuras serão semeadas nos próximos dias, entendo que é de suma importância nos atentarmos para alguns princípios que balizaram a organização deste evento científico.

Como vocês podem supor, o tema dessa edição, **Desafios Atuais e Futuros à Psicologia do Desenvolvimento diante de Crises Mundiais**, foi pensado a partir de demandas sociais e científicas que têm causado muita preocupação e temeridade nos últimos anos. A pandemia COVID-19, que sem dúvidas, foi e continua sendo, uma catástrofe de proporções mundiais, nos levou a refletir mais profundamente sobre diversos temas: a fragilidade da vida, a imprescindibilidade das relações humanas e como o tempo é implacável. Essa calamidade impulsionou debates que, até então, permaneciam inacabados ou suspensos. Mas é importante também salientar que concomitante a esse desastre, acompanhamos estarecidos outros eventos aterroizantes: situações de guerra e conflitos armados em diversos territórios; processos de imigração desprotegidos e marcados pela falta de empatia e esvaziamento do cuidado; o fortalecimento e chegada ao poder de partidos políticos autoritários, descomprometidos com as populações mais vulneráveis e com os princípios fundamentais dos direitos humanos; a intensificação das mazelas sociais e do sofrimento ético-político de grupos que foram historicamente subjugados e subalternizados; a ocorrência de desastres ambientais, decorrentes da ação perversa da humanidade contra a natureza; esses são só alguns exemplos de temas que motivaram, filosoficamente e eticamente, o planejamento deste Congresso.

Diante disso tudo, talvez seja um momento propício para refletirmos sobre qual psicologia do desenvolvimento praticamos no contexto brasileiro, seja através do ensino, da pesquisa ou das ações extensionistas que fundamentam essa ciência. Tenho notado, com muito entusiasmo, alguns avanços importantes em nossa área. Temos defendido cada vez mais uma psicologia do desenvolvimento contextualizada, criticamente embasada e que leva em consideração os elementos culturais como determinantes para explicação dos processos psicológicos e desenvolvimentais em diferentes níveis. Modelos teóricos hegemônicos e pensados a partir da realidade psicológica e social de outras culturas e contextos têm sido relativizados e, acertadamente, questionados. Nosso entendimento de que o desenvolvimento humano é, antes de mais nada, decorrente da relação da humanidade com a cultura, e, portanto, ocorre nos intercâmbios cotidianos e na concretude da vida, têm inspirado toda



uma geração de estudantes, profissionais e cientistas na construção de uma ciência sensível às demandas sociais e mais atenta às especificidades da população brasileira. Sem dúvidas, precisamos robustecer a defesa de uma ciência do desenvolvimento humano comprometida com as particularidades do nosso povo, da nossa nação.

Mas também é chegado o momento de avançarmos em alguns debates. A psicologia do desenvolvimento humano precisa estabelecer um projeto político que resista às atrocidades que marcam a contemporaneidade, em especial àquelas que atingem os grupos mais fragilizados. Isso implica, por exemplo, a busca pela compreensão de como os processos de marginalização e exclusão social repercutem drasticamente nos processos de desenvolvimento psicológico, relacional e social. Essas prerrogativas nos convidam a nos posicionarmos deliberadamente ao lado dos que mais sofrem; não como um viés assistencialista ou como uma benesse, mas com foco em mudanças e no enfrentamento de macroestruturas sociais que oprimem e limitam o potencial humano de desenvolvimento. Unir esforços aos movimentos sociais e às bases é, certamente, uma das alternativas mais promissoras nessa empreitada.

Quando analisamos de forma pormenorizada a estrutura do 13º CBPD, identificamos iniciativas louváveis nessa direção. Durante essa semana, reuniremos cerca de 600 congressistas. Foram realizadas 564 submissões de trabalhos, posteriormente alocados 22 Simpósios, 56 Sessões coordenadas e 217 posters. 11 livros da área da psicologia do desenvolvimento serão lançados esta semana. Teremos, ainda, 12 conferencistas, sendo 10 palestrantes nacionais e 2 internacionais. Ainda nessa semana teremos uma merecida homenagem às professoras e pesquisadoras **Débora Dalboso Dell'Aglio** e **Sônia Regina Fiorim Enumo**, pelas inúmeras contribuições à psicologia do desenvolvimento no Brasil. Portanto, as pesquisas, debates e iniciativas conduzidas no decorrer dessa semana estão, majoritariamente, direcionadas às problemáticas e desafios que mencionei anteriormente.

Também acho importante salientar os esforços da nossa diretoria em promover um evento mais inclusivo, diverso e sustentável. 60% das conferências serão proferidas por pesquisadoras, assim como 84,97% das participantes se identificam com o gênero feminino. Isso reflete, em parte, a feminização da psicologia enquanto ciência e profissão, mas é importante salientar que nos empenhamos em assegurar condições dignas para a participação das mulheres no CBPD. Recentemente tivemos debates calorosos no Brasil sobre os processos discriminatórios e injustos que mulheres-pesquisadoras lidam cotidianamente em termos das condições desiguais para a condução de suas pesquisas, particularmente as mães-pesquisadoras. Exatamente por isso teremos no CBPD o **Espaço Família**. Trata-se de um lugar adequado para que as famílias possam atender as necessidades das crianças, em termos dos cuidados com a higiene, alimentação e do direito ao brincar. Apesar de mencionar que este é um espaço para as famílias, inúmeras pesquisas no contexto nacional já evidenciaram que mulheres-estudantes e pesquisadoras que exercem a maternidade são sobrecarregadas e acumulam atividades de estudo, trabalho e maternagem. Esperamos que este espaço possa de alguma forma atender parte das necessidades desse grupo e assegurar a participação mais ativa e digna nos espaços de formação propiciados durante o Congresso.



Ainda nessa direção, gostaria de destacar a nossa decisão pela aquisição das bolsas que vocês receberam ao realizarem o credenciamento. Estas bolsas foram produzidas manualmente por uma cooperativa de mulheres de Belo Horizonte, intitulada Oficina da Bolsa. Este projeto foi iniciado em 2002 por uma produtora que trabalhava com a confecção de bolsas a partir de calças jeans. Em 2004 este projeto se tornou uma economia solidária e, com o tempo, passou a contar com 6 colaboradoras. Algo que une essas mulheres empreendedoras é o fato de terem que cuidar de seus filhos, além de terem um histórico de violência doméstica. Agradecemos publicamente às mulheres da Cooperativa da Oficina da Bolsa pela inestimável contribuição ao CBPD e ressaltamos nossa admiração pela coragem em enfrentar os desafios impostos pelo patriarcado, machismo e violência de gênero que assolam o nosso país.

Outra decisão da diretoria da ABPD, fundamentada nas discussões da sustentabilidade, foi limitar uma data para a continuidade da produção de kits aos congressistas. Essa ação se respaldou na constatação de que muitos eventos científicos desperdiçam matéria prima porque produzem materiais, peças gráficas e kits em excesso. Buscamos, com razoabilidade, atender a maior parte dos congressistas, mas evitar o uso de papel e a confecção de materiais que seriam descartados sem uso. Não quero, com isso, passar a impressão de que acertamos em absolutamente tudo. Pelo contrário! Organizar um congresso desse porte escancara o quanto ainda temos que aprender acerca de questões como representatividade, inclusão, sustentabilidade, racismo, classe, gênero, permanência estudantil, entre outros. Assumir as incompletudes e fragilidades é um passo importante em transformações subjetivas e coletivas.

Gostaria de agradecer a pessoas e empresas que foram fundamentais para o planejamento e execução do 13º CBPD. Às minhas incansáveis e competentes amigas e membros da diretoria da ABPD: **Luisa Fernanda Habigzang**, vice-presidenta; **Normanda Araujo de Moraes** e **Simone dos Santos Paludo**, respectivamente 1ª e 2ª secretária; **Letícia Lovato Dellazzana-Zanon**, Tesoureira da entidade. Obrigado pela confiança, generosidade e momentos de partilha. Admiro profundamente cada uma de vocês! **Débora Ananias Guimarães**, secretária da ABPD, **Lua Spinillo**, responsável pela comunicação e redes sociais da entidade e **Thiago Inácio Cirino**, nosso contador: vocês são gentis, competentes e deram um tom de profissionalização que a ABPD precisava. Agradeço à **Profa. Dra. Aline Nogueira**, docente da UNIFOR, que em meio a tantos compromissos, dispôs do seu tempo para colaborar incansavelmente com a comissão organizadora local. Aos monitores e monitoras que estarão conosco nos próximos dias, por dedicarem seu tempo para as etapas de treinamento e por cuidarem dos espaços para que a programação transcorra sem percalços. Agradeço, ainda, à empresa Airá, representada por **Cinda Rabelo**. Foi muito bom unir nossos esforços com esta competente equipe para pensar minuciosamente e afetuosamente os detalhes do nosso congresso. Externo também meus agradecimentos às inúmeras empresas e prestadoras de serviços que atuaram antes e/ou que estarão conosco nos próximos dias.

O apoio que recebemos das agências de fomento foi imprescindível e inestimável. Agradeço, em nome da diretoria da ABPD, à **CAPES**, ao **CNPq**, ao **Conselho Federal de Psicologia** e à **FUNCAP**. Tais investimentos colaboram para o fortalecimento da



psicologia e da ciência de uma forma geral no país. Também agradeço ao apoio que recebemos da **UNIFOR**, instituição de prestígio no cenário nacional que nos apoiou desde os primeiros contatos quando apresentamos a proposta de realizarmos o CBPD em suas dependências.

Para finalizar, gostaria de compartilhar com vocês algo que tenho falado insistentemente em diversos espaços nos últimos meses: a ciência, incluindo a psicologia do desenvolvimento, serve para mudar o mundo, tornando-o um lugar mais justo e equânime. Mas a ciência também deve transformar a nós mesmos, para que possamos ser pessoas melhores, mais altruístas e mais encantados pela vida. Qualquer forma de fazer ciência que se distancie disso, corre o risco de ser inócua e esvaziada de sentidos pessoais e coletivos. Que nos próximos dias possamos estar abertos às mudanças, aos bons encontros e a transformações que possam mudar o mundo e a nós mesmos.

Bom Congresso!

Alex Sandro Gomes Pessoa

Presidente da Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)



Homenagem à Pesquisadora Débora Dalbosco Dell'Aglio



Débora, que honra participar dessa homenagem tão pertinente, tão linda e tão merecida que a Associação Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento presta a ti. Tu que és inspiração para tantas pessoas que assistiram tuas aulas, leram teus textos ou receberam tuas orientações.

Nós, que tivemos o privilégio de te conhecer mais de perto do que as tantas pessoas que te conhecem pela vasta produção que construístes ao longo do teu percurso na academia, gostaríamos de aproveitar esse momento para compartilhar um pouco de nossas vivências.

Nesse percurso, criastes o espaço de trocas que marca essa produção acadêmica, e que marca também nossas vivências, o NEPA - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Adolescência, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, núcleo que agregou tantos estudantes e profissionais, desde a iniciação científica até o pós-doutorado.

Quem já leu algum dos teus mais de 180 artigos publicados, ou algum dos mais de 70 capítulos de livros, ou talvez esteja entre os autores dos mais de 10.200 trabalhos que citaram as tuas produções, talvez não tenha ideia daquela parte da tua produção que não cabe no lattes. Talvez consiga, pela qualidade dos trabalhos, deduzir o teu comprometimento com o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão com rigor metodológico, embasamento ético e posicionamento político, voltando a atenção para problemáticas que fazem sentido na realidade brasileira, incluindo acolhimento institucional, maus-tratos contra crianças e adolescentes e políticas públicas para a juventude.

Porém, nem a mais minuciosa análise da produção permitiria deduzir o que ocorria nos bastidores dela, pois, além das orientações precisas e da leitura atenta de nossas produções, tu foste incansável em nos acolher e nos incentivar como pessoas, para além de nossas formações acadêmicas. Sob tua orientação, Débora, nunca faltou espaço para um café com trocas afetivas – embora tu não tomasses café, pois o café, nessas ocasiões, era só o pretexto para compartilharmos vivências e afetos. A gente tomava café, e tu a coca zero, e então a gente falava de tudo. Nossas lembranças passam por muitas conversas onde encontramos o apoio necessário para superar desafios de conciliar a pós-graduação com o trabalho, com a família e outras demandas da vida. Quando vinha aquela sensação de “não dá mais”, ajudastes a acalmar o coração, com muita serenidade. A tua segurança, em muitos momentos, nos fez enfrentar as nossas inseguranças. Por isso, nunca foi uma opção desistirmos diante das dificuldades impostas pela academia.

O apoio era bastante diverso, incluía também os romances, tanto os que iniciavam quanto os que acabavam. Assim também com as “orientações” culinárias! Certa vez,



deu dicas de como fazer a carne de tatu ficar macia por dentro dando uma selada antes na panela... e a receita do mousse de chocolate, ah o mousse de chocolate, inesquecível, dentre outras tantas receitas que aprendemos contigo e com as trocas no NEPA. Isso fala dos atravessamentos das nossas vidas, daquele cotidiano que também constitui a construção de conhecimento.

Sob tua orientação, Débora, nunca deixaram de acontecer momentos de confraternização, muitos na tua própria casa, onde comemoramos, bebemoramos e brindamos a vida! Quando esses eventos ocorriam perto do final do ano, era muito legal ver tua empolgação e dedicação com a decoração de Natal. Lembramos de um amigo secreto em particular, cheio de disputas e risadas (era a versão de roubar o presente), encontros em que todas saíamos ganhando! Ao escrever esta homenagem, lembramos destas memórias afetivas e resgatamos pedacinhos das nossas vidas.

Aos poucos, a família do NEPA foi aumentando, e nossos bebês começaram a participar. Em 2023, mesmo já aposentada e já distante da academia, Débora, tu pediu para compartilharmos as fotos dos nossos filhos, pois queria saber como estavam os netos acadêmicos, lembra? Que emoção no grupo de Whatsapp do Nepa com tantas fofurices! A avó da Mel sempre se reconheceu, e sempre foi reconhecida, como avó de nossos pequenos (alguns já adolescentes), o que prova teu investimento em nós na academia e na vida. Outro exemplo disso foi quando uma de nós retornou da licença maternidade e sua primeira atividade de trabalho foi participar de uma banca de tese, em que levou o filho, imaginando que ele ficaria esperando do lado de fora com o papai, mas ele foi prontamente convidado para entrar, e não faltou colo e carinho para ele permanecer na sala durante a banca. Ah, se toda academia fosse assim tão acolhedora com as mães professoras e seus filhos... Esse exemplo também ficou entre nós, e esperamos que reverbere promovendo mais acolhimentos na academia!

A tua contribuição, Débora, agora se multiplica por meio da nossa atuação, como professoras e professores, pesquisadoras e pesquisadores, e profissionais, em diversas frentes, em especial nas questões sociais, às quais te dedicaste. Tua contribuição também se multiplica por meio de cada estudante, leitor ou leitora de teus trabalhos, aqueles que têm a oportunidade de construir seu conhecimento a partir de tua contribuição.

Coincidência ou não, encerrastes tuas atividades acadêmicas (através da última participação em banca) em Santa Maria, cidade onde viveu e ainda residem familiares queridos, e que abriga uma legião de Nepianas ou, quem sabe, Dellaglias. Só na Universidade Federal de Santa Maria, estão as professoras Dr^a. Aline Siqueira, Dr^a. Samara Silva dos Santos, Dr^a. Jana Gonçalves Zappe, Dr^a. Naiana Dapieve Patias e Dr^a. Lirene Finkler, ou seja, cerca de 30% do departamento de Psicologia é formado por professoras que foram orientadas por você, no mestrado e/ou no doutorado, para as quais você segue sendo uma inspiração, e que buscam ser assim inspiradoras para seus e suas estudantes. Ainda em Santa Maria, temos a colega Dr^a. Josiane Wathier, da Universidade Franciscana. No Brasil, temos ainda orientandas tuas nas universidades de Pelotas/RS, Dr^a. Helen Durgante e de Novo Hamburgo/RS, Dr^a. Jeanne L. Borges e Dr^a. Bruna Wendt. E na área da Psicologia Forense, atuam Dr^a. Cátula Pelisoli, Dr^a. Lara Gava, Dr^a. Fernanda Nardi e Dr. Pedro Baía. Na área da educação, foi orientadora da Dr^a. Grazielli Fernandes e da Dr^a. Suzana Trevisan, totalizando 15



doutores formados por ti, e mais de 30 mestres em Psicologia, espalhados mundo a fora. Embora eles não estejam pessoalmente aqui neste evento, temos certeza que compartilham conosco da emoção de te ver receber neste dia esta homenagem e do sentimento de gratidão e admiração. Certamente deixastes a tua chama de pesquisadora e o teu exemplo de ser humano na trajetória de todos/as nós.

Débora, tu nos vistes crescer. Muitas de nós te encontramos ainda jovens, na graduação, em momentos críticos de decisões de vida e de transição para a vida adulta. Fostes a figura adulta de referência para muitas de nós. Tua presença e cuidado nesse momento foram muito importantes. Hoje, estás em nossa forma de orientar, na forma como nos posicionamos frente aos desafios e, especialmente, no protagonismo acadêmico e compromisso ético nas relações.

Sendo assim, Débora, desejamos que você curta intensamente a vida pós-academia, e destacamos que você continuará sendo um farol para sua sempre equipe. Saiba que buscaremos seguir teu exemplo, contribuindo para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão sobre o desenvolvimento humano com ações metodologicamente precisas, eticamente embasadas e politicamente comprometidas com as problemáticas da realidade brasileira. Buscaremos ser atentas nas orientações, mas, principalmente, afetivas e acolhedoras para valorizar a vida em toda sua integralidade, potencializando as trajetórias de vida dos nossos alunos, assim como um dia você fez conosco. Receba nosso carinho. Das suas eternas Nepianas e eternos Nepianos,

Fortaleza, Ceará, 13 de novembro de 2024.

Jana Gonçalves Zappe e Lirene Finkler, representando demais membros do Nepa, abaixo assinados

Helen Bedinoto Durgante - Porto Alegre/RS

Jeane Lessinger Borges - Novo Hamburgo/RS

Josiane Lieberknecht Wathier - Santa Maria/RS

Cássia Ferrazza Alves - Caxias do Sul/RS

Veleda Dobke - Porto Alegre/RS

Milene Veloso - Belém/PA

Lília Iêda Chaves Cavalcante - Belém/PA

Thamires Bezerra Vasconcelos de Azevedo - Belém/PA

Mariane Lopes da Silva - Belém/PA

Vinicius Coscioni - Utrecht/Países Baixos

Elson Ferreira Costa - Belém/PA

Fernanda Ludke Nardi - Porto Alegre/RS

Grazielli Fernandes - Florianópolis/SC

Cátula da Luz Pelisoli - Passo Fundo/RS

Aline Cardoso Siqueira - Santa Maria/RS

Bruna Wendt - Porto Alegre/RS

Edgar Abrahão Pereira - Porto Alegre/RS

Samara Silva dos Santos - Santa Maria/RS



Homenagem à Sonia Regina Fiorim Enumo



Neste momento especial, sentimo-nos honrados em prestar esta homenagem à Profa. Dra. Sônia Regina Fiorim Enumo, por toda a sua contribuição para a ciência do desenvolvimento humano, em face aos estudos desenvolvidos, à sólida formação de discentes nos âmbitos da graduação e da pós-graduação, além da constituição de importantes redes de colaboração em pesquisa, que delinearão relevante e linda trajetória ao longo das últimas décadas.

Agradecemos a oportunidade aqui concedida, ainda que desafiadora, de traduzir em palavras a gratidão e o reconhecimento por tudo aquilo que a Profa. Sônia representa para aqueles que tiveram a oportunidade de usufruir de sua presença, sempre acolhedora e afetiva, e de seus ricos ensinamentos, transmitidos nas instituições de ensino e nos demais espaços de produção do conhecimento científico, onde atuou com maestria. Assim, com alegria e de forma carinhosa, destacamos sua admirável generosidade em compartilhar conhecimentos no percurso da carreira docente e de pesquisadora, que nos inspira o compromisso em prol de uma psicologia aplicada à proteção e à promoção do desenvolvimento e da saúde de crianças, adolescentes, e suas famílias, em diferentes contextos de risco, indissociada dos princípios éticos e inclusivos que fundamentam uma sociedade mais igualitária.

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), concluiu, em 1985, o Mestrado em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e em 1993 o doutorado na área de Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou o pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em 1998, com a temática da avaliação assistida de crianças com deficiência visual.

Atuou por mais de 2 décadas, de 1986 a 2011, na Universidade Federal do Espírito Santo, como docente do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, desenvolvendo um profícuo conjunto de atividades que conferem excelência à universidade pública brasileira. Lecionou diferentes disciplinas, especialmente nas áreas da psicologia do desenvolvimento e da psicologia pediátrica, coordenou pesquisas e formou pesquisadores nos diversos níveis de ensino, orientou dissertações e teses, e produziu significativo acervo de publicações científicas, entre artigos, livros e capítulos, e materiais técnicos que tiveram também o propósito de divulgar conhecimentos da academia à sociedade de forma geral.

Nesse período, exerceu diversos cargos de gestão na instituição, foi Tutora do Grupo PET/CAPEs - Psicologia, líder do Grupo de Pesquisa em Processos Psicológicos e Saúde e representante da UFES no Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia de Vitória, Espírito Santo (CMCT/FACITEC).

Com uma liderança científica de destaque, a Profa. Sônia, junto aos demais docentes, contribuiu para a consolidação do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da



UFES, no período de 1992 a 2016, sendo bolsista de produtividade em pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre 2001 e 2018. Com a abertura do Doutorado, no ano de 2000, organizou o Laboratório de Pesquisa em Psicologia Pediátrica, desenvolvendo projetos integrados e qualificando a formação de mestrandos e doutorandos, incluindo graduandos em Psicologia, tanto por proporcionar um rico ambiente de aprendizagem, quanto por fomentar vínculos tão especiais que ultrapassaram esse meio acadêmico, e se transformaram em fortes laços de amizade.

Dentre as inúmeras pesquisas, não podemos deixar de destacar, desde o início da sua trajetória, as investigações voltadas às crianças com deficiência e seu incansável esforço para a igualdade de oportunidades no acesso a intervenções de qualidade e, mais recentemente, os estudos sobre estresse e enfrentamento de adversidades ao desenvolvimento.

Em sua atuação nas instituições científicas, a Profa. Sônia foi Secretária da Associação Brasileira de Psicoterapia e Medicina Comportamental (ABPMC), de 1998 a 1999, e da Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (ABPD), de 2006 a 2007.

Participou de forma ativa para o avanço das pesquisas no país no campo da Psicologia Pediátrica, especialmente por sua atuação no Grupo de Trabalho Psicologia da Saúde da Criança e do Adolescente (GT-PSAU) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), exercendo a coordenação entre 2012 e 2020. A produção mais recente, nesse grupo de trabalho tão intenso e de ricas parcerias, foi a organização do Livro Intervenções Psicológicas para promoção e desenvolvimento e saúde na infância e adolescência, junto com Tatiane Lebre Dias e Fabiana Ramos.

Em reconhecimento à sua relevante contribuição para a área da Psicologia do Desenvolvimento, bem como ao conjunto de ações dirigidas ao ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal do Espírito Santo conferiu à Dra Sônia Enumo, o título de professora emérita.

Alguns prêmios podem ser destacados ao longo de sua trajetória profissional. Em 2012, conquistou o primeiro lugar na categoria equipe do prêmio "Avaliação psicológica na perspectiva dos Direitos Humanos", concedido pelo Conselho Federal de Psicologia, com o trabalho intitulado "Avaliação Assistida como medida de proteção para crianças em risco para problemas de desenvolvimento", em colaboração com a pesquisadora Maria Beatriz Linhares. No mesmo ano, a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Espírito Santo apoiou o evento "Essas mulheres especiais", que homenageou mulheres de distintos segmentos da sociedade e que deixaram seu nome marcado na história do ES, concedendo honras à Profa. Sônia por sua contribuição na área da "Ciência e Tecnologia".

Quando se aposentou da UFES, Sônia retornou foi para o Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas.

Lá, Sônia sempre foi um exemplo de pesquisadora, professora e ser humano. Podia-se sentir o afeto em seu grupo de pesquisa bem como o cuidado na formação dos alunos, desde a Iniciação Científica até o pós-doutorado. Não por acaso, os alunos costumavam chamá-la carinhosamente de "mãe acadêmica".



A seguir, segue o depoimento pessoal da Profa. Dra. Vera Engler Cury, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUC-Campinas:

"Conheci Sônia durante nossa graduação em Psicologia na PUC-Campinas. Simpática, comunicativa e ótima aluna, nos aproximamos afetivamente. Anos depois a re-encontrei já como professora e pesquisadora do Programa de Psicologia da UFES. Ao longo dos anos me habituei a encontrá-la nos Simpósios da ANPEPP e isto nos possibilitou manter contato.

Comentei com ela sobre um edital de concurso para professor pesquisador no Programa de Psicologia e me surpreendi ao saber que ela iria concorrer após aposentar-se da UFES. A vinda de Sônia para o Programa de Psicologia da PUC - Campinas aconteceu quando eu estava pró reitora de Pesquisa e Pós Graduação.

Exultei por tê-la de volta a Campinas trazendo uma bagagem de experiências e conhecimentos tão rica e meritória. Ao longo dos anos em que esteve conosco contribuiu para com a formação de novos pesquisadores, mas, também, para o desenvolvimento das pesquisas na universidade na área da saúde e no âmbito da psicologia pediátrica. Impulsionou o processo de internacionalização do nosso Programa por meio das bolsas de doutorado sanduíche no exterior.

Incansável e competente, Sonia escreveu e publicou inúmeros artigos científicos, organizou livros e dossiês em coautoria com colegas e alunos. Com sua generosidade e espírito solidário acolheu jovens colegas que vieram para o Programa, liderando o Grupo de Pesquisa Psicologia da Saúde e do Desenvolvimento da Criança e do Adolescente.

Em nome do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e da PUC- Campinas, agradecemos à Profa. Sônia Enumo por tantas contribuições e a parabenizamos por uma carreira acadêmica brilhante.

Pessoalmente, sinto muita falta de nossas conversas que fluíam entre risadas e sérias reflexões e da convivência repleta de afeto e cumplicidade".

Por fim, Sônia, esperamos ter alcançado o desafio de colocar em palavras o quanto nos sentimos honrados por fazer parte de sua rica e bela trajetória aqui brevemente narrada, pautada no rigor da ciência, com o compromisso ético nos estudos desenvolvidos, e com muito afeto que entrelaçou as inúmeras relações construídas em todos os espaços acadêmicos por onde você transitou, fazendo diferença e deixando em nós a sua marca. Parabéns!!

Fortaleza, Ceará, 13 de novembro de 2024

Alessandra Brunoro Motta Loss
Maria Beatriz Martins Linhares
Fabiana Pinheiro Ramos
Kely Maria de Sousa Pereira
Tatiane Lebre Dias
Letícia Lovato Dellazzana-Zanon

XIII CONGRESSO BRASILEIRO de PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

Conferências





CONFERÊNCIAS



CO 01 Conferência de abertura

Crises Mundiais e Saúde Mental da Juventude - Ações Multiníveis para Promoção de Resiliência

Linda Theron

Universidade de Pretoria, África do Sul



CO 02

Saúde da População LGBTQIA+ diante de Políticas de Extermínio

Breno de Oliveira Ferreira

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)



CO 03

Ciberpsicologia: Impactos das Tecnologias no Desenvolvimento Humano e na Saúde Mental

Andrew J. Campbell

Universidade de Sydney, Austrália



CO 04

Intervenções Psicossociais em Cenários Agravados por Adversidades Mundiais

Silvia Renata Magalhães Lordello Borba

Universidade de Brasília (UnB)



CONFERÊNCIAS



CO 05

Violações de Direitos e as Resistências de Povos Indígenas

Assis da Costa Oliveira

Universidade de Brasília (UnB)



CO 06

Sofrimento Psíquico e Insegurança Alimentar de Pessoas Idosas no Brasil - Uma Análise Interseccional

Josevânia da Silva

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



CO 07

**Atravessamentos do racismo nas crises mundiais:
Contributos da Psicologia do Desenvolvimento**

Juliana Prates Santana

Universidade Federal da Bahia (UFBA)



CO 08

**Diversidade Sexual e de Gênero nas Configurações Familiares e os
Desafios
da Homoparentalidade**

Elder Cerqueira-Santos

Universidade Federal do Sergipe (UFS)



CONFERÊNCIAS



CO 09

Desenvolvimento Humano em Desastres e Emergências: Possibilidades e Desafios para a Pesquisa e a Prática Profissional

Beatriz Schmidt

Universidade Federal do Rio Grande (UFRG)



CO 10

Infância, Adolescência e Vulnerabilidade Social: Contextos de Precarização da vida e Negação de direitos

Maria de Fatima Pereira Alberto

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



CO 11

Parentalidade e Desenvolvimento Infantil: Avanços Científicos e Atuação Prática em Psicologia em um Mundo em Transformação

Mauro Luís Vieira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



CO 12 Conferência de Encerramento

Atentados nas Escolas Brasileiras e Políticas de Proteção: Desafios Atuais e Futuros à Psicologia

Raquel Souza Lobo Guzzo

PUC - Campinas

XIII CONGRESSO BRASILEIRO de PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

Simpósios





SIMP 01 | A deficiência e suas implicações para a pessoa, família e rede de relacionamento

Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Apesar dos progressos de políticas públicas para pessoas com deficiência no último século, o mundo moderno ainda está distante de condições sociais, físicas e instrumentais que favoreçam a convivência e o desenvolvimento saudáveis dessas pessoas. Mais do que as limitações geradas pela deficiência, pesquisas destacam que as dificuldades em contextos que incluem pessoas com deficiência constituem um problema maior que merece atenção de cientistas e gestores. Além do sofrimento imposto às pessoas com deficiência, suas famílias convivem com o preconceito e as incapacidades da sociedade, seja na escola, na família extensa, no ambiente profissional, de aceitar as pessoas apesar de suas características. Em linhas gerais, as pessoas com deficiência ainda são tratadas como se não existissem. Diferentemente do que se observava no século passado, no mundo atual o contexto familiar se posicionou como porta-voz das necessidades dessas pessoas, assumindo não apenas seus cuidados, mas também seu protagonismo, tornando impossível falar em deficiência sem considerar o sistema familiar. Nesse sentido, este simpósio tem como objetivo discutir a dinâmica das relações intrafamiliares considerando o vínculo entre irmãos, bem como as dificuldades vivenciadas pelas pessoas com deficiência no ambiente escolar, nas relações entre pares, redes de relacionamentos bem como nos espaços profissionais.

Construção e validação de uma tecnologia educacional para cuidadores informais de crianças e adolescentes com paralisia cerebral

Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo Este estudo teve por objetivo construir e validar uma Tecnologia Educacional do tipo cartilha impressa para cuidadores informais de crianças e adolescentes com Paralisia Cerebral. Pesquisa metodológica cuja etapa de construção contou com a avaliação participativa de 10 cuidadores que por meio de análise das versões 1 e 2 da cartilha contribuíram no aprimoramento da Tecnologia Educacional. Na etapa de validação de conteúdo e aparência utilizou-se o Índice de Validade de Conteúdo por item e geral, sendo avaliada por 24 juízes, sendo 11 especialistas da saúde, 6 técnicos (design, comunicação e publicidade) e 7 cuidadores. Foram analisados os itens: Objetivos, Estrutura e apresentação, Relevância, Linguagem, Motivação, Forma de apresentação da cartilha, Layout, Tipografia, Ilustrações, Organização, Estilo da escrita e Aparência. A Tecnologia Educacional foi composta por 6 domínios: Paralisia Cerebral, Equipe de atendimento, Saúde física do cuidador, Saúde mental do cuidador e Relações familiares e sociais. Obteve percentuais de validação por item superiores ao mínimo aceitável de 80%, o Índice de Validade de Conteúdo geral pelos juízes especialistas da saúde(conteúdo) foi de 0,98% e pelos juízes técnicos(aparência) foi de 0,96%. Conclui-se, que a Tecnologia Educacional poderá ser utilizada em ações



de promoção à saúde, no que diz respeito à prática centrada na família, por possuir potencial de modificação da saúde mental e qualidade de vida do cuidador informal de crianças/adolescentes com Paralisia Cerebral, no sistema público ou particular de assistência.

Relações Insulares: Redes Pessoais de Famílias com Paralisia Cerebral e Crianças Típicas

Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Samia Monteiro Pires (Ministério Público do Estado do Pará)

Resumo A presente pesquisa analisou e comparou as topologias de redes pessoais de cuidadores de crianças com paralisia cerebral (PC) ou desenvolvimento típico (DT). Sessenta indivíduos participaram de ambos os grupos. Os dados foram coletados por meio do questionário biossociodemográfico (BDQ) e questionário de redes pessoais (PNQ) e tratados e analisados por meio dos softwares SPSS 20.0 ©, aplicativo Minitab 17.0, Egonet e Ucinet 6.0. Os resultados sugerem diferenças nas n-cliques e nos tipos de relacionamento. As redes estabelecidas pelo grupo de cuidadores de crianças com desenvolvimento típico revelaram menos n-cliques, enquanto o grupo de cuidadores de crianças PC apresentou maior diversidade nos tipos de relações. Os dados são discutidos a partir da funcionalidade da diversidade de vínculos presentes na rede do grupo CP, do conceito de vínculos insulares e das implicações quanto ao desenvolvimento das competências técnico-pessoais dos profissionais que atendem essas famílias.



SIMP 02 | A Metodologia Construtivo-Interpretativa na pesquisa da subjetividade

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A Metodologia Construtivo-Interpretativa, tem suas origens nos questionamentos realizados por Fernando González Rey ao modelo positivista de ciência e aos modelos de pesquisa qualitativa identificados por ele no final da década de 1990. Suas preocupações com as questões metodológicas (e epistemológicas) podem ser registradas ainda na década de 1980, onde já era possível reconhecer críticas aos modelos dominantes de ciência, mesmo nos pressupostos que sustentavam as pesquisas de natureza qualitativa. A Metodologia Construtiva-Interpretativa foi desenvolvida fundamentalmente diante da necessidade de uma metodologia de pesquisa que coadunasse com os pressupostos teóricos da subjetividade, numa perspectiva cultural-histórica. A subjetividade, por sua natureza complexa e sistêmica, requeria que a produção conhecimento ocorresse por vias que, coerentemente, se alinhassem aos modos como vinha refinando sua compreensão, reconhecendo a pesquisa como um processo simultaneamente teórico e dialógico. A Metodologia Construtiva-Interpretativa é uma expressão da Epistemologia Qualitativa que se constitui pelo caráter construtivo interpretativo da produção do conhecimento, pela comunicação dialógica entre pesquisador e participante e pela legitimidade do singular. Nas pesquisas apresentadas, inicialmente veremos a construção de Maristela Rossato, que coloca em evidência o valor da Metodologia Construtivo-Interpretativa para a pesquisa sobre a subjetividade, bem como para a prática profissional. Com a pesquisa de Stela Martins veremos a importância do processo construtivo-interpretativo para o estudo da configuração subjetiva da docência e orientação de professores do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT. Na pesquisa de Geane Silva veremos um relato de experiência sobre os desafios da Metodologia Construtivo Interpretativa na pesquisa sobre mudanças subjetivas.

A metodologia construtivo-interpretativa na pesquisa e na prática profissional

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A compreensão de como os princípios da Epistemologia Qualitativa, desenvolvida por Fernando González Rey, se expressam na Metodologia Construtiva-Interpretativa é essencial aos pesquisadores e profissionais que desejem realizar suas pesquisa e práticas profissionais reconhecendo e validando a dimensão subjetiva presente nas ações e relações que permeiam diferentes áreas da vida. Como primeiro princípio, o processo construtivo-interpretativo é central na metodologia, caracterizado pela constante produção de significados no curso da pesquisa e da prática - conjecturas, indicadores, hipóteses. O objetivo final do processo de construção interpretativa é a construção de modelos teóricos que ampliem os sistemas de inteligibilidade sobre o tema de uma pesquisa ou sobre o espaço de atuação profissional.



Juntamente com a centralidade do teórico, o princípio dialógico possibilita reconhecer a pesquisa e prática profissional como espaço social configurado subjetivamente. O pesquisador, e o profissional, nessa compreensão, precisam emergir como agentes e sujeitos capazes de manter vivo o processo de comunicação com o outro. O dialógico se expressa fundamentalmente na relação tensionadora com as pessoas envolvidas na pesquisa ou na prática profissional, desafiando-as a reflexões inéditas dentro de sistemas de inteligibilidade que, muitas vezes, encontram-se cristalizados em pensamentos e práticas comuns em diferentes áreas da vida. O diálogo tensionador ocorre com o outro, consigo mesmo, com a realidade social, com as informações, com o conhecimento, rompendo com qualquer possibilidade de neutralidade do pesquisador ou do profissional. A singularidade está expressa pela qualidade diferenciada da informação produzida num contexto teórico e dialógico, ampliando sistemas de inteligibilidades sobre temas de pesquisas e práticas profissionais. A legitimação da singularidade é uma expressão do reconhecimento da capacidade geradora de subjetividade - singular - de indivíduos e grupos sociais. Assim como os pressupostos anteriores, o reconhecimento da singularidade se sustenta na matriz ontológica da própria subjetividade. Por fim, em relação à Metodologia Construtiva-Interpretativa na pesquisa e na prática profissional, destacamos que essa só tem possibilidade de ser utilizada em sua integralidade numa tessitura com a Teoria da Subjetividade e com a Epistemologia Qualitativa. Não se trata de uma metodologia que possa ser generalizada à quaisquer formas qualitativas de produção do conhecimento, mas de uma metodologia desenhada com um nível de complexidade compatível com os pressupostos teóricos da subjetividade, em sua perspectiva cultural-histórica.



SIMP 03 | Adolescentes LGBTQIA+: Processos de vulnerabilização social, violência no namoro e intervenção para educação sexual

Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS)

Resumo Este simpósio, constituído por 3 trabalhos tem como objetivo discutir processos de vulnerabilização social de adolescentes LGBTQIA+. O primeiro trabalho aborda experiências de socialização sexual dos adolescentes e efeitos pós-pandêmicos na saúde por meio de estudo qualitativo. O segundo trabalho aborda a violência no namoro na adolescência e fatores preditivos. Adolescentes bissexuais, meninas cis, pessoas não cis, adolescentes de baixa renda familiar e adolescentes que testemunharam violência entre os cuidadores apresentaram maior risco de vitimização. O terceiro estudo aborda a adaptação transcultural de uma intervenção de educação sexual contemplando uma maior abertura para dissidências de gênero e sexualidade, maior ênfase em aspectos dialógicos e participação da comunidade escolar.

Adaptação transcultural da intervenção de educação sexual SATZ para o contexto brasileiro

Kátia Bones Rocha (PUCRS)

Resumo A presente pesquisa tem como objetivo descrever o processo de adaptação transcultural de uma intervenção de educação sexual (SATZ) dirigida a estudantes do nono ano e ensino médio. A SATZ foi descrita pela Unesco (2018) como uma das três intervenções de educação sexual mais completas e efetivas. O termo educação sexual abrange toda uma gama de informações, habilidades e valores que permitem que os jovens exerçam seus direitos sexuais e reprodutivos e tomem decisões sobre sua saúde e sexualidade (UNESCO, 2010). Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a finalidade do trabalho de Orientação Sexual na escola é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade (Brasil, 1998). Ter acesso à educação sexual de qualidade é um direito de todos os jovens e privá-los deste acesso pode ter efeitos negativos para a saúde. A intervenção de educação sexual SATZ foi desenvolvida por Mathews y colaboradores (2012) e utilizada e testada na África do Sul e Tanzânia. O protocolo da SATZ original conta com dezesseis Experiências de Aprendizado (EA) que são trabalhados com uma variedade de recursos e técnicas: palestra expositiva, treinamento de habilidades por meio de modelagem, discussão de grande grupo, discussão em pequenos grupos, role-playing, atividades em pequenos grupos, tarefas de casa envolvendo os pais, demonstração do uso de preservativo, composição de músicas, dramatizações e elaboração de quizzes. Método: O processo de adaptação de intervenções deve ser um processo sistemático que têm dois objetivos principais. Um primeiro objetivo é a preservação dos componentes centrais da intervenção original e o outro, é a sensibilidade cultural na qual a intervenção será desenvolvida, de modo a respeitar a sua identidade, valores e necessidades (Menezes & Murta, 2018). O tema da sensibilidade cultural se refere as características culturais como normas, valores, padrões de comportamento, crenças, aspectos ambientais, históricos e sociais (Menezes & Murta, 2018). Em relação a adaptação de intervenções existe uma evidente tensão entre manter a fidelidade à



intervenção original ou adaptá-la a população-alvo (Menezes & Murta, 2018; Montgomery & Knerr, 2018). A qualidade das adaptações vai estar muito associada a forte influência de fatores contextuais, tais como elementos da comunidade, qualidade da supervisão e treinamento oferecidos e da capacidade organizacional para implementação (Menezes & Murta, 2018). Neste sentido, a adaptação deve ser feita considerando os componentes centrais do programa ou do currículo (Montgomery & Knerr, 2018). O processo de adaptação da SATZ foi realizado pelo grupo Psicologia, Saúde e Comunidades inspirada no modelo ADAPT-ITT (Wingood & DiClemente, 2008), que é um modelo para adaptação de intervenções preventivas ao HIV. A adaptação da SATZ se centrou na realização das seguintes etapas: 1) Seleção da intervenção; 2) Tradução da intervenção; 3) Adaptação dos módulos ao contexto brasileiro; 4) Capacitação da equipe; e 5) Apresentação da intervenção para profissionais. Resultados: As principais alterações realizadas foram a redução de 16 encontros para 11, uma diminuição dos conteúdos relacionadas a abstinência sexual e um maior enfoque transversal nas temáticas de diversidade sexual e de gênero.

Fatores de risco para vitimização no namoro na adolescência

Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Thaís de Castro Jury Arnoud (PUCRS)

Resumo A violência no namoro é um problema social e de saúde que afeta uma proporção importante de adolescentes. Tal experiência está associada ao desenvolvimento de sintomas de depressão, ansiedade e transtorno do estresse pós-traumático, além de constituir fator de risco para violência nas relações íntimas na adultez. Este estudo teve como objetivos: (1) explorar como categorias sociais (raça, renda familiar, gênero e orientação sexual) se relacionam com a vitimização no namoro (física, psicológica, sexual e de perseguição) entre adolescentes brasileiros, e (2) investigar preditores de vitimização no namoro. O estudo contou com a participação de 350 adolescentes entre 16 e 19 anos, recrutados por meio da divulgação da pesquisa em redes sociais. A coleta ocorreu de forma online por meio de questionário na plataforma qualtrics. A maioria da amostra foi constituída por meninas cisgênero (68.86%). Em relação a orientação sexual, 43.71% se autodeclarou bissexual, 42% heterossexual, e 14.29% gay ou lésbica. Foi verificado que 48.8% da amostra relatou histórico de vitimização no namoro, sendo a violência psicológica e sexual as tipologias com maior prevalência. Análises de rede, de regressão logística ponderada e ANOVAs robustas foram realizadas. Gênero, orientação sexual, renda familiar e presenciar violência entre cuidadores foram preditores de vitimização. Adolescentes bissexuais, meninas cis, pessoas não cis, adolescentes de baixa renda familiar e adolescentes que testemunharam violência entre os cuidadores apresentaram maior risco de vitimização. Quando comparadas aos homens cisgênero, as mulheres cisgênero tiveram 4,71 vezes mais chances de serem vitimadas, enquanto que para as pessoas não-cisgêneras apresentaram 9,84 vezes mais chances de serem vitimadas em uma relação. Quanto à orientação sexual, adolescentes bissexuais apresentaram 1,71 mais chances de vitimização no namoro do que heterossexuais. A raça não foi um preditor estatisticamente significativo de vitimização. Os resultados do estudo



denunciam o caráter multifatorial da violência e apontam possíveis caminhos para trabalhos de prevenção e enfrentamento. Estratégias de sensibilização e intervenções na adolescência devem, necessariamente, considerar uma perspectiva inclusiva para todas as orientações sexuais e identidades de gênero, considerando suas especificidades. Ainda, políticas sociais de redução de iniquidades socioeconômicas são essenciais para a prevenção da violência no namoro entre adolescentes brasileiros.

Socialização Sexual de Adolescentes LGBTQIA+: Efeitos pós pandêmicos COVID-19

Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo Adolescentes LGBTQIA+ vem sendo considerados como parte de um grupo em contexto de diversas vulnerabilidades. O modelo do Estresse de Minoria propõe um olhar refinado sobre os desfechos específicos em saúde mental para a população LGBTQIA+, com consequência negativa decorrente da vivência do status minoritário. Notadamente, adolescentes desse grupo enfrentam situações adicionais nos seus processos de socialização sexual não-normativos. Com a pandemia de COVID-19 e suas consequências, novas questões surgiram na socialização sexual deste grupo, especialmente ligadas ao longo período de isolamento social e uso de tecnologias de comunicação. Este estudo investigou o relato qualitativo de seis adolescentes (3 meninos autodeclarados gays, 1 menina autodeclarada bissexual e 2 meninas autodeclaradas lésbicas) entre 16 e 18 anos. Os participantes foram convidados a partir da participação em outro estudo no qual responderam a um questionário online no período de isolamento social. Nesta etapa, os seis adolescentes foram entrevistados em formato de videochamadas que duraram cerca de 1:30h. As entrevistas aconteceram exatamente um ano após as primeiras respostas aos questionários. Objetivou-se analisar processos de socialização sexual e seus impactos decorrentes da pandemia e isolamento. Os relatos dos adolescentes foram agrupados em quatro categorias principais. 1 - Relações familiares e outness, onde se destacaram os conflitos familiares em torno do exercício da sexualidade no contexto de isolamento e a manifestação pública da sexualidade. 2 - Iniciação sexual, onde foram relatados dilemas sobre as relações presenciais e os riscos de contaminação. 3 - Uso da tecnologia, destacando-se as interações virtuais e as comparações com contextos presenciais, especialmente o contexto escolar e os impactos da falta de interação presencial. 4 - Saúde Mental, no qual foram destacados impactos durante e um ano depois do pico da pandemia. Os resultados apontam que os adolescentes sentem que “suas vezes” foi diferente e que parecem ter “perdido alguma coisa” quando relatam tarefas desenvolvimentais que foram vividas nos anos da pandemia. Tais relatos extrapolam os eventos de socialização sexual e são sentidos em determinados marcadores sociais, como o ENEM e entrada na faculdade, assim como a conclusão do ensino médio de forma remota. O status enquanto indivíduo do grupo LGBTQIA+ é maior nos relatos que enfatizam “desvantagens” adicionais no processo de socialização, mas não surgem especificidades nos relatos sobre a vida acadêmica. Os adolescentes se autopercebem como uma geração marcada pela COVID-19 e relatam as principais marcas na sua saúde mental.



SIMP 04 | Adulter emergente/transição para a vida adulta: diferentes con- textos, diferentes pessoas, diferentes trajetórias a investigar e a compreender

Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo Seria a adulter emergente uma nova fase de desenvolvimento? Desde os estudos iniciais de Jeffrey Arnett, essa pergunta tem sido levantada, para ser discutida e investigada, além de ser diferenciada da transição para a vida adulta. No Brasil, há diversas pesquisas que abordam questões variadas sobre o tornar-se adulto(a), desde às diferentes concepções, que incluem discussões sobre conceitos como adolescência, juventude, transição para a vida adulta e adulter emergente, diferenciando-os. Sendo uma consequência de mudanças sociodemográficas, mas não se restringindo a elas, ao pesquisar sobre as experiências dos jovens e ouvi-los, em investigações aqui e lá fora, o conceito de adulter emergente pode abranger os jovens que não se identificam mais ou somente com os marcadores sociais da vida adulta, tais como: casar-se, ter filhos e não morar mais na casa dos pais. Saber quais são as possíveis identificações que buscam adultos(as) emergentes, tem confirmado algumas das características dessa nova fase, dentre elas: a experimentação, o autocentrismo e a definição identitária por critérios subjetivos. Nesse sentido, o primeiro trabalho apresentado pela professora Luciana Thome da UFBA, apresenta dados de uma pesquisa que tem como objetivo responder o que é ser adulto, com base na perspectiva dos jovens. A análise dos dados identifica uma variedade de classificações e de compreensões que jovens têm sobre o que é esse momento de adulter em processo. Considerando que há diferentes processos que se apresentam na transição para a vida adulta, o trabalho apresentado pela Dra Ana Cristina Carvalho, psicóloga da FAETEC, revela a experiência de jovens com deficiência intelectual. Desse modo, pode ser identificado, a partir da experiência desses jovens, que eles têm pouco ou nenhum controle de suas vidas, e, em seus contextos, de modo geral, são desencorajados a viver com autonomia, sendo difícil construir uma trajetória de entrada na vida adulta. Além disso, somando aos dois trabalhos, que consideram as experiências subjetivas e os contextos dos jovens, a terceira apresentação da professora Edna Ponciano da UERJ, acrescenta a experiência da família, ao trazer a análise de dados sociodemográficos de três pesquisas realizadas com jovens universitários, durante a pandemia. Com o objetivo de realizar essa análise, reflexões, perguntas e hipóteses podem ser construídas relacionando à promoção de saúde mental e ao bem-estar. As três apresentações, portanto, indicam que pode não haver uma única definição da adulter emergente e nem todas as experiências correspondem necessariamente aos critérios para identificar essa fase. No entanto, a contínua investigação e discussão diferenciando os conceitos, correlatos de diversas experiências dessa idade da vida, pode ajudar a compreender diversas trajetórias, em seus aspectos positivos e negativos, considerando a subjetividade e o contexto.



Adultos emergentes: Percepção de adultez no contexto brasileiro

Luciana Dutra Thomé (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo O período desenvolvimental nomeado adultez emergente se caracteriza pelo prolongamento da transição para a vida adulta em sociedades industrializadas. Estes jovens tendem a viver um período prolongado de experimentação identitária, e não se percebem plenamente nem como adolescentes, nem como adultos. A presente pesquisa teve por objetivo responder o que é ser adulto com base na perspectiva de jovens brasileiros em transição para a vida adulta. Os participantes são de ambos os sexos, possuem entre 18 e 30 anos e são de nível socioeconômico (NSE) variado (62,2% NSE alto; 33,8% NSE baixo), residentes em Porto Alegre/RS e região metropolitana. O instrumento utilizado foi a segunda versão do Questionário da Juventude Brasileira. A análise de dados foi realizada com o programa IRAMUTEQ. A análise de classificação hierárquica descendente identificou 4 classes de adultos: emergentes típicos; emocionais; cangurus; prematuros. As três primeiras foram integradas em categoria única, por apresentar a vivência típica da adultez emergente de forma homogênea. Já a classe de adultos prematuros apresentou maior frequência de participantes de NSE baixo, assim como a manifestação de nostalgia do período "pré-adulto", e associação de adultez com casar e ter filhos. No tocante a amostra total, ser adulto foi associado a marcadores como tomar decisões independentes, assumir responsabilidades pelos próprios atos, ter independência financeira e emocional, casar, ter filhos, concluir o nível superior, estar inserido no mercado de trabalho. A pesquisa gera reflexão sobre o que é ser adulto nos dias atuais e contribui para o entendimento dos desafios enfrentados por jovens na transição para a vida adulta.

Pesquisas com jovens e famílias durante a pandemia: o que os dados sociodemográficos informam?

Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo Famílias e jovens se transformam conforme ocorrem modificações que se expressam em mudanças sociodemográficas. Perceber e compreender essas transformações e seus impactos no desenvolvimento psicológico, individual e familiar, é uma tarefa a ser empenhada. Nos últimos projetos de pesquisa que coordenei, com foco em adultos emergentes e seus familiares, foram coletados variados dados sociodemográficos para relacionar, principalmente, a variáveis como estresse, saúde mental e experiências emocionais durante e após a pandemia do COVID-19. Nesse trabalho, tenho como objetivo analisar dados sociodemográficos de três projetos de pesquisa. A partir dessa análise, reflexões, perguntas e hipóteses podem ser construídas a fim de indicar caminhos de investigação relacionados à promoção de saúde mental e de bem-estar para jovens e famílias, com implicações para a prática clínica. Várias características sociodemográficas estão associadas à saúde mental e à redução do bem-estar, além de mudanças no funcionamento familiar, tais como: idade, gênero, orientação sexual, status do relacionamento, ter ou não ter filhos, grupo étnico, religião, apoio interpessoal, renda e, recentemente, a pandemia do COVID-19 como



uma fonte de estresse. Além de uma discussão com estudos empíricos, são exemplificadas as características sociodemográficas dos três projetos, realizados entre os anos de 2021 e 2023, a fim de serem analisadas, junto com relatos apresentados em nuvens de palavras. Dois projetos de pesquisa têm metodologia quali-quantitativa e um terceiro metodologia quantitativa. Compõem os protocolos de pesquisa instrumentos de acordo com as variáveis investigadas, sendo um questionário sociodemográfico, com questões abertas e fechadas, e instrumentos para medir diversas variáveis, tais como: Regulação Emocional, estresse, funcionamento familiar e suporte social. Em dois projetos, os protocolos foram aplicados somente para jovens universitários, entre 18 e 30 anos, e, no terceiro, além dos jovens, responderam pais de jovens universitários. Os protocolos foram divulgados nas redes sociais, sendo respondidos online. Os três projetos somam 479 participantes jovens universitários. No projeto que inclui os pais, foram 55 participantes. Todos, predominantemente, do Rio de Janeiro. A maior parte dos respondentes jovens é do gênero feminino, heterossexual, sendo a maioria de solteiros e de brancos. Os pais respondentes são, em sua maioria, casados, heterossexuais e brancos. Quanto à religião, a maioria de jovens e de pais frequentam ritos religiosos, ainda que esporadicamente. A respeito da renda, o grupo de filhos e de pais difere quanto à percepção da diminuição da renda, sendo o relato dos filhos mais negativo. Aqueles que adoeceram e/ou perderam um ente querido durante a pandemia são em menor número. Por todas essas características, a amostra reunida das três pesquisas não representa um grupo com dificuldades intensas, embora tenham vivido a adversidade da pandemia, conforme os relatos sobre estresse. Concluo afirmando que pesquisas sensíveis ao contexto e às relações familiares, e que investigam as formas de lidar e de sobrepular as adversidades, podem contribuir para a promoção da saúde mental, ao identificar como as mudanças sociodemográficas afetam as trajetórias de desenvolvimento e o bem-estar.

Transição para a vida adulta da pessoa com deficiência

Ana Cristina de Carvalho (Faetec)

Resumo Pensando em uma perspectiva histórica, política e social, os caminhos percorridos pela pessoa com deficiência intelectual, trazem toda uma ancoragem da representação social imputada a este grupo, tendo a infantilização e o desconhecimento deste processo, como argumentos que apostam na ausência de processos de transição desde a infância, ao longo da trajetória. Efetivamente, as pessoas com deficiência têm suas trajetórias de desenvolvimento análogos a quaisquer outras pessoas da mesma idade, demandando, de acordo com suas especificidades, um processo facilitador e impulsionador, deixando de lado preconceitos e medos relacionados com os riscos e as tensões inerentes a este período. Na adolescência, acontecem modificações relevantes nos corpos infantis, assim como também no estilo de vida. Todavia, quando o indivíduo tem deficiência intelectual, esta etapa do ciclo de vida quase não é levada em consideração, em que a deficiência destes adolescentes, independentemente do nível de comprometimento intelectual, se sobrepõe às características tidas como próprias desta etapa do ciclo de vida, como



autonomia, desejo sexual, capacitação profissional e a busca por uma vida independente. Apresentando um desenho empírico sobre as possibilidades e limites da transição para a vida adulta de pessoa com deficiência intelectual utilizamos, neste estudo, princípios metodológicos de caráter qualitativo e exploratório, ao escolher os pressupostos da pesquisa-ação/intervenção. A pesquisa foi realizada em um Centro de apoio à Educação Profissional, especializado no atendimento de alunos com deficiência intelectual, utilizando como instrumento a observação direta e encontros em grupos operativos. Os dados coletados foram analisados com base no método de Análise de Conteúdo, adotando-se como referencial a concepção de Laurence Bardin. A realidade, aqui representada apontou que as pessoas com deficiência intelectual estão mais suscetíveis a não terem o controle de suas vidas, porque muitos permanecem dentro das suas casas, ou frequentando, por anos, escolas especiais, ou ainda aos cuidados de um tutor, vivendo em situações de subestimação, submissão e sendo desencorajados a viver com autonomia. A preparação dos jovens para uma vida adulta, com qualidade, mostra-se como a principal preocupação neste processo de transição, em que devemos oportunizar sua inserção na vida ativa, propiciando condições que auxiliem este processo, cuja meta esperada é independência e autonomia. A sociedade possui uma representação normativa conexa ao julgamento de corpo ideal, que se traduz nas comparações entre as pessoas com o diagnóstico de deficiência intelectual e aquelas que são consideradas “típicas” e, corroborando com diversos autores, apontamos que não é o comprometimento biológico que vai influenciar as restrições dos sujeitos e as condições do seu desenvolvimento, mas sim a resposta social que é dada frente às suas limitações.



SIMP 05 | Avaliação das estratégias de resolução de conflitos, da empatia e do autoperdão: testagem de evidências de validade e possíveis contribuições para a pesquisa e intervenção no desenvolvimento psicossocial e afetivo

Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG)

Resumo A vida em sociedade demanda que os indivíduos regulem seus interesses, comportamentos e atitudes, adequando-os aos valores e normas presentes no seu grupo social, em prol do bem-estar coletivo. Uma parte significativa desta regulação está diretamente relacionada à capacidade de se colocar no lugar dos outros e à habilidade de resolver conflitos interpessoais e intrapessoais de forma positiva. O objetivo da presente atividade é apresentar e discutir os resultados de estudos coordenados por pesquisadores brasileiros, os quais envolvem a adaptação, o desenvolvimento e a produção de evidências de validade de escalas psicológicas que mensuram aspectos importantes do desenvolvimento psicossocial e afetivo na adolescência e vida adulta. Mais especificamente, no primeiro trabalho serão apresentados dados da pesquisa que buscou adaptar e testar as propriedades psicométricas do Conflict Resolution Style Inventory - CRSI (Kurdek, 1994), posteriormente denominado de Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos (EERC). A EERC busca avaliar diferentes formas dos filhos resolverem conflitos nas interações com seus pais e, no contexto brasileiro, a escala teve suas propriedades psicométricas testadas em uma amostra de adolescentes. O segundo trabalho descreve uma pesquisa na qual foram testadas diferentes evidências de validade da Escala Multidimensional de Empatia para Adultos - EMEA, um instrumento desenvolvido com base na teoria de Martin Hoffman e a partir do resultado de pesquisas anteriores sobre empatia no contexto brasileiro. Por fim, o terceiro trabalho apresenta o processo de construção e validação de uma Escala de Raciocínios sobre o Autoperdão, baseada em uma tipologia que relaciona o tipo de autoperdão à capacidade de descentração sociocognitiva do ofensor. A validação do instrumento foi realizada em amostras de estudantes universitários do Brasil e de Portugal. Dessa forma, o presente simpósio se configura como uma oportunidade de aumentar o intercâmbio científico entre pesquisadores que já possuem algum grau de cooperação em atividades de pesquisa, abrindo ainda a possibilidade que outros investigadores tenham acesso ao conhecimento produzido nos grupos de pesquisa coordenados pelos integrantes da atividade. Uma preocupação comum aos trabalhos que serão apresentados e debatidos durante esse simpósio envolve a preocupação com a produção de evidências que permitam avaliar o grau de precisão e confiabilidade de escalas para avaliação de componentes psicológicos fundamentais à vida em sociedade. Dessa forma, considera-se que essa proposta de atividade está alinhada ao tema central do Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento (CBPD), se inserindo, mais especificamente, na linha "Medidas e Avaliação Psicológica do Desenvolvimento" do temário científico, já que os estudos que o englobam envolvem temáticas importantes para o desenvolvimento psicossocial, afetivo e moral, com potenciais contribuições para a pesquisa e para intervenções sobre desenvolvimento na adolescência e adultez.



Elaboração e validação de uma escala de raciocínios sobre o autoperdão

Thalita Lays Fernandes de Alencar (UPE - Universidade de Pernambuco)

Resumo Neste trabalho apresentamos um estudo que teve como objetivo a elaboração e validação da Escala de Raciocínio sobre Autoperdão (ERA), uma medida desenvolvida com base em uma tipologia que relaciona o tipo de autoperdão à capacidade de descentração sociocognitiva do ofensor. A tipologia apresenta cinco tipos de raciocínio, organizados a partir de quatro elementos apontados na literatura como fundamentais para um processo ideal de autoperdão: o reconhecimento do erro, a aceitação da responsabilidade, a assunção de comportamentos conciliatórios e a mudança de comportamentos e de atitudes. Compreendemos que esses elementos demandam progressivos níveis de descentração, de maneira que sua inserção nos critérios para a tomada de decisão sobre o autoperdão estaria relacionada ao desenvolvimento sociocognitivo do ofensor. A tipologia se organiza desde o ponto em que nenhum dos elementos está presente (tipo 0), e progride com a inclusão de cada um deles, até chegar ao tipo mais avançado em que todos estão presentes (tipo 4). Os itens da ERA foram desenvolvidos com base na descrição dos tipos de raciocínio e apresentados a um grupo de especialistas, que os discutiram para chegar a uma concordância. Dois itens foram elaborados para cada tipo de raciocínio, exceto para o tipo 4, que foi representado por apenas um item. Nesta escala apresentamos, inicialmente, o Dilema de João, uma versão adaptada do Dilema de Heinz para verificar o pensamento sobre o perdão na perspectiva da vítima. Mas, nesta nova medida, o dilema foi adaptado solicitando a pensar pela perspectiva do ofensor (farmacêutico), assumindo que se sentiu culpado pela morte da esposa de João. Em seguida, o participante deve indicar o quanto concorda que os itens propostos representam condições necessárias para que o farmacêutico se perdoe. Participaram da pesquisa estudantes universitários brasileiros ($n = 309$) e portugueses ($n = 363$). A validade fatorial do instrumento foi testada em cada país através de análises fatoriais exploratórias e confirmatórias. Os resultados mostraram que a escala é composta por sete itens organizados em uma estrutura de dois fatores, que se mostrou coerente com a proposição teórica da tipologia sociocognitiva proposta. O fator Autoperdão Ego-cêntrico reuniu argumentos que se baseiam unicamente nos interesses do próprio ofensor, utilizando mecanismos de defesa para evitar a culpa. O fator Autoperdão Descentrado reuniu raciocínios em que a descentração assume a complexidade necessária para permitir que o ofensor inclua os outros em sua reflexão. Os fatores apresentaram índices de consistência interna aceitáveis, variando de 0,61 a 0,92. Os índices CFI, TLI e GFI foram superiores a 0,90 em ambas as amostras. A relação com a habilidade de descentração também foi corroborada por meio das correlações significativas entre o tipo de autoperdão, a consideração empática e a tomada de perspectiva. A construção e validação desta escala é um contributo para estudos futuros, pois existem poucos instrumentos nesta área, sobretudo numa perspectiva sociocognitiva. Propomos que o autoperdão pode ser alcançado por reflexões de caráter egocêntrico ou descentrado, e essa é uma importante discriminação para estudiosos que buscam a sua promoção.



Escala Multidimensional de Empatia para Adultos - EMEA: testagem de evidências de validade e análise da invariância multigrupos.

Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG),
Eliene dos Santos Costa, Thiago Medeiros Cavalcanti (UFCG)

Resumo A empatia pode ser compreendida como uma habilidade que permite uma tomada de perspectiva do outro, ao mesmo tempo em que se experiencia estados afetivos congruentes com os da pessoa que está sendo observada ou imaginada. Pesquisadores no campo empregam uma diversidade de estratégias metodológicas para avaliação desse construto, mas o uso de escalas psicológicas ainda tem sido o método mais comum, dado a praticidade na sua aplicação e a identificação de boas propriedades psicométricas. Existe um número significativo de escalas de mensuração da empatia em adultos produzidas e adaptadas no contexto brasileiro, mas algumas limitações podem ser discutidas em relação a esses instrumentos, tais como: avaliar apenas um tipo de componente (cognitivo ou afetivo), mensuração em contextos específicos ou não medição da empatia disposicional etc. Buscando desenvolver um instrumento baseado numa perspectiva multidimensional e desenvolvimental, pesquisadores brasileiros utilizaram de dados de pesquisa anteriores e o aporte teórico da teoria de Martin Hoffman para elaborar a Escala Multidimensional de Empatia para Adultos. Os resultados desse estudo inicial possibilitaram identificar evidências de validade de conteúdo, a existência de uma estrutura composta por três fatores (Fantasia, Simpatia e Tomada de Perspectiva Empática) e, por fim, a correlação da escala como um todo e de suas subdimensões com uma medida externa de empatia. No presente trabalho, buscou-se expandir a avaliação das propriedades psicométricas da EMEA, por meio do uso de Análises Fatoriais Confirmatórias, para testagem do ajuste do modelo trifatorial identificado no estudo original, bem como da invariância de suas propriedades psicométricas em função do gênero dos participantes e em relação ao tipo de versão aplicada (digital e impressa). Também buscou-se testar a consistência interna da EMEA e a relação de suas medidas com traços de Narcisismo, Psicopatia e Maquiavelismo (Tríade Sombria). Participaram do estudo 672 estudantes (72,2% de homens; $\pm 24,2$ anos), matriculados em instituições de ensino superior de duas cidades da Paraíba, que responderam a versão em lápis e papel, além de 245 pessoas (72,7% de mulheres; $\pm 28,6$ anos) de diferentes cidades brasileiras, que responderam a escala em sua versão digital. A análise fatorial confirmatória indicou índices de ajustes aceitáveis para o modelo formado por três dimensões ($\chi^2/\text{gl} = 2,51$; CFI = 0,96; TLI = 0,96; RMSEA = 0,04 [CI90% = 0,03 - 0,04]). Todas as saturações foram estatisticamente significativas e diferentes de zero ($\lambda_s \neq 0$; $z > 1,96$, os $p < 0,05$). No que tange à invariância quanto ao gênero e à forma de aplicação, observou-se uma invariância completa (configural, métrica e escalar) ($\Delta\text{CFI} < 0,01$ e $\Delta\text{RMSEA} < 0,015$), considerando os critérios adotados na literatura. Também foram identificados índices adequados de consistência interna para as três dimensões e para a escala como um todo, além de sua relação negativa com os traços de personalidade da Tríade Sombria. Os resultados evidenciam que a EMEA tem boas propriedades psicométricas, se configurando como um instrumento promissor para avaliação da empatia, dada sua capacidade de mensurar componentes até então não abrangidos por outros instrumentos disponíveis, o que amplia as possibilidades de realização de novos estudos e intervenções desse construto.



SIMP 08 | Constituição e mudanças da subjetividade nos processos de formação profissional

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo O ser humano, em seu processo de desenvolvimento, é continuamente produtor de subjetividade nas ações e relações que experienciam ao longo da vida. As pesquisas relatadas estão fundamentadas na Teoria da Subjetividade de Fernando González Rey (1949-2019), que aborda a subjetividade numa perspectiva cultural-histórica, concebendo-a de forma individual e social. A subjetividade é um sistema configurado subjetivamente e as mudanças nas configurações subjetivas ocorrem mediante nova qualidade de experiências produtoras de novos recursos subjetivos (simbólico-emocionais). A qualidade dos recursos subjetivos é basilar à produção de sentidos subjetivos nas ações, relações, processos, modos de vida, etc., e, nessa perspectiva, trata-se de um campo profícuo de investimento para os processos de formação profissional, vivenciados na vida adulta. O reconhecimento dos processos de mudança subjetiva possibilita que a formação ultrapasse a dimensão cognitiva e técnica da profissão, abarcando a permeabilidade dos diferentes modos de vida. As três pesquisas relatadas evidenciam a importância do reconhecimento da dimensão subjetiva nos processos de formação profissional docente, de modo especial na promoção de mudanças nas configurações subjetivas, desafiando o reconhecimento desse processo na emergência de agentes e sujeitos que rompam com as alienações e reproduções sociais, em diferentes contextos. O trabalho de Stela Martins coloca em evidência como a constituição configuração subjetiva da orientação se expressa na configuração subjetiva da docência, constituindo um perfil profissional de atuação na pós-graduação strictu sensu. O trabalho de Fernando Amorin destaca como um trabalho de curadoria de conhecimento pode promover mudanças nas produções subjetivos dos professores, promovendo uma nova constituição da configuração subjetiva do currículo. O trabalho de Geane Silva, aborda as mudanças nas configurações subjetivas da formação profissional e da identidade do pedagogo escolar no contexto de um programa de formação continuada, estruturado em torno dos princípios da reflexividade, emocionalidade e dialogicidade. Destaca-se, por fim, que as pesquisas apresentadas possibilitam gerar novas inteligibilidades aos processos de desenvolvimento do adulto, reconhecendo-o como produtor de subjetividade em constante tensionamento entre as produções individuais e sociais.

A configuração subjetiva da orientação e da docência na pós-graduação strictu sensu: um estudo no ProfEPT

Stela Martins Teles (IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília)

Resumo Introdução. Consideramos que o estudo da dimensão subjetiva produzida na orientação e na docência possibilitará avançar na complexidade do tema, tendo a subjetividade, na perspectiva cultural-histórica, como suporte teórico para a produção de novas formas de inteligibilidade sobre a atuação profissional docente.



Objetivo. Analisar como a orientação acadêmica e a docência em um programa de pós-graduação strictu sensu estão configurada subjetivamente pelo professor. Método. A pesquisa foi realizada no Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. As informações foram geradas a partir da perspectiva da Epistemologia Qualitativa guiada pela metodologia construção interpretativa. A produção das informações na perspectiva da Epistemologia Qualitativa se caracteriza pela construção conjunta entre o que o participante gera de informação nos diferentes momentos, o aporte teórico e a construção interpretativa do pesquisador produzindo indicadores e hipóteses, de forma criativa e autônoma, e que vão ganhando força e corpo ao longo da pesquisa. Resultados: No processo de construção interpretativa foram construídos 3 indicadores estruturados em torno da 1) intencionalidade, 2) aprendizado e 3) coletividade. Conclusão: Concluímos que o reconhecimento de como está constituída a configuração subjetiva da orientação e a configuração subjetiva da docência pode contribuir para o desenvolvimento de programas de formação que reconheçam e incluam o tensionamento reflexivo dos docentes-orientadores para identificarem nuances de como sua subjetividade individual está permeando a orientação e a docência e atuando na subjetividade individual dos seus orientandos. A orientação acadêmica e a docência estão constituídas pelas experiências vividas pelo docente-orientador nas práticas de ensino e pela prática de orientação no ProfEPT. A forma como a configuração subjetiva da orientação e a configuração subjetiva da docência estavam constituídas nos deu indicativos de serem favorecedoras da orientação e da docência, mas em situações opostas, a ausência de tensionamento reflexivo pode ser geradora de danos ao processo.

Processo de desenvolvimento subjetivo do professor por meio da curadoria de conhecimento

Fernando Roberto Amorim Souza (IFPR - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná)

Resumo A educação transcende a mera transmissão de conteúdos escolares, representando uma jornada multidimensional que se entrelaça com cultura, tecnologia e a natureza humana. A pesquisa investigou como a curadoria de conhecimento pode ser metodologicamente abordada como uma nova dinâmica de formação para professores, considerando a singularidade, valores ontológicos, históricos e culturais na provocação de implicações reflexivas e emocionais, a fim de promover mudanças subjetivas relacionadas ao currículo da educação científica e tecnológica. O objetivo foi compreender se a curadoria de conhecimento poderia promover mudanças nos processos subjetivos dos professores. Especificamente, buscou-se identificar a constituição subjetiva dos professores em relação ao currículo, reconhecer novas produções subjetivas emergentes dessa experiência e desenvolver um percurso metodológico de formação docente utilizando a curadoria de conhecimento. O fenômeno observado foi como essa prática pode servir de ponto de convergência para



as complexas interações e implicações na educação contemporânea, especialmente no contexto da cultura digital. A metodologia utilizada foi a construtiva-interpretativa, na perspectiva cultural histórica, específica para o estudo da subjetividade. Esta abordagem permitiu uma análise profunda e interpretativa das experiências dos professores durante o curso de formação através de um processo contínuo de interação e reflexão, permitindo a construção de um entendimento complexo e dinâmico da subjetividade dos professores. Os resultados revelaram várias transformações na percepção dos professores sobre o currículo. Inicialmente, o currículo era visto como um guia instrumental, um mapa fixo a ser seguido à risca. No entanto, à medida que a pesquisa avançou, essa visão se transformou. O currículo começou a ser compreendido como uma essência viva da prática educacional, integrando dimensões culturais, sociais, econômicas, afetivas, emocionais e espirituais. Essa transformação incluiu mudanças em vários aspectos, na forma de pensar e no agir pedagógico. Os professores começaram a questionar a predominância dos saberes normatizados, reconhecendo-se como produtores e não reprodutores de saberes. A pesquisa destacou a conexão emocional dos professores com o currículo, mostrando que a aprendizagem é mais rica quando emocionalmente investida, tornando-os mais seguros de si para desafiar práticas pedagógicas pré-estabelecidas e adotar abordagens mais inovadoras e respeito às individualidades. A interação entre experiências pessoais e construções culturais mostrou-se central, destacando a importância da emoção na produção de significados subjetivos. A pesquisa concluiu que a curadoria de conhecimento pode efetivamente promover mudanças subjetivas nos professores, transformando sua relação com o currículo e enriquecendo sua prática pedagógica. A experiência da curadoria, ao ser entrelaçada com as vivências pessoais dos professores, desencadeou uma mobilização emocional, levando à produção de recursos subjetivos transformadores. A pesquisa também identificou o desenvolvimento de configurações subjetivas decorrentes da angústia docente diante da pressão por resultados e da demanda de transmitir o conteúdo programático dentro de prazos rigorosos, impactando emocional e psicologicamente a prática pedagógica. Fundamentadas na Teoria da Subjetividade de González Rey, a investigação pôde aprofundar a compreensão da experiência e prática docente em contextos educacionais contemporâneos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento dos educadores.



SIMP 06 | Coparentalidade e Parental Gatekeeping: formas de investigação e resultados de pesquisas na população brasileira

Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo De acordo com o Modelo dos determinantes da Parentalidade de Belsky a relação entre as figuras parentais destaca-se entre as variáveis que influenciam na parentalidade e consequentemente impactam no desenvolvimento infantil. Pesquisas tem investigado essa relação por meio dos construtos de coparentalidade e parental gatekeeping. Enquanto o primeiro refere-se ao relacionamento estabelecido entre os responsáveis pela criação de um/a filho/a; o segundo destaca as relações de poder entre esses cuidadores de modo a encorajar, desencorajar e/ou controlar a relação entre sua dupla coparental e o/a filho/a. Esse simpósio visa discutir pesquisas nacionais sobre essas variáveis. O primeiro trabalho objetivou investigar a relação entre a coparentalidade e a saúde mental em mães divorciadas. Seus resultados apontam para o poder preditivo positivo da saúde mental positiva materna em níveis maiores de melhor percepção de seu relacionamento coparental. O segundo trabalho, com vistas a aprimorar a qualidade dos resultados produzidos sobre o parental gatekeeping no país, realizou a modificação e adaptação transcultural da Escala de Parental Gatekeeping para população brasileira. O instrumento, após passar pelo processo de tradução, retrotradução e modificação para avaliar a autopercepção de percepção de parental gatekeeping e a percepção do parental gatekeeping exercido por sua dupla coparental, apresentou evidências de validade de construto e de critério que recomendam seu uso na população brasileira. Desse modo, o instrumento pode avaliar o parental gatekeeping a partir dos fatores de controle, encorajamento e desencorajamento de modo relacional, ao mensurar os próprios comportamentos e os comportamentos praticados pela outra figura parental. Ainda a modificação na redação dos itens trocando os termos mãe/pai por dupla coparental amplia as possibilidades de aplicação do instrumento para diferentes configurações familiares. Por fim, se discute o trabalho que investigou os efeitos da coparentalidade e do parental gatekeeping sobre os comportamentos de crianças de 3 a 11 anos. Os resultados indicaram um poder preditivo da coparentalidade sobre os comportamentos externalizantes das crianças - sobretudo o acordo coparental como fator de proteção e o conflito coparental como fator de risco. Os comportamentos externalizantes das crianças foram explicados negativamente pela dimensão de encorajamento e positivamente pela dimensão de desencorajamento do parental gatekeeping. Ainda, apenas o encorajamento do parental gatekeeping apresentou poder preditivo positivo para os comportamentos prossociais infantis. Desse modo, os três trabalhos trazem contribuições para a compreensão da relação interparental no contexto brasileiro, em diferentes configurações familiares. As implicações dos resultados dos três trabalhos para pesquisa, prática e elaboração de políticas públicas relacionadas à infância, parentalidade e coparentalidade também serão discutidas.



Coparentalidade e Saúde Mental

Jaíne Foletto Silveira

Resumo A chegada de um filho na família é um momento de grande importância e implica na chegada da coparentalidade. A coparentalidade é definida pelo envolvimento conjunto dos pais nos cuidados com os filhos. Além da criação dos filhos, as demandas da vida pessoal, conjugal e profissional geram desafios e sobrecargas aos pais, podendo levar a um aumento do sofrimento psíquico e a dificuldades na relação coparental. A saúde mental pode ser definida como um estado de bem-estar individual e é influenciada pelas interações sociais, fatores físicos, ambientais e psicológicos. Estudos têm mostrado associações da coparentalidade com a saúde mental de pais e mães. Diante disso, a presente pesquisa teve como objetivo compreender as relações entre coparentalidade e saúde mental positiva, bem como a influência de fatores sociodemográficos, como o estado civil, sobre estes construtos, de pais e mães com filhos entre três e onze anos de idade. Trata-se de uma pesquisa transversal com delineamento quantitativo que foi realizada através de um questionário sociodemográfico, a escala de relação coparental e a escala de saúde mental positiva. Participaram 502 mães e pais brasileiros. Foram realizadas análises estatísticas que demonstraram que os participantes casados apresentaram escores maiores em acordo coparental, divisão do trabalho, suporte coparental e reconhecimento da parentalidade do parceiro. Os participantes divorciados apresentaram maiores escores em sabotagem coparental. Referente às dimensões de saúde mental positiva os participantes casados apresentaram maiores escores de bem-estar emocional. Os participantes que possuíam níveis de escolaridade mais elevados, apresentaram médias maiores nas dimensões de acordo coparental, divisão do trabalho e na dimensão bem-estar social. Além disso, as dimensões positivas da coparentalidade apresentaram correlações com as dimensões da saúde mental positiva e as dimensões negativas da coparentalidade apresentaram correlações inversas com as dimensões da saúde mental positiva. Desse modo, conclui-se que ter uma relação coparental positiva está associado a melhores resultados de saúde mental para pais e mães.

Instrumento para mensurar a autopercepção e a percepção da dupla de Gatekeeping Parental: adaptação e evidências de validade na população brasileira

Larissa Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí), Clarisse Mosmann (UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos), Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Tamires Dias dos Santos

Resumo A relação entre dois adultos que compartilham de responsabilidades parentais acerca dos/as filhos/as exerce influência sob o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Quando esta relação interparental envolve um conjunto de comportamentos, consistentes e regulares, de uma das figuras parentais que encoraja, desencoraja e/ou controla os comportamentos e a interação da outra figura parental com os/as filhos/as, denomina-se esse fenômeno como parental gatekeeping. Estes



comportamentos podem ser exercidos por pais ou mães, sendo influenciados mutuamente, mas também pela parentalidade de cada um dos pais, pelas interações conjugais e coparentais. Por se tratar de um conceito recente na literatura científica, sua definição está em constante revisão, porém, o avanço na produção de instrumentos de medida com evidências de qualidades psicométricas ainda é incipiente, principalmente para o contexto brasileiro. Portanto, foi objetivo deste estudo modificar e adaptar transculturalmente a Escala de Gatekeeping Parental para a população brasileira. A EGP foi criada a partir de modificação da Maternal Gatekeeping Scale, para tanto, foi realizada a tradução, retrotradução e modificação para avaliar a autopercepção de percepção de parental gatekeeping e a percepção do parental gatekeeping exercido pela dupla coparental. As evidências baseadas no conteúdo foram geradas com base na análise de juízes, composta por pesquisadores da Psicologia do Desenvolvimento, pais e mães. Inicialmente a escala foi composta por 20 itens, respondidos em escala de frequência de cinco pontos via formulário digital. As evidências com base na estrutura interna e indicadores de precisão foram avaliadas em uma amostra de 649 pais e mães residentes no Brasil. Foram realizadas Análise Fatorial Confirmatória e verificação dos parâmetros dos itens a partir da Teoria Clássica dos Testes, sendo o modelo mais ajustado com 11 itens distribuídos em três dimensões: Desencorajamento, Controle e Encorajamento. Uma versão breve com três itens em cada uma das dimensões também se mostrou adequado. A invariância da medida para avaliar o gatekeeping parental em famílias com crianças na segunda e terceira infância, e adolescentes foi confirmada, contribuindo para a possibilidade de verificações dos efeitos deste fenômeno em estudos longitudinais. As dimensões da EGP correlacionaram-se entre si e com demais variáveis como coparentalidade e comportamento da criança, indicando evidências de validade com fatores externos. Portanto, a EGP apresentou evidências de validade de conteúdo, construto e critério favoráveis para uso na população brasileira. Além de contribuir com duas versões da escala para o contexto brasileiro, em comparação à original, apresentou a manutenção da mesma estrutura fatorial para avaliação de si e do outro. Ademais, pode avaliar o parental gatekeeping numa perspectiva relacional, pois tem versões para mensuração dos próprios comportamentos e dos comportamentos praticados pela outra figura coparental. Por fim, ressalta-se que é um instrumento inovador por ter os itens escritos de forma a referirem-se à dupla coparental e não a pais/mãe especificamente, o que contribui para sua aplicação em diferentes contextos, como famílias em que os homens exercem o papel de gatekeeper, famílias homoafetivas, com duplas coparentais não compostas por pais/mães (ex: avós), famílias divorciadas ou recasadas.

Parental gatekeeping e coparentalidade: função protetiva do encorajamento e acordo coparental no comportamento infantil

Tamires Dias dos Santos, Julia Aparecida Pivato, Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo O estudo de fenômenos que envolvem a relação interparental, como o parental gatekeeping e a coparentalidade, é relevante, uma vez que esses fenômenos



possuem poder preditivo para o comportamento dos filhos, podendo ser um fator de risco ou proteção para o desenvolvimento infantil. O parental gatekeeping ocorre quando um dos pais tenta regular o envolvimento do outro com o(a) filho(a), por meio de comportamentos encorajadores, desencorajadores e/ou controladores. A coparentalidade é definida pela forma como as figuras parentais compartilham a responsabilidade pela criação do(a) filho(a). O objetivo do estudo foi investigar as repercussões da percepção de pais e mães em relação ao parental gatekeeping e à coparentalidade no comportamento de crianças de três a onze anos. Participaram 447 pais (350 mães e 97 pais), a maioria (81,9%) se declarou casada, de etnia branca (78,7%), e possuía pós-graduação (53,9%). Quanto às crianças, 51,9% era do sexo feminino e de etnia branca (63,1%). Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Escala de Relação Coparental (ERC), The Maternal Gatekeeping Scale (MGS) e o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ). Através dos modelos de regressão linear múltipla testou-se todas as dimensões do parental gatekeeping e da coparentalidade como variáveis independentes e as dimensões do comportamento da criança como variáveis dependentes. Os resultados apontaram que a dimensão encorajamento do parental gatekeeping foi preditora estatisticamente significativa atenuante dos problemas de relacionamento com pares, e a única dimensão preditora promotora do comportamento pró-social infantil. Por outro lado, a dimensão desencorajamento teve poder preditivo promotor dos sintomas emocionais e dos problemas internalizantes. A dimensão de acordo coparental teve um importante poder preditivo atenuante dos problemas de conduta, hiperatividade e, conseqüentemente, dos problemas externalizantes e das dificuldades totais da criança. Enquanto o conflito coparental se apresentou como preditor promotor desses mesmos problemas de comportamento. É relevante destacar que as dimensões do parental gatekeeping predisseram os problemas internalizantes das crianças, enquanto as dimensões da coparentalidade predisseram os problemas externalizantes. Isso indica que esses construtos avaliam aspectos distintos da relação interparental e afetam o comportamento infantil de maneiras diferentes. Constatou-se que a dimensão de encorajamento e de acordo coparental foram fatores de proteção ao desenvolvimento das crianças, enquanto a dimensão de desencorajamento e o conflito coparental foram fatores de risco ao predizerem positivamente os problemas de comportamento da criança. Dessa forma, investigar esses construtos conjuntamente pode ampliar a compreensão dessas relações e de seus efeitos sobre a criança. Isso, por sua vez, pode auxiliar na elaboração de intervenções que favoreçam o funcionamento familiar, visando a reduzir ou prevenir problemas comportamentais infantis decorrentes dessas relações interparentais.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC); Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq); Instituto de Variações Socioculturais (IPEVSC).



SIMP 07 | Cyberpsicologia: Resultados de Pesquisas em Diferentes Contextos e Inovações Metodológicas

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Ciberpsicologia é um campo de investigação que busca compreender os processos interativos entre os seres humanos e diferentes recursos tecnológicos. Notadamente, houve um aumento substancial no interesse da comunidade científica internacional acerca das potencialidades e malefícios dessas interações, sobretudo em relação ao uso da internet e redes sociais após a pandemia da COVID-19. Dada a constatação de que as tecnologias alteraram radicalmente o modo de vida das pessoas e trouxe repercussões para o desenvolvimento psicológico, social e interacional das pessoas, este Simpósio tem como objetivo central apresentar resultados de pesquisas que se apoiaram nos pressupostos epistêmicos da ciberpsicologia, bem como visa compartilhar uma experiência acerca de um protocolo de pesquisa que está em desenvolvimento. O primeiro estudo a ser apresentado teve como objetivo investigar e analisar o contexto do uso das telas por crianças na primeiríssima e primeira infância a partir de uma coleta de dados realizado no contexto brasileiro com cuidadores. Em seguida, a segunda comunicação enfocará em uma experiência de pesquisa e intervenção do contexto australiano, acerca do desenvolvimento, implementação e avaliação de uma plataforma de rede social online que oferta suporte e atendimentos clínicos a adolescentes e jovens com questões de saúde mental e sofrimento psíquico. É importante salientar que esta comunicação será em inglês e não contará com tradução simultânea. Por fim, a terceira comunicação abordará uma metodologia que utiliza conteúdos produzidos e publicados online espontaneamente por adolescentes em plataformas digitais, como um recurso adicional à comunidade científica para a coleta e análise qualitativa de dados. Espera-se que este Simpósio suscite questões relevantes sobre a ciberpsicologia enquanto um novo e profícuo campo de investigação, bem como encoraje outras(os) pesquisadoras(es) a conduzirem estudos futuros nesse campo temático.

Inovações Metodológicas no Campo da Cyberpsicologia: Formulações Iniciais de um Protocolo de Pesquisa a partir de Postagens em Ambientes Virtuais

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar),
Haryadny Kamylla Macedo Muniz (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo A pesquisa com adolescentes sobre tópicos sensíveis apresenta inúmeros desafios devido às complexidades éticas e metodológicas, particularmente no estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade entre pesquisadores e participantes. Em contraste, esta comunicação propõe uma metodologia que utiliza conteúdos produzidos e publicados online espontaneamente por adolescentes em plataformas digitais, como um recurso adicional à comunidade científica para a coleta e análise qualitativa de dados. Para apoiar nossos argumentos, serão apresentados estudos de caso desenvolvidos a partir de pesquisas prévias conduzidas com



adolescentes do sexo feminino que praticaram sexting e tiveram imagens íntimas divulgadas na internet sem o consentimento. Sumariamente, relataremos as seguintes vantagens para as pesquisas com adolescentes a partir de conteúdos postados em plataformas online como um espaço para autoexpressão e coleta de dados para pesquisa: (i) trata-se de um espaço em que as adolescentes se sentiram seguras para compartilhar as experiências adversas; (ii) a possibilidade de editar vídeos antes das postagens permite um processo de reflexibilidade e criticidade das adolescentes, que passam a ter a oportunidade de refletir sobre o que querem efetivamente relatar; (iii) as participantes escolheram ambientes seguros e que se sentiam confortáveis, o que colaborou para a espontaneidade das adolescentes, algo que é desejável em pesquisas qualitativas. Os desafios e limitações dessa abordagem serão também discutidos, bem como serão apresentadas sugestões para pesquisas futuras.

My Circle: Development and evaluation of an online social networking platform for clinically guided peer-to-peer support for young people with mental health concerns.

Andrew James Campbell (The University of Sydney)

Resumo Supporting the mental wellbeing of young people is a major public health challenge, as 50% of lifetime mental illnesses develop before age 14 and 75% before age 25. Unfortunately, many young people do not receive the necessary care due to various barriers, increasing their risk of chronic mental health disorders. With internet-connected mobile devices being widespread, many young people turn to online platforms for mental health support and information. Over the past decade, social media has become central to their lives, providing a space for support, acceptance, and help-seeking. However, these platforms also expose them to inaccurate information and hostile interactions, potentially worsening their mental health. In response to this issue, yourtown and The University of Sydney developed My Circle, a purpose-built social networking platform designed to offer safe, anonymous, and clinically guided peer-to-peer support for young people. My Circle is distinct from traditional social media platforms in that it is safeguarded by clinical moderators who ensure that conversations remain safe, respectful, and informative. The moderators play a key role in validating young people's experiences, reducing stigma, normalizing help-seeking, and educating users. My Circle is also integrated with yourtown's Kids Helpline, providing 24/7 one-on-one support. The effectiveness of My Circle was evaluated in Phase 5, following its development and refinement through four previous phases using a participatory action research approach. Phase 5 involved a 36-week mixed-method evaluation, during which data was collected from nearly 2,800 young people aged 13-25 years. The majority of participants identified as women/girls (62.7%), with 12.4% identifying as men/boys, and 16.7% as gender-diverse, non-binary, or custom gender. The evaluation revealed that young people engaging with My Circle experienced improvements in psychological distress and mental wellbeing from baseline. Participation also led to reduced perceptions of mental health stigma,



enhanced coping skills, and a greater willingness to seek help from mental health and well-being services. Notably, those with the most severe psychological distress showed smaller changes in distress levels but were more engaged with the platform. Prolonged engagement with My Circle was associated with increased feelings of safety, improved coping skills, reduced help-seeking stigma, and greater awareness of mental health services. Qualitative feedback highlighted that young people valued the platform for its supportive environment, peer connections, and 24/7 access to help. Users appreciated the ability to share coping strategies, feel understood, and support others in similar situations. The community feeling of My Circle was seen as more positive and safer than other social media platforms, allowing users to express themselves without judgment. Moderators were particularly praised for their genuine support and care. The results from this evaluation provide strong evidence for the effectiveness of custom-built online social networking platforms like My Circle in supporting young people facing depression, anxiety, stress, and self-harm behaviors. My Circle offers a new digital mental health care model that could be scaled to support other vulnerable groups.

Uso de Telas na Infância - Estudo com Famílias de Crianças de 0 a 5 anos de Idade

Juliana Fernandes Eloi (Centro Sapienza)

Resumo O fácil acesso as redes sociais, aplicativos e jogos on-line tem crescido de forma acelerada nos últimos anos entre crianças e adolescentes, e principalmente após o contexto pandêmico da SARS Covid-19. O acesso das tecnologias sem controle na infância requer um alerta e atenção de todos os que cuidam e tem a responsabilidade de proteção social durante a infância e adolescência. O uso precoce, excessivo e prolongado das tecnologias é prejudicial ao desenvolvimento biopsicossocial de qualquer ser humano e os impactos das dependências tecnológicas reverberam na vida em sociedade. Portanto, essa pesquisa objetivou investigar e analisar o contexto do uso das telas por crianças na primeiríssima e primeira infância. O estudo tem uma metodologia descritiva, em que questionou em âmbito nacional mães e pais de crianças de 0 a 5 anos de idade acerca do uso de telas no cotidiano familiar. A coleta de dados se deu a partir do google forms com a aplicação de questionário sociodemográfico e questionário específico com 40 questões fechadas e 4 abertas para a coleta de narrativas sobre o contexto do uso de telas na infância e dinâmica familiar. Foram coletadas 248 respostas em contexto nacional em que, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará e São Paulo foram os estados do Brasil que tiveram os maiores índices de respostas. Notou-se que 94,5% das crianças possuem acesso liberado das telas (Smartphone, Tablet, Computador, Smart TV, Consoles e Vídeos games) em casa sem uso programado ou controlado pelo contexto parental. Observou-se que os participantes relataram que o uso das telas foi liberado após o interesse das próprias crianças aos 02 anos de idade correspondendo 35,2% das respostas, e crianças com menos de 01 ano 25%, 01 a 02 anos 20,3% e os 19,5% foram



distribuídos entre as idades de 03 a 05 anos. Ou seja, de acordo com o resultado, os pais só deram o acesso as telas aos seus filhos devido a necessidade apresentada pela própria criança. Já em relação ao tempo de telas 60,9% das crianças passam diariamente entre 02 a 04 horas ininterruptas conectados e sem uso gerenciado pela família. Concluiu-se que se faz necessária a ampliação de discussões acerca do uso de telas na infância em contexto familiar, educacional e social, para a geração de políticas de acessibilidade e expansão da consciência acerca do uso das tecnologias por crianças. Considera-se que o uso aberto e desprotegido de tecnologias na infância pode ter correlação com abandono digital parental e contextos de vulnerabilidades, em que o acesso demasiado pode causar impactos irreversíveis no desenvolvimento biopsicossocial, fisiológico, emocional e na relação afetiva entre a criança, família e sociedade, fatores fundamentais para o desenvolvimento humano.



SIMP 09 | Desafios e transformações na Psicologia do Desenvolvimento: Uma análise crítica da parentalidade contemporânea

Mauro Luís Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo Transformações sociais marcantes ocorreram ao longo das últimas décadas de pesquisa e atuação no campo da parentalidade. A disseminação de uma cultura global voltada ao individualismo e ao consumo, a dupla jornada de trabalho das mulheres, a precarização das condições de trabalho e a diversificação das configurações familiares são apenas alguns exemplos dessas mudanças. As teorias, os métodos e as práticas psicológicas têm se adaptado, em alguma medida, a essas transformações. Contudo, esse lento movimento em direção às novas demandas sociais parece insuficiente diante da complexidade e urgência dos problemas humanos que têm surgido, estando em sintonia com o tema central do evento que é: "Desafios Atuais e Futuros à Psicologia do Desenvolvimento diante de Crises Mundiais". Além disso, a pesquisa nessa área tem sido alvo de críticas contundentes. Muito do conhecimento e das práticas de intervenção produzidos são oriundos de contextos privilegiados, como, por exemplo, famílias brancas de países de alta renda, industrializados e com alto índice de urbanização. Por outro lado, é importante conhecer o que caracteriza e o que contribui para o desenvolvimento pleno de crianças que vivem em outros contextos, por meio de pesquisas metodologicamente sensíveis a contextos culturais específicos. Ignorar o viés existente na literatura que embasa a maior parte das práticas psicológicas para a promoção da primeira infância é uma falha ética, pois impõe padrões externos e, ao mesmo tempo, deixa de considerar necessidades e modos de vida locais que tendem a ser ecologicamente adaptativos. Essas características locais precisam ser conhecidas para que a Psicologia do Desenvolvimento seja diversa, inclusiva e crítica, considerando os diversos marcadores sociais e populações específicas. Nesse sentido, este simpósio está relacionado com o eixo temático "Família e relações intergeracionais" e tem como objetivo apresentar uma análise crítica de tópicos emergentes na área dos cuidados com crianças, fundamentada em teorias, com o objetivo de revisar e transformar práticas nessa área. Serão apresentados três capítulos que abordam diferentes temas e que fazem parte do livro: Da parentalidade à distribuição social de cuidados na infância, organizado por Patrícia Alvarenga e Mauro Luís Vieira, com previsão de publicação até o final deste ano (2024), produzido por pesquisadores e pesquisadoras que são membros do GT 33 da ANPEPP, Parentalidade e Desenvolvimento Infantil em Diferentes Contextos. Cada trabalho apresenta um problema identificado nos cuidados infantis que demanda reflexão, revisão ou transformação das práticas psicológicas atuais, baseando-se em dados de projetos de pesquisa. Os autores e autoras foram convidados a propor conceitos-chaves que ajudam a entender as origens dos problemas analisados e as razões pelas quais as práticas comuns da disciplina são insuficientes para enfrentá-los. Acreditamos que essas reflexões possam promover mudanças significativas na pesquisa e na atuação dos psicólogos junto a famílias com filhos pequenos e nos serviços públicos que as atendem.



As formas de cuidado para a situação da prematuridade: refletindo sobre os fundamentos teóricos e empíricos

Carolina Marocco (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul),

Cesar Augusto Piccinini (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo O objetivo deste estudo foi apresentar uma análise crítica de conceitos utilizados na área dos cuidados com crianças, visando avançar e refletir sobre essas práticas a partir do contexto da prematuridade. Serão analisados teoricamente os conceitos de preocupação materna primária (PMP) e parentalidade compensatória. Buscando entender a relevância de pensarmos em novas formas de cuidado, serão trazidos relatos clínicos derivados de estudos empíricos com mães e pais de bebês nascidos prematuros, frutos de estudos dos autores do presente estudo. O primeiro estudo teve como objetivo investigar indicadores da PMP em mães que tiveram bebês nascidos prematuros. Participaram do estudo quatro mães de bebês nascidos prematuros, com idades entre 22 e 28 anos, todas casadas. Os bebês estavam internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e tinham nascido entre 30 e 37 semanas. Foi utilizado um delineamento de estudo de caso múltiplo. Uma análise de conteúdo qualitativa das entrevistas semiestruturadas revelou que o contexto da prematuridade parece ter agregado mais angústia e inseguranças às mães que estavam em processo de desenvolvimento da PMP. É plausível se pensar que a prematuridade e suas intercorrências, podem ter impactado a PMP. A experiência foi descrita por todas as mulheres do estudo como solitária e o cuidado parental não igualitário. O segundo estudo buscou compreender a experiência da parentalidade em pais e mães de bebês nascidos prematuros nascidos durante a pandemia do COVID-19. Participaram dessa pesquisa cinco mulheres e cinco homens, com idade média de 31,8 anos para as mulheres e 33,8 para os homens. Os bebês nasceram entre 27 e 35 semanas. Foi utilizado um delineamento de estudo de caso múltiplo. Uma análise temática indutiva explorou e analisou os relatos dos participantes a partir de uma entrevista semiestruturada. No geral, fatores que envolveram a pandemia, como o isolamento social, a vacinação, as fakes news, impedimento da presença paterna nos exames pré-natais e o risco de parto prematuro acentuaram o sentimento de desamparo dos participantes do estudo. A instrumentalização de um suposto saber teórico que permitiria o controle da transmissão transgeracional sem falhas impactou o que era próprio e singular de cada um dos casais. As transformações subjetivas necessários à construção do lugar parental exigiram um trabalho psíquico intenso dos participantes e, muitas vezes, produziram efeitos disruptivos, vulnerabilidades emocionais e desamparo. A partir desses estudos empíricos e da revisão teórica, concluiu-se que é necessário que avancemos na concepção PMP e parentalidade compensatória. Mesmo autores contemporâneos parecem focar suas pesquisas principalmente no cuidado materno e, quando ele não "se enquadra" nas expectativas sociais idealizadas, responsabilizam unicamente a mulher por isso. É possível pensar que, em função da existência da representação social da mulher enquanto mãe especialista nas necessidades do filho, que acontece uma espécie de imposição desse papel, o que poderia gerar em algumas mulheres o sentimento de que sua "maternidade não é suficientemente boa". Ao libertarmos as mulheres do papel de agentes indispensáveis no cuidado, permitiríamos que outros cuidadores pudessem exercê-lo e, assim, promover o cuidado parental mais igualitário.



Coparentalidade e parental gatekeeping: importância das relações triádicas para o desenvolvimento infantil

Tamires Dias dos Santos, Mauro Luís Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Larissa Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí)

Resumo A família se configura como um sistema complexo, no qual os membros estão conectados por uma rede de inter-relações em um ambiente compartilhado. Uma característica deste sistema é a interdependência entre seus membros por longos períodos, assim como as interações dinâmicas que se formam, se dissolvem e se renovam, criando subsistemas familiares de influência mútua. As relações e vínculos estabelecidos entre os membros desta rede caracterizam sua organização e estrutura, ao mesmo tempo, em que retroalimentam os processos de desenvolvimento dos indivíduos e da família. Além disso, os subsistemas familiares são reagrupamentos entre díades e tríades que se constituem conforme a interação entre gerações, papéis sociais e exigências funcionais, fornecendo suporte aos subsistemas para realizarem suas atividades por meio de padrões transacionais, como os subsistemas conjugal, parental e coparental. A coparentalidade e o parental gatekeeping são aspectos da relação interparental que necessariamente envolvem uma criança, formando assim um conceito triádico. A coparentalidade ocorre quando dois ou mais adultos se comprometem a compartilhar a responsabilidade pela criação e decisões sobre a vida da criança. O parental gatekeeping acontece quando um dos pais tenta interferir na parentalidade do outro, através de comportamentos encorajadores, desencorajadores e/ou controladores. Estudar as relações entre esses fenômenos e entender seus efeitos no comportamento infantil pode ampliar o conhecimento sobre a dinâmica familiar e fornecer subsídios para a elaboração de intervenções familiares. Sendo assim, o objetivo do presente estudo foi verificar as relações entre o parental gatekeeping e a coparentalidade e suas repercussões no comportamento infantil. Participaram da pesquisa 447 pais brasileiros, a maioria mães (350), com filhos(as) com idades entre três e onze anos. Os participantes responderam à Escala de Relacionamento Coparental (ERC), à Escala de Gatekeeping Parental e ao Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ). A partir do Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade e da teoria da construção social de gênero, o modelo estrutural proposto testou a dimensão de controle (parental gatekeeping) como variável independente e as dimensões da coparentalidade e demais dimensões do parental gatekeeping como variáveis dependentes. Também foram analisadas as dimensões da coparentalidade e do parental gatekeeping como preditoras do comportamento infantil. Constatou-se que a dimensão de controle é preditora de todas as dimensões coparentais e do parental gatekeeping, o que sugere que o controle, como um aspecto cultural que envolve expectativas de gênero e poder na família, permeia essas relações entre os pais. Em relação ao comportamento infantil, apenas as dimensões coparentais previram a hiperatividade, enquanto apenas as dimensões do parental gatekeeping previram o comportamento pró-social. Portanto, esses resultados nos permitem afirmar que existem diferentes influências dos fenômenos relacionados à parentalidade no comportamento infantil, sugerindo a importância de investigar as relações



interparentais para a realização de intervenções familiares mais efetivas na promoção do desenvolvimento infantil e experiências positivas de parentalidade.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina (FAPESC) e Instituto de Variações Socioculturais (IPEVSC).

Envolvimento paterno no pré-natal e nascimento do bebê: relatos de mães primíparas e reflexões a partir do conceito teórico de sensibilidade e de estratégias de intervenção parental

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Ana Lucia Barreto da Fonseca (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Gisele Cerqueira Santos (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo Os cuidados e interações com a criança iniciam desde a gestação. Esse período é importante para a construção da parentalidade, visto que é a base do vínculo entre as figuras parentais e o bebê. Historicamente, o cuidado e afeto na relação com a criança tem sido atribuídos às mulheres, embora transformações sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas tenham alterado os papéis parentais. Assim, apesar de o pai estar mais presente nas diversas dimensões da vida das crianças, as mudanças nas funções parentais ainda são graduais e não atingiram todas as esferas da sociedade nas mesmas proporções: em comparação às mães, os pais ainda apresentam menor envolvimento nos cuidados e interação com o/a filho/a, sobretudo no processo gestacional. A participação nas consultas e exames pré-natais pode ser considerada uma estratégia para incentivar a sensibilidade paterna e despertar a sua atenção às necessidades físicas, cognitivas e emocionais do bebê, estimulando o envolvimento parental. Nessa perspectiva, a presente proposta de trabalho objetiva discutir os fatores que influenciam o envolvimento paterno no período pré-natal e nascimento, e as estratégias para fortalecer a relação do pai com o bebê, a partir do conceito teórico de sensibilidade parental e de evidências científicas de programas de intervenção parental no período da gestação. Para tanto, remete aos dados qualitativos de uma pesquisa de campo realizada pelos presentes autores com nove mães primíparas, sendo duas gestantes que estavam no último trimestre gestacional e sete puérperas, cujo objetivo foi compreender a experiência da maternidade e do envolvimento paterno. As participantes responderam a um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, aplicados de modo individual e online, a partir da plataforma Google meet. As respostas da entrevista foram submetidas à análise de conteúdo. As mães tinham idade entre 22 e 41 anos, todas casadas ou em união estável, seis de cor branca e três de cor negra/parda. Os relatos das participantes evidenciaram sentimentos de felicidade e expectativas positivas com a maternidade, como também maior sensibilidade, choro, sobrecarga no período gestacional e puerpério, além de sentimento de insegurança e nervosismo diante das incertezas da pandemia e da falta de orientações por parte de alguns profissionais de saúde. Em relação ao envolvimento paterno, algumas mães relataram que se



sentiam cuidadas por seus parceiros, e percebiam esses momentos como uma forma de envolvimento do pai com o bebê; destacaram também que, após o nascimento, os pais dividiam com elas as tarefas de cuidado da criança. Por outro lado, algumas mães relataram o distanciamento físico e emocional do parceiro em relação a elas e ao bebê, sendo estas as principais responsáveis pela interação e cuidados com o/a filho/a na gestação e após o nascimento. Portanto, discute-se a importância de programas de intervenção parental no período pré-natal que estimulem a sensibilidade paterna e a construção do vínculo pai-bebê, possibilitando o cuidado parental compartilhado.



SIMP 10 | Estudos sobre desenvolvimento na primeira infância: contextos educacionais e familiares

Laísy de Lima Nunes (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo A primeira infância, período de 0 a 6 anos de idade, é marcada por importantes mudanças e emergência de habilidades nos diferentes domínios do desenvolvimento. Desde o início da vida, as interações com os cuidadores proporcionam o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, tipicamente humanas. Entre os cuidadores primários, mães e pais ocupam papéis de destaque, mas não são os únicos que atuam no processo de desenvolvimento infantil. A depender da organização social e da dinâmica de cada família, as crianças, desde muito cedo, convivem com outros adultos, como os educadores, e com outras crianças, o que também caracteriza as trocas sociais. No presente simpósio serão apresentados estudos sobre desenvolvimento infantil, considerando os domínios sociocognitivo e emocional, contextos educacionais e familiares. O primeiro estudo foca nas habilidades sociocomunicativas infantis presentes em interações entre educadoras e bebês de duas instituições públicas de Educação Infantil da cidade de João Pessoa (PB). As observações em salas de berçário foram registradas e analisadas a partir de um protocolo de observação. Os resultados indicaram variações no uso intencional de brinquedos e objetos por parte dos bebês, nas atividades propostas pelas docentes, bem como de estratégias comunicativas intencionais dos bebês em interações com brinquedos, nas interações diádicas e poliádicas. A partir das análises, foi evidenciado o papel da instituição educacional como um contexto promotor de desenvolvimento. Concepção similar foi apresentada no segundo estudo, uma pesquisa realizada com mães e pais sobre o desenvolvimento de crianças de 3 a 6 anos no contexto da pandemia de COVID-19. Participaram da pesquisa sete mães e quatro pais residentes em Porto Velho (RO). Os relatos indicaram que, na visão dos participantes, as crianças apresentaram mudanças negativas nas emoções e nos comportamentos durante a pandemia. Raiva, estresse, tristeza e medo foram emoções destacadas pelos participantes, assim como o aumento da agressividade por parte das crianças. Além disso, os participantes destacaram a função da escola enquanto promotora do processo de desenvolvimento infantil, principalmente, ao perceberem mudanças positivas nos comportamentos dos filhos após retorno às atividades presenciais. Esta pesquisa também aponta para uma discussão necessária na Psicologia do Desenvolvimento: a dificuldade de inclusão de pais (homens) nos estudos sobre desenvolvimento infantil e parentalidade. Sobre essa questão, a revisão bibliométrica apresentada no terceiro estudo indica desafio semelhante. Mesmo ao ser estabelecido como critério de inclusão a participação de pais e mães, o quantitativo de mães que participaram das pesquisas analisadas sempre foi superior. Esta pesquisa analisou, por meio de uma revisão de escopo, artigos empíricos publicados até 2020 que abordaram a parentalidade na primeira infância. Foram selecionados 42 artigos, agrupados em três categorias: Práticas e envolvimento parental nas atividades educativas e cotidianas com os filhos; Crenças ou crenças parentais sobre temas relacionados à primeira infância; e Impactos da parentalidade no desenvolvimento e comportamento da criança. Os resultados dos estudos deste simpósio, quando analisados de forma conjunta, apontam para necessidade de realização de intervenções e políticas públicas voltadas para a primeira infância que considerem que o desenvolvimento infantil ocorre em diferentes contextos socializadores.



Habilidades sociocomunicativas de bebês em contextos de berçário: um estudo a partir da observação de interações de educadoras e bebês

Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Laísy de Lima Nunes (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Kayllane Patrício
Rodrigues, Anna Emília Almeida Costa Menezes de Freitas, Aline Moraes de
Oliveira, Rhayka Gisélia de Pádua Barbosa Falcão de Albuquerque

Resumo Essa exposição aborda as interações estabelecidas entre educadoras e bebês de duas instituições públicas de Educação Infantil da cidade de João Pessoa (PB). O estudo parte da premissa de que o bebê humano, desde seus primeiros meses de vida, é um sujeito que interage ativamente com outros de sua cultura, bem como possui comportamentos e habilidades que mobilizam interações sociocomunicativas e afetivas que favorecer o psiquismo infantil. Utilizou-se como forma de apreender as interações entre educadoras e bebês e entre os pares, o recurso metodológico de Observação em contexto de salas de berçário. As interações foram registradas de forma manual por graduandas do curso de Psicologia. Para analisar essas interações, foi criado um Protocolo de Observação o qual foi composto pelos seguintes itens: a) situação e materiais; b) tipos de episódio e interação (bebê-objeto; diádica, triádica e poliádica); e c) comportamentos e habilidades sociocomunicativas dos bebês. Os resultados das observações em turmas de berçário de duas instituições revelaram variações em termos de uso intencional de brinquedos e objetos por parte dos bebês, nas atividades propostas pelas docentes (brincadeira livre, músicas, leitura de histórias), bem como de estratégias comunicativas intencionais dos bebês em interações com brinquedos, nas interações diádicas (bebê-bebê, educadora-bebê), triádicas (bebê-brinquedo-educadora), e poliádicas (bebê em interação com outros bebês e professora). Nos bebês das turmas de Berçário 1 das duas instituições (6 meses a 1 ano), observou-se como comportamentos e habilidades, responder de forma não verbal às solicitações da professora (atende pelo nome), imitação de comportamentos observados de outro bebê ou solicitados pela docente, aponta para outro bebê imitando gesto da professora. Nos bebês mais novos, o choro foi um comportamento que despertou os cuidados da professora e a atribuição de significado. Verificou-se formas mais complexas de interação e comunicação em turmas do Berçário 2 (1 a 2 anos), com vocalizações, alternância de olhar entre objeto e o adulto e/ou outro bebê, comportamentos como imitação entre pares em torno de uma atividade com uma música, mediada pela docente; compreensão da solicitação ou intenção comunicativa da docente com subsequente resposta não verbal; oferece brinquedo a outro; olha atentamente e depois imita uso de brinquedo por outro; mostra o uso de brinquedo a outro bebê e brinca com ele, vocaliza sobre cor de brinquedo; imita comportamento de outro bebê; aponta e olha para objeto; oferece biscoito à observadora; chama o nome da professora, cumprimenta com 'bom dia', atividades meio-fim. Compreende-se como fundamental a utilização do recurso da observação e registro das interações acima descritas como parte de um conjunto de ações que podem ser úteis para construir espaços de diálogo e reflexão com as professoras. Afirma-se que o conhecimento de professoras de berçário acerca da importância dessas habilidades sociocomunicativas em bebês no primeiro ano de vida, explorada em pesquisas no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento inicial, é



relevante para a elaboração de atividades que potencializem o psiquismo infantil e as interações estabelecidas nesse contexto.

O exercício da parentalidade nos seis primeiros anos de vida: uma revisão de escopo

Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo A família se constitui como o primeiro contexto socializador e é no exercício da parentalidade que os responsáveis buscam garantir que as necessidades físicas, cognitivas e socioemocionais da criança nos primeiros anos de vida sejam atendidas. Diante da importância da parentalidade para o desenvolvimento da criança na primeira infância, buscou-se conhecer como as pesquisas na área estão sendo desenvolvidas. Assim, a presente pesquisa buscou analisar os artigos empíricos que abordam a parentalidade na primeira infância. Os descritores buscados nos títulos dos artigos foram: "Parents" e "Early childhood". Os estudos foram pesquisados em quatro plataformas (Portal Periódicos Capes, Web of Science, Pubmed e Scielo) dentro de um recorte temporal que não delimitou o início do ano de busca das publicações e que estabeleceu como ano final de inclusão o ano de 2020. A pesquisa seguiu as orientações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews e o acrônimo PCC (população, contexto e conceito) adotado foi estabelecido da seguinte forma: a População foi pais (mães e pais), o Contexto o da primeira infância e o Conceito analisado o da Parentalidade. Os critérios de inclusão foram: artigos empíricos revisados por pares, redigidos em qualquer idioma e que abordavam exclusivamente a parentalidade relativa à primeira infância (0 e 6 anos). Em relação aos participantes da pesquisa, foi estabelecido que os estudos deveriam sempre conter pais e mães, podendo ter ou não outros participantes e que tanto os progenitores quanto os filhos apresentassem desenvolvimento típico. Foram analisadas as seguintes dimensões das pesquisas: autoria, ano de publicação, local de realização da pesquisa, instrumentos utilizados, objetivos e principais resultados dos artigos. A partir da metodologia adotada, foi identificado inicialmente um total de 1.504 artigos que, após ser analisado a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foi reduzido para 42 artigos. Verificou-se que os principais temas abordados foram: as "Práticas e envolvimento parental nas atividades educativas e cotidianas com os filhos", as "Crenças ou crenças parentais sobre temas relacionados à primeira infância" e os "Impactos da parentalidade no desenvolvimento e comportamento da criança". A análise dos dados aponta que o número de publicações nos últimos 10 anos aumentou significativamente e que a maior parte das pesquisas foram realizadas em países considerados desenvolvidos. Dessa forma, não consta na presente revisão artigos publicados na África e na América latina. Tal limitação indica uma lacuna referente ao conhecimento das diversas culturas e expressões da parentalidade, o que por sua vez ainda reflete um viés de região e



de classe social e nível educacional nas pesquisas que abordam a parentalidade na primeira infância. Ademais, mesmo sendo estabelecido como critério de inclusão a participação concomitante de pais e mães, o quantitativo de mães que participaram das pesquisas analisadas sempre foi superior ao quantitativo de pais. Assim, ainda foi possível verificar um viés de gênero, pois o mesmo além de atravessar as próprias funções parentais, com mães mais envolvidas nas atividades de cuidado e educação dos filhos, esteve presente na forma em que as pesquisas foram realizadas.

Relatos parentais sobre desenvolvimento infantil durante a pandemia de COVID-19

Laísy de Lima Nunes (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Prisma Inácio da Silva Barbosa

Resumo As ideias e concepções que os cuidadores possuem sobre o desenvolvimento infantil influenciam, direta ou indiretamente, as suas práticas de cuidado e de socialização direcionadas às crianças. Atentar para a primeira infância é reconhecer que a provisão de interações sociais favoráveis ao desenvolvimento terá impactos significativos ao longo do ciclo de vida. Isso implica também em considerar os fatores históricos, sociais e culturais envolvidos no processo de desenvolvimento infantil. Nesse sentido, o cenário atípico da pandemia da COVID-19 trouxe modificações para as vivências das famílias e, particularmente, para o desenvolvimento das crianças. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar os relatos parentais sobre o desenvolvimento infantil de crianças entre 3 e 6 anos durante o período pandêmico. Os participantes foram sete mães e quatro pais residentes na cidade de Porto Velho (RO), com idades entre 24 e 38 anos. As crianças apresentavam desenvolvimento típico. Entre os critérios de inclusão, não houve exigência que os participantes fossem casais, todavia, cabe pontuar que os quatro homens participantes formavam casais com quatro mulheres que também participaram da pesquisa. Quanto ao nível instrucional, cinco participantes tinham o ensino médio completo; quatro, o ensino superior completo; e dois, o ensino superior incompleto. Foram utilizados um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturada. A coleta de dados ocorreu de forma presencial entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022. Todos os princípios éticos para pesquisas com seres humanos foram seguidos. Para análise dos dados foi adotada a técnica de análise do conteúdo. Os resultados do estudo evidenciaram que, de acordo com os relatos parentais, as crianças apresentaram mudanças negativas nas emoções e nos comportamentos durante a pandemia. Entre as emoções percebidas pelos cuidadores foram destacadas raiva, estresse, tristeza e medo e, no comportamento, notou-se o aumento da agressividade. O isolamento social, adotado durante a pandemia como medida de prevenção à contaminação com o novo coronavírus, foi indicado como motivador das principais alterações, por ter restringido as interações sociais das crianças. O aumento do uso de telas por parte das crianças foi indicado como um fator preocupante. Conclui-se que, na visão dos pais, o desenvolvimento infantil foi impactado negativamente



no período da pandemia. Além disso, foi possível verificar o reconhecimento, por parte dos participantes, da função da escola enquanto promotora do processo de desenvolvimento das crianças, tanto no aspecto cognitivo como no sociocomunicativo. Eles relataram mudanças positivas no comportamento dos filhos, que foram percebidas após o retorno às atividades escolares de forma presencial. Este estudo apresentou elementos pertinentes ao tratar de temas como o desenvolvimento infantil e a parentalidade em meio a um cenário atípico, podendo contribuir com a discussão sobre as implicações desse período e suas possíveis consequências para o pós-pandemia. Outras considerações gerais sobre a realização da pesquisa indicam a dificuldade de inclusão de pais (homens) nos estudos sobre desenvolvimento infantil e parentalidade.



SIMP 11 | Pesquisa em população ribeirinha da Amazônia: oportunidades e desafios

Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O desenvolvimento humano, apesar de apresentar algumas características presentes em todas as culturas conhecidas do planeta, apresenta também características particulares relacionadas às diversas culturas e contextos sociais nos quais as crianças participam de forma ativa, interagindo com os aspectos físicos, sociais e simbólicos presentes nos mesmos, resultando em diferentes trajetórias de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1979, 2011; Rogoff, 2003). Porém, apesar da grande diversidade de contextos sócio-culturais encontrados no mundo, a pesquisa na Psicologia do Desenvolvimento é ainda tímida na exploração desta diversidade. Por exemplo, a maior parte da pesquisa publicada na área é feita nos E.U.A. e na Europa, sendo ainda escassa a contribuição de países do hemisfério sul e da Ásia, com menor poder aquisitivo e, paradoxalmente, local onde a maioria da população mundial habita. De forma similar, a grande maioria da pesquisa na área é feita em contexto urbano, apesar de grande parte da população mundial viver em zonas rurais. A Psicologia do Desenvolvimento precisa necessariamente enfrentar essa situação para ser capaz de compreender os diversos processos e mecanismos presentes nas diferentes trajetórias de desenvolvimento de populações ao redor do planeta. Sem a integração dessa diversidade corremos o risco de compreender o desenvolvimento humano de forma incompleta ou mesmo equivocada por não termos dados suficientes de forma a contemplar o maior número possível de experiências de vida nos mais variados contextos globais. A proposta dessa mesa-redonda é apresentar três pesquisas desenvolvidas em contextos ribeirinhos da Amazônia, salientando as oportunidades de conhecimento assim como os desafios da pesquisa com essa população. A população ribeirinha da Amazônia oferece a oportunidade do estudo do desenvolvimento humano em um contexto, além de pouco estudado, bastante diferenciado das populações tradicionalmente mais investigadas. Além disso, é uma população com baixo índice de desenvolvimento humano, com escassez de políticas públicas e vulnerável às consequência das mudanças climáticas vivenciadas na atualidade. A primeira apresentação de Júlia Scarano de Mendonça apresenta algumas características da população ribeirinha e traz as estratégias utilizadas e os desafios enfrentados na coleta de dados em andamento da pesquisa “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia” que está sendo realizada na Ilha do Combú, próxima a Belém. A segunda apresentação, de Simone Silva, apresenta as estratégias utilizadas para a “inserção ecológica” de um grupo de pesquisadores em um outro contexto ribeirinho amazônico: na ilha do Marajó, no Pará. A terceira apresentação de Neuzeli Pinto explora o processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias, principalmente de mulheres, na organização do trabalho em comunidades ribeirinhas por meio de pesquisa de campo com base na inserção ecológica. O estudo contribui para a compreensão da participação das mulheres em contextos vulneráveis, apontando para propostas de atuação com bases democráticas e sustentáveis. Finalmente, as três autoras enfatizam a necessidade de ampliar as pesquisas em contextos vulneráveis de desenvolvimento, apesar das dificuldades enfrentadas no processo.



Coleta de dados quantitativos em população ribeirinha: estratégias e desafios

Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Segundo Mendes et al., (2008) os ribeirinhas da Amazônia vivem em comunidades compostas por vários agrupamentos familiares de 20 a 40 casas de madeira, construídas em palafitas e distantes umas das outras cerca de 200 metros. As casas são construídas ao longo dos rios dificultando o contato entre os moradores das várias casas que compõem as comunidades e intensificando o convívio entre os membros familiares que vivem na mesma casa. Essa situação tem potencial de criar dinâmicas interacionais e familiares próprias que podem, por sua vez, influenciar as trajetórias de desenvolvimento da população ribeirinha. O presente trabalho apresenta algumas características do contexto ribeirinha da Amazônia e os procedimentos de coleta de dados da pesquisa em andamento "Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia" realizada na Universidade Federal do Pará, com ênfase nas estratégias e desafios enfrentados pela equipe de pesquisa. A pesquisa está sendo feita na Ilha do Combú, localizada na região metropolitana de Belém, às margens do Rio Guamá. Devido à proximidade com Belém, as comunidades locais apresentam uma dualidade entre o modo de vida tradicional e elementos urbanos. Tradicionalmente, a economia local centra-se na extração de sementes do açaí, que é usado como alimento e comercializado nas feiras de Belém, além da pesca artesanal e agricultura de subsistência. No entanto, a região vem mudando com o aumento do turismo e com a abertura de restaurantes e pousadas que trazem novas pessoas com outras culturas. Nesse contexto, o primeiro contato com a comunidade foi feito com uma líder comunitária que nos falou sobre a estória da Ilha do Combú e da importância de entrarmos em contato com a Unidade Básica de Saúde (UBS) para que nos auxiliassem no recrutamento dos participantes da pesquisa. Por meio do contato com a UBS, pudemos conhecer as agentes comunitárias de saúde (ACS) que realizam as visitas familiares à população. Foi por meio das ACSs que tivemos acesso às famílias com crianças na faixa etária que estávamos estudando. O contato inicial com as famílias foi feito pelas ACSs, que enviaram um panfleto informativo sobre a pesquisa feito pela equipe da pesquisa, com o convite para participar da mesma. Na apresentação, serão apresentados os dados das famílias contactadas, assim como, as estratégias desenvolvidas pela equipe para realizar as visitas domiciliares. A coleta vem sendo realizada há 4 meses com um total de 18 famílias visitadas até o momento. Na apresentação serão discutidos aspectos fundamentais para o sucesso da coleta como a união da equipe de pesquisa, a familiarização da população local com a equipe, o cuidado para estabelecer uma relação de confiança com a população e a troca com a comunidade. Como contrapartida, a equipe realiza oficinas sobre desenvolvimento infantil na UBS, fornece um relatório para cada criança sobre o seu desenvolvimento e oferece grupos de apoio às mães e aos pais que apresentaram indicadores de depressão. As escolas da Ilha também estão sendo contactadas como outra fonte de recrutamento dos participantes.



Inserção ecológica no contexto de uma comunidade ribeirinha amazônica

Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC), Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A inserção ecológica pressupõe um envolvimento contínuo do pesquisador com os participantes no contexto em que a investigação ocorre. Contudo, em algumas pesquisas de campo há problemas operacionais inerentes que dificultam o contato ininterrupto do pesquisador e que se configuram como um desafio metodológico. O presente artigo apresenta as estratégias utilizadas para a “inserção ecológica” de um grupo de pesquisadores em um contexto ribeirinho amazônico na ilha do Marajó. Serão especialmente discutidos os seguintes aspectos: a) a formação da equipe de pesquisadores e a construção coletiva do conhecimento; b) o contato com informante, o seu papel e a descrição de uma estratégia de coleta de dados através da técnica de fotografias e c) a utilização do inventário sociodemográfico (ISD) como elemento de coleta e de inserção ecológica.

Mulheres de comunidades tradicionais: liderança, trabalho e organização

Neuzeli Maria de Almeida Pinto (UEMA - Universidade Estadual do Maranhão)

Resumo O debate em torno das lideranças comunitárias - tendo as mulheres como protagonistas no contexto das comunidades tradicionais - ganha centralidade na cena contemporânea, tendo em vista a busca por modalidades de desenvolvimento em uma perspectiva de sustentabilidade e maior participação e autonomia nos espaços com igualdades nas relações de gênero. Nesse sentido, esse trabalho apresenta a discussão com base na pesquisa realizada com as mulheres em comunidades tradicionais do Estado do Pará, as ribeirinhas, analisando as lideranças comunitárias, trabalho e organização decorrentes nos contextos ecológicos da família. A pesquisa de campo teve como base a inserção ecológica associada a abordagens quantitativas e qualitativas, cujo objetivo principal foi a discussão acerca das relações no processo de construção da autonomia de lideranças comunitárias, principalmente de mulheres na organização do trabalho em contextos das comunidades tradicionais. E, sobre como articulam alternativas e possibilidades de desenvolvimento do trabalho produtivo sustentável. Os resultados permitiram constatar, a importância das relações de gênero, levando em consideração a autonomia e o empoderamento das mulheres investigadas para o desenvolvimento destas mulheres nas suas lideranças e atividades produtivas. Além disso, cria-se a possibilidade de inserção dessas mulheres em vários contextos e níveis de relacionamento, além da de outros microssistemas, de modo adaptado e com equilíbrio nas relações de sustentabilidade viabilizadas pela relação mulher-natureza. Desse modo, permite-se às mulheres, a circulação em vários contextos, bem como a interação entre as pessoas e o poder, o que favorece aos processos de transformações macrosociais. Portanto, é nas rotinas dessas mulheres que os contextos nos quais estão inseridas estabelecem uma interação dinâmica e recíproca entre si, como a casa, as comunidades tradicionais, o local de trabalho e a associação comunitária, caracterizando, assim, o mesossistema, nos quais esses



sujeitos participam ativamente. Na sequência, conclui-se que as análises contribuíram para uma compreensão melhor da participação das mulheres nos contextos que atuam, apontando para uma proposta com bases democráticas e sustentáveis do desenvolvimento a partir da atuação das mulheres.



SIMP 12 | Processos de Resiliência a partir de Perspectivas do Sul-Global

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Os processos de resiliência psicológica se associam a capacidade intrapsíquica de superação dos eventos adversos decorrentes da exposição a adversidades. Contrariando perspectivas espontaneísta, a resiliência não é uma habilidade inata ou uma manifestação de determinados marcadores genéticos, biológicos ou hereditários. A resiliência se manifesta a partir da disponibilidade de fatores protetivos que são ofertados e estão disponíveis as pessoas, o que pode incluir recursos comunitários e intervenções culturalmente sensíveis e dialógicas com as necessidades das populações. Entretanto, uma das críticas mais frequentes a este campo de investigação refere-se ao fato de que as pesquisas sobre resiliência foram, historicamente, conduzidas no Hemisfério-norte, o que implicou na consolidação de discursos e práticas descontextualizadas e distantes da realidade dos povos do Hemisfério-sul. A partir desses argumentos, este Simpósio tem como objetivo central apresentar resultados de pesquisas sobre resiliência conduzidas por pesquisadores(es) brasileiras(os) e sul-africanas(os). A primeira comunicação refere-se a uma revisão sistemática dos estudos que documentaram a resiliência de crianças e jovens sul-africanos, bem como estudos empíricos conduzidos entre 2018 e 2023 que relatam os recursos de proteção que são proeminentemente associados à resiliência de crianças e jovens no contexto da África do Sul. É importante salientar que esta comunicação será em inglês e não contará com tradução simultânea. Na sequência, a segunda comunicação terá como objetivo apresentar os resultados de um estudo empírico que acompanhou por um período de 11 anos adolescentes e jovens brasileiros que estavam expostos a situações de risco, particularmente em condição de pobreza, trabalho infantil ou abuso sexual. Complementarmente, serão compartilhadas análises que indicaram como os processos de resiliência na vida dos participantes se expressaram. Por fim, a terceira apresentação terá como objetivo relatar resultados de pesquisas e intervenções sobre o tema da resiliência desenvolvidas por um grupo de pesquisa do nordeste brasileiro. Ao longo de 12 anos, este grupo tem se dedicado aos estudos de diferentes grupos/populações em situações de vulnerabilidades diversas, seja pela condição de minoria sexual e de gênero, de transtornos do neurodesenvolvimento (autismo, por exemplo), deficiências e HIV/AIDS. Espera-se que este Simpósio possa ilustrar acuradamente como os processos de resiliência devem ser analisados a partir das experiências culturais, bem como permita um espaço de interlocução entre pesquisadoras(es) de diferentes nacionalidades.

Pesquisas e intervenções sobre Resiliência com grupos em vulnerabilidade: O que temos aprendido?

Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo Esse trabalho tem como objetivo relatar resultados de pesquisas e intervenções sobre o tema da resiliência, desenvolvidas por um grupo de pesquisa do nordeste brasileiro. Ao longo de 12 anos o grupo tem se dedicado, especialmente,



ao estudo de diferentes grupos/populações em situações de vulnerabilidades diversas, seja pela condição de minoria sexual e de gênero, de transtornos do neurodesenvolvimento (autismo, por exemplo), deficiências e HIV/AIDS. Em comum os estudos possuem a perspectiva multissistêmica da resiliência, que integra os níveis individuais, familiares e comunitários na análise; além da integração de dados quantitativos e qualitativos nos processos de coleta e análise de dados. Os estudos serão utilizados como ilustrativos dos diferentes fatores de risco e fatores de proteção que têm sido identificados nessas pesquisas e que possuem grande potencial de subsidiar a elaboração/desenvolvimento de estratégias de intervenção eficazes a esses grupos. Considerando a realidade de um país do hemisfério sul e de uma cidade do nordeste brasileiro, assim como de populações em especial condição de vulnerabilidade, com riscos potenciais de maiores agravos à sua saúde física e mental, advoga-se que a lente teórica da resiliência pode promover um olhar mais salutogênico e emancipatório desses indivíduos, grupos e famílias.

Processos de Resiliência Captados em Investigações Longitudinais: Uma Análise a partir do Modelo Teórico das Sete Tensões

**Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar),
Neli Cacoza (LAPREV)**

Resumo As pesquisas sobre resiliência com recorte longitudinal são escassas, em especial em países do hemisfério-sul, cujos investimentos em políticas científicas são insuficientes e limitados. Com base nestas considerações, esta comunicação terá como objetivo apresentar os resultados de um estudo empírico que acompanhou por um período de 11 anos adolescentes e jovens que estavam expostos a situações de risco, particularmente em condição de pobreza, trabalho infantil ou abuso sexual. Complementarmente, serão compartilhadas análises que indicaram como os processos de resiliência na vida dos participantes se expressaram. As análises se fundamentaram no modelo teórico intitulado Sete Tensões, desenvolvido originalmente pelo pesquisador canadense Michael Ungar. Em síntese, essa proposta entende que os processos de resiliência emergem quando problemáticas contextuais (denominadas Tensões) são enfrentadas ou resolvidas pelas pessoas. A investigação empírica que resultou neste estudo baseou-se na abordagem qualitativa, com delineamento longitudinal-retrospectivo, exploratório-descritivo e conduzido a partir de um Estudo de Casos Múltiplos. Na segunda etapa da pesquisa (T2) participaram da pesquisa 4 jovens, com idades entre 25 e 29 de idade (MI = 26,75), sendo três mulheres e um homem. Estes participantes foram recrutados, inicialmente (T1), no ano de 2010, quando eram adolescentes. Os critérios de inclusão foram: (i) estarem expostos a adversidades significativas; (ii) demonstrarem processos de resiliência a partir da avaliação de profissionais que os atendiam. Tanto na adolescência quanto na vida adulta os participantes se envolveram em diversas etapas de coleta de dados, que culminou em um extenso banco de dados qualitativo, analisado principalmente com o emprego da Análise Temática. Os resultados do estudo empírico apontaram que



os participantes estiveram expostos a inúmeros fatores de risco que perduraram longitudinalmente, da infância à vida adulta, embora existam algumas alterações nessas variáveis. Por outro lado, os processos de resiliência dos participantes se associam com a resolutividade de Tensões, definidas como problemáticas sociais que, quando enfrentadas, auxiliam na promoção de resiliência. Algumas Tensões parecem ter sido enfrentadas desde adolescência, ao passo que outras foram solucionadas apenas quando os participantes eram adultos. Além disso, identificou-se uma nova Tensão - Capacidade em nutrir projetos de vida - que requer investigações adicionais no futuro para que seja confirmada, refutada ou reformulada.

South African perspectives on child and youth resilience

Linda Theron (University of Pretoria)

Resumo South Africa, often described as the world's most unequal country, is a challenging context in which to grow up. Even so, many children and youth show inspiring resilience to the apparently intractable challenges that characterise South Africa. Drawing on a 2018 systematic review of the studies that documented the resilience of South African children and youth, as well as on various empirical studies conducted between 2018 and 2023, this paper reports on the protective resources that are prominently associated with the resilience of South Africa's children and youth and interrogates how their prominence reflects South Africa's situational and cultural dynamics. It also comments on the developmental fit of these resources. Overall, the paper shows that while personal and relational resources are prominent across age groups, institutional, environmental, and spiritual resources matter too; in so doing, it prompts attention to the importance of psychologists developing multisystem interventions that have Global South situational and cultural fit and discourages the notion that Global North interventions should be readily applied in Global South contexts.



SIMP 13 | Projeto de Vida ao Longo do Desenvolvimento Humano: Teoria, Pesquisa e Intervenção

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas)

Resumo A temática projeto de vida ganhou destaque com a recente inclusão do componente curricular projetos de vida na Educação Básica. Como projetos de vida são construídos ao longo de toda a vida, este simpósio se articula com a área temática Processos de Desenvolvimento ao Longo do Ciclo de Vida e tem como objetivo apresentar a temática projetos de vida a partir de resultados de pesquisas e intervenções realizados por três pesquisadoras de diferentes regiões do país com participantes distintos: adolescentes, professores da Educação Básica e adultos jovens. O objetivo da primeira apresentação foi descrever dois estudos sobre projetos de vida desenvolvidos no extremo norte do país. O primeiro estudo teve como objetivo analisar a percepção de dez estudantes do Ensino Médio de uma escola pública sobre o processo de inserção e permanência no ensino superior. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo. Constatou-se que os participantes apresentaram aspirações positivas em relação ao seu futuro apesar de sentirem-se desmotivados por considerar ter pouco conhecimento sobre políticas educacionais. O segundo estudo foi uma intervenção com o objetivo de contribuir na construção de projetos de vida com 16 adolescentes e jovens de uma turma de classe de aceleração. Constatado que a maioria dos estudantes estão desmotivados diante de seu futuro profissional com ausência de perspectivas em relação as possibilidades positivas profissionais. A segunda apresentação teve como objetivo relatar resultados de um estudo sobre as concepções de projeto de vida de professores de escolas estaduais que lecionam o componente curricular Projeto de Vida de Campinas, São Paulo. Participaram do estudo sete professoras de duas escolas públicas. Os dados foram analisados por meio de Análise Temática. Os resultados indicaram possibilidades, desafios e contradições em relação ao componente curricular projeto de vida. Constatou-se que todas as professoras afirmaram ter um projeto de vida, que a docência fazia parte do projeto de vida da maioria delas, e que a formação continuada é imprescindível para que professores possam lecionar o componente Projeto de Vida na Educação Básica. A terceira apresentação teve como objetivo desenvolver e avaliar uma intervenção para promoção do sentido de vida e do trabalho no contexto brasileiro com adultos jovens de Salvador, Bahia. Foram realizados dois estudos. O primeiro estudo teve como objetivo adaptar, desenvolver e avaliar a intervenção para aplicação no contexto brasileiros. Realizou-se a tradução e adaptação cultural para adequar a intervenção ao contexto brasileiro, considerando seus valores, significados e padrões culturais. A intervenção foi conduzida em seis sessões, com seis participantes. Os resultados indicaram níveis positivos de aprendizado sobre as temáticas abordadas, maior autoconhecimento, satisfação com a intervenção e com o desempenho dos facilitadores. O segundo estudo teve como objetivo analisar o processo reflexivo dos participantes durante a aplicação na intervenção por meio do Iramuteq. Os resultados revelaram a presença de processos reflexivos sobre sentido de vida e trabalho, resultando em uma mudança qualitativa em suas visões e comportamentos no auxílio na identificação das ações e habilidades necessárias para execução dos seus projetos ao longo do processo.



Componente Curricular Projeto de Vida: Concepções de Professoras da Escola Pública

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas), Carlos Henrique Ferreira da Silva (USF - Universidade São Francisco)

Resumo O objetivo deste estudo foi conhecer as concepções de projeto de vida de professores de escolas estaduais que lecionam o componente curricular Projeto de Vida. Pretendeu-se conhecer (a) a experiência de lecionar projeto de vida durante a implementação do Inova Educação e (b) se esses professores têm um projeto de vida. Foi realizada uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Participaram do estudo sete professoras que lecionavam o componente Projeto de Vida em duas escolas públicas, de grande porte, de uma cidade do interior do estado de São Paulo, escolhida por conveniência. Foram utilizados o Questionário de Dados Sociodemográficos e o Protocolo de Entrevista Semiestruturada para Projeto de Vida de Professores, elaborados para este estudo. As professoras foram entrevistadas individualmente, on-line, e as entrevistas foram gravadas em áudio. Os dados foram analisados por meio de análise temática. Os resultados indicaram que as concepções das professoras sobre projeto de vida contemplaram dimensões do projeto de vida. Porém, tal dimensão foi contemplada quando as participantes foram questionadas sobre o projeto de vida delas. Foi possível conhecer a experiência das professoras de lecionar o componente Projeto de Vida e identificar possibilidades, desafios e contradições em relação a esse componente. Constatou-se que todas as professoras afirmaram ter um projeto de vida e que a docência fazia parte do projeto de vida da maioria delas. Assim, indica-se que, apesar das contradições da implementação do componente, da precarização do curso de formação oferecido pelo Governo do Estado de São Paulo e de como a maioria das professoras escolheu lecionar Projeto de Vida pela necessidade de complementação de carga horária, o fato de a docência ser parte do projeto de vida delas torna essa tarefa mais significativa do ponto de vista do projeto de vida mais amplo delas. Portanto, são imprescindíveis formações, tanto nos cursos de licenciatura quanto em ações de formação continuada, para que os professores possam lecionar o componente Projeto de Vida na Educação Básica. Defende-se que a perspectiva formação que se propõe é pautada na reflexão, na troca entre os pares e na autoavaliação pelos docentes para a construção de um projeto coletivo da escola para o componente Projeto de Vida.

Percepções de adolescentes e jovens de escolas públicas do terceiro ano do ensino médio e de uma classe de aceleração sobre o processo de inserção no ensino superior e sobre seus projetos de vida em Boa Vista - RR

Fernanda Ax Wilhelm (UFRR - Universidade Federal de Roraima), Amanda Amaral (UFRR), Heloísa Lima de Melo (UFRR), Abigail Gonçalves da Silva (UFRR), Maria Gabriella Ferreira Lima (UFRR), Mayara Rodrigues Silva, Vitoria Rodrigues de Oliveira (UFRR)

Resumo O objetivo é descrever dois estudos (pesquisa e intervenção) sobre projetos de vida com adolescentes e jovens estudantes no extremo norte do país.



O primeiro estudo teve como objetivo geral analisar a percepção de dez estudantes do ensino médio de uma escola pública sobre o processo de inserção e permanência no ensino superior. Foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados com base na Análise de Conteúdo. Entre os principais resultados foi constatado que parte destes estudantes desconhecem a finalidade das políticas de acesso e de permanência do ensino superior com questionamentos presentes em suas narrativas relacionados ao valor de mensalidade, localização das universidades na cidade e se é permitido o acesso sem estar matriculado, entre outros. Para estes adolescentes ingressar no ensino superior possibilita a oportunidade de proporcionar um futuro melhor para sua família através dos estudos; fazer a diferença na vida de sua família; conseguir um emprego digno; ter carteira de trabalho assinada; ser independente financeiramente; ajudar as pessoas; conquistar a casa própria; dar um futuro bom para os pais e para seus futuros filhos. Os adolescentes apresentaram aspirações positivas em relação ao seu futuro apesar de sentirem-se desmotivados por considerar ter pouco conhecimento sobre políticas educacionais e ter aprovação no vestibular. Já o segundo estudo, tratou-se de uma intervenção no contexto educativo com o objetivo de contribuir na construção de projetos de vida com 16 adolescentes e jovens de uma turma de classe de aceleração no período noturno. Entre os principais resultados foi constatado que a maioria dos estudantes estão desmotivados diante de seu futuro profissional com ausência de perspectivas em relação as possibilidades positivas profissionais. Os motivos relatados foram residir em um bairro de vulnerabilidade social e econômica e realizar trabalhos informais para contribuir com a renda familiar. Parte destes estudantes já pensaram em desistir dos estudos e relataram ter apoio dos professores para estudar e para lidar com as dificuldades vivenciadas. Foi também compartilhado com estes estudantes informações relacionadas à capacitação profissional e oportunidades de acesso gratuito de atividades relacionadas ao lazer, cultura e esportes como possíveis estratégias para auxiliar na qualidade de vida e oportunidades saudáveis no desenvolvimento destes adolescentes/jovens. Concluindo, a escola ao promover intervenções sobre projeto de vida, pode possibilitar uma melhor vivência estudantil, reflexão sobre o futuro no âmbito pessoal e profissional e a ampliação das informações sobre políticas educacionais para a inserção no ensino superior e preparação para o mundo do trabalho.

Projeto de vida, sentido de vida e do trabalho em jovens baianos

Luciana Dutra Thomé (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo Objetivo geral do presente estudo foi desenvolver e avaliar uma intervenção para promoção do sentido de vida e do trabalho no contexto brasileiro. Para isso, foram realizados dois estudos. O primeiro estudo teve como objetivo adaptar, desenvolver e avaliar a intervenção para aplicação no contexto brasileiro. Empregando uma abordagem qualitativa, realizou-se a tradução e adaptação cultural para adequar a intervenção ao contexto brasileiro, considerando seus valores, significados e padrões culturais. A intervenção foi conduzida em seis sessões, com seis



participantes. Para avaliação da eficácia, foi utilizado o conceito de eficácia subjetiva, com base na percepção do facilitador e dos participantes, expressa no questionário de satisfação dos participantes respondido ao término do processo. Os resultados indicaram níveis positivos de aprendizado sobre as temáticas abordadas, maior autoconhecimento, satisfação com a intervenção e com o desempenho dos facilitadores. O segundo estudo teve como objetivo analisar o processo reflexivo dos participantes durante a aplicação na intervenção. Foi utilizado o Iramuteq e desenvolvidas as análises Lexicográfica Clássica e Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Os resultados revelaram a presença de processos reflexivos sobre sentido de vida e trabalho, resultando em uma mudança qualitativa em suas visões e comportamentos no auxílio na identificação das ações e habilidades necessárias para execução dos seus projetos ao longo do processo. Por fim, a intervenção mostrou-se eficaz para promoção do sentido de vida e do trabalho e pode ser usada por profissionais da área psicológica.



SIMP 14 | Violência intrafamiliar ao longo do desenvolvimento humano: Desafios metodológicos e resultados preliminares de uma pesquisa nacional

Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS)

Resumo Este simpósio tem como objetivo apresentar resultados preliminares de três estudos que constituem pesquisa nacional financiada pelo edital Famílias e Políticas Públicas no Brasil para mapear fatores de risco e de proteção associados a violência intrafamiliar. Além disso, pretende-se discutir desafios metodológicos envolvidos em diferentes estratégias para produção de evidências qualitativas e quantitativas sobre o fenômeno. O primeiro estudo foi realizado por meio das fichas de notificação de violência doméstica e familiar realizadas por profissionais de saúde de sete estados representativos das cinco macrorregiões do país. Serão apresentados índices de diferentes tipos de violência, considerando etapa do desenvolvimento, gênero da pessoa vítima e características dos autores da violência. O segundo estudo foi realizado com a população geral e apresenta recorte de fatores de risco para violência por parceiro íntimo contra mulheres heterossexuais. O terceiro estudo, de abordagem qualitativa, buscou compreender com profissionais da rede de proteção e atendimento quais são as estratégias de prevenção adotadas para violência intrafamiliar.

Análise de casos de violência notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN)

Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS), Vanessa Barbosa Romera Leme (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Marck de Souza Torres (UFAM - Universidade Federal do Amazonas), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo O presente estudo analisou as notificações de violência comunitária e intrafamiliar registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2018 a 2022, nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O objetivo principal foi identificar padrões de violência e características das notificações que pudessem ser associadas às agressões (sexo, idade, local de ocorrência, relação com o perpetrador). O volume de dados e complexidade das análises representaram um grande desafio. Foram utilizadas técnicas estatísticas avançadas para identificar os dados ausentes, integrar informações complementares entre as perguntas e aplicar estratégia para analisar os dados reduzindo os vieses associados aos dados ausentes, outliers e vieses. Foram realizadas análises descritivas, análise de redes e regressão logística. O banco possui 1.098.977 casos, as vítimas têm idades entre 1 hora até 124 anos. As notificações mais frequentes foram entre vítimas crianças (0 a 11 anos; 28,5%; n = 116.817) e jovens (19 a 29 anos; 27,8%; n = 114.010), seguidas pelas notificações de agressões contra adultos



(19 a 29 anos; 21,7%; $n = 89.107$), adolescentes (12 a 18 anos; 14%; $n = 58.513$) e idosos (mais de 60 anos; 7,7%; $n = 31.947$). Os achados demonstraram uma redução do número de notificação durante o período de isolamento social em todas as faixas etárias analisadas. As notificações de pessoas do sexo feminino foram mais altas em todas as faixas etárias analisadas, sendo observadas diferenças em relação ao tipo de violência e sexo. As notificações de violência sexual, psicológica, financeira, tortura, tráfico de pessoas, lesão autoprovocadas foram mais frequentes entre vítimas do sexo feminino nas diferentes faixas etárias. As notificações referentes à violência física, ações judiciais e exploração infantil foram mais frequentes entre vítimas do sexo masculino nas diferentes faixas etárias. Não foram observadas diferenças em relação aos níveis de negligência e o sexo das vítimas. Foi observado que 45% ($n = 493.473$) das notificações eram referentes a casos de violência intrafamiliar. Os resultados evidenciaram que as notificações envolviam predominantemente vítimas do sexo feminino, no contexto de violência intrafamiliar o padrasto entre crianças e adolescentes, cônjuge e ex-cônjuge entre jovens, adultos e idosos foram os perpetradores com maior número de notificações. Entre as crianças e jovens, a idade aumentou o risco para as pessoas do sexo feminino serem vítimas de violência sexual e para os meninos serem vítima de violência física. As ações de negligência foram mais frequentes em crianças e adolescentes, em comparação as outras faixas etárias. Foram observadas dificuldades dos profissionais registrarem as notificações conforme as recomendações evidencia a importância da discussão sobre a ficha de notificação e formação dos trabalhadores responsáveis pelo seu preenchimento. Este estudo destaca a necessidade melhorias no sistema de coleta e registro de dados do SINAN. Esses achados têm implicações para futuras pesquisas e para a implementação de intervenções preventivas que abordem os fatores de risco identificados.

Práticas para prevenção da violência intrafamiliar ao longo do desenvolvimento humano no contexto brasileiro

Jean Von Hohendorff (Atitus Educação), Stéfani Loize Schmitt Silveira (Atitus)

Resumo A Violência Intrafamiliar (VI) é um problema complexo, que atinge crianças, adolescentes, mulheres e pessoas idosas. A literatura científica nacional ainda é incipiente em relação a execução e avaliação de estratégias de prevenção. Assim, objetivou-se investigar práticas de prevenção da VI ao longo do desenvolvimento humano. A pesquisa, ainda em execução, consiste em um estudo qualitativo, exploratório, do qual participaram 22 profissionais de diferentes serviços (assistência $n=8$, saúde $n=7$, voluntários $n=6$, justiça $n=1$), regiões do país (centro-oeste $n=8$, sul $n=6$, norte $n=3$, nordeste $n=3$, norte $n=3$) e com público-alvo variado, sendo cinco serviços voltados às crianças, adolescentes e mulheres em conjunto; cinco a crianças e adolescentes; três exclusivamente para mulheres; dois exclusivamente aos idosos; dois a idosos, crianças e adolescentes em conjunto e dois de atendimento geral. Foram realizadas entrevistas online com média de duração de 60 minutos, sendo essas gravadas e as suas transcrições estão sendo analisadas com base na Análise



Temática. O foco da apresentação no simpósio será o compartilhamento e debate de informações acerca do percurso metodológico da pesquisa, bem como dos seus resultados preliminares. A realização de uma pesquisa com abrangência nacional apresenta desafios como garantir que todas as regiões do país sejam representadas, bem como as diferentes culturas. Ademais, gerenciar grande volume de dados requer organização e tempo. Um facilitador importante para a realização de pesquisas com abrangência nacional é a parceria com demais pessoas pesquisadoras, as quais, na pesquisa aqui relatada, auxiliarem na indicação de serviços para coleta, realização de entrevistas e discussão dos resultados encontrados em diferentes regiões. Os resultados preliminares indicam que a prevenção indicada, ou seja, aquela intervenção após a violência que busca minimizar as consequências e impedir que ela volte a acontecer, é a mais realizada entre os serviços. Parece haver a tentativa de realizar prevenção seletiva, ou seja, aquela destinada para grupos nos quais os fatores de risco são superiores aos da população em geral, porém impasses como a falta de conhecimento e recursos são importantes dificultadores. A prevenção universal, ou seja, aquela em que a população em geral recebem informações pertinentes sobre a violência é praticamente inexistente. De forma unânime, a maior dificuldade citada por profissionais participantes foi a falta de recursos humanos para a realização de intervenções preventivas. No geral, o panorama é de sobrecarga profissional diante das demandas, resultando em intervenções do tipo “apagar incêndio”. Além disso, a carência de recursos de estrutura e financeiros foi amplamente citada, assim como a desarticulação entre os serviços, que falham na comunicação em relação aos encaminhamentos. Conclui-se, portanto, que é necessário investimento financeiro para melhor estruturação dos serviços, contratação de profissionais e formação contínua. É perceptível que os serviços acabam operando num ciclo vicioso: foco em intervenções seletivas devido ao grande número de ocorrência de VI, sendo que a não realização de intervenções de prevenção contribui para a sobrecarga de atendimentos aos casos de violência.



SIMP 15 | A pandemia da Covid-19 e os adolescentes privados de liberdade: rupturas sociais e relacionais, projetos de vida e saúde mental

Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo A pandemia da Covid-19 foi um evento adverso que produziu efeitos múltiplos e abrangentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade, como é o caso de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. A adoção de medidas para contenção do contágio por Covid-19 levou à suspensão das atividades presenciais em estabelecimentos educacionais, como escolas, Universidades e Unidades Socioeducativas. Porém, enquanto escolas privadas e Universidades puderam adotar sistemas de ensino remoto, escolas situadas em regiões de vulnerabilidade e estabelecimentos socioeducativos tiveram mais dificuldades para isso em função de contarem com condições mais precárias de infraestrutura e de recursos humanos capacitados para o uso das tecnologias de informação e comunicação. Assim, o acesso a adolescentes que viviam, durante a pandemia, em contextos de vulnerabilidade, também foi altamente dificultado. Algumas pesquisas realizadas durante o período pandêmico já indicavam que adolescentes tiveram a saúde mental negativamente afetada, revelando a presença de estresse, medo, desamparo, raiva, insegurança, solidão, ansiedade e depressão. Porém, esses resultados diziam respeito a adolescentes que contavam com recursos e condições de serem acessados por meio de tecnologias de informação e comunicação, mas o que esperar da saúde mental de adolescentes que sequer poderiam ser acessados remotamente para responder sobre suas vivências no período pandêmico, como é o caso de adolescentes que viviam em situações de vulnerabilidade, e especialmente aqueles que estavam privados de liberdade? Esse simpósio apresenta o resultado de pesquisas que tiveram como objetivo acessar adolescentes em situação de vulnerabilidade social para identificar os efeitos da pandemia em suas vivências. O trabalho “Rupturas sociais e relacionais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação durante a pandemia da COVID-19” analisa as rupturas sociais e relacionais identificadas durante a pandemia por adolescentes em privação de liberdade. O trabalho “Impacto da pandemia de COVID-19 no Projeto de Vida de adolescentes em conflito com a lei” apresenta os resultados de uma pesquisa cujo objetivo foi identificar o nível de exposição aos riscos da COVID-19, o grau de conhecimento sobre a pandemia de COVID e o nível de planejamento e comprometimento com projetos de vida em grupos de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social, com destaque para os adolescentes privados de liberdade. O trabalho “A troca de cartas com adolescentes privados de liberdade: narrativas sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 no contexto institucional” apresenta uma análise do processo de troca de cartas com adolescentes privados de liberdade durante a pandemia da Covid-19. Em conjunto, os trabalhos são reveladores das situações adversas vivenciadas durante a pandemia da Covid-19 por adolescentes privados de liberdade, revelando que esse grupo populacional foi severamente afetado em seus projetos de vida, em suas relações e com relação à saúde mental. Em conclusão, salienta-se a necessidade de continuar realizando estudos e ofertando acompanhamento a adolescentes em situação de vulnerabilidade para avaliação e enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 a médio e longo prazos.



A troca de cartas com adolescentes privados de liberdade: narrativas sobre os efeitos da pandemia da Covid-19 no contexto institucional

Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo A internação socioeducativa deve responsabilizar os adolescentes pela prática de atos infracionais e oportunizar processos, recursos e oportunidades que mobilizem a reconstrução de seus projetos de vida. No entanto, a privação de liberdade é paradoxal quando tem como objetivo promover a (re)inserção social: seria possível excluir para incluir? Durante a pandemia da Covid-19, essa situação foi potencializada, uma vez que restrições relacionadas às medidas sanitárias adotadas para conter o contágio pela Covid-19 podem ter intensificado o isolamento inerente à internação socioeducativa, restringindo ainda mais o contato entre adolescentes e famílias, professores e profissionais que atuam no sistema socioeducativo. Este trabalho apresenta uma análise do processo de troca de cartas adotado para manter o desenvolvimento de atividades extensionistas em uma Unidade Socioeducativa durante a pandemia da Covid-19, respeitando as medidas sanitárias. Tal análise se deu por meio de uma pesquisa sobre o conteúdo das cartas e os registros das reuniões da equipe de extensionistas. Na Universidade, foram adotados sistemas de ensino remoto para substituir as atividades acadêmicas presenciais, mas, na Unidade Socioeducativa, os adolescentes não tinham acesso a recursos que pudessem permitir contato remoto via internet para continuidade das atividades de extensão. Assim, a equipe do projeto encontrou inspiração na comunicação dos adolescentes com seus familiares por meio da troca de cartas, atividade frequente nas instituições socioeducativas, e propôs a troca de cartas entre extensionistas e adolescentes. O trabalho iniciou com a escrita de uma carta do grupo que apresentava um convite à escrita como forma de manter o contato até que as atividades presenciais pudessem ser retomadas. Os primeiros adolescentes a responderem essa carta foram aqueles que já participavam das atividades presenciais do projeto, revelando que o vínculo prévio foi um importante suporte para o início do processo de troca de cartas. No entanto, alguns adolescentes se manifestavam nas cartas diferentemente do que faziam presencialmente: alguns mais silenciosos no contato presencial mostraram-se mais ávidos para a escrita, e vice-versa, revelando que o espaço da escrita de cartas se aproximava mas também se distanciava do espaço presencial. O conteúdo das primeiras cartas trocadas foi revelador de como os adolescentes estavam vivendo a pandemia privados de liberdade: sentindo-se seguros em um ambiente institucional modificado, com mais restrições, mas preocupados e com saudade de seus familiares. Além disso, mostraram-se severamente abalados emocionalmente por se sentirem sozinhos, e em alguns casos, com ideação suicida. Assim, a análise das cartas trocadas revelou que os adolescentes falaram por meio da escrita sobre seus conflitos e sentimentos a respeito do momento pandêmico e de suas trajetórias de vida, e acredita-se que a construção dessas narrativas teve como efeito a minimização do sentimento de solidão e das rupturas de contatos com a rede de apoio, intensificadas durante a pandemia da Covid-19. Em conclusão, destaca-se a importância das ações desenvolvidas pelas Universidades a partir das atividades de extensão, assim como a importância da articulação do trabalho socioeducativo com outras políticas e serviços como educação, cultura, saúde, assistência social, esporte e lazer, para promover a integralidade da atenção aos adolescentes.



Impacto da pandemia de COVID-19 no Projeto de Vida de adolescentes em conflito com a lei

André Vilela Komatsu (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Situações de desastres e catástrofes são eventos súbitos que causam danos significativos à vida humana, exigindo ações emergenciais. Em particular, destaca-se a recente pandemia de COVID-19, que acentuou a preocupação sobre as condições de pessoas em situação de vulnerabilidade social. As sobreposições entre a exposição aos riscos da COVID e os determinantes sociais e ambientais têm potencial de intensificar os efeitos da pandemia. Grupos tradicionalmente marginalizados podem enfrentar acesso dificultado a assistência médica, apoio financeiro e serviços de saúde mental durante e após os eventos estressores. Nesse cenário caracterizado por instabilidade e incertezas, é de se esperar que o planejamento da vida sofra perturbações, impactando negativamente diversos domínios do desenvolvimento humano. Assim, este estudo buscou identificar o nível de exposição aos riscos da COVID-19, grau de conhecimento sobre a pandemia e o nível de planejamento e comprometimento com projetos de vida em grupos de adolescentes em situação de alta vulnerabilidade social. Participaram 107 adolescentes provenientes das cinco regiões brasileiras e identificados em situação de marginalização social no período pré-pandêmico, por estarem em situação de rua ($n=19$), em acolhimento institucional ($n=26$), em cumprimento de medidas socioeducativa ($n=32$) ou por serem estudantes de escolas públicas localizadas em regiões de alta vulnerabilidade econômica e social ($n=30$). Os participantes responderam a quatro instrumentos: Questionário de caracterização e de exposição à COVID-19; Questionário sobre conhecimento e atitudes em relação à pandemia COVID-19; Entrevista semiestruturada; Questionário de Projeto de Vida. O escore em cada instrumento relacionado à COVID-19 consiste na soma das experiências vividas durante a pandemia, e o escore do Projeto de Vida consiste na soma das respostas de oito itens em escala likert de sete pontos. Os grupos foram comparados em relação ao nível de exposição à COVID-19 e seus efeitos, grau de conhecimento sobre a pandemia de COVID-19 e seus riscos, e ao grau de organização e comprometimento com o Projeto de Vida. Em seguida, verificamos se o nível de comprometimento com o Projeto de Vida varia em função da perda de algum familiar durante a pandemia (experiência que potencialmente perturbaria a organização do Projeto de Vida), e se essa relação possui interação com o nível de conhecimento sobre a pandemia (variável que poderia aumentar a sensação de estabilidade/previsibilidade da situação pandêmica). Em média, os adolescentes estiveram expostos a 1,75 situações de risco (de 6 possíveis) e demonstraram conhecer corretamente 6,5 de nove informações sobre a pandemia, sem diferenças estatísticas entre os grupos. Em relação ao comprometimento com o Projeto de Vida, os adolescentes em medida socioeducativa pontuaram significativamente superior ($M=48,2$), seguido pelos adolescentes de acolhimento institucional ($M=46,0$), em situação de rua ($M=44,5$) e de escolas públicas ($M=43,9$). O comprometimento com o Projeto de Vida esteve significativamente associado ao nível de conhecimento sobre a pandemia, sendo esse efeito mais forte entre adolescentes que perderam familiares. Os achados reforçam a necessidade de ações robustas e eficazes direcionadas não



apenas aos efeitos imediatos de crises, mas que fortaleçam aspectos humanos como o planejamento de vida de populações vulneráveis, garantindo assim uma recuperação mais integral pós-crise.

Rupturas sociais e relacionais de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação durante a pandemia da COVID-19

**Bárbara Cristina Soares Sena (UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)**

Resumo O contexto pandêmico escancarou o quanto as desigualdades sociais fizeram com que populações em situação de vulnerabilidade fossem afetadas de forma mais contundente. Dentre os impactos identificados ao se observar populações em diferentes condições socioeconômicas observou-se que, além da exposição ao vírus, o acesso as políticas públicas ficaram ainda mais limitados e, em alguns casos, até inexistente. No caso específico de adolescentes, inicialmente, os estudos sinalizaram poucos riscos decorrentes de contaminação pelo Covid-19, sendo a taxa de mortalidade relativamente baixa em comparação a outros grupos. Porém, atualmente tem se discutido o quanto a pandemia pode ter ocasionado impactos negativos em diversas outras áreas da vida dessa população, especialmente daqueles em situação de exclusão social, como os adolescentes em privação de liberdade. Diante dessa realidade, o objetivo desse estudo foi analisar as rupturas sociais e relacionais identificadas durante a pandemia por adolescentes em privação de liberdade. Participaram 22 adolescentes de quatro macrorregiões do Brasil, com idade entre 16 e 19 anos, do sexo masculino. Durante a pesquisa, os adolescentes responderam um Questionário de caracterização sociodemográfica e uma Entrevista Semiestruturada. O estudo demonstrou que, em condições adversas, como a pandemia, as políticas públicas não conseguiram oferecer o atendimento necessário para a proteção dos adolescentes privados de liberdade. Um exemplo foi o afastamento que os adolescentes tiveram da família, visto que as instituições em que cumpriam medida não se organizaram de forma a possibilitar a manutenção dos vínculos familiares. O mesmo aconteceu com o âmbito educacional, em que as políticas adotadas, como o ensino remoto, impossibilitaram o pleno desenvolvimento e aprendizagem dos adolescentes. Dados demonstram que os adolescentes foram prejudicados pela falta de recursos para a manutenção das atividades e as adequações feitas impactaram a percepção deles sobre a escola. Esses adolescentes pontuaram um desânimo com a escolarização e uma tendência a evasão e rompimento com o espaço escolar, mesmo após a extinção da medida socioeducativa. Diante do exposto, é importante afirmar que o Estado, responsável maior pela qualidade do desenvolvimento da medida socioeducativa de internação e de políticas públicas, se configurou, de diferentes maneiras, como o principal fator de risco para os rompimentos dos vínculos adolescentes. Isso porque não interveio de forma adequada a realidade do sistema de internação e dos adolescentes nele inserido durante um evento como a pandemia. Dessa forma, descumpriu sua obrigação de garantir direitos e falhou em seu dever de proteger os



adolescentes, produzindo um efeito cascata que pode impactar em diferentes níveis, tanto o presente, quanto o futuro dessa população. Portanto, o estudo possibilitou refletir o quanto o Estado, frente a situações de emergências, não consegue organizar as políticas de atendimento a adolescentes em privação de liberdade. Diante da crítica, é preciso enfatizar a necessidade de investimento em políticas públicas de proteção social e de mobilidade econômica como um fator que pode abrir possibilidades para garantir aos adolescentes as condições necessárias para o cumprimento da medida e a reinserção social assegurando seu acesso aos direitos básicos promulgados pela legislação do país.



SIMP 16 | Intervenção com crianças, adolescentes e famílias: fortalecendo laços e ampliando a atuação do(a) psicólogo(a) nas políticas públicas

Edinete Maria Rosa (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo Este simpósio tem como objetivo apresentar as potencialidades das ações de intervenção psicossocial realizadas com crianças, adolescentes e famílias, por profissionais da Psicologia. As ações tiveram como objetivo apoiar famílias em adoção e fortalecer as políticas públicas para a população infantojuvenil em situação de violência. A primeira intervenção ocorreu com famílias adotivas e teve como objetivo promover estratégias de socialização positivas para a adaptação dos filhos (4 a 17 anos) no microsistema familiar. A intervenção compreendeu em quatro encontros virtuais em que se discutiu temas relevantes para as famílias como: (a) significados e desafios da adoção (b) relações familiares (c) relações fraternas e (c) relações com a escola e preconceito racial. Outros temas surgiram durante os encontros como a violência sexual sofrida por familiares e comportamentos dos(as) filhos(as). Um questionário foi aplicado antes e depois da intervenção. As discussões e análises foram realizadas com base na teoria bioecológica do desenvolvimento humano e serão apresentadas com detalhes neste simpósio. A segunda intervenção foi realizada por meio de uma formação voltada para profissionais do SUAS que realizam intervenções psicossociais com crianças, adolescentes e suas/seus cuidadoras/es que lidam com impactos de violência sexual. A ação consistiu em duas etapas, sendo a primeira realizada com trabalhadoras/es do SUAS, identificando desafios, potencialidades e conteúdos esperados para uma ação formativa. A segunda etapa consistiu em uma ação que contou com a participação de profissionais do SUAS que atuavam nos CREAS. Nesta etapa foi realizada uma intervenção psicossocial com crianças, adolescentes e famílias concomitante ao processo formativo. Nas apresentações das intervenções iremos discutir os resultados destas ações para os participantes, as vantagens e desvantagens das modalidades de intervenção (virtuais ou presenciais), as estratégias de comunicação empregadas (recursos visuais, textuais e mistos), a utilização de aportes teóricos e as técnicas utilizadas para motivar a participação e o engajamento das pessoas participantes. Concluímos que a intervenção psicossocial é uma modalidade de ação promissora no campo das políticas públicas capaz de promover o direito, a participação social e o desenvolvimento das capacidades humanas.

Intervenção com famílias em adoção: uma estratégia de fortalecimento de vínculos

Edinete Maria Rosa (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo), Leandra Lúcia Moraes Couto (UFV - Universidade Federal de Viçosa), Elisa Merçon-Vargas (UNCG)

Resumo O objetivo deste estudo é descrever uma intervenção realizada com 8 mães e 1 pai por adoção (sendo dois casais, um heterossexual e outro homossexual), residentes no Espírito Santo. A intervenção foi elaborada visando promover estratégias



de socialização positivas para a adaptação dos filhos (4 a 17 anos) no microsistema familiar. Realizamos quatro encontros virtuais semanais com duração de duas horas. Os seguintes temas foram discutidos: (a) significados e desafios da adoção (b) relações familiares (c) relações fraternas e (c) relações com a escola e preconceito racial. Antes da intervenção, os participantes preencheram um questionário online com questões sociodemográficas, sobre histórico de adoção e relacionamento familiar. As perguntas sobre relacionamento familiar também foram acessadas após a intervenção, a fim de verificar se houve mudanças na percepção sobre os relacionamentos. Descrições dos relatos das intervenções foram criadas após cada encontro. Uma análise de conteúdo foi realizada para analisar os relatos dos encontros. Durante os encontros, foram verificadas crenças relacionadas à adoção que podem favorecer ou não o estabelecimento de processos proximais e, portanto, o processo de adaptação das crianças nas famílias por adoção. Por exemplo, alguns adotantes concordaram com mitos da adoção, tais como: "escolher a criança adotada facilita o vínculo afetivo", "filhos adotivos sempre têm problemas" e "a maioria dos filhos por adoção quer conhecer a família de origem". Por sua vez, foram constatadas crenças que podem favorecer a adaptação das famílias. Os participantes entendem que "é fundamental ter uma preparação para a adoção", que "as crianças ou os adolescentes precisam saber sobre a sua adoção" e que "a adoção não acarreta necessariamente em traumas para os filhos". Outro tema analisado a partir dos encontros se refere aos desafios da parentalidade adotiva. Os adotantes citaram situações envolvendo as famílias de origem, que entraram em contato com os pais por adoção ou diretamente com a criança adotada, o que gerou um sentimento de insegurança. Nesses momentos, o grupo discutiu alternativas que pudessem aumentar a segurança e o bem-estar dos envolvidos. Outro desafio destacado diz respeito ao processo de escolarização dos filhos. Uma participante mencionou que o filho teve dificuldades relacionadas à alfabetização, o que foi superado após investimento de tempo na educação do filho. Características relacionadas à idade dos filhos também foram descritas como um desafio no exercício da parentalidade adotiva. Foram discutidas questões como comportamentos infantilizados por parte das crianças mais velhas ou dos adolescentes, o que contrariou a expectativa de alguns participantes, que esperavam que eles fossem mais independentes. No decorrer do debate sobre a construção do eu, da autonomia, entre outros, uma participante mencionou que foi abusada sexualmente aos nove anos de idade, dentro de uma igreja. Como reflexo dessa experiência, atualmente ela não deixa os filhos dormirem na casa de um amigo, por exemplo. Diante disso, foram debatidas estratégias que podem ser adotadas para lidar com os impactos dessa experiência nas relações familiares, na criação dos filhos.

Intervenções Psicossociais nas Políticas: Fortalecendo o SUAS no enfrentamento à Violência Sexual

Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos (Universidade de Brasília)

Resumo O enfrentamento a situações de violência sexual no âmbito das políticas públicas requer o desenvolvimento de estratégias viáveis e adequadas. Para a



efetivação dessas ofertas é importante o investimento em qualificação e valorização das/os trabalhadoras/es. A Política Pública de Assistência Social compõe o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e deve atender a situações de vulnerabilidade, risco e violação de direitos com intuito de garantir proteção social. A proposta deste estudo foi o desenvolvimento de uma formação voltada para profissionais do SUAS que realizam intervenções psicossociais com crianças, adolescentes e suas/seus cuidadoras/es que lidam com impactos de violência sexual. O estudo qualitativo foi conduzido em duas etapas empíricas. A primeira etapa consistiu na realização de avaliação de necessidades realizada com 11 trabalhadoras/es do SUAS do Distrito Federal, identificando desafios, potencialidades e conteúdos esperados para uma ação formativa. A segunda etapa concretizou a anterior, com a implementação de uma ação de extensão que contou com a participação de 31 profissionais do SUAS que atuavam nos CREAS. Durante a extensão, além de módulos teóricos, era realizada também a intervenção psicossocial com crianças, adolescentes e famílias, que ocorria durante o processo formativo. A atividade foi realizada a partir de parceria entre a Universidade de Brasília e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e contou com encontros para discussões sobre questões teóricas e técnicas sobre o tema e encontros para intervenção que viabilizaram discussões e reflexões sobre intervenções psicossociais em grupo realizadas nos CREAS. Nesse percurso de formação, os resultados foram organizados pela Análise Temática e revelaram questões importantes a serem consideradas em atividades de qualificação, como os cuidados necessários para lidar com essas situações, os aspectos referentes ao SUAS e as potencialidades da realização de atividades em grupo. O primeiro tema intitulado “Meu grande receio é...”: Cuidados ao lidar com as situações de violência sexual abordou as preocupações e expectativas das/dos trabalhadoras/es ao construir suas intervenções psicossociais com usuários. O segundo tema, nomeado como “Eu acho que o SUAS tem isso forte...”: A identidade do SUAS no enfrentamento à violência sexual descortinou especificidades da política em sua práxis diária e o terceiro tema apresentou apreciações valorativas da dinâmica da grupalidade nas intervenções, denominando-se “É isso que eu acho que é a mágica do grupo...”: As potencialidades do coletivo. Discutiu-se a necessidade de investir em ações formativas contextualizadas, que partam da realidade das/dos trabalhadoras/es, com ambientes dialógicos que fomentem proposições emancipatórias e críticas. Concluiu-se que tais ações contribuem para a qualificação das intervenções psicossociais, mas, para além disso, representam cuidado com as/os profissionais que promovem essas ofertas.



SIMP 17 | Pandemia da COVID-19 no início da vida até a adolescência: repercussões e intervenções

Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo Importante relembrar que o período da pandemia da COVID-19, deflagrada em Março de 2020, teve impactos imediatos para as sociedades, cujos desfechos perduram até os dias atuais. As medidas de contenção da doença, como o isolamento social por exemplo, tiveram consequências adversas para a população mundial. Angústias, sentimento de impotência e de medo do contágio de uma doença desconhecida e letal estiveram presentes e repercutiram negativamente na saúde e bem-estar das populações, tanto em termos individuais (riscos de transtornos mentais, interrupção de projetos pessoais, mudanças no formato de trabalho etc.) como contextuais (maior adoecimento psíquico, vulnerabilidade financeira; riscos aos grupos mais vulneráveis, como gestantes, puérperas, crianças e adolescentes). Considerando que as repercussões da pandemia são incontestáveis, esse Simpósio propõe reunir resultados de estudos de pesquisadores doutores do Grupo de Trabalho da ANPEPP “Saúde da Criança e Adolescente” e seus colaboradores para pensar sobre as consequências da pandemia desde o período de início da vida (gravidez e puerpério) até a primeira infância e a adolescência. Propostas metodológicas de intervenção, baseadas em Psicologia Positiva e Psicoeducação por meios digitais desenvolvidas pela Força tarefa LEPIDS COnVIDa (Comunicação e orientação em tempos de pandemia da COVID-19: intervenções online para o bem-estar de gestantes e puérperas) serão analisadas em termos de sua validade e confiabilidade para uso durante a pandemia da COVID-19. Para discutir os desfechos da pandemia para crianças e adolescentes, serão discutidos resultados de pesquisas sobre o trabalho em home office dos pais como preditor do desenvolvimento infantil (Pais em Home Office: trabalho dos pais como preditor do desenvolvimento infantil durante a pandemia de COVID-19) e sobre os significados atribuídos por crianças e adolescentes à pandemia (A vida antes e durante a pandemia de Covid-19: Significações de crianças e adolescentes brasileiros). Discutem-se os resultados destes estudos tomando como premissa de que os desfechos pandêmicos são inquestionáveis e devem ser melhor estudados a fim de prevenir os impactos da pandemia a longo prazo e se propor ações e políticas públicas que mitiguem seus desfechos.

A vida antes e durante a pandemia de Covid-19: Significações de crianças e adolescentes brasileiros

Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Isabella Goulart Bittencourt (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Giulia Truppel Antunes (cras), Lais Daniela Passig da Silva (Secretaria do Estado da Administração Prisional)

Resumo O presente trabalho apresenta os resultados de dois estudos brasileiros, com enfoque qualitativo, descritivo e exploratório, que objetivaram analisar as



significações de crianças e adolescentes sobre a pandemia de Covid-19. Participaram crianças (n=29) e adolescentes (n=24), de ambos os sexos, com idades entre 4 e 17 anos, totalizando 53 participantes. O recrutamento ocorreu através de convite nas redes sociais de um grupo de pesquisa, direcionado a pais/responsáveis de crianças e adolescentes, e através da técnica de bola de neve. A coleta de dados ocorreu em formato on-line de novembro/2020 a julho/2021 (crianças) e de novembro/2021 a maio/2022 (adolescentes). Após a autorização dos responsáveis e do assentimento dos participantes, foram coletadas informações com um questionário sociodemográfico para caracterizar a população estudada. Com videochamadas individuais, os participantes foram convidados a produzir três desenhos seguidos de relatos verbais ou escritos, através de consignas sobre o coronavírus, a pandemia, a vida antes do coronavírus e após seu surgimento. Os relatos dos desenhos foram transcritos e analisados por meio de análise temática, a partir da familiarização com os dados, geração de códigos, classificação dos códigos em temas, refinamento, definição e nomeação dos temas, com o auxílio do software para dados qualitativos webQDA. Como resultados, emergiram dois temas centrais com as significações dos participantes: 1) “Minha vida antes do coronavírus e da pandemia” e 2) “Minha vida depois do coronavírus e durante a pandemia” e os respectivos subtemas. Para as crianças, a vida antes do coronavírus era melhor, respirava-se livremente, era possível passear, brincar, viajar, ir para a escola e abraçar os amigos. A chegada do coronavírus trouxe as aulas on-line, mudanças no trabalho dos pais e mudanças na escola. Tristeza, medo e saudade foram referidos, assim como os desejos de que o coronavírus fosse embora, para que pudessem voltar a visitar os avós, não usar máscara, passear e voltar para a escola. Já para os adolescentes, antes da pandemia a vida envolvia sair com amigos, fazer atividades físicas, ir à escola sem preocupação, reunir-se, conviver de formas variadas com os familiares e ter emoções e sentimentos de autonomia, alegria, despreocupação e algum grau de infelicidade e ansiedade. A vida durante a pandemia foi marcada pelo fechamento das escolas, aulas on-line e a realização de atividades em casa, como estudar, ler, desenhar, tocar instrumentos musicais, utilizar a internet e fazer atividades físicas sozinho. Foi um momento para experimentar o distanciamento e a proximidade das amizades e namoros, vivenciar o desgaste e as descobertas das relações familiares, as emoções e sentimentos de medo, raiva, tristeza e preocupação. Questões como o desemprego e as restrições do trabalho, a religiosidade e a volta às aulas presenciais foram relatadas, bem como a identificação de mudanças percebidas em si mesmos. Acessar as significações de crianças e adolescentes sobre adversidades como a pandemia de Covid-19, pode subsidiar profissionais de saúde e educação no desenvolvimento de estratégias que, ao considerarem as perspectivas desta população, fortaleçam os fatores de proteção para a saúde mental infanto-juvenil no enfrentamento de futuros eventos críticos.



Comunicação e orientação em tempos de pandemia da COVID-19: intervenções online para o bem-estar de gestantes e puérperas

Karolina Alves de Albuquerque (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo),
Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo A crise sanitária e social decorrente da Pandemia da COVID-19 afetou países e pessoas em todo o mundo. Como um dos maiores problemas de saúde pública das últimas décadas, a pandemia teve graves impactos sociais e psicológicos. A rápida disseminação da COVID-19, as incertezas sobre seu controle e sobre a gravidade dos seus desfechos, representaram riscos para a saúde mental das populações, especialmente para as mais vulneráveis, como as mulheres grávidas e puérperas. Considerando que medidas de intervenção para minimizar os riscos da pandemia são fundamentais, o objetivo deste trabalho é apresentar a proposta da Força-Tarefa LEPIIDS_COnVIDa, composta por pesquisadores, profissionais e estudantes de graduação e pós-graduação de Psicologia e Terapia Ocupacional, para intervenções psicoeducativas (recursos digitais) elaboradas para informar e prestar orientações a gestantes, puérperas e suas redes de apoio a fim de auxiliá-los a enfrentar de forma mais resiliente os estressores decorrentes da pandemia. Além da proposta de intervenção, serão apresentados resultados de um estudo metodológico que examinou a validade, pertinência e relevância teórico-prática dos recursos digitais. As intervenções psicoeducativas foram elaboradas no formato de recursos digitais, como cartilhas e folders digitais, vídeos e posts para o Instagram para divulgação de conteúdos digitais baseados em evidências científicas sobre as medidas de proteção e prevenção da COVID-19 e seus efeitos emocionais, propondo-se estratégias para lidar com os estressores pandêmicos. Toda a proposta interventiva se baseou na Teoria Disposicional do Coping e Teoria Bioecológica do Desenvolvimento, além da Psicologia Positiva. Para avaliação do conteúdo dos recursos, foram convidadas como juízas um total de 97 mulheres, sendo 25 gestantes e 72 puérperas, que responderam a um Google form via WhatsApp com um questionário com critérios de validade (clareza da escrita, pertinência prática, relevância teórica e apresentação) para os diferentes recursos, para os quais foram calculados. Coeficientes de Validade de Conteúdo (CVC). As participantes tinham em média 30 anos (MV=23-43), e metade delas possuía ensino médio completo. Observou-se CVC acima do ponto de corte (≥ 0.80) para todos os critérios para a maioria dos recursos digitais avaliados, o que indica a adequação da proposta interventiva para informar sobre a Pandemia da COVID-19 e auxiliar no enfrentamento dos estressores pandêmicos por gestantes e puérperas. Os recursos foram considerados relevantes, adequados, de fácil compreensão e esteticamente agradáveis. Conclui-se que intervenções psicoeducativas em formato digital podem ser consideradas ferramentas válidas para ajudar mulheres durante a gestação e o pós-parto e suas famílias a lidarem com o estresse da pandemia COVID-19.



Pais em Home Office: trabalho dos pais como preditor do desenvolvimento infantil durante a pandemia de COVID-19

Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro),
Karolina Alves de Albuquerque (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo),
Gilda Maria Aparecida Lima (IFSULDEMINAS), Jessica Barbosa do Nascimento
Viana (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo Durante a pandemia da COVID-19, as famílias com crianças pequenas viveram circunstâncias difíceis. As atividades cotidianas, como a escola e o trabalho dos pais, foram canceladas ou adaptadas para a modalidade remota. Os pais precisaram trabalhar online enquanto mantinham o cuidado aos filhos, simultaneamente no mesmo ambiente. Baseado nisso, o objetivo deste estudo foi avaliar possíveis impactos dos formatos de trabalho dos pais durante a pandemia no desenvolvimento de seus filhos. Seguindo um delineamento quantitativo de temporalidade transversal, o estudo foi conduzido entre Março de 2021 e Abril de 2022 com 130 participantes, mães e pais de crianças típicas com idades entre 35 e 66 meses recrutados de modo online. Todos responderam, via Google forms, os seguintes instrumentos: 1) Protocolo de dados gerais para definir o perfil sociodemográfico e psicossocial deles e das crianças; 2) As escalas dos Domínios Comunicativo e Pessoal-social da versão brasileira do Ages and Stages Questionnaire Third Edition (ASQ-3), para avaliar o desenvolvimento infantil classificado em desempenho em "normal" ou "em risco". Análises inferenciais adotando modelo de regressão logística simples foram conduzidas para analisar se o formato de trabalho dos pais (remoto, presencial ou híbrido) seria um preditor do desenvolvimento infantil durante a pandemia. Observou-se que 89,2%(n=116) dos cuidadores são mulheres e apenas 10,8% (n=14) são homens. Destaca-se ainda que 33,08% (n=43) dos participantes da amostra não trabalhavam, 26,92%(n=35) dos cuidadores trabalhavam em formato presencial, 25,38%(n=33) estavam em formato home office e 14,62%9 (n=19) trabalhavam em ambas modalidades, ou seja, formato híbrido. 15,38% (n=20) das crianças estavam em risco para desenvolvimento comunicativo, enquanto 53,85% (n=70) da amostra apresentou risco para atraso no desenvolvimento pessoal-social. Conclui-se que o formato de trabalho dos pais não foi considerado um preditor significativo do desenvolvimento comunicativo. Todavia, verificou-se que as crianças de pais em trabalho presencial tinham 20,9 vezes e as de pais em trabalho híbrido tinham 4,06 vezes mais chances de não estarem em risco para o desenvolvimento pessoal-social, do que os filhos de pais em home-office. Nossos achados indicam que o formato de trabalho dos pais pode ter sido um importante preditor do desenvolvimento infantil durante a pandemia da COVID-19, o que sugere menores chances de risco para atrasos no desenvolvimento pessoal-social de crianças cujos pais se mantiveram trabalhando presencialmente durante a pandemia.



SIMP 18 | Psicologia do Desenvolvimento Decolonial: Questões Interdisciplinares do Ensino e da Pesquisa

Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Resumo Na realidade brasileira, as questões pertinentes ao desenvolvimento humano compreendem uma complexidade de elementos vinculados à diversidade sociocultural, étnica, espiritual e ambiental. A diversidade de povos e comunidades tradicionais, as diferenças regionais na imensidão territorial do país, a diferença do contexto rural e urbano, tudo isso, de alguma maneira, compõem diferentes formas subjetivas do desenvolvimento; seja no decorrer da infância, da adolescência, da fase adulta ou velhice. Além disso, por diferentes maneiras são compreendidas estas etapas da vida por cada sociabilidade ou modos de viver nesta diversidade múltipla brasileira. A partir deste contexto, assumimos a concepção de interdisciplinaridade enquanto uma atitude de abertura frente ao problema do conhecimento, cujo pensar se traduz no diálogo e interlocução dos diversos saberes, com vistas à construção de sínteses conceituais dinâmicas e práticas historicamente e culturalmente contextualizadas, para a superação da dicotomização e da fragmentação do conhecimento (Fazenda, 2013). Também assumimos a leitura e a ação política da decolonialidade na perspectiva de buscar compreender categorias psicológicas que não homogeneizem o fenômeno psicológico e que consigam construir um corpo epistemológico que dê conta da diversidade cultural de povos, etnias e territórios. Dessa maneira, o presente Simpósio busca apresentar uma experiência de ensino afrocentrado em Psicologia do Desenvolvimento em uma Universidade Internacional, Pública, Lusófona no interior do estado do Ceará - UNILAB - e uma experiência de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento em uma Universidade Pública Estadual, localizada em Fortaleza, capital do Estado - UECE. Ambas disciplinas são ministradas por professores efetivos psicólogos nos cursos de Pedagogia das instituições mencionadas. Será apresentada neste Simpósio, o ensino sobre o desenvolvimento humano com a centralidade epistemológica afrocentrada (Nobles, 2009), a partir de bases epistemológicas que tenham como foco a Psicologia Africana ou Afrocentrada, fomentando a reflexão crítica dos estudantes acerca de teorias ocidentais que tentam dar conta de explicações acerca do desenvolvimento em contextos culturais tão diferentes das realidades europeias ou norte-americanas. Na perspectiva de uma práxis pedagógica na formação de um professor que é ao mesmo tempo um pesquisador da sua prática (Gamboa, 2003), será apresentado também uma experiência de investigação e pesquisa acadêmica como parte do processo de ensinar que implica na discussão das concepções e características da adolescência como resultantes de um processo sócio-histórico e cultural, observando as diferentes relações entre adolescência-família-sociedade. À guisa de conclusão, na presente proposta de discussão apontamos a necessidade dessa interdisciplinaridade, como forma de se diversificar e ampliar o diálogo entre os campos da Psicologia, da Educação e da Decolonialidade, na expectativa de se tecer explicações cada vez mais abrangentes para o fenômeno do desenvolvimento humano.



Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem

Fátima Maria Araújo Bertini (UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira)

Resumo Este Simpósio trata da possibilidade de um momento de reflexão acerca da Psicologia Afrocentrada da Educação, do Desenvolvimento e da Aprendizagem, além do relato da experiência da docência da disciplina com este nome na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Esta é uma Universidade Federal, Pública e Internacional, com sede na cidade de Redenção, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, e instalada em 25 de maio de 2011. De acordo com a legislação, a Unilab tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. O Simpósio busca compreender o desenvolvimento como não linear, mas circular, ancestral, marcado por temporalidades culturais e ambientais. É olhar para a aprendizagem como um fenômeno que vai além do cognitivo e compreendido na corporeidade histórica, na construção das reflexões em três pontos: 1) a confirmação de que a Psicologia deve levar em conta a realidade sócio-histórica-cultural; 2) a opção pela análise psicológica fundamentada na epistemologia afrocentrada e na perspectiva decolonial; 3) a reconstrução/construção epistemológica da Psicologia que tente dar conta de questões culturais brasileiras e afro-brasileiras, de questões étnico-raciais, do racismo, das questões latino-americanas, das Psicologias dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs).

Compreendendo a adolescência: relato de uma experiência de pesquisa acadêmica na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento

Alexsandro Saraiva (UECE - Universidade Estadual do Ceará)

Resumo Este trabalho constitui em um relato de experiência da construção de uma estratégia de trabalho denominada "Compreendendo a adolescência" cujo objetivo é levar os alunos, por meio de um processo de pesquisa acadêmica, a confrontarem os conhecimentos teóricos aprendidos em sala de aula com a realidade cotidiana, a partir do contato com os adolescentes e compreensão de suas experiências. Tal atividade é parte integrante da disciplina de Psicologia do Desenvolvimento II, do terceiro semestre do curso de Pedagogia de uma universidade pública cearense, cujo objetivo principal é discutir as concepções e características da adolescência como resultantes de um processo sócio-histórico e cultural, observando as diferentes relações entre adolescência-família-escola-sociedade. Na primeira etapa, os estudantes realizaram o estudo teórico através das aulas ministradas pelo professor e sob a orientação do monitor com esclarecimentos acerca dos textos da disciplina



abordados nas temáticas sobre a construção do conceito de adolescência, puberdade, desenvolvimento cognitivo, desenvolvimento da personalidade e desenvolvimento das relações sociais durante a adolescência. Subsidiados por tais estudos os estudantes na segunda etapa receberam um roteiro com orientações para a realização da atividade, dividida em 03 partes. Na primeira parte os alunos em grupos elaboraram perguntas para uma entrevista semi-estruturada e entrevistaram adolescentes de forma individual ou em pequenos grupos. As temáticas abordadas na entrevista incluíram hábitos alimentares, contexto familiar, contexto/história escolar, amizades, afetividade, sexualidade, projeto de vida, cidadania, espiritualidade, como também de outras questões de interesse do grupo (por exemplo, vivências de bullying/ cyberbullying na escola). Na segunda parte, houve a elaboração de questões e entrevistas com pais de adolescentes sobre que eles pensam acerca a adolescência (juventude atual, preocupações, medos, enfrentamentos). O mesmo se deu na terceira parte, com professores que foram indagados sobre os desafios de se trabalhar com adolescentes na escola. Na segunda etapa houve a elaboração de um relatório de pesquisa pelos estudantes, juntamente com o apoio pedagógico do monitor, a partir de um template disponibilizado pelo professor para tal fim, com capa, apresentação, percurso metodológico, resultados e discussão, conclusão e avaliação do processo. O objetivo da construção deste relatório é o exercício da escrita acadêmica para organização dos dados de pesquisa levantados e a articulação dos achados com as discussões teóricas e autores estudados nos textos da disciplina. A culminância da atividade se deu com a socialização em uma grande roda de conversa, na qual eles puderam conhecer os achados dos demais grupos, compará-los com seus achados e tecer novas considerações e questionamentos acerca dos contextos de experiências dos adolescentes, pais e professores entrevistados, apontando convergências e divergências, em um processo colaborativo de aprendizagem, relação entre teoria e prática e trocas de experiências. Concluímos que a atividade se mostrou muito significativa para o adensamento das discussões em sala de aula, proporcionando uma metodologia ativa de aprendizagem que, segundo Gamboa (2003) aponta na direção da formação de um professor que é, ao mesmo tempo, um pesquisador da sua prática.



SIMP 19 | Redes de interação, parcerias e preferências lúdicas entre crianças e entre adolescentes

Ilka Dias Bichara (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo As interações e parcerias lúdicas são consideradas importantes elementos das redes de relações sociais e aprendizagens estabelecidas por grupos de crianças e/ou adolescentes em suas atividades cotidianas e peças-chave para a compreensão de suas culturas de pares. Essas interações e parcerias desempenham um importante papel no processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes ao fortalecer os laços sociais e construir redes de confiança mútua, além de promover um intenso fluxo de intercâmbio de saberes entre pares, propiciando assim uma considerável ampliação da capacidade de apropriação criativa e ressignificação dos referenciais culturais que fazem parte de suas vidas. O presente Simpósio se propõe a refletir sobre as características dessas interações e parcerias ancoradas em dados empíricos, obtidos em contextos lúdicos diferenciados, utilizando diferentes, porém interconectados, aportes teóricos da psicologia do desenvolvimento: psicologia Evolucionista, teoria das interações de R. Hinde e a Bioecológica de U. Bronfenbener. Para tal, três pesquisadores apresentarão suas reflexões a partir de dados de suas pesquisas recentes. A primeira reflexão tratará das interações e relações entre crianças a partir de dados empíricos obtidos através das observações das dinâmicas externas e internas dos grupos de brincadeiras. A complexidade das relações, demarcação de territórios, negociações, estabelecimento de regras e mediações com adultos, levaram a autora a definir o grupo de brincadeira como político. O grupo de brincadeira com status político é constituído por tramas interacionais coletivas que são incrementadas e estão ancoradas em ajustes mais afinados e sintonizados estabelecidos entre os brincantes, parceiros da brincadeira. O segundo autor, discutirá a ludicidade entre adolescentes apresentando dados de um estudo exploratório a respeito das concepções sobre o brincar, bem como sobre os lugares de brincadeira e a constituição dos territórios lúdico-interacionais presentes nas práticas lúdicas de adolescentes e seus companheiros de brincadeira. Também aborda a percepção dos adolescentes quanto à importância das brincadeiras para o estabelecimento e a manutenção das interações sociais, bem como dos elementos contextuais que compõem o contexto de interação lúdica. A terceira autora discutirá, a partir de dados empíricos obtidos em rodas de conversa e utilizando a teoria bioecológica em sua análise, as transformações criativas que adolescentes em acompanhamento oncológico construíram atendendo às necessidades de experimentar, descobrir e reinventar suas parecerias e práticas lúdicas durante a pandemia de COVID-19. A autora argumenta que os adolescentes apresentaram competências que facilitaram as ações diante dos contextos de restrição em que estavam inseridos, como estratégias garantidoras de suas parcerias e práticas lúdicas. As três reflexões apresentadas convergem para demonstrar a complexidade das interações lúdicas entre crianças e entre adolescentes, abrindo novas possibilidades de estudo e reflexões na Psicologia do Desenvolvimento.



As parcerias e práticas lúdicas de adolescentes em acompanhamento oncológico na pandemia de COVID-19: A relação entre ludicidade e desenvolvimento adolescente na abordagem bioecológica

Queli Nascimento Santos, Ilka Dias Bichara (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo O desenvolvimento humano é um processo que emerge da relação dinâmica entre o indivíduo e seu ambiente, considerado por níveis bidirecionais de influência: da pessoa para o contexto, do contexto para a pessoa. De acordo com a perspectiva bioecológica, os adolescentes encontram-se em uma etapa do ciclo vital em que se amplia a participação em novos sistemas relacionais, que excedem a família e a escola, e por esta razão outras formas de interação e expressão se organizam. Embora as contribuições das investigações científicas sobre a ludicidade na espécie humana tenham criado um robusto campo de estudos das brincadeiras na infância, ao considerar que o lúdico faz parte da evolução das espécies, da história das sociedades e das adaptações ontogenéticas, reconhece-se que as práticas lúdicas estão presentes em outras etapas do desenvolvimento, como na adolescência, e assim podem se apresentar tal como as brincadeiras das crianças e/ou permitir analisar outras configurações únicas de compreender, recriar e contribuir para a cultura lúdica. Para adolescentes em acompanhamento oncológico, as práticas lúdicas, quando anunciadas, são muitas vezes reduzidas à concepção de formas de distração e alívio durante o tratamento, isto é, como ferramentas de apoio para ajudar os pacientes a enfrentar e superar a doença. Assim, neste cenário, o que se observa, em geral, é que as expressões lúdicas dos adolescentes não são vistas como aquelas que os colocam como sujeitos em desenvolvimento que agem ludicamente e apresentam propensão para se envolver e desenvolver ações diante de condições adversas. Por esta razão, os produtos de uma pesquisa exploratória, em modo descoberta, serão abordados neste congresso como o objetivo de demonstrar as transformações criativas que adolescentes em acompanhamento oncológico construíram atendendo às necessidades de experimentar, descobrir e reinventar suas parcerias e práticas lúdicas durante a pandemia de COVID-19. Para exemplificar, serão usados os enunciados da categoria “engajamento tecnológico”, em que os adolescentes indicaram os amigos como principais parceiros para realizarem as atividades e interações lúdicas. Centrando-se em não perder o contato com esse sistema significativo, os amigos, os adolescentes construíram formas de estarem juntos nos ambientes virtuais, estabelecendo trocas em díades ou compartilhadas com grupos maiores. Portanto, esses adolescentes não foram espectadores passivos. Eles desempenharam um papel ativo e inovador durante o período de distanciamento físico solicitado, evidenciando que há códigos na cultura que os adolescentes reinventam. Assim, estes adolescentes apresentaram competências que facilitaram as ações diante dos contextos de restrição em que estavam inseridos, como estratégias garantidoras de suas parcerias e práticas lúdicas.



Brincadeiras espontâneas em pátios escolares: A potência do grupo político

Shiniata Alvaia de Menezes (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana)

Resumo As brincadeiras vivenciadas por crianças entre 05 e 06 anos em pátios escolares de diferentes configurações revelam que elas se organizam em grupos de brincadeiras que reúnem dois, três ou mais participantes. Juntos, eles negociam e decidem sobre a dinâmica das brincadeiras; compartilham e sustentam significados, mas também os modificam, embelezando o brincar a partir da potência da criação coletiva; criam diversas estratégias de defesa de seus interesses, aplicadas nas interações entre pares e com os adultos que atuam no contexto escolar. Em geral, nesta faixa etária, os grupos de brincadeira são constituídos de forma segregada, podendo ser fixos (quando os parceiros brincam juntos com frequência) ou situacionais, quando os parceiros são atraídos por ou empreendem juntos uma brincadeira ocasional. Como microsociedade, o grupo de brincadeira ocupa territórios com fronteiras móveis e porosas, exhibe microcultura ancorada na cultura abrangente que referencia seus integrantes e ganha status político quando alcança um nível de complexidade interacional diferenciado, seja dentro do grupo, nas interações estabelecidas entre as crianças que dele participam, ou nas interações que o grupo estabelece com outros grupos de brincadeira e com os adultos. O grupo de brincadeira com status político (ou, em síntese, o grupo político) é, então, constituído por tramas interacionais coletivas que são incrementadas e estão ancoradas em ajustes mais afinados e sintonizados estabelecidos entre os brincantes, parceiros da brincadeira. Tais ajustes são, por exemplo, a continuidade da orientação da atenção, o compartilhamento e a sustentação contínua dos significados coletivos atribuídos à brincadeira e suas variações, inventados e assumidos como produção grupal. Nos pátios escolares, a força coletiva de coesão e alinhamento interacionais cria possibilidades mais ampliadas e potentes para o grupo de brincadeira enfrentar, reivindicar, negociar e fazer prevalecer seus interesses, ou seja, os interesses da cultura de pares. Assim, o que se observa nos recreios nestes cenários são embates cotidianos entre estas duas culturas e o diferencial que o grupo político demonstra ao emergir, mesmo que de modo efêmero, principalmente através da criação e do uso de estratégias diversas orientadas para a defesa de seus interesses no convívio com adultos e colegas. No Simpósio, pretende-se discutir e ilustrar tais ideias a partir de dois episódios de brincadeiras ocorridos em dois diferentes pátios escolares, protagonizados por um grupo de brincadeira fixo e por um grupo situacional. Tais episódios demonstram o alcance do grupo político na ocupação, apropriação e ressignificação do pátio escolar pelas crianças brincantes, tornando-o, efetivamente, um lugar de criança.

Ludicidade e Adolescência: O brincar e os Territórios Lúdico-Interacionais

Fabricio de Souza (Instituto de Psicologia - Universidade Federal da Bahia)

Resumo A brincadeira é um conjunto de comportamentos adaptados, altamente complexo e multifacetado, que já fazia parte do repertório dos primeiros grupos



humanos de caçadores e coletores. Mesmo nas culturas urbanizadas contemporâneas, a brincadeira se destaca como uma atividade social de extrema relevância. Compreende-se o brincar pelo seu caráter ontogenético adaptativo por ser um sistema comportamental presente, sobretudo, nos estágios imaturos da vida, perdendo, aos poucos, sua importância no decorrer da ontogênese. Envolver-se em brincadeiras faz com que crianças e adolescentes construam laços de pertencimento a um grupo social, compartilhem signos culturais e se tornem ativos no seu processo de socialização e na construção de suas identidades. O contexto de interação proporcionado pelas atividades lúdicas, na infância e na adolescência, é importante para a aquisição e o desenvolvimento de um leque amplo de habilidades sociais, emocionais, cognitivas e educacionais. Enquanto existe um considerável volume de investigações do brincar entre crianças, há uma escassez de pesquisas sobre este repertório na adolescência e isso ressalta a necessidade de implementar estudos que produzam dados que auxiliem na compreensão da ocorrência e da prevalência das brincadeiras entre adolescentes a fim de que sejam obtidas informações sobre os tipos de interação, os vocabulários envolvidos, as regras utilizadas e outros elementos relacionados à ludicidade entre adolescentes. A observação e a descrição das interações lúdicas nesse período da vida, assim como a caracterização dos seus contextos de ocorrência, proporcionam o entendimento dos elementos diretamente associados ao brincar, assim como do conhecimento dos fatores através dos quais se dão a apropriação, a reconstrução e a transmissão de elementos culturais presentes na brincadeira. Isso leva à consideração de que a brincadeira é uma atividade contextual que ocorre em locais definidos, escolhidos e apropriados, por crianças e por adolescentes, de acordo com o tempo, o espaço e os objetos disponíveis. O estudo das relações entre as brincadeira e seu contexto deve incluir necessariamente as facetas dos sistemas sociais, dos ambientes físicos e das pessoas como participantes ativos em uma rede de inter-relações e influências mútuas. É importante conhecer o contexto de ocorrência desses comportamentos e, conseqüentemente, as concepções de "espaço", "lugar" e "território" onde as relações lúdicas acontecem. Frente ao exposto, este trabalho assume como objetivo discutir a ludicidade entre adolescentes apresentando dados de um estudo exploratório a respeito das concepções sobre o brincar, bem como sobre os lugares de brincadeira e a constituição dos territórios lúdico-interacionais presentes nas práticas lúdicas de adolescentes e seus companheiros de brincadeira. Também será considerada a percepção dos adolescentes quanto à importância das brincadeiras para o estabelecimento e a manutenção das interações sociais, bem como dos elementos contextuais que compõem o contexto de interação lúdica.



SIMP 20 | Resiliência familiar no contexto de deficiências e autismo: pesquisas e intervenções

Nara Liana Pereira Silva (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

Resumo Há diferentes desafios que impactam as famílias e são considerados eventos estressores, por exemplo, desvantagens socioeconômicas, pobreza extrema, eventos catastróficos da vida, deficiências etc. Diante de situações adversas, o sistema familiar pode empregar recursos que apresentam uma resposta positiva e ajudam a fortalecê-lo, enfrentando a adversidade, o que é denominado resiliência familiar. Pode-se afirmar que se trata de um processo em que as famílias ampliam suas competências, conquistando recursos vitais para lidarem de forma mais eficaz com os desafios futuros. Pesquisas sobre resiliência familiar são escassas no contexto brasileiro, bem como, as intervenções nesse campo. No Brasil, há carência de instrumentos padronizados que investiguem a resiliência familiar ou seus fatores, especialmente, no contexto de famílias com pessoas com deficiências. No que se refere à intervenção, a situação é similar ao da pesquisa. Embora as intervenções possam se constituir uma valiosa forma de nortear esforços no campo de prevenção e promoção de saúde, estas também são escassas. Assim, não se pode negar a contribuição de estudos, pesquisas e intervenções nessa área do conhecimento, na atualidade. A literatura destaca que a presença de uma pessoa com algum tipo de deficiência ou autismo pode aumentar a vulnerabilidade do grupo familiar. Portanto, o desenvolvimento da capacidade da família em organizar-se de forma mais satisfatória diante do nascimento de um filho com deficiência ou com autismo deve ser promovida por meio de intervenções. Nesse sentido, a presente proposta de Simpósio se insere no temário científico: Desenvolvimento típico, transtornos e inclusão e pretende contribuir apresentando resultados conclusivos de pesquisas e intervenções em resiliência familiar, no contexto de famílias com pessoas com deficiências e autismo. Este Simpósio comporá de três apresentações, sendo uma com o foco na adaptação transcultural e validação do Family Hardiness Index (FHI) para a população brasileira. Nesta pesquisa participaram 210 cuidadores de criança com deficiência, e foram analisadas a validade e a confiabilidade do instrumento. Pesquisas com o foco nas intervenções em resiliência familiar comporão as demais apresentações da presente proposta, sendo uma delas uma intervenção com oito famílias de crianças com Síndrome de Down de até dois anos de idade, com o objetivo de desenvolver e avaliar um programa de intervenção com essas famílias. O programa foi conduzido com dois grupos de participantes, um grupo experimental e o controle e forma realizadas 11 sessões de intervenção. Na sequência, a última apresentação, é uma intervenção com 10 famílias de crianças autistas. Esta investigação teve o objetivo de promover resiliência nestas famílias, baseando-se nos processos-chave da resiliência familiar e tendo sido realizada de forma online. Ressalta-se relevância das investigações que compõem este Simpósio, por um lado, contribuindo com instrumentos de pesquisa adaptados e validados para a população brasileira e, por outro, aprofundando o debate na área e fomentando o planejamento de intervenções com estes e outros tipos de famílias.



A intervenção em resiliência familiar: famílias com crianças com Síndrome de Down

Nara Liana Pereira Silva (UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora)

Resumo As famílias têm possibilidade de dar respostas diferentes, mais positivas ou mais negativas, às distintas adversidades e desafios, ao longo do tempo. À medida que elas ampliam suas competências, após recuperarem de crises iminentes e de resistirem ao estresse, também podem desenvolver recursos vitais para lidarem de forma eficaz com os desafios futuros. A resiliência familiar tem efeito duradouro e prolongado, com implicações no curso de desenvolvimento de cada um de seus membros. As intervenções em resiliência familiar têm o objetivo de fomentar, desenvolver e potencializar os recursos dos sistemas familiares para que estes consigam lidar de forma mais positiva e saudável com as diferentes experiências de vida. Embora se reconheça a importância de tais intervenções, ressalta-se a escassez destas no Brasil e em famílias com pessoas com deficiência intelectual, especialmente, a Síndrome de Down (SD). Dada à relevância da temática, objetiva-se apresentar o desenvolvimento, resultados e avaliação de um programa de intervenção com foco em resiliência familiar. Foram participantes oito famílias compostas por pai, mãe e filhos, tendo um deles o diagnóstico de SD e idade de até dois anos. Foram realizadas visitas nas residências ao longo de um ano, no pré-teste, pós-teste e follow up, nas quais os genitores e o/a filho/a com desenvolvimento típico (DT), quando existente, responderam a escalas, inventários, questionários e entrevistas. Após todos os instrumentos serem respondidos, as famílias foram classificadas de acordo com os arranjos familiares e renda, sendo distribuídas de forma aleatória simples em dois grupos: (1) grupo experimental (GE) com 4 famílias (participantes da intervenção); (2) grupo controle (GC) com 4 famílias que não participaram de intervenções. Foram realizadas 11 oficinas com o GE. Findada a implementação da intervenção, foi iniciado o pós-teste com uma visita domiciliar em cada uma das oito famílias. Após quatro meses da última visita domiciliar, foi realizado um follow up. Os resultados não indicaram diferenças estatisticamente significativas entre os valores da resiliência em todas as famílias nos diferentes tempos de mensuração ($p=0,77$). A maioria dos membros familiares percebeu, pelo menos, uma mudança na família em decorrência do trabalho realizado, tais como melhorias na comunicação e aquisição de conhecimentos sobre a SD. É possível afirmar que as famílias adquiriram habilidades e potencialidades, o que pode favorecer o enfrentamento positivo e eficaz de desafios futuros. É necessário que pesquisadores realizem estudos futuros com uma amostra maior de participantes, a partir de uma coleta de dados mais extensa.

Adaptação transcultural e validação do Family Hardiness Index (FHI) para a população brasileira

Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo A resistência familiar refere-se aos pontos fortes e a durabilidade interna



da unidade familiar, e pode ser caracterizada como um senso de controle que a família possui para lidar com eventos estressores e as dificuldades da vida. É um recurso da família para enfrentar as adversidades e conseguir se adaptar, funcionando como um amortecedor ou um mediador que diminui o efeito dos estressores e demandas, o que facilitaria o ajuste e adaptação das famílias ao longo do tempo. A realização de estudos que investigam a resistência das famílias diante de eventos estressores depende de escalas adequadamente adaptadas e validadas para o Brasil. O objetivo desse estudo foi realizar o processo de adaptação transcultural e validação do Family Hardiness Index (FHI) para a população brasileira. O processo ocorreu em duas fases: (1) adaptação transcultural, realizada em cinco etapas, a saber: tradução, síntese das traduções, tradução reversa (back translation), análise de comitê e pré-teste; e (2) validação, onde participaram 210 cuidadores de criança com deficiência, e foram analisadas a validade e a confiabilidade do instrumento. Os resultados da adaptação apontaram boa concordância semântica, idiomática e cultural dos itens do instrumento adaptado, e valor de 80% em Kappa. Acerca da validação, a Análise Fatorial Confirmatória (AFC) revelou que o modelo com dois fatores e 11 itens foi o que melhor se ajustou aos dados empíricos brasileiros, sendo o instrumento considerado validado para o contexto brasileiro. A possibilidade de investigar resistência familiar no Brasil permitirá compreender, em parte, a existência desse recurso na vida dos mais variados tipos de famílias, devido a extensão e diversidade do país. O presente estudo apresenta, como principal contribuição, a discussão acerca da investigação da resistência familiar e a validação do Family Hardiness Index (FHI) para a população brasileira.

Descrição e avaliação de uma intervenção para familiares de crianças com autismo: Promovendo resiliência familiar

Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza), Patrícia Oliveira Lima, Dulcinea Bandeira Soares Timbó (prefeitura de ipu)

Resumo O autismo, por suas características clínicas, impõe a necessidade de uma adaptação no cenário familiar. Em geral, a literatura sobre famílias de crianças com autismo tende a destacar os níveis acentuados de estresse, bem como indicadores mais negativos de qualidade de vida e dificuldades frente ao funcionamento familiar. Bem menos atenção tem sido dada, portanto, aos processos de enfrentamento e adaptação positiva dessas famílias, assim como ao desenvolvimento e avaliação de intervenções que tenham esse enfoque positivo. A lente da resiliência familiar pode ser bastante útil nesse sentido, uma vez que se define como uma qualidade sistêmica das famílias, que as capacitam para reagir de forma positiva às situações potencialmente provocadoras de crises, superando essas dificuldades e promovendo a sua adaptação de maneira produtiva para o seu próprio bem-estar. Com base nessas considerações, o trabalho buscou descrever o processo de desenvolvimento e avaliação de uma intervenção, que tinha como objetivo promover resiliência em famílias de crianças autistas. Trata-se de uma intervenção grupal, estruturada com



base nos processos-chave da resiliência familiar (sistema de crenças, processos organizacionais e processos comunicacionais), a qual foi realizada de forma online (Plataforma Google Meet), com duração de cinco encontros e 10h no total. Os 10 participantes (90% mães; 20-53 anos) responderam aos instrumentos - Escala Multidimensional de Suporte Social Percebido, Escala de Resiliência Familiar, Inventário de Saúde Mental, Escala de Reação à Intervenção e de Reação ao Desempenho do Instrutor - de forma online, antes da intervenção começar e após a sua conclusão. Análises comparativas do pré e pós-teste foram calculadas no SPSS e mostraram que os respondentes demonstraram maior satisfação com suporte dos amigos e maior saúde mental no pós-teste. Embora a resiliência familiar tenha apresentado valores superiores no pós-teste, esta diferença foi apenas marginalmente significativa. Os participantes tiveram opiniões favoráveis sobre a intervenção e quanto ao desempenho da instrutora. A possibilidade de ter mais contato com outras famílias, em situações semelhantes às suas, foi o aspecto positivo mais destacado pelos participantes, que também sugeriram a necessidade de ampliação do número de encontros da intervenção. A análise de conteúdo das falas das mães/pais ao longo dos cinco encontros, permitiram identificar aspectos do sistema de crenças, dos processos organizacionais e comunicacionais que foram fortalecidos com a intervenção realizada. Embora o preconceito da sociedade e a sobrecarga materna sejam aspectos adversos vividos pelas famílias, verifica-se que estas tendem a lançar mão de aspectos como espiritualidade, otimismo/positividade quanto ao futuro dos filhos, acesso à rede de apoio familiar (nuclear e extensa) e de amigos, assim como processos de organização (coesão familiar e flexibilidade) e comunicação familiar que têm favorecido seus processos de resiliência familiar. Em síntese, o estudo corrobora as adversidades vivenciadas pelas famílias de crianças com autismo, ao mesmo tempo que lança luz ao seu potencial de resiliência familiar. As evidências positivas acerca da intervenção aqui proposta, por sua vez, sinalizam para a possibilidade da sua replicação futura, de forma que mais famílias possam ser acolhidas e fortalecidas.



SIMP 21 | Sensibilidade nas práticas parentais: fatores de risco e protetivos

Ana Carla Lima Ribeiro (PUC-RIO)

Resumo Muitos estudos que avaliam as práticas parentais demonstram que a sensibilidade dos cuidadores representam importantes aspectos para o desenvolvimento socioemocional das crianças. As interações estabelecidas entre pais e filhos estão diretamente associadas ao cuidar, educar e garantir o desenvolvimento destes. Essas interações são perpassadas por um conjunto característico de comportamentos, nomeados de maneira diferenciada na literatura: práticas parentais, práticas educativas, práticas de cuidados, cuidados parentais, dentre outros. Essa multiplicidade indica que existem diferentes formas de conceber o comportamento parental. As práticas parentais representam as relações estabelecidas entre os pais e os filhos, sendo permeadas por necessidades distintas que envolvem o cuidado, a educação e o desenvolvimento infantil. Essas relações dependem de alguns fatores, como: as características individuais presentes nesses sujeitos e em sua prole, orientadas por fatores biológicos e filogeneticamente estabelecidos, além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura, que moldam o comportamento parental. As práticas parentais consistem em um conjunto de estratégias utilizadas pelos pais objetivando orientar os comportamentos socialmente adequados dos filhos. Nesse simpósio traremos a apresentação de três pesquisas que abordam diferentes práticas parentais em diferentes contextos. A primeira proposta contemplou os fatores de risco e protetivos para o desenvolvimento da sensibilidade materna de 31 primíparas das cidades do Rio de Janeiro e Belo Horizonte e seus bebês de dois meses de vida, investigando os seguintes fatores: bem-estar subjetivo materno, percepção materna de apoio social, estilo de relacionamento adulto, tipo de parto, se a gravidez foi desejada e/ou planejada, sexo do bebê/sexo da preferência materna e amamentação exclusiva no peito/uso de complemento. Duas entrevistas semiestruturadas (uma a partir do sexto mês de gestação e a segunda durante o segundo mês de vida do bebê), uma observação naturalística sistemática e os seguintes instrumentos foram aplicados: Escala de Estilo de Relacionamento, Escala de Apoio Social e Escala de Bem-estar Subjetivo. O segundo trabalho pesquisou o impacto dos fatores socioeconômicos como renda, quantidade de filhos, escolaridade, etc, na construção das práticas educativas parentais e na utilização das práticas positivas ou negativas na relação entre pais e filhos, o estudo contemplou 10 díades de homens (pais e filhos), descritos como geração 1 e geração 2, residentes e naturais do estado do Ceará. Realizou-se uma entrevista semiestruturada e aplicou-se o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P). A terceira proposta investigou as relações das práticas educativas parentais e as características familiares com os comportamentos transgressores das crianças de três a cinco anos do município do Rio de Janeiro. Participaram do estudo 50 pais e 6 professoras de uma creche localizada em uma favela da Zona Sul e de um espaço de desenvolvimento infantil na Zona Norte. Foram aplicados os instrumentos: Escala de Crenças Sobre Práticas Parentais na primeira infância e o Inventário do Clima Familiar - ICF. Dessa forma, os três trabalhos dialogam sobre a importância da sensibilidade nas práticas parentais enquanto fatores protetivos ou de risco para o desenvolvimento socioemocional dos filhos.



Apoio social, Bem-estar subjetivo e estilo de relacionamento como fatores associados à sensibilidade materna de primíparas cariocas e mineiras

Ana Carla Lima Ribeiro (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A sensibilidade materna representa uma capacidade da mãe de demonstrar cuidado e se mostrar sensível às expressões e sinais do bebê, respondendo de forma congruente e pertinente às suas necessidades e demandas. Até o presente momento, não foi possível identificar todos os fatores envolvidos como preditores da sensibilidade materna, porém muitos estudos vêm demonstrando a importância da rede de apoio social da gestante, a influência de seu bem-estar subjetivo, seu estilo de relacionamento e o apego adulto para o desenvolvimento de sua sensibilidade materna. Este estudo empírico, em andamento, teve como objetivo investigar, a partir da perspectiva da psicologia do desenvolvimento evolucionista e da sociocultural, quais fatores podem influenciar no desenvolvimento da sensibilidade materna de primíparas cariocas e mineiras. Foram elegidos como foco de análise os seguintes fatores: bem-estar subjetivo materno, percepção materna de apoio social, estilo de relacionamento adulto, tipo de parto, se a gravidez foi desejada e/ou planejada, sexo do bebê/sexo da preferência materna e amamentação exclusiva no peito/uso de complemento. O estudo contou com a participação de 31 gestantes primíparas das cidades do Rio de Janeiro (N=14) e Belo Horizonte (N=17). A média de idade das gestantes foi de 33 anos (DP = 5,12; Md =34). Todas afirmaram viver com o pai do bebê, sendo que 64,51% das gestantes (N=20) afirmaram serem casadas, 25,80% (N=8) viverem juntos e 9,67% (N=3) em união estável. A média de tempo que conviviam juntos foi de 4,26 anos (DP = 2,99; Md = 4). Em relação à escolaridade, 45,16% das entrevistadas possuíam especialização (N=14), 19,35% graduação (N=6), 12,9% mestrado (N=4), 6,45% graduação incompleta (N=2) e 6,45% pós-doutorado (N=2). Foram realizadas duas entrevistas semiestruturadas (uma a partir do sexto mês de gestação (M=33,38 semanas, DP=3,87) e a segunda durante o segundo mês de vida do bebê), uma observação naturalística sistemática e aplicados os seguintes instrumentos: Escala de Estilo de Relacionamento (EER), Escala de Apoio Social (EAS) e Escala de Bem-estar Subjetivo (EBES). As entrevistas semiestruturadas tiveram por objetivo coletar dados sobre a gestante, o período gestacional, dados sociodemográficos, descrição do trabalho de parto, amamentação, percepção materna sobre sua rede de apoio. Na EER, para a maioria das participantes o fator proximidade e intimidade obteve o maior escore médio (M=24,51; DP=2,87; Md=25), seguido pelo fator confiança e dependência (M=21,38; DP=4,77; Md=22). A média geral do escore obtido no fator ansiedade foi baixa (M=11,51; DP=5,57; Md=9). O que pode demonstrar que esse grupo de mães apresenta um estilo de relacionamento (apego adulto) seguro. Observou-se um alto valor médio no fator satisfação com a vida das participantes na EBES (M=61,32; DP=6,84; Md=63), já que o valor máximo possível nesse fator desta Escala é 75 e também na EAS (M=84,45; DP=10,11; Md=89), que o valor máximo é 95, demonstrando que as participantes se sentem satisfeitas com a própria vida e que receberam apoio durante a gestação. Apesar dos resultados promissores, defende-se a necessidade de mais pesquisas na área, na tentativa de correlacionar os diversos preditores possíveis da sensibilidade materna para sua melhor compreensão.



Fatores de risco e o impacto nas práticas educativas parentais: um estudo entre gerações de homens.

Jessica Moraes Rosa (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo Compreende-se que as relações estabelecidas entre pais e filhos são representadas pelas práticas educativas parentais, que consistem no conjunto de estratégias utilizadas por estes, objetivando orientar os comportamentos socialmente adequados dos filhos, e são divididas em práticas positivas e negativas. As práticas mais utilizadas pelos pais influenciam no desenvolvimento socioemocional dos filhos. As relações entre pais e seus filhos dependem de alguns fatores, como: características individuais, presentes nesses sujeitos e em sua prole, orientadas por fatores biológicos, filogeneticamente estabelecidos; além de variáveis ambientais e sociais, resultantes da cultura, que moldam o comportamento parental. Ressalta-se os fatores socioeconômicos, a estrutura familiar, o relacionamento conjugal dos pais, o gênero parental e o temperamento infantil. Dessa forma, a qualidade das interações garante a atenção necessária à criança, assim como os modelos e a modelagem de habilidades sociais, reduzindo a probabilidade da emissão de comportamentos tidos como problemáticos. Dessa forma, ressalta-se a importância de analisar as contingências operantes presentes nas interações entre pais e filhos, as variáveis filogenéticas e os determinantes das práticas culturais para se investigar a relação. Dessa forma, o presente estudo objetivou correlacionar os dados sociodemográficos com os fatores que constituem as práticas educativas parentais, associando fatores de risco como condições socioeconômicas e baixa escolaridade com a qualidade da relação pai-filho. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicou-se o Roteiro de Entrevista de Habilidades Sociais Educativas Parentais (RE-HSE-P) com 10 pares de homens (pais e filhos) que exercem a parentalidade e residem no estado do Ceará. Os resultados obtidos foram analisados estatisticamente através do software SPSS versão 20.0. Constatou-se que, quanto aos fatores mensurados no RE-HSE-P, habilidades sociais dos filhos (HS), variáveis de contexto (CONT), práticas negativas (PRNEG), problemas de comportamento dos filhos (PROB) e habilidades sociais educativas parentais (HSEP), ao serem relacionados aos dados sociodemográficos, há uma relação negativa entre a idade dos participantes e o fator variáveis de contexto (CONT) ($r = -,496$; $p < 0,05$), ou seja, quanto mais velhos os pais forem, menor os resultados atingidos em relação a CONT. O dado renda, que sinaliza o quanto os participantes ganham por mês, também apresentou correlação negativa com o fator problemas de comportamentos dos filhos (PROB) ($r = -,477$; $p < 0,05$) e correlação positiva com habilidades sociais educativas parentais (HSEP) ($r = ,493$; $p < 0,05$); escolaridade, por sua vez, apresentou correlação positiva com o fator HSEP ($r = ,561$; $p < 0,05$). O que sinaliza que o nível de escolaridade influencia a apresentação de mais habilidades sociais educativas parentais; o fator variáveis de contexto (CONT) também apresentou correlação negativa com os dados quantidade de filhos ($r = -,571$; $p < 0,001$) e quantidade de irmãos ($r = -,455$; $p < 0,05$). Ou seja, quanto maior a quantidade de filhos e irmãos, menores os resultados relacionados a esse fator. Dessa forma, ressalta-se a importância de ponderar os dados sociodemográficos uma vez que estes, somados a outros fatores, influenciam na construção de práticas educativas parentais e, portanto, na relação parental.



Práticas educativas parentais e o comportamento das crianças no contexto da Educação Infantil

Thaís de Oliveira Trindade (Município do Rio de Janeiro)

Resumo Um dos pressupostos deste trabalho é que o desenvolvimento humano se dá em contextos. Acredita-se que entender o desenvolvimento durante a Educação Infantil seja necessária à compreensão dos diferentes contextos que fazem parte da vida das crianças. Para tal, foi utilizado o contexto social onde as crianças se desenvolvem e como os cuidadores principais pensam suas práticas educativas. Além disso, as professoras das Unidades Escolares foram ouvidas sobre os comportamentos das crianças nesse contexto social. O presente trabalho teve como objetivo investigar as relações das práticas educativas parentais e as características familiares com os comportamentos transgressores das crianças de três a cinco anos do município do Rio de Janeiro. Participaram do estudo 50 pais e 6 professoras de 1 creche localizada em uma favela da Zona Sul do Rio de Janeiro e de 1 Espaço de Desenvolvimento Infantil na Zona Norte do Rio de Janeiro. Foram aplicados os instrumentos: Escala de Crenças Sobre Práticas Parentais na primeira infância, o Inventário do Clima Familiar - ICF e a ficha de dados sociodemográfica. Uma entrevista dirigida com as professoras foi realizada para investigar os objetivos propostos. A partir das análises feitas, pode-se perceber que a maioria dos pais e mães demonstra em suas respostas preocupações e cuidados com seus filhos, visto que para a maioria das afirmativas eles responderam nível 5 (sempre). Esse achado pode ser relacionado com as análises das entrevistas das professoras, que demonstram, de forma geral, que as crianças não apresentam comportamentos agressivos ou transgressores nesses espaços pesquisados. Para a análise de dados foi utilizado o software Iramuteq. O corpus geral das entrevistas foi constituído por 50 textos, que representam as 50 entrevistas realizadas na pesquisa. Emergiram 8.745 ocorrências (preposições, palavras, formas ou vocabulários), sendo 1094 palavras distintas e 171.047 palavras com uma única ocorrência. Além disso, nos dados sociodemográficos encontram-se participantes com formações que variaram do Ensino Fundamental Incompleto (24%) ao Superior Completo (4%). Logo, pode-se verificar as possíveis influências na relação da criança com o ambiente onde está inserida. Acredita-se que, se a criança está inserida em um ambiente saudável para seu desenvolvimento, ela dificilmente apresentará comportamentos transgressores ou agressivos nesses espaços. A partir das análises das respostas dos pais e das professoras, pode-se dizer que os aspectos relacionados a crenças e práticas parentais estão de acordo com o perfil de comportamento apontado pelas professoras em suas entrevistas. Acredita-se que o presente estudo possa trazer benefícios tanto para a área de educação quanto para a área da psicologia do desenvolvimento e psicologia da educação.



SIMP 22 | Tecendo redes: avós, pais e mães na proteção das crianças e dos adolescentes

Roberta Andrade e Barros (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Resumo O presente simpósio reúne duas pesquisadoras, uma da PUCMinas e outra da Universidade Federal de Viçosa, para apresentarem os estudos qualitativos que realizaram em Minas Gerais, com o objetivo de trazerem contribuições para a compreensão da intergeracionalidade intrafamiliar, seja entre avós guardiães e netos, no contexto do cumprimento da medida socioeducativa, seja na situação das crianças que possuem a presença do pai, da mãe e da avó na sua criação. Os trabalhos ressaltam as trocas intergeracionais vivenciadas pelas famílias contemporâneas como formas de lidar com os desafios experienciados, sendo essas vivências repletas de conflitos e solidariedade. As pesquisas apontam que as famílias buscam, cada uma a seu modo, criar estratégias de proteção às crianças e aos adolescentes, quer na escola ou no campo socioeducativo, tecendo uma rede de assistência e acolhimento.

A proteção das avós guardiãs aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa

Roberta Andrade e Barros (PUC MINAS - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)

Resumo O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de doutorado defendida em 2021, que teve como objetivo analisar como as avós dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa tentam criar uma rede para protegê-los. Os pressupostos teóricos utilizados foram os da Psicologia Social e do Desenvolvimento, como a vulnerabilidade social, avosidade e relações intergeracionais. Como estratégias metodológicas, foram utilizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa de campo ocorreu em Belo Horizonte (MG) e consistiu em entrevistas semiestruturadas feitas com uma avó guardiã que acompanhou dois netos no cumprimento de medida socioeducativa e duas analistas de políticas públicas responsáveis pela execução das medidas socioeducativas em meio aberto. Como resultado, foi possível constatar que as famílias dos adolescentes que cumprem MSE comumente são monoparentais femininas e contam com a presença de outras mulheres - que não são as mães - no cuidado das crianças e adolescentes, principalmente as avós maternas. Na maior parte das vezes, essas famílias são pertencentes às camadas populares, suas vidas são marcadas pela precariedade e pela violência. As avós, em conjunto com as analistas de políticas públicas da medida socioeducativa, tentam criar uma rede de proteção a esses adolescentes que, muitas vezes, foram excluídos de outras políticas públicas, como as voltadas para a escolarização, profissionalização, cuidado à saúde e lazer.



Participação de pais e avós em tarefas de cuidado ou educação das crianças: permanências e mudanças

Lílian Perdigão Caixêta Reis (UFV - Universidade Federal de Viçosa)

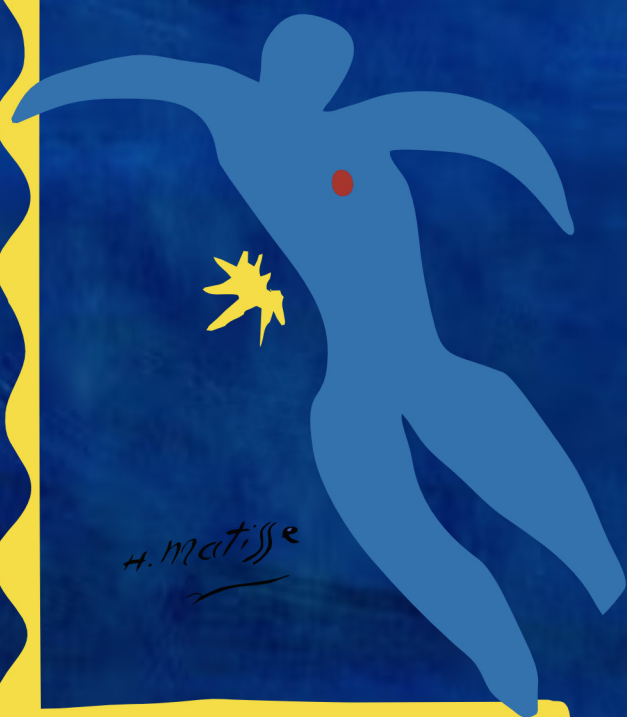
Resumo Demandas no acompanhamento de crianças em idade escolar envolvem todos os membros da família, implicando em organização dos responsáveis quanto às tarefas ou papéis que cada um deve assumir, evidenciando-se transformações na forma como as gerações mais novas compreendem suas responsabilidades no exercício da paternidade ou em como interpretam as referências das gerações mais velhas. Além disso, com a inserção das crianças no contexto escolar ainda bem pequenas, devido à necessidade das mães de se inserirem no mercado de trabalho, há que considerar a importância do diálogo entre a escola e a família para que se possa propiciar condições adequadas de desenvolvimento para as crianças. Objetiva-se com este trabalho apresentar reflexões sobre as atribuições assumidas pelos pais e avós no cuidado com crianças pequenas, e que evidenciam processos de mudanças vivenciados pelas famílias contemporâneas. Tomamos como referência os resultados de dois estudos qualitativos, realizados com famílias no interior de Minas, nos quais foram feitas entrevistas semiestruturadas com pais e avós. Recorreu-se à Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner para fundamentar a análise dos dados, considerando-se as trocas intergeracionais e a relação entre família e escola como categorias de análise. No primeiro estudo, realizado com os pais, os resultados apontaram mudanças indicando maior participação dos pais jovens nas tarefas de cuidado com os filhos pequenos, destacando-se o envolvimento em atividades cotidianas como brincar com os filhos, ou levá-los diariamente à escola. Mas percebe-se ainda a permanência das mães nos cuidados de higiene, saúde ou reuniões na escola. Os pais demonstraram preocupação com a necessidade de conciliar o trabalho com as demandas relativas aos cuidados e maior participação na rotina dos filhos. No segundo estudo, cuja análise focou na interação entre famílias e escolas durante o período da pandemia, identificou-se que os avós assumiram demandas de cuidados dos netos enquanto os pais estavam trabalhando, mas com dificuldades para assumirem as atividades relacionadas à orientação em tarefas escolares, principalmente pelo fato de que implicavam no uso de tecnologias, com a necessidade de orientar as crianças na realização de atividades ou aulas remotas. Mesmo assim, constatou-se que o apoio familiar, evidenciado pela atenção dispensada pelos pais e avós para com as crianças em idade escolar, aparece como relevante para o engajamento no enfrentamento de possíveis obstáculos relacionados ao ensino aprendizagem. Nos dois estudos, evidenciou-se que transformações na compreensão sobre as trocas intergeracionais vivenciadas pelas famílias contemporâneas apontam para mudanças positivas no processo de desenvolvimento das crianças. No entanto, observou-se que para as famílias em situação de muita vulnerabilidade, as desigualdades sociais se sobressaem pela limitação de acesso a recursos, pela falta de tempo dos familiares para com as crianças, e a impossibilidade de comunicação ou aproximação com a escola, fatores que acabam impedindo que deem a devida atenção às demandas das crianças. Os estudos apontam a relevância de se criar políticas públicas que favoreçam a maior participação dos pais nos cuidados dos filhos pequenos, bem como o suporte no acesso a tecnologias que possam facilitar a interação e a comunicação entre a família e a escola.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO
de PSICOLOGIA DO
DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

Sessões coordenadas





SC 01 | A importância do olhar interdisciplinar e intersetorial sobre o desenvolvimento na infância: escola, clínica, avaliação e práticas de cuidado

Carla Renata Braga de Souza (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo O cuidado à criança só é possível se realizado de modo interdisciplinar e intersetorial, mobilizando o entorno para a construção de práticas de cuidados, considerando a família e a escola como espaços essenciais para esta construção, a qual deverá ser condizente com o território e com as necessidades daqueles que procuram por respostas a respeito do sofrimento psíquico da criança. Sob esta perspectiva, esta seção coordenada se propõe a apresentar quatro pesquisas. A primeira tem como objetivo apresentar, a partir de uma pesquisa com profissionais da saúde, como o conceito de infância impacta as práticas de cuidado em saúde mental para crianças, em que o discurso dominante é centrado no adulto a respeito do corpo e sofrimento destas, contrariando todo um avanço político e científico a respeito do lugar da criança na sociedade, que passou de um mini adulto para um cidadão e indivíduo em desenvolvimento até os dias atuais em que há uma instrumentalização massiva nos modos cotidianos de cuidados. Seguindo a importância dos diferentes olhares sobre a criança, faz-se necessário estudar as práticas e crenças dos professores acerca do desenvolvimento emocional das crianças dos berçários, visto que, ainda existem profissionais que acreditam que no berçário só é feito um trabalho assistencialista e não pedagógico. Esta pesquisa tem como objetivo investigar as crenças e práticas de 20 professoras da Rede Municipal do Rio de Janeiro, sobre o desenvolvimento emocional das crianças de 1 a 2 anos. Os instrumentos utilizados foram um inventário sociodemográfico e uma entrevista dirigida pelo Google Forms. Por ser uma pesquisa em andamento, todos os dados serão tratados descritivamente e analisados estatisticamente, através de testes paramétricos e não paramétricos. No campo dos trabalhos clínicos, tem-se a terceira pesquisa em que a prática clínica com crianças diagnosticadas com TDAH tem como desafio a inter-relação dos sintomas apresentados com os fatores familiares e sociais prejudiciais à saúde mental das mesmas. Percebe-se que a ignorância dos responsáveis estimula comportamentos ineficazes. Buscando-se conhecer este cenário, objetiva-se compreender os desafios e enfrentamentos dos cuidadores de crianças diagnosticadas com TDAH. Participaram da pesquisa 20 cuidadores, que responderam o questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Por ser uma pesquisa em andamento, os dados serão tratados descritivamente e analisados estatisticamente, por meio de testes paramétricos e não paramétricos. Considerando o percurso tomado em busca de cuidados para crianças em sofrimentos psíquicos, há o trabalho da avaliação psicológica (AP) como uma prática exclusiva da psicologia. Quando uma família busca um diagnóstico psicológico é imprescindível considerar a complexidade da situação, ponderando que já existe um sofrimento, prejuízo ou sintoma que dê compreensão para a intervenção assertiva ao caso. Por isso, a avaliação psicológica deve favorecer a interação entre o profissional e a criança, aproximando de sua realidade para maior compreensão do fenômeno. Dessa forma, os quatro trabalhos dialogam sobre a importância do olhar contextualizado lançado sobre a criança nos diferentes espaços de cuidado, partindo das práticas de saúde, na escola, na clínica e na avaliação, o que ainda se desdobra em um desafio.



A criança através do tempo: elaborações e invenções para o cuidado

Carla Renata Braga de Souza (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo O cuidado à criança só é possível se realizado de modo interdisciplinar e intersetorial, mobilizando o entorno para a construção de práticas de cuidados, considerando a família e a escola como espaços essenciais para esta construção, a qual deverá ser condizente com o território e com as necessidades daqueles que procuram por respostas a respeito do sofrimento psíquico do seu familiar, ou o próprio sofrimento. A busca por respostas pode apresentar diferentes arranjos, os quais estão diretamente relacionados aos aspectos conceituais e instrumentais a respeito da criança. Se por um lado há o conceito de criança, por outro há os acontecimentos biológicos, psíquicos e cognitivos que fundamentam as práticas de diversos profissionais. Sob esta perspectiva, esta pesquisa tem por objetivo discutir como o conceito de criança fundamenta as práticas de cuidado em saúde mental realizadas por profissionais do estado do Ceará, sendo um desdobramento da pesquisa de pós-doutorado realizada nos anos de 2021 a 2023. A busca por respostas pode apresentar diferentes arranjos em busca de respostas para o sofrimento psíquico, os quais são estudados mediante análise do itinerário terapêutico - percursos e formas de procura, produção e gerenciamento do binômio saúde-doença pelos indivíduos envolvidos no processo. Nessa compreensão, foram encontrados que há uma tendência à medicalização dos sofrimentos na infância, as práticas de cuidados estão centradas no discurso médico - diminuindo o lugar da interdisciplinaridade e intersetorialidade, massiva disseminação diagnóstica. Diante disso, tem-se que há uma dificuldade em promover uma articulação de ações em rede intersetorial com serviços formais e informais. Sob este panorama que há uma indicação de que os diagnósticos de transtornos mentais não sejam definitivos, visto que o indivíduo está em processo de mudança e um diagnóstico poderia retirar dele as possibilidades de se reposicionar diante do que poderia ser visto como uma forma de rearranjo psíquico em face do cenário que a criança está envolvida. Esse caráter não definitivo aponta para uma espera. Essa é uma característica daquele que trabalha na escuta do sujeito, em sua singularidade. A temporalidade para o cuidado é muito particular ao momento em que os sujeitos estão, e quando se trata de crianças há um constante desafio em lidar com o que viria a ser "o tempo certo" ou o termo muito utilizado para dizer de uma intervenção "a tempo". Aqui, nós enquanto cuidadores "profissionais", digamos assim, somos levados a pensar como se daria este cuidado. - construção de uma Rede, Projeto Terapêutico Singular, políticas em Saúde Mental, etc. Quando falamos em tempo e o que fazer com esse tempo, estamos apontando para o que é construído fora de uma lógica de começo-meio-fim em um único encontro, ou seja, é possível falar de uma disponibilidade a ver a particular invenção que nos é apresentada pela criança através de toda uma particularidade complexa que há nesse encontro.



Avaliação psicológica na infância

Elaine Marinho Bastos (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo A avaliação psicológica - AP é uma prática exclusiva da psicologia e, para que ela seja feita, são necessários vários conhecimentos para que seja efetiva. Exige-se amplo domínio de teorias e métodos reconhecidos pela ciência psicológica. Quando se trata de AP de crianças o processo é bem mais desafiador, pois avaliar não é aplicar somente técnicas\testes psicológicos, demanda do profissional inúmeras competências e conhecimentos de suas especificidades, não desconsiderando ser um processo estruturado e de integração de informações sobre o funcionamento psicológicos de indivíduos e\ou grupos.

Quando uma família busca um diagnóstico psicológico é imprescindível considerar a complexidade da situação, ponderando que já existe um sofrimento, prejuízo ou sintoma que de compreensão para a intervenção mais assertiva ao caso é importante que o profissional seja acolhedor e respeite o que está sendo trazido pelo solicitante buscando compreender o que está sendo apontado, considerando que ao final do processo deverá ser dado uma devolutiva e o documento elaborado ao final do processo, seja ele laudo ou atestado psicológicos.

A avaliação psicológica deve favorecer a interação entre o profissional e a criança, aproximando de sua realidade para maior compreensão do fenômeno, para isso é importante a adaptação da linguagem, considerando o desenvolvimento cognitivo, a realidade e formas de brincar. Por isso, o profissional deve ter amplo domínio de teorias e métodos reconhecidos pela ciência psicológica que sejam aplicáveis a esse público específico. Uma ressalva é a existência de um número limitado de testes direcionados especificamente para crianças, foi pesquisado em janeiro de 2024 no site do SATEPSI e foram encontrados 16 testes aprovados para aplicação neste público. Assim, também pode-se indicar que nem sempre o uso de testes psicológicos pode ser pertinente, necessário ou possível, considerando a condição de desenvolvimento, o baixo quantitativo e o constructo e condição psicológica que esteja sendo avaliado.

Na avaliação psicológica é importante a utilização de diversas fontes de informações, considerando aspectos múltiplos de dados que ampliam o olhar sobre o fenômeno investigado. A inserção de diferentes informantes ajuda a compor o cenário, identificar o ambiente o qual a criança está inserida, buscando aspectos mais ecológicos.

Existem aspectos que devem ser considerados quanto a avaliação psicológica de crianças: Aspectos legais e éticos, entrevista com pais, outros informantes, o contato com a criança e os instrumentos que serão utilizados. No caso de avaliação com crianças é importante compreender que a criança deve participar do processo, a comunicação deve ser sensível demanda para compreender a dinâmica e desdobramento que o processo possa encaminhar. Mesmo que os pais tragam informações imprescindíveis, a criança deve ser observada diretamente pelo profissional que está realizando o processo, para isso é preciso a adaptação do comportamento e linguagem do profissional para que esteja de acordo com a idade do avaliado. Uma das principais possibilidades desse momento é o brincar, atividade que faz parte da rotina da criança e na avaliação possibilita observar o comportamento, emoções,



aspectos cognitivos e motores. Além da consideração de que a brincadeira é uma forma de comunicação infantil.

Como agir sendo um cuidador de uma criança com TDAH: dos desafios às práticas inclusivas

Nathália Reina Pinheiro (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Elaine Marinho Bastos (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo A prática clínica com crianças diagnosticadas com TDAH tem como desafio a inter-relação dos sintomas apresentados com os fatores familiares e sociais prejudiciais à saúde mental das mesmas. Percebe-se que a ignorância dos responsáveis acaba por estimular comportamentos ineficazes dos mesmos. Buscando-se conhecer ainda mais este cenário, o presente trabalho tem como objetivo compreender os desafios e enfrentamentos dos cuidadores de crianças diagnosticadas com TDAH. A pesquisa contou com a participação de 20 cuidadores, os quais responderam o questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada dirigida presencialmente. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os dados serão tratados descritivamente (frequências, médias, medidas de variância) e analisados estatisticamente, por meio de testes paramétricos (escalas e variáveis contínuas) e não paramétricos (frequências e variáveis categóricas). Trata-se de uma pesquisa em andamento, portanto, os dados estão sendo analisados nesse período.



Crenças e práticas de educadores acerca do desenvolvimento emocional das crianças no berçário

Thaís de Oliveira Trindade (Município do Rio de Janeiro)

Resumo O estudo das crenças e práticas dos professores, a partir do que acreditam ser o desenvolvimento emocional em crianças na faixa etária de 1 a 2 anos de idade, faz-se relevante por diversos aspectos como: as constantes mudanças históricas, sociais, econômicas e culturais vivenciadas por todos, principalmente, pela escola. Além disso, observar as crianças, a partir dessas práticas e crenças dos professores, notando, desta forma, como acontece, o que eles trazem em sua oratória (desenvolvimento ideal), ao que eles mostram em suas práticas (desenvolvimento real), nesta faixa etária.

Pode-se perceber o quanto as práticas com as crianças do berçário são voltadas, principalmente, para os cuidados primários. Poucos profissionais acreditam que as crianças nessa faixa etária possam se desenvolver emocionalmente e iniciar o entendimento acerca dos seus sentimentos ou expressões emocionais.

O processo de escuta dos professores é importante para pensar a prática e o que se espera para essa criança. Percebe-se, cada vez mais, o quanto essa integração e participação, família e escola, tornam-se fundamentais para o desenvolvimento da criança, principalmente durante a Educação Infantil. Outro fator muito significativo é o cuidar e o educar estarem articulados. Deste modo, é importante conhecer as crenças sobre o cuidar e o educar, as metas das professoras nessa etapa e as práticas realizadas com as crianças. Dessa forma, podem buscar em parceria, o melhor caminho para a educação e o desenvolvimento da criança.

O desenvolvimento emocional é a evolução das expressões emocionais, a compreensão e o controle das próprias emoções, assim como a compreensão e a resposta às emoções dos demais.

É notório o quanto os professores não tem acesso às informações referentes ao desenvolvimento da criança pequena e muitos não compreendem o que deveria acontecer no espaço escolar com eles. Tais profissionais acreditam que a creche é um espaço assistencial e não pedagógico. O que faz sentido, visto que, antes das creches serem responsabilidade da Secretária de Educação, eram da Assistência Social.

A partir disso, faz-se necessário estudar as práticas e crenças dos professores acerca do desenvolvimento emocional das crianças dos berçários. Visto que, ainda existem profissionais que acreditam que no berçário só é feito um trabalho assistencialista e não pedagógico.

Esta pesquisa tem como objetivo principal investigar as crenças e práticas de professoras sobre o desenvolvimento emocional das crianças de 1 a 2 anos. Participaram dessa pesquisa 20 professores da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Os instrumentos utilizados foram um inventário sociodemográfico e uma entrevista dirigida pelo Google Forms. Todos os dados serão tratados descritivamente (frequências, médias, medidas de variância) e analisados estatisticamente, através de testes paramétricos (escalas e variáveis contínuas) e não paramétricos (frequências e variáveis categóricas). Por se tratar de uma pesquisa em andamento, os dados estão sendo analisados nesse período.



SC 02 | A orfandade e seus desafios plurais na garantia de direitos e na promoção do desenvolvimento humano

Larissa Albuquerque Costa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O conceito de orfandade adota significados distintos em diferentes países, em razão das suas características socioculturais e econômicas. Contudo, nota-se que a definição do que é ser órfão constitui-se em um desafio ainda complexo, já que há ausência de definições que abracem todas as particularidades presentes na atribuição de seus significados em diferentes regiões do mundo. Outra questão relevante é sobre a constatação de que são poucos os estudos elaborados acerca da orfandade que não digam respeito a um público ou região específica. A condição da orfandade ainda não é tratada apropriadamente embora sejam importantes as suas consequências na infância e na adolescência, seja esta provocada por morte ou separação dos pais. Trata-se de uma problemática social que deve ser mais instigada, visto que, além de diversas causas associadas à perda das figuras parentais, outras também precisam ser destacadas, tais como o homicídio, feminicídio, suicídio, violência de gênero, acidentes e doenças. Com a pandemia do COVID-19, que trouxe consigo uma quantidade grande de vítimas, o que inclui sobretudo adultos e idosos, muitos foram aqueles que sofreram perdas de entes queridos e/ou de pessoas das quais dependiam emocional e/ou financeiramente. Em resumo, cresceu o número de órfãos no mundo e a demanda por medidas que pudessem prover sustento e proteção a crianças e adolescentes nessa condição de vulnerabilidade. Considera-se a necessidade de se explorar as consequências da experiência da orfandade, considerando as particularidades socioeconômicas, políticas e culturais, com destaque para os casos de crianças e adolescentes que não têm conexões familiares, ou que estão sob a responsabilidade de um serviço de acolhimento. Esta Mesa Redonda pretende discutir problemáticas dentro dos conceitos já existentes sobre a orfandade em diferentes países, além das repercussões negativas, como as experiências adversas na infância, que se caracterizam como potenciais estressores para a saúde física e mental do sujeito em desenvolvimento. O primeiro trabalho aborda o estudo realizado a partir da revisão de literatura integrativa nacional e internacional de instrumentos de avaliação psicológica de órfãos dentro do período de 40 anos, ou seja, entre 1980 a 2023. No segundo trabalho, foram investigados órfãos adolescentes e a ligação da presença, os papéis desenvolvidos pelo acolhimento institucional e os desafios das elaborações de políticas públicas para esse público no município de Belém-PA. No terceiro trabalho, volta-se às consequências de curto a longo prazo ocasionados pela pandemia da Covid-19 para crianças e adolescentes órfãos, além disso, esse estudo destaca o movimento social AOCA (Articulação de Apoio à Orfandade de Crianças e Adolescentes pela Covid-19) no Ceará que promove iniciativas com o objetivo de oferecer maior amparo para os órfãos. O quarto traz discussões sobre órfãos da violência, especificamente violência contra a mulher, os desamparos psíquicos e sociais experiências por esse público, além de discutir problemáticas conectadas a esse tema, como os efeitos do patriarcado e machismo estrutural. Esse construto é uma das principais pautas da pesquisa realizada também no Ceará, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza.



A relação da Orfandade como uma Experiência Adversa em jovens entre 11 e 17 anos de idade em Acolhimento Institucional na mesoregião de Belém-PA

Iara Oliveira Fernandes (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O tema da orfandade tem surgido - ou mesmo, sido retomado - em algumas pesquisas atuais, embora ainda que não haja um conceito consensual para representá-lo adequadamente. A literatura de diferentes áreas do conhecimento tenta explicar o fenômeno que liga a ausência de um ou ambos os pais à definição conceitual de orfandade que é mais aceita. A compreensão do termo orfandade não somente pela perspectiva de morte de um dos pais, mas também pelo abandono, negligência, ausência e privações psicossociais, pode ser vista como um fator de impacto no desenvolvimento na infância e na adolescência, devendo este fenômeno ser estudado em diferentes sociedades e culturas. Estudos demonstram que ausência de figuras parentais tornam essas crianças e adolescentes vulneráveis física e emocionalmente e carecem de conexão social. O fortalecimento das conexões entre o cuidado institucional com os órfãos e, outros grupos de apoio, incluindo organizações de caridade ou prestadores de cuidados de saúde diretos com essa população, são uma categoria única do cuidado alternativo ao parental, e que sem esse cuidado elas podem estar suscetíveis ao sofrimento emocional e aponta a orfandade como uma experiência adversa na infância, englobando uma série de circunstâncias traumáticas e eventos que ocorrem durante o desenvolvimento infantil. A relação da orfandade como experiência adversa pode ser analisada como fator crucial de desenvolvimento, visto que a pessoa como protagonista, neste caso, criança ou adolescente em acolhimento institucional com suas características pessoais (personalidade, habilidades e temperamento), é afetada no curso vital do seu desenvolvimento e crescimento psicológico. Considerando o exposto esta Mesa Redonda tem por objetivo apresentar e discutir dados preliminares da orfandade como uma experiência adversa em jovens entre 11 e 17 anos de idade em acolhimento institucional na mesoregião de Belém-PA, utilizando-se de questionário de caracterização da orfandade com o objetivo fazer o delineamento do perfil dos participantes e o Questionário Adverse Childhood Experiences International versão Brasileira (ACE-IQ) que permitirá identificar e avaliar a exposição pregressa a categorias diferentes de experiências adversas na infância. Os dados preliminares desta mesa trarão resultados obtidos até o momento referentes à execução das atividades e o recrutamento dos participantes, bem como possibilidades para obtenção de resultados promissores na caracterização da orfandade. A discussão dos dados preliminares pode ser promissora para a reflexão, e apontar na direção do desenvolvimento de políticas sociais destinadas à saúde mental e desenvolvimento humano de jovens em acolhimento institucional.



Crianças e Adolescentes e a Orfandade por Covid-19

Ângela de Alencar Araripe Pinheiro (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Resumo Uma devastadora consequência da Pandemia da Covid-19 é a orfandade de crianças e adolescentes. Os números, quase sempre por estimativas, assombram defensores de direitos desses sujeitos sociais: em torno de 180 mil no País. Trata-se de pauta política, técnica e humanitária; grave e urgente, delicada e complexa, posto que inclui a ruptura emocional e quase sempre material do vínculo mais primordial da criança e do adolescente. Há indícios suficientes da profundidade desta pauta, com elevação índices de situação de rua; violência sexual; trabalho infantil; acolhimento institucional e internação por desnutrição grave. Alertas que se somam: luto, desamparo, estados de ansiedade, depressão, pânico e tentativas de suicídio; abandono escolar. Três dimensões se sobressaem: condições materiais e segurança alimentar; impactos no mundo sócio-emocional, social e comunitário; falta de representatividade legal (guarda, tutela ou adoção). Já são mais de quatro anos de orfandade. Desde julho/2021, constrói-se no Ceará a Articulação em Apoio à Orfandade de Crianças e Adolescentes por COVID-19 (AOCA), movimento social contemporâneo como rede. Congregando forças sociais diversas, suas iniciativas, voltadas para a consecução de plano de atendimento a esses sujeitos, têm sido: Coordenação Executiva; Comunicação e Comprometimento; Articulação e Mobilização; Formação Interna e Externa; Escutas Diversificadas; incidência técnicopolítica junto a Poderes Públicos (Executivo, Legislativo e Sistema de Justiça); Produção de Documentos, Artigos Científicos e para Sítios Eletrônicos e Jornais. Tudo isso nos convoca a iniciativas contínuas e consequentes de forças sociais até que os direitos constitucionais sejam garantidos a todas essas crianças e adolescentes, pelo Poder Público, através de políticas públicas, equipamentos, serviços e benefícios. Para tanto, necessário: levantamento (quem são; quantos são; onde estão; como estão); campanha pública para conhecimento e comprometimento sobre a pauta; ampliação e fortalecimento do SUAS, SUS e SGD; previsão e execução orçamentária; marco legal de proteção integral de órfãos; acompanhamento regulamentação de representatividade legal.

Orfandade no contexto de violência contra a mulher

Leônia Cavalcante Teixeira (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Crianças e adolescentes em situação de orfandade constituem parcela crescente na sociedade brasileira e, historicamente, são focos de políticas públicas segregadoras. Tal condição adquire estatuto peculiar no contexto da Covid-19, consistindo em um de seus efeitos. Neste trabalho serão os órfãos da violência os focos de discussão, particularmente da violência contra a mulher. A pesquisa Violência de Gênero contra a Mulher e seus filhos, desenvolvida de 2020 a 2024 pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicanálise, Cultura e Contemporaneidade (LAEpCUS) do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), teve como objetivo analisar as implicações da violência na subjetividade da mulher e de seus filhos; bem como identificar e discutir os efeitos do patriarcado e machismo



estruturais na repetição geracional familiar. Em convênio com a Defensoria Pública do Ceará, mulheres com medidas protetivas em relação aos agressores foram atendidas, bem como seus filhos. A coleta de dados se deu por relatos, a partir de protocolos clínico-institucionais, de atendimentos terapêuticos grupais e individuais, dados sociodemográficos e documentos do sistema judiciário, analisados pela análise de discurso de Pecheaux. Como resultados primordiais destacaram-se: dificuldades de enfrentamento de situações de violência; inconsistentes redes de apoio; desamparo psíquico de crianças e adolescentes órfãos; implicações graves no desenvolvimento; riscos de repetição de padrões de violência. A orfandade ou “o sentimento de orfandade” aparecem como um dos medos e fontes de angústia das crianças e adolescentes. As perdas e lutos (im)possíveis de serem elaborados em situações de orfandade marcadas pela violência mostraram-se exacerbadas quando somadas à vulnerabilidade social e a marcadores interseccionais de classe, gênero e raça. Políticas públicas intersetoriais de prevenção e enfrentamento à violência doméstica são essenciais no processo de proteção e garantia de direitos.

Revisão da Literatura Integrativa de Instrumentos de Avaliação Psicológica de Órfãos

Larissa Albuquerque Costa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A orfandade tem sido presente na vida de milhares de crianças e adolescentes ao redor do mundo, com experiências diferentes para cada uma delas, inclusive a possível relação da orfandade com outras experiências que são consideradas aversivas após a perda de um ou ambos os genitores por morte. Desta forma, Urie Bronfenbrenner trouxe contribuições bastante relevantes a partir da Teoria Bioecológica do desenvolvimento humano no final da década de 1970, pela qual propõe o modelo PPCT (pessoa, processo, contexto e tempo) que direciona a compreensão sobre a interação das pessoas no contexto em que vivem, também conhecido como processos proximais, e o processo de contato que elas mantêm com o ambiente. Com essa preocupação, pesquisas acadêmicas têm se debruçado sobre a orfandade pela ótica de Bronfenbrenner e se há instrumentos nacionais ou internacionais que façam uma avaliação psicológica em crianças e adolescentes órfãos como pessoas desenvolvimentais. Para isso, foi realizado um artigo com o objetivo de fazer uma revisão da literatura integrativa na biblioteca virtual da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) entre 1980 e 2023. O método utilizado tem características de ser uma abordagem quantitativa de dados e exploratória e descritiva e a eleição de descritores foram totalizados em três, sendo a orfandade relacionada à adolescência, experiências adversas na infância e luto. Como um dos resultados dessa investigação, prevalece a compreensão de lacunas a respeito de estudos que colaborem sobre o conceito de orfandade que não estejam atrelados a uma região cultural ou a uma causa de morte específica dos genitores. Além dessa



problemática, a partir do levantamento, percebe-se a ausência de instrumentos que avaliem a condição de orfandade, seja esta por abandono ou morte que possam ser aplicados para o auxílio de pesquisadores e psicólogos que estejam lidando com casos similares na prática. Foram coletados 16 instrumentos dentro de 10 artigos selecionados. Dos 16 instrumentos, 8 foram aplicados a adolescentes, 1 foi aplicado em jovens adultos, 1 aplicado apenas a pessoas do sexo feminino e 1 aplicado para crianças, adolescentes e adultos. Todos os instrumentos têm como centro de estudo, aspectos cognitivos e psicológicos dos participantes. Contabilizando a lista de selecionados, em um artigo, foi utilizado (3) instrumentos para avaliar e medir as experiências, pensamentos intrusivos e sintomas do luto, dando destaque para o luto desadaptativo, conceito considerado novo, mas emergente a respeito da duração do processo de luto de entes queridos. (1) mensura maus tratos físicos e psicológicos na relação parental, (1) avalia as experiências negativas proporcionadas por alguém importante na vida de crianças e adolescentes, (1) avalia a autoestima global, (1) avalia a qualidade de vida de crianças e adolescentes, (2) mede os sinais cognitivos, afetivos e comportamentais de depressão, (1) mede sintoma de ansiedade, (1) mede o diagnóstico e gravidade do TEPT, (1) mede as experiências adversas na infância e adolescência, (1) rastreia a exposição em eventos potencialmente traumáticos.



SC 03 | A Psicologia do Desenvolvimento e suas contribuições para atuação em diferentes contextos educacionais

Ana Rogélia Duarte do Nascimento (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo A proposta desta sessão coordenada é apresentar e discutir resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas em nível de doutorado, que foram realizadas em contextos educacionais de educação básica da capital paraibana e que estão fundamentadas na Psicologia do Desenvolvimento de base Histórico-Cultural. Acentua-se que no contexto de realização das pesquisas o psicólogo escolar está atuando de modo cotidiano na escola, o que reafirma a importância de pesquisas com o citado grupo, pela seu papel na promoção do desenvolvimento humano. A partir do referencial teórico enunciado, será abordada e discutida a importância do aprofundamento teórico em autores da Psicologia do Desenvolvimento para a atuação de psicólogos em âmbitos educacionais, trabalhando com a diversidade de grupos existente nas escolas. A exposição inicial é derivada da pesquisa da primeira autora sobre os referenciais teóricos e técnicos utilizados para atuar no âmbito escolar. As análises verificaram a diversidade teórica mencionada pelos profissionais que atuam nas escolas, conduzindo a reflexão sobre que tipo de atuação está sendo efetivada quando a base teórica para esta prática não coaduna com a necessidade do contexto de atuação. Além disso, defende-se a Psicologia do Desenvolvimento como base fundamental à prática do psicólogo nos espaços educacionais, por ser a escola um espaço que tem como função a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, e o fomento de aprendizagem e desenvolvimento humano. A segunda apresentação visa apresentar relatos acerca das concepções de desenvolvimento humano que norteiam as ações desses profissionais referentes à Educação Inclusiva. Defende-se neste estudo, que a escola é um dos contextos sociais cruciais para a promoção do desenvolvimento humano em seus diversificados ritmos e tipos, bem como que a Psicologia do Desenvolvimento de base Histórico-Cultural pode se constituir enquanto um alicerce para ações de psicólogos na escola. No terceiro momento serão apresentados os resultados e análises referentes a atuação de psicólogas(os) escolares em equipe de especialistas no contexto público de ensino de João Pessoa-PB. Os resultados demonstraram que a prática de psicólogos escolares pode favorecer uma atuação contextualizada com as demandas da escola e voltada para os processos de aprendizado e desenvolvimento dos diversos atores sociais (alunos, professores, equipe multiprofissional). Depreende-se, a partir dos três estudos, que a Psicologia do Desenvolvimento de base Histórico-Cultural pode ser um fundamento para ações de psicólogos na escola, por dar ênfase aos meios cultural, social e histórico como aspectos importantes para o desenvolvimento humano.



Ações promotoras do desenvolvimento humano e da aprendizagem nas concepções de psicólogas escolares

Cláudia Luciene de Melo Silva (IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba), Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo A proposta aqui apresentada integra a tese da primeira autora que consistiu em conhecer e analisar a atuação de psicólogas(os) escolares em equipe de especialistas na rede pública municipal de João Pessoa-PB. Defendeu-se que o psicólogo escolar pode colaborar com ações promotoras do desenvolvimento humano e da aprendizagem junto aos diversos atores que compõem o cenário educacional. O arcabouço teórico da Psicologia Histórico-cultural foi basilar por destacar os meios cultural, social e histórico como preeminentes para o desenvolvimento humano, compreendido como um processo complexo, dialético, oportunizado pela aprendizagem. Esse arcabouço teórico fundamenta propostas de intervenção em Psicologia Escolar e Educacional de base crítica e psicossocial. Essa perspectiva em Psicologia Escolar e Educacional defende que as relações intersubjetivas que ocorrem no contexto educacional são capazes de potencializar o desenvolvimento humano por meio de práticas concebidas com intuito de instigar os sujeitos a refletirem sobre suas realidades e a atuarem ativa e conscientemente em seu meio social. Participaram da pesquisa três psicólogas que atuam na rede municipal de ensino de João Pessoa-PB que responderam a uma entrevista reflexiva. Os relatos das profissionais foram analisados conforme as diretrizes gerais de análise de conteúdo proposta por Bardin. A partir dos resultados foi demarcado pelas falas das participantes, informações que compuseram a categoria 'ações de psicólogas promotoras do desenvolvimento e da aprendizagem'. Neste conjunto de registros foram descritas as menções das participantes sobre ações que consideram importantes e que podem contribuir com o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes, a exemplo do desenvolvimento de projetos, de orientações às famílias e aos profissionais da escola sobre como ocorre o desenvolvimento dos estudantes, trabalhar as relações interpessoais, a mediação de conflitos, dentre outros. Propiciou-se também nesse espaço de recolha de informações, diálogos e reflexões sobre práticas relacionadas aos referidos processos e que podem ser direcionadas a outros atores escolares, a exemplo da equipe multiprofissional. Concluiu-se que a prática de psicólogos escolares pode favorecer uma atuação contextualizada com as demandas da escola e voltada para os processos de aprendizado e desenvolvimento dos diversos atores sociais (alunos, professores, equipe multiprofissional). No entanto, para colaborar com esses processos, além do 'como fazer', é imprescindível entender 'o porquê e para que fazer'. Em relação a estas duas últimas questões, acentua-se que o conhecimento teórico e metodológico sobre desenvolvimento e aprendizagem é essencial para a atuação do psicólogo escolar e que é necessária mais compreensão por parte dos profissionais de Psicologia sobre sua função no contexto escolar e na promoção dos referidos processos. Defende-se ainda uma estreita articulação entre teoria e prática correspondente ao campo de trabalho da(o) psicóloga(o) escolar como necessárias para responder de forma consciente e crítica às demandas educacionais e favorecer processos de desenvolvimento humano e aprendizagem.



Concepções de psicólogos escolares sobre o desenvolvimento humano: fundamentos para a efetivação de práticas inclusivas

Ingrid Rayssa Lucena Ferreira (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Este trabalho compõe um estudo mais amplo de tese de doutorado que tem como objetivo analisar as concepções e práticas de psicólogos sobre a inclusão escolar, e a participação do profissional de psicologia para a promoção de uma educação escolar inclusiva. Desta pesquisa são apresentados relatos acerca das concepções de desenvolvimento humano que norteiam as ações destes profissionais referentes à Educação Inclusiva. Defende-se que a escola é um dos contextos sociais cruciais para a promoção do desenvolvimento humano em seus diversificados ritmos e tipos, bem como que a Psicologia do Desenvolvimento de base Histórico-Cultural pode se constituir enquanto um alicerce para ações de psicólogos na escola. As contribuições da Psicologia do Desenvolvimento Histórico-cultural de Vigotski, suas formulações sobre a Defectologia e pesquisas contemporâneas foram retomadas para discutir ações inclusivas no âmbito escolar. Participaram do estudo 23 psicólogas escolares do município de João Pessoa (PB), que responderam a um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista. Desse roteiro foram extraídas as respostas das profissionais acerca das concepções de desenvolvimento que fundamentam suas ações na escola. A análise dos relatos permitiu identificar a menção, principalmente, a autores como Vigotski; relatos acerca de como explicam e compreendem o desenvolvimento; outras relataram a influência do ambiente no desenvolvimento, e ainda Piaget e Abordagem Centrada na Pessoa. Esses resultados foram discutidos considerando a relevância de aprofundamento de psicólogos escolares em autores da Psicologia do Desenvolvimento, os desdobramentos da utilização desses referenciais na atuação profissional, os documentos técnicos que orientam as práticas de psicólogas(os) na Educação, e as contribuições desse campo no entendimento mais abrangente e diverso dos processos de ensino e aprendizagem. Adverte-se para a relevância de uma atuação do psicólogo escolar pautada em uma concepção de desenvolvimento que expresse uma atuação inclusiva.

Perspectivas de desenvolvimento humano como base para atuação de psicólogos na educação

Ana Rogélia Duarte do Nascimento (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Este trabalho é parte de uma pesquisa de tese de doutorado, desenvolvida pela autora, e tem como objetivo apresentar os resultados da análise de parte de um questionário com foco nos referenciais teóricos e técnicos utilizados para atuar no âmbito escolar. Parte-se da premissa de que a atuação do psicólogo em contextos de educação, prescinde de concepções de desenvolvimento e aprendizagem que embasem sua prática. Compreende-se a escola enquanto espaço de relevância ímpar à promoção do desenvolvimento humano, por ser um local de interações



múltiplas. Os contextos educacionais são genuinamente coletivos, e é onde os indivíduos se relacionam a partir de práticas sociais de natureza educativa. Desse modo, a perspectiva teórica adotada pelo psicólogo no âmbito escolar precisa contemplar dimensões sociais e coletivas, por se tratar de um espaço de constituição do sujeito e também promotor de seu desenvolvimento. Nesse caminho, a Psicologia do Desenvolvimento de base Histórico-Cultural configura-se como perspectiva teórica coerente à atuação no campo escolar. A pesquisa foi realizada com 62 psicólogas(os) escolares da rede pública de ensino do município de João Pessoa-PB. Os participantes responderam um questionário sociodemográfico, formativo e de práticas em psicologia escolar. Em relação aos referenciais teóricos e/ou técnicos que os profissionais afirmaram utilizar em sua atuação enquanto psicólogas(os) escolares, nas respostas houveram menção a autores e/ou perspectivas sobre o desenvolvimento humano; Documentos técnicos oficiais/ Legislações; Autores e Propostas de Atuação em Psicologia Escolar; Autores e Perspectivas da Educação; bem como Autores e Abordagens em Psicologia Clínica. Foi possível constatar a diversidade teórica mencionada pelos profissionais que atuam nas escolas, e a partir disso, indaga-se sobre que tipo de atuação está sendo efetivada quando a base teórica para esta prática não coaduna com a necessidade do contexto de atuação. Além disso, problematiza-se a importância de o psicólogo escolar adotar um referencial teórico que dialogue com seu contexto de atuação, contemplando a complexidade do cotidiano escolar, as múltiplas relações e os diversos fatores que podem contribuir ou não para a promoção do desenvolvimento humano. Destaca-se que houve mais menções à teoria histórico-cultural ou seus autores, psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem, mas também foram citados referenciais como Piaget, Sócio-interacionismo, Wallon, Neuropsicologia, abordagem das capacidades e Socioconstrutivismo. Sabe-se, a partir da literatura, que a Psicologia do Desenvolvimento é primordial à prática do psicólogo nos espaços educacionais, por ser a escola o âmbito propício, a partir do ensino dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade, à aprendizagem e ao desenvolvimento humano. Reafirma-se ser fundamental a adoção de uma concepção de desenvolvimento, que subsidie a compreensão de processos de ensino e aprendizagem e das relações que se estabelecem nas instituições educacionais.



SC 04 | Abordagem de questões sobre gênero e sexualidade em contextos educacionais escolares e universitários e implicações para o desenvolvimento humano

Jean Jesus Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo A passagem por instituições de educação formal (como escolas e universidades) é um evento cada vez mais comum ao longo do ciclo vital. Ainda existem debates sobre a legitimidade da abordagem de questões sobre gênero e sexualidade nesses contextos de educação formal. Contudo, sabe-se que as pessoas aprendem inevitavelmente sobre essas questões nos processos estabelecidos dentro dessas instituições, sejam eles decorrentes de práticas formais ou informais. O modo como tais questões são tratadas em ambientes de educação formal podem impactar na saúde e bem-estar. Além de poderem impactar nas atitudes que as pessoas têm sobre a diversidade sexual e de gênero e resultar em mais ou menos atitudes positivas/negativas em relação às diferentes formas de expressões e vivências da sexualidade e gênero. Estudos mostram que o modo como tais questões são abordadas nas escolas e universidades brasileiras ainda são incipientes para promoção de desfechos desenvolvimentais positivos e menos atitudes negativas contra diversidade sexual e de gênero. Entretanto, a literatura sobre esse tema ainda é escassa. Esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar estudos sobre diferentes perspectivas acerca da abordagem de questões sobre gênero e sexualidade em contextos educacionais escolares e universitários. Especificamente, nesta sessão coordenada será apresentado um estudo qualitativo que retrata a forma como familiares (mães ou pais) de adolescentes LGBT percebem a escola enquanto contexto na qual a sexualidade se insere e se expressa. Onde é discutido como a escola é vista tanto como ambiente promotor de desenvolvimento positivo, quanto como ambiente de violência através do bullying lgbtfóbico ou silenciamento de questões sobre sexualidade. Um estudo qualitativo sobre fatores de risco enfrentados por adolescentes LGBT no contexto das escolas públicas. Onde é discutido desafios que esses adolescentes vivenciam no ambiente escolar, os quais incluem: bullying lgbtfóbico; questões referentes ao despreparo de professores para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero; e outras barreiras institucionais e estruturais presentes nas escolas. Um estudo sobre a viabilidade de uma intervenção para prevenir a violência no namoro, realizada com meninas de diferentes orientações sexuais e em contexto escolar. Onde é discutido como essa intervenção envolvendo questões de gênero e sexualidade foi bem aceita e avaliada pelas participantes. Sendo que sua implementação se mostrou promissora para redução de atitudes frente ao gênero, violência e sexismo. Também será apresentado um estudo quantitativo sobre a relação entre a passagem pela universidade para realização de cursos licenciaturas e a manifestação de atitudes de preconceito sexual e oposição à educação sexual. Onde é discutido como a formação inicial de professores, nas universidades, por si só não tem relação com a redução do preconceito sexual e de gênero, mas a realização de atividades específicas sobre esses temas se associa tanto com menos preconceito, quanto com menos oposição à educação sexual. Espera-se que esses estudos e esta sessão coordenada contribuam para ampliação do conhecimento sobre as escolas e universidades como contextos de desenvolvimento humano e ajudem a direcionar investimentos para promoção de desfechos mais positivos para todas as pessoas que passam por essas instituições.



Diversidade Sexual e Prevenção da Violência no Namoro: Uma Experiência com Meninas em Contexto Escolar

Thaís de Castro Jury Arnoud (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Isadora Zirbes Linhares (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS)

Resumo A violência no namoro é considerada um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. A literatura indica que meninas cisgênero, adolescentes trans e não heterossexuais estão em maior risco de experimentar violência em suas relações íntimas. As estratégias de prevenção em contexto escolar e educacional envolvem a sensibilização sobre o tema, bem como discussões mais amplas acerca de direitos sexuais, reprodutivos, gênero e sexualidade. Quando realizadas nesse contexto, tais intervenções podem agir precocemente, evitando que a violência ocorra e possibilitando com que a escola atue com seguro de acolhimento, identificação e prevenção de violência. Para isso, as medidas de prevenção a violência no namoro precisam levar em consideração diferentes configurações de relacionamentos, de modo a abarcar a diversidade sexual e gênero, contemplando todos os adolescentes. O presente estudo tem como objetivo apresentar o processo de avaliação da viabilidade de uma intervenção realizada com meninas em contexto escolar de diferentes orientações sexuais a fim de prevenir a violência no namoro. Trata-se de um estudo-piloto, de caráter misto e que visou investigar aspectos como implementação, aceitação e possíveis ajustes necessários à intervenção. Participaram do estudo cinco meninas, com idades entre 14 e 18 anos, que viviam na região Sul do Brasil, em Porto Alegre. Duas das adolescentes se identificaram como bissexuais, uma como heterossexual, uma estava questionando a orientação sexual e outra não especificou. Todas eram meninas cisgênero. A intervenção teve sete encontros e teve como base o Programa M do instituto PROMUNDO, o qual foi adaptado para o contexto específico das participantes e também de modo a abarcar diferentes orientações sexuais. Cada encontro havia uma temática específica a ser trabalhada a partir de diferentes atividades. As temáticas foram: gênero e direitos humanos, identidade e relacionamentos, violência nas relações íntimas, corpos e sexualidade e, por fim, direitos sexuais e reprodutivos. Foram aplicados instrumentos de autorrelato (Questionário de Atitudes Frente ao Gênero e à Violência e Inventário de Sexismo Ambivalente), medidas de avaliação de processo e diário de campo para investigar as percepções das meninas sobre a intervenção. Observou-se, a partir da análise do método JT, que as três participantes que preencheram os instrumentos pós-teste apresentaram diminuição nos escores de sexismo hostil, sexismo benevolente e de atitudes frente ao gênero e a violência. Ainda, as participantes sinalizaram a relevância das temáticas e o desejo de uma intervenção mais extensa. Percebeu-se engajamento nas participantes, assim como maior sensibilidade em tópicos referentes ao gênero, à sexualidade e às violências associadas. Este trabalho visou contribuir para a ampliação das evidências sobre monitoramento de intervenções preventivas em contexto escolar como estratégia de combate à violência, relatando a experiência de avaliação da viabilidade no sul do Brasil. A implementação desse tipo de intervenção em escolas e em centros educativos se torna uma ferramenta importante para



auxiliar no reconhecimento de situações violentas, na ampliação do conhecimento das adolescentes acerca de seus próprios direitos, bem como no questionamento de normativas de gênero pautadas em crenças sexistas.

Escola e sexualidade: a perspectiva de mães de adolescentes LGBT

Thomas Borges Costa (Autônomo), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo Adolescentes LGBT passam pela exposição ao estresse de minorias, fatores específicos da vivência LGBT e que acarretam prejuízos para a saúde mental. É perceptível que adolescentes LGBT têm necessidades específicas para as quais a escola e a família devem atentar a fim de promover desfechos desenvolvimentais positivos. Apesar disso, as famílias, em sua maioria heterossexuais, de adolescentes LGBT, podem experimentar sentimentos que variam entre surpresa, culpa, raiva, vergonha e aceitação após se deparar com a vivência não cis ou heterossexual de seus filhos. Além disso, existe um vazio nos currículos de pedagogia e, mais tarde, no processo de formação continuada, que faz com que cada professor delibere, a partir de suas próprias crenças, como lidar com alunos LGBT. Esse trabalho buscou retratar a forma como famílias de adolescentes LGBT percebem a escola enquanto contexto na qual a sexualidade se insere e se expressa. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que contou com a aplicação de um questionário sociodemográfico e a realização de uma entrevista estruturada a seis mães e um pai (M = 41 anos de idade; 85,7% autoidentificada como parda). Quatro participantes se identificaram como mães e pai de adolescentes gays, uma como mãe de uma adolescente bissexual, uma como mãe de uma adolescente lésbica e uma como mãe de um adolescente transgênero. Foi realizada Análise Temático-Reflexiva das entrevistas e surgiram como temas (1) Escola e bullying lgbtfóbico, (2) Escola como rede de apoio, e (3) Escola e (in)visibilidade da sexualidade. A primeira trata do relato de duas mães que descrevem a escola enquanto ambiente propício ao bullying, seja aquele efetivamente praticado contra os filhos ou aquele que a mãe supõe que existe e adverte para que o filho não reaja às agressões. A segunda trata da escola enquanto local seguro, onde há direcionamento para lidar com os adolescentes e onde os filhos encontram apoio por pares afirmativos. A terceira categoria retrata a vivência escolar das mães e pai entrevistados em relação a abordagem de temas voltados para sexualidade, alguns relatando a total ausência de espaços para falar sobre sexualidade, outros ressaltando tentativas das escolas de abordar temas como o sexo heterossexual seguro e medidas contraceptivas, por fim houve uma fala que retratou a escola como um local em que houve diálogo aberto sobre diversidade sexual e de gênero. Apesar da lacuna no currículo da formação docente e dos tensionamentos políticos como a “escola sem partido”, a maioria das entrevistadas considera a escola atual como mais aberta à diversidade quando comparada à escola que frequentaram na adolescência. Os entrevistados colocam que, mesmo que os temas não sejam abordados diretamente em sala de aula por professores, os adolescentes têm acesso à informação



por mídias digitais, parecem mais conscientes sobre direitos humanos e abertos a conviver com minorias. É perceptível uma heterogeneidade de discursos que complexificam e dinamizam o olhar para a escola enquanto sistema: fonte de risco e proteção, lugar de apagamento e afirmação.

Fatores de riscos vivenciados por adolescentes LGBT na escola pública

Aline Nogueira de Lira (Universidade de Fortaleza), Ilza Brito (Prefeitura Municipal de Fortaleza), Sabrina Kelly Gomes de Souza (funcap)

Resumo Adolescentes lésbicas, gays, bissexuais e transgêneras (LGBT) são considerados um grupo em situação de risco psicossocial devido à discriminação que vivem em diversos contextos de suas vidas, incluindo o ambiente escolar. As escolas são espaços onde a exclusão e a discriminação se manifestam de forma acentuada, tanto por parte dos colegas, como pelos professores e famílias. Essa discriminação e exclusão podem se materializar através de estressores específicos que atingem as minorias sexuais e de gênero, contribuindo para o agravamento de sua saúde física e mental. Adolescentes LGBT+ frequentemente enfrentam uma maior vulnerabilidade a problemas como depressão, ansiedade, comportamentos sexuais de risco, uso de substâncias, evasão escolar e baixo desempenho acadêmico. Este estudo teve como objetivo compreender os fatores de risco enfrentados por adolescentes LGBT no contexto das escolas públicas. Para isso, foi realizado um estudo qualitativo com cinco adolescentes de escolas públicas de Fortaleza, com idades entre 14 e 16 anos, incluindo uma estudante cis lésbica, dois alunos cis gays e dois alunos trans (uma menina trans e um menino trans). Através de uma pergunta aberta, os participantes foram solicitados a relatar os principais desafios que vivenciam no ambiente escolar. Os resultados da análise temática revelaram três grandes temas principais: (1) o bullying lgbtfóbico, que se manifesta através de discriminação constante por parte dos colegas, incluindo ameaças, agressões e exclusão de certas atividades; (2) o despreparo dos professores para lidar com questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero em sala de aula, especialmente quando se trata de intervir diante de bullying por parte de outros estudantes; e não sabem como lidar com o nome social; (3) a falta de apoio institucional e estrutura adequada nas escolas, evidenciada pela ausência de banheiros inclusivos para alunos trans e pela falta de debates e discussões sobre diversidade sexual e de gênero. Os resultados deste estudo indicam que a escola, um espaço que deveria ser de desenvolvimento e inclusão, muitas vezes reforça estigmas e discriminações, exacerbando os riscos psicossociais enfrentados por adolescentes LGBT. A falta de preparo e apoio por parte dos professores e da instituição escolar em geral sugere uma lacuna significativa na formação de profissionais da educação e na implementação de políticas inclusivas. Este contexto de estigmatização e exclusão não só prejudica o bem-estar psicológico e físico dos adolescentes, mas também contribui para a perpetuação de desigualdades e limitações em seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Este estudo ressalta a necessidade urgente de intervenções no ambiente escolar que promovam a inclusão e o



respeito à diversidade sexual e de gênero. As escolas públicas devem ser espaços de acolhimento e suporte, onde adolescentes LGBT possam desenvolver-se de maneira saudável e segura. Para isso, é essencial a capacitação contínua de professores e o estabelecimento de políticas escolares que assegurem a proteção e o bem-estar de todos os estudantes, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Somente assim poderemos garantir um ambiente educacional que contribua positivamente para o desenvolvimento integral de adolescentes LGBT, mitigando os riscos psicossociais a que estão expostos.

Universidade como contexto/momento de desenvolvimento e sua relação com diferenças em atitudes contra diversidade sexual

Jean Jesus Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe), Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo Atitudes são influenciadas por diversos fatores ao longo da vida. Identificar fatores que contribuem para redução de atitudes de preconceito sexual contribui para promoção de direitos humanos e ética nas relações. Estudos mostram que intervenções educativas estão entre as técnicas mais usadas e efetivas para redução desse preconceito. Entretanto, ainda existem poucos estudos sobre a relação entre a formação acadêmica ao longo do desenvolvimento, nas escolas e universidades, e atitudes contra diversidade sexual e de gênero. Somado a isso está a preocupação com os movimentos de oposição à educação sexual (e questões sobre gênero e sexualidade) no contexto educacional. Este estudo investigou a associação entre realizar cursos de licenciaturas, e a passagem do tempo, e atitudes de preconceito sexual e oposição à educação sexual, considerando a passagem pela universidade como contexto/momento de desenvolvimento. Ele também investigou a associação entre realizar atividades de formação específicas sobre gênero e sexualidade ao longo da vida e atitudes de preconceito sexual e oposição à educação sexual. Foi realizada uma pesquisa transversal sequencial com um total de 1126 ingressantes e concludentes de cursos de licenciaturas, de duas coortes (Coorte 1 N=580, com coletas em 2019; Coorte 2 N=546, com coletas em 2023). Os participantes responderam a questionários com perguntas sobre dados sociodemográficos e sobre o currículo; e escalas de preconceito sexual e oposição à educação sexual. Os dados obtidos foram submetidos a análises de variância unidirecional e correlações. Os resultados mostraram que nem o tempo de graduação e nem a passagem do tempo entre as coortes foram fatores associados ao preconceito sexual. Ao serem comparados os níveis médios de preconceito entre ingressantes da Coorte 1, concludentes da Coorte 1, ingressantes da Coorte 2 e concludentes da Coorte 2, nenhum grupo apresentou diferença estatisticamente significativa nas médias. Esse resultado se manteve mesmo com análises estratificadas por área do conhecimento dos cursos: Linguística, Letras e Artes; Ciências Humanas; Ciências Biológicas e da Saúde; Exatas e Ciências da Natureza. Tempo de graduação e a passagem do tempo se associaram com oposição à educação sexual ao serem feitas comparações semelhantes às anteriores. Foi observado que concludentes da Coorte 1 apresentam níveis médios mais baixos de



oposição do que aos ingressantes da Coorte 1 e ingressantes da Coorte 2. Porém, nas análises estratificadas por área do conhecimento esse resultado só se replicou entre os participantes de Ciências Humanas. Na Coorte 2, os resultados também mostraram que fazer mais atividades de formação específicas sobre gênero e sexualidade ao longo da vida se correlacionou significativamente com menos preconceito sexual e oposição à educação sexual, apesar das associações serem fracas. Isso sugere que a formação acadêmica na universidade pode não estar tendo efeito na redução do preconceito sexual, embora possa ter na redução da oposição à educação sexual em alguns cenários. Já atividades de formação específicas parecem ter impacto mais consistente na redução dessas atitudes. Destaca-se a necessidade de mais investimentos para que a passagem pela universidade seja um contexto/momento de desenvolvimento mais eficaz para diminuição atitudes como as de preconceito sexual.



SC 05 | Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: práticas de cuidado e efeitos da pandemia da Covid-19

Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo O acolhimento institucional é uma medida de proteção para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos gravemente violados e consiste na inserção em um ambiente que possa atender às necessidades desenvolvimentais de crianças e adolescentes temporariamente afastados do ambiente familiar. Apesar de ser um contexto institucional, deve se caracterizar como um lar e oferecer proteção e promoção do desenvolvimento, de forma temporária, até que a reinserção familiar seja viabilizada na família de origem, extensa ou adotiva. Ainda que seja uma medida provisória e excepcional, quando adotada, a institucionalização produzirá efeitos na vida das crianças, pois será um contexto de desenvolvimento para elas, de forma que o cuidado oferecido deve ser da maior qualidade possível. Essa sessão agrega trabalhos que buscaram conhecer diferentes aspectos dos cuidados oferecidos a crianças e adolescentes em acolhimento institucional, buscando-se discutir sobre diferentes aspectos da execução dessa medida de proteção. O trabalho “Cuidadoras/educadoras de crianças em acolhimento institucional: perfil e práticas de cuidado” buscou identificar as práticas de cuidado de educadores/cuidadores e descrever o perfil biopsicossocial dos profissionais que atuam em duas instituições de acolhimento de Belém que acolhem crianças e adolescentes de zero a doze anos. O trabalho “Práticas de cuidado em acolhimento institucional durante a pandemia de COVID-19: Desafios e potencialidades” discute sobre o impacto da Pandemia da Covid-19 nas práticas de cuidado desenvolvidas em um serviço de acolhimento institucional de Santa Maria-RS e o trabalho “Projetos de vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional durante a pandemia da Covid-19” buscou conhecer os projetos de vida de adolescentes acolhidos institucionalmente durante a pandemia da Covid-19 e os efeitos da pandemia em seus projetos de vida. Em conjunto, os resultados das pesquisas quem compõem essa sessão revelam que as práticas de cuidado desenvolvidas no acolhimento institucional são fundamentais para oferecer recursos materiais e simbólicos para que os adolescentes acolhidos se desenvolvam e enfrentem as adversidades presentes em suas histórias e contextos de vida, intensificadas pela pandemia da Covid-19. Além disso, salienta-se a importância da qualidade do cuidado no acolhimento institucional, que pode ser incrementada com investimentos na formação e instrumentalização de cuidadores e na oferta de recursos materiais e de infraestrutura, o que poderá potencializar o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

Cuidadoras/educadoras de crianças em acolhimento institucional: perfil e práticas de cuidado

Victoria Maria Santiago Araújo (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará), Ádria de Nazaré
Moraes Oliveira (UFPA - Universidade Federal do Pará)



Resumo O espaço de acolhimento institucional é um contexto abrangente para o desenvolvimento humano nos primeiros anos de vida, impactando a vida dos infantes. Os educadores/cuidadores atuantes nesse contexto são parte fundamental na minimização dos danos decorrentes das condições delicadas em que se encontram os acolhidos, afastados de sua família e convivendo em um ambiente desconhecido. Estes profissionais podem ser os principais responsáveis pelo êxito das intervenções de natureza psicossocial, em função do vínculo construído pelo cuidado. Partindo desse princípio, faz-se necessário um olhar cuidadoso para as condutas desse profissional, isso pode se dar a partir da identificação de suas práticas de cuidado. As práticas de cuidado são caracterizadas como comportamentos, ações e atividades dos cuidadores que podem assumir funções diversas. A presente pesquisa objetivou identificar as práticas de cuidado de educadores/cuidadores, que atuam em instituições de acolhimento, direcionadas às crianças. Participaram do estudo 19 cuidadores de duas instituições de acolhimento de Belém que acolhem crianças de zero a doze anos. Os dados foram coletados por meio de um questionário, contendo 34 perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. Os principais resultados indicaram: (1) No tocante ao perfil biopsicossocial, estas profissionais são uma população de maioria feminina, com filhos e com grau de instrução de nível médio; (2) As práticas de cuidado mais presentes no cotidiano das instituições foram: no momento da alimentação: incentivando a autonomia e a alimentação saudável; no momento do sono: com atenção individualizada; na hora do banho: com atenção as vestimentas e higiene; na resolução de conflitos: com intervenções em comportamentos agressivos e bullying. (3) As práticas de cuidado menos frequentes foram: a contribuição na manutenção de vínculos dos acolhidos com os pais/responsáveis e a família extensa e as práticas de cuidado com a sexualidade das crianças. O perfil feminino está enlaçado a fatores históricos, com a delegação de funções de cuidado e educação a mulheres, mesmo diante de evidências científicas que indicam a figura masculina tendo papel de desenvolvimento. As práticas de cuidado mais frequentes são as da rotina diária, que se mostram importantes pois uma rotina bem definida exerce papel crucial na sensação de segurança dos infantes, além da contribuição no desenvolvimento de habilidades e no fortalecimento do vínculo cuidador-criança. A falta de participação na manutenção dos vínculos dos acolhidos revela que os educadoras não acreditam na possibilidade de manutenção, construção ou reconstrução de vínculos com suas famílias. A dificuldade em realizar práticas referentes à sexualidade se dá pois as instituições atendem majoritariamente crianças de zero a seis anos, além da apreensão das educadoras em tratar tais tópicos. Apesar de possuírem a formação mínima exigida nas orientações técnicas (ensino médio), a baixa frequência destas práticas reflete uma lacuna na capacitação específica dessas profissionais. Evidencia-se, então, a necessidade de maior investimento na formação continuada desses profissionais para o aprimoramento de suas competências e promoção de maior sensibilidade às necessidades dos acolhidos, objetivando que o acolhimento institucional não apenas minimize os prejuízos associados às condições adversas enfrentadas pelos acolhidos, mas também ofereça contribuições positivas ao seu desenvolvimento.



Práticas de cuidado em acolhimento institucional durante a pandemia de COVID-19: desafios e potencialidades

Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura), Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Isabelle Vargas Martins, Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil), Carolina Schmitt Colomé

Resumo Frente ao advento da pandemia da Covid-19, as práticas de cuidado no ambiente de acolhimento institucional enfrentaram desafios significativos, tais como a necessidade de adaptação das rotinas para intensificar medidas de proteção e oferecer suportes materiais e emocionais aos adolescentes acolhidos. Desse modo, o presente trabalho buscou conhecer as práticas de cuidado adotadas no contexto do acolhimento institucional, a partir de um recorte da pesquisa multicêntrica intitulada "Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social", cujo delineamento foi de estudo de casos múltiplos. Os resultados apresentados nesse trabalho se referem aos casos de cinco adolescentes, que vivenciaram o período pandêmico em medida protetiva de acolhimento institucional em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e registros em diário de campo, analisados a partir da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano. Os resultados apontaram a relevância do microcontexto do ambiente ecológico institucional no incentivo à adoção de práticas de contenção ao contágio pelo vírus Sars-cov-2, como uso de máscaras, comportamentos de higiene pessoal e permanência na instituição. Esse incentivo ocorreu por meio de informações prestadas e pela reformulação das regras institucionais, o que repercutiu no não acometimento pela doença e na diminuição de evasões. Quando ocorriam evasões, foram utilizadas estratégias de recompensa (oferta de videogame) e punição (suspensão de sobremesa) para incentivar a adoção dos protocolos de higiene pelos adolescentes que retornavam de evasões. No entanto, tais práticas se mostraram pouco efetivas quando desencadearam comportamentos agressivos dos adolescentes, o que salienta o desafio presente no ambiente institucional no que se refere à proteção coletiva dos acolhidos. Acerca das relações proximais da rede de apoio afetiva, observou-se o destaque dado para os educadores na oferta de suporte emocional para enfrentamento dos sentimentos advindos do novo cenário pandêmico, que foram principalmente medo, ansiedade e tédio pela privação do convívio social. Além disso, a oferta de suporte emocional também se deu para o enfrentamento de situações adversas vividas anteriormente ao acolhimento, tais como luto e violências. Ainda, identificou-se a relevância das interações a nível de mesossistema, considerando as relações com serviços de saúde, unidade hospitalar e posto de saúde, tendo em vista agravos na saúde física e mental dos acolhidos. Um deles, por exemplo, necessitou de cuidados específicos por ser portador de diabetes e por apresentar comportamento suicida, sendo acolhido e acompanhado por serviços de saúde. Ainda a nível de mesossistema, observou-se a relação com a escola, tanto na articulação da interação entre os adolescentes e a escola, quanto na oferta de apoio para execução das tarefas escolares. No entanto, questões relacionadas à disponibilidade de tempo e grau de instrução dos educadores constituíram-se como desafios, pois acumularam funções que antes eram centralizadas no contexto escolar. Em conclusão, salienta-se a importância das práticas de cuidado adotadas



no ambiente ecológico do acolhimento institucional, mesmo que permeadas por desafios, as quais puderam oferecer recursos materiais e simbólicos para que os adolescentes acolhidos enfrentassem as adversidades presentes em seus contextos de vida, intensificadas pela pandemia da Covid-19.

Projetos de vida de adolescentes em situação de acolhimento institucional durante a pandemia da Covid-19

Jordana Rodrigues da Silva (cras), Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil), Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura), Jana Gonçalves Zappe (UFMS - Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo Projetar-se no futuro pode se constituir como relevante fator de proteção ao desenvolvimento de adolescentes, pois a construção de metas e de um olhar positivo em relação ao futuro pode possibilitar aos adolescentes a realização de escolhas e a adesão a oportunidades que vão ao encontro dos seus sonhos e objetivos. Nesta perspectiva, entre as premissas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em relação a adolescentes em situação de acolhimento institucional, está o acesso desse sujeito à educação e à formação profissionalizante, de modo a possibilitar a construção de projetos para a vida durante e após a institucionalização. No entanto, acredita-se que a pandemia da Covid-19 pode ter impactado negativamente a oferta de incentivo e de oportunidades para os adolescentes em função das restrições impostas para contenção do contágio. Partindo disso, o presente trabalho buscou conhecer as perspectivas de projetos de vida de adolescentes que estiveram em acolhimento institucional durante o período da pandemia de Covid-19 em Santa Maria-RS, os quais fazem parte da pesquisa intitulada "Impactos da pandemia em adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social", realizada em diferentes regiões do Brasil. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionário sobre projeto de vida com cinco adolescentes, sendo quatro do sexo masculino e um do sexo feminino, com idades entre 16 e 17 anos, sendo que entre esses, três estavam em situação de privação de liberdade no momento da coleta, tendo vivido o acolhimento institucional durante a pandemia. Como resultado da análise dos dados, obteve-se destaque nas informações trazidas pelos adolescentes aspectos relacionados a casa, trabalho e renda para suas subsistências, ainda, aparece o desejo em buscar nos estudos uma via possível para uma trajetória positiva de futuro. Ainda, foi referido pelos adolescentes o envolvimento com atividades relativas a tais objetivos, possibilitadas através de estudos, de cursos profissionalizantes e de inserção no mercado de trabalho em programas como Jovem Aprendiz, oportunizados durante o acolhimento institucional. No entanto, os adolescentes observaram uma lacuna na realização dessas ações durante o período da pandemia, com a interrupção de atividades coletivas, mas não consideram que isso tenha interferido em seus projetos e sonhos futuros. Em relação aos adolescentes que estavam em unidade socioeducativa de privação de liberdade, os projetos de futuro envolveram especialmente o desejo de uma construção de vida longe de práticas infracionais, o



que eles imaginam como possível, especificamente, através de aspectos relacionados a trabalho e profissionalização. No entanto, o engajamento em atividades que possibilitem tais construções foi considerado frágil pelos adolescentes, visto a condição de privação de liberdade, o que instiga a refletir sobre a promoção de recursos institucionais para a efetivação dos projetos de vida desses adolescentes. Assim, compreende-se a relevância do investimento em recursos e oportunidades para a construção e efetivação de projetos de vida de adolescentes, em função do caráter protetivo e de promoção do desenvolvimento que eles comportam em direcionar para um futuro com novas histórias.



SC 06 | Apoio ao universitário no Ensino Superior

Silvia Brilhante Guimarães (PUC-RIO)

Resumo Atualmente, o perfil estudantil universitário é diverso, devido ao aumento no acesso e à diversidade de jovens ingressantes na Universidade. Diante dos desafios contemporâneos, esta sessão coordenada objetiva refletir sobre como as ações de apoio aos estudantes podem contribuir para o seu desenvolvimento pleno neste período de vida acadêmica. Há dez anos, o relatório da Andifes (2014) já destacava que 86% dos estudantes universitários enfrentavam desafios no contexto acadêmico, como: sobrecarga de trabalhos acadêmicos (31,14%); falta de disciplina/hábito de estudo (28,78%); dificuldades de adaptação a novas situações (21,85%); relação professor/aluno (19,8%); e dificuldades de acesso a materiais e recursos de estudo (18,33%). Sendo assim, faz-se necessário pensar em ações que possam orientar e dar suporte aos estudantes em seu processo de adaptação e desenvolvimento acadêmico, de modo que a sua permanência e a qualidade de suas aprendizagens não sejam tão impactadas pelos desafios encontrados no Ensino Superior. A presente sessão busca levantar diferentes ações de apoio desenvolvidas com universitários, tais como atendimentos psicopedagógicos, oficinas de apoio psicopedagógico e tutorias. A proposta é discutir os trabalhos desenvolvidos pelo grupo, mostrando suas contribuições, bem como apontando as possibilidades e limitações do campo.

Apoio ao estudante na adaptação, permanência e bem-estar na universidade: um estudo de caso com estudantes de Serviço Social

Maria Elisa Almeida Bacal (PUC-RIO)

Resumo O ingresso no ensino superior pode ser uma fase de transição desafiadora para alguns estudantes. A trajetória acadêmica dos universitários costuma ser atravessada por diferentes questões que impactam o desempenho e a integração dos jovens à instituição. Diante da necessidade de adaptação a uma nova realidade, de rotina mais autônoma, e às demandas que acompanham a formação profissional, é comum que esse período seja vivenciado com dúvidas, angústias e ansiedade pelos alunos, o que pode ter repercussões no envolvimento e na permanência do indivíduo na universidade. Esta situação pode ser ainda mais desafiadora para estudantes de baixa renda e periféricos que, muitas vezes, não se sentem pertencentes a esse universo. Este trabalho apresenta um estudo de caso desenvolvido com o objetivo geral de oferecer apoio a estudantes bolsistas do curso de graduação em Serviço Social de uma universidade privada da cidade do Rio de Janeiro. A escolha por alunos de tal curso deu-se a partir da demanda trazida pela coordenadora do curso a um núcleo de apoio psicopedagógico aos estudantes da referida universidade. A demanda versava sobre as dificuldades de adaptação ao ambiente universitário, traduzidas como ansiedades acadêmicas. Assim, a questão central foi pensar sobre as possibilidades de apoiar tais estudantes frente a seus desafios no contexto acadêmico. Os instrumentos utilizados no estudo foram: observação participante e diário de campo das quatro oficinas realizadas com os estudantes; questionário



de avaliação das oficinas, respondido pelos participantes e anotações da reunião avaliativa e devolutiva com o corpo docente e a coordenação do curso. Participaram desta ação cerca de 45 estudantes, 38 mulheres e 7 homens, cursando do terceiro ao sétimo período, moradores de comunidades e bairros ou cidades periféricas. A partir da participação e anotações das oficinas e da devolutiva dos professores, foi possível observar que esses alunos encontram dificuldades na permanência na universidade, no que diz respeito a questões financeiras, ao fato de residirem longe da universidade, ao pouco tempo para estudo e aos desafios no processo de aprendizagem. As oficinas buscaram trabalhar temas como autoconhecimento, gestão do tempo, técnicas e organização dos estudos e escolhas profissionais. A análise dos questionários de avaliação demonstra que, na percepção dos participantes, as oficinas contribuíram para a organização da rotina, facilitação do desempenho e para melhor lidar com as ansiedades acadêmicas. Destaca-se, aqui, a importância desse tipo de apoio para a adaptação, permanência e bem-estar do universitário, bem como a necessidade de realização de mais estudos de caso em outros cursos e contextos.

O papel do Tutor, na avaliação formativa no contexto de Aprendizagem Baseada em Problemas

Joubert Marinho da Silva Bentes (UEPA - Universidade do Estado do Pará)

Resumo A Aprendizagem Baseada em Problemas-ABP, também denominada de PBL (Problem-Based Learning) é uma metodologia de ensino-aprendizagem em que um problema é usado para iniciar, direcionar, motivar, provocar a autoaprendizagem, a autonomia, estimular o aprender a aprender, bem como favorecer a percepção de pontos fortes e fracos pelos educandos. A ABP se desenvolve em pequenos grupos denominados de tutoriais, compostos por sete a dez estudantes, em que o professor assume a função de tutor, e a avaliação se dá por meio da autoavaliação, interpares (educando avalia educando), da avaliação dos educandos pelo tutor e da avaliação do tutor pelos educandos. Esta metodologia direciona a aprendizagem por meio de sessões tutoriais, nas quais são apresentados problemas do cotidiano, fundamentado no perfil epidemiológico da região, que deverão ser solucionados em sete passos, tais como: (1) identificação do problema; (2) exploração do conhecimento prévio; (3) geração de hipóteses; (4) identificação de questões de aprendizagem; (5) estudo individual; (6) reavaliação e aplicação do novo conhecimento ao problema; e (7) avaliação e reflexão sobre aprendizagem; compreendidos em duas sessões tutoriais denominados de abertura e fechamento do problema. As atribuições do tutor na ABP, difere-se substancialmente em relação às práticas tradicionais de ensino, as quais são: de facilitar a autonomia no processo de aprendizagem, estimular as “regulagens” das aprendizagens, favorecer a facilitação da investigação e resolução dos problemas, mediar desenvolvimento das competências de análise e síntese da informação, ser corresponsável na organização do espaço de encontro e das relações no grupo, favorecer da criatividade que proporciona a independência dos processos cognitivos, estimular a tomarem suas próprias decisões, ajudar a definir as regras



que nortearão o trabalho do grupo e sobretudo apoiar aqueles que encontram dificuldades durante o processo. Nesse sentido, o tutor também acompanha o processo de aprendizagem individual e coletivo, fornecendo feedback educacional, com vistas a estimular a autorregulação da aprendizagem, além de possibilitar a avaliação formativa, realizada no decorrer das sessões tutoriais, com o objetivo de estimular o educando a ter responsabilidade sobre seu aprendizado e dos demais participantes do grupo tutorial. Assim as informações produzidas pela interação de tutores e educandos, bem como entre os educandos, são relevantes para a verificação do grau de aprendizado e para eventuais ajustes necessários, a fim de que o estudante consiga atingir os objetivos definidos em cada problema apresentado durante as sessões tutoriais. Deste modo esta pesquisa teve como objetivo analisar as avaliações formativas de sessões tutoriais em contexto de ABP, onde concluiu-se que os educandos melhoraram substancialmente em suas habilidades de identificar e solucionar problemas, na autonomia para o aprendizado e na percepção de seus pontos fortes e fracos. Estas habilidades os acompanham ao longo da graduação e no cotidiano profissional, tornando-os mais ativos, autônomos, reflexivos e resolutivos. E que quanto melhor foi a avaliação do tutor pelos alunos, melhor foi o desempenho dos mesmos na ABP.

Permanência de estudantes no ensino superior: um estudo de intervenção

Silvia Brilhante Guimarães (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A permanência de estudantes universitários no ensino superior tem sido tema de pesquisa no mundo todo, numa busca por identificar fatores que influenciam esse processo. Enquanto este é um corpo de estudos vasto, e vários fatores já foram identificados, há pouca pesquisa propriamente na área da intervenção. A pesquisa aqui apresentada traz resultados longitudinais de uma intervenção psicopedagógica realizada em uma universidade privada do município do Rio de Janeiro. Ao analisar a progressão no rendimento acadêmico dos estudantes participantes, vimos que houve uma melhora, quando comparamos as médias dos CRs no momento que iniciaram atendimento psicopedagógico e seis meses depois de sua saída. Paralelo a isso, analisamos também os questionários de avaliação preenchidos pelos alunos de forma anônima no momento de encerramento dos atendimentos (2017-2024). As questões mais comumente trazidas pelos estudantes são de ordem socioemocional (com predomínio de ansiedade, insegurança e baixa autoestima) ou acadêmica (busca por maior organização nos estudos, gestão do tempo e melhora no desempenho). Questões cognitivas também foram mencionadas pelos estudantes, primordialmente, a dificuldade na concentração e na atenção. Entre os fatores que os estudantes viram como mais significativos nos atendimentos, destacaram-se a escuta e o cuidado da profissional e a metodologia de trabalho utilizada (as dinâmicas e os exercícios). Com relação ao impacto dos atendimentos na vida acadêmica, dois aspectos foram mais citados - a melhor organização nos estudos e no desempenho acadêmico.



SC 07 | As Mazelas de Norte à Sul: Atravessamentos da Pandemia da Covid-19 nas Trajetórias de Vida de Adolescentes e Jovens em Situação de Rua no Brasil

Débora Ananias Guimarães (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo A situação de rua decorre não apenas da ausência de moradia, mas de um conjunto heterogêneo de razões, incluindo vínculos familiares rompidos ou fragilizados, comprometimento de várias horas do dia em trabalhos informais, exploração sexual, trabalho em mercados ilícitos, e entre outros fatores. Tratam-se de circunstâncias em que a rua se torna o principal espaço de socialização. Dados recentes mostram que mais de 300 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil, e crianças e adolescentes são parte expressiva desta população. Além das inúmeras vulnerabilidades que crianças e adolescentes em situação de rua vivenciam diariamente, a pandemia da covid-19, associada a marcadores sociais de classe, raça e gênero, exacerbou as mazelas sociais que colocam ainda mais as crianças e adolescentes brasileiros em situação de risco. Diante desse cenário, uma pesquisa multicêntrica, realizada por pesquisadores de diversas universidades do país, teve como objetivo central mapear os impactos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A presente sessão coordenada apresentará recortes desta pesquisa nacional, direcionando o olhar para os dados obtidos com adolescentes em situação de rua no país. Para compor a sessão, 3 trabalhos serão apresentados. O primeiro, intitulado "O mundo todo ficou aquele deserto": os atravessamentos da pandemia de covid-19 na trajetória de desenvolvimento de adolescentes em situação de rua", analisa as trajetórias não-hegemônicas de 19 adolescentes, do sul e nordeste do país, que tiveram suas vidas afetadas pela pandemia da covid-19. Desigualdade, racismo e necropolítica estão entre os fenômenos discutidos em associação a experiência da rua desses adolescentes. O segundo trabalho, cujo título é "Percepções de Adolescentes em Situação de Rua sobre sua Rede de Apoio durante a Pandemia da Covid-19: Análise de Fatores de Risco e Proteção", investigou as percepções de 5 adolescentes em situação de rua, sobre suas redes de apoio durante o período crítico da pandemia, que se somou a crises políticas, econômicas e sociais. O terceiro e último trabalho que será apresentado nesta sessão, nomeado como "A Catástrofe do Capital: Impactos da Pandemia da Covid-19 na Vida de Jovens em Contexto de Rua na Capital Paulista", objetiva analisar os impactos da pandemia da covid-19 na vida de jovens em contexto de rua na capital paulista, em interlocução com as influências do sistema capitalista. Os participantes são 3 jovens, de 21 anos, que vivenciaram o início de suas juventudes, bem como o final de suas adolescências, no contexto de rua da capital paulista. Ambas as experiências, demonstram a condição de subumanidade desses adolescentes e jovens, demandando a vinculação com trabalhos ilícitos como forma de buscar a subsistência material, e negando o acesso às condições dignas de saúde, inclusive no que se refere a proteção necessária para prevenir a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2. O conjunto dessas pesquisas, evidenciam a falha na efetivação das políticas públicas no país, que apesar do aparato legislativo, são inábeis para assegurar os direitos de adolescentes e jovens que estão expostos a inúmeras condições de violação de direitos.



A Catástrofe do Capital: Impactos da Pandemia da Covid-19 na Vida de Jovens em Contexto de Rua na Capital Paulista

Débora Ananias Guimarães (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Mais de 300 mil pessoas vivem em situação de rua no Brasil. Deste total, uma em cada três pessoas encontram-se no estado de São Paulo e, mais de 80 mil, somente na capital paulista. Os dados evidenciam a falha na efetivação das políticas públicas no país, que não garantem os direitos básicos dessa população, como moradia digna, trabalho, acesso a saúde e educação. O objetivo desse estudo será analisar os impactos da pandemia da covid-19 na vida de jovens em contexto de rua na capital paulista, em interlocução com as influências do sistema capitalista. O trabalho refere-se a um recorte de uma pesquisa multicêntrica, realizada por pesquisadores de diversas universidades do país, e teve como objetivo central mapear os impactos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo de métodos mistos, exploratório-descritivo, com delineamento transversal e desenvolvido a partir de um estudo de casos múltiplos. Nesta pesquisa, que é parte de uma tese de doutoramento, será abordado os impactos da pandemia na vida de 3 jovens, ambos com 21 anos, que passaram boa parte de suas vidas nas ruas da capital, incluindo o momento mais crítico da pandemia. Para a coleta de dados, foram utilizados instrumentos de caracterização sociodemográfica, um questionário sobre as vivências na pandemia e um roteiro de entrevista semiestruturada. Os resultados preliminares da pesquisa, evidenciam que as formações sociais capitalistas de nosso tempo, ao promoverem um grande antagonismo de classes e processos de alienação, privam determinados grupos sociais das condições dignas de existência humana. Além disso, o cenário criado pela pandemia da Covid-19 exacerbou ainda mais vulnerabilidades que já constituíam a vida desses jovens em situação de rua, os colocando em uma condição de subumanidade, demandando a vinculação com trabalhos ilícitos como forma de buscar a subsistência material, e negando o acesso às condições dignas de saúde, inclusive no que se refere a proteção necessária para prevenir a contaminação pelo vírus SARS-CoV-2. Pesquisas desse porte tem o potencial de destacar os limites impostos pelo modelo de sociedade capitalista, que afetam de maneira desproporcional determinados grupos sociais. Além disso, serve de suporte analítico e argumentativo na defesa intransigente dos direitos humanos, de políticas públicas que garantam condições civilizatórias dignas, do direto à moradia, segurança, trabalho e educação.

Percepções de Adolescentes em Situação de Rua sobre sua Rede de Apoio durante a Pandemia de Covid-19: Análise de Fatores de Risco e Proteção

M^a do Socorro do Valle (Hospital de Saúde Mental de Fortaleza), Rebeca

Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo

de Moraes (Universidade de Fortaleza), Cadidja Caldas Silva (outro)

Resumo A pandemia do vírus Sars-Cov-2 assolou todo o mundo dizimando milhares de pessoas em um cenário permeado por crises político-econômico-sociais.



No Brasil, a situação revelou ainda mais as fragilidades e desigualdades existentes, segregando a população entre os que tiveram oportunidade de estar em segurança, protegidos, ou recebendo atendimento adequado, e os que não puderam ter a mesma chance de cuidados. Dentre os grupos que vivenciaram a pandemia, a partir de vulnerabilidades específicas, citam-se os adolescentes em situação de rua. Este estudo teve como objetivo conhecer as percepções dos adolescentes em situação de rua sobre sua rede de apoio durante a pandemia de Covid-19, investigando fatores de risco e proteção associados a ela. Participaram do estudo 05 adolescentes, com idades entre 13 e 17 anos, todos com histórico e vivência nas ruas. Entre os participantes, três se autodeclararam homens cis, uma mulher cis e uma mulher transgênero. Os dados foram coletados em duas instituições que acolheram os adolescentes no período de abril de 2020 a dezembro de 2021, utilizando a entrevista semiestruturada e o diário de campo como instrumentos. Cada entrevista foi gravada e transcrita, com duração aproximada de duas horas. Os dados foram analisados qualitativamente, através da análise temática e indicaram que, de forma geral, os 05 participantes possuíam vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos. A violência doméstica, as condições socioeconômicas e a negligência por parte dos responsáveis foram mencionadas pela totalidade dos participantes como as principais causas da experiência de passagem pelas ruas, essas dificuldades emocionais estiveram relacionadas a situações de conflitos familiares, violência e inconsistência da rede de apoio e proteção social, evidenciada pela falta de acolhimento das necessidades psicossociais dos adolescentes. Os resultados evidenciaram, ainda, a concordância entre os participantes no que tange as dificuldades ao acesso e continuidade no ambiente escolar. Para os adolescentes a matrícula em escola regular só foi possível após a chegada ao acolhimento, necessitando considerar que a vulnerabilidade observada entre os participantes se relaciona a múltiplas exposições a fatores de risco ao desenvolvimento dessa população. Vale ressaltar que para os cinco participantes, o acolhimento surgiu como acesso à garantia de direitos (alimentação, educação, cuidado e proteção). Foram identificados fatores de proteção após chegada no acolhimento, o suporte social e emocional teve lugar de destaque, incluindo partilha, ajuda mútua entre pares e cuidadores, além das amizades que foram fortalecidas no período de pandemia. Os dados corroboram as múltiplas vulnerabilidades do grupo estudado e o quanto a pandemia aprofundou demandas/fatores de risco vivenciados por esses adolescentes, mesmo antes da pandemia, revelando de forma ainda mais evidente, as mazelas sociais vivenciadas no cotidiano dos adolescentes em situação de rua, que, de modo geral, são naturalizadas, cristalizadas e encobertas pelo manto da invisibilidade. Além disso, reiteram a urgência de propostas de intervenção que venham ofertar cuidado a esses adolescentes, considerando a sua condição especial de pessoas em desenvolvimento e a sua prioridade absoluta em termos de direitos.



“O mundo todo ficou aquele deserto”: os atravessamentos da pandemia de covid-19 na trajetória de desenvolvimento de adolescentes em situação de rua

Ana Luísa Fidalgo Ribeiro, Juliana Prates Santana (UFBA)

Resumo A escala global da COVID-19 está bem distante de permitir considerá-la como um fenômeno homogêneo e universal, visto que essa, como outras pandemias, não chega a todos da mesma forma, sendo importante considerar marcadores sociais como raça, gênero, classe, territórios e outras questões contextuais. A necessidade de limitar o contato pessoal, meio mais eficaz de reduzir a disseminação do vírus, levou ao fechamento de escolas, comércios e outros serviços não-essenciais, toques de recolher e outras medidas. Com seu simples e imperativo slogan “fique em casa”, o distanciamento social definitivamente não esteve ao alcance de todos. A impossibilidade de se proteger da ameaça silenciosa do vírus ficou ainda mais evidente entre a população em situação de rua, para a qual, além da possível ausência concreta de uma casa na qual se confinar, os cuidados em saúde são pouco acessíveis e as estratégias de sobrevivência ainda mais limitadas pela falta de circulação de pessoas nesse período. Os adolescentes, menos vulneráveis do ponto de vista dos agravos à saúde provocados pelo vírus, estiveram no centro dos impactos causados pela crise pandêmica, que, de modo geral, modificou bruscamente suas rotinas e contextos. Entendendo a diversidade das adolescências existentes e a importância de se investigar as repercussões da pandemia nas trajetórias não-hegemônicas, esse estudo tem como objetivo analisar a experiência da pandemia e suas repercussões para adolescentes em situação de rua. Para tal, ancora-se nos pressupostos da teoria bioecológica, utilizando o modelo Pessoa-Processo-Contexto-Tempo. Trata-se de um estudo multicêntrico, com amostra composta por 19 adolescentes, provenientes de 5 cidades brasileiras, das regiões Sul e Nordeste. Os participantes foram recrutados através de instituições que prestam assistência a adolescentes em situação de rua ou diretamente pelos pesquisadores no contexto da rua. As idades variam entre 12 e 18 anos e os participantes são predominantemente negros (14). Nesse trabalho, serão abordados dois dos instrumentos utilizados na coleta de dados: questionário de caracterização, contemplando dados sociodemográficos e relacionados à COVID-19, e entrevista semiestruturada, organizada em 6 eixos, acerca das percepções e experiências atreladas à pandemia. A pesquisa em questão encontra-se em fase de análise de dados, empreendida através do método de análise temática, usado para identificar, analisar, interpretar e comunicar padrões a partir dos dados. Adicionalmente, estão sendo empregadas estatísticas descritivas para os dados do questionário de caracterização, buscando descrever a amostra estudada, bem como os seus dados de exposição à COVID-19. De forma preliminar, os resultados apontam para a centralidade das alterações no microsistema rua provocadas pela pandemia entre os adolescentes estudados. O esvaziamento da rua repercutiu nas atividades de subsistência realizadas pelos jovens nesse contexto, gerando piora das condições de vida e insegurança alimentar. Além disso, a importância desse microsistema para o lazer e relação com os pares, atuou como dificultadora no cumprimento do distanciamento social, sendo relatado por alguns adolescentes a impossibilidade de permanecer fora desse espaço, central em seus cotidianos. Ademais, destaca-se o papel da desigualdade, do racismo e da necropolítica, componentes do macrossistema, nos atravessamentos da crise cóvídica que marcam a trajetória dos adolescentes estudados.



SC 08 | Aspectos Desenvolvimentais em Foco: Demandas e Intervenções em um Serviço Escola de Psicologia

Pablo Mateus dos Santos Jacinto (UESB - Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia)

Resumo O serviço-escola de Psicologia, o Núcleo de Práticas Psicológicas (NUPPSI), vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Vitória da Conquista, atende a população local desde 2016. Ele reúne atividades de estágios curriculares obrigatórios e serviços provenientes de projetos de extensão executados em suas instalações. Entre as atividades oferecidas, destacam-se psicoterapia individual, plantão psicológico, avaliação psicodiagnóstica, orientação psicológica a demandas escolares, grupos terapêuticos e orientação parental. Além disso, o NUPPSI atua em instituições parceiras ou conveniadas, promovendo a saúde mental da população. Tanto as atividades desenvolvidas no espaço do serviço-escola quanto aquelas realizadas em outros contextos buscam construir e fortalecer vínculos com a rede pública de saúde, educação, justiça e desenvolvimento social. Compreendendo o papel dos serviços-escola de psicologia nas universidades, propomos a realização de estudos sobre os processos de desenvolvimento como políticas públicas para o bem-estar de crianças e adolescentes. No serviço em questão, tem-se estimulado qualificar como recursos de pesquisa: o uso dos prontuários e relatórios elaborados sobre a comunidade atendida; o laboratório de observação individual e em grupo; as produções dos usuários, como desenhos e outros mecanismos artísticos; os relatos dos estudantes e egressos; entrevistas com a população atendida; análise dos resultados das atividades desenvolvidas com instituições parceiras, dentre outras. Deste modo, esta comunicação tem como objetivo reunir estudos que explorem demandas relacionadas ao desenvolvimento humano presentes na rotina do NUPPSI. Além disso, visa dialogar e construir saberes coletivos sobre como as pesquisas no campo do desenvolvimento humano podem contribuir para o aprimoramento das atividades oferecidas e para a qualificação do ensino em psicologia desenvolvimental e áreas correlatas.

Análise preliminar de desenhos da escola feitos por crianças com queixas escolares acompanhadas por um serviço-escola de psicologia

Pablo Mateus dos Santos Jacinto (UESB - Univ. Estadual do Sudoeste da Bahia)

Resumo Este estudo apresenta resultados parciais de uma investigação em andamento, cujo objetivo é compreender as representações da instituição escolar por crianças que apresentam queixas de desenvolvimento, aprendizagem ou comportamento. A pesquisa analisou desenhos de sete crianças, com idades entre 5 e 12 anos, acompanhadas por um serviço-escola de psicologia em um projeto de extensão voltado ao apoio de estudantes com demandas escolares. Os dados secundários foram coletados com autorização prévia das crianças e seus responsáveis, conforme política do serviço-escola que, por padrão, apresenta termo de consentimento aos seus usuários para uso de prontuários para pesquisa. Os resultados parciais indicam que, mesmo entre crianças cuja queixa principal é a falta de interesse em frequentar a escola, as representações da instituição escolar são, em geral, harmoniosas. Observou-se também que, tanto as crianças mais velhas quanto as mais novas, tendem a mesclar aspectos da vida escolar com outras áreas da vida, o que pode sugerir uma limitação desenvolvimental em apartar espaços de vida; evidenciar a conexão entre suas experiências na comunidade, família, ou outros microssistemas e a escola; ou ainda representar um processo de transição característico da zona de desenvolvimento



iminente no processo microgenético de simbolizar a própria instituição escolar. A pesquisa tem possibilitado refletir sobre os impactos desses processos e sobre o trabalho desenvolvido com crianças com queixas escolares, destacando a possibilidade de que as atividades realizadas no serviço-escola possam favorecer a construção de um mesossistema que permita à criança integrar aspectos pessoais, familiares, comunitários e escolares e instrumentalizá-la a lidar coletivamente com a queixa escolar. Nas próximas etapas da pesquisa, pretende-se realizar uma análise descritiva mais aprofundada dos desenhos selecionados e confrontar os achados com as teorias da psicologia histórico-cultural e da teoria bioecológica do desenvolvimento humano.

Demandas Emergentes para Atendimento Infantil em Serviço Escola de Psicologia

Carmem Virgínia Moraes da Silva (UESB)

Resumo Este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa ação sobre as demandas para atendimento infantil em um Serviço Escola de Psicologia. Os resultados foram construídos por meio da realização de um Grupo de Orientação Parental - GOP, no primeiro semestre de 2024, no Núcleo de Práticas Psicológicas (NUPPSI), vinculado à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). O GOP foi proposto para atender responsáveis por crianças que estavam passando por triagem ampliada ou que buscaram o Núcleo com outra finalidade e, ao serem informados sobre o GOP, demonstraram interesse. Constituiu-se como um grupo aberto para até 08 (oito) responsáveis, com encontros semanais de 1h30 a 2h de duração, nos quais foram exploradas as queixas sobre as crianças e realizadas intervenções no formato de orientação e psicoeducação. O grupo foi mediado por uma psicóloga/supervisora, inscrita no CRP, e uma estagiária de Psicologia. Os encontros contaram com técnicas de mediação da palavra, alicerçadas na Psicologia Histórico-Cultural e com recursos elaborados pelas mediadoras para explorar os temas que emergiram nos encontros. As pessoas eram informadas sobre o caráter do GOP e, em caso de interesse, eram orientadas a fazer contato pelo WhatsApp para efetuarem a marcação. Aconteceram 10 (dez) encontros com participação de 09 (nove) responsáveis por 07 (sete) crianças, com idade entre 04 (quatro) e 11 (onze) anos, estudantes da rede pública ou privada. Participaram 06 (seis) mães, sendo 01 (uma) destas mães em companhia de 01 (um) pai e 01 (uma) mãe em companhia da avó materna; além do pai acompanhado da mãe, participaram 02 (dois) pais. A participação foi flutuante e 03 (três) mães foram assíduas ao longo do processo. A maioria das queixas envolvia dificuldades comportamentais e emocionais da criança em casa, tais como agressividade, nervosismo e ansiedade. Foram apresentadas queixas relacionadas à dificuldade de leitura e escrita, resistência em frequentar a escola, sofrimento por preconceito na escola e agressividade com os colegas. Foram citadas, ainda, dificuldades no relacionamento com o pai e em atender comandos e desentendimentos recorrentes no ambiente familiar. As mães relataram que não sabiam lidar com comportamentos agressivos, nervosismo e intolerância à frustração dos filhos. As queixas apresentadas foram diversificadas e, de modo geral, constituíram três grupos de demandas: 1) Questões escolares; 2) Questões envolvendo conflitos familiares e 3) Questões envolvendo dificuldades comportamentais e emocionais da criança. Parte considerável dos responsáveis buscou o serviço de psicologia em busca de um diagnóstico que explicasse as dificuldades apontadas nas crianças. Ao longo dos encontros, na medida que as queixas foram exploradas, surgiu a necessidade de orientar os pais quanto às especificidades do desenvolvimento da criança em cada período da vida e sobre o processo de aprendizagem e escolarização. Temáticas envolvendo a rotina da



criança (estabelecimento de regras, compreensão sobre direitos e deveres em casa), assim como a idealização acerca do papel paterno exigiram intervenções psicoeducativas. Os resultados do GOP fornecem marcadores significativos para o planejamento de novos serviços e para a articulação com serviços já existentes no NUPPSI, na Universidade e na rede de atenção à criança.

Características da população tendida em triagem psicológica infantil em um serviço escola de Psicologia

Roberta Bolzan Jauris (UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Resumo Este estudo refere-se a uma pesquisa com o objetivo de caracterizar a população infantil atendida em triagem psicológica em um serviço escola. O método utilizado foi um levantamento retrospectivo e quantitativo, através de análise documental das fichas de triagem psicológica infantil dos prontuários das crianças atendidas. Esta pesquisa foi realizada no serviço escola de Psicologia, denominado Núcleo de Práticas Psicológicas (NUPPSI) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), localizado na cidade de Vitória da Conquista - BA, e está vinculada a uma extensão universitária realizada pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP- linha 2). A triagem psicológica infantil em um serviço escola permite o acolhimento, principalmente da criança, mas também dos pais/responsáveis, realizando a identificação e investigação inicial das queixas informadas, considerando aspectos de inserção social da criança. Quando bem realizado, observando as reais necessidades, a triagem proporciona um processo de atendimento mais eficiente, considerando a versatilidade da dinâmica do serviço-escola para garantir o atendimento. O instrumento para coleta de informações foi a ficha de triagem psicológica, constando os seguintes itens: Data do atendimento (triagem); 1. Dados Gerais (fonte encaminhadora, nome da criança, data de nascimento, idade, sexo, cor, disponibilidade de horário para atendimento, instituição educacional que frequenta, curso, turno); 2. Dados socioeconômicos (entrevistado(a), nome, telefone e profissão); e 3. Resumo da triagem (queixa principal; doenças físicas, medicação, tratamentos, antecedentes familiares, convulsões, acompanhamento por algum profissional; sobre o quadro atual, apresenta alterações físicas, psíquicas e comportamentais, evolução, intensidade, frequência dos acontecimentos; e sobre o contexto familiar, social, profissional e/ou acadêmico). Como fonte de dados, utilizou-se 106 fichas de triagens realizadas em 2019. Foram atendidas crianças com idades entre 1 e 12 anos, sendo 70,8% do sexo masculino e 29,2% do sexo feminino. Meninos e meninas tiveram idades médias de aproximadamente 8 anos, a clientela masculina se concentrou mais na faixa etária de 6 a 9 anos (56%), a feminina esteve entre 10 e 12 anos (45,2%). Entre as fontes de encaminhamento predominaram as demandas familiares, com 45,3% para os meninos e 54,8% para as meninas, e os encaminhamentos de origem escolar, com 28% para a clientela masculina e 32,3% para a clientela feminina. A queixa mais comum em ambos os sexos foi de dificuldade de aprendizagem (22,6%). Quanto às demais queixas, destacou-se a agressividade entre a clientela masculina (18,1%) e de ansiedade entre as meninas (11,3%). Estes resultados indicam a manutenção do perfil infantil atendido em serviços escola de psicologia mostrados em outros estudos, de maioria masculina e com queixa de dificuldade de aprendizagem. Conforme indicado, os dados estão em conformidade com os estudos que descrevem a predominância de queixas relacionadas a comportamentos externalizantes como agressividade em crianças do sexo masculino e internalizantes, como ansiedade, para o sexo feminino.



SC 09 | Autores de Violência: caracterização de agressores envolvidos em casos de feminicídio e violência sexual de crianças e adolescentes

Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Historicamente a violência atinge todos os setores da sociedade, sendo um fenômeno multidimensional e, como tal, complexo. Nesse contexto, é relevante avançar na discussão sobre a caracterização dos autores de violência, visto que no Brasil pesquisas sobre os autores ainda são reduzidas se comparadas às vítimas. Na busca por aprofundamento desse tema, tem-se observado o crescimento de estudos documentais, com o levantamento de informações em processos jurídicos, inquéritos de investigação policial, notificações em saúde pública, entre outros. Cabe ressaltar que, estudos que envolvam a sistematização dessas características, são essenciais para o planejamento de políticas públicas mais efetivas no enfrentamento da violência. Além disso, pode contribuir para sensibilizar a sociedade, sobre a importância desse tema em diversos contextos, como os espaços domésticos, comunitários e o contexto virtual. A presente sessão pretende apresentar três estudos sobre as características de autores de violência, que podem contribuir para o enriquecimento desse debate. O primeiro estudo se intitula “Perfil sociodemográfico dos autores de feminicídios no estado de São Paulo durante a pandemia da covid-19: uma análise documental” e teve como objetivo examinar o perfil sociodemográfico dos autores de feminicídios ocorridos durante a pandemia no Estado de São Paulo. Os resultados evidenciaram a necessidade de compreensão das complexas interações entre fatores sociodemográficos e a violência de gênero, e a urgência em desenvolver políticas e intervenções eficazes que possam prevenir e combater o feminicídio. O segundo estudo “Perfil sociodemográfico de autores de divulgação não consensual de imagens íntimas na adolescência: Uma análise Qualitativa” teve como objetivo analisar, o relato de oito adolescentes, que sofreram ameaças acerca da divulgação não consensual de imagens íntimas e/ou tiveram suas imagens íntimas divulgada. Os resultados mostraram que os agressores eram, em sua maioria, do sexo masculino, e que boa parte dos agressores possuíam ou já possuíam uma relação de confiança com as vítimas, principalmente envolvimento amoroso e/ou sexual. Os achados desta investigação robustecem considerações teóricas e empíricas acerca da influência dos marcadores de gênero neste tipo de violência, bem como no primeiro estudo descrito acima, sobre o feminicídio. Por fim o terceiro estudo “Características sociodemográficas e situacionais de Homens Encarcerados por Crimes Sexuais contra Crianças e Adolescentes”, visou descrever as características sociodemográficas e situacionais de 30 homens encarcerados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. A maioria dos agressores possuíam vínculo familiar com as vítimas, eram homens adultos, não-brancos, com baixa escolaridade, e evangélicos, características recorrentes em outros estudos, o que reflete a seletividade penal da população carcerária no Brasil. Como pôde ser observado, há um fio condutor em relação às características dos autores de agressão nos três estudos: questões de gênero, relações de poder, modelos de masculinidade, e uma sexualidade atravessada por esses marcadores. Embora de natureza complexa, as intervenções e estratégias de enfrentamento da violência precisam problematizar essas relações baseadas na desigualdade de gênero, em especial, para elaborar políticas públicas e intervenções voltadas para esta população, sobretudo na perspectiva de prevenção à reincidência.



Características sociodemográficas e situacionais de Homens Encarcerados por Crimes Sexuais contra Crianças e Adolescentes

Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará)

Resumo Pesquisas sobre autores de agressão sexual de crianças e adolescentes ainda são reduzidas. Os estudos são em geral, documentais, com o levantamento de informações em processos jurídicos, inquéritos de investigação policial, notificações em saúde pública, entre outros. Este estudo, de natureza empírica descritiva, retrospectiva e quantitativa, visou descrever as características sociodemográficas e situacionais de 30 homens encarcerados por crimes sexuais contra crianças e adolescentes. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em três unidades prisionais localizadas na mesorregião metropolitana em Belém do Pará. Os participantes foram indicados pelos servidores das unidades prisionais em função da tipologia criminal, estupro de vulnerável, sendo a seleção realizada de maneira não probabilística e por conveniência. Realizou-se um encontro com cada participante para realização das entrevistas, cujo roteiro, permitiu discorrer sobre suas características pessoais e sobre o crime. Dos 30 participantes, 80% (n=24) tinham mais de 30 anos (M: 41; DP: 10,8). Em relação à escolaridade, 60% (n=18) não completaram o ensino fundamental, 13,33% (n=4) tinham ensino médio completo ou incompleto, e apenas um tinha ensino superior. Quanto ao estado civil, 46,7% (n=14) eram solteiros e 46,7% eram casados ou em união estável, sendo que 60% (n=18) se consideravam evangélicos. Em relação à cor da pele, 63,3% (n=19) se autodeclararam pardos, 16,7% (n=5) brancos e 13,33% (n=4) pretos. Quanto a agressão cometida, 83,33% das vítimas eram do sexo feminino (n=25), e 16,37% do sexo masculino (n=5). Adolescentes maiores de 12 anos foram vitimadas em maior proporção, totalizando 53,33% dos casos (n=16), com uma média de 13,6 anos, enquanto crianças abaixo de 12 anos foram vítimas em 43,33% da amostra pesquisada (n=13), com média de 9,4 anos neste grupo. A maioria dos agressores possuíam vínculo familiar com as vítimas, representando 53,33% dos casos (n=16), entre elas, padrastos e pais. No âmbito extrafamiliar 46,67% (n=14) das situações analisadas, eram conhecidos com 64,29% das ocorrências neste grupo (n=9), seguido de vizinhos (n=4) e desconhecido (n=1). Sobre a gravidade de agressão, 60% (n=18) foi de maior severidade, com o uso da força ou coerção severa no momento agressão e/ou a ocorrência de penetração, não necessariamente coocorrentes. A penetração ocorreu em 40% (n=12), assim como estratégias de persuasão sem força física ou coerção severa ocorreu em 46,67% (n=14), como por exemplo, subornos, barganha e comportamentos de sedução e aproximação gradativa. Em 23,3% (n=7) dos casos, não foi possível definir o comportamento sexual, uma vez que, esses autores não admitiram a agressão, e no relato não foi possível perceber se a mesma, ocorreu com menor ou maior severidade. Por fim, em 36,7% (n=11) essa violência foi recorrente e nesta mesma proporção, os agressores admitiram estar sob efeito de álcool e/ou outras drogas. Conclui-se que os agressores sexuais nesta amostra são homens adultos, não-brancos, com baixa escolaridade, e evangélicos, características recorrentes em outros estudos, e que reflete a seletividade penal da população carcerária no Brasil. Espera-se que este estudo amplie o conhecimento



sobre agressores sexuais, fortaleça políticas públicas e intervenções voltadas para esta população, sobretudo em uma perspectiva de prevenção à reincidência.

Perfil sociodemográfico de autores de divulgação não consensual de imagens íntimas na adolescência: Uma análise Qualitativa

Giovanna Maria Duarte (Prefeitura de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), Haryadny Kamylla Macedo Muniz (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo Com o avanço tecnológico, os seres humanos têm mudado sua maneira de se relacionar com o mundo e entre si, especialmente a população mais jovem. Diversos estudos têm apontado a influência das tecnologias de informação (TICs) na vida de adolescentes, inclusive nas relações afetivas-sexuais. A prática do sexting têm sido uma das manifestações da mediação tecnológica nas relações interpessoais deste grupo. O fenômeno envolve o envio de textos e imagens com conotação sexual e, quando consentido, é uma maneira de expressão da sexualidade. Apesar disso, muitas vezes a prática do sexting acaba se desdobrando em um tipo de violência: a divulgação não consensual de imagens íntimas. Esta, por sua vez, apresenta uma série de prejuízos psicológicos e sociais na vida das vítimas. Para minimizar a ocorrência desse tipo de violação e mitigar o impacto na vida das vítimas, pesquisadores apontam para a importância de um trabalho multinível, envolvendo: 1) pesquisas que tenham como foco as vítimas e 2) estudos acerca do perfil e comportamento dos potenciais agressores. O presente trabalho teve como objetivo analisar, qualitativamente, o perfil de autores deste tipo de violência. O trabalho é decorrente de uma pesquisa delineada a partir de um estudo de casos múltiplos. Os dados foram coletados com base no relato de oito adolescentes, que sofreram ameaças acerca da divulgação não consensual de imagens íntimas e/ou tiveram suas imagens íntimas, de fato, divulgadas. Os relatos, por sua vez, foram extraídos de uma plataforma de vídeos online, no qual adolescentes depositaram deliberadamente vídeos acerca de suas experiências enquanto vítimas da divulgação não consensual de imagens íntimas. A análise dos dados fundamentou-se na Análise de Conteúdo. Os resultados mostraram que os agressores eram, em sua maioria, do sexo masculino, o que é consistente com a literatura prévia. Outro dado relevante é que boa parte dos agressores possuíam ou já possuíam uma relação de confiança com as vítimas, principalmente envolvimento amorosos e/ou sexuais. Deste modo, os agressores utilizavam dessa proximidade para fomentar a troca de imagens íntimas, reforçando que ninguém mais teria acesso às imagens. Assim, a troca de imagens íntimas aconteceu, majoritariamente, em um momento de tentativa de fortalecimento de vínculo com o parceiro. No entanto, algumas adolescentes relataram que enviaram as imagens frente à pressão que receberam do parceiro. Complementarmente, constatou-se que a divulgação das imagens ocorreu, em grande parte, após o término da relação ou frente a situações de rejeição do agressor. O meio de divulgação mais utilizado pelos agressores foram as redes sociais. Os achados desta investigação robustecem considerações teóricas e empíricas acerca da influência



dos marcadores de gênero neste tipo de violência e mostram como a identificação e responsabilização dos agressores é possível, uma vez que estes são geralmente pessoas do convívio das vítimas. Estes dados são importantes indicativos para a criação de intervenções direcionadas aos agressores, bem como para o delineamento de estratégias de responsabilização.

Perfil sociodemográfico dos autores de feminicídios no estado de São Paulo durante a pandemia da covid-19: uma análise documental

Milaidy Müller Rossi (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo O feminicídio é um fenômeno hediondo e frequente em culturas patriarcais, nas quais as vítimas são subjugadas ao domínio masculino. As motivações para esses crimes são decorrentes do desejo de controle sobre as mulheres, as quais são consideradas propriedades de seus agressores. Dada a severidade e alta prevalência do feminicídio na realidade brasileira, esta pesquisa teve como objetivo examinar o perfil sociodemográfico dos autores de feminicídios ocorridos durante a pandemia no Estado de São Paulo. Trata-se de um estudo documental e de natureza quantitativa. Foram analisados 563 casos de feminicídios ocorridos durante a pandemia da COVID-19 no estado de São Paulo, por meio de Registros Digitais de Ocorrências fornecidos por uma Delegacia Regional de Polícia Civil localizada no interior do Estado de São Paulo. As análises descritivas foram realizadas com o uso do software Microsoft Excel para realização de análises descritivas que culminaram na caracterização do perfil dos autores dos feminicídios. As variáveis sociodemográficas examinadas incluíram idade, nível de escolaridade, raça/etnia, profissão e vínculo com a vítima. Entre os principais achados, verificou-se que a maioria dos autores foram adultos entre 30 e 59 anos (73,3%), sendo predominantemente brancos (47%). Em relação à escolaridade, os homens com ensino fundamental completo representaram 25,9%, seguidos por aqueles com ensino médio completo (21,5%). Quanto à ocupação, observou-se que os autores geralmente possuem empregos que não exigem qualificações específicas, com baixa remuneração, muitas vezes informais e sem vínculo ou garantias trabalhistas. A relação entre a vítima e o autor do feminicídio foi, majoritariamente, composta por parceiros e ex-parceiros íntimos, embora relações familiares, como filhos e pais, também foram identificadas, ainda que com menor frequência. De modo geral, a disparidade social manifesta-se claramente ao examinar informações relacionadas à escolaridade e à participação no mercado de trabalho. Nota-se que o ambiente familiar, que deveria ser um local harmonioso e de convivências saudáveis, frequentemente se torna o principal cenário de graves situações de violência doméstica. Em consonância com a literatura da área, notou-se que, na maioria dos casos, os autores são parceiros íntimos, que exercem controle na dinâmica familiar e, muitas vezes, estão envolvidos em relações de poder legitimadas historicamente. Os resultados evidenciam a necessidade de compreender e abordar as complexas interações entre fatores sociodemográficos e a violência de gênero, com o objetivo de desenvolver políticas e intervenções eficazes que possam prevenir e combater o feminicídio.



SC 10 | Desenvolvimento emocional sob a perspectiva das crianças: desafios e possibilidades metodológicas

Priscila Tavares Priante (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo O desenvolvimento emocional envolve diversos processos, contribui para habilidades, aquisições cognitivas e relações interpessoais mais complexas. As diferentes áreas do conhecimento reconhecem a importância de pesquisas sobre desenvolvimento emocional em diferentes contextos culturais e grupos sociais. Apesar do avanço metodológico em pesquisar com crianças, como abordagens etnográficas, entrevistas apoiadas na ludicidade, contação de histórias, dentre outros, ainda há escassez de instrumentos eficazes e válidos para avaliar crianças pequenas. A combinação de diferentes metodologias é o que permite a maior compreensão de um fenômeno e suas variáveis, levando-se em consideração os aspectos culturais como elementos fundamentais para investigação. Contudo, a definição dos métodos de pesquisa e os instrumentos/recursos apropriados para participantes que estão nessa etapa do desenvolvimento implica em desafios peculiares para o pesquisador. Partindo desse pressuposto, a proposta desta Mesa Redonda é apresentar os desafios e possibilidades metodológicas em investigar o desenvolvimento emocional com crianças em diferentes contextos no Pará/Brasil. Os trabalhos analisaram ainda a aprendizagem advinda dessa experiência e como isso contribuiu para a formação dos pesquisadores. Pretende-se ainda contribuir para futuras pesquisas sobre desenvolvimento emocional envolvendo diferentes participantes, como pais, cuidadores, professores e a criança. A primeira apresentação, "Efeitos dos Estilos Parentais no Desenvolvimento Infantil: Uma Análise Transcultural entre Áreas Rurais e Urbanas" abordou as tarefas experimentais com as crianças por meio da Escala de Socialização Comportamental; e o instrumento de avaliação do neurodesenvolvimento INTER-NDA. Os resultados do estudo podem contribuir com a identificação das peculiaridades na socialização emocional e nos comportamentos de ensino de pais em contextos culturais diferentes e como isso interfere no desenvolvimento cognitivo de crianças de 24 a 30 meses. A segunda apresentação "Experiências de crianças Santarens com o rio Tapajós por meio da recreação baseada na natureza", trata de um estudo realizado com 15 crianças com idades entre 8 e 12 anos, residentes de uma área de preservação em contexto urbano de Santarém/Pará. A metodologia incluiu a técnica de mapeamento comportamental (MC) de crianças, importante para investigações acerca das relações pessoa-ambiente. Verificou-se que o MC permitiu o acesso a informações sobre os efeitos do contexto ambiental no desenvolvimento infantil e consequentemente aos espaços apropriados. A terceira apresentação, "As expectativas emocionais de crianças ribeirinhas entre 4 e 7 anos: primeiras questões", explora a aplicação de questionário com crianças residentes na Floresta Nacional do Tapajós, com foco no conceito das emoções e as expectativas emocionais desses participantes. Em conjunto, essas experiências sugerem que sem compreender a dinâmica do local, os aspectos culturais, os dados perdem significado, pois as crianças, mesmo as mais novas, transmitem os valores aprendidos com os pais e outros adultos, ao mesmo tempo que também ressignificam os espaços a partir de suas interpretações.



As expectativas emocionais de crianças ribeirinhas entre 4 e 7 anos: primeiras questões

Priscila Tavares Priante (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará), Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo O estudo de metas a partir das crianças como principais participantes, representa desafios de diferentes naturezas: conceitual e teórico, por se tratar de um nível mais abstrato, expressam os objetivos desenvolvimentais construídos a partir da perspectiva dos adultos, dos pais e não das crianças; metodológico, pela escassez de instrumentos eficazes e válidos para avaliar crianças pequenas e sobretudo, em relação às suas próprias expectativas de socialização emocional. Nesta pesquisa, realizada com crianças residentes nas comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós, foram incluídas, além das mães e pais, 52 participantes com idades entre 4 e 7 anos completos. Aplicou-se um questionário adaptado a partir do mesmo instrumento aplicado aos seus responsáveis, com objetivo de investigar as expectativas de socialização emocional das crianças e suas concepções sobre o que é: alegria, tristeza, raiva, medo, orgulho e vergonha. A participação ativa das crianças representou desafios, especialmente, na adaptação das perguntas, o que foi realizado em parceria com a autora do instrumento, tendo a preocupação de não alterar o significado/intenção das questões, serem compreendidas pelas crianças, e ainda, serem passíveis de análise a partir das categorias originais pré-estabelecidas. Após esse processo, foram necessários dois testes pilotos, inicialmente, com crianças selecionadas aleatoriamente, apenas com critério de 3 a 7 anos de idade, o que permitiu reformular as questões e realizar novo teste com crianças do locus que não fariam parte da amostra, novos ajustes foram realizados para então, aplicar à amostra. As perguntas, em sua maioria, foram respondidas de acordo com o esperado, na questão sobre como desejam ser quando forem adultos, percebeu-se que as crianças mais velhas trouxeram as expectativas em relação às características emocionais, enquanto que, as crianças mais novas trouxeram conteúdos relacionados a profissão ou características físicas, como ser bonito. Essa mesma dificuldade, foi percebida nos pais. A compreensão de tais resultados se torna viável apenas após compreender a dinâmica das comunidades e os aspectos culturais valorizados pelo grupo. Elementos geográficos de cada comunidade, atividades econômicas, idade das mães foram variáveis determinantes para entender a perspectiva infantil e quais elementos culturais são valorizados e compartilhados pelos grupos, como por exemplo, o significado de orgulho, para mães mais jovens, que conseguem exercer alguma atividade remunerada ou que trabalham em algum momento, essa emoção pode ser algo saudável, uma conquista, diferente de mães mais velhas, sem atividade remunerada, para quais o orgulho é algo tão ruim, que nem mereça ser discutido. A questão geográfica permite maior ou menor possibilidades de renda, com exploração do latex, passeios turísticos e mesmo, a demanda de alimento, uma vez que alguns locais favorecem a caça, dinâmicas identificadas nas respostas das crianças. Essa experiência, demonstra como são fundamentais o cuidado para elaboração dos instrumentos adequados e o convívio no local e com as crianças para então, aplicar os instrumentos e assim, realmente compreende-los. Espera-se



contribuir com o referencial metodológico e teórico aos demais estudos voltados para investigar a socialização emocional em diferentes contextos e grupos culturais.

Efeitos dos Estilos Parentais no Desenvolvimento Infantil: Uma Análise Transcultural entre Áreas Rurais e Urbanas

Nizianne Andrade Picanço (IESPES - Instituto Esperança de Ensino Superior),
Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Priscila Tavares Priante (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo O desenvolvimento humano é um processo que envolve características genéticas e socioculturais que fundamentam as práticas e estão relacionadas ao compartilhamento de regras, valores e crenças parentais. Portanto, o desenvolvimento da criança depende do contexto cultural no qual os pais vivem. Nesta perspectiva, o presente estudo tem como foco as metas parentais acerca da socialização emocional e o comportamento de ensino dos pais, relacionando-os com aspectos do desenvolvimento cognitivo de crianças de 24 a 30 meses residentes em contextos rural e urbano dos municípios de Belterra e Santarém-Pará. Para isso, serão utilizadas tarefas experimentais com as crianças por meio da Escala de Socialização Comportamental, que avalia comportamentos de sugestões, demonstrações e comunicação dos pais, evidenciando diferenças nos estilos de ensino entre culturas. Além disso, será utilizado o instrumento de avaliação do neurodesenvolvimento INTER-NDA, que faz uma avaliação abrangente e rápida da cognição, das capacidades motoras (finas e grossas), da linguagem e do comportamento (positivo e negativo) de crianças com idades entre 24 e 30 meses. Os resultados do estudo podem contribuir para orientar a formulação de políticas públicas voltadas para a educação infantil, considerando as especificidades culturais de diferentes regiões. Além disso, a pesquisa pode abrir caminho para estudos futuros que explorem esta faixa etária ou que investiguem a influência de outros ambientes socioculturais no desenvolvimento infantil.

Experiências de crianças santarenas com o rio Tapajós por meio da recreação baseada na natureza

Eriana da Silva Coêlho (Prefeitura Municipal de Santarém), Jaílson Santos de Novais (UFSB), Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo Estudos sobre a relação ser humano-natureza relatam algum tipo de "afiliação" pela natureza, ou seja, um vínculo emocional pelos seres vivos e pelo ambiente natural, especialmente quando se trata de crianças, por serem naturalmente curiosas. O contato com a natureza pode desenvolver essa afiliação, por meio de atividades recreativas ao ar livre, também conhecidas como recreação baseada na natureza (RBN). Os tipos de ambientes ao ar livre que as crianças utilizam, bem como



as categorias de elementos da natureza aos quais têm acesso, podem estar relacionados às atividades recreativas que essas crianças desenvolvem em seu tempo livre/lazer. Os variados tipos de RBN potencializam tanto o desenvolvimento cognitivo quanto emocional em crianças. As oportunidades de interações das crianças com a natureza em diversos ambientes vêm sendo estudadas na literatura, incluindo ambientes como rios, riachos, lagos e igarapés. Paradoxalmente, estudos também relatam a diminuição das experiências das crianças com a natureza devido a fatores decorrentes da urbanização, como a redução de áreas verdes para prática de atividades ao ar livre, além da prevalência das mídias eletrônicas durante o tempo livre. Esta pesquisa (em andamento), tem como objetivo compreender como as crianças de uma área urbana, localizada às margens do Rio Tapajós, em Santarém, Pará, experienciam o contato com o rio, a partir da perspectiva da RBN. Participam do estudo 15 crianças entre 8 e 12 anos de idade, independente do gênero, residentes na área de estudo. A metodologia inclui como instrumentos de coleta de dados, o mapeamento comportamental centrado na pessoa (MCCP) e o mapeamento comportamental centrado no lugar (MCCL), com técnicas de observação naturalística e auxílio de diário de campo. Como dados preliminares, as categorias de análise resultantes são: a atividade principal realizada pela criança, tipos de RBN, setores do local percorridos e elementos da natureza utilizados. Nesse contexto, apresentam-se alguns resultados tais como: as atividades de mergulhar no rio e construir castelos na areia/cavar buracos foram as principais atividades realizadas pelas crianças, evidenciando setores preferenciais como o rio e a margem do rio. Foram categorizados quatro tipos de RBN (aquáticas, terrestres, associativas e contemplativas), com maiores índices para as aquáticas e associativas (atividades realizadas na companhia de outra criança e/ou adulto). Os elementos da natureza mais utilizados pelas crianças são a água, a areia e galhos/gravetos. Como conclusões preliminares, aponta-se que mesmo em um contexto urbano, as crianças compreendem a natureza como um lugar para ser explorado por sua diversidade e por permitir uma ampla variedade de formas de brincar. A paisagem do espaço azul, representada pelo rio Tapajós, proporciona estímulos aos sentidos das crianças em seus aspectos afetivo, cognitivo, comportamental, físico e social. Portanto, promover a conservação ambiental destes ambientes presentes em áreas urbanas é uma etapa importante no planejamento de políticas públicas, a fim de gerar oportunidades de recreação para as crianças de hoje e das futuras gerações.



SC 11 | Formação continuada de profissionais das políticas públicas que trabalham com adolescentes em situação de vulnerabilidade e suas perspectivas sobre a intensificação das violações de direitos no pós-pandemia

Camélia Santana Murgo (UNOESTE . Universidade do Oeste Paulista)

Resumo A pandemia afetou de forma significativa as condições de vida dos adolescentes brasileiros, em específico, dos que se encontram em situação de vulnerabilidade social, exigindo que os profissionais estejam atualizados e qualificados para lidar com demandas desse contexto de crise. O primeiro trabalho dessa sessão refere-se a caracterização de um programa de capacitação para profissionais das cinco macro regiões brasileiras, que atuam nas áreas de educação, saúde e assistência social que atuam com adolescentes em situação de vulnerabilidade (N=583). Trataram-se de cinco módulos síncronos com temáticas sobre Adolescência e Vulnerabilidade Social, Processos de luto e ressignificação na pandemia, Saúde mental e protagonismo dos adolescentes no pós-pandemia na Assistência Social e na Educação, Promoção de resiliência dos adolescentes e Papel dos profissionais da rede como tutores de resiliência. Os módulos estão disponibilizados conteúdos através de um canal do YouTube e já constam 7.511 visualizações. O segundo trabalho objetivou avaliar a efetividade de uma formação continuada oferecida a profissionais que atuam com adolescentes que consistiu em seis encontros online, com duração total de 30 horas-aula, divididas em 15h síncronas e 15h de atividades remotas. Participaram 985 profissionais, sendo que 286 responderam aos instrumentos de pesquisa no pré e pós-teste (M=39,97 idade, DP = 9,91; 88,9%, n=343 do sexo feminino; 57,5%, n = 222 vinculados à assistência social). Entre os temas tratados estiveram adolescências e vulnerabilidades, processos de luto e saúde mental. Os resultados indicaram um aumento significativo nos níveis de familiaridade dos participantes com os temas abordados na formação, no engajamento no trabalho, além de, uma redução nos índices de saúde mental. O terceiro trabalho trata de uma pesquisa-intervenção baseada na Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e nos fundamentos do Materialismo Histórico-Dialético, que buscou investigar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes em políticas públicas, quais dimensões da vida dos adolescentes foram mais afetadas pela pandemia. Participaram 332 profissionais, sendo 197 da assistência social, 78 da saúde e 57 da educação. Os resultados, revelam que a pandemia e o isolamento social aumentaram os casos de trabalho infantil no tráfico de drogas e acentuaram as atribuições de atos infracionais e execução de medidas socioeducativas. As situações de violência sexual, psicológicas, físicas e de negligências no contexto intrafamiliar também foram intensificadas. Os índices de evasão escolar aumentaram devido às impossibilidades de permanência no ensino remoto. Além disso o isolamento social, perda dos espaços de proteção e convivência impactaram a saúde mental dos adolescentes. O quarto trabalho objetivou avaliar os níveis de engajamento no trabalho, e sua associação com os índices de saúde mental, de 988 trabalhadores das áreas de: Educação, Assistência Social e Saúde, participantes de uma formação continuada. Para tanto, foram aplicados uma escala sobre engajamento no trabalho (UWES) e outra de saúde mental (MHI-5). Destaca-se como relevância do estudo o entendimento dos fatores de desgaste psicológicos



e adoecimentos dos profissionais envolvidos com realidades desafiadoras e complexas no trabalho com adolescentes para que sejam viabilizadas políticas que não só apoiem a saúde mental dos profissionais, mas igualmente garantam um atendimento eficaz e humano aos adolescentes.

Engajamento no trabalho e saúde mental: avaliação de profissionais que atendem adolescentes vulneráveis

Daiana Piazer Piazer (FURG - Universidade Federal do Rio Grande)

Resumo O trabalho ou atividade profissional regular, remunerada ou assalariada, também caracterizado enquanto um elemento indispensável para compreensão da natureza humana e da estrutura social é condição fundamental para a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais. A conjuntura e ambiente ocupacional podem trazer benefícios aos indivíduos, portanto, é fundamental considerar o engajamento dos trabalhadores, caracterizado enquanto um estado mental de conexão com a atividade que exerce. Ou ainda, um constructo emocional, cognitivo e psicológico que se refere a um estado positivo e satisfatório relacionado ao trabalho. Entretanto, a experiência laboral com adolescente em situação de vulnerabilidade, pode caracterizar um evento estressor. Fatores de desgastes psicológicos e adoecimentos, evidenciam as dinâmicas de trabalho que levam a menores engajamentos. Assim, percebe-se que a complexidade das interações com os adolescentes em vulnerabilidade, muitas vezes marcadas por traumas e necessidades urgentes, colocam os profissionais em um contexto que desencadeiam sintomas de sofrimento mental. A adolescência já é marcada por um período onde há inúmeras mudanças no sujeito, bem como em seu entorno, e trabalhadores que atuam no cuidado deste público em vulnerabilidade são expostos a maior frequência de transtornos mentais. Os mesmos experienciam medo, incerteza, ansiedade e estresse. O objetivo é avaliar os níveis de engajamento no trabalho, e sua associação com os índices de saúde mental, já que, com as precárias condições ocupacionais, é impossível ignorar os efeitos adversos que o trabalho pode ter na saúde. A coleta de dados foi composta por: um questionário de caracterização sociodemográfica e profissional, uma escala sobre engajamento no trabalho (UWES) e outra de saúde mental (MHI-5). Os instrumentos foram autoaplicados e disponibilizados a partir de um pré-teste contidos formação continuada. Os participantes foram trabalhadores das áreas de: Educação, Assistência Social e Saúde (n=988). A coleta ocorreu durante os meses de outubro e novembro de 2023. Os resultados preliminares serão apresentados durante o congresso transtornos mentais relacionados ao trabalho são a terceira maior causa de afastamento do trabalho no Brasil. E estima-se que trabalhadores que prestam cuidados a adolescentes em risco apresentam maior propensão à falta de engajamento no trabalho e a transtornos mentais. A relevância deste estudo reside na importância de compreender os fatores de desgaste psicológicos e adoecimentos, e evidenciam as dinâmicas de trabalho que levam a menores engajamentos. Esses trabalhadores são frequentemente expostos a realidades desafiadoras e complexas e entender



essa relação é vital para desenvolver políticas que não só apoiem a saúde mental, mas que garantam um atendimento eficaz e humano aos adolescentes, contribuindo para a construção de uma rede de suporte mais robusta e resiliente nas comunidades em que atuam. O suporte aos trabalhadores impacta diretamente a qualidade da assistência oferecida a jovens em contextos de risco, ressaltando a importância de um ambiente de trabalho que fomente a saúde mental e o engajamento como pilares para um serviço social mais efetivo.

Impacto da formação continuada em profissionais que atuam com adolescentes em vulnerabilidade social no pós-pandemia

Patrícia Oliveira Lima, Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A adolescência é uma fase crítica de desenvolvimento, é um período caracterizado por conflitos e descobertas, tornando-o especialmente desafiador tanto para os jovens quanto para aqueles que os cercam. A pandemia de Covid-19 acentuou essas dificuldades, resultando em impactos sociais e emocionais profundos. Diante desse cenário, a formação continuada para profissionais que trabalham diretamente com adolescentes, especialmente os em situação de vulnerabilidade social, tornou-se essencial. Essas formações visam aprimorar o conhecimento dos profissionais, promover a troca de experiências e fortalecer as conexões entre os pares. A pesquisa teve como objetivo avaliar a efetividade de uma formação continuada oferecida a profissionais que atuam com adolescentes. A Formação consistiu em seis encontros online, com duração total de 30 horas-aula, divididas em 15h síncronas e 15h de atividades remotas. Os temas abordados incluíram adolescências e vulnerabilidades, processos de luto e saúde mental. Participaram da formação 985 profissionais, dos quais 286 responderam aos instrumentos de pesquisa no pré e pós-teste, compondo a amostra analítica do estudo ($M=39,97$ idade, $DP = 9,91$; 88,9%, $n=343$ do sexo feminino; 57,5%, $n = 222$ vinculados à assistência social). Os dados foram coletados através de um questionário de caracterização sociodemográfica e profissional, uma escala de familiaridade com temas relacionados à adolescência e pandemia, um questionário sobre engajamento no trabalho e uma escala de saúde mental. As análises foram realizadas utilizando o teste t de medidas repetidas no SPSS (versão 21). Os resultados indicaram um aumento significativo nos níveis de familiaridade dos participantes com os temas abordados na formação. A familiaridade total aumentou de 5,30 ($DP = 2,25$) para 7,23 ($DP = 1,69$) no pós teste ($t(385) = -17,759$, $p < 0,001$), com um tamanho do efeito alto (d de Cohen = 0,90). Além disso, observou-se um aumento significativo no engajamento no trabalho, subindo de 4,58 ($DP = 0,56$) para 4,71 ($DP = 0,52$) ($t(384) = -5,963$, $p < 0,001$), com tamanho do efeito médio (d de Cohen = 0,30). No entanto, houve uma redução nos índices de saúde mental, de 2,73 ($DP = 0,39$) para 2,69 ($DP = 0,39$) ($t(383) = 2,030$, $p < 0,05$) com um tamanho do efeito baixo (d de Cohen = 0,10). Esses resultados destacam a importância de os profissionais compreenderem o público com o qual trabalham e o contexto em que atuam para desenvolver intervenções eficazes. A falta de informações e orientação



especializada pode gerar insegurança e impotência, enquanto o acesso a informações adequadas é fundamental para o empoderamento e a tomada de decisões mais assertivas. O engajamento no trabalho também se mostrou importante, pois profissionais engajados tendem a ter um maior compromisso com o bem-estar dos adolescentes, desenvolvendo relações de confiança e empatia, o que é primordial para abordar questões sensíveis e fornecer o suporte necessário. A relevância deste estudo reside na demonstração de que o aprimoramento contínuo e a troca de experiências entre os profissionais são fundamentais para enfrentar os desafios impostos pelas complexidades das vidas dos adolescentes, especialmente em tempos de crise, como a pandemia de Covid-19.

Perspectivas dos profissionais de políticas públicas sobre a intensificação das violações de direitos dos adolescentes na pandemia de COVID-19

Sabrina Maria Souza Tavares (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A pandemia de COVID-19 afetou as condições de vida e de desenvolvimento dos adolescentes brasileiros em diferentes níveis, particularmente da população que já estava inserida em contextos de vulnerabilidade social e econômica ou expostas a violências e violações de direitos. Considerando a necessidade de investigar os efeitos da pandemia na vida desses adolescentes e construir estratégias de enfrentamento junto aos profissionais que trabalham diretamente com adolescentes em contextos de vulnerabilidade, foi realizada uma pesquisa-intervenção, que compõe um estudo multicêntrico de abrangência nacional, com o objetivo central de implementar e avaliar uma formação remota continuada para profissionais de políticas públicas de Assistência Social, Educação e Saúde voltada à promoção de resiliência dos adolescentes no enfrentamento dos impactos da pandemia. Baseado na Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e nos fundamentos teóricos do Materialismo Histórico-Dialético, este estudo buscou investigar, a partir das perspectivas de profissionais atuantes em políticas públicas, quais dimensões da vida dos adolescentes foram mais afetadas por esse evento catastrófico. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória-descritiva. Participaram do estudo 332 profissionais atuantes em políticas públicas de todas as regiões do Brasil, sendo 197 da assistência social, 78 da saúde e 57 da educação. Destes, 36 se declararam homens cisgêneros, 294 mulheres cisgêneros e 2 não-binários. A coleta de dados ocorreu remotamente através de questionários de caracterização sociodemográfica, laboral, de percepções sobre a pandemia e através de uma atividade de relato de caso. Todavia, nesta comunicação serão destacados apenas os dados qualitativos produzidos junto à amostra. A análise se deu por intermédio da Análise Temática, com o auxílio do software Atlas.ti. Os resultados geraram 4 temáticas principais: 1) precarização das condições de vida das famílias e dos adolescentes; 2) aumento das violências no contexto intrafamiliar e extrafamiliar contra adolescentes; 3) evasão escolar e dificuldades de aprendizagem; e 4) deterioração da saúde mental dos adolescentes no período da pandemia.



Segundo os relatos dos(as) profissionais, a pandemia e o isolamento social potencializaram as vulnerabilidades socioeconômicas vividas pelos adolescentes e suas famílias, aumentando os casos de trabalho infantil, especificamente no tráfico de drogas, bem como acentuou as atribuições de atos infracionais e execução de medidas socioeducativas. As situações de violência sexual, psicológicas, físicas e de negligências contra os adolescentes no contexto intrafamiliar também foram intensificadas, de acordo com os participantes. Os índices de evasão escolar aumentaram devido às impossibilidades de permanência no ensino remoto, ocasionando prejuízos e dificuldades na aprendizagem. O isolamento social, perda dos espaços de proteção e convivência, bem como as situações de violências e violação de direitos aos quais foram submetidos impactaram profundamente a saúde mental dos adolescentes. Estes resultados manifestam como a realidade de violação de direitos e violências contra os adolescentes foi intensificada devido a pandemia de COVID-19, afetando profundamente o desenvolvimento dos adolescentes. Estes achados podem ajudar na elaboração de estratégias mais eficazes de promoção de saúde e proteção por parte do Estado e dos profissionais atuantes nas políticas públicas e sociais.



SC 12 | Implementação e Avaliação de Programas de Intervenção com Crianças Afetadas por Desastres: Resultados de um Estudo Multicêntrico após a Pandemia de COVID-19

André Vilela Komatsu (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo Desastres frequentemente impactam de maneira severa a saúde física e mental de crianças, podendo gerar traumas, estresse crônico e comprometendo seu desenvolvimento emocional e psicológico. A pandemia de Covid-19 trouxe desafios significativos para a saúde mental de crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social e que foram afetadas direta ou indiretamente pela doença. Diante dos desafios impostos por esse evento global, a necessidade de intervenções eficazes e adaptadas às necessidades de cada público-alvo se tornou urgente. Neste simpósio, apresentaremos uma série de estudos realizados no contexto do Programa ConViVer, uma intervenção psicossocial desenvolvida para promover aspectos da saúde mental associados à resiliência em crianças afetadas pela pandemia. A sessão discutirá os principais achados de quatro pesquisas realizadas em diferentes regiões do Brasil, explorando tanto a viabilidade quanto os impactos do programa em diferentes contextos. O trabalho “Estudo de Viabilidade do Programa ConViVer no Rio Grande do Sul” investigou a viabilidade do Programa ConViVer em promover a saúde mental de crianças em Porto Alegre, utilizando medidas quantitativas e qualitativas. Este estudo é fundamental para validar a viabilidade e aplicabilidade do programa ConViVer em contextos reais, contribuindo com evidências sobre a eficácia da intervenção em promover a saúde mental de crianças afetadas pela pandemia. O segundo estudo, “Resiliência infantil em tempos de crise: análise das percepções de risco e proteção de crianças participantes do Programa ConViVer”, destaca como as percepções de risco e proteção das crianças de Fortaleza influenciam sua resiliência durante crises, revelando que fatores como violência comunitária e fechamento de escolas podem ter efeitos mais significativos do que a pandemia em si. A pesquisa ainda discute a importância das redes de apoio social e familiar na construção da resiliência infantil e fornece insights valiosos para a adaptação de intervenções às realidades locais das crianças. O terceiro estudo, “Evidências de Validade do Programa ConViver na Diminuição do Stress de Crianças Afetadas pela Pandemia COVID-19”, apresenta os resultados de um estudo quase-experimental com 116 crianças de várias regiões do país sobre a capacidade do Programa ConViVer em reduzir o estresse de crianças afetadas pela pandemia, explorando aspectos como diferenças de gênero e de cor/raça em relação aos efeitos da intervenção. Por último, o estudo “Avaliação dos Efeitos do Programa ConViVer para Promoção de Autoeficácia em Crianças Afetadas pela Pandemia do COVID-19” investigou os efeitos do Programa ConViVer na autoeficácia das crianças, contribuindo para esclarecer como a promoção de aspectos positivos podem ajudar as crianças a enfrentarem situações estressantes com mais confiança e mitigar os efeitos negativos e imprevisíveis de eventos emergenciais. Os achados apresentados neste simpósio reforçam a importância de intervenções direcionadas e contextualizadas na promoção da saúde mental e da resiliência infantil em situações de crise.



Avaliação dos Efeitos do Programa ConViVer para Promoção de Autoeficácia em Crianças Afetadas pela Pandemia do COVID-19

Nathaly Martinez Alves, Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), André Vilela Komatsu (UFSCAR)

Resumo O impacto das pandemias no sistema psicológico e no comportamento das pessoas, especialmente das crianças, é abrangente e diverso. As pandemias, enquanto eventos catastróficos, alteram a rotina, geram insegurança e provocam em todas as populações e segmentos etários elevados níveis de estresse, ansiedade e tensão diante da exposição à calamidade. Na maioria dos países, as crianças constituem cerca de 50% da população, o que significa que quando um desastre atinge uma comunidade, estima-se que, aproximadamente, metade da população afetada é composta por crianças. Considerando as repercussões severas da pandemia do COVID-19 na vida de crianças, uma equipe de pesquisadoras de diversas universidades brasileiras desenvolveu o programa intitulado ConViVer, cujo o objetivo principal foi promover a saúde mental e os processos de resiliência em crianças que vivenciaram experiências adversas em decorrência da pandemia de COVID-19 (e.g., perda de entes queridos, experiências de contaminação e internação, alterações emocionais ou comportamentais durante o isolamento social). Sendo assim, esse estudo teve como objetivo avaliar a eficácia do programa de intervenção psicossocial em termos dos níveis de autoeficácia percebida por crianças afetadas pela pandemia. A autoeficácia refere-se à capacidade dos indivíduos de perceberem o quanto se sentem capazes de lidar e exercerem controle sobre situações cotidianas, incluindo diante de eventos altamente estressores. O estudo empírico realizado, de natureza quase-experimental, recrutou 116 crianças, das cinco macrorregiões brasileiras, com idades entre 8 e 12 anos, que frequentavam escolas públicas ou projetos sociais. Para avaliar a eficácia da intervenção, foram empregados diversos instrumentos, entre eles, a Escala de Autoeficácia Geral Percebida. Inicialmente, as crianças foram divididas, aleatoriamente, em Controle (GC) ($n = 47$) e Experimental (GE) ($n = 69$), e medidas de pré-teste (T1) e pós-teste (T2) para ambos os grupos foram conduzidas. Os resultados indicaram que o GE apresentou um aumento médio significativo de 2.2 pontos na escala após se engajar na intervenção, enquanto o GC apresentou uma diminuição de 2.2 pontos, uma diferença considerada estatisticamente significativa ($p = 0.03$) e de magnitude grande ($DiD = 4,46$). Ademais, referente ao GE, houve um aumento na autoeficácia no grupo dos meninos em relação as meninas (2.8 vs 2.4) e entre as crianças consideradas negras em relação as não-negras (2.7 vs 1,7). Com base nestes resultados, pode-se afirmar que o programa ConViVer mostrou-se eficaz para o aumento da autoeficácia em crianças na faixa etária do estudo. Sugere-se que estudos futuros sejam conduzidos com o programa, particularmente com grupos de crianças afetadas por outros desastres, sejam estes naturais ou provocados pela humanidade.



Estudo de Viabilidade do Programa ConViver no Rio Grande do Sul

Carolina Inda (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul),
Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade
Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A pandemia da Covid-19 vitimou mais de 6 milhões de pessoas no mundo e os impactos dessa catástrofe são considerados inestimáveis, ainda mais em países com baixo investimento em saúde pública. Apesar de crianças não contemplarem o grupo de risco para a doença, suas reações podem ser variadas e dependem dos sistemas de redes de apoio, suporte familiar, comunitário e políticas de Estado. A necessidade da implementação de protocolos de isolamento social e os poucos recursos de atendimento em saúde para as crianças, configuram-se como uma grave crise humanitária dos seus direitos, uma vez que a falta de investimento governamental para lidar com os desfechos da pandemia aumentou a vulnerabilidade das crianças. Por consequência desses impactos, torna-se necessário a avaliação da viabilidade de intervenções psicossociais com o enfoque na ampliação das redes de apoio, fortalecimento de vínculos familiares e promoção de saúde mental. Estudos de viabilidade, avaliam a aplicabilidade e necessidade de uma intervenção em determinados ambientes. Sendo assim, esse estudo teve como objetivo avaliar a viabilidade de uma intervenção para promoção de saúde mental de crianças afetadas pela pandemia da Covid-19. O estudo foi realizado com 29 crianças com idades entre 8 e 12 anos, sendo 19 participantes do grupo experimental (GPx) e 10 do grupo espera (GPs). A intervenção foi aplicada em dois centros de assistência social e uma escola municipal localizados na cidade de Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Os indicadores de viabilidade foram avaliados a partir de medidas quantitativas e qualitativas para avaliação a partir dos seguintes critérios: aceitabilidade, demanda, expansão, integração, adaptação, implementação, praticidade e testes limitados de eficácia. Os instrumentos utilizados para avaliação dos testes limitados de eficácia antes, após a intervenção e no follow-up de 6 meses foram: 1) Children's Depression Inventory; 2) Escala de Estresse Infantil; 3) Escala de Afeto Positivo e Negativo; 4) A Screen for Child Anxiety Related Emotional Disorders (SCARED). O estudo identificou evidências de viabilidade favoráveis para implementação do programa de intervenção para crianças afetadas pela pandemia da Covid-19 em escolas e centros de assistência social. As crianças apresentaram avaliações positivas sobre as atividades em todos os encontros. Em relação aos testes limitados de eficácia da intervenção, observou-se que a intervenção contribuiu para aumento nos afetos positivos, redução de afetos negativos, estresse e depressão no GPx. Em relação aos efeitos da intervenção avaliados após seis meses da aplicação do programa é possível constatar que os ganhos se mantiveram e houve diferenças estatisticamente significativas e de alta magnitude quando comparadas ao pós-teste dos níveis de estresse. Dessa forma, os achados sugerem que o programa de intervenção é viável quanto a implementação nos contextos avaliados em situações de calamidade no futuro, como pandemias ou outros desastres naturais.



Evidências de Validade do Programa ConViver na Diminuição do Stress de Crianças Afetadas pela Pandemia COVID-19

Maria Eduarda Alves da Silva Formagio Laurentino (clt), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), André Vilela Komatsu (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo As pesquisas nacionais e internacionais reportaram amplamente os efeitos da pandemia da COVID-19 na saúde mental de crianças e adolescentes. Há evidências robustas de que o contexto calamitoso imposto por essa emergência sanitária aumentou consideravelmente índices de estresse entre as crianças, particularmente as que estavam expostas a fatores de risco (i.e., exposição a pobreza, vitimização por violências intrafamiliares, inacessibilidade a políticas públicas, entre outros) no período pré -pandêmico. Apesar disso, no contexto brasileiro foram praticamente inexistentes propostas de intervenção que estivessem direcionadas para a diminuição de sintomas e do sofrimento psíquico de crianças afetadas severamente pela pandemia. Partindo dessas considerações, esse estudo teve o objetivo de avaliar os efeitos do programa ConViVer na diminuição de indicadores de estresse entre crianças após a pandemia. Tratou-se de um estudo quase experimental, que envolveu 116 crianças, com idades entre 8 e 12 anos, oriundas de cinco macrorregiões do Brasil. Todas as crianças frequentavam escolas públicas ou projetos sociais. Para avaliar a eficácia da intervenção, utilizou-se a Escala de Stress Infantil (ESI) nos períodos de pré-teste (T1) e pós-teste (T2), aplicando-a no Grupo Controle (GC) (n=47) e o Grupo Experimental (GE) (n=69). A Escala de Stress Infantil (ESI) averigua a presença de estresse em crianças e adolescentes em suas dimensões psicológicas ou físicas, bem como o nível de sua manifestação. É uma escala de 35 itens, estruturados em escala Likert de 0 a 4 pontos. Os resultados indicaram que os participantes do GE apresentaram uma diminuição significativa de 4,1 pontos escala de Stress Infantil (ESI), enquanto o GC apresentou uma diminuição de 2,4 pontos. A redução de estresse do GE em relação ao GC, aferido pelo método Difference in Differences, foi de grande magnitude ($DiD = -1,6$; $p = 0,8$). Vale também dizer que referente ao GE, houve maior diminuição do stress no grupo de meninas em relação ao de meninos e também uma diferença expressiva em relação a crianças não negras e negras. De acordo com evidências do presente estudo, pode-se afirmar que o programa ConViVer foi eficaz na diminuição do estresse em crianças afetadas pela pandemia COVID-19 e que o programa pode ser replicado e testado com outras populações atingidas por desastres, como crianças que foram expostas a atentados em escolas ou que vivenciaram experiências de perdas (humanas e materiais) em enchentes, condições que, infelizmente, têm sido mais frequente no Brasil nos últimos anos.

Palavras chaves: Intervenção. Stress Infantil. Crianças. Pandemia.



Resiliência infantil em tempos de crise: análise das percepções de risco e proteção de crianças participantes do Programa ConViVer

Jaqueline Sobreira Rodrigues (UNIFOR - Universidade de Fortaleza),
Patrícia Oliveira Lima, Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo As crianças foram identificadas como um grupo de especial vulnerabilidade aos efeitos da pandemia de Covid-19, enfrentando desafios tanto durante o período crítico da pandemia quanto em suas consequências a longo prazo. Esses efeitos estão estreitamente relacionados às concepções de risco e proteção, que podem potencializar ou enfraquecer processos de resiliência. Nesse contexto, o Programa ConViVer foi criado para promover resiliência em crianças afetadas pela Covid-19, trabalhando com crianças que haviam sido diagnosticadas com a doença, que apresentavam problemas comportamentais e/ou que haviam perdido entes queridos. O Programa é composto por oito sessões de 1h30 cada, baseadas em atividades lúdico-reflexivas, e visam construir vínculo entre crianças e facilitadoras e explorar temas como desastres, sentimentos e rede de apoio social. Em Fortaleza, Ce, buscou-se analisar as concepções de risco e proteção de dez crianças com idade entre 8 e 11 anos que participaram da intervenção. As atividades, como cartazes, desenhos, falas dos participantes e conteúdo do diário de campo, foram utilizados para a análise. Observou-se que as percepções de risco das crianças estavam mais associadas à violência vivenciada nas comunidades do que à pandemia em si, refletindo uma realidade marcada por desigualdades sociais. A violência comunitária, representada por termos como “bala” e “tiro”, destacou-se como um fator de risco significativo, eclipsando inicialmente o impacto direto da Covid-19. O fechamento de escolas também foi visto como um risco importante, afetando não apenas o aprendizado acadêmico, mas também a saúde mental e o bem-estar social dos estudantes. Por outro lado, as percepções de proteção estavam associadas a instituições como hospitais, polícia e igrejas, além da rede apoio familiar. Reflete-se a importância de redes de apoio social na promoção do bem-estar infantil. Além disso, evidenciou-se que as crianças tinham, inicialmente, uma percepção limitada do impacto da pandemia, o que reflete a complexidade da compreensão infantil sobre os eventos e medidas de saúde pública, além de variáveis sociais e emocionais que podem influenciar essa percepção. Em suma, as crianças relataram sentimento de tristeza e solidão devido ao distanciamento social e à restrição de atividades recreativas, aumentando o estresse e a ansiedade. Percebeu-se também a influência da instabilidade econômica devido na experiência emocional das crianças, gerando insegurança financeira, incerteza com relação ao futuro e conflitos familiares. Outro aspecto observado foi a perda de familiares, com uma participante expressando a tristeza pela morte da avó devido à Covid-19. Esse luto salienta a necessidade de espaços de acolhimento e apoio emocional para as crianças, evidenciando que a perda de entes queridos é um preditor significativo de agravos à saúde mental. A análise das percepções de risco e proteção à luz de uma visão contextualizada do desenvolvimento humano destaca como as experiências e as realidades sociais moldam a visão das crianças sobre o mundo. A importância das redes de apoio, especialmente a familiar, e a necessidade de intervenções alinhadas a uma visão ecossistêmica de resiliência foram evidenciadas, oferecendo insights valiosos para promover o bem-estar infantil em contextos de crise.



SC 13 | Metodologias qualitativas em pesquisas com crianças e adolescentes

Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo A realização de pesquisas com crianças e adolescentes é um desafio para os investigadores, principalmente porque as metodologias utilizadas para a coleta de dados ainda persistem na adaptação de instrumentos e técnicas aplicadas em pesquisas com população adulta. Somado a isso, boa parte dos estudos, senão a maioria, não está direcionada a captar as perspectivas das crianças e adolescentes, delegando aos adultos o papel de respondentes. A triangulação metodológica e a utilização de metodologias participativas têm se mostrado recursos viáveis e potentes em investigações qualitativas com a população infanto-juvenil, essencialmente por considerar que as crianças e os adolescentes são as pessoas que melhor podem descrever os significados atribuídos às suas experiências nos variados contextos de suas vidas, bem como por utilizar instrumentos de coleta de dados que respeitam os aspectos desenvolvimentais desses participantes. Nessa sessão coordenada, serão apresentados os resultados de cinco pesquisas que utilizaram metodologias qualitativas para compreender os significados atribuídos por crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade desenvolvimental, tais como a pandemia da Covid-19, o curso de uma doença crônica e a privação de liberdade. O primeiro trabalho dessa sessão apresenta os resultados de duas investigações que adotaram como instrumento de coleta de dados, o Desenho, Escrita e Relato on-line, para obter as significações de crianças (pesquisa 1) e adolescentes (pesquisa 2) sobre a vivência da pandemia da Covid-19, destacando as possibilidades e os entraves identificados na utilização desse recurso de coleta de dados. O segundo trabalho, apresenta os resultados preliminares de duas pesquisas qualitativas que utilizaram a adaptação do Mapa de Rede para investigar as redes sociais significativas de crianças em idade escolar, em situações adversas e distintas: durante a pandemia de Covid-19, em contexto de vulnerabilidade social (pesquisa 3) e logo após o diagnóstico de uma doença crônica, a diabetes mellitus tipo 1 (pesquisa 4), destacando todo o processo de adaptação e aplicação do instrumento nessas pesquisas. O terceiro trabalho (pesquisa 5), apresenta os resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação em Unidades Socioeducativas (USE), cuja coleta de dados ocorreu através de um dispositivo inovador, a Troca de Cartas entre participantes e pesquisadores, a fim de acessar os significados das experiências vividas e dos projetos de futuro de adolescentes privados de liberdade. Em uma perspectiva conjunta, os resultados dos trabalhos que compõem essa sessão coordenada destacam o protagonismo de crianças e adolescentes em investigações qualitativas, alcançado através da utilização de metodologia sensível aos momentos do desenvolvimento em que se encontram os participantes. Ademais, ao ressaltar a importância da adoção de metodologias participativas em pesquisas com população infanto-juvenil, convida-se os pesquisadores interessados a conhecerem e refletirem sobre as potencialidades e limitações de tais recursos.



Adaptação do Mapa de Rede Social Significativa para estudos qualitativos com crianças em idade escolar

Carolina Schmitt Colomé, Isabella Goulart Bittencourt (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo O apoio social e a rede social de apoio representam importantes construtos que frequentemente são investigados com população adulta, uma vez que se referem ao mapeamento dos indivíduos que, através de diferentes funções, promovem o suporte social em situações de crise ou adversidades. Contudo, as investigações de tais construtos com a população infanto-juvenil são escassas e, nos últimos vinte anos, não se observou a ampliação de recursos metodológicos que possibilitem o acesso à composição e caracterização das redes de apoio social de crianças e adolescentes. Diante disso, objetivou-se apresentar a adaptação para o uso com crianças em idade escolar do Mapa de Rede Social Significativa, de Carlos E. Sluzki, instrumento originalmente concebido para a utilização em contexto clínico com a população adulta e posteriormente sistematizado para coleta de dados em pesquisas qualitativas com adultos. A adaptação para a população infantil foi realizada por três pesquisadoras, avaliada por duas juízas independentes e contou com adequações do material utilizado e da técnica de abordagem ao participante infantil, através do desenvolvimento de recursos lúdicos específicos para a aplicação do instrumento. As etapas de aplicação seguiram as seguintes tarefas: a) aquecimento; b) situar a criança sobre o conceito de rede social e as diferentes funções desempenhadas pelos membros da rede; c) apresentar o desenho do mapa e o material a ser utilizado; d) preencher o mapa de rede da criança; e) concluir a aplicação do instrumento. A versão adaptada do Mapa de Rede foi utilizada em duas pesquisas qualitativas com população infantil em condição de vulnerabilidade desenvolvimental: 1) crianças em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19 (estudo retrospectivo) e 2) crianças com diagnóstico de doença crônica (estudo longitudinal). Em ambas as investigações se observou que o Mapa de Rede, enquanto instrumento de coleta de dados, oportunizou às crianças identificarem os membros pertencentes às suas redes sociais pessoais em diferentes contextos (família, amigos, escola e comunidade) e em diferentes graus de relacionamento (casual, frequente, íntimo). Também possibilitou o acesso às funções que estes vínculos desempenhavam nas suas redes (apoio emocional, companhia social, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos). Conclui-se que a adaptação do Mapa de Rede possibilitou que a própria criança pudesse identificar as pessoas com quem considerava poder contar em situações variadas (inclusive diante de crise e eventos estressores) em diferentes contextos. O instrumento também proporcionou às crianças a possibilidade de reconhecer o tipo de apoio recebido dos diferentes membros das suas redes, indicando os pontos em que havia a necessidade de fortalecimento e maior ativação das redes sociais significativas. Ademais, o instrumento adaptado foi de fácil compreensão e permitiu o engajamento das crianças na sua aplicação, fortalecendo a perspectiva do protagonismo da população infantil como sujeitos ativos em pesquisas. Considera-se que além de a adaptação realizada conferir protagonismo infantil às investigações, também pode



ser utilizada em outros âmbitos, como na clínica, educação, saúde e assistência social, tendo como foco a possibilidade de construção de um trabalho em rede.

Desenho, Escrita e Relato em pesquisas qualitativas on-line com crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19: potencialidades e limitações

Isabella Goulart Bittencourt (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina),
Giulia Truppel Antunes (cras), Carolina Schmitt Colomé, Marina Menezes (UFSC -
Universidade Federal de Santa Catarina), Lais Daniela Passig da Sívla (Secretaria
do Estado da Administração Prisional)

Resumo Pesquisas qualitativas on-line com crianças e adolescentes oferecem diversas vantagens, como a inclusão de participantes de diferentes locais, redução de custos e maior segurança à saúde em situações de crise, como a pandemia de COVID-19. Este trabalho analisa a utilização do Desenho, Escrita e Relato on-line em dois estudos qualitativos com crianças e adolescentes durante a pandemia de COVID-19. A primeira investigação foi realizada de novembro/2020 a julho/2021, com 29 crianças pré-escolares e escolares de 4 a 11 anos. A segunda foi executada de novembro/2021 a maio/2022, com 24 adolescentes de 12 a 17 anos. Os participantes foram recrutados mediante convite nas redes sociais do grupo de pesquisa, direcionado a pais/responsáveis e através da técnica de bola de neve. Nos dois estudos, a coleta de dados ocorreu através do Google Meet com recurso de gravação. As pesquisadoras realizaram treinamento para conduzir as interações on-line e todos os cuidados éticos para pesquisas on-line foram seguidos. Com os pais/responsáveis interessados na pesquisa buscou-se: a) informar sobre a coleta de dados on-line e a gravação em áudio e vídeo; b) orientar que a criança/adolescente utilizasse o material de desenho e pintura disponível em casa; c) coletar os dados sociodemográficos; e d) agendar a coleta de dados. Com as crianças e adolescentes, o rapport era realizado através de apontamentos do Termo de Assentimento Livre e Esclarecido e após o aceite dos participantes. Objetivando compreender os significados atribuídos ao coronavírus e à pandemia de COVID-19, foram solicitados três desenhos temáticos através de consignas. Ao fim de cada desenho, solicitava-se à criança/adolescente que o mostrasse em frente à câmera de vídeo e relatasse verbalmente ou lesse o que havia escrito, para que as pesquisadoras incluíssem perguntas esclarecedoras. O tempo médio da coleta de dados foi de 40 minutos. Em seguida, solicitava-se que os pais/responsáveis enviassem por e-mail ou aplicativo de mensagem às pesquisadoras, uma foto de cada desenho. Como potencialidades, destaca-se: a) a metodologia favorecendo a conexão entre pesquisador e participante, desde o rapport, processo que auxiliou a relação criança/adolescente-pesquisadora; b) desenhos são frequentemente realizados por crianças/adolescentes e essa premissa se manteve na modalidade virtual, com as pesquisadoras interagindo com os participantes sem pressioná-los, enquanto os desenhos eram elaborados. Quanto às limitações: a) o envio dos desenhos pelos pais/responsáveis e a sua eventual presença com alguns



participantes reduziram o controle sobre o sigilo dos dados; e b) os materiais utilizados nos desenhos não puderam ser padronizados e cada participante os elaborou com o material disponível em casa, o que pode ter influenciado no produto final. Estudos metodologicamente contextualizados à população infanto-juvenil propiciam que os participantes sejam protagonistas das narrativas de suas próprias vivências, sem que terceiros atribuam significados às suas experiências de vida. Assim, o uso do Desenho, Escrita e Relato on-line configurou-se como uma possibilidade para incluir crianças e adolescentes como participantes ativos de pesquisas em ambiente virtual, desde que as condições de acessibilidade estejam disponíveis para crianças/adolescentes de diferentes contextos.

Troca de cartas como dispositivo de pesquisa-intervenção com adolescentes privados de liberdade

Isadora Schmitt Colomé, Nadia Fernanda Cangahuala Reynalte (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Isabelle Vargas Martins, Maria Júlia Corrêa Pereira, Fabricio Meinerz Abdalla (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Gabriela Machado Mendes Peres

Resumo A história de vida de adolescentes que cometem atos infracionais é frequentemente marcada por situações de violência e exclusão social. Nestes casos, dependendo da gravidade do ato, o adolescente é responsabilizado com o cumprimento de medida socioeducativa de internação em Unidades Socioeducativas (USE), a qual deve criar condições para que os socioeducandos construam novos projetos de vida, além de garantir direitos e respeitar a condição peculiar de desenvolvimento. Para isso, é preciso conhecer o adolescente, acessar sua história e os sentidos que atribui à internação, oferecendo condições para que ele possa ser considerado como um sujeito de desejo, que não está reduzido ao ato infracional cometido. Entretanto, tal processo pode ser dificultado pelos efeitos das violências e processos excludentes presentes nas histórias de vidas dos adolescentes e pelo predomínio de práticas disciplinares nas USEs, que provocam silenciamentos e invisibilidades. Assim, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa-intervenção que utilizou um dispositivo inovador para acesso aos adolescentes: a troca de cartas. A pesquisa-intervenção pautou-se pela recusa radical à neutralidade do pesquisador, rompendo a fronteira entre sujeito e objeto, muito presente em métodos de pesquisa tradicionais, não se tratando apenas de articular pesquisador e campo de pesquisa, mas de compreender a produção mútua dos atores que ocorre nessa relação. Realizou-se a leitura-escuta de cartas trocadas entre estudantes universitários e adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. As correspondências começaram em 2020, inicialmente como uma alternativa de manter vínculo com os adolescentes que participavam de atividades presenciais que foram suspensas pela necessidade de respeitar as medidas de isolamento social em função da pandemia de Covid-19. Porém, pela adesão dos adolescentes ao processo, elas continuam sendo trocadas, mesmo



com a retomada das atividades presenciais. A análise das cartas trocadas permitiu identificar que, ao endereçar sua carta a alguém, o adolescente expressava seus medos, inseguranças, sonhos e interesses, estabelecendo uma forma de comunicação autêntica e singular. Assim, a escrita representou uma via de expressão potente aos participantes, facilitando a construção de significados sobre as experiências vividas dentro e fora da instituição, abordando também sonhos e projetos com relação ao futuro. Por exemplo, um dos adolescentes escreveu: "Fico feliz por saber que tem alguém me escutando nessa fase da minha vida. Sabe é difícil pra quem tá preso demonstrar sentimentos, a gente junta muito ódio e isso não é bom". Com isso, compreende-se que a troca de cartas possibilitou que os adolescentes exercessem a escrita-fala livre, rompendo com silenciamentos e invisibilidades decorrentes de processos de exclusão social, que reduzem as possibilidades de vida desses adolescentes ao ato infracional cometido. Portanto, a troca de cartas revelou-se enquanto um método inovador para acessar os adolescentes e suas histórias, promovendo leitura/escuta e escrita/fala autênticas que possibilitaram acessar e conhecer os adolescentes e os sentidos que atribuem às suas vivências. Além disso, a troca de cartas configurou-se como um dispositivo alinhado aos objetivos da socioeducação por mobilizar os adolescentes a refletir sobre seus projetos de vida.



SC 14 | Nos caminhos entre o cinema e o desenvolvimento humano: crises mundiais e de si em movimento

Fabília Teixeira Borges (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Nesta sessão coordenada pretendemos explorar algumas percepções de como os filmes cinematográficos atravessam a perspectiva do desenvolvimento humano, seja a partir da teoria da recepção fílmica, seja na exploração da narrativa fílmica como lugar de entendimento dos processos de mudanças. O cinema, como produto cultural, expressa, através de sua linguagem, os fenômenos mais emergentes socialmente, apresentando e problematizando as diversas crises por que passamos em diferentes perspectivas. Para esta discussão, apresentaremos quatro trabalhos cujo temas se relacionam como o cinema e o desenvolvimento humano. Partimos do pressuposto que a assistência de filmes, tanto no espaço do cinema, em lugares públicos e também em aplicativos de streaming configuram uma relação com o cinema como objeto estético que pode modificar os aspectos relacionados à visão de mundo, à consciência e à percepção de si e do outro, em uma interação dialógica, que provoca a alteridade e os deslocamento de si, portanto um distanciamento de suas próprias ideologias o que permite um rebuscar de novas percepções. E claro, que esta experiência não é sempre garantida pelo contato da pessoa com o objeto artístico e estético, mas ao olharmos para este objeto estético específico (o filme), o vemos como capaz de sustentar o olhar de diversas formas, portanto, com interações múltiplas. No primeiro trabalho é feita uma análise da animação *How did people play in the Middle ages?* exibida pelo museu Fortress em Salzburgo, na Áustria, por meio da técnica análise fílmica. A animação foi produzida em 2018, aplicando a técnica stop motion com as ilustrações de Stefanie Hilgarth, e desenvolvida pelo estúdio CastYourArt, especializado em vídeos sobre a cultura e arte; e, desde 2019 está em exibição no museu, na parte de brinquedos medievais (cavalo de pau, boneca de madeira, dados, xadrez). Já a pesquisa *"A Construção da Estética de Si dos Jovens Brasileiros a partir dos Filmes de Bordas e de Periferia"*, discute como o cinema de borda e o de periferia participam na construção da identidade de jovens, de Fortaleza e de Brasília. O trabalho *"Adolescências em contextos rurais: sentidos de ruralidades mediadas pela arte cinematográfica"*, explora a narrativa de jovens do Distrito Federal (DF) a partir dos filmes: *Central do Brasil* (1998), *Narradores de Javé* (2004), *Sonhos de Peixe* (2006), *Curió* (2023), *Bacurau* (2019), *Boi Neon* (2015) e *Pureza* (2022). Por fim, na pesquisa, *"A relação entre o cinema e a transgeneridade"*, há uma discussão, a partir de grupos focais, de como os personagens transgêneros se apresentam nos filmes de Almodóvar: *Sobre Mi Madre* (Almodóvar, 1999) e *La Piel Que Habito* (Almodóvar, 2011). Assim, nessa sessão, pretendemos discutir, a partir dos trabalhos apresentados, como o cinema pode ser um mediador para pensar as crises diversas por que passamos, seja a partir da análise das narrativas fílmicas, seja para entender como a recepção de filmes participa dos processos de desenvolvimento humano em diversas situações, uma vez que este produto cultural (o filme) é sensível aos eventos e crises por que passamos cotidianamente.



A Construção da Estética de Si dos Jovens Brasileiros a partir dos Filmes de Bordas e de Periferia

Vannini De Medeiros Mendes Ribeiro

Resumo Quando refletimos sobre cinema é comum fazermos associações ao entretenimento, principalmente, àqueles momentos em que nos reunimos com pessoas queridas ou até mesmo quando estamos sozinhos e queremos assistir a um bom filme a fim de nos divertir. No entanto, o presente estudo irá além desta perspectiva ao compreender o cinema enquanto um artefato cultural e semiótico que está presente de forma significativa nas diversas interações humanas, uma vez que a linguagem cinematográfica pode promover mudanças e mobilizações qualitativas em nossos pensamentos, ações, imaginações e emoções a partir das interpretações e relações que cada indivíduo estabelece com os filmes. Nesse sentido, as obras cinematográficas são constituídas por diferentes elementos como as fotografias, iluminação, sons, enquadramentos e dentre outros elementos e signos verbais e não-verbais que constroem as narrativas e direcionam nossa atenção para o que está sendo apresentado. Dessa forma, o cinema, bem como as produções audiovisuais como um todo, podem ser importantes ferramentas que viabilizam a ampliação da consciência sobre si e sobre outro, estimulando a ampliação da realidade partilhada e até mesmo a empatia ao entrarmos em contato com diferentes realidades apresentadas por diferentes narrativas cinematográficas. Contudo, sabe-se que, principalmente, as sociedades ocidentais são, em sua maioria, atravessadas pela distribuição das produções cinematográficas hollywoodianas que disseminam suas narrativas e educam nossos olhares em relação ao que entendemos como cinema. Tendo isso em vista, a presente pesquisa se propõe a investigar produções cinematográficas que não participam deste circuito hegemônico hollywoodiano, como os filmes de bordas e os filmes de periferia, que são produzidos, de modo geral, com recursos materiais dos próprios produtores e não contam com grandes investimentos financeiros, em sua maioria, sendo produções amadoras que apresentam narrativas de suas próprias regiões. Cabe ainda destacar que muitos produtores desses filmes são jovens que vivem em regiões periféricas ou interioranas do Brasil. Assim, haja vista que desde a década de 1950, os jovens fazem parte do público que possui significativas relações com o cinema, seja como espectadores, atores e atualmente como diretores e roteiristas, o presente trabalho tem como objetivo geral investigar e analisar como o cinema de bordas e o cinema de periferia participam da construção da estética de si dos jovens, ou seja, da concepção de si perpassada pelas dinâmicas interações sociais e culturais que nos envolvem de percepções valorativas/estéticas que transformam qualitativamente nossas funções psíquicas superiores. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, e tem como base teórica a Teoria dos Posicionamentos, Psicologia Cultural Semiótica e a Perspectiva dialógica de Bakhtin. Participaram da pesquisa quinze jovens de diferentes gêneros, na faixa etária entre 22 e 29 anos que residem em Brasília - DF e em Fortaleza- CE. Foram realizados três grupos focais, mediados pelos seguintes instrumentos: filmes retirados do youtube e de outras plataformas de vídeo, e um celular para gravar o momento dos grupos para uma posterior análise. As informações obtidas por meio da análise dos grupos focais estão sendo analisadas à luz da análise dialógico-temática da conversação.



A relação entre cinema e transgeneridade

Iago Marçal Mourão Ataídes

Resumo O cinema é um mediador cultural que produz profundos sentidos sociais. Teresa de Lauretis, teórica queer, o posiciona enquanto uma tecnologia de gênero, salientando sua capacidade em moldar os significados a respeito do que é gênero, a nível macro e pessoal. Compreendendo o forte poder de influência e distribuição que a indústria cinematográfica tem, especialmente a de origem estadunidense, é importante analisar quais imagens esse meio tem gerado em relação a essa questão. Para proceder essa análise, é necessário um recorte de quais dados levantar. Essa pesquisa é voltada especialmente para a representação feita de pessoas transgêneras, sendo identificadas aqui como qualquer uma que não viva de acordo com o gênero que lhe foi designado ao nascer, de acordo com seu sexo biológico e a divisão binária biologicista - mulheres trans, travestis, homens trans, pessoas não-binárias, pessoas queer. A comunidade transgênera é condicionada a viver uma série de violências por serem quem são, enfrentam preconceitos especialmente nos espaços familiares, escolares e de trabalho, o que por conseguinte faz com que tenham dificuldades na obtenção de renda; são vítimas de crimes brutais de assassinato, o que gera insegurança ao circularem em espaços públicos; entre outras formas de exclusão. Essa série de violências é resultado de um processo de objetificação em que as pessoas trans não são vistas como sujeitos de direitos, mas como meros objetos, dispostos a serem descartados quando for conveniente, é um processo para além da desumanização. A presença desse grupo no cinema, e no audiovisual como um todo, assim como do resto da comunidade LGB+ é historicamente problemática, sendo constantemente apagados de narrativas, utilizados como objetos de escárnio ou associados e submetidos a violência em cena. Como foi supracitado, o cinema enquanto tecnologia de gênero possui a capacidade de gerar significados acerca do que é gênero para quem o consome, ao citar a população trans, analisar quais perspectivas estão sendo postas é um duplo desafio porque não compreende apenas o escopo binário do que é ser homem e do que é ser mulher, mas também o que significa estar no mundo existindo em categorias que não foram originalmente pensadas para o seu corpo. Esse trabalho realizou uma pesquisa bibliográfica através da plataforma CAPES sobre a temática com a utilização dos seguintes descritores "transgeneridade" OR "transexualidade" AND "cinema". A partir desses termos foram obtidos 90 artigos, com 11 sendo incluídos por se adequarem ao tema proposto.

Adolescências em contextos rurais: sentidos de ruralidades mediadas pela arte cinematográfica

Matheus Sousa de Macena

Resumo Na confluência entre a arte e a psicologia, o presente trabalho investigativo está em andamento e faz parte da produção de uma tese de Doutorado. Buscamos analisar, a partir da mediação fílmica, os sentidos produzidos por adolescentes rurais acerca da sua própria ruralidade. Pretende-se responder a esta pergunta tendo como



base os fundamentos da Teoria Histórico-Cultural que considera o desenvolvimento humano a partir das condições históricas e sociais em que os sujeitos estão inscritos. O caminho investigativo está construído em formato de pesquisa-ação com entrevistas semiestruturadas, exibições fílmicas (cineclubes) e grupos focais com adolescentes numa escola na zona rural do Distrito Federal, de modo a apreender os processos subjetivos que marcam as trajetórias de desenvolvimento dos adolescentes. Foram realizadas entrevistas individuais com 10 adolescentes na faixa etária de 16 a 18 anos, e estes participarão de 7 grupos focais mediados por obras fílmicas. Os filmes selecionados foram: Central do Brasil (1998), Narradores de Javé (2004), Sonhos de Peixe (2006), Curió (2023), Bacurau (2019), Boi Neon (2015) e Pureza (2022). A partir dos resultados produzidos nas entrevistas, os participantes apontam sentidos e significados que apontam o contexto rural enquanto um espaço que propicia qualidade de vida e possibilidades de atuação por meio do trabalho. Em contraponto, os adolescentes apresentam um ideal de urbanidade que associa o desenvolvimento aos elementos urbanos, tais como bancos, comércios e cinemas. A análise das entrevistas, os cineclubes e os grupos focais estão em andamento, para produção da tese e apresentação no Congresso. As questões que envolvem a relação entre adolescência e cultura são convidativas para pensar diferentes formas de se vivenciar a idade de transição na contemporaneidade. Nesse sentido, a adolescência no contexto da ruralidade parece ser um tema importante de investigação que aponta para compreensão de novos modos de se pensar, agir e sentir a realidade circundante, afinal, o que pensam os adolescentes rurais sobre a sua própria ruralidade?

How did people play in the middle ages? uma análise fílmica

Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Resumo O uso de telas por crianças tem sido palco de debates entre pesquisadores, considerando o impacto que o uso indiscriminado deste recurso pode ter sobre o desenvolvimento da criança. A Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda, até os 10 anos de idade, o máximo de até 2h em frente a tela. No entanto, face ao desenvolvimento tecnológico e a diversidade de dispositivos eletrônicos disponíveis, avaliamos que a melhor forma é orientar pais e/ou responsáveis sobre o uso de telas para que se tornem aliadas do desenvolvimento. Nesse cenário, emerge o objetivo desta pesquisa: analisar a animação *How did people play in the Middle ages?* exibida pelo museu Fortress em Salzburgo, na Áustria, por meio da técnica análise fílmica. A animação foi produzida em 2018, aplicando a técnica stop motion com as ilustrações de Stefanie Hilgarth, e desenvolvida pelo estúdio CastYourArt, especializado em vídeos sobre a cultura e arte; e, desde 2019 está em exibição no museu. A animação tem a duração de 4min, e ao longo da sua reprodução, no canto inferior da tela aparece uma barra de status mostrando o progresso do vídeo. A animação é exibida na sala do museu onde está a exposição dos brinquedos medievais (cavalo de pau, boneca de madeira, dados, xadrez). A animação inicia com a imagem do quadro



"Children's Games" de Bruegel, e alterna entre mostrar uma das mãos segurando um pincel desenhando crianças brincando nos dias de hoje, para logo em seguida sobrepor um recorte com a mesma brincadeira retratada no quadro. Ao longo dos 4min aparecem crianças brincando com dados, de pique pega, pião, apito, entre outros. A animação evidencia que o brincar é uma produção cultural, além disso, precisa ser aprendido, e isso acontece por meio das relações que as crianças estabelecem com seus pares e/ou adultos. Outro ponto importante a ser considerado é o fato de a animação possibilitar às crianças, em uma linguagem acessível, entenderem que a arte é uma forma de expressão e que muitas vezes retrata o cotidiano de muitas delas. Além disso, ao ser exibida em um espaço com brinquedos expostos, a animação incentiva as crianças a brincarem também, como tem sido feito ao longo dos séculos por várias outras crianças. Demonstra, ainda, que a ação de brincar não envolve necessariamente um objeto, como o pique-pega, mas sim estar em contato com outra criança. How did people play in the Middle ages? evidencia que o uso de telas com crianças pode ter um impacto positivo sobre elas ao mostrar como as brincadeiras vem acontecendo ao longo dos anos, e que elas podem continuar a fazer isso também e, simultaneamente, impulsionando o seu desenvolvimento, pois a criança que brinca tem autonomia, autorregulação e aprende a conviver com o outro.



SC 15 | Notificações de violência interpessoal no Brasil no período de 2018-2022: características das vítimas, dos agressores e das agressões em diferentes contextos e populações

Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Esta sessão coordenada tem por objetivo apresentar uma caracterização das situações de violência interpessoal identificadas nos serviços de saúde no Brasil no período de 2018 a 2022. Trata-se do projeto de pesquisa intitulado “Qualidade de vínculos e violência intrafamiliar no Brasil: mapeamento epidemiológico, fatores de risco e proteção e estratégias de capacitação profissional”, realizado em estados das cinco regiões do país: Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Especificamente, serão apresentados resultados parciais sobre situações de violência interpessoal notificadas por profissionais de saúde através da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Apesar dos avanços legais e das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos humanos e para a prevenção e punição de atos de violência no ambiente doméstico e familiar, dados epidemiológicos mostram uma tendência crescente no número de notificações de violência interpessoal no contexto brasileiro. Em agravo, crianças e adolescentes e minorias sociais, como indivíduos LGBTIA+ e pessoas em situação de rua, encontram-se em condições ainda mais vulneráveis à exposição a esse tipo de violência. Esses grupos enfrentam de forma desproporcional violência física, psicológica e sexual, além de negligência, agravadas pela violência estrutural, manifestada por fatores como discriminação, preconceito e falta de acesso e atendimento adequado nos serviços de proteção. Dessa forma, é possível que as situações de violência experimentadas por esses grupos sejam influenciadas por essas desigualdades, resultando em características distintas da violência enfrentada. Além disso, cabe destacar que, em março de 2020, foi decretada a pandemia de COVID-19, o que exigiu a implementação de medidas sanitárias para conter a propagação do vírus. Essas medidas incluíram o distanciamento social, o fechamento e a alteração no funcionamento de escolas e órgãos públicos, o que afetou significativamente o acesso aos serviços e instituições da rede social dos indivíduos. Essas condições podem ter comprometido a identificação e a notificação de casos de violência. Diante do exposto, a realização de estudos como os propostos é crucial para aprofundar o conhecimento sobre a violência contra crianças, adolescentes e grupos específicos, especialmente em um contexto de pandemia. Pretende-se, assim, apresentar três trabalhos que investigam as características das vítimas, dos agressores e das agressões em diferentes contextos e populações, além de analisar o impacto da pandemia de COVID-19 no perfil das notificações de violência. O primeiro trabalho objetivou descrever a prevalência e características da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em situação de rua notificadas por profissionais da saúde entre 2018 e 2022. O segundo trabalho objetivou caracterizar as notificações de violência intrafamiliar contra adolescentes antes, durante e após o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. O terceiro trabalho objetivou caracterizar as situações de violência interpessoal contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros notificadas por profissionais da saúde nos contextos pré e pós-pandêmico. Espera-se que esta sessão contribua com



reflexões relevantes para o enfrentamento da violência interpessoal no país, considerando as especificidades dos diferentes grupos e contextos investigados.

Notificações de violência contra pessoas LGBTIA+ no Brasil: uma análise dos contextos pré a pós-pandêmico

Rita Garcia Rangel (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), João Victor de Azevedo Rocha Madeira (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS)

Resumo A violência pode ser compreendida como uma importante questão social, um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. Sabe-se que a população LGBTIA+ está entre os grupos em maior vulnerabilidade para a vitimização, especialmente nos contextos de relações familiares e íntimas. A violência contra este grupo deve ser compreendida através da complexa interação entre fatores de risco e de proteção individuais, relacionais, comunitários e sociais, e devem ser consideradas intersecções entre gênero, orientação sexual, raça, classe e outras categorias. O presente estudo, de caráter quantitativo e descritivo, teve como objetivo caracterizar as situações de violência interpessoal contra lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros notificadas entre 2018 e 2022 realizadas através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) nos estados Amazonas, Pará, Ceará, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. A partir das análises, foram identificados 13.060 casos notificados, sendo as vítimas em sua maioria brancas (41,88%) ou pardas (39,49%), da região sudeste (76,39%), com ensino médio não cursado ou incompleto (63,19%). Pessoas com alguma deficiência ou transtorno mental compuseram 8,95% da amostra. Quanto à orientação sexual, 21,98% eram heterossexuais, 57,98% homossexuais, 14,52% bissexuais e 5,51% não especificados. Relativo à identidade de gênero, 3,61% eram travestis, 29,45% mulheres transgênero, 6,35% homens transgênero, além de 60,58% não especificados. Destaca-se que a ficha não contempla identidades cisgênero e não-binárias. Referente às situações de violência, 57,46% foram notificações de reincidência, 78,92% ocorreram na residência da vítima, e 89,92% em zona urbana. O vínculo predominante entre o autor da violência e a vítima foi de relação íntima (53,6%), seguido de familiar (30,9%), e o local de ocorrência foi a residência em 78,92% dos casos. Entre as tipologias de violência, preponderaram a física (55,41%), psicológica (26,9%) e sexual (8,08%). Em relação ao período, 36,35% ocorreram antes (2018/2019), 13,83% durante (2020/2021) e 49,82% após a pandemia (2022), observando-se um aumento expressivo na violência contra esta população, com destaque para homens e mulheres bissexuais, que apresentaram aumento de 107,14% e 100,41%, respectivamente. Estes dados sugerem a subnotificação da violência sofrida por pessoas LGBTIA+ durante a pandemia de Covid-19, bem como seu aumento após o contexto de crise sanitária, destacando a importância do desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas para a identificação e enfrentamento do fenômeno. Ainda, demonstra a violência simbólica experienciada por esta população por meio da invisibilização de identidades não-binárias, assexuais e intersexo, por exemplo, nos instrumentos do SINAN.



Notificações de Violência Intrafamiliar contra Crianças e Adolescentes em Situação de Rua: Prevalência e Fatores Associados

Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza),
Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Normanda Araujo de Moraes (UNIFOR)

Resumo Este estudo objetivou descrever a prevalência de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes em situação de rua e verificar fatores associados. Trata-se de um estudo transversal sobre casos de violência física, violência psicológica, violência sexual e negligência praticados no contexto familiar contra crianças e adolescentes (0 a 18 anos) em situação de rua, notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação, entre 2018-2022. Foram analisadas características das vítimas, dos agressores e das agressões e associações foram verificadas por meio de regressão logística. Foram analisadas 428 notificações, sendo que a negligência foi o tipo de violência mais notificada (53%), seguida da violência física (45,3%), violência psicológica (15,4%) e violência sexual (6,8%). Identificou-se que negligência foi prevalente em crianças de 0 a 11 anos (OR = 0,2), cometida por agressores de ambos os sexos (OR = 2,6), geralmente os pais (mãe/madrasta: OR = 3,1; pai/padrasto: OR = 2,7), e ocorreu em via pública (OR = 1,9). Violência física (VF) e sexual (VS) foram mais frequentes em adolescentes de 12 a 18 anos (VF: OR = 3,4; VS: OR = 4,0), perpetradas por agressores masculinos (VF: OR = 0,5), principalmente o namorado (VF: OR = 5,0; VS: OR = 4,2), ocorrendo na residência (VF: OR = 0,6; VS: OR = 0,1). Não houve diferenças significativas para violência psicológica. No contexto brasileiro de profundas desigualdades sociais, onde muitas crianças vão às ruas para ajudar no sustento familiar ou garantir sua própria sobrevivência, esses resultados corroboram estudos prévios que mostram que a negligência é uma faceta da violência estrutural enfrentada por crianças e adolescentes em situação de rua. Ao contrário dos estereótipos de abandono, muitas famílias enfrentam dificuldades para prover o cuidado adequado, o que torna essencial que os profissionais distingam entre ausência intencional de cuidado e falta de recursos ao identificar e notificar casos de negligência, para garantir o atendimento e encaminhamento apropriados. Entre os adolescentes em situação de rua, a violência física e sexual perpetrada por namorado destaca a violência por parceiro íntimo vivida por essa população. Embora esses adolescentes formem redes de apoio e busquem proteção em relacionamentos amorosos, estudos mostram que, especialmente meninas, enfrentam agressões físicas e sexuais de seus parceiros. Além disso, a vida nas ruas pode agravar os desafios nos relacionamentos, aumentando o risco de violência. Resultados não significativos sobre violência psicológica podem refletir a dificuldade dos profissionais de saúde em detectar esse tipo de agravo, contribuindo para sua invisibilidade. Esses resultados ressaltam a necessidade de políticas e programas de prevenção para crianças e adolescentes em situação de rua e suas famílias, considerando a complexidade das violências enfrentadas. A prevalência de negligência destaca a importância dos profissionais de saúde estarem atentos ao contexto em que a negligência ocorre, incluindo o acesso a recursos financeiros e sociais disponíveis para a família ou cuidadores, a fim de que possam lidar efetivamente com esses casos; enquanto a alta incidência de violências perpetradas por parceiro íntimo evidencia a urgência de programas educativos para prevenir esses agravos entre adolescentes em situação de rua.



Violência Intrafamiliar contra Adolescentes no Brasil: Um Estudo de Prevalência Antes, Durante e Após o Isolamento Social da Pandemia de COVID-19

Regina Rigoletto Cordeiro (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar),
Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Este estudo teve como objetivo caracterizar as notificações de violência intrafamiliar contra adolescentes no período de Janeiro de 2018 e a Dezembro de 2022, ou seja, antes, durante e após o isolamento social imposto pela pandemia da COVID-19. Tratou-se de um estudo quantitativo, exploratório-descritivo e de caráter documental. O banco de dados analisado foi o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), especificamente com dados de sete estados da Federação: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Ceará, Pará, Amazonas e Distrito Federal. Por intermédio de análises descritivas e de correlação, foram analisadas 65.809 notificações de violência contra adolescentes no período supracitado. As variáveis de interesse incluíram Unidade Federativa (UF); idade das vítimas; raça/cor da pele; gênero; presença de algum tipo de deficiência ou transtorno; tipo de violência; meio de agressão e relação entre a vítima e o agressor. Além disso, os períodos analisados foram subdivididos em “pré-isolamento social causado pela pandemia de COVID-19”, “durante o isolamento” e “pós-isolamento”, permitindo a avaliação do impacto do contexto pandêmico nas notificações de violências contra este grupo. Os resultados parciais indicaram uma redução nas notificações durante o isolamento, seguida por um aumento no período pós-isolamento. Esse padrão foi observado entre meninas e meninos, porém, com uma prevalência significativamente maior de vítimas do gênero feminino. Em 2022, por exemplo, foram registradas 10.835 notificações para meninas e 2.792 para meninos. A análise por faixa etária revelou que adolescentes de 13 e 14 anos foram os mais afetados pela violência intrafamiliar, indicando maior vulnerabilidade nesse período da adolescência. Similarmente, os dados relativos à etnia mostraram que adolescentes pretos e pardos foram os mais afetados, seguidos por brancos e amarelos. Isso sugere a existência de disparidades raciais na incidência e na notificação das violências, exigindo uma abordagem interseccional nas políticas de prevenção e proteção. O estudo também revelou que a violência física é o tipo mais comum, seguida por violência sexual, psicológica e negligência. Um dado alarmante revelado pelo estudo foi a reincidência dos casos, uma vez que episódios de agressão já haviam ocorrido anteriormente com boa parte das vítimas. Além disso, a análise da relação entre vítima e agressor mostrou que, na maioria dos casos, os perpetradores são familiares próximos, como pais e mães, seguidos por padrastos e irmãos. Em relação aos estados, São Paulo e Rio de Janeiro lideraram as notificações, refletindo, em parte, a maior densidade populacional, mas também uma possível maior capacidade de notificação e conscientização sobre a violência. Esses achados destacam a importância de monitorar continuamente a violência contra adolescentes no Brasil e de desenvolver intervenções específicas que considerem as variações por idade, gênero, etnia e outros fatores de vulnerabilidade. A continuidade dessa pesquisa é crucial para informar políticas públicas eficazes que possam prevenir e mitigar os impactos das violências contra adolescentes, especialmente em períodos de crise social como o da pandemia.



SC 16 | O Cuidado de Bebês e Crianças Pequenas em Diferentes Contextos: a Experiência de Mulheres Cuidadoras

Amanda Schöffel Sehn (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul)

Resumo O cuidado de bebês e crianças pequenas é emocionalmente exigente para os adultos que se encarregam dessa tarefa. Essa experiência pode ser ainda mais desafiadora diante da presença de deficiência do bebê e da criança pequena, devido à maior exigência de disponibilidade do cuidador. Além disso, a recente pandemia mundial de COVID-19 trouxe complexidades para a tarefa de cuidar. A crise sanitária impôs medidas de distanciamento social na tentativa de conter a disseminação do vírus, de modo que as famílias ficaram vulneráveis a inúmeros estressores, exigindo um processo de reorganização estrutural que envolveu o trabalho, as atividades domésticas, bem como o cuidado e a educação dos filhos. Nesse sentido, a pandemia evidenciou a desigualdade de gênero preexistente no Brasil e no mundo, uma vez que as mães, em sua grande maioria, precisaram se afastar ou reduzir a jornada de trabalho remunerado para dar conta das demandas de casa e da família. Cabe ressaltar que mesmo em espaços de cuidado coletivo, como a Educação Infantil, as mulheres ainda são as principais cuidadoras das crianças. Nesse contexto, desafios adicionais se apresentam quando se trata do cuidado de bebês e crianças com deficiência, devido à complexidade da interação em espaços coletivos. Crenças sociais de que as mulheres são mais aptas ao cuidado por terem um dom natural para o exercício dessa função reforçam esse lugar ocupado pela figura feminina, que foi potencializado com a pandemia, trazendo ainda mais sobrecarga às mulheres. Em conjunto, esses aspectos reforçam a importância de discussões acerca do cuidado como função feminina em diferentes contextos (ex.: no núcleo familiar e em espaços coletivos, como a escola de Educação Infantil) e condições (famílias monoparentais, biparentais, famílias com crianças com deficiência). Assim, a presente sessão coordenada é composta por três trabalhos, inscritos no eixo "Processos de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida", que visam a discussão acerca dessas temáticas, sendo eles: 1) Reflexões de Educadoras Sobre o Cuidado na Educação Infantil (inscrição número 9939539), 2) O Cuidado na Educação Infantil: Um Estudo Sobre as Interações Educadoras-Bebês no Contexto da Inclusão (inscrição número 5142385), e 3) Maternidade na Pandemia: Experiência de Famílias Biparentais e Monoparentais (inscrição número 6816916). Em conjunto, esses estudos discutem a função de cuidar ocupada pela mulher tanto no ambiente doméstico quanto na atividade profissional, ressaltando os desafios adicionais que se colocam diante do cuidado de crianças com deficiência e no contexto de crise sanitária, como a pandemia. Ainda, elucidam a importância de espaços de escuta destinados às mulheres, mães e profissionais, a fim de que seja possível reconhecer as implicações subjetivas que o cuidado de um bebê e criança pequena produz, de modo que a mulher não seja entendida como a única referência no exercício dessa função. Assim, aposta-se na escuta coletiva como uma via para o trabalho diante de crises sanitárias, bem como para a reflexão sobre a função social de cuidado associada à figura feminina.



Maternidade na Pandemia: Experiência de Famílias Biparentais e Monoparentais

Beatriz Schmidt (FURG - Universidade Federal do Rio Grande), Amanda Schöffel Sehn (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), Sophia Caldas de Souza (FURG - Universidade Federal do Rio Grande)

Resumo A responsabilidade pelo cuidado da casa e dos filhos é socialmente atribuída às mulheres, o que foi intensificado na pandemia. Nesse contexto, as desigualdades sociais e de gênero foram evidenciadas, trazendo sobrecarga especialmente às mães, que passaram a abdicar de mais momentos de autocuidado, de saúde e de carreira em prol dos filhos e das tarefas domésticas, em comparação aos pais. Assim, o objetivo deste estudo é investigar a experiência de maternidade no contexto da pandemia de COVID-19, considerando famílias biparentais e monoparentais. Trata-se de um estudo de caso múltiplo, qualitativo e transversal, em que participaram quatro mães em famílias biparentais e quatro mães em famílias monoparentais ($n=8$), com filhos entre 2 e 5 anos. A partir de análise temática indutiva foram elencados dois temas: 1) divisão de tarefas domésticas e de cuidado, e 2) sobrecarga materna. Em relação à divisão de tarefas domésticas e de cuidado, dentre as famílias biparentais, apenas uma mãe relatou dividir o cuidado da filha e da casa igualmente com o seu companheiro. Em outros dois casos, apesar de haver divisão de tarefas com o companheiro, a responsabilidade pelo planejamento da rotina era majoritariamente materna. Em um caso, as tarefas eram compartilhadas com outras mulheres da família (ex.: mãe e irmã), não havendo participação do companheiro. Em relação às famílias monoparentais, uma das entrevistadas era a principal responsável pelas tarefas domésticas e de cuidado na maior parte do tempo, salvo nos finais de semana em que a filha ficava sob os cuidados da família paterna. As outras três entrevistadas dividiam as tarefas domésticas e de cuidado com os familiares, em especial, as avós maternas. No que se refere à sobrecarga materna, todas as mães referiram exaustão durante a pandemia, pois além das tarefas domésticas e de cuidado com os filhos, as entrevistadas desempenhavam atividades profissionais e/ou acadêmicas concomitantemente. Em sete casos, as mães entendiam que a maior parte da carga mental recaía sobre elas, independentemente da configuração familiar e da divisão de tarefas estabelecida. Mencionaram, ainda, que a carga mental envolvida no planejamento das tarefas era mais extenuante do que a execução em si. Uma das principais mudanças elencadas pelas participantes, durante a pandemia, foi a sensação de viver a maternidade mais intensamente devido ao aumento do convívio doméstico, dificultando o exercício de outras funções (ex.: profissional). A partir do exposto, entende-se que a pandemia exacerbou a iniquidade na divisão de tarefas domésticas e de cuidado, aumentando a demanda de trabalho das mães, independentemente da configuração familiar. Inclusive, os dados evidenciaram que mesmo com a presença do companheiro, as mães eram as principais responsáveis pelo planejamento e execução das tarefas domésticas e de cuidado, o que intensificou a sobrecarga feminina e os consequentes prejuízos à saúde mental das mulheres. Assim, o acúmulo de tarefas, a tripla jornada de trabalho, a perda da rede de apoio e a necessidade de confinamento devido à pandemia de COVID-19 trouxe repercussões às mulheres, ressaltando a disparidade de gênero e a importância de políticas públicas voltadas a essa população.



O Cuidado na Educação Infantil: Um Estudo Sobre as Interações Educadoras-Bebês no Contexto da Inclusão

Tatiele Jacques Bossi (Faculdade do Cefi), Amanda Schöffel Sehn (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), Natália Luz Feeburg (autônoma), Cesar Augusto Piccinini (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo A observação de situações cotidianas de interação na Educação Infantil permite compreender como os bebês e as crianças pequenas com e sem deficiência experienciam os momentos de cuidado, de brincadeira e de aprendizagem. Por interação, compreende-se a comunicação verbal e/ou não verbal entre dois parceiros, produzindo uma resposta comportamental que pode ser manifestada por meio do olhar, do sorriso, do choro, de vocalizações, de expressões faciais e/ou de brincadeiras. O presente estudo objetiva investigar a interação educadora-bebê com e sem deficiência física nos momentos de brincar na creche. Foram acessados 57 episódios de interação de 10 bebês (18 a 25 meses de idade) - 2 com deficiência e 8 sem deficiência - com 8 educadoras de berçário de duas Escolas de Educação Infantil de Porto Alegre. Realizou-se observações filmadas da rotina na creche que foram analisadas através do Protocolo de Avaliação da Interação Diádica, originalmente criado para avaliar a interação mãe/pai-criança e adaptado, no presente estudo, para retratar os comportamentos das educadoras e dos bebês na interação. Esse protocolo é dividido em 4 categorias infantis: Envolvimento, Interação, Afeto Positivo e Afeto Negativo; e 6 categorias para as educadoras: Sensibilidade, Estimulação Cognitiva, Afeto Positivo, Afeto Negativo, Desengajamento e Intrusividade. Análises não paramétricas, pelo teste Mann-Whitney, não revelaram diferenças significativas nos comportamentos dos bebês com e sem deficiência durante a interação. Isso sugere que a deficiência física, nos casos investigados, não impediu que os bebês tivessem recursos para interagir, de modo que conseguiram participar da interação com as educadoras e de momentos de brincadeira, de forma semelhante aos colegas sem deficiência. Entretanto, em relação às educadoras os dados foram analisados pelo teste Wilcoxon que apontou diferença significativa na categoria afeto negativo ($Z = -2,10$; $p < 0,05$), indicando que elas demonstraram mais afeto negativo com os bebês sem deficiência quando comparado aos bebês com deficiência, com mais expressão de conflitos, discordâncias ou repreensões. Nesta categoria obteve-se diferença estatisticamente significativa no item "Reprime atitudes da criança" ($Z = -2,36$; $p = 0,018$), indicando maior incidência desses comportamentos na interação com os bebês sem deficiência. Na categoria afeto positivo, evidenciou-se diferença marginalmente significativa ($Z = -1,68$; $p = 0,09$) no item "Mantém contato visual enquanto interage", com escores mais altos nas interações com os bebês com deficiência. Já na categoria estimulação cognitiva também se identificou diferença marginalmente significativa ($Z = -1,68$; $p = 0,09$) no item "Encoraja as tentativas de domínio da criança ou a desafia para tentar novas atividades", com maior incidência, novamente, na interação com os bebês com deficiência. Em conjunto, os resultados evidenciam a importância do cuidado diário na Educação Infantil e a complexidade dos processos interativos educadora-bebê, particularmente quando envolve a inclusão, imprescindíveis para favorecer o desenvolvimento infantil de todos os bebês. Ainda, permitem



refletir sobre a importância de investigar a especificidade que a deficiência física pode trazer para a interação, haja vista que cada bebê estabelece uma forma única de se comunicar, de acordo com a sua condição, o que demanda sensibilidade por parte da educadora para estar atenta à sua singularidade.

Reflexões de Educadoras Sobre o Cuidado na Educação Infantil

Amanda Schöffel Sehn (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), Rita de Cassia Sobreira Lopes (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo Os cuidados de bebês e crianças transcendem o núcleo familiar, especialmente em contextos como o brasileiro, em que diferentes cuidadores, como os profissionais de escolas de Educação Infantil, estão implicados no processo de subjetivação psíquica desses pequenos sujeitos. Cuidar de um bebê é exigente, o que pode se tornar um desafio quando os educadores não compartilham uma história em comum com a criança, encontram-se num ambiente coletivo e recebem pouca formação e suporte para exercer essa função. Portanto, este estudo teve como objetivo oferecer um espaço de escuta para educadoras, com vistas a refletir sobre os desafios da função de cuidar de bebês e crianças bem pequenas na Educação Infantil. Foram realizadas duas edições de um grupo de discussão de trabalho (GDT), nas quais participaram cinco educadoras que atendiam bebês e crianças pequenas em turmas de berçário e maternal de três escolas da rede municipal de Educação Infantil de Porto Alegre/RS. Ao total, foram realizados três encontros, que aconteciam semanalmente, com duração média de 1 hora e 30 minutos cada. O material produzido no GDT, juntamente com relatos discutidos em supervisão, foi analisado qualitativamente, a partir de análise temática indutiva, e organizado em dois grandes temas, a saber: 1) "Como oferecer um cuidado de qualidade aos bebês se eles são tantos e nós tão poucas?": os desafios do cuidado coletivo de bebês/crianças na Educação Infantil e 2) "Não dá para se apegar demais": os desafios acerca da vinculação educadora-bebê/criança. Em relação ao primeiro tema, os resultados evidenciaram que o cuidado exige presença, previsibilidade, intimidade e sensibilidade, o que, muitas vezes, era solicitado pelos próprios bebês e crianças pequenas que convocavam o adulto. Entretanto, responder a essas demandas de forma individualizada num ambiente coletivo pode trazer desconforto, mal-estar e angústia. O GDT oportunizou às educadoras tomarem consciência de como se utilizavam, por vezes, de um estilo de cuidado mais mecanizado e controlador, no intento de serem respeitadas e de se protegerem dessas demandas. Além disso, a condição de maior dependência e de comunicação não verbal dos bebês pode contribuir para que ações que visem ao controle sejam justificadas por seu fim pedagógico. Quanto ao segundo tema, havia um entendimento de que, ao se aproximar do bebê com afeto e intimidade, a educadora poderia ocupar ou até mesmo substituir o lugar materno e paterno, quando seu vínculo com o bebê deveria ser estritamente profissional, levando-a a privilegiar certo distanciamento das crianças para "não se apegar demais". Em síntese, o bebê



e a criança pequena desacomodam o adulto e o convocam a (re)pensar sobre seu fazer, apontando a importância de espaços de escuta, a fim de reconhecer o desconforto, o mal-estar e a angústia que esse trabalho pode produzir nos profissionais da educação. Assim, o GDT se mostrou como uma ferramenta potente, que permitiu refletir sobre diferentes possibilidades de atuação junto aos bebês e às crianças pequenas, de modo que os educadores possam sustentar a função de cuidar, alicerçada no seu desejo enquanto sujeito e profissional da Educação.



SC 17 | O desenvolvimento da subjetividade nos processos de desenvolvimento humano

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A subjetividade, da forma como a concebemos, se ampara na Teoria da Subjetividade desenvolvida por Fernando González Rey (1949-2010). Para o autor, a subjetividade se constitui e se expressa tanto em nível individual e social de forma integrada e possui os sentidos subjetivos produzidos nas ações e relações como unidade principal de compreensão dos processos. Essa compreensão de subjetividade possui imenso valor heurístico para a compreensão dos processos de desenvolvimento humano, uma vez reconhecido numa perspectiva histórico-cultural, onde o indivíduo é ativo e co-responsável pelas dinâmicas sociais que produz e que lhe produzem. Reconhecer a dimensão subjetiva presente nos processos do desenvolvimento humano ao longo da vida neutraliza qualquer compreensão causística, abrindo novas vias de inteligibilidade para o valor do histórico-cultural na compreensão da constituição dos indivíduos como sujeitos ao longo da vida. Nesse sentido, reconhecemos que o desenvolvimento da subjetividade pode ocorrer ao longo de todo o ciclo de vida, uma vez que a subjetividade está sempre em movimento e passando por processos de mudanças. Reconhece-se o desenvolvimento da subjetividade quando ocorrem mudanças complexas no sistema de configurações subjetivas, sendo essas constituídas pelos sentidos subjetivos produzidos nas ações e relações em diversas áreas da vida. Essa sessão coordenada é composta por 4 trabalhos de pesquisa de doutorado, em andamento, que possuem em seus objetivos a intenção de compreender como se dão os processos de mudança e desenvolvimento da subjetividade em diferentes momentos do ciclo da vida. A primeira pesquisa objetiva compreender como se constitui a configuração subjetiva da linguagem em crianças com alterações no desenvolvimento da linguagem, visando reconhecer a influência dessa configuração subjetiva nos processos de desenvolvimento da subjetividade. A segunda pesquisa tem por objetivo compreender o desenvolvimento da subjetividade em estudantes universitários com TEA, inseridos num programa com perfil de acolhimento e desenvolvimento no ensino superior. A terceira pesquisa, também com estudantes universitários, tem objetivo compreender como a docência se configura subjetivamente no processo de formação inicial, visando reconhecer a participação dessa configuração subjetiva em diferentes áreas da vida dos estudantes. A quarta pesquisa tem por objetivo compreender como a dimensão subjetiva da espiritualidade permeia o modo de vida da pessoa, procurando responder algumas inquietações sobre o diálogo entre Espiritualidade e Subjetividade e como ocorre a relação de inter-relação entre ambas as dimensões. Destaca-se, que as quatro pesquisas estão sendo realizadas por meio das bases da Epistemologia Qualitativa e da Metodologia Construtivo-Interpretativa, desenvolvidas por Fernando González Rey para o estudo e produção de conhecimento sobre a subjetividade. Considera-se que as pesquisas possuem grande potencial de abertura de novas perspectivas compreensivas aos temas abordados, colocando em tese os processos de produção da subjetividade e como permeiam a vida de crianças, jovens e adultos.



A configuração subjetiva da docência nos processos de formação profissional

Roberta Assunção (UNB - Universidade de Brasília), Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Os processos de formação de professores abordam diversas questões, incluindo estratégias pedagógicas, preparo para diferentes situações de sala de aula, constituição da identidade docente e marcas da formação. Entre as ações e recursos utilizados, destacam-se atividades que promovem o tensionamento e instrumentos que incentivam reflexões, contribuindo para mudanças. A proposta de pesquisa será fundamentada na Teoria da Subjetividade de González Rey (2003), adotando uma perspectiva cultural-histórica que considera a complexidade, dinamicidade e não linearidade dos processos humanos. Esse enfoque visa aprofundar a compreensão do processo de preparação para a profissão docente. O objetivo do trabalho é compreender como a docência se configura subjetivamente no processo de formação inicial. A abordagem metodológica será orientada pela Epistemologia Qualitativa de González Rey (1997, 2005), cuja perspectiva construtivo-interpretativa auxiliará na compreensão, análise e produção de conhecimento a partir dos estudos múltiplos de casos, realizados durante o acompanhamento de um curso de extensão específico para esta pesquisa. A ideia central é estruturar um curso de formação de professores que utilize materiais e atividades como instrumentos de tensionamento no processo de aprendizagem e desenvolvimento humano e, para isso, será necessário selecionar recursos que favoreçam a produção de recursos subjetivos. A análise será baseada em estudos múltiplos de casos, conduzidos durante o acompanhamento do curso de extensão. A pesquisa contará com a participação de quatro estudantes de cursos de licenciatura da Universidade de Brasília, que ainda não atuam como docentes, mas o farão futuramente. A configuração subjetiva da docência será explorada numa dimensão prospectiva, relacionando a produção subjetiva atual com a imaginação de sua futura atuação docente. Essa configuração será construída ao longo do curso. Para atingir os objetivos da proposta, serão utilizados filmes com temática docente, o Complemento de Frases, a Dinâmica Conversacional individual e a Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional. A dimensão simbólico-emocional será analisada através dos significados compartilhados, semelhantes e/ou divergentes nas narrativas produzidas nas etapas da pesquisa. Defendemos que a compreensão das produções subjetivas pode gerar novas inteligibilidades para potencializar a formação docente inicial, por meio do desenvolvimento de recursos subjetivos que contribuam nos processos de constituição e mudança na configuração subjetiva da docência.



A dimensão subjetiva da espiritualidade no modo de vida das pessoas

Telma Oliveira Cerutti Schmidt (EDH - Espaço de Desenvolvimento Humano),
Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo O ser humano é constituído em quatro dimensões básicas: física, mental, emocional e espiritual; como pode ser reconhecido em muitas abordagens de desenvolvimento pessoal e saúde integral, sendo cada uma dessas dimensões interconectadas e de essencial importância para o bem-estar geral do indivíduo. Identificamos que o campo da dimensão espiritual, tem sido um tema reconhecido nas diversas ciências da saúde, sendo abordado pelas ciências humanas há centenas de anos, como na antropologia e a filosofia, quando ainda buscavam entendimento da existência humana. Estudos mostram que a espiritualidade interfere na vida de profissionais que atuam na área da saúde, bem como na vida de pacientes enfermos, que se defrontam com o sofrimento, dando-lhes fortalecimento pessoal e profissional, cooperando com a humanização em suas práticas. As experiências com a espiritualidade têm se mostrado como impulsionadoras de movimentações no campo emocional e social das pessoas, muitas vezes operando mudanças em seus propósitos e modos de vida. A OMS - Organização Mundial da Saúde, desde 2002, também reconhece como uma dimensão importante no tratamento de muitas doenças crônicas ou de grande complexidade, percebendo o efeito deste campo nos resultados obtidos com os tratamentos viabilizados aos pacientes, bem como na maneira como pacientes e familiares enfrentam o sofrimento provocado pela dor. (WHO, 2002) Assim, torna-se importante propor estudos, reflexões e discussões acerca de como a dimensão espiritual se configura subjetivamente em pessoas que passam pela experiência do sentir esta transcendência, passando a operar mudanças em seu modo de vida. Neste trabalho temos o objetivo de compreender como a dimensão subjetiva da espiritualidade permeia o modo de vida da pessoa, procurando responder algumas inquietações sobre o diálogo entre Espiritualidade e Subjetividade. A maneira que as experiências no campo da dimensão espiritual são vivenciadas parecem permeadas por produções subjetivos e se expressam no modo de vida das pessoas que poderão ou não promover desenvolvimento da subjetividade. A Teoria da Subjetividade, numa perspectiva cultural-histórica, desenvolvida por Fernando González Rey, contém aportes que possibilitam a compreensão destas produções subjetivas que emergem nas ações e relações das pessoas que vivenciam experiências espirituais, pois se ocupa em dar visibilidade ao processo constitutivo e complexo do humano, na dinâmica entre o social e o individual, possibilitando-nos compreender a pessoa na sua mais pura condição humana, considerando sua singularidade presente em sua subjetividade. Nos ancoramos nas orientações da Epistemologia Qualitativa, para a escolha metodológica, a qual filia-se ao referencial teórico, e nos guia pelo percurso metodológico da pesquisa construtivo-interpretativa, através de pressupostos fundamentais que possibilitam a compreensão do ser humano em sua processualidade e singularidade. Como resultados desta pesquisa, esperamos gerar contribuições sobre como a espiritualidade participa dos processos de mudança e desenvolvimento subjetivo, visando gerar novas inteligibilidades sobre a importância da valorização e investimento pessoal/profissional na dimensão espiritual como importante dimensão dos processos de desenvolvimento humano.



Experiências subjetivas de estudantes autistas da Universidade de Brasília

Mallu Stephanie de Almeida Nunes (UNB - Universidade de Brasília), Wilsa Maria Ramos (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A pesquisa tem por objetivo compreender como a condição de estudante autista está configurada subjetivamente, mobilizada pelas atividades coletivas do Núcleo de Autismo e Neurodiversidade da Universidade de Brasília. Também visa identificar os tensionamentos e os desafios vividos na sua trajetória acadêmica. Os valores hegemônicos do contexto escolar, universitário e da sociedade em geral, possuem marcadores sociais discriminatórios contra os estudantes neurodivergentes. Nesse sentido, a Educação Superior cumpre um papel indispensável na promoção de contextos de desenvolvimento humano que favoreçam a formação profissional, tomando a diversidade cultural como uma riqueza social que amplia as possibilidades formativas. Na Universidade de Brasília, a política de inclusão prevê um conjunto de serviços e ações para garantir a acessibilidade de pessoas com neurodivergência em seu contexto físico, social e pedagógico. Embora haja o reconhecimento da relevância desse esforço, para os estudantes autistas faz-se necessário ir além. Para tanto, eles têm se organizado como comunidade de aprendizagem visando trazer reflexões sobre as experiências de processos discriminatórios vividos na universidade e em outros contextos e, também, pleitear e exigir o cumprimento das adequações curriculares que lhes favorecem cumprir a jornada acadêmica. A comunidade de aprendizagem está ligada ao Núcleo de Autismo e Neurodiversidade que atende voluntariamente os estudantes autistas e neurodivergentes. A fase inicial da pesquisa, em tela, ocorre mediante a observação e participação da pesquisadora e psicóloga escolar junto à essa comunidade. O estudo baseia-se na Teoria da Subjetividade e na Epistemologia Qualitativa, na perspectiva da psicologia cultural histórica. Em termos do desenvolvimento da pesquisa, atualmente, o estudo está na fase de mapeamento das condições e atividades em curso, e posteriormente, será realizado o estudo de caso com alguns estudantes dessa comunidade. O Núcleo teve início em 2023 com a perspectiva de trazer o protagonismo de estudantes neurodivergentes com a missão de garantir permanência e participação plena de todos os estudantes e respeito a seus direitos. As atividades de atenção ao estudante neurodivergente realizam-se semanalmente com um grupo de apoio terapêutico, que inclui a pesquisadora. Este tem se constituído como um espaço seguro para o compartilhamento de medos, angústias, preocupações, conquistas e decepções, além da discussão de importantes temáticas, como inclusão e direitos das pessoas neurodivergentes no Brasil. A análise preliminar das informações evidenciou que no curso das experiências do estudante da comunidade os tensionamentos e as contradições vivenciadas no espaço normativo da instituição e, em outros contextos, abrem vias para a produção de novos recursos subjetivos favorecedores do enfrentamento das condições adversas. O mapeamento inicial tem evidenciado que o coletivo de estudantes do Núcleo de Autismo e Neurodiversidade traz a potência da ação compartilhada no que diz respeito a trocas de experiências, desenvolvimento de redes e estratégias de apoio, dando visibilidade a pauta dos/as estudantes neurodivergentes na Universidade de Brasília. Recomenda-se aos gestores, psicólogos escolares e outros agentes, prover o apoio de novas ações que



busquem a integração social e acadêmica destes estudantes nos mais diversos contextos, como colegiados e comissões de representação discente, proporcionando o sentido de pertencimento social e acadêmico.

O desenvolvimento da Subjetividade nos processos de Desenvolvimento Humano: O Desenvolvimento da Linguagem

Larissa Pereira Gonçalves (SEEDF), Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Pesquisadores brasileiros abordam o desenvolvimento e a aquisição da linguagem, nas mais diversas linhas de pesquisa. Com esse trabalho, pretendo discutir o Desenvolvimento da Linguagem como parte do processo de desenvolvimento da subjetividade, tendo como referencial teórico a Teoria da Subjetividade de González Rey. Ao considerar a subjetividade como aspecto central do desenvolvimento humano, a Teoria da Subjetividade abre caminho para pesquisas que valorizam a singularidade do indivíduo e suas experiências subjetivas. Ela nos convida a repensar a forma como entendemos o ser humano, não como um receptor passivo de influências externas, mas como um sujeito ativo, em constante diálogo com o mundo ao seu redor, em um processo contínuo de desenvolvimento. A Teoria da Subjetividade se organiza em categorias que nos ajudam a compreender os processos de desenvolvimento. Para essa discussão proponho breve aprofundamento nos conceitos de Configuração Subjetiva e Desenvolvimento Subjetivo e como estes podem nos auxiliar a desenvolver novas inteligibilidades sobre o desenvolvimento da linguagem, e seu estudo enquanto configuração subjetiva. As configurações subjetivas são um momento de auto-organização que especifica os estados subjetivos dominantes de um problema estudado, pois emergem em um fluxo caótico de sentidos subjetivos definindo o curso de uma experiência de vida. O desenvolvimento subjetivo é compreendido como um processo contínuo e dinâmico de construção de significados e configurações subjetivas, que integra as experiências individuais e sociais de uma pessoa ao longo de sua vida. Nos estudos da Teoria da Subjetividade a linguagem é mencionada de forma destacada quando se refere ao próprio processo de pesquisa, ao caráter dialógico da construção de conhecimento, tão importante e necessário para a elaboração de novos conhecimentos, pois a fala é o meio pelo qual o participante da pesquisa expressa a sua subjetividade. Nesse cenário, compreender a linguagem e seu processo de desenvolvimento enquanto uma configuração subjetiva que integra a subjetividade, se coloca como um desafio teórico, metodológico e epistemológico. A configuração subjetiva da linguagem é um campo de estudo ainda em andamento, bem como os processos envolvidos no desenvolvimento da linguagem. Em síntese, ao considerar a linguagem como uma configuração subjetiva, este trabalho busca aprofundar a compreensão do desenvolvimento da linguagem dentro do processo mais amplo de desenvolvimento da subjetividade, conforme proposto por González Rey. Essa perspectiva nos desafia a reavaliar as abordagens tradicionais, reconhecendo a



complexidade e a singularidade dos processos subjetivos que permeiam a aquisição e a evolução da linguagem, e abre novos caminhos para investigações teóricas e metodológicas neste campo em constante desenvolvimento.



SC 18 | O Desenvolvimento de Superdotados Adultos e da Criatividade em Múltiplos Contextos

Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília.)

Resumo Esta sessão coordenada está vinculada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 3 e 4, saúde e bem estar e educação de qualidade, respectivamente e visa apresentar resultados de pesquisas sobre o desenvolvimento do superdotado adulto e da criatividade em múltiplos contextos. A primeira pesquisa demonstra que a criatividade é uma das habilidades essenciais para solucionar problemas individuais e sociais e para lidar com as incertezas e problemáticas relacionadas com as questões ambientais. Os objetivos do estudo foram: (1) avaliar e adaptar a metodologia implementada durante as sessões do programa piloto de estímulo à criatividade; (2) testar e ajustar o instrumento Cenário para Resolução Criativa de Problemas Ambientais; (3) desenvolver e testar o Protocolo para Análise da Resolução Criativa de Problemas Ambientais (PARCriaPA) e, (4) construir uma Base de Dados para Identificação de Respostas Criativas (BDIRCria). Participaram do estudo, 73 estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, divididos em quatro grupos (G1, G2, G3, G4). Apenas o G1 participou do programa como grupo experimental. Os grupos foram selecionados por conveniência. O estudo foi conduzido em duas etapas. Os resultados apontam para a necessidade de ampliação do número de sessões e de ajustes no instrumento PARCriaPA para melhor atender aos estudantes do Ensino Fundamental I. A Base de Dados para Identificação de Respostas Criativas foi consolidada com um total de 244 respostas. Duas pesquisas apresentam resultados de estudos realizadas sobre o desenvolvimento adultos com relação ao bem-estar, satisfação com a vida, ajustamento emocional e perfeccionismo. A literatura demonstra que as pessoas com superdotação possuem elevado potencial intelectual, criativo, acadêmico, artístico e de liderança que podem beneficiar a sociedade em função de sua capacidade de inovar, resolver problemas complexos e de contribuir de maneira significativa para a sua área de atuação. A segunda pesquisa a ser apresentada foi realizada com 103 adultos superdotados residentes em 10 países (Brasil, n=46; Uruguai, n=28; Colômbia, n=9; Chile, n=8; Argentina, n=4; Peru, n=2; Venezuela, n=1; Bolívia, n=1 e Itália, n=1; Dupla nacionalidade, n=3). Esses participantes tinham idade entre 18 e 71 anos. Os fatores relacionados com a satisfação com a vida mencionados foram: estudar e aprender coisas novas (f = 46); atividades físicas e desportivas (f = 43), atividades artísticas vinculadas à música (f = 36 e desfrutar da natureza (f = 22). O estudo, atualmente em sua terceira etapa, assumiu caráter transcultural e engloba 33 pesquisadores de 27 países em 4 continentes. A terceira pesquisa é uma revisão sistemática de literatura que teve como objetivo analisar produções científicas nacionais e internacionais sobre perfeccionismo entre adultos superdotados. A pesquisa foi realizada nas seguintes bases de dados: Científico Eletrônico Biblioteca Online (SciELO), Periódicos CAPES e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Utilizou-se os critérios do PRISMA-ScR (PRISMA extension for Scoping Reviews). Os resultados revelaram que os estudos sobre perfeccionismo, em sua maioria, utilizam escalas e inventários e indicam que há uma relação entre perfeccionismo e satisfação com a vida.



O Que Acontece Quando o Superdotado Cresce?

Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília.), Susana Graciela Pérez Barrera (Universidad)

Resumo Foi realizado estudo descritivo qualitativo-quantitativo com o objetivo de investigar aspectos socioemocionais de adultos superdotados. Participaram da pesquisa 103 indivíduos residentes em 10 diferentes países (Brasil, $n = 46$; Uruguai, $n=28$; Colômbia, $n= 9$; Chile, $n = 8$; Argentina, $n = 4$; Peru, $n = 2$; Venezuela, $n = 1$; Bolívia, $n = 1$ e Itália, $n = 1$; Dupla nacionalidade, $n = 3$). Os participantes tinham idade entre 18 e 71 anos. Destes, 65 mulheres e 37 homens e um não se identificou. Os dados revelaram que 68% tinham Ensino Superior, sendo as profissões mais recorrentes vinculadas às áreas de educação ($f = 46$); comunicação ($f = 7$); artes ($f = 8$) e saúde ($f = 8$). Na coleta de dados foi utilizado formulário online contendo 27 perguntas acerca de dados sociodemográficos e relacionados à identificação de Altas Habilidades/Superdotação, diagnósticos anteriores e profissionais consultados; sentimentos e mudanças percebidas após a identificação; medos, dificuldades e coisas irritantes; hobbies e atividades de que mais gostam e estratégias que ajudavam socialmente no trabalho ou escola. Os dados quantitativos foram analisados por meio do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) e os qualitativos por meio da elaboração de zonas de sentido. Os resultados demonstraram que mais de 30% dos adultos foram identificados como superdotados em consequência da avaliação de outros membros da família ou por recomendação de amigos e terapeutas. O processo de identificação teve importante papel na reconciliação desses adultos com sua história e infância, vindo a solucionar diagnósticos equivocados relacionados com Transtorno de Ansiedade ($n = 16$); Depressão ($f = 16$) e TDAH ($f = 13$); transtorno de humor ($f = 9$) e transtorno obsessivo-compulsivo ($f = 7$). Essa identificação tardia, no entanto, envolveu os participantes em um turbilhão de sentimentos (surpresa, $f = 40$; aceitação e confirmação de algo já sabiam, $f = 36$; alegria, $f = 25$; confusão, $f = 23$; e insegurança, $f = 16$), enquanto ensejou também mudanças positivas no autoconhecimento, autoaceitação e autoconfiança ($f = 73$). Por outro lado, também ficaram demonstradas diferenças nos níveis de funcionamento cognitivo, emocional e social. Com relação à satisfação com a vida, os fatores positivos evidenciados foram: estudar e aprender coisas novas ($f = 46$); atividades físicas e desportivas ($f = 43$), atividades artísticas vinculadas à música ($f = 36$) e desfrutar da natureza ($f = 22$). Entre os fatores que contribuíam para a insatisfação foram mencionados: (a) falta de valorização e reconhecimento, ter que esperar pelos outros, incompreensão e a injustiça. O estudo, atualmente em sua terceira etapa, assumiu caráter transcultural e engloba 33 pesquisadores de 27 países em 4 continentes, que tem utilizado versão ampliada do questionário com 35 perguntas.



Programa de Estímulo à Criatividade na Educação Ambiental: Estudo Piloto

Marina Silva Bicalho Rodrigues (SEEDF)

Resumo A criatividade é uma das habilidades essenciais para o cidadão do século XXI solucionar problemas não apenas individuais, mas também coletivos. Estimular essa habilidade tem se tornado cada vez mais emergencial. Contudo, não apenas o potencial criativo do indivíduo necessita ser desenvolvido. Concomitantemente, é importante uma formação ecológica para que estes cidadãos possam melhor lidar com as incertezas e problemáticas relacionadas às questões ambientais. Diante disso, foi realizado um estudo piloto com o objetivo de avaliar estratégias para a realização de um Programa de Estímulo à Criatividade a ser realizado com estudantes visando a geração de ideias para a resolução de problemas ambientais. Os objetivos do estudo foram: (1) avaliar e adaptar a metodologia implementada durante as sessões do programa piloto de estímulo à criatividade; (2) testar e ajustar o instrumento Cenário para Resolução Criativa de Problemas Ambientais; (3) desenvolver e testar o Protocolo para Análise da Resolução Criativa de Problemas Ambientais (PARCriaPA) e, (4) construir uma Base de Dados para Identificação de Respostas Criativas (BDIRCria). O Programa Piloto de Estímulo à Criatividade teve duração de quatro sessões, com encontros semanais de 60 minutos cada. Participaram do estudo 73 estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, divididos em quatro grupos (G1, G2, G3, G4). Apenas o G1 participou do programa como grupo experimental. Os grupos foram selecionados por conveniência, com base nos seguintes critérios: (a) participação nas aulas de Educação Ambiental, (b) matrícula no 4º ano do Ensino Fundamental, e (c) ausência de participação prévia em qualquer outro programa de estímulo à criatividade. O estudo foi conduzido em duas etapas. A primeira foi realizada no Parque Ecológico Três Meninas, com os grupos G1 e G2 e a segunda, no Parque Ecológico de Águas Claras com os grupos G3 e G4. Os dados foram analisados por meio de procedimentos qualitativos e quantitativos. A análise qualitativa foi realizada por meio da Análise de Conteúdo de Bardin, com o suporte do instrumento PARCriaPA. O objetivo deste instrumento é permitir a identificação das características fluência e flexibilidade, amplamente associadas ao pensamento criativo e divergente na literatura. Os dados quantitativos dos grupos G1 e G2 foram analisados por meio do teste t para amostras independentes, com o suporte do programa SPSS, a fim de comparar as médias entre os grupos. Em relação ao objetivo 1, os resultados apontam para a ampliação do número de sessões, que deverá variar entre 9 e 10, e avaliação do nível de alfabetização dos participantes para adequação das atividades. Em relação ao objetivo 2, constatou-se a necessidade de ajustes no instrumento PARCriaPA para melhor atender aos estudantes do Ensino Fundamental I, como, por exemplo, a inserção de imagens e mudanças na escrita do texto. Em relação ao objetivo 3, constatou-se que o instrumento PARCriaPA desempenhou com sucesso sua função durante a análise dos dados, permitindo a realização das inferências necessárias. Por fim, o objetivo 4 foi alcançado com sucesso. A Base de Dados para Identificação de Respostas Criativas foi consolidada com um total de 244 respostas ao término do estudo.



SC 19 | Parentalidade e coparentalidade na primeira infância: análise dos fatores sociodemográficos e de programas de intervenção parental

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo O ambiente familiar, como um dos principais núcleos de interação da criança, possui um grande impacto sobre o seu desenvolvimento, sendo responsável tanto pelo processo de socialização quanto por prover ações que estimulem seu desenvolvimento de forma integral. Nesse contexto, as principais figuras de cuidado da criança exercem o papel parental, o qual pode ser afetado por fatores como sexo e idade dos pais e das crianças, escolaridade, raça, renda e dinâmica familiar. O envolvimento conjunto das figuras parentais nas decisões sobre as práticas de cuidado a serem utilizadas com os/as filhos/as, assim como a divisão de tarefas e apoio mútuo sobre os papéis parentais representam um grande desafio em muitos contextos familiares. Esse processo é conhecido como coparentalidade. A coparentalidade saudável envolve o investimento de ambos os pais nos cuidados com a criança, a avaliação positiva recíproca do envolvimento que estes têm com os filhos/as, o respeito de ambos os pais com a forma como os educam, assim como a comunicação entre os pais sobre a forma de educá-la. Problemas na coparentalidade podem prejudicar a qualidade do envolvimento e das práticas parentais. Por outro lado, existem fatores de proteção para o desenvolvimento que podem compensar os efeitos negativos das adversidades. Tais mecanismos de proteção podem ser tanto a nível individual, a partir do reconhecimento da ação do próprio sujeito com práticas de estimulação e oferecimento de oportunidades de aprendizagem, quanto dos sistemas macro, como as políticas públicas, capazes de arrefecer as desigualdades sociais. É importante que os programas incorporem procedimentos que avaliem a sua eficácia. Para apoiar os profissionais nas suas tarefas, é muito importante que os serviços funcionem de acordo com o princípio de que o seu pessoal trabalhe em estreita colaboração e respeito com os pais e lhes forneça as ferramentas necessárias para educarem os seus filhos de forma positiva. A literatura científica evidencia que as famílias, especialmente aquelas de baixa renda, que têm acesso a conhecimentos sobre o desenvolvimento infantil, apresentam maior probabilidade de desenvolver a parentalidade saudável. Tendo em vista que os cuidadores precisam de suporte para fortalecer suas práticas de cuidados, sobretudo na primeira infância, período em que se estabelecem as bases do desenvolvimento humano, destaca-se a importância das políticas públicas para estimular e orientar práticas parentais mais eficientes. Assim, é importante monitorar e identificar o efeito desses programas nas crenças parentais e práticas de cuidado e nos aspectos globais de desenvolvimento de crianças. Nesse sentido, a presente proposta de sessão coordenada se propõe a discutir o cuidado parental realizado por mães e pais de crianças na primeira infância, a partir de pesquisas de campo que investigam como as variáveis sociodemográficas estão associadas ao exercício da parentalidade e coparentalidade; como programas de parentalidade na primeira infância impactam o conhecimento de mães e pais sobre o desenvolvimento infantil e sobre as práticas parentais na região nordeste. Almeja-se, com essas discussões científicas, contribuir para a implementação de estratégias de



intervenção por profissionais da Psicologia e políticas públicas na área do desenvolvimento infantil na primeira infância.

Coparentalidade: uma análise a partir da situação conjugal de mães e pais de crianças

Lucas Gonçalves da Silva (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Maria Giovanna Souza Barbosa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Ana Lucia Barreto da Fonseca (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Resumo No âmbito do contexto familiar, a coparentalidade engloba a relação dos genitores ou demais figuras parentais no exercício da parentalidade, correspondendo a um subsistema familiar autônomo. Apesar disso, pelo fato de os responsáveis partilharem do cuidado e da garantia do desenvolvimento saudável de uma criança, a coparentalidade associa-se a outros subsistemas, como o conjugal. Neste estudo, objetivou-se analisar a associação entre a coparentalidade e a situação conjugal de pais e mães, partindo do modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade. Participaram 123 mães e 36 pais de crianças com idades entre zero e seis anos, residentes em diferentes regiões do Brasil. A amostra não foi pareada entre os casais, porém os participantes deveriam compartilhar a guarda da criança com seu/ sua parceiro/a. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Os instrumentos aplicados foram um questionário sociodemográfico elaborado pelos autores e a Escala de Coparentalidade (ERC), disponibilizados por meio de formulário eletrônico. Os dados coletados foram inseridos no software Statistical Package for Social Sciences (versão 25.0) para a realização das estatísticas descritivas (percentuais, médias e desvios-padrões, valores mínimos e máximos) e inferenciais (Teste t de Student, Anova), além de passarem por correção de bootstrapping (1000 reamostragens: 95% de IC BCa). Os resultados mostraram diferenças significativas nos indicadores da coparentalidade entre o grupo de mães e pais que coabitavam e o grupo que não coabitava. A média daqueles que coabitavam foi maior para o acordo coparental ($M = 19,14$, $DP = 4,66$, $p < 0,01$), tamanho de efeito alto (Hedge's $G = 0,83$); suporte coparental ($M = 26,98$, $DP = 8,29$, $p < 0,01$), tamanho de efeito alto (Hedge's $G = 0,93$); reconhecimento da parentalidade do parceiro ($M = 35,50$, $DP = 6,34$, $p < 0,01$), tamanho de efeito alto (Hedge's $G = 1,47$); e proximidade coparental ($M = 23,37$, $DP = 5,91$, $p < 0,01$), tamanho de efeito alto (Hedge's $G = 0,83$). Os participantes que não coabitavam apresentaram média maior para a sabotagem coparental ($M = 8,29$, $DP = 8,96$, $p < 0,01$), tamanho de efeito alto (Hedge's $G = 1,06$). Com isso, os participantes que estavam em situação de coabitação obtiveram médias significativamente maiores em quatro dos sete elementos analisados pela escala utilizada, todos eles com atribuições que somam aspectos positivos ao exercício



da coparentalidade. Por outro lado, os participantes em situação de não coabitação apresentaram média significativamente maior no elemento de sabotagem parental, aspecto que tende a diminuir os níveis de coparentalidade positiva. Assim, pode-se afirmar que na amostra estudada, a situação conjugal foi um elemento importante para os indicadores da coparentalidade, contribuindo para a compreensão das relações entre os subsistemas familiares.

Crenças e práticas de cuidado parentais sobre o desenvolvimento infantil: um estudo comparativo do Programa Mais Infância no interior do Cariri Oeste

Maria Gerlane Cavalcante (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo O desenvolvimento infantil é diretamente influenciado pelo contexto familiar, particularmente pelos padrões de interação entre os familiares, os quais são mediados pelas crenças parentais sobre o desenvolvimento infantil e práticas de cuidado. Essas crenças, influenciadas por aspectos biológicos e culturais, direcionam as atitudes e decisões dos pais em relação à educação dos filhos. Assim, os comportamentos parentais, compostos por funções adaptativas à sobrevivência humana, também são moldados pela cultura e por fatores sociais. Diante da importância da primeira infância, no Estado do Ceará foi implementado o 'Programa Mais Infância' (PMI), com o objetivo de promover o desenvolvimento infantil integral a partir da intersetorialidade nos municípios. Para compreender os desafios de programas no apoio à parentalidade e na promoção do desenvolvimento infantil, convém monitorar e identificar o efeito desses programas nas crenças parentais e práticas de cuidado direcionadas às crianças. Nessa perspectiva, este estudo teve o objetivo de analisar as crenças parentais sobre o desenvolvimento infantil e as práticas de cuidado parental em famílias acompanhadas e não acompanhadas pelo Programa Mais Infância no interior do Cariri Oeste. Caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, composta por uma amostra de 100 pais e mães de crianças de zero a três 3 anos. Por meio de visitas domiciliares, foram aplicados um questionário sociodemográfico e a Escala de Crenças e Práticas de Cuidado (E-CPPC), com 50 itens espelhados - uma parte de crenças e outra de práticas - que investigam cinco fatores: cuidados primários, contato corporal, estimulação corporal, estimulação por objetos e contato face a face. Foram realizadas análises descritivas e inferenciais. Os resultados indicaram que 39% dos participantes eram de famílias de crianças acompanhadas pelo Programa Mais Infância, os quais apresentaram média estatisticamente superior para as práticas de contato face a face, ligados ao desenvolvimento da linguagem e responsividade social, em comparação aos não participantes do programa. Além disso, foi constatado que, para o grupo de pais/mães que participam do programa Mais Infância, a escolaridade destes cuidadores apresentou associação positiva com as práticas e crenças sobre contato corporal, as quais proporcionam à criança o



senso de pertencimento. Ainda, a renda salarial também apresentou associação positiva com as crenças sobre cuidados primários, ligados à sobrevivência, e associação negativa com as crenças sobre estimulação corporal, relacionados à percepção do próprio corpo. A relevância das políticas públicas focadas no suporte parental é destacada pelo potencial de diminuir os efeitos negativos das desigualdades sociais no desenvolvimento infantil. Este estudo fornece uma compreensão mais aprofundada das práticas e crenças parentais no desenvolvimento infantil e destaca a importância de programas sociais como o 'Mais Infância' no apoio à parentalidade e à promoção do desenvolvimento infantil saudável.

Parentalidade e Fatores Sociodemográficos Associados: um estudo com famílias da região de Petrolina-Pe e Juazeiro-Ba

Noemi Silva Regis (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucas Barbosa da Silva, Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Beatriz Rodrigues Schneider, Anna Julia Ferreira dos Santos (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo A parentalidade se refere ao conjunto de atividades e cuidados direcionados à criança a fim de garantir que ela consiga se desenvolver de forma adequada e autônoma. A partir dela, os filhos são preparados para enfrentar as diversas situações ao longo da vida, sendo importante que os cuidados oferecidos envolvam um conjunto de comportamentos direcionados ao afeto, à segurança e aos limites, promovendo a socialização da criança e preparando-a para tomar decisões de maneira cada vez mais autônoma. Alguns modelos teóricos tentam explicar e sistematizar os estilos de parentalidade, como o de Baumrind que identificou três tipos de estilos parentais, são eles: autoritativo, autoritário e permissivo. As pesquisas demonstram que a depender do estilo parental adotado, pode haver influência na forma como a criança vai se desenvolver, sendo o uso de práticas punitivas pelos responsáveis associadas a problemas comportamentais em crianças, ao passo que comportamentos mais afetuosos por parte dos cuidadores podem reduzir problemas emocionais e comportamentais na infância. Nessa perspectiva, estudos indicam que alguns fatores, como um maior nível de escolaridade, estão associados ao exercício de práticas parentais positivas, e viver em um contexto de pobreza está associado a um exercício de parentalidade mais negativo. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi avaliar o estilo parental de pais/responsáveis de crianças em idade escolar na região de Petrolina-PE e Juazeiro-BA e seu perfil sociodemográfico, como raça, idade, gênero e escolaridade. Para tal, esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) - CAAE: 73368123.1.0000.0282. Dito isso, o estudo avaliou previamente os dados de 37 pais/responsáveis, onde por meio do teste de U de Mann-Whitney foi possível verificar diferença apenas entre os grupos relacionados ao sexo dos pais/responsáveis ($U = 75,000$, $p < 0,05$), onde o sexo feminino apresentou maiores índices nos estilos autoritário e permissivo. Verificou-se



que em relação a raça e escolaridade não houve diferença significativa quanto aos estilos parentais. Assim, os resultados preliminares apontam que o estilo parental pode estar relacionado a variável sexo. Essas análises, apesar de serem iniciais e de apenas parte dos dados, podem nos ajudar a compreender em parte a relação entre as variáveis avaliadas, sendo relevante para o entendimento acerca do papel do perfil sociodemográfico na atuação parental, sendo um material que pode ser utilizada na realização de pesquisas na área da parentalidade.

Programas e intervenções no contexto da parentalidade na primeira infância: uma revisão de escopo

Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Lucas Gonçalves da Silva (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo O exercício da parentalidade visa assegurar a sobrevivência e a educação da criança e é um processo histórico, temporal e dinâmico que varia entre as famílias. A parentalidade é atravessada pelas cognições parentais, que envolvem crenças, metas de socialização e o conhecimento sobre desenvolvimento infantil e práticas educativas, as quais, por sua vez, reverberarem no desenvolvimento da criança. A partir desse entendimento, programas e intervenções são desenvolvidos neste âmbito com o intuito de auxiliar os progenitores no desenvolvimento desse processo, seja por meio da educação parental ou de outros tipos de suporte. Portanto, esse estudo de revisão de escopo buscou analisar a literatura de artigos empíricos publicada até o ano de 2020 que trata sobre a avaliação de programas e intervenções sobre a parentalidade no contexto da primeira infância. A busca de artigos foi realizada a partir dos descritores "Parents" e "Early childhood" nos títulos dos artigos nas plataformas Portal Periódicos Capes, Web of Science, Pubmed e Scielo. Foram utilizados como critérios de inclusão: artigos empíricos revisados por pares; artigos redigidos em qualquer idioma e publicados até o ano de 2020; que abordassem exclusivamente a parentalidade relativa à primeira infância (0 e 6 anos de idade); artigos cujos participantes incluíssem pais e mães, podendo ter ou não outros participantes além desses; e, por fim, artigos que incluíssem a abordagem de programas e intervenções voltados para a parentalidade na primeira infância. Foram analisados o ano de publicação dos estudos, os países nos quais foram desenvolvidos, os instrumentos de pesquisa utilizados e os principais resultados encontrados. Como resultado final foram incluídos 28 artigos. Notou-se um aumento significativo na última década das produções sobre avaliação de programas da parentalidade na primeira infância. Esse achado se relaciona com o surgimento da infância moderna, na qual o lugar social da criança é afirmado, fazendo-se reconhecer as especificidades e importância do cuidado e seguridade na primeira infância, reverberando na ascensão de programas e intervenções sobre a parentalidade. Para mais, os estudos encontrados foram realizados em contextos sociais com índices de desenvolvimento mais elevados, o que segue uma tendência da maior parte das produções científicas de possuírem



amostras homogêneas, principalmente derivadas de países ocidentais e economicamente desenvolvidos. Quanto aos métodos utilizados nas pesquisas, notou-se a maioritriedade dos questionários, escalas e entrevistas. Sobre os principais resultados encontrados, destacam-se a satisfação positiva dos cuidadores com os programas e intervenções dos quais participaram, além da comprovação de efeitos positivos na parentalidade dos participantes dos programas, quando comparados com uma linha de base ou com outras amostras que não participaram de programas de intervenção. Verifica-se que o recurso do autorrelato foi amplamente utilizado como método de avaliação dos programas, assim indica-se a necessidade de diversificar tal método. Por fim, ressalta-se a importância de conhecer as boas experiências das intervenções que estão sendo desenvolvidas, bem como as possibilidades de aplicação desses programas a outras realidades considerando as especificidades contextuais.



SC 21 | Adolescência e escolha profissional: aspectos envolvidos e caminhos possíveis

Katia Nahum Campos (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A escolha profissional na adolescência é um processo complexo, influenciado por diversos fatores, e vai além de uma decisão sobre qual carreira seguir; trata-se de uma afirmação da identidade pessoal e profissional. A orientação profissional, nesse contexto, se destaca como essencial para apoiar os jovens na construção de seus projetos de vida e na tomada de decisões sobre o futuro acadêmico e profissional. Nesta direção, ressalta-se, nesta sessão coordenada diferentes aspectos envolvidos na escolha profissional e na construção da identidade do adolescente, destacando a importância da orientação profissional neste processo. O primeiro trabalho discute os desafios da construção da identidade profissional na adolescência, compreendendo a adolescência como um período de intensas transformações físicas e psicológicas e como uma fase em que a busca por identidade e autonomia está fortemente presente. O trabalho ressalta a importância da escuta clínica na orientação profissional, que permite ao psicólogo considerar não só os aspectos profissionais, mas também as questões emocionais e sociais que influenciam a decisão do adolescente. O segundo trabalho explora o papel da família no processo de escolha profissional dos filhos, discutindo como as influências familiares podem ser trabalhadas na orientação profissional, auxiliando o adolescente a reconhecê-las e utilizá-las conscientemente na construção de seu projeto de vida pessoal e profissional. O terceiro trabalho, por sua vez, aborda o papel do professor no processo de escolha profissional dos adolescentes no ensino médio. A inserção da disciplina "Projeto de Vida" no currículo demanda capacitação dos professores para que possam oferecer suporte aos alunos no desenvolvimento do autoconhecimento e na tomada de decisões conscientes. Finalmente, o quarto trabalho aborda a transição do ensino médio para o ensino superior e discute a importância do apoio à escolha profissional para jovens que ingressaram recentemente na universidade. Embora já tenham realizado uma primeira escolha, a orientação profissional, ao oferecer um espaço de escuta e promoção do autoconhecimento, pode auxiliar os alunos insatisfeitos no processo de reescolha, promovendo bem-estar e permanência acadêmica. Assim, a partir da discussão dos aspectos envolvidos na escolha profissional do adolescente, pretende-se refletir a respeito de caminhos possíveis que contribuam na construção de sua identidade profissional e escolhas futuras, apontando para a importância da orientação profissional nessa fase do desenvolvimento.

A construção da identidade profissional na adolescência: desafios no atendimento de Orientação Profissional

Rita Helena Gonçalves Nani (Consultório particular)

Resumo A adolescência é um período peculiar do desenvolvimento humano, marcado por transformações significativas, tanto físicas quanto psicológicas. É uma fase



de busca por identidade, autonomia e independência, bem como um momento intenso de autoconhecimento e construção de valores pessoais e sociais. Essas mudanças influenciam diretamente o processo de escolha profissional, um dos primeiros grandes desafios decisórios que o adolescente enfrenta e que terá impacto em sua vida adulta. Nessa fase, a escolha profissional vai além de uma simples decisão sobre qual carreira seguir; é uma forma de o sujeito dizer ao mundo quem ele quer ser. Sabe-se que a construção da identidade se dá ao longo de toda a vida, em interação com o ambiente sociocultural. No caso da identidade profissional, ela está intimamente ligada à identidade pessoal, pois ambas resultam das identificações feitas ao longo da trajetória de vida. A identidade profissional, portanto, é formada a partir da autopercepção que o adolescente tem dos papéis profissionais que observa e vivencia, influenciado por figuras importantes como pais, familiares e professores. Dessa forma, a identidade pessoal e profissional do indivíduo é moldada por esses relacionamentos e influências, determinando seu lugar na família e na sociedade. A Orientação Profissional na clínica desempenha um papel importante ao ajudar o adolescente a lidar com as complexas questões de identidade e profissionais. Esse processo auxilia na conexão de seus interesses, habilidades e valores com as demandas e oportunidades do mercado de trabalho, promovendo uma escolha profissional mais consciente e alinhada com sua identidade emergente. Ao conhecer a realidade das carreiras, como suas exigências, desafios e perspectivas futuras, o jovem se prepara melhor para fazer escolhas que não apenas reflitam seus desejos, mas também considerem o contexto real no qual atuará. Fica claro, então, que esse processo é repleto de desafios. Pressões sociais, expectativas familiares e a ansiedade sobre o futuro podem prejudicar a clareza na tomada de decisões. Nesse cenário, a escuta clínica torna-se fundamental. O psicólogo, ao adotar uma postura de escuta atenta e empática, deve ajudar o adolescente a reconhecer as várias dimensões que envolvem a escolha profissional. Essa abordagem permite ao orientador considerar não só os aspectos profissionais, mas também as questões emocionais, sociais e culturais que influenciam o processo de tomada de decisão do jovem. Ao oferecer essa escuta qualificada, o psicólogo pode orientar o adolescente na construção de uma escolha profissional mais coerente com sua identidade, contribuindo para seu desenvolvimento pessoal e profissional de maneira integrada. Assim, o atendimento de Orientação Profissional proporciona ferramentas e suporte essenciais para que o adolescente possa fazer essa transição com maior autoconhecimento e segurança, facilitando uma escolha mais consciente e satisfatória, que será a base para seu futuro pessoal e profissional.

A Família no processo de escolha profissional dos filhos

Roberta Maria Fernandes Cavalcante (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Pretende-se aqui discutir a influência da família na escolha profissional dos filhos, especificamente na fase da adolescência, período mais comum e adequado para a vivência deste processo. A adolescência é uma fase de diversas mudanças e definições que também causam angústia aos jovens, e dentre elas está a escolha profissional, que exige saber sobre a área de atuação, rotina de trabalho, salário



e todos os aspectos que acompanham a vida profissional do sujeito no contexto brasileiro contemporâneo. Este é um período de formação da identidade, em que o jovem se depara com uma série de escolhas que pode “definir” o seu futuro, dentre elas a escolha profissional. Sabe-se que há vários fatores que podem estar presentes na escolha profissional do jovem e a família é um fator muitas vezes determinante na escolha, que pode tanto ajudar quanto dificultar o jovem em sua escolha no momento da decisão profissional. As influências familiares podem ser trabalhadas de diversas formas, durante o processo de orientação profissional no contexto clínico, podendo auxiliar o adolescente a compreender as questões que estão por trás de sua escolha. Quando o jovem reconhece essas influências, ele pode utilizá-las, de forma consciente, ao estabelecer o seu projeto de vida pessoal e profissional. Destaca-se ainda, a importância do Orientador Profissional que atua na Clínica trazer a família do jovem de primeira escolha para participar do processo de orientação profissional, seja de forma direta durante a escolha profissional do filho ou em encontro com os pais e indiretamente, por meio das atividades a serem realizadas pelo jovem junto a família, pois percebe-se que os pais que vivenciam a fase da escolha profissional dos filhos, de forma atenta, podem atuar como facilitadores no enfrentamento das mudanças em curso. Cabe ao Orientador Profissional a responsabilidade de ajudar os membros da família a lidarem com seus medos, expectativas, eventuais conflitos e dificuldades no processo de adaptação às mudanças resultantes da escolha profissional dos filhos, bem como no reconhecimento das influências que os filhos podem receber, intencional ou inconscientemente por parte de seus pais, tanto quanto das influências advindas do meio social no qual se encontram inseridos, fortalecendo nos filhos um posicionamento mais autônomo e protagonista na construção do seu futuro.

O papel do professor na escolha profissional do adolescente no Ensino Médio

Katia Nahum Campos (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A escolha da profissão é um momento decisivo na vida dos adolescentes, especialmente durante o ensino médio, quando são feitas decisões importantes sobre o futuro acadêmico e profissional. Nesse contexto, a orientação profissional destaca-se como uma ferramenta essencial para apoiar os jovens no processo decisório, oferecendo um ambiente seguro para que eles explorem suas capacidades, interesses e valores. A escola, após a família, é o espaço onde os adolescentes passam a maior parte do tempo e onde elaboram muitos dos seus projetos de vida. A implementação da disciplina “Projeto de Vida” nas escolas regulares representa um avanço significativo na discussão sobre as perspectivas de futuro dos alunos, o desenvolvimento do autoconhecimento e a tomada de decisões pessoais e profissionais. A proposta da disciplina é incentivar o estudante a refletir sobre quem é, quem gostaria de ser e como planejar o caminho para alcançar o que pretende ser. Essa reflexão busca articular a singularidade do indivíduo com os contextos em que



ele está inserido, fornecendo suporte nas escolhas de vida pessoal, social e profissional. O presente trabalho tem como objetivo discutir o papel dos professores nesse momento de decisão profissional, considerando o impacto significativo que eles exercem nas escolhas dos alunos. Os professores têm um papel estratégico na orientação profissional devido à sua proximidade e influência direta sobre os estudantes. Além das responsabilidades acadêmicas, os educadores são fundamentais para o desenvolvimento integral dos alunos, auxiliando-os na exploração e compreensão das diversas opções de carreira. Para que ofereçam um suporte eficaz e integrado, é essencial capacitá-los objetivando complementar o currículo escolar com a aplicação de técnicas e metodologias que auxiliem os alunos na exploração e reflexão sobre suas aptidões e interesses. Atividades práticas, como oficinas de autoconhecimento, dinâmicas de grupo e o uso de ferramentas de orientação profissional, são eficazes na identificação de interesses e habilidades dos estudantes. Elas criam um ambiente de apoio e reflexão, permitindo que os alunos explorem diferentes trajetórias profissionais, o que promove escolhas mais conscientes, em consonância com suas expectativas e competências. A escola, como espaço social de construção e formação da identidade dos adolescentes, configura-se como importante meio de viabilização de seus projetos de vida, especialmente no ensino médio, período em que enfrentam a pressão dos pais e começam a se posicionar profissional, social e financeiramente. Capacitações específicas para professores, focadas na orientação profissional, geram resultados positivos, preparando os educadores para enfrentar os desafios associados ao processo de orientação e para abordar questões de escolha profissional com seus alunos. Conclui-se que a formação contínua e especializada é essencial para o sucesso da orientação profissional nas escolas, garantindo que os professores estejam atualizados sobre as melhores práticas e abordagens na área. O envolvimento dos professores como facilitadores nesse processo é importante para apoiar os alunos em sua transição para o mercado de trabalho e nas decisões que impactarão o seu futuro, proporcionando o suporte necessário para o planejamento e a definição de seu projeto de vida.

Transição escola-universidade: orientação profissional para adolescentes no ensino superior

Maria Elisa Almeida Bacal (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Laísa Azevedo Esteves de Barros (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A transição da escola para o ensino superior pode ser um período crítico do ciclo de vida, uma vez que implica em adaptações em diversos âmbitos da vida do sujeito. Sair do ensino médio e ingressar na universidade significa para o estudante deixar para trás papéis, rotinas, relacionamentos interpessoais, ou seja, implica numa alteração do estilo de vida. Com isso, emergem as responsabilidades na vida do estudante, tanto no que diz respeito às exigências acadêmicas do ensino superior, quanto à gestão de seu tempo, de sua aprendizagem e de suas escolhas.



Nesse sentido, a escolha da profissão é um dos aspectos importantes que marcam esse momento da vida do adolescente, despertando dúvidas e incertezas. Este trabalho tem por objetivo discutir a importância do apoio à escolha profissional para estudantes que recém ingressaram no ensino superior e não se sentem pertencentes ao curso escolhido ou ainda possuem dúvidas sobre a escolha. A partir dos relatos em atendimentos realizados com estudantes de primeiro ano, em um serviço de orientação profissional para universitários, observa-se que o sentimento de uma escolha “inadequada” dá-se por uma fragilidade no conhecimento de si mesmo, pouca compreensão das motivações para a escolha, opção por um curso que tenha vagas disponíveis e falta de informação sobre cursos e carreiras. Assim, oferecer um espaço de escuta e acolhimento, de promoção do autoconhecimento e da construção da identidade profissional auxilia o aluno em seu processo de reescolha, possibilitando a reflexão sobre suas incertezas, inquietações e insatisfação com o curso inicialmente escolhido. Ao investir no apoio adequado durante essa fase de transição, as instituições de ensino superior contribuem para uma transição bem-sucedida da escola para a universidade, bem como para a diminuição dos índices de evasão nas universidades. Esse movimento, aliado a outras estratégias de suporte ao estudante, representa oportunidades de permanência e continuidade na formação ao longo da trajetória acadêmica, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos alunos.



SC 22 | Avaliação e intervenção em parentalidade em diferentes contextos de desenvolvimento

Larissa Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí)

Resumo A parentalidade constitui-se como processo de interações de um adulto com seu/sua filho/a efetivado por meio de um conjunto de ações pelas quais pais e mães se engajam na criação e no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Por se tratar de um fenômeno multideterminado, o modo como a parentalidade é exercida pode sofrer influências de fatores individuais dos pais e de determinantes sócio-culturais e familiares, a exemplo, a transmissão intergeracional de práticas parentais, saúde mental parental, táticas de resolução de conflitos e o comportamento de crianças e adolescentes. Diante de sua complexidade, se faz necessário o uso de instrumentos de mensuração adequados para a cultura brasileira e consistentes com os avanços das pesquisas sobre desenvolvimento e parentalidade. Além da avaliação da parentalidade, a descrição de sua ocorrência e o estabelecimento de explicações sobre seu funcionamento no contexto brasileiro são fundamentais para gerar evidências empíricas, as quais são a base para a proposição de intervenções para promoção da parentalidade e, por consequência, do desenvolvimento de crianças e adolescentes. Nesta proposta, reúnem-se quatro pesquisas que ilustram o potencial da promoção do desenvolvimento da criança e do adolescente por meio da avaliação, investigação e intervenção em diferentes aspectos da parentalidade em famílias com crianças e adolescentes. O primeiro estudo apresenta o Inventário Multidimensional da Parentalidade, um instrumento construído por pesquisadores brasileiros para avaliar as dimensões da parentalidade, e suas evidências de validade. O segundo estudo versa sobre o interjogo entre características da família de origem dos pais e o exercício da parentalidade ao apresentar os resultados sobre a predição da transmissão intergeracional das práticas parentais na parentalidade de pais e mães em famílias brasileiras com crianças entre 3 e 11 anos. O terceiro estudo destaca a relevância da inclusão de eventos estressores em investigações sobre parentalidade e desenvolvimento infantil no Brasil, e apresenta os resultados da investigação dos impactos psicológicos da pandemia da COVID-19 sobre a saúde mental positiva dos pais, a parentalidade e os comportamentos das crianças. Por fim, o quarto estudo dá destaque à aplicação destes conhecimentos junto à população brasileira numa proposta de promoção da parentalidade, ao apresentar os resultados da proposição e da análise da eficácia de um programa de intervenção para a parentalidade positiva em famílias de adolescentes. Em conjunto, os estudos retratam a interlocução necessária das contribuições possíveis da avaliação, investigação e intervenção da Psicologia do Desenvolvimento, visando a promoção da parentalidade e do desenvolvimento da criança e do adolescente.



Memórias de práticas parentais e a parentalidade: um estudo intergeracional

Mauro Luís Vieira (Universidade Federal de Santa Catarina), Tamires Dias dos Santos, Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Andriéli de Oliveira Brizola Machado (Autônoma)

Resumo Um encontro com o passado é propiciado pelo momento do ciclo vital no qual sujeitos passam a assumir em sua vida o papel parental. Entende-se que muitos pais transmitem para a relação com seus filhos, suas vivências de infância, aspectos de sua própria história de criação. A presente pesquisa objetivou analisar as implicações de lembranças de práticas parentais sobre a parentalidade paterna e materna em famílias brasileiras com crianças de 3 a 11 anos. Neste estudo a transmissão intergeracional é analisada a partir da análise de lembranças de práticas parentais, considerando a relevância da memória enquanto um processo psicológico básico dos seres humanos. Essa pesquisa é de natureza quantitativa, transversal, descritiva, correlacional e explicativa. A amostra foi composta de 333 mães e 99 pais (homens). Os participantes responderam a Escala de Lembranças sobre Práticas Parentais reduzido (s-EMBU), que avalia lembranças sobre a educação recebida ao longo da infância e ou adolescência) e ao Inventário Multidimensional da Parentalidade (IMP) que verifica diferentes dimensões que compõem a parentalidade a partir de itens que descrevem comportamentos parentais. Por meio das regressões lineares múltiplas realizadas, constatou-se que o suporte ou calor emocional da mãe foi a variável que teve maior valor preditivo sobre a parentalidade atual de mães e pais, mas com efeitos diferenciados para esses. As lembranças de calor emocional materno recebido pela mãe teve efeito significativo e positivo sobre a confirmação afetiva ($\beta=0,120$; $p=0,002$), a correção ($\beta=0,106$; $p=0,017$), a responsividade às dificuldades dos filhos e filhas ($\beta=0,125$; $p=0,001$) e os cuidados básicos maternos ($\beta=0,081$; $p=0,012$) atuais. No caso dos pais homens os efeitos foram marginalmente significativos, sendo que: a) as lembranças de calor emocional materno preditor positivo da confirmação afetiva deles em relação aos filhos(as) ($\beta=0,140$; $p=0,063$); e b) as lembranças paternas de rejeição tiveram efeito negativo sobre os cuidados básicos atuais dos pais ($\beta=-0,227$; $p=0,063$) e inversamente as lembranças de superproteção paterna forma um preditor positivo dos cuidados básicos ($\beta=0,229$; $p=0,064$). Os resultados indicam uma continuidade das lembranças positivas da parentalidade materna tanto para mães como para os pais, apontando as lembranças de calor materno como um fator de proteção para parentalidade atual. Ainda há indicativos de uma descontinuidade na parentalidade paterna em relação as lembranças do próprio pai, pela ausência de efeitos estatisticamente significativos, corroborando pesquisas atuais que apontam para transformações na relação pai-filho/as na atualidade. Além disso, a predição positiva marginal da lembrança de superproteção paterna sobre os cuidados básicos dos pais pode indicar para diferenças na cultura brasileira em que essa dimensão é compreendida como protetiva da criança. Por fim, o efeito negativo da lembrança de rejeição paterna sobre os cuidados básicos do pai indica que essas lembranças podem ser um fator de risco no desenvolvimento de uma paternidade adequada. Esses achados destacam a importância das experiências emocionais na infância na formação da parentalidade futura, reforçando a necessidade de considerar as dinâmicas familiares e os aspectos emocionais no desenvolvimento de programas de apoio à parentalidade. Financiamento: CNPq e IPESVC.



Modelo Relacional da Parentalidade: construção e evidências de validade do IMP - Inventário Multidimensional da Parentalidade

Larissa Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí), Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo Os comportamentos de pais e mães quando engajados em interações com seus/suas filhos/as podem impulsionar ou inibir o desenvolvimento infantil. Historicamente, o conjunto dessas ações parentais têm sido definido como práticas parentais e/ou estilos parentais. Perspectivas atuais trabalham com a definição da parentalidade como um fenômeno composto por multidimensões, ou seja, grandes conjuntos gerais que representam processos independentes. Para o contexto brasileiro, nos instrumentos construídos ou adaptados há prevalência de medida das práticas ou estilos parentais, também sobressalta a necessidade de escalas com evidências de validade para crianças pré-escolares e escolares. Portanto, o objetivo desta pesquisa foi apresentar as evidências de validade e precisão do Inventário Multidimensional da Parentalidade, um instrumento construído no contexto brasileiro. Este estudo buscou evidências baseadas no conteúdo por meio da análise de juízes e análise semântica que envolveram pesquisadores em Psicologia do Desenvolvimento, psicólogos que trabalham com famílias e crianças, pais e mães. Compuseram a primeira versão do instrumento 78 afirmativas de autorrelato a serem respondidas em uma escala tipo Likert de seis pontos. As evidências com base na estrutura interna e indicadores de precisão foram avaliadas em uma amostra de 671 pais e mães residentes no Brasil que responderam ao instrumento via formulário digital. A estrutura do instrumento foi verificada via Análise Fatorial Confirmatória e verificação dos parâmetros dos itens a partir da Teoria Clássica dos Testes. O Modelo de melhor ajuste apresentou 57 itens distribuídos em sete dimensões: confirmação afetiva ($\alpha=0.874/\omega=0.827$); correção ($\alpha=0.878/\omega=0.886$), cuidados básicos ($\alpha=0.791/\omega=0.795$), responsividade às dificuldades ($\alpha=0.759/\omega=0.763$); estimulação ($\alpha=0.796/\omega=0.768$); coerção ($\alpha=0.677/\omega=0.674$) e inconsistência ($\alpha=0.629/\omega=0.631$). A partir das mesmas dimensões, foram testados modelos de versão breve (35 itens) e muito breve (21 itens) que se mostraram adequados. A invariância da medida para pais e mães também foi confirmada, contribuindo para superar a necessidade preexistente indicada na literatura de um instrumento cujo conteúdo pudesse avaliar a parentalidade de pais e mães, cujas comparações possam ser fidedignas. As dimensões do IMP correlacionaram-se entre si e com demais variáveis como saúde mental positiva, coparentalidade, apoio social, lembranças de práticas de criação, problemas de comportamento internalizantes e externalizantes, e comportamento pró-social da criança. Este resultado corrobora a hipótese multidimensional da parentalidade e gera evidências de validade convergente com fenômenos externos. Desse modo, o IMP apresentou evidências favoráveis de validade de conteúdo, construto, critério e precisão. Sugere-se o uso da versão breve em pesquisas por ter evidências de validade adequadas e por sua praticidade. Já para avaliações psicológicas ou rastreio na atuação em contextos clínicos e psicossociais, sugere-se o uso da versão longa, pelos índices promissores e poder discriminante das características da relação pai/mãe-filho/a. Destaca-se que o IMP foi construído com base na prática profissional e na parentalidade de mães e pais brasileiros, e suas evidências de validade e precisão favoráveis reforçam sua



aplicabilidade no contexto brasileiro e relevância para análise da parentalidade com sensibilidade cultural. Por fim, a estrutura dimensional do instrumento e dados de validação favoráveis corroboram com as dimensões e com a perspectiva relacional da parentalidade proposta no Modelo Relacional da Parentalidade.

Pesquisa-Intervenção em Parentalidade Positiva com Famílias de Adolescentes

Carina Nunes Bossardi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí), Caroline Signori Feix (CRP), Vanila Maria Paes Tillmann (Prefeitura de Pomerode), Aline Cardozo Costa (autônoma), Larissa Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí), Liandra Ruppenthal Cardoso (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí), Josiane da Silva Delvan (UNIVALI), Adriana Bollmann

Resumo A literatura da área demonstra o potencial de intervenções dirigidas a pais de crianças (cuidadores) e de adolescentes para promoção de relações funcionais, baseados em princípios de parentalidade positiva, conhecimentos sobre desenvolvimento e sobre aspectos do comportamento infanto juvenil. Com o objetivo de propor um programa de intervenção para a parentalidade positiva com vistas à reflexão sobre resolução de conflitos e a promoção de desenvolvimento em famílias de adolescentes, esta pesquisa de natureza aplicada, descritiva e correlacional, com uso de metodologia quantitativa, aplicou instrumentos pré e pós-intervenção para a análise da eficácia do programa. Os instrumentos utilizados foram: Inventário de Estilos Parentais (IEP), Parent-Child Conflict Tactics Scales (CTSPC), Questionário de Capacidades e Dificuldades (Strengths and Difficulties Questionnaire - SDQ). A proposta de intervenção consiste em oito encontros com grupos de pais de adolescentes, na modalidade on-line, para anamnese e coleta de dados, trocas de experiências e orientação a pais. Este estudo foi composto por 22 famílias (pais e mães de adolescentes), dentre estes, 20 mães e 2 pais. Através dos resultados obtidos na aplicação dos instrumentos no pré e pós-teste, observou-se alterações positivas nas dimensões do IEP. Com relação às variáveis do instrumento CTSPC, os dados demonstraram que na tática de resolução de conflitos adotados pelos pais relacionadas aos meninos, existe uma diminuição perceptível nas médias relacionadas ao pós-teste considerando a "disciplina não violenta", "agressão psicológica" e "punição corporal". Já as táticas de "maus tratos físicos" apresentaram uma sutil modificação e não houve alteração nos "maus tratos físicos graves". Os resultados do sobre o comportamento adolescente evidenciou no pós-teste que houve alterações, na sua maioria positivas, naqueles comportamentos classificados como clínicos após a intervenção. Os "sintomas emocionais" são os que mais apresentaram indicações clínicas dentre as famílias. Os desafios enfrentados no exercício da parentalidade e nas formas para resolução dos conflitos em famílias com filhos adolescentes revelam que, mesmo após a intervenção com um programa de parentalidade positiva, quando os pais deixam de exercer práticas negativas, não necessariamente, passam a exercer práticas mais positivas. Como um dos produtos derivados deste projeto, obteve-se um manual



voltado a profissionais da saúde para realização da intervenção, cujo objetivo é disseminar tais conhecimentos obtidos e proporcionar a replicabilidade do Programa de Parentalidade Positiva a mais famílias, inseridas na rede de saúde. Como desdobramentos do projeto maior estão duas pesquisas de mestrado em andamento. A primeira com objetivo de desenvolver um manual para orientar profissionais da área da educação sobre a parentalidade positiva nas famílias de adolescentes e formas de praticar a relação família-escola, e a segunda de elaborar um manual de instruções para promoção de resiliência em adolescentes aplicado a familiares e profissionais da educação no contexto da adolescência. Espera-se promover reflexões e possibilidades de aprimoramentos no campo da pesquisa e intervenção especialmente no que se refere à parentalidade positiva com vistas a diminuição das possibilidades de violência intrafamiliar e melhoria nas capacidades dos adolescentes em prol das suas dificuldades comportamentais nas relações com a família e com a escola.

Financiamento: FAPESC; PIBIC/CNPq

Poder Mediador da Saúde Mental Positiva Parental entre os impactos psicológicos da COVID-19 na parentalidade dos pais e comportamento da criança

**Carolina Duarte de Souza (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina),
Beatriz Pires Coltro (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina), Larissa
Paraventi (UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí)**

Resumo Este estudo teve como objetivo investigar os impactos psicológicos da pandemia da COVID-19 sobre a saúde mental positiva dos pais, a parentalidade e os comportamentos das crianças. Participaram 144 figuras parentais, em sua maioria mulheres (82%), brancas (81,3%) com idade média de 38 anos ($DP= 5,398$), e renda familiar entre 5 e 10 salários mínimos, mães de meninas (54,7%), variando entre 3 e 11 anos de idade ($M=6,073$; $DP= 2,501$). Os participantes preencheram instrumentos sobre os impactos psicológicos da COVID-19 sobre pais/mães, sobre a saúde mental positiva parental, sobre parentalidade (afetividade positiva e coerção parental) e sobre o comportamento da criança (dificuldades e capacidades). O modelo de análise de caminhos considerando o efeito indireto do impacto psicológico da COVID-19 sobre a parentalidade e os comportamentos da crianças, por meio dos efeitos diretos da saúde mental positiva parental health apresentou ótimo ajuste [$S-B \chi^2=7.602$ (5), $p=0.180$; CFI Robusto=0.974; RMSEA Robusto=0.059; SRMR=0.036]. Os impactos psicológicos da COVID-19 tiveram um efeito direto estatisticamente significativo negativo sobre a saúde mental parental ($\beta=-0,333$; $p=0,000$). A saúde mental parental teve efeitos diretos estatisticamente significativos sobre o comportamento da criança: negativo sobre as dificuldades da criança ($\beta=-0,337$; $p=0,000$) e positivo sobre suas capacidades ($\beta=0,374$; $p=0,000$). Ainda, a coerção parental teve um efeito direto estatisticamente significativo positivo sobre as dificuldades da criança ($\beta=0,216$; $p<0,001$). Os caminhos de mediação das dimensões da parentalidade não foram estatisticamente significativos isoladamente. Os efeitos mediados



estatisticamente significativos dos impactos psicológicos da COVID-19 foram negativos sobre as capacidades da criança tanto indiretamente por meio da saúde mental parental ($\beta = -0,124$; $p < 0,01$), como no efeito total ($\beta = -0,129$; $p < 0,01$); e positivos sobre às dificuldades da criança tanto indiretamente por meio da saúde mental parental ($\beta = 0,112$; $p < 0,01$), como no efeito total ($\beta = 0,121$; $p < 0,01$). O presente estudo evidenciou que o impacto psicológico da COVID-19 afetou pais e filhos por meio do seu efeito negativo sobre a saúde mental dos pais, um recurso relevante para o exercício da parentalidade positiva, resultando em mais problemas de comportamento e menos comportamentos adaptativos nas crianças. Coerente com outros estudos já realizados em outros países, esses resultados evidenciam maior vulnerabilidade das crianças a coerção parental. Conclui-se que por problemas nacionais internos, a saúde mental dos pais brasileiros é afetada negativamente cotidianamente, o que pode indicar que, mesmo numa situação de crise global eles podem ter desenvolvido estratégias de enfrentamento a situações adversas anteriormente, mantendo as práticas parentais positivas e negativas durante a pandemia. É preciso identificar fatores de risco psicológicos e socioeconômicos decorrentes da pandemia e, principalmente, do distanciamento social para se colocar em prática estratégias de enfrentamento no momento pós pandêmico e numa futura pandemia. A dificuldade de compor uma amostra mais diversa impede generalizações a outros grupos e populações, já que famílias biparentais heteroafetivas do sul do Brasil, com condição socioeconômica relativamente alta, foram super-representadas. Assim, é possível que os resultados aqui relatados possam divergir para famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica e/ou de grupos étnicos minoritários e/ou de diferentes configurações familiares.

Financiamento: CNPq, IPEVSC.



SC 23 | Contradição entre Risco e Proteção nas Instituições de Acolhimento: Experiências de Adolescentes Brasileiros durante a Pandemia da Covid-19

Débora Ananias Guimarães (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo O Acolhimento Institucional é uma medida de proteção prevista pelo Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), para crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados. São contextos cuja família não se apresenta como ambiente protetivo, ou mesmo pela ausência desta, na condição de orfandade, e quando não há outros adultos próximos que possam exercer a função de guardião legal. As crianças e adolescentes residentes em acolhimento institucional, necessariamente já passaram por situações de risco e ou violação de direitos, que os colocam em uma condição de vulnerabilidade. Assim sendo, entendemos que a pandemia da Covid-19 teve potencial para acentuar ainda mais as fragilidades vivenciadas por adolescentes que residiam nessas instituições durante o período crítico da pandemia, na medida que o fechamento de escolas e outros espaços considerados protetivos, se somaram a crise sanitária ocasionada pela disseminação mundial do vírus. Buscando entender os impactos da pandemia na vida de adolescentes acolhidos, a presente sessão coordenada se propõe a apresentar recortes de uma pesquisa multicêntrica, realizada por pesquisadores de diversas universidades do país, que teve como objetivo central mapear os impactos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. O primeiro trabalho a compor a sessão, intitulado "Vivências da Pandemia da Covid-19: Análise de Entrevistas com Adolescentes em Instituições de Acolhimento, a partir da Psicologia Histórico-Cultural" apresentará as vivências de adolescentes brasileiros que residiam em acolhimento institucional, durante a pandemia da Covid-19. Participaram do estudo 31 adolescentes, de 7 cidades brasileiras, pertencentes as 5 regiões do país. O segundo trabalho, cujo título é "Impactos da pandemia COVID-19 em adolescentes em situação de acolhimento institucional", tem por objetivo identificar como a pandemia influenciou nos modos de vida de 3 adolescentes residentes de acolhimento no estado de Tocantins. Já o terceiro e último estudo a encerrar a sessão, é nomeado como "Percepções dos adolescentes em situação de Acolhimento Institucional sobre a Saúde Mental em tempos de Covid-19: Desafios e Possibilidades de Enfrentamento", analisa a percepção de 6 adolescentes em situação de acolhimento institucional, em uma capital do Nordeste, sobre o impacto na saúde mental durante a pandemia, bem como os desafios e possibilidades de enfrentamento. Além da urgência de se analisar o impacto que crises mundiais, como a causada pela pandemia da Covid-19, tem na vida de adolescentes em contextos de vulnerabilidade social, a somatória desses estudos nos dá arcabouço científico para a compreensão das vivências heterogêneas de cada adolescente em momentos de crise, além de apontar caminhos para o fortalecimento da rede de proteção.



Impactos da pandemia COVID-19 em adolescentes em situação de acolhimento institucional

Ana Cristina Serafim da Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Júlia Ruffo (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins)

Resumo O objetivo deste trabalho foi identificar como a pandemia COVID-19 influenciou nos modos de vida dos adolescentes em situação de acolhimento institucional. Os impactos da pandemia da COVID-19 têm sido estudados pelo mundo inteiro, identificando os inúmeros efeitos negativos e prejudiciais à saúde mental e física dos adolescentes que vivem em situação de vulnerabilidade social. Pensando no isolamento social como medida de contenção social, a psicologia não pôde contribuir presencialmente nas escolas ou nos lares de acolhimento institucional, mas pode contribuir com pesquisas e escutas que possibilitem aos participantes serem escutados e seus sentimentos validados. Trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva. Foi realizado um estudo misto simultâneo, que é a junção de instrumentos qualitativos e quantitativos, com a finalidade de expandir os recursos analíticos da pesquisa e garantir maior entendimento do problema pesquisado. A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento localizada em um território de vulnerabilidade social, no município de Porto Nacional, no estado do Tocantins. Foi feito contato com a coordenadora da instituição de acolhimento para autorização e anuência da pesquisa. Participaram desta, 3 adolescentes, sendo 2 meninos e 1 menina, com idades entre 12 e 13 anos, que se enquadravam dentro dos critérios de inclusão da pesquisa. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico e sobre a exposição ao Covid-19, 1 (um) questionário sobre o conhecimento, atitude e prática em relação à pandemia e 1 (uma) entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados pela técnica de Análise Temática. A partir da análise dos instrumentos, chegaram-se duas categorias: 1. Isolamento social vs interação social; 2. O medo de ser contaminado. Os dados da pesquisa mostraram que os participantes enfrentaram muitas dificuldades de adaptação durante a pandemia, um dos fatores mais citados foi o isolamento e a falta de interação social com outras pessoas, o que trouxe diversos efeitos negativos para os adolescentes. A maioria dos adolescentes sentiram dificuldade em permanecer e seguir a nova rotina de funcionamento da casa de acolhimento, onde não podiam ver seus pais e nem ir à escola. Assim, as relações e vínculos familiares podem ter sido fragilizadas devido ao distanciamento social. Além de que, os adolescentes e as famílias que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social, são frequentemente mais afetados pela falta de recursos tanto financeiros quanto emocionais de enfrentamento da pandemia. Todos os adolescentes expressaram em suas falas o receio em relação à COVID-19, incluindo preocupação com sua própria saúde e as possíveis sequelas da contaminação, sejam elas os sintomas ou a transmissão com aqueles que mantinham contato ou que estavam na casa de acolhimento. Foram apontados sentimentos como: medo, preocupação, solidão, ansiedade, que contribuem para a insegurança relacionada às perspectivas de futuro destes adolescentes e à qualidade de vida que poderiam ter tido durante a pandemia, mesmo estando inseridos no serviço institucional. Diante disso, é imprescindível que sejam criadas soluções e recursos junto à rede de políticas públicas para acolher esses sentimentos e promover saúde mental aos adolescentes instituídos em casas de acolhimento.



Percepções dos adolescentes em situação de Acolhimento Institucional sobre a Saúde Mental em tempos de Covid-19: Desafios e Possibilidades de Enfrentamento

M^a do Socorro do Valle (Hospital de Saúde Mental de Fortaleza), Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza), Cadidja Caldas Silva (outro)

Resumo As adversidades causadas pela Covid-19 afetaram adolescentes e as famílias de formas avassaladoras. O período de distanciamento, o aumento da instabilidade econômica e social acentuaram a exposição a uma série de fatores de risco à essa população. Ambientes familiares que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social foram afligidos de forma ainda mais acentuada pela falta de recursos, aumento do desemprego, redução da renda, violência, restrições de movimentação e dos serviços sociais protetivos. Além da intensa crise sanitária a pandemia do covid-19 e suas medidas de contenção trouxeram diversas implicações para a saúde física e mental da população. Dentre os grupos que vivenciaram a pandemia em situação de especial vulnerabilidade, citam-se os adolescentes em situação de acolhimento institucional. Este estudo teve como objetivo portanto, analisar a percepção dos adolescentes em situação de acolhimento institucional sobre a sua saúde mental durante a pandemia de covid-19, analisando os desafios e possibilidades de enfrentamento. Participaram do estudo 06 adolescentes, sendo três cisgênero, dois homens e uma mulher, enquanto duas participantes se declararam como mulheres transgênero. Todos os participantes tinham entre 13 e 17 anos, e estavam devidamente matriculados na educação básica. Os dados foram coletados em duas instituições de acolhimento e a entrevista semiestruturada e o diário de campo foram os instrumentos utilizados. Cada entrevista foi gravada e teve duração aproximada de duas horas. Os resultados evidenciaram a concordância entre os participantes no que tange a saúde mental e as implicações da pandemia no cotidiano, com referência a vivência de situações conflituosas em diferentes contextos de vida, sendo a violência doméstica e a negligência mencionadas por três adolescentes. Para a totalidade dos participantes a percepção sobre o contexto da pandemia foi algo inerente ao cotidiano, porém com o fechamento abrupto das escolas e espaços considerados protetivos, outros reflexos sociais e emocionais foram identificados, acrescidos o tédio, o estresse, ansiedade, impulsividade, depressão e ideação suicida. Os dados apontam que os adolescentes acolhidos já tiveram seus direitos negligenciados pelo estado e pela família, levando a rupturas de vínculos familiares, e, diante das restrições pela pandemia-covid 19, sendo possível identificar possíveis novas rupturas de vínculos e/ou agravamento de questões relacionadas a saúde mental. Além de muitos desafios para os serviços de acolhimento institucional, as mudanças de rotina, a desarticulação das redes de apoio, a proibição de saídas e a não realização de visitas presenciais com familiares, amigos e outras pessoas importantes mostraram-se como algumas limitações impostas neste período. Como estratégias de enfrentamento, também foi verificado o apoio mútuo entre os próprios adolescentes. Ademais, defrontaram-se com uma insuficiente rede de apoio familiar e falhas nos equipamentos de acolhimento (estadual e municipal), bem como de direcionamento de estratégias eficientes para a promoção da saúde e manutenção



do bem-estar dessa população. Compreende-se que esforços devem ser feitos para a superação das dificuldades que ocasionalmente existem no processo de aplicação da medida protetiva de acolhimento institucional, potencializando ao adolescente o resgate e a afirmação da sua identidade tendo em vista a condição indivíduos em desenvolvimento.

Vivências da Pandemia da Covid-19: Análise de Entrevistas com Adolescentes em Instituições de Acolhimento, a partir da Psicologia Histórico-Cultural

**Débora Ananias Guimarães (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)**

Resumo Na relação do indivíduo humano com a realidade, as experiências particulares e singulares, em sua interrelação, dialética e indivisível, com a vida material, dão origem às vivências. Vivência, para a Psicologia Histórico-Cultural, é aquilo que é produzido a partir da interação entre um indivíduo e uma experiência da realidade concreta. A experiência da pandemia da Covid-19, como fato concreto que afetou a população mundial, provocou diferentes vivências nas pessoas, a depender, sobretudo, de contextos sociais e políticos diversos. O objetivo do estudo será apresentar as vivências de adolescentes brasileiros que residiam em acolhimento institucional, durante a pandemia da Covid-19. Os dados que serão apresentados, referem-se a um recorte de uma pesquisa multicêntrica, realizada por pesquisadores de diversas universidades do país, e teve como objetivo central mapear os impactos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Trata-se de um estudo de métodos mistos, exploratório-descritivo, com delineamento transversal. Como parte de uma tese de doutorado que se encontra em andamento, foram analisadas as vivências de 31 adolescentes, de 7 cidades brasileiras, pertencentes as 5 regiões do país. Na coleta de dados, foram utilizados instrumentos de caracterização sociodemográfica, um questionário sobre as vivências na pandemia e um roteiro de entrevista semiestruturada. Embora a análise do bando de dados ainda esteja em andamento, resultados preliminares mostram como os adolescentes metabolizaram, de maneira particular, a experiência da pandemia. A negligência, o abandono familiar, ou a própria experiência de orfandade de muitos desses adolescentes, se somaram a angustias e incertezas durante o período de isolamento social, acarretando no surgimento de sintomas como ansiedade, estado de humor deprimido, e compulsão alimentar. Como a contradição também é fato inerente a vida humana, outros adolescentes relataram as possibilidades de ações mais saudáveis durante o período mais crítico do isolamento, como deixar de fazer uso de drogas, ou a diminuição da frequência de uso, deixar de se expor a alguns contextos de risco na experiência da rua, e até mesmo o fortalecimento das relações interpessoais que se dão dentro da instituição de acolhimento. Além da urgência de se analisar o impacto que crises mundiais, como a causada pela pandemia da Covid-19, tem na vida de adolescentes em contextos de vulnerabilidade social, a utilização da Psicologia



Histórico-Cultural, como ferramenta epistemológica de análise, nos permite ter uma representação mais ampla da realidade e, das possibilidades de transformação social. Ademais, reforçamos com esta pesquisa, a urgência de uma psicologia crítica no enfrentamento as vulnerabilidades que perpassam as vivências de nossas crianças e adolescentes brasileiros.



SC 24 | Equoterapia e jogos na promoção do desenvolvimento e percepção sobre a participação das famílias no cuidado de crianças com TEA

Cláudia Patrocínio Pedroza Canal (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento com prevalência estimada em 1% da população. O TEA é caracterizado por dificuldades nas interações sociais e prejuízos no desenvolvimento da comunicação, com padrões de comportamentos repetitivos e restritos. Há também impactos no desenvolvimento da atenção compartilhada (AC), nas funções executivas, no planejamento e regulação das emoções e dos comportamentos. Estudos na área da Psicologia do Desenvolvimento Humano têm mostrado a importância da intervenção precoce, com finalidade de potencializar o desenvolvimento da criança com TEA. Além disso, é importante que além das crianças, também participem dos procedimentos de acompanhamento os seus familiares e os profissionais que as atendem, para que possam ter compreensão e ações que colaborem na promoção de desenvolvimento. Para potencialização dos resultados, de acordo com a abordagem centrada na família, faz-se necessário também que a família seja participante ativa no processo de construção da terapêutica de acompanhamento. Esse trabalho de acompanhamento deve ser realizado por equipes multidisciplinares, em que o psicólogo esteja em colaboração ativa com outros profissionais da área de saúde e de educação, e pode incluir diferentes procedimentos, como jogos e equoterapia, buscando também o que seja mais agradável para a criança. Dessa maneira, essa proposta de sessão envolve a discussão de três pesquisas desenvolvidas com os seguintes objetivos: 1) analisar a interação social durante programa de intervenção em equoterapia de crianças com TEA praticantes do Programa Social de Equoterapia da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES); 2) descrever como o controle inibitório, a autorregulação emocional e comportamental se apresentam em crianças com TEA durante intervenção com jogo eletrônico; 3) avaliar a percepção dos pais e dos profissionais de saúde sobre a participação da família no acompanhamento clínico da criança com TEA. Na primeira e na segunda pesquisas participaram, respectivamente, nove e 15 crianças com TEA e seus familiares e, na terceira, 90 familiares e profissionais de saúde de crianças com TEA. A análise e discussão integrada dos resultados permite perceber ganhos em interação social, autorregulação emocional e comportamental da participação de crianças em procedimentos sistematizados de intervenção em equoterapia e com jogos. Na participação no Programa Social de Equoterapia foi observada mudança em relação aos comportamentos de interação social, especialmente em relação a capacidade espontânea em sinalizar a um parceiro social seu interesse, usando gestos ou direcionando o olhar. As crianças com TEA que participaram da intervenção com jogos tiveram mudanças observadas em velocidade na execução das tarefas, desempenho escolar, atenção, engajamento e concentração em tarefas do dia a dia, autonomia, flexibilidade, comunicação e interação, brincadeiras e inibição de comportamentos. Ademais, a percepção dos profissionais de saúde sobre como são envolvidas as famílias no processo de intervenção é melhor do que a percepção dos próprios familiares, mostrando a importância de ampliação do diálogo entre esses grupos para garantir uma participação colaborativa da família e, consequentemente, melhores resultados para as crianças na participação nas intervenções.



Equoterapia e Interação Social: Avaliação da Atenção Compartilhada em Crianças com Transtorno do Espectro Autista

Alberto Pereira da Silva (Polícia Militar do Espírito Santo), Cláudia Patrocínio

Pedroza Canal (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo A equoterapia é um método multidisciplinar que abrange as áreas da saúde, educação e equitação e que, entre outras funções, pode ser proposta para auxiliar a interação social de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). O TEA se manifesta nos primeiros anos de vida, sendo caracterizado por déficits na comunicação e dificuldade nas interações sociais, com padrões de comportamentos repetitivos e restritos e, muitas vezes, associado a atrasos no desenvolvimento. A perspectiva desenvolvimentista destaca, na compreensão do TEA, a importância dos comportamentos não-verbais e expressões corporais presentes em gestos de atenção compartilhada (AC), que podem estar presentes antes da linguagem falada. Considerando a literatura sobre a equoterapia, foi realizado estudo para analisar a interação social durante um programa de intervenção em equoterapia de nove praticantes do Programa Social de Equoterapia da Polícia Militar do Espírito Santo (PMES), com diagnóstico de TEA, com idade entre três a cinco anos, por meio de casos múltiplos. Foram registrados o desenvolvimento e a interação de comportamentos de AC durante as sessões, bem como a percepção de cuidadores em relação à intervenção proposta. Foram utilizados como instrumentos de avaliação pré e pós intervenção e para fundamentar a intervenção os seguintes instrumentos: Formulários de Anamnese; Escala de avaliação do Autismo Infantil (Childhood Autism Rating Scale - CARS); Escala de Comunicação da Primeira Infância (Pictorial Infant Communication Scale - PICS); Fichas de Avaliação para Cuidadores; Roteiro para orientar a realização das sessões de equoterapia; Protocolo para análise das sessões. A análise dos resultados mostrou que os praticantes obtiveram melhores pontuações na PICS e CARS no momento posterior à intervenção, em comparação ao momento anterior. Na avaliação da CARS, os praticantes alcançaram melhores escores na avaliação final, entretanto, apenas para um praticante essa mudança de pontuação se traduziu também em alteração de classificação do transtorno, saindo de grave para leve/moderado. Em relação aos comportamentos relacionados à interação social, as crianças apresentaram mudanças principalmente naqueles originados da capacidade espontânea em sinalizar a um parceiro social seu interesse, usando gestos ou direcionando o olhar. As entrevistas com pais/responsáveis mostraram que eles perceberam melhora na interação social dos praticantes, seja em âmbito familiar ou em outros contextos, além da importância da relação entre as crianças, cavalos e equipe de atendimento. Concluiu-se que os comportamentos de AC, principalmente os relacionados à orientação social, podem ser facilitados no ambiente da equoterapia, observando-se ainda que os cuidadores exercem papel importante na adaptação, durante o período inicial da intervenção. A atuação dos profissionais é primordial, mediante o incentivo dos comportamentos observados e manejo das características que o cavalo proporciona. A equoterapia, regulamentada pela Lei 13830/19, foi alterada pelo projeto de Lei 3446/19, para sua inserção nas práticas integrativas complementares (PICS) do Sistema único de Saúde (SUS), ofereceu um ambiente propício para o estímulo e motivação dos participantes com TEA, sendo necessário



o acompanhamento multiprofissional, visando os objetivos e a construção de um ambiente terapêutico que permita ao praticante o protagonismo de sua evolução.

Intervenção no controle inibitório de crianças com TEA por meio de jogo eletrônico

Julia Camatta Spada (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo), Cláudia Patrocínio Pedroza Canal (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por comprometimento nas funções executivas, afetando o planejamento e a regulação das emoções e dos comportamentos. Pessoas com TEA frequentemente enfrentam desafios na regulação emocional, o que impacta suas relações. Estratégias de intervenções lúdicas têm mostrado benefícios na melhoria dessas habilidades, como o uso de jogos. A proposta deste trabalho foi descrever como o controle inibitório, a autorregulação emocional e comportamental se apresentam em crianças com TEA nível 1 de suporte durante uma intervenção com um jogo eletrônico. Participaram da pesquisa 15 crianças, com idades entre 8 e 12 anos. Os instrumentos utilizados foram a Childhood Autism Rating Scale (CARS), NO CONTROLE+, Gwakkamolé, Registro Observacional durante a intervenção e uma entrevista com roteiro semiestruturado. A intervenção teve a duração de quatro encontros, além de um encontro antes e depois para avaliação pré e pós-intervenção e mais um encontro para entrevista com os pais ou responsáveis ao final, totalizando sete encontros com cada participante. Os dados foram analisados de forma qualitativa e quantitativa, por meio de análise dos resultados dos instrumentos, análise de conteúdo das entrevistas e categorização dos comportamentos observados. Em relação aos resultados, na pós-intervenção, a maioria dos participantes aumentou o número de acertos em relação à avaliação pré-intervenção, tanto com estímulos congruentes quanto incongruentes na medida de controle inibitório por meio do instrumento NO CONTROLE+. Já na escala CARS, todos os participantes diminuíram seus escores totais, com uma média de diferença de 4,5 pontos. O domínio com maior redução de pontuação foi "Resposta Intelectual". Qualitativamente, as categorias de comportamentos durante a intervenção foram: Comportamentos Emocionais, divididos em emocionais "positivos" como comemoração e "negativos" como agressividade; Comportamentos de Socialização/Interação; Autogestão; e Inibição de Comportamentos. Ao longo da intervenção, comportamentos emocionais positivos e de socialização aumentaram, emocionais negativos diminuíram e comportamentos de inibição de comportamentos foram observados nas últimas sessões. Foi realizada uma pergunta para verificar a compreensão dos participantes sobre as estratégias de adaptação e modos de jogar, e todos os participantes demonstraram saber como jogar, mas ainda não possuíam elaborações conceituais sobre o jogo. Por fim, na entrevista, os pais/cuidadores tiveram certa dificuldade em identificar mudanças no dia a dia de seus filhos, mas, quando orientados sobre como e onde observar e ao serem solicitados a dar exemplos, conseguiram perceber uma maior perspectiva de mudança.



As mudanças observadas incluíram: velocidade na execução das tarefas, desempenho escolar, atenção, engajamento e concentração em tarefas do dia a dia, autonomia, flexibilidade, comunicação e interação, brincadeiras e inibição de comportamentos.

Os aspectos que demonstram possibilidades de utilização do jogo Gwakkamole em intervenção dialogam com os resultados na melhora em controle inibitório, autorregulação comportamental e autorregulação emocional. Os resultados observados no domínio atenção da CARS podem embasar práticas educacionais e clínicas, treinamento com professores e profissionais da saúde no âmbito de políticas públicas.

Percepção dos Pais e dos Profissionais da Saúde Sobre a Participação da Família no Cuidado da Criança com TEA

Marina Batella Martins (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo), Cláudia Patrocínio Pedroza Canal (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo), Natália Schneider Bianchi (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se manifesta em aproximadamente 1% da população e é caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões comportamentais restritos e repetitivos. A criança com TEA deve ser acompanhada por equipe multidisciplinar para promoção do desenvolvimento de habilidades e ampliação da autonomia e da independência para participação na vida diária. Nesse contexto, a participação da família torna-se fundamental para ampliação da visão sobre a criança e formulação de estratégias efetivas para o seu acompanhamento. Assim, a Abordagem Centrada na Família (ACF) visa incluir os pais nas decisões sobre o cuidado com a criança, desde o planejamento até a intervenção, e é uma abordagem recomendada internacionalmente por melhorar os serviços infantis de reabilitação precoce. Portanto, é importante compreender de que forma as famílias têm sido consideradas na assistência à criança com TEA, e como os profissionais de saúde enxergam suas práticas. Dessa maneira, foi objetivo deste estudo avaliar a percepção dos pais e dos profissionais de saúde sobre a participação da família no acompanhamento clínico da criança com TEA. Para tal, foi realizada uma pesquisa descritiva na qual participaram 40 familiares de crianças com TEA em idade escolar (G1) e 50 profissionais de saúde (G2). A coleta de dados foi realizada de forma online por meio da divulgação dos questionários em redes sociais. Foram utilizados um questionário de caracterização, o questionário Questionário "Measure of Processes of Care - 20 (MPOC-20)" aplicado com pais e cuidadores e o questionário "Measure of Processes of Care - Service Providers (MPOC-SP)" aplicado com profissionais de saúde. A análise dos resultados foi realizada por meio da estatística descritiva. Em relação à caracterização sociodemográfica, o G1 foi formado predominantemente por participantes do sexo feminino (n=39), com idade entre 30 a 39 anos (n=21) e com ensino superior completo (n=24). O G2 foi formado predominantemente por pessoas do sexo feminino (n=45), com idade entre 20 a 29 anos (n=31), com ensino superior (n=23) e pós-graduação (n=23) e profissionais da Psicologia (n=22). Quanto aos resultados no MPOC-20, as médias de cada domínio



foram: empoderamento e parceria (4,68), fornecimento de informações gerais (4,08), fornecimento de informações específicas sobre a criança (4,26), coordenação e abrangência do cuidado (4,31), cuidado respeitoso e encorajador (4,43) e média geral (4,33). Em relação ao MPOC-SP, as médias foram: tratamento respeitoso (6,44), sensibilidade interpessoal (6,01), comunicação de informações específicas sobre a criança (6,05), promovendo informações gerais (4,54) e a média geral (5,76). A análise evidencia uma diferença na média geral dos questionários MPOC, sugerindo uma percepção mais otimista dos profissionais da saúde acerca das suas ações para inclusão da família no cuidado da criança com TEA. Em contrapartida, as famílias parecem esperar mais da atuação dos profissionais que acompanham as suas crianças, dada a diferença nas médias dos domínios relacionados ao fornecimento de informações sobre a criança. Desse modo, torna-se evidente a necessidade de ampliar o diálogo acerca do tema, além de capacitar os profissionais para promover a participação familiar no cuidado da criança com TEA.



SC 25 | Explorando os Efeitos da Migração no Desenvolvimento de Crianças e Adolescentes: Desafios no Contexto Brasileiro

Andréa Imbiriba da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O fenômeno da migração, tanto forçada quanto voluntária, tem impactos profundos sobre as crianças e adolescentes, influenciando seu desenvolvimento emocional, social e educacional. O Brasil, como receptor significativo de migrantes, enfrenta desafios específicos relacionados ao acolhimento e integração dessas crianças e adolescentes. As três pesquisas apresentadas abordam diferentes aspectos do acolhimento e desenvolvimento de crianças e adolescentes migrantes e/ou refugiadas, com foco em como suas experiências de migração afetam sua vida cotidiana e bem-estar. A primeira pesquisa explora as características biopsicossociais e os fatores de risco e proteção para crianças migrantes e refugiadas na região metropolitana de Belém. Ao examinar 50 prontuários de crianças acolhidas, a pesquisa revelou a predominância de crianças em faixas etárias específicas e com desafios econômicos significativos enfrentados por suas famílias. A falta de dados completos e consistentes destaca a necessidade de melhorar a coleta de informações e a formulação de políticas mais adaptadas às necessidades desses jovens. A pesquisa enfatiza a importância de criar ambientes de acolhimento que promovam a resiliência e fortaleçam redes de apoio social. A segunda pesquisa investiga os efeitos do trauma social da migração na construção da memória e subjetividade de crianças migrantes no Brasil, especificamente em São Luís de Montes Belos. Utilizando entrevistas lúdicas e a teoria da tríplice mimesis de Paul Ricur, a pesquisa visa compreender como as experiências migratórias influenciam a percepção e narrativa das crianças sobre sua realidade. A abordagem metodológica inclui a análise de narrativas geradas por meio de desenhos e imaginação, considerando o brincar como uma forma crucial de expressão. Também ela busca superar discursos colonizadores, promovendo uma escuta ética e a inclusão das vozes dessas crianças na formulação de políticas e práticas mais sensíveis. A terceira pesquisa foca no impacto do acolhimento institucional sobre o desenvolvimento de crianças refugiadas e migrantes em Santarém-PA. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa para analisar como o acolhimento institucional pode influenciar o desenvolvimento emocional e social das crianças, além de abordar a interrupção educacional e desafios culturais enfrentados. Os resultados preliminares indicam a importância de políticas públicas e práticas institucionais que promovam a diversidade cultural e a integração harmoniosa das crianças. A investigação proposta visa contribuir para a formulação de diretrizes e práticas mais inclusivas, que assegurem um desenvolvimento equilibrado e saudável para essas crianças. Essas pesquisas refletem como os desafios atuais e futuros, impulsionados por crises globais, demandam uma abordagem mais eficaz e inclusiva para o acolhimento e promoção do desenvolvimento de crianças migrantes e refugiadas. Garantir que essas crianças recebam o suporte necessário nesse contexto específico é essencial não apenas para seu bem-estar imediato, mas também para sua capacidade de se desenvolver plenamente em um mundo marcado por instabilidade e mudanças constantes.



Desafios ao Desenvolvimento de Crianças Refugiadas: Acolhimento e Integração na Região Amazônica

Andréa Imbiriba da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo É comum observar famílias inteiras que buscam oportunidades para melhorar suas condições de vida em diferentes partes do mundo, o que muitas vezes implica em deslocamentos territoriais. O Brasil também experimentou um aumento notável no número de migrantes, tornando-se um participante relevante no cenário global de migração, um fenômeno que influencia e modela nosso dia a dia na contemporaneidade. A migração infantil e de adolescentes é um fenômeno significativo, envolvendo crianças e jovens que se deslocam de seus países de origem para outros lugares, muitas vezes em busca de segurança, melhores condições de vida ou reunificação familiar. Essa migração pode ocorrer de maneira voluntária ou forçada, sendo influenciada por fatores econômicos, sociais, políticos ou ambientais. O desenvolvimento humano é fortemente influenciado por essas experiências individuais e coletivas, que afetam a família em sua totalidade, seu círculo de relações e suas formas de trabalho. A pesquisa em andamento intitulada "Crianças Refugiadas: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras", foca no serviço de acolhimento como um ambiente de desenvolvimento para crianças e suas famílias. O processo migratório influencia diretamente os aspectos desenvolvimentais de crianças e adolescentes, interrompendo a continuidade educacional, afetando o aprendizado e o desenvolvimento cognitivo. Crianças migrantes podem perder anos escolares ou ter dificuldade para se adaptar a novos sistemas educacionais. Elas podem enfrentar desafios para se ajustar a novas culturas e normas sociais, o que pode levar a sentimentos de alienação e solidão. Migrações forçadas devido a conflitos ou desastres podem resultar em traumas psicológicos, com crianças apresentando sintomas de ansiedade, depressão ou estresse pós-traumático. A pesquisa visa investigar aspectos específicos do acolhimento institucional de crianças refugiadas e migrantes na região amazônica, com foco principal na modalidade institucional no município de Santarém-PA. A metodologia adotada envolverá abordagem qualitativa dos dados, combinando investigações teóricas e empíricas realizadas em um serviço de acolhimento para refugiados no município. As notas preliminares das investigações em curso mostram que é fundamental, para o estudo do desenvolvimento humano, compreender como ocorrem os processos de interação social e como estes podem influenciar significativamente o desenvolvimento emocional e social das crianças, facilitando uma integração mais harmoniosa ao novo contexto social e cultural. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas e práticas institucionais que valorizem e promovam a diversidade cultural. A continuidade da pesquisa permitirá um aprofundamento na compreensão de como o acolhimento pode ser otimizado para melhor atender às necessidades das crianças refugiadas. Espera-se que os resultados finais contribuam para o desenvolvimento de diretrizes e práticas mais inclusivas e eficazes nas instituições de acolhimento, promovendo um desenvolvimento saudável e equilibrado para todas as crianças sob seus cuidados.



O processo de desenvolvimento humano de crianças e adolescentes migrantes e refugiados em acolhimento na região metropolitana de Belém

Elizabeth Cristina Nascimento Branch, Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O ser humano se desenvolve a partir de suas experiências individuais e coletivas, nas relações com a família, grupo de amigos, trabalho. Relações fundamentais para a aquisição e manutenção de habilidades e competências. Considerando que o nível de desenvolvimento individual é baseado na dinâmica das suas relações sociais e que, as crianças migrantes e refugiadas experienciam um contexto de vulnerabilidade em suas relações sociais e familiares (já que estão em países estranhos, em geral sem o grupo familiar mais extenso, nem laços sociais, fora da escola). Este estudo se propõe a compreender quais são as características biopsicossociais e fatores de risco e de proteção a elas associados encontrados entre crianças e adolescentes migrantes/refugiados e em acolhimento na região metropolitana de Belém. Assume-se que os fatores de risco relacionam-se a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes nos contextos, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais, e os fatores de proteção dizem respeito às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas pessoais a determinados riscos de adaptação. Seus atributos pessoais e as características do ambiente do qual faz parte constroem os contextos ecológicos onde a resiliência se faz sentir no seu desenvolvimento. Este estudo, em andamento, apresenta resultados preliminares dessa pesquisa, com ênfase no perfil pessoal, familiar e institucional de crianças e adolescentes migrantes e refugiados em situação de acolhimento. Trata-se da primeira fase de um estudo que examinou 50 prontuários de crianças e adolescentes acolhidos no período de janeiro de 2022 a junho de 2023, em serviço de acolhimento institucional, no município de Belém. Os dados coletados em fontes documentais foram registrados em formulário elaborado para esse fim. Os resultados demonstraram o predomínio de crianças, de 5 a 10 anos e adolescentes, entre 14 e 16 anos, acompanhados de seus familiares e cursando o ensino fundamental. Para o acolhimento de migrantes/refugiados, são consideradas demandas que remetem a questões econômicas, políticas, religiosas, ideológicas, ambientais. As famílias, em geral, não recebiam benefícios sociais ou transferência de renda (88%), ocupando-se com trabalhos informais e atividades de baixa qualificação (68%) e remuneração (70%). Identificou-se, nos prontuários, a ausência de importantes informações e a inconsistência de dados, especialmente, quanto ao perfil relacionado as crianças e adolescentes e suas famílias e estratégias de ação. A ausência dessas informações remetem a fatores de risco e sugerem o quanto crianças e adolescentes migrantes/refugiados e suas famílias têm sido ignoradas nos documentos que servem de fonte oficial para mapeamentos das demandas básicas e especiais dessa população a partir de suas características biopsicossociais e que, estariam diretamente relacionadas aos fatores de proteção, que poderiam configurar, o espaço de acolhimento como um ambiente propulsor de desenvolvimento, ao oferecer condições institucionais que conduzem a oportunidades de convívio saudável com cuidadores significativos, além de promover vivências em vários níveis ambientais ampliando e fortalecendo a rede de apoio social das crianças e dos adolescentes nestes espaços.



Vozes em trânsito: memória e trauma social pelo tecer de narrativas de crianças migrantes

Geovana Gabriela Souto Silva

Resumo Essa pesquisa visa investigar quais são os efeitos do trauma social da migração na construção da memória e subjetividade da criança migrante. No Brasil, poucos são os dados que traduzem o perfil da população refugiada considerando o detalhamento geracional. As crianças migrantes compõem um quadro social grande no país, mas permanecem como que ocultadas pelo pertencimento familiar nos estudos sobre processos migratórios. Nossa pesquisa pretende investigar o sofrimento psíquico e social de crianças migrantes, explorando como as políticas que regulam o movimento migratório no Brasil podem contribuir para a violência e silenciamento desse grupo. Será realizado entrevistas com um grupo de crianças migrantes, que passaram pela experiência de migração Sul-Sul e que residem atualmente na cidade de São Luís de Montes Belos/Goiás/Brasil. Utilizaremos como método de pesquisa as narrativas de vida e as narrativas geradas por meio de entrevistas serão analisadas a partir de aproximações com a teoria da tríplice mimesis de Paul Ricur. As entrevistas serão realizadas de maneira lúdica, respeitando a faixa etária das crianças. Será analisado a forma com que essas crianças narraram, por meio do desenho e da imaginação, elementos presentes em sua realidade social. Entendemos o brincar como o modo de relação da criança com a realidade, assim, a brincadeira e a imaginação são vistas como objetos que servem a determinados fins dentro da prática social. Considerar uma democratização legítima no que se refere a inclusão dos imigrantes no Brasil envolve uma reformulação dos discursos a partir dos quais esses grupos são representados e de uma escuta de suas próprias histórias. Por essa razão, optamos pelo percurso metodológico das narrativas de vida, reconhecendo com essa pesquisa que a experiência da migração também estabelece um campo fértil para produção de sentidos narrativos múltiplos e a importância de dar o “direito à voz” a esses grupos minoritários, a fim de que eles próprios, ampliado seu espaço de fala, possam fazer (re)conhecer suas representações e concepções sobre as condições de deslocamento, apresentando, desse modo, novas perspectivas sociais. Essa pesquisa se propõe a uma questão ética de escuta com crianças migrantes, com intenção de construir intervenções psicológicas que superem discursos colonizadores.



SC 26 | Gênero, sexualidade e violência: Produção de dados e intervenções em contextos de vulnerabilidade

Letícia Yuki de Araujo Furukawa (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo A violência contra a mulher é um problema de saúde pública e é multifacetado. Ainda que este tema seja recorrentemente discutido em políticas públicas e na área acadêmica, continua sendo um fenômeno presente e enfrentado por diversas vítimas diariamente. Dessa forma, esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar quatro trabalhos que investigaram contextos de violência e vulnerabilidade social, sendo eles: (i) Correlações entre Variáveis Sociodemográficas e Percepção de Suporte Social em lésbicas vítimas de Violência entre Parceiras Íntimas; (ii) Saúde Mental de Profissionais que Atendem Mulheres Vítimas de Violência: desafios e estratégias de autocuidado; (iii) Análise das denúncias de stalking no interior do estado de São Paulo a partir da Lei nº 14.132/2021; e (iv) A diferença como princípio, a arte como caminho: Realizando oficinas sobre sexualidade, gênero e afetividade com adolescentes e jovens em contextos vulneráveis. O primeiro trabalho explora a violência contra a mulher no âmbito de violência entre parceiras íntimas e suas correlações entre variáveis sociodemográficas e percepção de suporte social. Não foi observado diferenças em relação à etnia nas escalas. Além disso, a violência psicológica foi significativamente mais reportada quando comparadas com os outros tipos de violência. Já em relação à percepção de suporte social, a dimensão afetiva foi a mais percebida, seguida pelo de enfrentamento de problemas, instrumental e interações sociais. Foi analisado estas variáveis em relação aos grupos de classes sociais e níveis de escolaridade. O segundo trabalho teve como objetivo analisar a saúde mental dos profissionais de políticas públicas que trabalham com mulheres vítimas de violência, focando especificamente nos desafios enfrentados e quais as estratégias de autocuidado. Foi observado o potencial estressor deste trabalho, podendo existir grande carga emocional envolvida quando se trabalha com esta demanda. Entre algumas das estratégias de autocuidado mencionadas pelos profissionais estão a psicoterapia individual e o distanciamento do trabalho em momentos de folga e finais de semana. O terceiro trabalho é um trabalho quantitativo e exploratório que teve como objetivo identificar a quantidade de notificações do crime de stalking no estado de São Paulo entre os anos de 2021 e 2024, após a promulgação da Lei nº 14.132. Foram identificados 2605 casos de stalking nesse período. Assim como um aumento de 126,67%, constatando-se que há um registro do crime a cada 12 horas, em média. Facilidade ao acesso à dispositivos de comunicação e o anonimato são algumas variáveis que podem ter contribuído para este cenário. O quarto trabalho é uma intervenção psicossocial realizada com jovens em vulnerabilidade social. Esta intervenção teve como temática assuntos relacionados à sexualidade e interseccionalidades, como dimensões de gênero e afetividade, realizada por meio de oficinas. Foi observado que a discussão de tais temas era escasso na vida formativa desses jovens, frisando a importância de produzir intervenções específicas baseadas no diálogo, escuta e acolhimento nas especificidades destes grupos. Dessa forma, é de extrema importância o investimento de políticas públicas, capacitação profissional e o compromisso com intervenções efetivas nesta área. Assim como a investigação e acolhimento das vítimas e profissionais que atendem esta demanda.



A diferença como princípio, a arte como caminho: Realizando oficinas sobre sexualidade, gênero e afetividade com adolescentes e jovens em contextos vulneráveis

Lucas Vezedek (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Juliana Prates Santana (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo A proposição de intervenções psicossociais em contextos de vulnerabilidade precisa ter em vista uma perspectiva interseccional e de inclusão das diferenças. Desse modo, devem priorizar a dimensão dialógica, acolhedora e educativa na baliza da garantia de direitos e da construção de cidadania, numa busca por autonomia e emancipação das pessoas e grupos para os quais são pensadas e direcionadas. Isto posto, o presente trabalho tem por objetivo descrever uma experiência que une tanto a dimensão educativa quanto interventiva com um grupo de adolescentes e jovens em contextos de vulnerabilidade, inseridos(as) em um projeto social em Salvador/Ba. Trata-se de uma intervenção psicossocial realizada na forma de oficinas sobre temáticas relacionadas à sexualidade e interseccionalidades, incluindo as dimensões de gênero e afetividade. O trabalho foi desenvolvido a partir de um projeto de extensão proposto pelo Grupo de Estudos Interdisciplinares Infâncias, Crianças e Contextos (GEIC/UFBA), como forma de devolutiva para a instituição parceira que colaborou para realização de uma pesquisa de mestrado sobre o tema. A atividade utilizou elementos contextuais e referências culturais afro-indígenas, promovendo a circulação de saberes, em quatro momentos: 1) Ubuntu (Eu sou porque nós somos) - diálogo sobre a construção de identidades, estereótipos, processos de identificação e diferenciação a partir de aspectos referentes ao gênero, raça, sexualidade e afetividade, tendo como inspiração a cosmovisão dos povos bantus; 2) Okàn mî (O meu coração) - importância da afetividade para a vida humana (amizades, relacionamentos, práticas sexuais, etc.), tendo sido mobilizadas memórias de vida, práticas cotidianas e desejos de futuro buscando ampliar as possibilidades de discursos e imagens sobre a sexualidade e afetividade; 3) Eban (Amor, Segurança e Proteção) - reflexões sobre práticas de cuidado individuais e coletivas através do "Baobá dos Prazeres", atividade inspirada na estratégia metodológica de educação em saúde "Árvore dos Prazeres" e na Simbologia Adinkra dos Axantes, povos de Gana; e, 4) Os Afetos no Balaio das Diferenças (Caminhos, Encruzilhadas e Continuidades) - partilha livre de impressões sobre a experiência de participação na oficina, incluindo sentimentos, pensamentos, sugestões, aprendizados, ideias, críticas, dentre outros. Participaram das oficinas 51 adolescentes e jovens negros(as), em vulnerabilidade social, com experiência atual ou anterior de situação de rua, com idades entre 12 e 25 anos, sendo 30 mulheres e 21 homens cisgêneros. Também participaram sete arteducadores(as) e quatro pesquisadores(as)/extensionistas. Observou-se que a discussão dessas temáticas se constitui como uma lacuna no cotidiano formativo desses(as) adolescentes e jovens, o que evidencia a necessidade de intervenções embasadas no diálogo, na escuta e no acolhimento das especificidades desse público. Os materiais informativos produzidos nas oficinas foram fixados em locais escolhidos pelo grupo, que de maneira engajada avaliou a experiência como positiva, afirmando a necessidade de métodos participativos em situações concretas de aprendizagem que acolham e respeitem as diferenças. A experiência retratada nesse trabalho pretende ampliar



as imagens e discursos sobre esses adolescentes e jovens demonstrando suas complexidades e potencialidades, além de reiterar a responsabilidade ética e política da comunidade científica de escutar e fazer ecoar as vozes de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Análise das denúncias de stalking no interior do estado de São Paulo a partir da Lei nº 14.132/2021

Milaidy Müller Rossi (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Apesar da ausência de uma definição uníssona de stalking, o termo geralmente descreve um padrão de práticas de perseguição indesejadas e repetitivas, caracterizadas por ações deliberadas e direcionadas a uma pessoa ou grupo específico, que resultam em medo, ameaça e insegurança. Nesses termos, comportamentos que inicialmente podem parecer inofensivos, como chamadas telefônicas, envio de presentes, recebimento de mensagens e a presença da pessoa em locais que a vítima costuma frequentar, podem se tornar ameaçadores à medida que aumentam em frequência, duração e intensidade. Embora o comportamento de perseguição tenha sido reconhecido como um problema social já no final da década de 1980 nos Estados Unidos, no Brasil o crime de stalking foi tipificado apenas em 2021, por meio da Lei nº 14.132, que acrescentou o artigo 147-A ao Código Penal. Trata-se da criminalização daquele que ameaça à integridade física ou psicológica da vítima, limita a sua liberdade e interfere ou perturba a sua privacidade. Em tais circunstâncias, o stalking indica padrões de comportamentos heterogêneos, marcados por condutas habituais, ou seja, é exigida a sua reiteração, não sendo considerado um fato isolado. Com base nestas premissas, esta pesquisa teve como objetivo identificar a quantidade de notificações do crime de stalking com base nos Registros Digitais de Ocorrências realizadas em delegacias situadas no interior do estado de São Paulo entre os anos de 2021 e julho de 2024. A pesquisa é de natureza quantitativa e exploratória, com base na análise documental. De acordo com dados da Polícia Civil de São Paulo (PCSP), ao contemplar os registros de ocorrências de delegacias situadas no interior de São Paulo (abrangendo 52 municípios), entre 2021 e julho de 2024 foram registrados 2.605 casos de stalking. Em 2021, após a promulgação da lei supracitada, foram contabilizadas 300 denúncias. No ano de 2022 houve um aumento para 683 registros de ocorrências, seguidos por 942 notificações em 2023. Já em 2024, considerando até o mês de julho, ocorreram 680 comunicações. Baseando-se nos números de ocorrências registradas, os dados indicam que o número de casos de stalking aumentou aproximadamente 126,67% de 2021 até julho de 2024. Dessa forma, constatou-se que há o registro do crime, em média, a cada 12 horas. Se a tendência atual continuar, 2024 pode registrar o maior número de casos desde a promulgação da lei, dado que a média mensal de 2024 é a mais alta, chegando a 97,14 registros por mês. O fácil acesso a dispositivos de comunicação facilitou e aumentou a frequência desse crime. O anonimato, a rapidez proporcionada pela Internet nas



relações interpessoais e a percepção de uma aplicação menos rigorosa da legislação contribuíram para esse cenário. Dada a gravidade dos casos e as possíveis repercussões psicológicas e sociais na vida das vítimas, é preciso aprofundar a compreensão científica acerca do tema. Recomenda-se que estudos futuros possam avaliar qualitativamente os documentos, de modo a caracterizar sistematicamente a forma como os registros têm disso feitos, bem como seja realizada uma diferenciação entre os registros de stalking e cyberstalking.

Correlações entre Variáveis Sociodemográficas e Percepção de Suporte Social em lésbicas vítimas de Violência entre Parceiras Íntimas

Letícia Yuki de Araujo Furukawa (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A Violência entre Parceiros Íntimos (VPI) é uma das principais manifestações da violência contra a mulher. A VPI, no que tange a violência contra a mulher, pode ser definida como violências físicas, psicológicas, sexuais, coerção e/ou ameaça de tais atos contra uma parceira íntima. Entre as diversas consequências negativas para a vítima está a maior propensão para o desenvolvimento de sintomas depressivos, ansiosos, uso abusivo de substâncias e desenvolvimento de outros quadros psicopatológicos. A Percepção de Suporte Social (PSS) é considerada um fator de proteção para vítimas de VPI, diminuindo os sintomas depressivos e ansiosos. A PSS é definida como a maneira que as pessoas avaliam a qualidade e a disponibilidade da sua rede de apoio em momentos de necessidade. Em relacionamentos entre mulheres, os indicadores de violência podem ser tão elevados quanto os apresentados nos heterossexuais. Entretanto, as consequências psicológicas se mostram mais danosas em vítimas homossexuais, comparado às vítimas heterossexuais. Outras variáveis, como a escassez de recursos protetivos, como uma rede de apoio sólida, podem influenciar tais resultados. Além disso, a complexidade dos fenômenos da VPI e PSS variam e são influenciadas significativamente pelas condições socioeconômicas, étnicas e do nível de escolaridade das vítimas e dos agressores. Considerando que a orientação sexual junto à essas variáveis podem ser um risco à saúde física e mental de mulheres lésbicas e que tal área de estudo carece de pesquisas nacionais sobre o tema, este estudo teve como objetivo verificar a associação entre VPI e PSS a partir da classificação socioeconômica, étnica e de escolaridade em mulheres lésbicas brasileiras. Para isso, foram coletadas informações de 1057 mulheres lésbicas brasileiras por meios virtuais. Foram utilizados três instrumentos quantitativos que avaliaram essas variáveis. Os resultados demonstraram que as pontuações nas escalas violência e PSS não diferiram significativamente entre os grupos étnicos. Além disso, a Violência Psicológica foi 3 vezes mais reportada do que a segunda modalidade mais frequente, a Violência Física e a Violência Física Grave como menos reportada. Em relação à PSS, a dimensão Afetiva foi a mais percebida em todos os grupos, seguida pelas de Enfrentamento de Problemas, Instrumental e Interações Sociais. Já em relação aos grupos de classe sociais, foi observado significativa diferença entre os



grupos A e B1, que percebem maior suporte social recebido, e as classes C2 e D-E que percebem menor suporte em todas as subdimensões. Entretanto, em relação às modalidades de violência, permaneceram as mesmas, com a Violência Psicológica sendo a mais frequente, seguida pela Física e Violência Física Grave. Já em relação aos níveis de escolaridade, os grupos se diferiram em relação ao suporte social recebido nas dimensões Interações Sociais e Enfrentamento de Problemas. Ademais, os grupos com menos escolaridade (Fundamental e Médio Completo) pontuaram significativamente abaixo dos outros grupos nestas dimensões. Por fim, os achados desta investigação podem contribuir para pesquisas futuras sobre o tema. Entretanto, é necessário a investigação de outras variáveis psicossociais que podem afetar a PSS e VPI, como as relações de poder em uma relação e suas dinâmicas relacionais.

Saúde Mental de Profissionais que Atendem Mulheres Vítimas de Violência: desafios e estratégias de autocuidado

Ana Tercila Campos Oliveira (Pendente) (autônoma), Anne Graça de Sousa Andrade (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo O objetivo desse trabalho é analisar a saúde mental de profissionais das políticas públicas - saúde, educação e segurança - que atendem mulheres vítimas de violência, e especificamente, conhecer os desafios vivenciados diante dessa demanda e às estratégias de autocuidado que utilizam para lidar com essa demanda. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, na qual foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 11 profissionais que atuam nas três políticas públicas acima citadas no estado do Ceará. As profissionais atuam em equipamentos da Segurança Pública (4); Política Pública de Saúde (3) e Política Pública de Assistência Social (4), sendo 5 psicólogas, 3 assistentes sociais, 1 escrivã de polícia, 1 advogada e 1 enfermeira. O tempo de trabalho varia entre 6 meses e 6 anos. Os dados foram analisados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin, com foco em duas categorias de análise: a) desafios enfrentados na atuação com essa demanda; b) estratégias de autocuidado utilizadas pelas profissionais. Com relação aos desafios, destacam-se no relato das profissionais a intensa carga emocional envolvida no atendimento a esse tipo de demanda, que resulta em: sensação de impotência diante de casos em que a relação de violência não é interrompida, apesar dos serviços prestados; aumento de sintomas como ansiedade, estresse e medo; e tristeza, enquanto mulher, ao se deparar com essa realidade cruel que é vivida por muitas outras mulheres e potencializada por uma cultura misógina. Sobre os desafios de ordem técnica, as entrevistadas pontuaram a falta de conhecimento de protocolos padronizados e específicos para os diferentes tipos de violências vivenciadas; desarticulação da rede de atendimento, principalmente no que tange ao fluxo de encaminhamentos; e o caráter complexo do fenômeno que muitas vezes se apresenta juntamente com uma série de outras dificuldades que fragilizam ainda mais essa mulher. No que tange às estratégias de autocuidado, verificou-se em menor quantidade ações institucionais



de decompressão que buscam cuidar do cuidador. A principal forma destacada nas falas foram as rodas de conversa da equipe para discussão de casos, e de forma predominante, a psicoterapia ou análise pessoal. Além dessas práticas, foram relatadas como estratégia de autocuidado afastar-se completamente do trabalho nas folgas e finais de semana, realizar atividade física, momentos de lazer e convivência com amigos e familiares. A partir desses dados evidencia-se o potencial estressor que envolve o atendimento a mulheres vítimas de violência e a grande importância de capacitações e intervenções que fornecem um suporte não apenas técnico mas também emocional para essas profissionais.



SC 27 | O desastre socioambiental de 2024 no Rio Grande do Sul e o diálogo entre os saberes acadêmicos, normativo- regulamentares e ancestrais

Beatriz Schmidt (FURG - Universidade Federal do Rio Grande)

Resumo O ano de 2024 marcou a história do estado do Rio Grande do Sul (RS) com um desastre socioambiental de proporções avassaladoras, que atingiu mais de 95% dos municípios gaúchos e mais de 2 milhões de pessoas. Enchentes, inundações e desmoronamentos foram relatados em quase todas as regiões do estado, acompanhando números de óbitos, desaparecimentos, resgates e abrigamentos. O campo da Saúde Mental se manteve na pauta dos veículos de comunicação ao longo da cobertura dos eventos, e a Psicologia foi convocada, dos seus lugares de ciência e profissão, a compor as ações de cuidado às comunidades e aos indivíduos afetados. Paralelamente, os saberes técnicos, científicos e normativos da Psicologia se tornaram tema dos mais variados fóruns envolvendo a categoria. Compreendendo que eventos extremos demandam esforços coletivos para a elaboração de ações de contingência, o presente trabalho objetiva fomentar diálogos entre os diferentes saberes da Psicologia em contexto de emergências e desastres, a partir de três diferentes estudos de caso. Consideram-se, então, três esferas de saber nessa construção: o saber acadêmico, o saber normativo-regulamentar e o saber ancestral. Para ilustrar as possibilidades de reflexão e intervenção a partir dos saberes acadêmicos, serão descritas as ações do Comitê de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Os saberes normativo-regulamentares, por sua vez, serão demonstrados através das ações de orientação à categoria promovidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS). Por fim, enlaçando e ressignificando esses saberes, serão apresentados os saberes ancestrais sobre os movimentos das águas e a relação da humanidade com o ambiente que ocupa. A articulação dessas diferentes perspectivas e experiências é urgente para a criação de protocolos efetivos e não-iatrogênicos de intervenção em Saúde Mental em contextos de crises. Outrossim, é também fundamental para potencializar reflexões sobre os modos de viver e habitar o planeta que têm contribuído para eventos extremos como esse, estimulando o pensamento crítico e contribuindo para a cultura do Bem-Viver. Espera-se que este trabalho promova uma ampliação das compreensões de profissionais de Psicologia sobre suas possibilidades de atuação em crises humanitárias, e que o registro das ações tecidas conjuntamente em 2024 estabeleça uma memória sobre fazeres possíveis a partir do diálogo entre os diferentes saberes que compõem a profissão e a ciência psicológica.

Divulgação Científica e Educação em Saúde em Desastres: Estudo de Caso sobre o Comitê de Psicologia da FURG nas Enchentes de 2024

Beatriz Schmidt (FURG - Universidade Federal do Rio Grande), Nicolle Bretos Lopes (FURG), Manoela Kaul (FURG), Vanessa Andina Teixeira (FURG), Daniela Barsotti Santos (FURG), Rita de Cássia Maciazeki Gomes (FURG), Ana Furlong Antochewis (FURG)



Resumo Entre abril e maio de 2024, o Rio Grande do Sul foi atingido por chuvas intensas, que causaram alagamentos e deslizamentos, com impactos em cerca de 95% dos municípios. O desastre afetou diretamente 2,4 milhões de indivíduos (em torno de 22% da população do estado), com registros de 183 óbitos e 27 desaparecidos. O município de Rio Grande, no litoral sul do estado, foi atingido dias depois da região metropolitana. Assim, dispôs de relativamente mais tempo para articular estratégias de resposta ao evento extremo. Com a previsão de elevação do nível da Lagoa dos Patos e, conseqüentemente, de inundação de diferentes regiões da cidade, servidores, egressos e discentes da Universidade Federal do Rio Grande (FURG) se mobilizaram para apoiar as comunidades afetadas. As linhas de apoio desenvolvidas incluíram o recebimento e o encaminhamento de doações, bem como a estruturação de um abrigo provisório no campus sede da FURG, para acolher as famílias que tiveram que deixar suas residências em decorrência das enchentes. Diferentes setores da universidade se articularam para propor estratégias de enfrentamento ao evento extremo. O Comitê de Psicologia da FURG, em particular, realizou ações voltadas ao cuidado psicossocial entre maio e junho de 2024 (período de funcionamento do abrigo provisório na universidade), que envolveram: organização de um grupo para levantamento e estudo de materiais sobre reações emocionais e primeiros cuidados psicológicos em desastres; supervisões e reuniões de equipe para acompanhamento do trabalho dos voluntários; estratégias de divulgação científica e educação em saúde em redes sociais. O objetivo do presente estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório é abordar o processo de trabalho desenvolvido pelo Comitê de Psicologia da FURG na construção e execução de estratégias de divulgação científica e educação em saúde em redes sociais, na fase de resposta ao desastre. Para tanto, foram analisados 11 posts informativos, elaborados com base em materiais produzidos por órgãos de referência em saúde (ex., Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde), sobre os seguintes temas: primeiros cuidados psicológicos; perdas e lutos; proteção contra violência; prevenção de suicídio; redução de danos; reconstrução pós-desastre. Os posts foram feitos no formato de carrossel, com linguagem simples e acessível, além de imagens e figuras, para tornar o material mais atrativo. O Instagram foi escolhido como meio de divulgação, por se tratar de uma plataforma gratuita, popular e com interface que possibilitou interação com a comunidade e acesso a áudio e imagem. Foram escolhidos perfis na plataforma que eram seguidos pela comunidade acadêmica e regional, criados previamente ao desastre, o que viabilizou ampla disseminação e intercâmbio com a audiência. Ações de divulgação científica e educação em saúde consistem em uma maneira de envolver comunidades afetadas por desastres nas fases de resposta e reconstrução, bem como nas estratégias de prevenção e mitigação de repercussões à saúde mental em eventos extremos. Ademais, essas ações também permitiram a ampliação da formação em Psicologia para os estudantes, sobretudo quanto à prática profissional em eventos extremos.



Na curva do rio: encontro da psicologia com os saberes ancestrais

Maria Luiza Diello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul),
Flávia Cardozo de Mattos (CRPRS), Míriam Cristiane Alves (UFRGS - Universidade
Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo A curva do rio é o lugar onde as águas fazem uma torção, um volteio no terreno, para fazer um retorno e seguir seu curso para outro território. Seguem a geografia do caminho e compõem um ritmo próprio em seu fluxo. Se o rio tivesse seguido um curso linear, a geografia e a hidrografia teriam outro mapa. Mas o rio faz uma curva. Vivenciamos no Estado do Rio Grande do Sul, a partir dos fins de abril/2024, talvez o pior cenário de afirmação do planeta. Não tivemos tempo e nem chance para relutar. Foi preciso seguir o curso das águas e agir. Nossa categoria foi convocada e se fez presente. Nosso Conselho Regional de Psicologia, além de acompanhar os processos, orientar e apoiar, não se furtou a compreender que o mundo estava exigindo de nós, outras formas de produzir nossos fazeres. Em todas as nossas andanças por diferentes territórios do nosso Estado, antes e depois dos movimentos das águas e dos rios, experienciamos o que há de mais intenso em nossos fazeres. Andar nos mesmos territórios em que as águas varreram e levaram o que havia pela frente, andar nos mesmos territórios em que as águas turvas subiram e encharcaram o que antes não era charco, andar nos mesmos territórios em que as águas se tornaram turbilhão, nos forçou, nos arrastou e nos obrigou a nadar a braçadas, a sentir todos os vazios e todas as destruições, como se as águas ainda estivessem ali. Forçou-nos a entender uma escrita da qual, para nós, não havia tradução. O peito apertando, o corpo sentindo as casas destruídas ou penduradas em diferentes relevos, o solo erodido, os rios assoreados, as existências desatinadas, as vidas despedaçadas, as necessidades tantas, que se apresentavam e que se apresentam, as vidas transtornadas, fazendo torção num mundo que parecia tão linear e decidido, tão conforme ao ideário capitalístico. Entrar na ideia dessas águas, nos convoca a transformar nossa profissão e assim, nos mobiliza a convidar todo o Sistema Conselhos de Psicologia, a compor esse processo. Por óbvio, nossa atuação lida com os efeitos dos danos nos diferentes campos de vida. Impõe-se a necessidade de olharmos para o cenário de crises, emergências e desastres, para além, ou aquém do dano. E isso se faz viável, principalmente nessa curva que nos traz o fluxo do conhecimento ancestral indígena como um campo aliado de fundamental importância para a psicologia, para que possamos atuar na desconstituição dos modos predatórios e danosos, e pensar as diferentes ecologias, referidas à preservação e recuperação das diferentes formas de vida. Desaguamos nessa metáfora, para olhar a torção que o encontro das águas opera na psicologia, compondo com os saberes ancestrais indígenas um movimento que, ao mesmo tempo em que provoca o desterro da psicologia, compõe sua reterritorialização ética, estética e política. Enfim, é do futuro ancestral, que falamos. Precisamos dessa sabedoria para entender e acatar o tempo natural do ciclo da vida, respeitando esses tempos ao habitar o planeta e nisso, compor nossos existires.



O Conselho Regional de Psicologia e as ações territorializadas de orientação à categoria profissional diante do desastre de 2024 no Rio Grande do Sul

Flávia Cardozo de Mattos (CRPRS), Larissa Goya Pierry (CRP), Míriam Cristiane Alves (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Maria Luiza Diello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul)

Resumo No ano de 2024, o Rio Grande do Sul se tornou notícia nacional e internacional ao enfrentar um desastre socioambiental de grandes proporções, com enchentes, inundações e deslizamentos que atingiram mais de 95% dos municípios do estado. A realidade de resgate, abrigo e múltiplas perdas se tornou comum, e estatísticas chegaram a apontar mais de 20% da população gaúcha afetada por este evento, além de 182 óbitos. Desde os primeiros momentos da crise, foi registrada a inserção da Psicologia neste cenário - por profissionais vinculados às Políticas Públicas, voluntários, docentes e pesquisadores. Poucos meses antes, em setembro de 2023, o Vale do Taquari já havia enfrentado enchentes graves, o que permitiu aos gestores e trabalhadores acumular algum conhecimento sobre contingência de crises desta ordem. No entanto, para a dimensão de estrago atingida em 2024, não havia repertório nem recursos que permitissem uma pronta e efetiva resposta no campo da Psicologia. Dessa forma, ao passo que a categoria profissional se inseria neste contexto, demandas prementes de orientação eram direcionadas ao CRPRS. A resposta a esta demanda adotou diferentes formatos, de acordo com a cronologia do desastre, os temas requeridos pela categoria e as possibilidades de comunicação existentes no momento. O objetivo deste estudo de caso qualitativo, descritivo e exploratório é abordar as ações de orientação presenciais oferecidas pelo CRPRS nos territórios gaúchos. Passados os primeiros 45 dias do desastre, com algum restabelecimento das estradas e das cidades, o CRPRS pôde realizar um mapeamento diagnóstico do estado, a partir dos 98 municípios mais gravemente atingidos, e oferecer Rodas de Orientação Territorializadas, em contato presencial e direto com a categoria. O objetivo dessa intervenção foi orientar profissionais das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS), tanto aqueles já lotados nos equipamentos anteriormente quanto aqueles contratados em caráter emergencial, para prestar orientações sobre Saúde Mental Coletiva e Gestão Integral de Riscos e Desastres. Foram escolhidas 7 cidades-sede e realizadas 14 edições destes encontros. Participaram não apenas psicólogos, mas demais profissionais das RAPS e gestores. No primeiro encontro, foi proposta uma metodologia ativa de análise diagnóstica e planejamento estratégico para cada município participante. No segundo, foi feita supervisão clínico-institucional dos dados levantados. Finalizado o projeto, avalia-se que o CRPRS, ao cumprir sua função precípua de orientação à categoria, permitiu o fortalecimento das equipes participantes, das RAPS e das potencialidades das comunidades atingidas. Essa experiência lança luz sobre o papel dos Conselhos Regionais de Psicologia diante de um evento extremo: embora não seja de sua competência legal a assistência direta às pessoas atingidas, nem a formação profissional, o órgão de classe pode contribuir sobremaneira neste contexto, ao atuar como articulador da categoria e porta-voz da profissão, disseminando conhecimento científico, técnico e normativo que qualifique a resposta às demandas sociais individuais e coletivas.



SC 28 | O impacto da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes: riscos e possibilidades de intervenção

Ariane Stamboni Rico (UNICEF - Centro Universitário Central Paulista)

Resumo A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno social, considerado um problema de saúde pública mundial. A Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica a violência como um ato intencional direcionado a outras pessoas, que possa resultar em danos ao desenvolvimento das vítimas. Ela pode ser caracterizada em violência autoprovocada (contra si mesmo); interpessoal, ocorrendo em âmbito familiar ou comunitário, e violência macroestrutural, envolvendo grupos de pessoas. Dentre potenciais danos ao desenvolvimento, destacam-se o risco de transtornos como ansiedade e depressão, comportamentos de risco, dificuldade de aprendizagem, dificuldade de relacionamento interpessoal, baixa autoestima, agressividade e isolamento, além da dificuldade do controle e expressão das emoções, podendo perdurar ao longo da vida das vítimas. Diante disso, a presente sessão objetiva apresentar três trabalhos sobre o impacto da violência no desenvolvimento de crianças e adolescentes, podendo contribuir para discussões acerca do risco e políticas de proteção para essa população. O primeiro estudo, intitulado "Comportamento de autolesão em adolescentes: caracterização dos casos notificados no Pará nos períodos de pré e pós pandemia de covid 19" teve como objetivo caracterizar a violência autoprovocada cometida por adolescentes e notificadas no Pará-Brasil durante o período de 2018 a 2022. Os resultados revelaram um crescente número de relatos no período pós pandêmico, evidenciando que a violência autoprovocada ainda estava presente no cotidiano dos adolescentes durante a pandemia e a necessidade de estratégias mais efetivas para a proteção desse grupo. O segundo estudo, denominado "Práticas significativas sob a ótica de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação" buscou investigar quais eram as práticas socioeducativas que adolescentes em cumprimento de medidas de internação consideravam mais significativas e com potencial transformador para suas vidas. Os resultados demonstraram que as práticas mais relatadas foram aquelas relacionadas ao tratamento respeitoso, cuidado e apoio emocional, evidenciando o impacto da violação de direitos na percepção sobre o sistema socioeducativo e o que é esperado de profissionais atuantes nessa área. Já o terceiro estudo, intitulado "O Impacto da Violência Intrafamiliar na Vida de Crianças e Adolescentes: o Desenvolvimento de uma Intervenção Adaptada a Realidade Brasileira" apresenta um programa de intervenção psicossocial, voltado para famílias que praticaram violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Os resultados revelaram a qualidade, relevância e potencial do material elaborado, tanto para a orientação e conscientização das famílias participantes, quanto para a capacitação de profissionais que atuam em serviços de proteção à crianças e adolescentes. A partir dos estudos, nota-se que a violência, em suas mais diversas formas, está relacionada com o sofrimento psicológico e outros danos ao desenvolvimento, fazendo-se urgente o investimento em programas de prevenção e práticas comunitárias que visem mitigar a violência contra essa população.



Comportamento de autolesão em adolescentes: caracterização dos casos notificados no Pará nos períodos de pré e pós pandemia de covid 19

Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS)

Resumo A lesão autoprovocada é caracterizada como uma forma de violência que o indivíduo inflige dano a si mesmo, fenômeno que pode estar presente na adolescência, período caracterizado por uma maior vulnerabilidade a fatores de riscos, como as mudanças biológicas, os conflitos familiares e entre pares, bem como as indagações e conflitos sobre gênero e sexualidade. A pandemia de COVID 19, decretada mundialmente a partir de março de 2020, intensificou a vulnerabilidade dos adolescentes ao potencializar os desafios emocionais e sociais, assim como pode ter impactado no acompanhamento e notificações dessas violências. Vale ressaltar que, as notificações de casos de violência contra crianças e adolescentes são de caráter compulsório, e devem alimentar o Sistema de Informações de Agravos de Notificação (SINAN), como medida de saúde pública e cuidados sócio sanitários, bem como para o planejamento de políticas públicas. A pesquisa objetivou caracterizar a violência autoprovocada cometida por adolescentes e notificadas no Pará-Brasil durante o período de 2018 a 2022. O estudo foi desenvolvido a partir dos dados coletados no SINAN, disponibilizados pela Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Estado do Pará. A pesquisa possui caráter descritivo, transversal, de cunho quantitativo. Os dados foram inseridos em uma planilha no Microsoft Excel e, posteriormente, submetidos à análise estatística descritiva. No Estado do Pará, houve 1.693 casos notificados de violência autoprovocada em adolescentes, na faixa etária de 12 a 19 anos, o que corresponde a 13,54% do total de 12.503 casos de violência notificadas no Estado no mesmo período. Em relação a caracterização das vítimas, foi identificado maior prevalência em adolescentes do sexo feminino (81,2%), da faixa etária de 16 a 19 anos (55,8%), de cor parda (73,1%), heterossexuais (64%), com ensino fundamental incompleto (34,7%) e que não possuem deficiência (68,4%). Em 54,4% dos casos notificados a violência ocorreu mais de uma vez, sendo o envenenamento o meio de agressão mais utilizado (35,1%), seguido de objetos perfurocortantes (26,4%). Em relação a hora da ocorrência da violência, aproximadamente 25% dos casos ocorreu a noite, sendo a residência o principal local de ocorrência (86,4%), em zona urbana (80,3%). Quanto ao município de ocorrência, os mais prevalentes nas notificações foram Belém (17,1%), Parauapebas (11%) e Tailândia (5,8%), sendo, da mesma forma, os municípios que mais notificaram esses casos. Em relação ao ano de notificação, 2022 foi o ano com a maior incidência (31%), seguido de 2019 (25,1%) e 2021 (20%). Os anos com os menores índices de notificações foram 2018 (7,7%) e 2020 (14,2%), respectivamente. Esses resultados demonstram que, embora o ano de 2020 aponte um declínio no percentual de casos notificados, o crescimento observado nos anos seguintes sugere que a pandemia pode ter intensificado os casos de violência autoprovocada, embora também precise ser considerada a questão da subnotificação nesse período. Além disso, destacam a importância de haver acompanhamento e reconhecimento dos fatores de risco para o comportamento de autolesão entre adolescentes, assim como a urgência de implementar estratégias mais efetivas para a proteção desse grupo, em especial no contexto intrafamiliar, escolar e comunitário.



O Impacto da Violência Intrafamiliar na Vida de Crianças e Adolescentes: o Desenvolvimento de uma Intervenção Adaptada a Realidade Brasileira

Nathaly Martinez Alves, Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar), Débora Ananias Guimarães (UFSCAR)

Resumo Crianças e adolescentes permanecem entre as principais vítimas de violência doméstica, o que representa falhas na prevenção e combate da violência no contexto intrafamiliar. Houve um agravamento deste quadro durante e após o período da pandemia da Covid-19, tendo em vista que espaços considerados protetivos (como as escolas) foram fechados e as vítimas permaneceram mais tempo com seus agressores em decorrência do isolamento social. Dados como esses apontam a urgente na intensificação dos esforços nas iniciativas voltadas para a proteção desses segmentos. Programas de intervenção psicossocial direcionadas às famílias podem colaborar no enfretamento da violência contra crianças e adolescentes, bem como romper com agressões e, eventualmente, minimizar a reincidência dos casos. Entretanto, são escassos os programas desta natureza e, muitos deles, além de não serem submetidos a processos rigorosos de avaliação e validação científica, não são adaptados à realidade brasileira. Partindo destas constatações, o objetivo deste trabalho será apresentar um programa de intervenção psicossocial, voltado para famílias que praticaram violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes. Embasado nos pressupostos teóricos da Psicologia Histórico-Cultural, o programa levou em consideração a realidade de famílias brasileiras e de demandas sociais e psicológicas de pessoas atendidas nos serviços de média complexidade do Sistema Único de Assistência social. O programa de intervenção é constituído por 3 módulos: i) CREAS e Família como instituições protetivas; ii) Violência: expressões e impactos; iii) Promovendo o desenvolvimento e rompendo com o ciclo da violência. Ao todo, o programa conta com 12 sessões, que devem ocorrer semanalmente com os participantes. Cada sessão foi cuidadosamente elaborada a partir das especificidades das famílias atendidas nos CREAS. A intervenção inclui atividades dinâmicas, justificadas e embasadas teoricamente, bem como demandam, em diversos momentos, a participação ativa das famílias, possibilitando que reflitam sobre suas realidades e práticas parentais. Ao mesmo tempo, os participantes devem ser constantemente orientados, através das mediações feitas pelo profissional aplicador, sobre aspectos que tornam as famílias protetivas, as situações cotidianas que se constituem como violência e acerca de práticas parentais que são prejudiciais ou saudáveis para o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Desta forma, o programa tem o potencial de capacitar profissionais (psicólogos, assistentes sociais e educadores) que atuam no SUAS para intervirem com as famílias. Assim, o principal objetivo do programa é romper com o do ciclo da violência que perpassa a dinâmica das famílias. Complementarmente, o programa visa desenvolver um processo reflexivo junto aos participantes para que possam analisar as suas próprias condutas na educação dos filhos, bem como substituir ações coercitivas ou a violência por práticas educativas saudáveis e dialógicas. Avaliações iniciais da intervenção, feitas através de um estudo de validação de conteúdo, com a participação de juízas especialistas na temática da violência intrafamiliar e em programas de intervenção psicossocial, revelaram a qualidade, relevância e potencial do material elaborado, bem como sua importância para a instrumentalização de profissionais que atuam na política de assistência social.



Práticas significativas sob a ótica de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação

Ariane Stamboni Rico (UNICEF - Centro Universitário Central Paulista),

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A medida socioeducativa de internação tem sua aplicação prevista para atos infracionais graves ou reincidentes, dado seu caráter de privação de liberdade e reclusão em unidades especializadas nesse atendimento. A socioeducação é definida como um conjunto de programas, serviços e ações que articulam práticas educativas, demandas sociais e direitos humanos. Além disso, ela visa o desenvolvimento de competências que permitam a esses adolescentes romperem as condições de violência, pobreza e marginalidade que caracterizam a sua exclusão social e comunitária. Considerando a definição e as prerrogativas do sistema socioeducativo, este estudo teve como objetivo compreender a percepção de adolescentes em cumprimento de medidas de internação acerca das práticas profissionais consideradas significativas e com potencial transformador em suas trajetórias de vida. Para tanto, foi elaborado um questionário a partir do qual 202 adolescentes apontaram o profissional que considerava tendo as práticas mais significativas e quais eram essas práticas. Os resultados evidenciaram uma prevalência de adolescentes do gênero masculino, pretos e pardos, que cumpriam medida de internação por tráfico de drogas ou roubo. Com relação aos profissionais indicados, 25% dos adolescentes apontaram um agente de apoio socioeducativo (setor de segurança da Unidade), 24% um profissional da pedagogia, 15% assistente social, 14% profissionais da psicologia e 3% um coordenador da unidade. As práticas profissionais mais apontadas como significativas foram agrupadas em 9 categorias, sendo: 1) ações voltadas ao estudo, como conselhos acerca da importância da escola e auxílio no processo de alfabetização; 2) auxílio para lidarem com as emoções e oferecimento suporte em situações difíceis; 3) situações em que os profissionais auxiliaram os adolescentes na comunicação assertiva e desenvolvimento de habilidades sociais; 4) Oferecimento de recursos para lidar com a raiva e ações voltadas à diminuição da violência; 5) realização de atendimentos ou conversas que confortaram os adolescentes ou demonstração de apoio emocional; 6) mediação das relações dos adolescentes com seus familiares; 7) profissionais aconselharam os adolescentes e contribuíram para o desenvolvimento de uma percepção positiva de si mesmos; 8) situações em que os profissionais promoveram reflexões acerca do futuro e de possíveis mudanças na trajetória de vida dos adolescentes; e 9) momentos em que os profissionais ofereceram auxílio com questões da unidade, como acesso a atendimento médico e odontológico e mediação de conflitos entre os adolescentes e com outros profissionais. A partir dos resultados é possível observar que as práticas consideradas significativas são aquelas relacionadas ao cuidado, apoio emocional e respeito aos direitos humanos, evidenciando um histórico de exclusão comunitária e violência dirigida a essa população. Ainda, é notório que tais práticas são provenientes das características individuais dos profissionais, e não decorrentes de intervenções estruturadas a partir das prerrogativas propostas pelo Sinase, sendo urgentes investigações que busquem articular essas prerrogativas, estendendo a todos os profissionais atuantes no sistema socioeducativo.



SC 29 | Os princípios da Epistemologia Qualitativa expressos na Metodologia Construtiva-Interpretativa

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Os princípios da Epistemologia Qualitativa, desenvolvida por Fernando González Rey, se expressam na Metodologia Construtiva-Interpretativa e constitui uma via essencial para a compreensão da produção da subjetividade, individual e social, numa perspectiva cultural histórica. Como primeiro princípio, o processo construtivo-interpretativo é central nessa metodologia, visando a produção de modelos teóricos que ampliem os sistemas de inteligibilidade sobre o tema de uma pesquisa ou sobre o espaço de atuação profissional. O princípio dialógico sustenta uma prática de pesquisa onde o tensionamento das ideias dos participantes é fundamental para tornar a pesquisa um espaço de reflexões inéditas. O princípio da singularidade se expressa pelo valor da informação diferenciado ao conhecimento que se está produzindo. No trabalho de Maristela Rossato é possível conhecer a importância da constituição do espaço da pesquisa como um espaço configurado subjetivamente, por meio da construção do cenário social da pesquisa. Na pesquisa de Telma Cerutti, busca-se uma metodologia de pesquisa qualitativa que viabilize a escuta singular dos participantes, construindo hipóteses sobre como a pessoa que vivencia uma experiência espiritual, seja ela religiosa ou não, subjetiva a espiritualidade. Na pesquisa de Roberta Assunção busca-se uma compreensão mais aprofundada de como a docência se configura subjetivamente no processo de formação inicial, necessitando trabalhar a pesquisa em diferentes de investigação e ação.

A construção do cenário social da pesquisa na Metodologia Construtivo-Interpretativa

Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A construção do cenário social da pesquisa é um diferencial da Metodologia Construtivo-Interpretativa, pois visa gerar engajamento dos participantes da pesquisa no tema investigado. O estudo da subjetividade requer um conjunto de recursos metodológicos que foram desenvolvidos por Fernando González Rey para a pesquisa da subjetividade, uma vez que não é possível reconhecê-la diretamente nas expressões oral ou escritas. Faz-se necessário que os participantes da pesquisa desejem se envolver nas discussões, com tensionamentos qualitativamente diferenciados, visando ultrapassar expressões formais ou politicamente corretas sobre os temas de pesquisa. A produção singular de informações pelos participantes da pesquisa é alcançada por meio de uma atuação do pesquisador como sujeito na pesquisa, transcendendo a normatividade (formal e informal) dos modelos tradicionais de produção de conhecimento. Embora a constituição do cenário social da pesquisa seja o ponto de partida, sua manutenção requer habilidade do pesquisador na constituição um espaço social que se mantenha configurado subjetivamente, ou seja, um espaço social que possibilite ao participante da pesquisa produzir reflexões inéditas sobre o que está sendo investigado. É no espaço do inédito, que se desenrola no



curso de uma conversação dialógica, que se faz possível identificar a trama de recursos subjetivos (simbólico-emocionais) constitutiva da subjetividade do participante que se expressa na inter-relação com a subjetividade do pesquisador.

A metodologia construtivo-interpretativo nas pesquisas sobre processo de formação profissional docente e o desenvolvimento da subjetividade

Roberta Assunção (UNB - Universidade de Brasília), Maristela Rossato (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo O processo de formação profissional docente deve promover aprendizagens que integrem teoria e prática, capacitando os professores a desenvolver metodologias de ensino inovadoras. Além disso, deve estimular a reflexão crítica na tomada de decisões e na superação de desafios, contribuindo para a construção da identidade profissional. A formação docente, portanto, vai além das competências intelectuais, abrangendo também a subjetividade e a identidade do professor, que se desenvolvem ao longo da vida. Assim, o objetivo da formação profissional é desenvolver recursos subjetivos que permitam ao professor, ou futuro professor, se posicionar como agente ativo em seu trabalho docente. Isso favorecerá a construção da subjetividade social da escola, promovendo mudanças no sistema normativo dominante e prevenindo a alienação dos indivíduos. Para que os conhecimentos produzidos na formação sejam efetivos e de qualidade, é essencial que sejam configurados subjetivamente, integrando-se à configuração subjetiva do aprender e à motivação para a ação profissional. A Epistemologia Qualitativa, desenvolvida a partir das reflexões de González Rey, surge para aprofundar a compreensão da subjetividade e gerar inteligibilidades. Diferente dos métodos tradicionais de investigação psicológica, essa abordagem foca na integração entre teoria e prática empírica. A Epistemologia Qualitativa valoriza o diálogo com os participantes da pesquisa e utiliza segmentos de informação emergentes durante o processo comunicativo, baseando-se em três atributos principais: o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, o caráter dialógico-comunicacional e o reconhecimento da singularidade. Esta abordagem oferece novas perspectivas para entender a aprendizagem e o desenvolvimento humano, enfatizando a importância das dimensões subjetivas nas práticas pedagógicas e nas relações educacionais. Assim, a Epistemologia Qualitativa e a Metodologia Construtivo-Interpretativa possibilitam uma compreensão mais aprofundada de como a docência se configura subjetivamente no processo de formação inicial.



Epistemologia Qualitativa e Metodologia Construtiva-Interpretativa: uma via de compreensão à dimensão subjetiva da Espiritualidade

Telma Oliveira Cerutti Schmidt (EDH - Espaço de Desenvolvimento Humano)

Resumo A dimensão subjetiva da espiritualidade tem sido reconhecida como importante aliada em tratamentos de enfermidades crônicas, como mecanismo de enfrentamento a adversidades como o luto e outras perdas, por exemplo. As experiências com o campo da espiritualidade, sejam religiosas ou não-religiosas, têm se mostrado como impulsionadoras de movimentações no campo emocional, muitas vezes interferindo no modo de vida das pessoas, podendo configurar-se em marcos históricos na vida das pessoas. Esta pesquisa se propõe buscar a compreensão da relação deste campo com a subjetividade, e para tanto, busca-se uma metodologia de pesquisa qualitativa que viabilize a escuta singular dos participantes, construindo hipóteses sobre como a pessoa que vivencia uma experiência espiritual, seja ela religiosa ou não, subjetiva a espiritualidade. Contamos assim, com os aportes da Teoria da Subjetividade numa perspectiva cultural-histórica, desenvolvida por González Rey, que nos permite conhecer como se configura subjetivamente a dimensão da espiritualidade nas pessoas que passam por experiências espirituais, reconhecendo sua construção particular. Assim, encontramos na Epistemologia Qualitativa e na Metodologia Construtiva-Interpretativa, também desenvolvida pelo referido autor, e que filiam-se à tal Teoria, a viabilidade de alcançar os objetivos deste trabalho, considerando que o ser humano é constituído de quatro dimensões - física, emocional, mental e espiritual - sendo único em seus pensamentos, sentimentos e atitudes, e capaz de produções subjetivas singulares, que são permeadas por sua história de vida e pela cultura que os circundam. A Epistemologia Qualitativa reconhece a condição particular do humano, e a existência de uma singularidade, tanto ao se referir à existência de um outro, como daquilo que este outro produz acerca do que lhe é apresentado, expressando no modo de vida as configurações subjetivas decorrentes das dinâmicas relacionais com o campo da espiritualidade. O percurso metodológico da pesquisa construtivo-interpretativa, orientada pelos pressupostos da Epistemologia Qualitativa permite tensionamentos, ideias e reflexões que contribuem para a formação de hipóteses acerca das configurações subjetivas que constituem o sistema configuracional subjetivo da espiritualidade em cada participante da pesquisa. Assim, nos ancoramos na Epistemologia Qualitativa e na Metodologia Construtiva-Interpretativa por se tratar de um modo de fazer pesquisa que considera o ser humano em sua processualidade e singularidade, quebrando a hegemonia do imaginário positivista no campo da psicologia, bem como legitimar o pesquisador em sua condição ativa de quem é capaz de dominar conceitos teóricos e navegar entre eles de maneira autoral, podendo construir reflexões teóricas e gerar novos campos de inteligibilidade sobre os aspectos estudados. Com esta proposta epistemológica e metodológica, que tem como pressupostos básicos o caráter construtivo-interpretativo e o processo de construção do conhecimento, a dialogicidade como condição para a construção do conhecimento e a singularidade, almejamos avançar no reconhecimento da existência e importância de uma dimensão que transcende o real do corpo - a dimensão espiritual da pessoa - que se configura subjetivamente em cada pessoa, e se expressa em produções próprias integradas à vida.



SC 30 | Perspectivas de atuação em acolhimento institucional e em famílias acolhedoras: Lugar de proteção, afetos e de ressignificar lutas

Sara Guerra Carvalho de Almeida (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Nesta sessão coordenada discutiremos as principais medidas de proteção aplicáveis à criança e ao adolescente: o acolhimento e o acolhimento familiar. Definidas como medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta. Essas modalidades de atendimento consistem em serviços que oferecem acolhimento, cuidado e espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. O primeiro estudo discutirá sobre o serviço em família acolhedora no Brasil, através de uma análise das iniciativas no país. A pesquisa realizada agrupou dois estudos: o primeiro, uma revisão integrativa da literatura, entre os anos de 2012 e 2022. O segundo estudo utilizou a pesquisa documental com dados do Censo SUAS (2022) para caracterizar os serviços de acolhimento familiar no Brasil, destacando-se as regiões Sul e Sudeste como líderes em número de iniciativas e crianças acolhidas. O segundo estudo discutirá sobre a importância da construção do apego a partir das percepções dos educadores/cuidadores atuantes em instituições de acolhimento infantil. Neste estudo participaram 18 educadores atuantes em duas instituições de acolhimento infantil na cidade de Belém - PA. O terceiro estudo discutirá sobre o uso do sociodrama com adolescentes, entre 12 a 14 anos, com histórico de situação de rua em um acolhimento institucional, na cidade de Fortaleza. O personagem protagonista, ou seja, o escolhido pelo grupo por representar emocionalmente, nas ações e nas relações foi: O Chaves (el Chavo) com a identificação com a história de vida e suas estratégias de superação, principalmente pelo histórico de situação rua.

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Brasil: Análise das Iniciativas no país

Adriely Oliveira Ribeiro Raiol (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará)

Resumo O acolhimento familiar (AF) é reconhecido como a medida de proteção mais benéfica para o desenvolvimento de crianças e adolescentes afastados de suas famílias de origem, quando proporciona um ambiente seguro e afetivo. Apesar dos benefícios evidentes do AF, observa-se que, em alguns países, incluindo o Brasil, a medida de acolhimento institucional (AI) ainda predomina. Nesse cenário, a presente pesquisa teve como objetivo analisar os limites e possibilidades dos serviços de AF no Brasil. Realizou-se um levantamento da literatura nacional e internacional sobre o tema, além da análise das iniciativas existentes no país, utilizando como fonte de coleta de dados o Censo SUAS. A pesquisa realizada agrupou dois estudos: o



primeiro, uma revisão integrativa da literatura entre os anos de 2012 e 2022, aborda desafios comuns no cenário nacional e internacional relacionados às iniciativas de acolhimento familiar, tais como seu lento processo de implementação, escassez de recursos, sobrecarga de trabalho dos profissionais, falta de preparo das famílias acolhedoras e pouco investimento no aprimoramento técnico dos profissionais que atuam em Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA). Apesar desses desafios, as pesquisas ressaltam a importância do acolhimento familiar, valorizando o papel da família como núcleo primário de cuidado e proteção, promovendo o vínculo afetivo e contribuindo para o bem-estar das crianças e adolescentes. O segundo estudo utilizou a pesquisa documental com dados do Censo SUAS (2022) para caracterizar os serviços de acolhimento familiar no Brasil, destacando-se as regiões Sul e Sudeste como líderes em número de iniciativas e crianças acolhidas. No entanto, foram identificadas fragilidades na implementação dessa política de acolhimento pelo não atendimento a princípios fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como por exemplo, assegurar atendimento próximo ao local de residência da família de origem, acolher grupo de irmãos, além de manter lacunas na regularização e regulamentação dos serviços. Embora a literatura científica destaque os benefícios do AF, constatou-se que os serviços pesquisados nem sempre conseguem ser implementados de acordo com a perspectiva do desenvolvimento integral da criança e do adolescente, e que a maioria dos acolhidos ainda está inserida em serviços de acolhimento institucional. Os dados relativos ao funcionamento do SFA no país corroboram com alguns aspectos negativos destacados pela revisão de literatura, incluindo fragilidades na execução desse tipo de intervenção, como a demora na implementação de serviços de acolhimento familiar, a falta de preparo e acompanhamento sistemático das equipes multiprofissionais que sustentam os serviços implantados e a necessidade do seu aprimoramento técnico. Ambas as análises realizadas enfatizam a necessidade de políticas públicas sustentáveis e de literatura que norteiem as iniciativas segundo as especificidades regionais, para fortalecer e expandir o acolhimento familiar em todo o país.

“É dar e receber afeto”: o apego na perspectiva de educadoras/cuidadoras que atuam em contexto de acolhimento institucional

Victoria Maria Santiago Araújo (UFPA - Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará), Ádria de Nazaré Moraes Oliveira (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A recomendação técnica de vinculação à figura do educador/cuidador de referência surge como uma medida de contornar entraves causados pelo cuidado coletivo na instituição. Tal vinculação propicia a construção da relação de apego. Esta interação cuidador-criança, a partir da perspectiva do cuidador - que carrega consigo, assim como a criança, concepções prévias de apego refletidas de seus próprios núcleos familiares, além de suas experiências na maternidade/paternidade - é fundamental para o desenvolvimento das crianças acolhidas. O estudo objetivou levantar



reflexões sobre a importância da construção do apego a partir das percepções dos educadores/cuidadores atuantes em instituições de acolhimento infantil. Participaram dessa pesquisa 18 educadores de duas instituições localizadas na cidade de Belém - PA. Para coleta de dados, utilizou-se um questionário contendo 34 perguntas, das quais foram selecionadas 3 referentes ao tema apego. Os resultados indicaram: 55,5% dos educadores acreditam que se apegar especialmente a uma criança não oferece problemas desde que não interfira na relação com as outras crianças; 27,7% acreditam que o apego é inevitável; e 16,6% acham que o apego não deveria acontecer, ou é algo que nunca aconteceu com eles. Quando mesclamos a concepção de apego à condição de ter ou não filhos, todos os educadores sem filhos (16,6%) acreditam que o apego não é um problema ou que é inevitável, assim como 83,3% dos educadores com filhos. Quando indagados sobre o significado de apegar-se a uma criança as respostas foram agrupadas em três categorias, a saber: (1) que definem o apego como a própria rotina de cuidado da instituição; (2) que definem apego como algo além da rotina de cuidado e (3) que definem apego como algo divergente ao papel do educador. A categoria com maior frequência foi a segunda (56,25%). Em trechos de algumas de suas respostas os educadores definiram o apego como: "o cuidado para além do padronizado"; "a preocupação que se leva para fora do trabalho"; "o carinho que uma mãe sente"; "amar como família" e "a saudade quando eles vão embora". Anteriormente, todas as crianças acolhidas já estabeleceram uma relação de apego com seus cuidadores primários, familiares e/ou outras figuras, e estas relações seguem como referências para aquelas estabelecidas no ambiente da instituição. O ato de cuidar realizado por esses profissionais está enlaçado ao comportamento de apego, e nessa dinâmica os educadores tornam-se a principal figura de apego das crianças. Entende-se que na relação cuidador-criança, apegar-se é fornecer uma base segura, de modo que o educador/cuidador precisa ter clareza de seu papel, que é vincular-se afetivamente, sem pretensão de ocupar o lugar da família, buscando promover a reintegração familiar ou vínculo com família substitutiva, e o desenvolvimento da criança nesse contexto de vulnerabilidade. Mesmo que breve, dado o caráter provisório do acolhimento institucional, é recomendável que educadores/cuidadores possuam a instrumentalização para estabelecer essa relação de apego de qualidade, pois é preferível a elaboração da perda pela quebra de vinculação com o profissional futuramente do que não experimentar esse vínculo, o que agravaria as perdas cognitivas, sociais e afetivas decorrentes do afastamento familiar.

"Super-Herói? Eu sou o Chaves": Sociodrama e adolescentes com histórico de situação de rua em um acolhimento institucional

Sara Guerra Carvalho de Almeida (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo O Serviço de acolhimento institucional é um espaço de desenvolvimento para grupos de crianças e adolescentes em situação de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. Por isso, oferece atendimento especializado com



padrões de dignidade, funcionando como moradia provisória até que seja viabilizado o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta. Neste espaço, é possível atuar com grupos e, neste trabalho, destaca-se o método sociodramático. O Sociodrama surgiu do Teatro Espontâneo, criado por Jacob Levy Moreno, no início do século XX. Trata-se de um dos métodos sociátricos para pesquisar e tratar os grupos e as relações intergrupais, seus conflitos e sofrimentos. Diante do exposto este estudo objetiva discutir o uso do sociodrama com adolescentes com histórico de situação de rua em um acolhimento institucional na cidade de Fortaleza. Utilizou-se o método da pesquisa-ação com adolescentes entre 12 a 14 anos. As ferramentas utilizadas foram a dramatização e a teatralização na modalidade de teatro espontâneo. Os instrumentos utilizados foram: diretor, cenário, que inclui real e simbólico, protagonista, coadjuvante, que inclui ego-auxiliar e ego-plateia e o público. Após passar pelo Aquecimento (inespecífico e específico), os adolescentes apresentaram os super-heróis: Homem-Aranha, Hulk, Homem de ferro etc. mas, o personagem protagonista, ou seja, o escolhido pelo grupo por representar emocionalmente, nas ações e nas relações foi: O Chaves (el Chavo). No Compartilhar, o grupo apoiou a fala entre os participantes e muitas vezes se emocionavam (riam, ficavam com raiva, choravam etc.) de algumas cenas dos episódios do Chaves, trazendo cenas cotidianas. Foi possível notar a identificação com a história de vida e suas estratégias de superação, principalmente pelo histórico de situação rua; pelas situações de violências vividas pela vizinhança, na família, na rua; pela escassez de recursos (alimentação, educação, rede de apoio etc.); as estratégias de superação das dificuldades, os processos de resiliência, a autonomia; as brincadeiras, piadas, amigos; o discurso dos outros sob quem está na rua que “não tem família”; os sentimentos; sonhos; julgamentos. Conclui-se que o tema super-heróis possibilitou a vivência da espontaneidade entre os adolescentes, levando a experienciar o empoderamento, força, poder, características protetivas e principalmente aproximou da realidade dos adolescentes do acolhimento institucional. Por tratar-se de uma pesquisa-ação, sob o escopo do sociodrama, a estratégia foi centrada na criação coletiva, cujo objetivo é o autoconhecimento, a superação das dificuldades e a autonomia.



SC 31 | Perspectivas sobre desenvolvimento humano, relações íntimas e famílias de minorias sexuais e de gênero

Jean Jesus Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo Modelos contextualistas e interacionistas como o da teoria bioecológica do desenvolvimento humano permitem entender os processos desenvolvimentais como sendo influenciados por diversos fatores ao longo do ciclo vital e com a passagem do tempo. A família e os pares com quem as pessoas estabelecem relações diádicas ao longo da vida, bem como a qualidade dessas relações, são elementos que influenciam o desenvolvimento da vida. Outros elementos que interagem e têm impacto nos processos desenvolvimentais incluem aspectos identitários e outras características individuais. Sendo assim, o modo como se dá o desenvolvimento de indivíduos pertencentes a minorias sexuais e de gênero (ou seja, minorizados socialmente devido a sua sexualidade) pode apresentar especificidades que precisam ser melhor compreendidas. Tais características podem se referir ao modo como esses indivíduos são percebidos e tratados socialmente, e como eles estabelecem relações proximais e conceitos sobre si mesmos com base em marcadores das suas identidades sexuais e de gênero. Esta sessão coordenada tem como objetivo abordar diferentes perspectivas sobre o desenvolvimento humano, as relações íntimas que podem ser estabelecidas entre indivíduos e famílias constituídas por pessoas LGBTQ+. Especificamente, nesta sessão coordenada será apresentado um estudo sobre as perspectivas que as pessoas podem ter sobre o desenvolvimento de crianças em famílias com pais ou mães do mesmo sexo (e.g., pessoas gays ou lésbicas). Onde é discutido como o estigma sexual pode contribuir para avaliações equivocadas que as pessoas têm sobre a funcionalidade dessas famílias e desenvolvimento de tais crianças; o que pode ser entendido muito mais como manifestações de preconceito sexual. Um estudo sobre as perspectivas que as pessoas podem ter sobre o desenvolvimento de crianças em famílias monoparentais constituídas por adoção e com minorias sexuais exercendo a função parental. Onde é discutido como configurações familiares não tradicionais (como as famílias monoparentais constituídas por adoção) são avaliadas enquanto possibilidades para constituição de famílias por pessoas com diferentes orientações/identidades sexuais e como podem funcionar como ambientes de desenvolvimento para crianças. Um estudo sobre relacionamentos íntimos entre indivíduos LGBTQ+. Nele são discutidas experiências de violência perpetradas pelas parcerias íntimas, explorando os impactos dessas experiências e os fatores que interagem com elas e influenciam o desenvolvimento ao longo da vida. Também será apresentado um estudo sobre relações interpessoais em famílias de adolescentes LGBT, focando nas relações de pais e mães nessas famílias com as pessoas e elementos do contexto social onde se inserem. Nesse estudo é dado um enfoque nas questões relativas à identidade de gênero e/ou orientação sexual desses adolescentes e são discutidas implicações para o desenvolvimento desses indivíduos (pais e mães, além de adolescentes LGBT). Com esses estudos, espera-se que esta sessão coordenada ajude a ampliar o conhecimento sobre como se dão processos de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida. Nesse caso, considerando singularidades de populações específicas como as de indivíduos pertencentes a grupos de minorias sexuais e de gênero e suas famílias, bem como os contextos relacionais onde essas pessoas se inserem.



A experiência de mães/pais de adolescentes LGBT: uma Revisão de Escopo

Thomas Borges Costa (Autônomo), Aline Pompeu Silveira (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo Quando pais e mães heterossexuais e cisgênero se deparam com a revelação de que sua filha ou filho é uma pessoa LGBT, uma crise pode se instaurar no contexto familiar. As famílias que lidam com a revelação da orientação sexual ou identidade de gênero de filhas/os/es podem experimentar sentimentos como tristeza, raiva, isolamento, medo, vergonha e culpa. Quando os adolescentes saem do armário, convocam, em maior ou menor grau, que a família também saia do armário: mães e pais se veem confrontados com a necessidade de reavaliar crenças, olhar para aspectos importantes e talvez doloridos da própria sexualidade, educar familiares e amigos, e vivenciar, mesmo de forma indireta, os efeitos da lgbtfobia. Buscando compreender a experiência de famílias de adolescentes LGBT em relação à identidade de gênero e/ou orientação sexual de suas filhas/os/es, foi realizada uma revisão de escopo que buscou pelos descritores "family" OR "parents" AND "LGBT adolescents" OR "sexual minority adolescents" OR "gay adolescents" OR "lesbian adolescents" OR "bisexual adolescents" OR "transgender adolescents" em inglês, português e espanhol nas bases de dados Scielo, Lilacs, Pepsic, Pubmed, Embase e Scopus. Os materiais selecionados foram artigos revisados por pares publicados entre 2012 e 2022 e que tratassem da experiência de mães e/ou pais de adolescentes LGBT em relação à orientação sexual e/ou identidade de gênero das filhas/os/es. Contabilizando os resultados de todas as bases de dados, obteve-se o número de 8.473 artigos que passaram por leitura de títulos, resumo expandido e leitura na íntegra até serem encontrados 37 artigos que atendiam aos critérios de inclusão. A leitura dos estudos proporcionou a criação de 4 categorias: Questões a respeito de Terapia Hormonal Afirmativa de Gênero (n = 12); Suporte Familiar e Cuidados em saúde (n = 11) Intervenções voltadas para famílias de adolescentes LGBT (n = 7); e Aspectos psicossociais relacionados à Revelação da orientação sexual ou identidade de gênero (n = 7). Foi possível perceber que mães e pais de adolescentes LGBT passam por desafios específicos e são cobrados a emitir comportamentos aos quais não foram treinados para emitir, como identificar lgbtfobia, conversar abertamente sobre sexualidade não cisheteronormativa, e lidar com a homo e transfobia quando direcionadas a si. Todos os estudos revisados são publicações em língua inglesa e relatam a realidade de pessoas vivendo em um contexto socioeconômico, histórico e cultural diferente de países latinoamericanos. Todas as mães e pais que participaram dos estudos estudados apresentaram uma tendência maior ou menor de encarar a identidade de gênero e a orientação sexual de seus filhos como válida. São necessários novos estudos que contemplem as experiências de mães/pais de países em desenvolvimento e com variabilidade econômica, assim como é necessário atentar futuramente para famílias que não aceitam a orientação sexual e identidade de gênero de suas filhas LGBTQ+.



Oposição à parentalidade entre pessoas do mesmo sexo como preconceito sexual: Evidências de validade de um modelo e fatores associados em uma amostra brasileira sexualmente diversa

Jean Jesus Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe), Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo Muitas pessoas têm avaliações negativas sobre a possibilidade de famílias do mesmo sexo terem filhos e isso causar problemas para o desenvolvimento das crianças. Contudo, estudos mostram que crianças que se desenvolvem nessas famílias não apresentam mais problemas de ajustamento comparadas àquelas criadas em famílias cis-heterossexuais. Além disso, a oposição a parentalidade por famílias com pais e mães do mesmo sexo tem sido identificada como uma forma de preconceito sexual moderno. Este estudo teve como objetivo investigar perspectivas que as pessoas têm em relação ao desenvolvimento de crianças criadas em famílias com pais ou mães do mesmo sexo. Especificamente, este estudo buscou investigar evidências de validade de um modelo de preconceito sexual que abrange crenças sobre o ajustamento de crianças criadas em famílias do mesmo sexo, estruturado em duas dimensões: oposição individual e oposição normativa. O objetivo deste estudo também foi investigar se o modelo em questão apresenta evidências de validade entre participantes brasileiros sexualmente diversos. Foi realizada uma pesquisa com 1.038 participantes que responderam a um questionário sociodemográfico, a Beliefs about Children's Adjustment in Same-Sex Families Scale, uma escala para medir atitudes negativas contra homossexualidade, bem com medidas de conservadorismo e religiosidade. Análises fatoriais confirmatórias mostraram que o modelo apresentou bons índices de ajuste entre os participantes cis-heterossexuais e LGBTQ+. Análises fatoriais multigrupo mostraram que o modelo de preconceito sexual abrangendo crenças sobre o ajustamento de crianças criadas em famílias do mesmo sexo investigado neste estudo apresentou invariância de medida entre os participantes cis-heterossexuais e LGBTQ+. Análises de variância mostraram que os grupos tipicamente mais preconceituosos tiveram níveis mais altos de oposição à criação de crianças em famílias com pais e mães do mesmo sexo. As análises de correlação mostraram que ambas as dimensões do modelo estavam associadas a outras medidas de preconceito sexual (atitudes proximais contra homossexualidade e atitudes distais contra homossexualidade), conservadorismo e religiosidade. Os resultados mostram que o modelo investigado apresenta evidências de validade na amostra brasileira sexualmente diversa estudada, tanto em termos de estrutura quanto de em termos de variáveis associadas, em conformidade com o que é apontado na literatura. Esses achados ajudam na compreensão de quais são as perspectivas que as pessoas têm sobre o desenvolvimento infantil em diferentes contextos, nesse caso em famílias com pais e mães do mesmo sexo. Além disso, eles contribuem para ampliar o conhecimento sobre as dimensões do preconceito sexual moderno.



Percepções de LGBTQ+s sobre a Violência entre Parcerias Íntimas

Aline Pompeu Silveira (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A violência por parte de parceiros íntimos (VPI) é um fenômeno complexo que afeta diversas comunidades, incluindo pessoas LGBTQ+. Este estudo qualitativo explorou as vivências de indivíduos LGBTQ+ que enfrentaram VPI, com foco nas nuances dessas experiências ao longo do ciclo de vida. O conceito de “parceria” é utilizado como expressão gênero-neutra, e “intimidade” refere-se a relacionamentos caracterizados por conexão emocional contínua. A violência inclui comportamentos destinados a controlar ou causar dano ao parceiro. Pesquisas anteriores indicam semelhanças e diferenças entre a VPI em casais heterossexuais e LGBTQ+; Adicionalmente fatores como discriminação social e homofobia internalizada contribuem para a complexidade do fenômeno nessa população. Este estudo exploratório-descritivo incluiu dez participantes LGBTQ+ maiores de 18 anos, que relataram ter experienciado VPI em relacionamentos consensuais. A amostra, baseada na saturação dos dados, incluiu três mulheres cisgênero lésbicas, dois homens cisgênero gays, quatro pessoas bissexuais (dois homens e duas mulheres cisgênero), e um homem transgênero. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, transcritas e analisadas tematicamente. Os dados foram articulados com a literatura existente sobre VPI em parcerias LGBTQ+. A maioria dos participantes residia no sudeste e sul do Brasil, com idades médias de 31 anos, sendo predominantemente brancos, com alto nível educacional e renda familiar. Todos os participantes escolheram pseudônimos para preservar sua privacidade. A violência familiar foi uma experiência comum, com muitos testemunhando ou sendo vítimas de agressão, principalmente envolvendo a figura materna. Em relação à violência nos relacionamentos íntimos, quase todos relataram ter sido vítimas de violência, sendo a violência psicológica a mais frequentemente mencionada, seguida pela física, sexual e patrimonial. A análise das entrevistas revela que as experiências prévias de violência intrafamiliar são citadas como fatores de risco para a VPI. Muitos participantes internalizaram essas experiências, o que pode ter levado à normalização de comportamentos abusivos em seus próprios relacionamentos. Contudo, a resiliência individual e o suporte social foram destacados como fundamentais para romper com esses ciclos de violência. As primeiras experiências amorosas, especialmente durante a adolescência, também foram influenciadas por dinâmicas familiares, sublinhando a importância de intervenções educativas precoces sobre relacionamentos saudáveis. O abuso identitário, onde a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero se manifesta como violência dentro dos relacionamentos, foi um tema recorrente. A rede de apoio emergiu como fator crucial no enfrentamento da violência. Contudo, muitos relataram dificuldades em acessar apoio adequado, seja por medo de discriminação ou pela normalização da violência. A autoestima também foi destacada como uma estratégia de enfrentamento, com participantes que se sentiam valorizados mais aptos a reconhecer comportamentos abusivos. O estudo destaca a necessidade de intervenções psicoterapêuticas que reconheçam as diversas formas de violência e ofereçam suporte adequado, levando em conta as especificidades das experiências LGBTQ+ e as interseções com outros marcadores sociais, como raça, classe, e neurodivergência, além de identidade de gênero e orientação sexual.



Perspectivas sobre o desenvolvimento de crianças em famílias monoparentais: explorando a aceitação da adoção monoparental com base no gênero e orientação sexual dos adotantes

Baruc Correia Fontes (Centro Universitário Unicentro Ages), Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo A adoção é um fenômeno multifacetado, e sua compreensão exige um olhar sobre diversos aspectos, sociais, jurídicos e afetivos. A adoção era vista como um processo reservado a casais heterossexuais, refletindo uma concepção cristalizada de família. Entretanto, essa visão tem sido contestada, especialmente no contexto da adoção monoparental e homoparental. Este estudo busca explorar como o gênero e a orientação sexual dos adotantes influenciam o julgamento de adoção monoparental. O principal objetivo foi comparar o julgamento dos participantes sobre a adoção monoparental em diferentes cenários de gênero e orientação sexual dos adotantes. Além disso, procurou-se identificar variáveis preditoras da aceitação à adoção monoparental. Foi conduzida uma pesquisa quantitativa exploratória, com um desenho quase-experimental, envolvendo 952 participantes residentes na região Nordeste do Brasil. Os participantes responderam a um questionário socio-demográfico e foram randomicamente alocados em um dos quatro cenários com histórias sobre adoção (mulher lésbica, homem heterossexual, mulher heterossexual e homem gay). Posteriormente, foram aplicadas escalas para avaliar atitudes sobre adoção, adoção homoparental, posicionamento político, tradicionalismo e homofobia. Os instrumentos utilizados foram: Questionário sociodemográfico para coletar dados sobre idade, gênero, orientação sexual, escolaridade, renda, raça/cor, status relacional, religião, posicionamento político; Vinhetas com textos que apresentavam histórias de adoção monoparental variando o gênero e a orientação sexual dos protagonistas; Escala de Atitudes Frente à Adoção (EAFA), para avaliar a disposição para adotar, riscos associados à adoção e aspectos humanitários da adoção; Escala de Atitudes Frente à Homoparentalidade por Adoção - Reduzida (EAFHA-R), para avaliar atitudes frente à adoção homoparental; Subescala de Tradicionalismo (que faz parte da Escala de Autoritarismo de Direita), para avaliar o quão conservadoras são as pessoas; Escala de Atitudes Frente à Homossexualidade, para avaliar atitudes negativas em relação à homossexualidade. A análise dos dados revelou variáveis com efeitos estatisticamente significativos para a predição da aceitação à adoção monoparental nos cenários testados. Cenários com personagens não heterossexuais mostraram-se mais explicativos para a predição da adoção monoparental, indicando também, que a aceitação da adoção homoparental auxilia na compreensão da aceitação à adoção monoparental. Os elementos como estereótipos e preconceitos associados às minorias sexuais e que estão presentes nos cenários não heterossexuais, influenciam significativamente o julgamento em relação à adoção. Os resultados mostraram que preconceitos relacionados à orientação sexual e de gênero ainda são barreiras significativas para a aceitação de arranjos familiares não tradicionais, como os que envolvem a monoparentalidade. Os resultados corroboram os da literatura, e juntos eles demonstram que embora legalmente permitida, a adoção monoparental, especialmente por indivíduos LGBTQIAP+, enfrenta resistências sociais e estereótipos persistentes. Os achados deste estudo reforçam o argumento da necessidade



de reavaliar as concepções de família e adoção na contemporaneidade, promovendo uma maior aceitação de arranjos familiares diversos. Eles também demonstram que compreensão das barreiras atitudinais, além da promoção de políticas inclusivas, são essenciais para garantir a efetividade do processo de adoção monoparental e homoparental.



SC 32 | Psicologia do Desenvolvimento, Inclusão social e educacional: pesquisa e proposições para a atuação profissional

Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Esta sessão expõe, em seu conjunto, pesquisas na interface desenvolvimento humano e inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais, nos âmbitos da família e escola. As temáticas abordadas incluem a parentalidade em casos atípicos, as peculiaridades de pessoas superdotadas, bem como a atuação de psicólogas(s) escolares junto ao grupo de estudantes com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Os estudos variam em termos de perspectivas teóricas e desenhos metodológicos e discutem aspectos como gênero, idade e tipo de escola. A primeira exposição abordará uma revisão de escopo sobre a parentalidade na primeira infância quando envolvem atipicidades de saúde e de desenvolvimento em um dos pais ou filhos. Os dez artigos analisados permitiram identificar o aumento da inclusão na escola, suas relações com questões de gênero e de saúde mental dos pais. A parentalidade em casos atípicos, envolve desafios para os pais, as crianças, impactos no ciclo familiar, na assistência social e na saúde. Estratégias e possibilidades de enfrentamento das contingências diárias baseadas em experiências positivas de inclusão, políticas públicas inclusivas e maior produção científica do tema são propostas. A segunda pesquisa foi realizada com 96 adolescentes identificados como superdotados, com idade entre 10 e 19 anos (60 do gênero masculino e 36 do gênero feminino). A pesquisa foi realizada em escolas pública, militar e privadas. Foram utilizadas as Escalas de Afetos Positivos e Negativos, Escala Global de Satisfação de Vida e Escala Multidimensional de Satisfação de Vida. Os resultados demonstraram que os adolescentes superdotados possuem bom nível de afetos positivos e de satisfação com a vida, variações entre os grupos de meninas e meninos e nos grupos de idades no que se refere aos afetos positivos e negativos e satisfação com a vida. Na escala de satisfação geral com a vida, os adolescentes dos três tipos de escola avaliaram positivamente suas vidas, e na escala multidimensional. A terceira pesquisa analisou produções científicas sobre os desafios parentais frente ao TEA na vida adulta. Foram utilizados os critérios do PRISMA-ScR. Os temas dos estudos foram: autismo e transição para a vida adulta; a perspectiva dos cuidadores em relação ao TEA na vida adulta; e redes de apoio sociais e institucionais para o adulto autista. Observou-se escassez de pesquisa com essa temática, considerando os estudos realizados com crianças e intervenção precoce. Sugere-se para investigações futuras abordar: mercado de trabalho, sexualidade, paternidade e maternidade e o desenvolvimento de habilidades sociais. A quarta pesquisa explora relatos de psicólogas escolares acerca de ações inclusivas do coletivo educacional. Participaram desse estudo 22 psicólogas escolares que responderam a uma entrevista semiestruturada. Os resultados identificaram que as principais estratégias das profissionais se referem a atividades com os alunos, professores; e adequação dos espaços físicos, e materiais/recursos. As profissionais demonstraram compreender a importância do seu trabalho como mediadores de ações inclusivas, e em especial, na construção de adaptação de estratégias e atividades. Pretende-se que essas pesquisas contribuíssem para a produção de conhecimento no campo.



Desenvolvimento Humano e Inclusão Escolar: desafios atuais para a psicologia escolar

Ingrid Rayssa Lucena Ferreira (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),

Fabíola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Esta exposição tem como objetivo apresentar resultados de um estudo realizado com psicólogas escolares acerca de ações inclusivas que implementam junto ao coletivo educacional. Estudos acerca dos processos de inclusão escolar evidenciam dificuldades de profissionais em realizarem um trabalho que considere a diversidade de funcionamento psíquico dos estudantes, o que tem como um de seus desdobramentos entraves em seus processos ensino-aprendizagem. Afirma-se como fundamental para a efetivação de práticas psicológicas inclusivas na escola, a adaptação curricular e estratégias de ensino que se ajustem aos diferentes tipos de aprendizagem para viabilizar a função social da escola de promoção de aprendizado e desenvolvimento, independente de que diferenças os estudantes que a frequentam apresentem. Entende-se que é dever da escola promover um processo de ensino-aprendizagem que contemplem a todos os estudantes, independentemente de seu gênero/sexo, etnia, religião, deficiência, ou possíveis transtornos, suas características e idiossincrasias. Participaram desse estudo 23 psicólogas escolares do município de João Pessoa que responderam a uma entrevista estruturada composta por oito questões das quais duas serão aqui exploradas. Especificamente, perguntou-se que ações as psicólogas consideram inclusivas são realizadas na escola, e grupos citados pelas psicólogas que estariam entre os estudantes com ou sem deficiência. Nota-se que os resultados apontam que as principais estratégias utilizadas se referem a atividades com os alunos, na construção, auxílio e orientação aos professores em relação as atividades adaptadas. Também são listadas as principais ações de adaptação utilizadas desde adequação dos espaços físicos a adaptação de materiais, recursos e atividades. Estes resultados sugerem que as profissionais compreendem a importância do seu trabalho como mediadores de ações inclusivas, e em especialmente, na construção de adaptação de estratégias e atividades. Por outro lado, ainda é necessário investigar o que estes profissionais compreendem por adaptações curriculares. Ademais, reitera-se que este tipo de atuação do psicólogo escolar é fundamental para compor o conjunto de ações deste profissional diante de demandas de inclusão escolar.

Estudo Comparativo sobre o bem-estar subjetivo de adolescentes superdotados

Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília.), Camila Nascimento Vieira Rabello (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Um dos aspectos relevantes para a inclusão do estudante superdotado está relacionado com suas características peculiares que demandam a necessidade de suporte que promova a adaptação e o ajustamento socioemocional e a qualidade do seu bem-estar e satisfação com a vida. Historicamente, as pesquisas com esta



população têm privilegiado o estudo de aspectos educacionais mais voltados para o desenvolvimento cognitivo. Diante dessa lacuna, este estudo teve como objetivo descrever a qualidade do bem-estar subjetivo de adolescentes superdotados, verificando se há diferenças nos níveis de bem-estar com relação ao gênero, idade e tipo de escola. Participaram da pesquisa, 96 adolescentes identificados como superdotados, com idade entre 10 e 19 anos. Destes, 60 eram do gênero masculino e 36 do gênero feminino. Com relação ao tipo de escola, 41 eram alunos de escola pública, 41 de escola militar e 14 de escola privada. Na coleta de dados foram utilizadas três escalas: (a) Escala de Afetos Positivos e Negativos para Adolescentes (EAPN-A); (b) Escala Global de Satisfação de Vida para Adolescentes (EGVS-A) e; (c) Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Adolescentes (EMSV-A). Para a análise dos dados foi utilizado o pacote estatístico SPSS 20.0. Para verificar se havia diferenças nos níveis de bem-estar subjetivo e fazer as comparações entre os grupos, utilizou-se a Análise de Variância (ANOVA) e os testes post-hoc por meio da correção de Bonferroni. Os resultados demonstraram que os adolescentes superdotados possuem bom nível de afetos positivos e de satisfação com a vida, o que corrobora a literatura. As meninas demonstraram maior incidência de afetos negativos, quando comparadas aos meninos. Nas análises de diferenças por faixa etária, o grupo com idade entre 10 a 12 anos de idade, apresentou maiores médias de afetos positivos e satisfação com a vida. Foi observado decréscimo no índice de afetos positivos entre os grupos de adolescentes conforme aumentava a idade. A faixa etária de 16 a 18 anos apresentou a média mais alta de afetos negativos, quando comparada aos adolescentes mais jovens. Quando os escores foram comparados levando em consideração o tipo de escola, as médias de afetos positivos foram maiores entre os alunos da escola militar, seguidos das escolas privadas e públicas. Em relação aos afetos negativos, os adolescentes da escola militar obtiveram índices mais baixos nos itens: deprimido, desanimado e triste. Na escala de satisfação geral com a vida, os adolescentes dos três tipos de escola avaliaram positivamente suas vidas, e na escala multidimensional, a escola militar destacou-se positivamente nas dimensões: self, escola e autoeficácia. Apesar dos resultados demonstrarem que os adolescentes apresentavam bons níveis de bem-estar subjetivo, recomenda-se uma atenção diferenciada com relação ao público feminino não somente quanto a identificação de talentos e ao encaminhamento aos programas de atendimento aos estudantes superdotados, mas também com relação à maneira como lidam com os afetos.

Os desafios parentais frente ao TEA na vida adulta: Revisão Sistemática

Aline Dias De Araujo Do Valle (UNB - Universidade de Brasília), Jane Farias Chagas Ferreira (Universidade de Brasília.)

Resumo Estar no papel de cuidador de um adulto no transtorno do espectro autista é uma tarefa que pode envolver desafios, tendo em vista que, as características diversas que podem compor o espectro e diferentes níveis de suporte, tendem a aumentar de forma proporcional, a probabilidade de dependência dos cuidadores



nessa fase da vida, evidenciando assim uma sobrecarga nas responsabilidades parentais, principalmente nos autistas nível 3 de suporte, com prejuízo na comunicação funcional. Um dado importante mencionado pela organização mundial da saúde (World Health Organization, 2011) demonstra que as famílias que têm um de seus membros com deficiência, apresentam maiores prejuízos de bem-estar social e econômico. Desta forma, o presente estudo é uma revisão sistemática de literatura, cujo objetivo foi analisar produções científicas nacionais e internacionais sobre os desafios parentais frente ao TEA na vida adulta, no período de 2018 a 2022. A pesquisa foi feita em quatro bases de dados: o portal de Periódicos CAPES, Scopus, Scielo e Science Direct, foram empregados os mesmos descritores, em Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Utilizou-se os critérios do PRISMA-ScR (PRISMA extension for Scoping Reviews). As publicações foram selecionadas de acordo com os seguintes critérios de inclusão: (1) faixa etária da amostra, restrita à jovens adultos e adultos e (2) cuidadores como participantes alvo da pesquisa. Diante dos resultados, as produções escolhidas após os critérios de exclusão, utilizaram em sua maioria a abordagem qualitativa, com entrevistas semi-estruturadas para os cuidadores. Ademais, a metodologia de revisão sistemática da literatura também pôde ser evidenciada como prioridade nos estudos. Os temas dos estudos foram agrupados em três categorias de análise: (1) autismo e transição para a vida adulta; (2) a perspectiva dos cuidadores em relação ao TEA na vida adulta; e (3) redes de apoio sociais e institucionais para o adulto autista. Já em relação à geografia dos artigos, mais da metade das publicações eram provenientes dos Estados Unidos ($n = 14$), enquanto as outras 13 publicações se dividem entre: Brasil ($n = 6$); Reino Unido ($n = 3$); Canadá ($n = 2$); China ($n = 1$), Austrália ($n = 1$). Apesar do Brasil estar em segundo lugar no número de pesquisas encontradas, os dados evidenciaram que este tema tem sido discutido mais amplamente no contexto Norte-Americano. Além disso, observou-se que também há escassez de trabalhos científicos nesta temática, tendo em vista que a maioria das pesquisas sobre cuidadores, se destinam para os cuidados primários de crianças no espectro autista e intervenção precoce, com pouca ênfase nos processos que envolvem o desenvolvimento de habilidades sociais, vocacionais e de vivência na vida adulta. Com base nos resultados obtidos, sugere-se que as futuras investigações possam adentrar mais especificamente nas temáticas que mais tiveram destaque enquanto desafios, dentre elas o mercado de trabalho, a sexualidade, a paternidade e maternidade enquanto adulto autista e o treino de habilidades sociais, com ênfase na realidade nacional, para além da perspectiva médica e terapêutica, mas o olhar humanizado para as carências individuais, bem como de seus familiares e cuidadores.



Parentalidade e atipicidade na primeira infância: revisão de escopo

Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucas Gonçalves da Silva (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo As primeiras relações sociais que a criança estabelece ocorrem dentro da sua própria família, assim considera-se que as primeiras experiências de inclusão ocorrem dentro desse contexto primário. Dessa forma, a parentalidade exercida nos primeiros anos de vida da criança e no contexto da atipicidade assume grande importância para o desenvolvimento infantil. Atípico aqui é compreendido como aquilo que diverge do esperado ou do habitual e no contexto da parentalidade constitui-se pela esfera familiar onde o conhecimento perpassado entre seus integrantes inclui em seu cotidiano questões relativas à saúde, cuidados especializados, escolarização e tentativa de assegurar direitos civis. A parentalidade, por ser um processo histórico e cultural, muda de acordo com a sociedade e a época, sendo um processo dinâmico. Diante disso, foi desenvolvida o presente estudo que busca conhecer como as pesquisas empíricas abordam a temática da parentalidade na primeira infância quando envolvem atipicidades de saúde e de desenvolvimento em um dos pais ou filhos. Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão de escopo que seguiu as orientações do Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses Extension for Scoping Reviews (PRISMA-ScR) e o acrônimo População, Contexto e Conceito- PCC se refere respectivamente a Pais, Primeira infância e Parentalidade. Foi utilizado os descritores 'parents' e 'early childhood' e as buscas ocorreram em quatro plataformas: CAPES, Web Of Science, Pubmed e Scielo. Inicialmente, foram identificados 1504 estudos e após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, permaneceram 10 estudos. Os artigos selecionados foram analisados a partir das seguintes informações: local, ano e autoria do estudo; instrumento de pesquisa; participantes; tipo de atipicidade; objetivos e resultados. As atipicidades abordadas incluíram o Transtorno do Espectro Autista- TEA, o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade- TDAH, o Transtorno Opositor Desafiador- TOD, a Superdotação, a Deficiência Visual, entre outros. Já os objetivos dos estudos foram categorizados da seguinte forma: "Parentalidade e escola: transição, inclusão e comportamento"; "Programas de intervenção" e "Atipicidade: interferência na relação pais-filhos". A análise realizada lança luz sobre o aumento da inclusão na escola, as questões de gênero envolvidas e a saúde mental materna e paterna. Ao considerar o corpus final constata-se mais uma vez que a parentalidade em casos atípicos envolve desafios tanto para os pais quanto para os as crianças, além de também impactar todo o ciclo familiar e de assistência social e de saúde. Ademais, aponta estratégias e possibilidades de enfrentamento das contingências diárias baseadas em experiências positivas de inclusão em que se destacam: redes de apoio estruturadas e preparadas para acolher pais e mães e modelos para determinados tipos de intervenção. Nesse sentido, a escola foi destacada como uma instituição que oferece apoio para uma parentalidade mais assertiva. Dessa forma, é imprescindível considerar que tais relações se estabelecem por meio de um processo bidirecional e de mútua influência. Por fim, destaca-se a reiterada reivindicação por políticas públicas inclusivas e por uma maior produção científica que aborde o tema para além da vivência dos países desenvolvidos.



SC 33 | Redes sociais de apoio de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade desenvolvimental

Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil)

Resumo Promover o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes é dever do Estado e responsabilidade de todos, o que implica a erradicação de todas as formas de violências e vulnerabilidades às quais possam estar expostas. Para isso, é preciso identificar situações promotoras de violências e vulnerabilidades, que oferecem riscos ao desenvolvimento, assim como as situações que podem oferecer proteção e minimizar os efeitos das violências e vulnerabilidades. As redes de apoio são reconhecidas como importantes fatores de proteção ao desenvolvimento e possuem o potencial de oferecer suporte para o enfrentamento de situações adversas, tais como a pandemia da Covid-19 ou um diagnóstico de doença crônica. Nessa seção, serão apresentados os resultados de quatro pesquisas que buscaram conhecer as redes de apoio de crianças e adolescentes que se enfrentavam situações adversas decorrentes de viver em contextos de vulnerabilidades durante a pandemia da Covid-19 ou de se desenvolver enfrentando uma doença crônica. Os trabalhos "Rede de apoio afetiva e social de adolescentes em privação de liberdade durante a pandemia de COVID-19" e "Rede de apoio afetiva e social de adolescentes em situação de rua durante a pandemia da Covid-19" apresentam os resultados de uma pesquisa multicêntrica que buscou identificar os impactos da pandemia da Covid-19 em adolescentes que viviam em contextos de vulnerabilidade. De forma mais específica, esses dois trabalhos apresentam uma análise das redes de apoio afetiva e social de adolescentes que estavam privados de liberdade e que estavam em situação de rua durante a pandemia da Covid-19, acessados em um município do interior do Rio Grande do Sul. O trabalho "Características estruturais e funções das redes sociais significativas de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19" apresenta os resultados de um estudo que buscou analisar as características estruturais e funcionais das redes sociais significativas de adolescentes que viviam em uma região de vulnerabilidade social de uma cidade do sul do Brasil no período pandêmico. O trabalho "Diabetes mellitus tipo 1 na infância e adolescência: Uma revisão integrativa acerca do apoio social e das redes sociais" apresenta os resultados de uma revisão integrativa da literatura que buscou sintetizar o conhecimento produzido acerca do apoio social e das redes de apoio social no contexto da infância e adolescência com doença crônica (diabetes mellitus tipo 1 - DM1). Em conjunto, os resultados dos trabalhos que compõem essa seção salientam o potencial das redes de apoio na promoção do desenvolvimento de crianças e adolescentes, especialmente em contextos de vulnerabilidade e diante de eventos estressores e de crises. Além disso, destaca-se a necessidade de investir em estudos e em ampliação das redes de proteção socioassistencial, de educação e de saúde para promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.



Características estruturais e funções das redes sociais significativas de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19

Isabella Goulart Bittencourt (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina),
Beatriz Carla Koch, Giulia Truppel Antunes (cras), Marina Menezes (UFSC -
Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo A pandemia de COVID-19, considerada uma emergência de saúde pública global sem precedentes, trouxe experiências únicas para cada indivíduo, influenciadas pelo contexto e pelas características desenvolvimentais pessoais. Em especial, adolescentes em contextos de vulnerabilidade social foram potencialmente mais afetados psicossocialmente devido ao confinamento e à exposição a vários estressores, necessitando do apoio de suas redes sociais significativas. Este estudo qualitativo, descritivo, transversal e retrospectivo objetivou analisar as características estruturais e funcionais das redes sociais significativas durante a pandemia de COVID-19, para 12 adolescentes, com idades entre 12 e 15 anos, residentes em comunidades de uma região considerada como área de vulnerabilidade social de uma cidade do sul do Brasil no período pandêmico. Os participantes e seus responsáveis legais foram acessados a partir de dois projetos comunitários, sendo convidados para o estudo. Os responsáveis responderam a um questionário sociodemográfico para caracterizar os adolescentes, que tinham uma média de idade de 13,5 anos, eram predominantemente pardos e pretos, do gênero feminino, e estudavam em escolas públicas. Os dados foram coletados individualmente com os jovens utilizando o Mapa de Rede adaptado para adolescentes, e a análise seguiu os critérios de Sluzki. Os resultados indicaram que as redes sociais significativas dos adolescentes durante a pandemia totalizaram 76 vínculos, com uma maior frequência de adultos do gênero feminino, pessoas, grupos de pessoas e pets. As redes sociais tinham principalmente um tamanho médio (6-7 vínculos), com predominância de conexões familiares e comunitárias em relações íntimas e cotidianas. As principais funções dos vínculos foram companhia social e orientação cognitiva e de conselhos. A prevalência de vínculos familiares pode ser atribuída ao papel central da família no desenvolvimento de relações significativas e ao confinamento com familiares durante a pandemia. Os amigos e os membros da escola foram os menos citados pelos participantes, possivelmente devido ao fechamento das escolas e à limitação de acesso a aulas virtuais, por falta de computadores e internet de qualidade. Em contraste, houve frequentes menções de interações com a comunidade através de grupos e coletivos, formas comuns de interação na adolescência. Esse aumento nas relações comunitárias pode ter ocorrido após a redução das medidas de controle sanitário, permitindo que os jovens frequentassem os projetos comunitários e interagissem com profissionais que forneciam ajuda material e de serviços durante a pandemia. Embora o apoio emocional seja descrito na literatura como o suporte mais efetivo para reduzir os efeitos negativos de uma situação adversa, a companhia social foi a função mais citada dos vínculos familiares dos adolescentes, evidenciando que, durante a pandemia, a maior necessidade de intercâmbio interpessoal desses jovens foi realizar atividades conjuntas e compartilhar a rotina cotidiana. O presente estudo possibilitou evidenciar que as redes sociais significativas desempenham um importante papel diante



de eventos estressores e de crises, especialmente para populações em situação de vulnerabilidade social, visibilizando as relações nos contextos familiar e comunitário como potentes recursos de apoio e proteção para os adolescentes.

Diabetes mellitus tipo 1 na infância e adolescência: Uma revisão integrativa acerca do apoio social e das redes sociais

Carolina Schmitt Colomé, Natália Salm Loch, Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo A diabetes mellitus tipo 1 (DM1) é uma doença crônica diagnosticada geralmente na infância ou adolescência, a qual acarreta transformações importantes no estilo de vida, a partir das demandas de autocuidado que passam a se fazer presentes, denotando a relevância do apoio social neste cenário. Este estudo utilizou método indutivo com enfoque qualitativo, em uma abordagem de revisão integrativa da literatura, que buscou sintetizar o conhecimento produzido acerca do apoio social e das redes de apoio social no contexto da infância e adolescência com DM1. Seguiu-se as orientações do protocolo PRISMA-P. A busca foi realizada em 14 bases de dados, a partir dos descritores "children", "social support" e "diabetes mellitus type 1" e seus variantes. As etapas de seleção dos artigos, através da leitura de títulos e resumos e posteriormente dos textos na íntegra, foram realizadas por duas juízas independentes, com auxílio do software Rayyan. Ao final do processo, foram incluídos 22 estudos que atenderam aos seguintes critérios de inclusão: 1) estudos empíricos; 2) estudos nacionais e internacionais; 3) estudos disponíveis integralmente em português, inglês ou espanhol; 4) estudos com participantes crianças e/ou adolescentes até 18 anos com diagnóstico de DM1. Predominaram estudos quantitativos, de origem norte-americana, realizados com adolescentes e vinculados à área da psicologia. A análise dos dados ocorreu através da análise temática reflexiva, da qual emergiram as categorias e subcategorias: 1) Rede informal (Rede familiar e Rede de amigos); e 2) Rede formal (Rede escolar e Rede de saúde). Os estudos revisados destacaram a família como principal fonte de apoio, embora em algumas pesquisas, o excessivo controle parental em relação às tarefas de gerenciamento da DM1 tenha sido referido como um aspecto prejudicial ao autocuidado. Quanto às amizades, o apoio emocional, a companhia social e o auxílio em situações de emergência foram melhor avaliados pelas crianças e adolescentes com DM1, do que o apoio para as tarefas de autocuidado, que pode ser percebido como uma intromissão. No que tange à rede formal, o apoio prestado pela escola e pela equipe de saúde foi abordado com menor frequência nos estudos, quando comparado às pesquisas que investigaram o apoio familiar e de amigos. Salienta-se a influência da relação estabelecida com os professores frente à execução das tarefas de autocuidado na escola e no bem-estar das crianças e adolescentes com DM1 nesse contexto. Também destacam-se as repercussões dos vínculos com médicos, enfermeiros e demais profissionais de saúde na condução das consultas de acompanhamento e na orientação e estímulo para a adesão ao tratamento. Sugere-se a realização de pesquisas futuras que privilegiem



a percepção das crianças e adolescentes com DM1 acerca de suas próprias experiências, buscando romper com o modelo adultocêntrico. Recomenda-se a realização de estudos acerca da percepção do apoio prestado pela rede formal, para que se possa aprimorar a compreensão acerca de como os profissionais da saúde e educação podem contribuir no autocuidado de tal população, a partir das perspectivas das próprias crianças e adolescentes.

Rede de apoio afetiva e social de adolescentes em privação de liberdade durante a pandemia de COVID-19

Isadora Schmitt Colomé, Nadia Fernanda Cangahuala Reynalte (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Maria Júlia Corrêa Pereira

Resumo A pandemia de COVID-19 acarretou diversas consequências sanitárias, econômicas e sociais, que contribuíram para intensificar dificuldades já presentes em contextos complexos, tais como instituições socioeducativas de privação de liberdade. Em situações adversas como a pandemia, a presença de redes de apoio social e afetiva é importante fator de proteção, especialmente com a oferta de suportes materiais e simbólicos para enfrentamento. Partindo disso, buscou-se conhecer as redes de apoio afetiva e social de adolescentes privados de liberdade durante a pandemia de COVID-19. Realizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva, com delineamento transversal e desenvolvida a partir de um estudo de casos múltiplos no contexto de uma pesquisa mais ampla, multicêntrica, intitulada "Impactos da pandemia de COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social". Neste trabalho, serão apresentados os resultados sobre as redes de apoio afetiva e social derivados do estudo realizado com 4 adolescentes, de 17 a 18 anos de idade, que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação em um município do interior do Rio Grande do Sul. Todos os adolescentes identificaram a presença da família em suas redes de apoio, destacando, em alguns casos, pessoas significativas como a mãe ou o pai. O suporte da família foi efetivado por meio de conversas, conselhos e oferta de materiais de higiene. Entretanto, as medidas adotadas para contenção da propagação do vírus acarretaram dificuldades para o contato entre adolescentes e familiares, gerando preocupações com relação ao estado de saúde dos mesmos. Em um primeiro momento, visitas na instituição socioeducativa foram suspensas e, posteriormente, foram retomadas mas com o distanciamento preservado por uma placa de acrílico coloca entre o adolescente e os visitantes. A esse respeito, os adolescentes salientaram a impossibilidade de abraçar, o que foi considerado como um fator de "constrangimento" por um dos adolescentes, e como algo "ruim", por outro. Além da família, dois adolescentes indicaram as namoradas como pessoas importantes de suas redes de apoio, referenciando-as como alguém de confiança e que "apoiou em tudo". Na instituição, monitores, professores profissionais da equipe técnica foram identificados como as principais pessoas a oferecer suporte, seja por meio de conversas, especialmente quando se sentiam tristes ou



sozinhos, seja pela oferta de materiais de higiene e informações sobre os cuidados necessários. Com relação a isso, os adolescentes destacaram que conseguiram compreender a doença e saber como se prevenir dela dentro da instituição, onde se sentiam mais protegidos do que quando estavam “na rua”. Entretanto, para os adolescentes, o contexto pandêmico dificultou a interação entre os pares, já que algumas atividades de convivência- como comer no refeitório e participar de aulas e cursos- ficaram suspensas devido ao isolamento. Assim, conclui-se que os adolescentes puderam contar com uma rede de apoio social e afetiva que foi fundamental para o enfrentamento das adversidades decorrentes da pandemia vivenciada em uma instituição de privação de liberdade, sendo que as pessoas significativas na composição da rede de apoio foram familiares, namoradas e profissionais da socioeducação, que atuaram com a oferta de suportes materiais e simbólicos.

Rede de apoio afetiva e social de adolescentes em situação de rua durante a pandemia da Covid-19

Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil), Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Tagliany Santos França (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura), Jordana Rodrigues da Silva (cras), Isabelle Vargas Martins, Nadia Fernanda Cangahuala Reynalte (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo O conjunto de relações interpessoais baseadas nas relações afetivas, a busca pela efetivação dos direitos e o bem-estar humano, como família e serviços de assistência, constituem o que se denomina como rede afetiva ou social. Estas dão suporte ao indivíduo ao longo de sua vida, representando importante fator protetivo, sobretudo em contextos de grande vulnerabilidade, agravados por situações extremas como a da pandemia de Covid-19, cujos graves efeitos têm repercutido de forma significativa na saúde mental das adolescências até os dias atuais, afetando-a em diferentes dimensões. Nesse sentido, o presente estudo constitui um recorte da pesquisa nacional “Impactos da pandemia Covid-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”, que objetivou compreender como a pandemia da Covid-19 e suas implicações afetaram adolescentes em situação de vulnerabilidade social, a partir de uma pesquisa mista e multicêntrica, por meio do estudo de casos múltiplos que consideraram adolescentes de diversas regiões do país. Assim, para esse trabalho, foram analisadas as entrevistas realizadas com dois adolescentes que estavam em situação de rua durante a pandemia da Covid-19, em Santa Maria/RS, os quais foram acessados em vias públicas localizadas em frente a supermercados do município. Os resultados evidenciaram que a principal fonte de apoio dos adolescentes neste período foi a família nuclear, constituída especificamente pelos genitores, pai ou mãe. A este respeito, cabe frisar que, em nenhum dos casos, ambos os genitores foram indicados, o que diz sobre a vulnerabilidade vivenciada pelos participantes que por vezes atravessam a adolescência privados da convivência com um ou ambos os genitores. Contudo, por outro lado, os participantes



sinalizaram que outras pessoas também compuseram a rede de apoio que serviu de suporte nessa fase desafiadora, tais como amigos, tios e irmãos mais velhos. De todo modo, destaca-se que, embora significativa, os adolescentes possuíam uma pequena rede de apoio, na medida em que contavam apenas com pessoas da família nuclear ou extensa, sem acesso a serviços da rede de educação ou socioassistencial. Assim, tendo em vista que a rede de apoio afetiva e social é uma teia de relações de nível primário (família e relações afetivas) e secundário (organizações e instituições que buscam o cumprimento dos direitos e o bem estar), tem-se como uma importante problemática a lacuna com relação ao nível secundário da rede de apoio afetiva e social dos adolescentes em situação de rua durante a pandemia de COVID-19. Em conclusão, destaca-se a necessidade de investimentos que favoreçam o acesso de adolescentes em situação de vulnerabilidade em serviços que configuram o nível secundário das redes de apoio afetivas e sociais. Além disso, destaca-se a necessidade de acompanhamento contínuo, tanto para identificar efeitos da pandemia da Covid-19 a longo prazo quanto para oferta de ações que favoreçam o desenvolvimento integral de adolescentes que vivem em contextos de vulnerabilidade.



SC 34 | Repercussões da pandemia de Covid-19: Saúde mental, luto e desigualdades sociais em populações diversas

Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo A pandemia de Covid-19 e as medidas sanitárias implementadas para conter sua disseminação e evitar a sobrecarga dos serviços de saúde provocaram transformações abruptas e substanciais nas rotinas globais. À medida que essas medidas eram adotadas, as pessoas enfrentaram desafios para se adaptar à nova realidade, incertezas sobre o futuro e a dor da perda de entes queridos vítimas da Covid-19. Somado a isto, a população brasileira enfrentou a inconsistência das ações do governo federal, o que agravou a insegurança e dificultou a adoção de medidas eficazes no combate à pandemia, especialmente devido às desigualdades sociais que assolam o país, tornando determinadas populações ainda mais vulneráveis aos impactos da crise. Entende-se, portanto, que a pandemia de Covid-19 foi um evento crítico com consequências que transformaram profundamente as dinâmicas da sociedade, exacerbando desigualdades preexistentes e desencadeando processos de adoecimento e enfrentamento em saúde mental. Diante disso, esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar resultados parciais de estudos sobre as repercussões da pandemia de Covid-19, destacando processos psicossociais de adoecimento e enfrentamento em saúde mental, e considerando as desigualdades que influenciam essa dinâmica. A realização de estudos como os que compõem esta sessão é de grande relevância científica e social, seja por investigar as repercussões da pandemia nos processos de luto e adoecimento psíquico, seja por abordar as experiências de minorias sociais, populações historicamente subrepresentadas na produção acadêmica em psicologia, seja ainda por abranger o olhar para processos de enfrentamento que contribuem para a manutenção e recuperação da saúde. Pretende-se, assim, apresentar quatro trabalhos que discutem os desafios contemporâneos e as possibilidades de promoção e recuperação em saúde mental. O estudo "Fatores associados à saúde mental durante a Covid-19: Influência do gênero, orientação sexual, deficiência e renda" investiga as desigualdades de saúde mental durante a Covid-19, introduzindo as características sociodemográficas como marcadores sociais e sua influência nos resultados de saúde mental. O estudo "Pandemia e Adolescentes Surdos: Impactos Psicossociais e Desafios à Saúde Mental" mapeou a literatura científica sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental dos adolescentes surdos, a partir de uma revisão de escopo. O estudo "Análise das Relações entre Impacto de Vida, Crescimento Pós-Traumático e Perspectivas Futuras em Jovens Brasileiros durante a Pandemia de Covid-19" analisa o impacto traumático da pandemia e as relações entre sintomas de saúde mental, crescimento pós-traumático e expectativas futuras, complementando a discussão sobre as consequências da pandemia ao lançar luz sobre as mudanças positivas nos indivíduos. O estudo "Intervenção em grupo para pessoas que perderam familiares pela Covid-19: impactos na saúde mental dos enlutados" trata-se de uma intervenção para grupos de enlutados, abordando as ações concretas voltadas para o cuidado e promoção da saúde mental, oferecendo uma perspectiva prática para enfrentar os desafios psicossociais da pandemia. Espera-se que esta sessão coordenada contribua significativamente para o debate sobre a saúde mental, oferecendo reflexões valiosas para estudantes e profissionais que buscam compreender e mitigar os efeitos adversos da pandemia.



Análise das Relações entre Impacto de Vida, Crescimento Pós-Traumático e Perspectivas Futuras em Jovens Brasileiros durante a Pandemia de Covid-19

Marck de Souza Torres (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Resumo A pandemia de Covid-19 pode ser considerada um evento único na história da saúde pública mundial, principalmente devido aos fatores globais que envolveram medidas rigorosas de quarentena e isolamento. Este estudo investigou a correlação entre as características do impacto traumático da pandemia, a expectativa de futuro e o crescimento pós-traumático com variáveis sociodemográficas (como idade, gênero, nível de escolaridade, classe socioeconômica e status vacinal) em adultos brasileiros durante o período de flexibilização das restrições da Covid-19 no Brasil. O estudo seguiu um delineamento quantitativo correlacional transversal. Participaram da pesquisa 373 pessoas, das quais 57,7% eram mulheres cisgênero e 36% homens cisgênero, com idades variando entre 18 e 55 anos (média de 26,1 anos; desvio padrão de 7,9 anos). Em termos de distribuição geográfica, 80,1% dos participantes eram da região Norte (com maior representatividade do estado do Amazonas), e 7,2% eram do Sudeste. Quanto à cor/etnia, 52,5% dos participantes se identificaram como pardos, enquanto 32,1% se declararam brancos; além disso, 58,1% possuíam nível de escolaridade superior incompleto. Em relação ao Covid-19, 56,8% dos participantes relataram ter contraído o vírus, 72,1% indicaram medo de contrair a doença, e a maioria já havia tomado as duas doses da vacina e/ou a dose de reforço. Para a coleta de dados online, foram utilizados um questionário socio-demográfico, a Escala do Impacto do Evento de Vida - Revisada (IES-R), a Escala de Crescimento Pós-Traumático (PTGI) e a Escala de Expectativa de Futuro (EEF). Os resultados mostraram que a pandemia de Covid-19 impactou na presença de pensamentos intrusivos e recorrentes sobre os acontecimentos desse período, gerando sintomas de hiperestimulação, como cuidados excessivos e sentimentos de ansiedade. Em relação ao crescimento pós-traumático, observou-se que, ao enfrentar adversidades, as pessoas passaram a buscar novos interesses e soluções, tanto no âmbito pessoal quanto nas relações interpessoais, valorizando mais a vida ao processar a experiência vivida. Além disso, a perspectiva de futuro revelou que a noção de sucesso profissional e a realização pessoal foram as principais referências ao pensar no fim da pandemia. Concluiu-se que o crescimento pós-traumático e a expectativa de vida indicam que eventos de potencial traumático podem levar a mudanças positivas no indivíduo, influenciando tanto suas características pessoais quanto suas relações com os outros. Essa correlação entre eventos positivos e a formação de recursos para nutrir expectativas otimistas em relação ao futuro sugere que, mesmo diante de adversidades, as possibilidades de resiliência e promoção de saúde e bem-estar psicológico permanecem presentes.



Fatores associados à saúde mental durante a Covid-19: Influência do gênero, orientação sexual, deficiência e renda.

Larissa Siqueira Cavalcante (ait), Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo Desigualdades em saúde mostram que a posição social e econômica dos indivíduos exerce influência sobre a saúde. Essa relação tornou-se ainda mais evidente durante a emergência social e sanitária provocada pela Covid-19. Este estudo teve como objetivo investigar desigualdades de saúde durante a Covid-19 em pessoas com identidades sociais baseadas em gênero, orientação sexual, deficiência e renda. Participaram 3.351 pessoas (Idade 30.87; DP = 11.68) que responderam a um questionário sociodemográfico, um inventário de eventos estressores (número e impacto) e uma escala de saúde mental. Utilizou-se a teoria da interseccionalidade para revelar como marcadores sociais produzem vulnerabilidades específicas para determinados grupos no contexto da pandemia de Covid-19. Foram realizadas análises descritivas para caracterizar a amostra dicotomizada por identidades sociais: gênero (1 = masculino vs. 2 = feminino), orientação sexual (1 = heterossexual vs. 2 = LGB+), deficiência (1 = com deficiência vs. 2 = sem deficiência) e renda (1 = baixa renda vs. 2 = média e alta renda). Dados sociodemográficos mostraram que a maioria era do sexo feminino (73,9% vs. 26,1% masculino), heterossexual (79,1% vs. 20,9% LGB+), sem deficiência (62,2% vs. 37,8% com deficiência) e com média e alta renda familiar (70,7% vs. 29,3% baixa renda). Em seguida, análises de correlação ponto-bisserial foram realizadas para investigar se as identidades sociais estavam relacionadas aos indicadores de risco e saúde durante a Covid-19. Após, três regressões lineares múltiplas foram conduzidas separadamente para examinar se essas identidades sociais estavam independentemente associadas aos desfechos de risco e saúde durante a pandemia. As correlações revelaram que ser mulher, identificar-se como LGB+, ter deficiência e pertencer a um grupo de baixa renda associou-se a maiores índices dos eventos estressores, além de menores índices de saúde mental. Essas associações permaneceram significativas nas regressões lineares múltiplas, indicando que ser mulher ($\beta = 0,05$, $p < 0,01$) e ter deficiência ($\beta = 0,22$, $p < 0,001$) previu maiores níveis de número dos eventos estressores [$F(4,3345) = 52,058$; $p < 0,001$; $R^2 = 0,06\%$]; ser mulher ($\beta = 0,12$, $p < 0,001$), LGB+ ($\beta = 0,06$, $p < 0,001$), com deficiência ($\beta = 0,21$, $p < 0,001$) e de baixa renda ($\beta = 0,06$, $p < 0,001$) previu maiores níveis de impacto dos eventos estressores [$F(4,3345) = 65,431$; $p < 0,001$; $R^2 = 0,07\%$]; assim como, ser mulher ($\beta = 0,12$, $p < 0,001$), LGB+ ($\beta = 0,06$, $p < 0,001$), com deficiência ($\beta = 0,21$, $p < 0,001$) e de baixa renda ($\beta = 0,06$, $p < 0,001$) previu piores níveis de saúde mental. Esse modelo foi estatisticamente significativo [$F(4,3346) = 140,811$; $p < 0,001$], com variância explicada de 14%. Em conjunto, esses resultados sugerem que pessoas de minorias sociais vivenciaram diferentemente os processos de risco e saúde durante a pandemia de Covid-19. Essas pessoas enfrentaram desafios acentuados durante a Covid-19, que possivelmente as colocaram em maior risco para problemas de saúde mental. Estratégias de prevenção devem considerar como os sistemas de opressão afetam esses grupos, aumentando sua vulnerabilidade aos prejuízos da Covid-19.



Intervenção em grupo para pessoas que perderam familiares pela Covid-19: impactos na saúde mental dos enlutados

Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos (Universidade de Brasília)

Resumo Em meio ao expressivo número de mortes na pandemia, foi construída uma intervenção psicossocial voltada para grupos com pessoas enlutadas pela perda de familiares vítimas da Covid-19. Inicialmente, os enlutados se inscreviam em plataforma da Universidade de Brasília e posteriormente a tecnologia social foi implantada no Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de oferta do serviço também pelos psicólogos da Secretaria de Estado da Saúde do DF. Em função das normas de segurança sanitária, a ação foi realizada de forma virtual. Baseado em pressupostos da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano e da Terapia Narrativa, o grupo contou com seis encontros de cerca de uma hora e trinta minutos. Os participantes avaliaram o grupo como um espaço legítimo para a vivência do luto e apontaram a necessidade de ações dessa natureza como cuidado a enlutados. Diante de um luto com privação dos rituais de despedida e curso rápido e letal da doença, os participantes relataram muitas questões relacionadas à própria saúde mental em meio às especificidades da perda de entes queridos nesse contexto complexo. Foi destacada a relevância social desse tipo de iniciativa com vistas a atender demandas psicossociais na pandemia. Os impactos positivos de se construir redes de apoio nos coletivos de pessoas que também vivenciaram momentos de muita dor e angústia e a validação dos recursos de enfrentamento foram discutidos como forma de inserção nas políticas públicas que visam o cuidado e promoção de saúde mental.

Pandemia e Adolescentes Surdos: Impactos Psicossociais e Desafios à Saúde Mental

Aline Nogueira de Lira (Universidade de Fortaleza), Maíra Bastos Marques (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Aline de Oliveira Rebouças (prefeitura de fortaleza)

Resumo A pandemia da Covid-19 acentuou vulnerabilidades sociais pré-existentes e afetou desproporcionalmente populações marginalizadas, como os adolescentes surdos. Define-se pessoa surda como aquela que, devido à perda auditiva, se comunica e interage com o mundo principalmente por meio de experiências visuais, com o uso predominante da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O conceito de "pessoa surda", portanto, transcende a mera ausência ou redução da capacidade auditiva, incorporando aspectos linguísticos, culturais e sociais. Frequentemente, esses indivíduos se comunicam por meio de línguas de sinais e compartilham uma identidade cultural única moldada por suas experiências e desafios específicos. Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo revisar a literatura científica sobre os impactos da pandemia de Covid-19 na saúde mental dos adolescentes surdos. A revisão narrativa, realizada em dezembro de 2023, abrangeu bases de dados como SciELO, Psycnet, Scopus e BVS-Psi, trazendo à tona os desafios específicos enfrentados por essa população durante a crise sanitária. Mesmo frente à escassez dos



estudos sobre adolescentes surdos durante a pandemia do Covid-19, os resultados apontaram que a pandemia impôs desafios significativos para toda a população, mas as dificuldades foram exacerbadas para adolescentes surdos, devido às barreiras de comunicação que já enfrentavam em contextos anteriores à pandemia. Durante o isolamento social, essas barreiras tornaram-se ainda mais pronunciadas, prejudicando a interação social, essencial para o desenvolvimento psicossocial saudável desses adolescentes. A impossibilidade de frequentar escolas especializadas, onde tinham acesso a uma comunicação em libras com seus pares, aumentou os sentimentos de exclusão e isolamento. Além disso, a recomendação universal do uso de máscaras, necessária para controlar a disseminação do vírus, trouxe um impacto adicional e significativo para adolescentes surdos. Como a comunicação eficaz para essas pessoas muitas vezes depende da leitura labial e das expressões faciais, o uso de máscaras dificultou ainda mais a socialização e a comunicação, aumentando a carga emocional relacionada à saúde mental. Esse desafio foi particularmente difícil em interações com profissionais de saúde, onde a comunicação clara é crucial. A pandemia também intensificou a falta de acessibilidade à informação para adolescentes surdos. A ausência de recursos como intérpretes de Libras em transmissões televisivas e plataformas educacionais agravou a desinformação e aumentou as dificuldades no acesso aos serviços de saúde e educação. Muitos adolescentes surdos encontraram obstáculos adicionais na continuidade de seus estudos, principalmente devido à falta de recursos educacionais adequados nas modalidades de ensino remoto ou híbrido. Esses desafios psicossociais contribuíram para um aumento dos níveis de estresse, ansiedade e depressão entre adolescentes surdos durante a pandemia. O isolamento social, o confinamento doméstico e a exposição a um ambiente familiar onde a comunicação muitas vezes era limitada exacerbaram essas dificuldades, aumentando os sentimentos de solidão e desamparo. Em conclusão, a pandemia de Covid-19 acentuou as vulnerabilidades psicossociais de adolescentes surdos, exacerbando barreiras já existentes e criando desafios. A compreensão dos riscos e a implementação de estratégias de proteção são essenciais para apoiar essa população após a pandemia, promovendo seu desenvolvimento e o enfrentamento dos desafios impostos por essa crise global.



SC 35 | Repercussões do adoecimento por doença crônica sobre os processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes e suas famílias

Alessandra Brunoro Motta Loss (Universidade Federal do Espírito Santo)

Resumo O adoecimento por doença crônica incorpora fatores de risco biológico e, também, psicossocial, incidindo sobre o desenvolvimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Os desfechos da adversidade dependerão de processos autorregulatórios, que permitirão o direcionamento das emoções, do comportamento e da atenção para o manejo de estressores que acompanham o adoecimento (do diagnóstico à sobrevivência), como a hospitalização, a exposição a tratamentos prolongados e, em alguns casos, dolorosos e invasivos, bem como a ruptura das tarefas desenvolvimentais em curso. Os processos autorregulatórios se desenvolvem a partir de contextos que fornecem suporte, podendo se constituir em importantes fatores de proteção. A família tem um papel fundamental no suporte à criança e ao adolescente durante a enfermidade, ao mesmo tempo em que precisa lidar com as ameaças e desafios, o que pode representar importante sobrecarga emocional. Nesse contexto, contar com uma rede de apoio significativa representa um importante recurso que crianças e adolescentes com doenças crônicas e suas famílias podem acionar, ampliando suas estratégias de enfrentamento, e alcançando desfechos adaptativos. Esta proposta de sessão coordenada está alinhada ao eixo temático “Processos de desenvolvimento ao longo do ciclo de vida” e inclui comunicações que abordam questões teóricas e metodológicas dessa temática, em estudos com crianças, adolescentes e familiares, em diferentes contextos do adoecimento por doença crônica, como o câncer e a fenilcetonúria. A sessão coordenada será composta por pesquisadoras de instituições públicas do Ensino Superior, situadas em duas Regiões do país (Sul e Sudeste), que integram o Grupo de Trabalho de Pesquisas em Psicologia da Saúde da Criança e do Adolescente, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). O primeiro trabalho abordará a temática da dinâmica relacional de famílias com crianças pequenas com fenilcetonúria. O segundo e o terceiro trabalho abordam o adoecimento por câncer na infância, sendo que um trabalho tratará do risco psicossocial e sofrimento psicológico dos cuidadores familiares diante do diagnóstico e tratamento; o outro estudo contemplará o enfrentamento da sobrevivência do câncer, caracterizada pelo momento da transição entre o término do tratamento e a retomada da vida cotidiana. A partir desses estudos, será possível discutir as repercussões da doença crônica sobre processos desenvolvimentais de crianças, adolescentes e familiares, elucidando os fatores que podem se constituir como protetivos, tais como a dinâmica relacional familiar e as estratégias de enfrentamento, bem como os fatores de risco psicossocial que poderão trazer ainda mais vulnerabilidade ao desenvolvimento de indivíduos que vivenciam a doença crônica.



Funcionamento psicossocial de cuidadores familiares de crianças e adolescentes com câncer

Alessandra Brunoro Motta Loss (Universidade Federal do Espírito Santo), Marina Gaio dos Santos Leal

Resumo Familiares experimentam situações desafiadoras frente ao diagnóstico e tratamento do câncer infantojuvenil, pois o processo de adoecimento atinge o ajustamento familiar, a disponibilidade para manutenção dos cuidados da criança ou adolescente, com reflexo nas rotinas e relacionamentos. O câncer pode atingir níveis elevados de distress nos cuidadores, representando importante vulnerabilidade para estas famílias. O objetivo desta pesquisa foi investigar indicadores de risco psicossocial de cuidadores familiares de crianças com câncer, e verificar suas relações com o distress. Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade com o parecer de nº 5.706.402. Realizou-se um estudo descritivo, transversal e correlacional, compondo uma amostra de conveniência de 14 cuidadores de crianças e adolescentes com câncer que foram diagnosticados e/ou que estiveram em tratamento, em hospital de referência no Espírito Santo (ES). Os participantes responderam aos instrumentos sobre: características sociodemográficas das crianças e adolescentes, e dos cuidadores; risco psicossocial (Psychosocial Assessment Tool [PAT 2.0]); e distress (Termômetro do Distress). Os dados processados foram submetidos à análise estatística descritiva e inferencial. Os cuidadores tinham em média 34 anos de idade ($DP= 7,18$) e eram, na maioria, mães. Em relação às características das crianças e adolescentes com câncer, verificou-se que a média de idade foi de 8 anos ($DP= 4,3$), e a maioria tinha o diagnóstico de leucemia (65,3%). A maioria das famílias apresentou classificação "alvo" de risco psicossocial, bem como apresentou níveis de distress (p. ex., preocupação, nervosismo e dores). Análises inferenciais não confirmaram a hipótese de correlação entre o nível de distress e o escore total do PAT. Entretanto foram observadas correlações positivas entre domínios das escalas, como: correlação positiva entre o distress e problemas com pacientes; e entre distress-companheiro e problemas com irmãos, problemas familiares e reação ao estresse. Correlações negativas entre sintomas físicos e emocionais do distress e domínios do PAT também foram observadas. Conclui-se que os cuidadores familiares apresentaram índices de risco psicossocial moderado e indicadores de distress, sugerindo o impacto da doença da criança sobre o seu bem-estar emocional e funcionamento psicossocial. Sugere-se que características do contexto clínico e sociodemográfico sejam consideradas em estudos futuros, de modo a ampliar a compreensão das relações entre as variáveis psicossociais do câncer infantojuvenil. Para a assistência em oncologia pediátrica, os dados reforçam a necessidade da atenção psicossocial sistemática junto a essa população.



Percepção de estressores e coping da sobrevivência em adolescentes que passaram pelo câncer na infância

Alessandra Brunoro Motta Loss (Universidade Federal do Espírito Santo), Isabela Medeiros de Almeida (FAESA - Faculdades Integradas São Pedro)

Resumo A cura do câncer, apesar de ser algo esperado pelos pacientes e familiares, pode acarretar medo e insegurança para o adolescente, de modo que o momento de transição para sobrevivência pode ser bastante estressor. A pesquisa descritiva buscou mapear o perfil socioeconômico e clínico dos adolescentes que passaram pelo câncer, assim como seus indicadores de estresse e coping da sobrevivência. A coleta de dados foi on-line, após o recrutamento dos participantes em um hospital de referência no tratamento oncológico pediátrico, vinculado ao Sistema Único de Saúde (SUS), de um estado da região sudeste do país. A pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética da Instituição com o número de parecer: 5.335.701. Foram utilizados os instrumentos: Questionário sociodemográfico e clínico; Critério de Classificação Econômica do Brasil (CCEB) e Questionário de Resposta ao Estresse. Foi constituída uma amostra estadual, composta por 57 adolescentes de ambos os sexos (54,4% masculino), entre 11 e 19 anos ($M = 14,8$; $DP = 2,733$). Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial. Os adolescentes que compuseram a amostra residiam, na maioria, em municípios da região metropolitana do estado (52,6%) e suas famílias se encontravam na classe socioeconômica C2 (33,3%) e D-E (24%). A maior parte da amostra estava ensino fundamental II (40,3%) e no ensino médio (38,5%). Sobre os dados clínicos, a maioria recebeu o diagnóstico durante a infância (68,42%; $M = 7,5$; $DP = 3,81$). Os tipos de câncer mais prevalentes foram Leucemia (40,35%). A quimioterapia foi a forma de tratamento mais recebida (35,08%) e o tempo médio de tratamento foi de 2,97 anos ($DP = 2,22$). Durante a coleta os adolescentes tinham, em média, 4 anos e 2 meses de término do tratamento ($DP = 2,73$), estando no período de acompanhamento (< 5 anos) (73,68%). Em relação ao estresse e enfrentamento, a amostra apresentou média de 2,03 ($DP = 0,67$), destacando como principais estressores da sobrevivência: "preocupações com problemas de saúde" ($M = 2,42$; $DP = 1,06$); "preocupação que o câncer possa voltar" ($M = 2,37$; $DP = 1,14$); e "preocupação com família e amigos" ($M = 2,33$; $DP = 1,12$). Sobre os tipos de respostas de estresse, as mais utilizadas foram aceitação ($M = 0,07$; $DP = 0,02$), distração ($M = 0,06$; $DP = 0,01$) e pensamento positivo ($M = 0,06$; $DP = 0,02$). Acerca da estratégia de enfrentamento mais comum foi a de controle secundário ($M = 0,26$; $DP = 0,05$). Foi possível identificar as fontes de suporte e comportamentos de distração e regulação emocional que apareceram durante o coping da sobrevivência ao câncer. Os pais ($M = 32,75$), amigos ($M = 25,25$) e Deus ($M = 17,5$) se destacaram como fontes de suporte. Os adolescentes tendem a ficar nas redes sociais (70,1%), ouvir música (50,9%) e assistir televisão (49,1%) para se distraírem e ouvir música (45,6%), descansar (42,1%) ou respirar fundo (38,6%) para se acalmarem. Com isso percebe-se a complexidade do enfrentamento de adolescentes que passaram pelo câncer e a importância da investigação sobre a influência dos aspectos clínicos e sociais no coping.



Repercussões da experiência de viver e conviver com uma doença crônica: A dinâmica relacional de famílias com crianças pequenas com fenilcetonúria

Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina),
Maria Fernanda Moura da Cunha (HIJG)

Resumo A fenilcetonúria (PKU) é uma doença crônica e rara, detectada pela triagem neonatal, cujo tratamento consiste na restrição dietética de fenilalanina. Caso não tratada, pode ocasionar atraso do desenvolvimento neuropsicomotor e problemas comportamentais. Doenças crônicas e raras com início na infância, como o caso da PKU, influenciam no desenvolvimento do sujeito com a doença e apresentam repercussões na dinâmica relacional familiar, que representa o modo como os vínculos, papéis, padrões, valores, aspectos transgeracionais, valores e crenças, dentre outros aspectos, se constituem no sistema familiar. Objetivou-se compreender a dinâmica familiar de pais de crianças com PKU. Participaram dez mães de crianças com até 12 anos incompletos, com diagnóstico de PKU, recrutados no ambulatório de fenilcetonúria localizado em um hospital público do sul do Brasil, ou através da divulgação da pesquisa nas redes sociais e da técnica de snowball. A seleção ocorreu de modo intencional e por conveniência, por se tratar de uma doença rara. Os dados foram coletados de forma on-line com nove mães e presencialmente com apenas uma participante. Os instrumentos utilizados foram um Questionário sociodemográfico que teve o intuito de caracterizar os participantes e um roteiro de entrevista semiestruturada para elaboração do Genograma individual de cada participante. Os Genogramas foram elaborados manualmente pela pesquisadora durante a coleta de dados, com a ajuda do aplicativo Sketchbook, através de um tablet. Todos os dados foram gravados em áudio para posterior transcrição e análise. Os dados do Genograma foram analisados à luz da literatura fundamentada na abordagem sistêmica. Cada Genograma foi submetido à análise de dois juízes independentes e um terceiro juiz foi acionado para dirimir as discordâncias. Os dados extraídos da análise dos Genogramas foram organizados em quatro categorias temáticas dedutivo-indutivas, as quais emergiram da regularidade das respostas dos participantes (Subsistema conjugal, Subsistema parental, Subsistema fraternal e Família Extensa). Os resultados indicaram que, predominantemente, as famílias eram mononucleares e biparentais. A dinâmica conjugal foi descrita como muito próxima, refletindo a prevalência de ausência de conflitos nos relacionamentos dentro desse subsistema. Quanto à dinâmica parental, a maioria dos participantes eram casados e possuíam relações próximas à criança com PKU, no entanto, as mães tinham relações mais próximas com seus filhos(as), quando comparadas aos pais. A família extensa materna foi considerada uma rede de apoio à criança mais presente do que a família paterna. Apenas duas famílias tinham histórico de diagnóstico de hiper fenilcetonúria, não refletindo aspectos de transgeracionalidade familiar da PKU. Esse estudo visibilizou o potencial do Genograma para a ampliação da compreensão da dinâmica familiar de indivíduos com doenças crônicas, tal qual a PKU. Acessar as dinâmicas familiares de crianças com PKU pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias direcionadas a esse público e ampliar a compreensão de profissionais de saúde quanto às características relacionais dessa população e suas necessidades de apoio na convivência com essa doença rara e crônica.



SC 36 | **SOCIALIZAÇÃO EMOCIONAL E CULTURA: como o contexto influencia as concepções de pais e cuidadores**

Priscila Tavares Priante (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo A dimensão cultural em relação ao desenvolvimento da criança vem sendo bastante estudada nas últimas décadas, o que abre espaço para temas mais específicos, como por exemplo, os elementos que influenciam os processos de socialização emocional nas infâncias, o comportamento da criança e as interações sociais. Essas iniciativas se justificam por favorecer a compreensão dos aspectos culturais no padrão de cuidado das famílias e como esses fatores repercutem no desenvolvimento infantil. A cultura possui papel relevante diante do significado emocional atribuído pelos indivíduos aos diferentes eventos sociais, uma vez que influencia o modo de se expressar e agir em situações específicas; inclusive, resulta em diferentes concepções sobre as emoções. Deste modo, estudos sobre o processo de socialização emocional da criança precisam considerar os elementos culturais que se relacionam a diversos aspectos do ambiente, por esse motivo, é também fundamental a escolha de instrumentos de pesquisa que sejam adequados. Partindo desses pressupostos, esta Mesa Redonda tem como objetivo apresentar e discutir resultados de pesquisas sobre socialização das emoções realizadas com cuidadores/pais em três contextos com aspectos culturais e socioeconomicos diversos entre si: com famílias residentes em X-Hazil, México; com cuidadores em contexto institucional de abrigo para crianças em Santarém/Pará e pais e seus filhos em três comunidades da Floresta Nacional do Tapajós/Belterra/Pará. As pesquisas foram realizadas com delineamentos teóricos e metodológicos diversos, mas o elemento comum relaciona-se a compreender a influencia dos elementos culturais que podem interferir nas concepções sobre as emoções. Por sua vez, essas concepções são preditoras dos comportamentos e causam impacto na socialização emocional. A primeira apresentação: Crenças parentais e socialização do medo infantil entre os Mayas Yucatecos do México. As autoras examinaram as práticas e crenças parentais sobre a expressão do medo entre crianças mayas, os participantes foram 30 mães e 20 pais com pelo menos um filho de até 36 meses de idade de uma pequena comunidade maya no sul do México. A apresentação dois "Concepções de cuidadores e equipe técnica de uma casa de acolhimento na região oeste do Pará, sobre socialização emocional de crianças acolhidas", trata-se de um estudo realizado em uma Casa de Acolhimento em Santarém-PA, buscou identificar as concepções que educadores/cuidadores e equipe técnica da Casa de Acolhimento possuem sobre a socialização das emoções de crianças em situação de acolhimento institucional. No estudo, foi realizado uma entrevista semiestruturada, sua análise foi realizada mediante a técnica do discurso do sujeito coletivo. A terceira apresentação: "A cultura e as emoções: compreensões a partir de mães e pais na Floresta Nacional do Tapajós", trata-se de uma pesquisa em andamento, com objetivo de verificar os conhecimentos de mães e pais acerca do desenvolvimento da capacidade da criança de expressar emoções e sua importância no desenvolvimento infantil em um contexto ribeirinho. Em conjunto, as pesquisas realizadas em diferentes contextos e participantes, reforçam as discussões sobre como a cultura se relaciona aos aspectos do desenvolvimento emocional e do quanto se faz importante realizar esse tipo de investigação com diferentes grupos sociais e contextos culturais.



A CULTURA E AS EMOÇÕES: compreensões a partir de mães e pais na Floresta Nacional do Tapajós

Priscila Tavares Priante (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará), Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo O contexto e a cultura local são as bases para o que os pais em relação ao desenvolvimento emocional e promoção da autoestima da criança. O desenvolvimento emocional recebe influência de diferentes aspectos, como o contexto sociocultural e o momento histórico, esses aspectos se relacionam às diferenças entre os significado e representações da emoção em contextos específicos, que por sua vez irão determinar o modo como o sujeito expressa suas emoções. Supõe-se que diferentes condições ambientais estejam representadas em diferentes modelos culturais, desta maneira, para entender constructos como, por exemplo, a regulação emocional, é preciso comparar ambientes que diferem em características ecossociais e estratégias reprodutivas. Os estudos interculturais fomentam as discussões sobre como a cultura se relaciona aos aspectos do desenvolvimento emocional, uma vez que demonstram que esses papéis, conceitos e significados não são universais. Ao considerar a concepção de desenvolvimento do Modelo Ecocultural de Desenvolvimento, esses estudos tornam-se ainda mais relevantes ao estudar as crenças parentais de maneira articulada às concepções de self, ou seja, como tais significados e representações culturais articulam-se as tendências de valorização/predominância de um self autônomo ou interdependente em determinado contexto. Com base nesses pressupostos, realizou-se um pesquisa com mães e pais de crianças de 4 a 7 anos, residentes nas comunidades São Domingos, Maguari e Jamaraquá, na Floresta Nacional do Tapajós, com objetivo de verificar os conhecimentos de mães e pais acerca do desenvolvimento da capacidade da criança de expressar emoções e sua importância no desenvolvimento infantil em um contexto ribeirinho. Participaram 52 mães e pais, responderam ao Questionário de Concepções Parentais sobre a Expressão Emocional em Crianças, possui quatro questões abertas: o respondente é convidado a descrever as emoções (alegria, tristeza, raiva, medo, orgulho e vergonha); na segunda questão, indicar em que medida concorda que as crianças da idade de seus filhos sentem ou manifestam as emoções, se adequado, também explicar como ocorre essa expressão; em seguida, informar o quanto considera importante a expressão emocional durante a infância e justificar sua resposta para cada uma das emoções da questão; e, assinalar se cabe às/aos mães/pais ensinar às crianças os nomes que damos às emoções e como podemos manifestá-las ou se as crianças aprendem sozinhas. Os resultados preliminares direcionam para uma compreensão de que as mães são as principais responsáveis por transmitir e conversar com os filhos sobre os aspectos emocionais, algumas emoções são supervalorizadas, em detrimento de outras, por exemplo, a tristeza como uma emoção que deve ser sempre evitada, pois de acordo com a percepção dos participantes pode trazer doenças. O acesso à saúde, o deslocamento, são questões preocupantes para esses moradores, portanto, justifica-se a preocupação ao menor sinal de adoecimento. Conclui-se que os pais, especialmente, as mães, são as principais responsáveis para transmitir aos seus filhos o modo como expressar e perceber as emoções nas outras pessoas,



enquanto que as tendências de como criar as crianças, os padrões do que deve ser evitado ou adequado, em termos de socialização, em determinado contexto e época, são orientados pela cultura.

Concepções de cuidadores e equipe técnica de uma casa de acolhimento na região oeste do Pará, sobre socialização emocional de crianças acolhidas

Luara Raissa Amancio Sousa Pinto, Adriane Lima da Silva Oliveira (Unama - Universidade da Amazônia de Santarém)

Resumo As emoções estão relacionadas aos estímulos que as crianças têm diante das situações ambientais, mas também se referem as crenças culturais que são construídas a partir da socialização que o indivíduo recebe. Com isso, o estudo foi realizado em uma Casa de Acolhimento em Santarém-PA e objetivou analisar as concepções de socialização de emoções que os cuidadores e equipe técnica possuem relativo às crianças em situação de acolhimento. Participaram da pesquisa 14 participantes, sendo: 85,71% do sexo feminino e 14,29% do sexo masculino e com idade entre 28 e 54 anos. Os dados foram coletados mediante uma entrevista semiestruturada com os participantes e sua análise foi realizada mediante a técnica do discurso do sujeito coletivo, abrangendo os dois tipos de participantes, cuidadores e técnicos. Na entrevista, foi perguntado aos participantes o que era Socialização Emocional (SE). Os dados apontam 3 ideias centrais e seus respectivos discursos encontrados na categoria dos cuidadores e 2 ideias centrais na categoria da equipe técnica da instituição. A primeira refere-se a ideia central "A", que diz respeito a participação e interação com pessoas. Para os cuidadores, a Socialização emocional é interação e expressão. Nesta fala considera-se importante a percepção dos cuidadores sobre a importância de inserir a criança e de se integrar a ela. Em relação a equipe técnica, a socialização emocional, está interligada ao conversar, socializar, entendido como parte de expressar seus sentimentos com o outro, sendo que em alguns casos, os integrantes da equipe, assim como os cuidadores tornam-se o primeiro núcleo de relacionamento dos acolhidos. Quanto a ideia central "B", refere-se ao respeito, identificação e ensino das emoções, os cuidadores, são descritos como agentes de socialização emocional na vida das crianças em acolhimento e portanto, o conhecimento sobre as emoções deve ser parte da função como educador. Para a equipe técnica, nesse cenário de acolhimento, é essencial que se forneça um modelo empático importante, na medida em que as crianças interiorizam que, quando uma pessoa precisa, a outra deve reagir com compaixão. Sendo a conversa parte do processo empático ao reagir as emoções do outro, principalmente em acolher nos momentos de desregulação emocional. Já a ideia central "C" diz respeito, a ouvir e acolher as crianças, para os cuidadores, esse tipo de acolhimento resulta dos cuidados sensíveis e responsivos, em que as crianças estão mais confortáveis com intimidade e independência. Dessa forma, nota-se que os cuidadores e a equipe técnica, compreendem a importância do ouvir, do acolher, pois, são critérios essenciais para uma instituição de



acolhimento, entretanto apresentam dificuldades no conhecimento de como socializar de maneira funcional nesse contexto sobre as emoções. Além disso, as crianças podem experimentar e aprender sobre emoções mesmo quando não há intenção de socialização, ou seja, esse processo ocorre mesmo quando os técnicos ou responsáveis não estão atentos a ensinar ou transmitir valores diretamente sobre emoções.

Crenças parentais e socialização do medo infantil entre os Mayas Yucatecos do México

Deira Patricia Jiménez Balam (UIMQROO), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O desenvolvimento emocional só pode ser entendido no contexto da prática social e cultural. Um elemento chave no desenvolvimento emocional é a socialização, um processo que engloba como se tornar um membro da sociedade, o que requer a contínua interação da criança com o ambiente sociocultural. O significado emocional e sua aquisição são estruturados por sistemas culturais e materiais do ambiente. Sendo que, cada comunidade cultural organiza o contexto a partir do qual germinam expectativas e práticas de cuidado e educação em torno do significado e expressões emocionais que levam ao desenvolvimento infantil. Neste trabalho abordamos especificamente à socialização de uma emoção particular, examinamos as práticas e crenças parentais sobre a expressão do medo entre crianças mayas, que orientam a organização do contexto imediato das crianças inseridas em um amplo modelo cultural maya de desenvolvimento infantil. Os participantes foram 30 mães e 20 pais com pelo menos um filho de até 36 meses de idade de uma pequena comunidade maya no sul do México. Utilizamos questionários e realizamos entrevistas aprofundadas com as mães. Os resultados destacam que é esperado que as crianças mayas experimentem medo e aprendam desde cedo a cuidarem de si mesmas e desenvolvam autonomia. Nas comunidades mayas se pode observar as crianças fazendo atividades por se mesmas desde cedo. Em particular, os pais empregam um agente (insetos, animais perigosos, estranhos) de socialização para incutir medo nas crianças, incentivando-as a evitar contato e a manter distância de seres perigosos. As crianças tem muito presente este agente socializador em sua vida diária o qual é recorrente que o mencionem quando observam algo estranho ou perigoso. Também elucidamos como as noções maias sobre o desenvolvimento infantil estão intrinsicamente ligadas à expressão e experimentação do medo. Os perigos colocados pelo ambiente físico e as práticas culturais exigem que os pais criem um contexto imediato propício para as crianças, onde a socialização do medo promove a obtenção de autonomia e agência cruciais para o desenvolvimento delas. Neste entorno as crianças mayas constroem seu caminho específico de desenvolvimento emocional que estão inseridos em um modelo cultural maya mais amplo de desenvolvimento.



SC 37 | Telas, Cultura Digital e Desenvolvimento ao longo da vida: Implicações e Desafios na Era da Conectividade

Natália Queiroz de Oliveira Souto (SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Resumo A ubiquidade dos dispositivos eletrônicos contemporâneos transformou radicalmente a maneira como interagimos socialmente. Da infância à melhor idade, as tecnologias digitais disponibilizam o acesso à informações em textos, imagens e/ou sons, que permeiam nosso cotidiano, moldando nossas experiências e relações sociais. É desta perspectiva, objetivando identificar e analisar reverberações da interação com telas na cultura digital para o desenvolvimento humano, que esta sessão se articula ao tema central do evento e ao temário científico. Para a Psicologia Histórico-Cultural, o desenvolvimento humano é um processo dinâmico e socialmente mediado, no qual as ferramentas culturais (as telas - na cultura digital) desempenham um papel crucial. Quer como sociedade, quer como indivíduos, temos experimentado os impactos da interação com as telas, com implicações significativas para desenvolvimento das funções psíquicas, da dimensão sócio-emocional e física. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, sobre o acesso à internet, à televisão e à posse de telefone móvel celular para uso pessoal, em 2022, aponta que, entre os dispositivos utilizados para acessar à internet, o mais destacado foi o smartphone, indicado por 98,9% da população a partir de 10 anos de idade. A respeito da frequência de uso da internet (investigada pela primeira vez!), 93,4% do grupo afirma fazer uso habitual, diariamente. Dados como estes apresentam-se diante do olhar de pesquisadores e dispõem dimensões - para além da preocupação com desinformação, fake news, privacidade e segurança de dados - como: sedentarismo, saúde física e mental; qualidade das interações sociais; impactos no desenvolvimento infantil; exclusão digital; e dependência tecnológica. Complexificando a perspectiva, pesquisas relevantes publicadas ao lado de organizações profissionais, já discutem a qualidade do tempo de tela nas rotinas familiares, indicando novas direções para o olhar sobre o fenômeno da interação com as telas. É inegável que a associação entre dispositivos digitais ubíquos, serviços de streamings e a grande disponibilidade de telas à mão, oportunizam o acesso às diferentes linguagens audiovisuais, que igualmente afetam o desenvolvimento do ser humano. Como exemplo, a linguagem fílmica, que, sem dúvida, expõe e explora elementos que reverberam sobre comportamento, subjetividade e constituições identitárias em diversas fases e faixas etárias. Estes elementos reunidos, evidenciam que a relação entre telas e desenvolvimento humano não é linear nem unidimensional. As tecnologias digitais oferecem também oportunidades de aprendizagem, conexão social e desenvolvimento de habilidades relevantes para o século XXI. A presença da mediação parental e das demais instâncias educativas, qualificadas para promover o uso consciente das telas e das mídias digitais, pode potencializar seus benefícios e mitigar seus riscos. Diante desse cenário complexo e multifacetado, torna-se imperativo que a comunidade acadêmica e profissional da psicologia do desenvolvimento aprofunde a discussão sobre o papel das telas no âmbito da cultura digital, promovendo o diálogo interdisciplinar e fomentando o debate qualificado sobre os desafios da era digital. Movimento que é essencial para estabelecer marcos de uma interação mais consciente e equilibrada com as telas e as TDICs priorizando a saúde mental, as relações interpessoais e a conexão com o nosso tempo e espaço.



A empatia e a Turma da Mônica: rodas de conversa sobre a Educação em Direitos Humanos

Ana Tereza Ramos de Jesus Ferreira (Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal)

Resumo O desenvolvimento da criança é um período bastante complexo, pois ao mesmo tempo que a evolução biológica acontece, é transformada pela inserção da criança no meio cultural, tendo acesso ao conhecimento histórico sistematizado pelo homem. Em razão disso não é possível comparar crianças, pois cada processo de desenvolvimento é único. Isso não implica ignorar os marcos do desenvolvimento, mas sim reconhecer que são atravessados pelo contexto social e cultural em que a criança vive. Assim, o processo de internalização dos signos e instrumentos é responsável pela metamorfose infantil em relação a passagem das Funções Psicológicas elementares para as Funções Psicológicas Culturais, da complexificação do pensamento e do desenvolvimento de conceitos científicos. Nessas considerações, esta pesquisa tem como objetivo analisar o uso da animação da Turma da Mônica “Os azuis”, no trabalho com a Educação em Direitos Humanos com quatro crianças entre 4 e 5 anos de uma turma de educação infantil da rede pública de ensino do Distrito Federal, em rodas de conversa em novembro de 2023. A pesquisa tem uma abordagem qualitativa e o método para interpretar as informações nesse estudo de caso é o Histórico-Cultural. O vídeo foi escolhido para desenvolver o tema empatia, e retrata uma situação de discriminação vivida pela personagem Mônica, que ao ser transportada para uma outra dimensão, onde todos são azuis, é excluída, perseguida e maltratada pelos demais personagens por ter uma cor diferente. O conceito de empatia é um tema abstrato que crianças de 4 e 5 anos, ainda na fase do pensamento por complexos, caracterizado pelo pensamento concreto-factual, poderiam apresentar dificuldade para compreender. Contudo, o uso da animação, e a mediação dialógica, permitiu que as crianças se colocassem no lugar da personagem e estabelecessem relações entre as suas experiências de vida, como por exemplo, ver uma pessoa em situação de rua e um cachorro ser maltratado, e o sofrimento demonstrado pela personagem. O processo de formação de conceitos científicos com crianças de 4 e 5 anos deve apoiar-se em situações que a criança consiga construir sentidos e significados, e a escolha da animação demonstrou-se acertada, pois eram personagens que as crianças já conheciam, ou seja, integravam o universo delas, era algo familiar, do cotidiano delas. Assim, coube à pesquisadora, por meio do diálogo, das trocas e da proposição de uma situação problema: o que fazer quando a gente for tratado assim? promover processos formativos e elaboração do pensamento das crianças. Juntas, chegaram à conclusão de que empatia é se colocar no lugar do outro, e ao ver algo errado o certo é chamar a polícia. A produção artística está entre os conhecimentos históricos produzidos pelo homem e deve ser empregada com crianças de 4 e 5 anos para desenvolver conceitos científicos que demandam pensamento abstrato e lógica. Concluímos que o uso de animações, filmes e desenhos permitem as crianças de 4 e 5 desenvolverem conceitos científicos, pois podem desenvolver o pensamento simbólico, a ampliação do campo semântico, capacidade de análise, síntese e comparação.



A Mediação das Telas e o Desenvolvimento Humano na Cultura Digital: uma Perspectiva Histórico-Cultural

Natália Queiroz de Oliveira Souto (SEEDF - Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal), Marcella Suarez Di Santo (IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás)

Resumo O objetivo deste trabalho é explorar e discutir os impactos da mediação das telas e da cultura digital no desenvolvimento humano. Assumimos como aporte teórico a psicologia histórico-cultural e a centralidade da mediação simbólica na construção da cultura e na constituição humana, adotando um olhar exploratório, multifacetado e conectado. Aprofundando a compreensão sobre mediação, enfatiza-se o papel da linguagem na cultura, onde a mediação é um processo dinâmico, dialógico e interativo que engaja os indivíduos com os significados culturais, internalizando-os e transformando-os em suas próprias experiências. A cultura digital se estabelece mediada por telas ubíquas. A interação tátil, as possibilidades do touch e os avanços da inteligência artificial as tornam cada vez mais indispensáveis às atividades cotidianas. Como portadoras de linguagens e narrativas, as telas conectadas desempenham um papel central na constituição identitária e na construção de sentido na cultura digital. As telas estão presentes no entretenimento, como mídias e redes sociais; na busca de informação, como navegadores e buscadores; e até mesmo como telas não opcionais: máquinas de autoatendimento em bancos, aeroportos, totens de restaurantes e cardápios virtuais. Não é admissível ignorar ou negligenciar essa interação no contexto do capitalismo de vigilância e de sua relação com a experiência humana. A mediação das telas extrapola as fronteiras do universo subjetivo individual ao aglutinar as realidades sociais do mundo físico e do mundo virtual. Intermediando a relação entre o indivíduo e o mundo, o conteúdo das telas é capaz de intervir na forma como percebemos, interagimos e nos relacionamos com a realidade. Essa interação não se limita a afetar experiências pessoais, ela transcende e expande seus efeitos às experiências sociais. Conectando e mesclando o analógico e o virtual, as telas colaboram na criação de uma realidade híbrida, onde experiências online e offline se entrelaçam e se influenciam, gerando possíveis vieses perceptivos. Estas possibilidades reforçam o imperativo de trazer à consciência e discutir os tipos de mediação que nos envolvem no âmbito da cultura digital. Estar no mundo digital não parece mais uma escolha. Pode-se refutar a perspectiva aberta, ampla e não hierárquica dos pensadores da cibercultura, pois ela já não operacionaliza-se dessa forma. Há mediadores e detentores de formação discursiva vigente nas informações perpassadas pelas telas. As relações de poder que as permeiam e ali se impõem influenciam, impactam e transformam crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos indiscriminadamente. Impulsionadas e impulsionando a monetização, redes como TikTok, X, Instagram, Threads e seus algoritmos usam as telas para reforçar padrões sociais junto aos seguidores e direcionar os discursos que muitas vezes repercutem e reforçam estereótipos, padrões estéticos, preconceitos, racismo, fake news, cyberbullying, discurso de ódio e polarização política, baseados no hibridismo cultural forjado por suas redes. É fundamental atentar para aqueles que estão em pleno processo de constituição de si, como crianças, adolescentes e jovens, além de outros grupos suscetíveis. É preciso problematizar e estabelecer espaços e tempos



(templos?) de reflexividade e reelaborações conceituais e práticas para defender as vulnerabilidades no desenvolvimento humano, fenômeno contextualizado na e produtor da cultura digital.

A utilização de recursos audiovisuais na pesquisa sobre as zonas cinza de consentimento quanto a relação sexual

Juliane Mesquita Obando

Resumo A violência e as desigualdades sociais estão profundamente arraigadas na sociedade brasileira, sendo, assim, muitas vezes incentivadas e naturalizadas. É necessário, portanto, lançar um olhar crítico e atento às mensagens que recebemos diariamente pelos diferentes meios de propagação cultural, tais como as produções audiovisuais (cinema, animação, vídeo). A arte está presente nestas produções, podendo ser considerada como um de seus artefatos mais importantes para a propagação de valores, afetos e significados compartilhados pela cultura coletiva. Assim, o cinema e diferentes meios de expressão artística, são relevantes no que denominamos, na psicologia cultural semiótica, canais de internalização de valores e práticas sociais. Historicamente, ao nos concentrarmos nas representações de gênero e sexualidade na arte, podemos observar a predominância de corpos femininos à mostra e suas atribuições, ou seja, ali estão as expectativas sociais relacionadas ao que era, à época, considerado feminino (feminilidade) e beleza. Dentre estes aspectos destacam-se a branquitude, traços europeus, passividade, delicadeza, fragilidade, submissão e inferioridade. Ou seja, tais representações tendem a excluir outras formas de representação do feminino que sugiram qualquer diversidade do ser, do corpo, da beleza e da expressividade da mulher. Todavia, existe uma tendência contemporânea do cinema de apresentar diferentes e novas representações, narrativas, histórias com protagonistas para além dos sujeitos ocidentais brancos e heterossexuais, o que tem a potencialidade de atuar como um instrumento de mudança acolhedor a diferentes identidades, valores e narrativas. São mudanças que podem ter um importante papel na expressão da sexualidade, por acolher ou explicitar novas e diferentes formas de sentir, se apresentar, se perceber e se relacionar consigo mesmo e com o(s) outro(s). Daí a importância do uso das produções audiovisuais como recurso metodológico qualitativo de investigação. Enquanto ferramenta metodológica, produções audiovisuais (como o cinema) apresentam potencialidades na medida em que possibilitam gerar reações que auxiliam o pesquisador a compreender, de modo mais complexo, os posicionamentos dos sujeitos, os sentimentos e emocionalidades mobilizados e a análise dos significados atribuídos com relação ao objeto de estudo. O estudo a ser apresentado discute o recurso audiovisual como importante estratégia de investigação e acesso aos processos intersubjetivos dos participantes no contexto da pesquisa que denominamos como "As Zonas Cinza do Consentimento: Violência Sexual nas Perspectivas de Jovens Cis Hétero do Gênero Masculino e feminino". A pesquisa foi realizada com dez voluntários com idades entre 18 e 25 anos residentes de diferentes Estados do Brasil, sendo eles: cinco jovens cis hétero do gênero



feminino e cinco jovens cis do gênero masculino. Para a construção das informações, os participantes foram divididos por gênero para formar dois encontros de Grupo Focal, no qual, além de serem apresentadas imagens retiradas do Google Imagens, também foi discutido e analisado trechos da série dramática sueca A Nearly Normal Family como um importante meio de aprofundar sobre suas percepções e processos de significação acerca do consentimento, prazer e sexualidade.



SC 38 | Violência Contra a Mulher: Perspectivas Interdisciplinares, Desafios Sistêmicos e Caminhos para a Transformação Social

Anne Graça de Sousa Andrade (FLF - Faculdade Luciano Feijão)

Resumo A violência contra a mulher-VCM é um problema complexo e multifacetado, profundamente enraizado em estruturas patriarcais e perpetuado ao longo da história. Apesar de ser um tema amplamente discutido e enfrentado pelas políticas públicas e no meio acadêmico, a VCM continua a se manifestar das mais diversas formas com o considerável aumento de notificações no sistema de garantia de direitos. Entretanto, há uma lacuna significativa entre o conhecimento teórico sobre as legislações e políticas e a aplicação prática de técnicas e instrumentos de intervenção aos diferentes tipos de VCM. Nesse sentido o objetivo dessa sessão coordenada é apresentar três pesquisas relacionadas ao tema: a) perspectivas de profissionais das políticas públicas de saúde, assistência social e segurança pública sobre o atendimento às mulheres em situação de violência; b) VCM e adolescentes na era digital a partir da divulgação não consensual de imagens íntimas em interface aos processos de resiliência e; c) Dimensão política, cultural, histórica e interseccional da VCM. A primeira pesquisa aborda as perspectivas de profissionais que atuam nas políticas públicas de saúde, assistência social e segurança pública sobre o atendimento oferecido às mulheres em situação de violência. Este estudo destaca a importância de capacitação contínua e treinamento prático, identificando lacunas na aplicação das legislações e políticas existentes. Os profissionais reconhecem a necessidade de metodologias de intervenção mais eficazes, que possam ser aplicadas de maneira mais humanizada e adequada às complexas necessidades das vítimas. A segunda pesquisa foca na violência contra mulheres e adolescentes na era digital, com ênfase na divulgação não consensual de imagens íntimas. Este fenômeno, que tem ganhado relevância com o advento das tecnologias digitais, representa uma nova fronteira na luta contra a violência de gênero. A pesquisa explora como as adolescentes, vítimas desse tipo de violência, desenvolvem processos de resiliência para superar os efeitos traumáticos da exposição pública. A investigação busca compreender como esses processos podem ser apoiados e fortalecidos por meio de intervenções específicas, que levem em conta as particularidades do ambiente virtual e as necessidades psicológicas das jovens. A terceira pesquisa examina as dimensões políticas, culturais, históricas e interseccionais da violência contra a mulher. Esta análise inclui uma crítica às normas patriarcais que perpetuam a violência de gênero e examina como essas normas são desafiadas por movimentos feministas e outras iniciativas de transformação social. A pesquisa também aborda como diferentes fatores, como raça, classe e orientação sexual, interagem para criar experiências únicas de opressão e violência para grupos específicos de mulheres, destacando a importância de uma abordagem interseccional no enfrentamento desse problema. Nesse sentido, para enfrentar essa mazela social, é necessário maior investimento em políticas públicas que promovam a capacitação contínua dos profissionais, a implementação de novas metodologias de intervenção e a ampliação dos recursos disponíveis. Além disso, é essencial desafiar as normas patriarcais que sustentam a VCM, promovendo uma transformação cultural que valorize a equidade de gênero e os direitos das mulheres.



Entre Corpos, Vozes e Silêncios: Práticas Profissionais no Atendimento a Mulheres Vítimas de Violência

Anne Graça de Sousa Andrade (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza), Ana Tercila Campos Oliveira (Pendente) (autônoma)

Resumo A violência contra a mulher é um grave problema de saúde pública, tanto por sua incidência, quanto por suas consequências à saúde da vítima. No Estado do Ceará, por exemplo, considerando o período de 2013 e 2022, foram notificados 91.356 casos de violência interpessoal/autoprovocada, sendo que 66,0% (60.363 casos) corresponde a violências perpetradas contra mulheres. Nos contextos - saúde, socioassistencial e segurança pública - profissionais desempenham um papel fundamental na identificação, prevenção e resposta às situações de violência contra as mulheres. Pesquisas anteriores sobre as práticas de profissionais afirmam que os profissionais estão familiarizados com as legislações específicas e as políticas públicas, no entanto, a aplicação prática de técnicas e instrumentos de intervenção, é negligenciada tanto durante a formação acadêmica, quanto no decorrer da atuação. Nesse sentido, esse trabalho tem como objetivo descrever a dinâmica de atendimento e instrumentos utilizados por profissionais que atuam nas políticas públicas de saúde, assistência social e segurança pública com mulheres em situação de violência no estado do Ceará. A partir de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório foram entrevistadas 11 profissionais (todas do sexo feminino; idades de 28 a 57 anos). A análise de dados se deu a partir da análise de conteúdo de Bardin, sendo construídas 2 categorias temáticas: a) rotina de atendimento; b) metodologias utilizadas. Verificou-se que os profissionais atuam em equipamentos da Segurança Pública (4); Política Pública de Saúde (3) e Política Pública de Assistência Social (4), sendo 5 psicólogas, 3 assistentes sociais, 1 escrivã de polícia, 1 advogada e 1 enfermeira. O tempo de trabalho varia entre 6 meses e 6 anos. Sobre a rotina de trabalho as profissionais realizam atendimentos psicossociais e breves (no contexto hospitalar), visitas domiciliares, grupos psicoterapêuticos, elaboração de boletins de ocorrência, oitivas, palestras de prevenção, orientações, encaminhamentos para a rede de atendimento e cursos profissionalizantes. Segundo as profissionais as mulheres procuram os equipamentos em busca de orientações sobre como lidar com as violências e um pequeno número querem a punição do agressor. As entrevistadas compreendem tais comportamentos pelo fato de vivermos em um país/região onde predomina o machismo e patriarcado e se sentem frustradas pela decisão das mulheres de não querer judicializar a queixa. No que tange aos instrumentos utilizados, foi majoritariamente citado a Plataforma Atenas do Governo de Ceará e os prontuários de atendimento específicos de cada serviço, nas quais são registradas as violências, além de uma escuta acolhedora e empática. Não foram citadas outras formas metodológicas de atendimento e essa ausência justificada principalmente pela falta de capacitação continuada, treinamento e déficit na formação. Nesse sentido, é essencial que haja maior investimento nas políticas públicas, focando na capacitação continuada das equipes, na ampliação dos recursos disponíveis e pesquisas e implementação de novas metodologias de intervenção. Esse investimento não apenas potencializará o trabalho das profissionais, mas também garantirá um



atendimento mais qualificado e humanizado, contribuindo para o enfrentamento da violência contra a mulher.

Novas Faces da Violência Contra Mulheres e Adolescentes na Era Digital: Divulgação Não Consensual de Imagens Íntimas e Processos de Resiliência

Haryadny Kamylla Macedo Muniz (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (UFSCar)

Resumo A violência contra mulher é um fenômeno antigo e que vem ganhando, cada vez mais, espaço nas discussões acadêmicas e na esfera pública. Diversas leis têm sido discutidas e implementadas a fim de minimizar a ocorrência desse tipo de violência e garantir maior segurança para as mulheres. Apesar disso, relatórios governamentais e de segurança pública têm mostrado que este parece ser um problema distante de ser resolvido. Na verdade, com o advento da tecnologia, a violência contra mulher tem ganhado nuances mais sofisticadas e que dificultam o seu enfrentamento. Neste contexto, destaca-se o fenômeno de divulgação não consensual de imagens íntimas na internet, processo no qual mulheres têm suas fotos íntimas divulgadas virtualmente sem autorização. Este crime ocorre, majoritariamente, com mulheres jovens e o agressor, normalmente, é algum ex-companheiro da vítima, o que reforça o marcador de gênero do fenômeno. As consequências para a vítima podem incluir isolamento social, bullying, slut-shaming, quadros psicopatológicos, ideação suicida e até mesmo suicídio. No entanto, muitas vítimas têm mostrado mecanismos de enfrentamento, apesar de terem sido expostas a este tipo de violação de direitos. A capacidade que um indivíduo tem de acessar recursos, psicológicos, sociais e culturais disponíveis em seu contexto, de modo a construir um ambiente de bem-estar psicossocial após uma situação de risco é definido como processos de resiliência. Considerando a divulgação não consensual de imagens íntimas um fator de risco na vida de mulheres, o presente trabalho teve como objetivo analisar os processos de resiliência em adolescentes que tiveram suas imagens íntimas expostas virtualmente sem consentimento. Para isso, foram coletados dados de adolescentes vítimas deste tipo de violência. Os relatos, por sua vez, foram voluntariamente publicados pelas vítimas na plataforma Youtube e foram analisados a partir da Análise Temática. Os resultados revelaram que as adolescentes se mostravam e se percebiam mais fortalecidas e encorajadas, apesar da situação de exposição. Elas também relataram terem superado os efeitos adversos associados ao ocorrido. Além disso, notou-se que as adolescentes passaram a lidar com humor frente a cenários que envolviam a divulgação não consensual de imagens íntimas. Foi possível perceber, também, que as adolescentes se sentiram mais empoderadas e auto-eficazes após o enfrentamento da situação de exposição. Os resultados do presente trabalho evidenciaram a expressão de processos de resiliência pelas adolescentes, o que pode nortear discussões e intervenções direcionadas ao fenômeno da violência contra mulher no ambiente virtual, especialmente em casos de divulgação não consensual de imagens íntimas na adolescência.



“Só quem já morreu na fogueira sabe o que é ser carvão”: dimensão política, cultural, histórica e interseccional da violência contra a mulher

Cimara Bandeira de Sousa Caldas

Resumo A violência contra as mulheres é evidenciada por cifras alarmantes de feminicídios no Brasil. A violência nas relações íntimas, ou violência doméstica, refere-se a maus-tratos físicos, sexuais ou psicológicos perpetrados por um cônjuge, ex-cônjuge ou parceiro, em que o terrorismo íntimo, caracterizado pelo uso sistemático de violência emocional, coerção, e, em alguns casos, ameaças e violência física, exerce controle e poder sobre o parceiro. À luz dessa realidade, a pesquisa surgiu da escuta clínica de mulheres em situação de violência doméstica, fundamentada no arcabouço teórico psicanalítico e no dispositivo de urgência subjetiva. Através da análise de uma vinheta derivada de um caso clínico, a pesquisa constrói uma narrativa que entrelaça aspectos subjetivos, culturais, jurídicos, políticos e interseccionais, evidenciando a complexidade e profundidade das experiências vividas por essas mulheres. Entre os casos analisados, destaca-se o de Verônica, uma mulher negra de 36 anos e empregada doméstica. Sua narrativa revela que os abusos começaram na infância, expondo as vulnerabilidades racial, socioeconômica e de gênero que moldaram sua experiência. Essa situação levanta questões sobre o desenvolvimento do sujeito em contextos normativos e não normativos. A violência enfrentada por Verônica pode ser interpretada tanto como uma condição normativa, refletindo padrões comuns dentro de uma coorte histórica e de grupo, quanto como um evento não normativo, caracterizando uma experiência particularmente idiossincrática. Assim, a violência contra a mulher é um fenômeno complexo e multifacetado que exige uma análise abrangente das dimensões que desafiam as normas patriarcais, responsáveis pela perpetuação da dominação masculina e da subordinação feminina. O discurso que fundamenta a violência contra o feminino é frequentemente concebido como uma reação colérica do masculino fálico frente à impotência e inconsistência do conceito totalizante fálico, frequentemente desafiado pela totalidade feminina não fálica. Embora a violência contra as mulheres perpassa a história das civilizações, ela adquire novos contornos com as tentativas de obliterar o feminismo e suas conquistas em liberdade sexual, social e política. No contexto sociopolítico atual, a imagem da mulher virtuosa e submissa, fomentada por indivíduos identificados como conservadores, reforça o machismo e o fundamentalismo, perpetuando o ódio contra o feminino, especialmente contra mulheres das camadas menos favorecidas. Isso é exemplificado na reflexão de Verônica: “Será que eu causo isso, de alguma forma? Ou os homens que são doentes, sacanas?” (sic). A interseccionalidade, termo cunhado por Kimberlé Crenshaw, destaca a importância de considerar as múltiplas perspectivas que interagem para formar experiências únicas de opressão. Mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma dupla marginalização por gênero e raça. A violência contra a mulher é, portanto, uma questão de gênero, raça e classe. A impunidade dos agressores, frequentemente respaldada por uma lógica patriarcal, perpetua o discurso de violência contra o feminino. Apesar dos avanços legais, a visão tradicional da mulher como submissa e inferior ainda persiste no imaginário brasileiro, moldado por mitos e narrativas que reforçam a superioridade masculina e a inferioridade feminina. É nesta perspectiva que a luta contra essa violência exige não apenas mudanças legais, mas também transformações culturais que desafiem as raízes históricas e interseccionais.



SC 39 | A pandemia hoje e sempre: O impacto da COVID-19 nas trajetórias de adolescentes em medida socioeducativa

Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos (Universidade de Brasília)

Resumo A pandemia de COVID-19 foi implacável para as populações historicamente invisibilizadas no Brasil e no mundo. As iniquidades sociais, muito anteriores ao contexto pandêmico, ficaram mais nítidas diante dos desafios socioeconômicos, sociais e políticos, vivenciados nesse período. As políticas sociais, que já se apresentavam insuficientes para essas populações, sofreram agravos de financiamento e de acesso nesse período. Essa mesa elege a política de socioeducação para discutir o efeito da pandemia sobre adolescentes que cumpriam medida socioeducativa (MSE) nesse período. Os estudos foram derivados de uma pesquisa multicêntrica nacional intitulada “Impactos da pandemia de COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”. O primeiro estudo investiga as percepções de adolescentes sobre o impacto da pandemia em seus projetos de vida e expectativas futuras. Os resultados indicaram o quanto ser atravessado por condições históricas de vulneração permanente dificulta que os adolescentes se conscientizem dos impeditivos de realização de seus planos. O segundo estudo focou na percepção de adolescentes em privação de liberdade na cidade de Fortaleza sobre apoio social recebido durante a pandemia. Os resultados apontaram duas fontes de rede de apoio: a formal e a informal. A rede formal integrou profissionais que atuam na socioeducação e abordou o comprometimento das atividades e vínculos pela instabilidade da pandemia. A rede de apoio informal, composta por familiares, foi prejudicada pela suspensão das visitas familiares e pela ausência de recursos tecnológicos que pudessem minimizar os efeitos deletérios da falta de contato. O terceiro estudo, realizado no contexto da internação discute o isolamento social intensificado na vivência dos adolescentes, pois a privação de liberdade já os isolam do meio externo. Os resultados mostraram a intensificação dos estressores e vulnerabilidades existentes, com efeitos nos processos educativos, profissionalizantes e laborais. O quarto estudo versa sobre o impacto da pandemia para adolescentes da cidade de Salvador que cumpriam medidas em privação de liberdade, meio aberto e semiliberdade. Os resultados apontaram atravessamentos diversos nas trajetórias que não se relacionavam especificamente à pandemia, mas presentes em suas vidas cotidianas, como a experiência da internação, a inserção precoce no mercado de trabalho, o temor da fome, os obstáculos educacionais de acesso aos insumos tecnológicos para as adequações no período pandêmico. A relevância desse diálogo entre esses quatro estudos está no ineditismo de se compreender os efeitos dessa incomparável crise global, a partir da escuta dos próprios adolescentes, sobretudo tendo o cumprimento da MSE em tela. A grande questão que se pretende discutir é: Como as trajetórias de desenvolvimento, já historicamente impactadas e interseccionadas pelas desigualdades estruturais, por questões de raça, gênero, classe e adversidades múltiplas em seus processos anteriores de vulneração podem ser contempladas e ressignificadas no desafio de garantir direitos? Como fortalecer políticas que considerem a condição peculiar de desenvolvimento em processos de responsabilização por atos infracionais que possam se comprometer com a visão garantista e com um olhar prospectivo sobre as potencialidades e contextos? Esses são desafios que as/os adolescentes nos deixam, como interlocutores, para que reflitamos a partir de seus olhares e contribuições.



O isolamento no isolamento: efeitos da pandemia em adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa de internação

Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura), Gabriela Machado Mendes Peres, Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de Santa Maria), Maria Júlia Corrêa Pereira, Tagliany Santos França (UFSM)

Resumo A pandemia de Covid-19 acarretou impactos significativos em várias dimensões da vida, afetando relacionamentos interpessoais, processos educacionais, sociais e de saúde, especialmente com a adoção de medidas de restrição ao contágio do vírus Sars-Cov-2, como o isolamento social. Pessoas em situação de vulnerabilidade social foram mais severamente afetadas, uma vez que estressores já existentes em seus contextos de vida foram potencializados pelos efeitos da pandemia, como foi o caso de adolescentes que se encontravam privados de liberdade para cumprir medida socioeducativa. Partindo disso, esse trabalho buscou identificar os efeitos da pandemia em adolescentes que estavam cumprindo medidas socioeducativas em meio fechado, sendo que este se desenvolve a partir de um recorte da pesquisa multicêntrica intitulada "Impactos da pandemia de COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social". Trata-se de um estudo de casos múltiplos cujos participantes foram quatro adolescentes, de 17 a 18 anos, que estavam internados em uma Unidade Socioeducativa situada em Santa Maria/RS durante a pandemia de Covid-19. Os resultados salientaram que os adolescentes perceberam a pandemia como um momento de imposição de restrições ao convívio com familiares e outras pessoas significativas, o que já era escasso devido ao teor privativo da medida. Inicialmente, houve proibição de visitas em decorrência da pandemia e, posteriormente, os adolescentes relataram que voltaram a recebê-las, mas que "era no plástico", ou seja, uma proteção de acrílico que ficava entre o interno e sua família, visando evitar a contaminação. Sobre isso, o adolescente W relatou: "Bah, era ruim, né?! Não tinha contato físico, nem nada. Não dava pra dar um abraço". Além disso, a pandemia gerou uma impossibilidade de circular por espaços que anteriormente eram de convivência dentro da Unidade, como a escola e outros espaços onde ocorriam atividades de lazer e cursos. Destaca-se também o relato da maioria dos adolescentes sobre as dificuldades impostas ao campo do trabalho, considerando que muitos também vivenciaram um período da pandemia em liberdade: "Trabalho foi muito difícil, porque tavam muitas pessoas abandonando trabalhador por causa dessa covid" (A); "Ficou mais difícil de arrumar serviço [...], tão mais desempregando do que empregando" (W). Ainda, o participante J relatou que trabalhava com obras em bares, lancherias e comércios que perderam dinheiro na pandemia e não faziam mais obras: "nós perdemos esse trampo". Além disso, dentro da instituição, as repercussões da pandemia também implicaram na suspensão das atividades educacionais e profissionalizantes, o que tende a acirrar as dificuldades que eles já identificavam com relação a trabalho e emprego, antes do ingresso na Unidade Socioeducativa. Em conclusão, salienta-se que os adolescentes viveram um isolamento social intensificado, uma vez que a própria privação de liberdade já os mantinha isolados do exterior dentro das Unidades Socioeducativas, o que se acirrou durante a pandemia, com a imposição de restrições ao convívio dentro das próprias instituições. Assim, compreende-se que a pandemia destacou e intensificou



estressores e vulnerabilidades já existentes, cujos efeitos ainda poderão reverberar na trajetória futura dos adolescentes, especialmente com relação aos processos educativos, profissionalizantes e laborais.

O que mudou com a pandemia? Repercussões da COVID-19 entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Ana Luísa Fidalgo Ribeiro, Juliana Prates Santana (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo Caracterizada como uma pandemia em 11 de março de 2020, a COVID-19 já totalizou mais de 7 milhões de vítimas fatais em todo mundo. Seu impacto, no entanto, vai muito além desse triste número, formando um cenário de crise global, não apenas sanitária, mas também política, econômica e social. As consequências dessa crise, atingiram amplamente as crianças e adolescentes, modificando seus contextos de desenvolvimento e gerando diversos impactos em suas trajetórias. O sistema socioeducativo engloba diferentes medidas que visam a responsabilização dos adolescentes pelos seus atos infracionais, em consonância com sua condição peculiar como sujeito em desenvolvimento. Investigar as repercussões da crise pandêmica entre adolescentes inseridos no sistema socioeducativo faz-se importante tendo em vista os efeitos da crise covídica, somada à crise política subjacente no caso do Brasil, incluindo os desafios que emergiram para as instituições e efetivação de políticas públicas, além da acentuação das desigualdades. Considera-se, desse modo, tanto as especificidades envolvidas em vivenciar a pandemia em meio ao cumprimento das medidas, quanto o entendimento de tratarem-se de sujeitos já previamente vulnerados, tendo em vista a relação estreita, na nossa realidade, entre a prática de atos infracionais e disparidades sociais profundas que impõem condições precárias de vida a esses adolescentes. Este trabalho, vinculado à uma pesquisa multicêntrica nacional, tem como objetivo identificar e analisar as possíveis mudanças provocadas pela pandemia da COVID-19 nas trajetórias de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. A amostra desse estudo é composta por 13 adolescentes em cumprimento de MSE na cidade de Salvador, 5 em meio aberto, 5 em internação e 3 em semiliberdade. Todos os participantes são negros, com idades entre 15 e 19 anos. A coleta de dados foi realizada entre dezembro/2022 e janeiro/2023, em instituições vinculadas ao cumprimento das medidas. Para fins deste trabalho, serão analisados os resultados de dois dos instrumentos utilizados na coleta de dados, questionário de caracterização, com dados sociodemográficos e relacionados à exposição à COVID-19, e entrevista semiestruturada. O trabalho encontra-se em fase de análise de dados para a qual está sendo utilizada a técnica da análise temática, que auxilia na organização e descrição dos dados de forma detalhada e proporciona o conhecimento da realidade estudada a partir da perspectiva dos próprios interlocutores. Resultados preliminares apontam para uma relação entre a evasão escolar anterior à COVID-19 e uma menor repercussão da pandemia em suas trajetórias do ponto de vista dos adolescentes. Ademais, a maioria dos adolescentes que tiveram experiência de passar pela medida de internação,



pontuaram que esse fator provocou uma mudança maior em suas vidas do que o fenômeno da pandemia. Outras temáticas importantes observadas são: a entrada precoce no mercado de trabalho, anterior à pandemia; o medo da fome atrelado às medidas de isolamento; a falta de visitas da família em decorrência da pandemia; e, em relação àqueles que estavam na escola, impossibilidade para acompanhar as atividades remotas e dificuldades no aprendizado após o retorno para as aulas.

Pandemia Covid-19 e seus efeitos nos projetos de vida de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação

**Bárbara Cristina Soares Sena (UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista),
Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)**

Resumo A pandemia do COVID-19 acentuou a preocupação sobre as condições de adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil e no mundo. As medidas de contenção e as consequências sanitárias, econômicas e sociais aumentaram os riscos já vivenciados por essa população, desencadeando demandas que podem interferir de forma longitudinal o desenvolvimento desse grupo. Sendo assim, o presente trabalho objetiva verificar as percepções de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado sobre o impacto da pandemia em seus projetos de vida e expectativas futuras. Os dados apresentados foram coletados com 22 adolescentes residentes em quatro macrorregiões do Brasil, com idade entre 16 e 19 anos, do sexo masculino e em cumprimento de medida socioeducativa de internação. Durante a pesquisa, os adolescentes responderam a três instrumentos: i) Questionário de caracterização sociodemográfica dos participantes; ii) Questionário Projeto de Vida; e iii) Entrevista Semiestruturada. O estudo revelou uma percepção positiva dos adolescentes na identificação da presença de expectativas de futuro mesmo durante o cumprimento de medida na pandemia. Os projetos dos participantes, corroborando dados já identificados na literatura sobre adolescentes que infracionam, são direcionados quase que exclusivamente para o trabalho e acesso a bens materiais. Contudo, os mesmos afirmaram o impacto que a pandemia teve justamente no que se refere à inserção no mercado de trabalho, deles e de suas famílias. As medidas de contenção levaram diversos setores a paralisar ou diminuir consideravelmente suas atividades, retirando a possibilidade dos adolescentes e seus familiares de conseguir manter as atividades laborais durante a pandemia. Embora eles apontem essa característica, não a associam com alterações em seus projetos de vida. Portanto, a pandemia inseriu ainda mais dificultadores na realidade dos adolescentes que já vivenciavam situações de exclusão social, como a ausência de trabalhos e agravamento da dificuldade socioeconômicas. Porém, é importante refletir que os adolescentes que cumprem MSE têm um processo sócio-histórico de marginalização e, conseqüentemente, de diversas situações de exclusão. Dessa forma, a vida deles, mesmo antes da pandemia, já era perpassada por estressores que dificultam o desenvolvimento de projetos de vida. A constante privação vivenciada ao longo do seu desenvolvimento, faz com que os adolescentes não consigam dimensionar esses aspectos de forma a notar seus atravessamentos no futuro



que almejam. Também se enfatiza a importância de superar o olhar individualizante de desenvolvimento de expectativas de futuro desses adolescentes. Apenas terem metas não é o suficiente, e mesmo que eles de fato tivessem meios de ação para buscar realizá-las, sem os suportes institucionais esses projetos não seriam alcançados. Porém, observa-se que esses adolescentes não conseguem desenvolver essa percepção ou cobrar das instâncias cabíveis meios de superar essas dificuldades acentuadas pela pandemia. Dessa forma, para além de esperar que os adolescentes privados de liberdade tenham impreterivelmente projetos de vida, a sociedade precisa ofertar recursos para que eles sejam de fato alcançados, por meio de garantia de direitos e desenvolvimento de tecnologias sociais que absorva os impactos que ainda irão reverberar da pandemia.

Percepção de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de privação de liberdade sobre a rede de apoio durante a pandemia da Covid-19

Cadidja Caldas Silva (outro), Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), M^a do Socorro do Valle (Hospital de Saúde Mental de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A pandemia da Covid-19 foi uma catástrofe de enormes impactos que alterou a vida das pessoas em suas comunidades e em todo o mundo, sendo um desastre multissistêmico e em cascata. Cabe salientar que a pandemia não foi igual para todos, pois as condições em que uma pessoa vive são marcadas por fatores sociais, econômicos e culturais que implicam em diferentes formas de adoecer e morrer. Por exemplo, as recomendações sanitárias, como o distanciamento social, não consideraram as populações em vulnerabilidade social. O índice de vulnerabilidade social juvenil no Ceará considera aspectos relacionados à saúde, educação, trabalho e violência. Os adolescentes que cumprem medidas de privação de liberdade encontram-se sobrepostos por camadas de vulnerabilidades, considerando a própria condição do cárcere. Embora protetivas, as medidas socioeducativas que promovem a ressocialização dos adolescentes privados de liberdade foram afetadas durante a pandemia. O plano de contingência da socioeducação somado ao decreto de distanciamento social estadual, propuseram medidas que violam direitos fundamentais, como a convivência familiar e o direito a educação, potencialmente enfraquecendo a rede de apoio desses adolescentes. Dado isso, é imprescindível compreender a percepção dos adolescentes privados de liberdade sobre apoio social recebido durante a pandemia da Covid-19, no município de Fortaleza, no período de abril de 2020 a dezembro de 2021. Para isso, realizou-se um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Participaram 6 adolescentes, todos do sexo masculino, com idades entre 16 a 18 anos, que responderam a uma entrevista estruturada, posteriormente submetida à Análise Temática. As respostas foram agrupadas em duas categorias: (a) Rede de apoio formal; e (b) Rede de apoio informal. A primeira, a rede de apoio formal, foi composta principalmente pelos profissionais que trabalham na socioeducação. Os adolescentes relataram que o apoio recebido pela rede socioeducativa sofreu



grandes mudanças durante a pandemia com a interrupção das atividades sociopedagógicas nas unidades, tais como, a suspensão da escola, dos cursos profissionalizantes, das atividades de esporte e lazer. Essa interrupção comprometeu o aprendizado e a formação educacional e tecnológica dos socioeducandos, condições que conferem a ressocialização. Ademais, o período de instabilidade da pandemia evidenciou os vínculos precários e frágeis que compõe essa rede, comprometendo diretamente a qualidade das relações e espaços de confiança. A segunda categoria, rede de apoio informal, composta majoritariamente pelos familiares, sofreu com a suspensão das visitas familiares. A restrição ao contato por meio telefônico limitou os vínculos, já que muitas famílias não dispunham de aparelhos celulares ou não tinham acesso a internet. Devido a escassez de aparelhos smartphones, as ligações eram feitas em locais não privados, na presença dos educadores, e as ligações variavam entre 7 a 10 minutos. Nesse período, constatou-se que a ansiedade, a tristeza e medo se acentuaram, tornando um potencializador para problemas de saúde mental. Conclui-se que a pandemia, fragilizou as redes de apoio sociais dos socioeducandos. A limitação do contato familiar e a falta de acesso a atividades essenciais agravaram a situação de vulnerabilidade dos adolescentes, comprometendo a saúde e o bem-estar destes, bem como a efetividade da proposta educacional das medidas.



SC 40 | Cuidados na primeira infância em diferentes contextos

Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo A infância é um período que envolve intensas relações de cuidado e proteção. Esses cuidados são realizados principalmente pela família e a escola, considerados os primeiros contextos de socialização e educação da criança, e exercem um grande impacto sobre o seu desenvolvimento. Nesses contextos ocorrem importantes interações proximais que podem estimular ou prejudicar o desenvolvimento infantil. Além disso, atuam como correguladores de comportamentos para as crianças aprenderem a lidar com os eventos estressores. As interações entre cuidadores e crianças são influenciadas, dentre outros fatores, pelas características socioculturais, como as concepções/crenças sobre o desenvolvimento infantil e sobre as práticas de educação das crianças. A literatura destaca a necessidade de estudos e pesquisas que investiguem o desenvolvimento das crianças da região nordeste e em contextos de média e baixa renda. Assim, pontua-se a necessidade de investigações que mensurem e analisem a infância nesses contextos, de forma a apresentar informações relevantes para a literatura como também para políticas públicas assistências e educacionais na primeira infância. Com base na importância do contexto familiar e escolar para o desenvolvimento infantil, a presente proposta de sessão coordenada articula pesquisas empíricas sobre as concepções e práticas de cuidados e desenvolvimento infantil no contexto familiar e da Educação Infantil. No contexto familiar, as pesquisas a serem apresentadas na presente sessão coordenada trazem dados da relação entre as práticas parentais e a autorregulação dos/das filhos/as; práticas parentais e a influência da intergeracionalidade; características sociodemográficas dos cuidadores familiares. No campo da Educação Infantil, é apresentada a pesquisa que busca investigar as formas de cuidado e educação de bebês, realizadas por educadoras de berçário. Pretende-se, assim, embasar o desenvolvimento de estratégias de intervenção e fortalecimento de políticas públicas que orientem e incentivem as figuras parentais e educadores a desenvolverem cuidados e interações saudáveis e que estimulem o desenvolvimento infantil na primeira infância.

Parentalidade e Regulação Emocional na Infância

Noemi Silva Regis (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucas Barbosa da Silva, Beatriz Rodrigues Schneiter, Anna Julia Ferreira dos Santos (UNIVASF)

Resumo A chegada de uma criança na família, seja biológica ou adotiva, muda profundamente a dinâmica familiar. É algo que exige das figuras de cuidado um empenho direcionado a manutenção do desenvolvimento saudável da criança e suprimento de suas necessidades básicas. Esse cuidado direcionado à criança é chamado de parentalidade, a qual impacta em diversos aspectos da vida socioemocional da criança. A literatura científica traz três estilos de parentalidade que caracterizam o conjunto



de práticas predominantes do cuidador: democrático, autoritário e permissivo. Esses estilos parentais são influenciados e influenciam a forma como a criança regula as suas próprias emoções. Apesar disso, é importante o aprofundamento dos estudos acerca das práticas parentais e o seu papel no desenvolvimento da regulação emocional em crianças. Nesse aspecto, o presente estudo é expressivo, tendo em vista que, no contexto nacional, as pesquisas que relacionam diretamente as duas variáveis são escassas, havendo a necessidade da realização de pesquisas quantitativas que elucidem melhor as interações entre estes construtos. Desse modo, o objetivo deste trabalho foi avaliar como o estilo de parentalidade predominantemente adotado pelos pais/cuidadores se associa ao nível de regulação emocional dos/das filhos/filhas em idade escolar, bem como avaliar se a regulação emocional das crianças está associada a sua idade e sexo. A pesquisa foi aprovada por um comitê de ética em pesquisa e está sendo realizada nas cidades de Juazeiro-BA e Petrolina-PE, com crianças na faixa etária entre sete e doze anos e seus respectivos cuidadores parentais. Para tal, como instrumentos estão sendo utilizados a Escala de regulação emocional para crianças e adolescentes - ERQ-CA e Questionário De Estilos e Dimensões Parentais (QEDP). Até o momento, a pesquisa conta com uma amostra de 31 diádes. Os resultados mostraram o predomínio do estilo parental democrático entre os cuidadores, e a partir da análise estatística de comparação dos grupos, por meio do teste de Kruskal-Wallis de amostras independentes, não foram encontradas diferenças significativas entre o nível de regulação emocional das crianças e os estilos parentais dos cuidadores ($H=1,737$; $gl=3$; $p=0,629$). Foi realizado também o teste de correlação entre as variáveis estilo parental e nível de regulação emocional, a partir do coeficiente de ρ de Spearman, onde não foram verificadas correlações significativas na análise dos estilos democrático ($\rho: ,141$), autoritário ($\rho: ,085$) e permissivo ($\rho: -,196$) em relação a variável regulação emocional das crianças. Por sua vez, a regulação emocional também não demonstrou correlação significativa quanto a idade ($\rho: -,003$) das crianças, bem como não foi visualizado diferença significativa entre os grupos referentes ao sexo ($U= 153,00$, $P > 0,05$). Esses resultados divergem um pouco de alguns dados trazidos pela literatura, mas podem estar relacionados ao fato do número amostral ser pequeno no momento atual em que a pesquisa se encontra.

Perfil sociodemográfico e processual de familiares judicialmente implicados por negligência contra criança/adolescente

Yasmine da Silva Santana Alves (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Maria Gerlane Cavalcante (UNIVASF), Ivana Lima de Oliveira (tjpe), Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCEG - Universidade Federal de Campina Grande)

Resumo A negligência intrafamiliar consiste em omissões dos responsáveis no provimento das necessidades da criança para o seu desenvolvimento integral, sejam estas relacionadas à proteção física, ao suporte emocional ou ao direito à educação formal. O estudo da negligência intrafamiliar e dos aspectos associados são



de extrema importância para garantir o direito ao desenvolvimento infanto-juvenil saudável. Os fatores sociodemográficos como gênero, escolaridade e renda salarial contextualizam hipossuficiências que podem propiciar cuidados parentais precários. Este estudo teve o objetivo de caracterizar o perfil sociodemográfico e processual de familiares implicados judicialmente em atos de negligência contra criança ou adolescente de um município do interior pernambucano. A pesquisa teve natureza descritiva e abordagem qualitativa. Os dados foram coletados por meio de um questionário com informações sociodemográficas e processuais de oito familiares/genitores de criança/adolescente, implicados judicialmente na prática de negligência intrafamiliar, em uma unidade judiciária de um município do interior pernambucano. A pesquisa foi submetida ao comitê de ética, com CAAE nº 46746421.3.0000.8052. Em relação ao tipo de figura parental responsável pela criança/adolescente, sete eram mães e um era pai, o que situa uma quase totalidade de mães como cuidadora dos/das filhos/as. Destas, cinco exerciam a parentalidade como mães-solo, duas estavam implicadas por omissão à violência doméstica por parte dos genitores contra os seus filhos (omissão em caso de abuso). Essa caracterização do feminino na negligência aponta para a atribuição do cuidado à figura materna e a ausência de suporte social. Em relação à renda salarial, a maioria dos familiares/genitores (seis) recebiam até um salário-mínimo vigente à época da pesquisa; cinco deles não tinham casa própria e todas as moradias estavam localizadas em bairros periféricos e na zona de pobreza do município. Somente uma mãe concluiu o ensino médio e as demais estudaram até o ensino fundamental. Quanto aos tipos de negligência notificadas, foram: negligência física (dois casos), negligência pela omissão de cuidado em caso de abuso por parte do outro genitor (dois casos); falha na supervisão/monitoramento do filho (dois casos); falta de cuidados básicos (dois casos): higiênicos, alimentares, educacionais e a exposição à situação de rua; negligência emocional (dois casos), envolvendo violência física e psicológica. Todos os familiares/genitores estavam envolvidos com o uso abusivo de álcool e outras drogas, e duas mães relataram sofrimento de violência doméstica por parte dos companheiros/genitores. Evidenciou-se a associação e o agravamento de vulnerabilidades sociais no exercício da parentalidade caracterizada pela negligência. Além disso, é importante destacar que essas famílias, aparentemente, estão sem os seus direitos básicos assegurados, o que pode dificultar ainda mais os cuidados saudáveis com seus filhos/as. O que propicia o debate em torno do papel das políticas públicas para garantir os direitos dessas crianças/adolescentes. Portanto, esta pesquisa evidencia os demarcadores sociodemográficos de gênero, renda, escolaridade, envolvimento com álcool e outras drogas e vitimização de violência doméstica como fatores que implicam na dificuldade da oferta de cuidados propícios ao desenvolvimento integral saudável de crianças e adolescentes.



Práticas parentais negativas e intergeracionalidade em famílias de um interior pernambucano

Maria Gerlane Cavalcante (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Yasmine da Silva Santana Alves (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Ivana Lima de Oliveira (tjpe), Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Resumo As práticas parentais se referem aos modos de educação e cuidados dirigidos à criança. Elas podem ser caracterizadas como positivas (baseadas no afeto, cuidado e diálogo) ou negativas (maus-tratos, castigos, negligência) e repercutem no desenvolvimento infantil. As práticas parentais negativas são fatores de risco para o desenvolvimento infantil e refletem, posteriormente, na fase adulta. A literatura destaca a influência da intergeracionalidade nas práticas educativas, compreendida como um padrão de continuidade entre as gerações, dos modos de educar e cuidar das figuras parentais, influenciados pela geração anterior e que podem ser adotados pelas crianças ao exercerem a parentalidade na vida adulta. Nesse contexto, esta pesquisa teve o objetivo de analisar aspectos da intergeracionalidade relacionados à negligência intrafamiliar em cuidadores implicados judicialmente por atos de negligência contra criança ou adolescente, em um município do interior pernambucano. Caracteriza-se como um estudo descritivo e de abordagem qualitativa, aprovado por um comitê de ética em pesquisa com seres humanos. A coleta de dados ocorreu no ano de 2022, mediante aplicação de uma entrevista semiestruturada a oito familiares responsáveis por criança/adolescente, implicados judicialmente na prática de negligência intrafamiliar, em uma unidade judiciária de um município do interior pernambucano. As falas dos participantes foram transcritas e, após submissão à análise temática de Bardin, foram identificadas características da interferência geracional nas práticas educativas parentais. Todos os entrevistados mencionaram aspectos negativos no seu contexto familiar, tanto no que se refere às relações com seus pais na infância, quanto no exercício da parentalidade com seus/suas filhos/as. Além disso, cinco dos oito participantes citaram apresentar práticas educativas que remetiam à repetição de padrões de relacionamento familiar vivenciados na infância. Tais resultados também são descritos por estudos recentes que evidenciam a influência da intergeracionalidade em práticas parentais punitivas e abusivas. Assim, destaca-se neste estudo, que a dinâmica parental negativa vivenciada pelos cuidadores na infância exerceu influência nas práticas educativas reproduzidas com os/as filhos/as, resultando em uma série de conflitos familiares. Entretanto, ao reconhecerem o ciclo disfuncional, alguns pais demonstraram refletir sobre suas práticas parentais com a finalidade de romper a reprodução de violência. Essas práticas se apresentam como um exercício falho da parentalidade, além de que reforçam a manutenção da intergeracionalidade, pois é possível que seus/suas filhos/as reproduzam a mesma prática negativa no futuro. A manutenção dessas práticas também se apoia nos fatores ambientais, como a cultura. No entanto, o ciclo de violência pode ser extinto com o estabelecimento de fatores protetivos como o reconhecimento da prática como negativa (tanto a que sofreu quanto a que impõe), com a ressignificação das



práticas e uma rede de suporte social. Ressalta-se, assim, a importância da realização de programas de orientação parental e manejo de educação socioemocional, como também a atuação das políticas públicas nos direitos básicos das famílias em contextos de vulnerabilidade.

Promoção de cuidados e educação de bebês na perspectiva de professoras de berçário

Karen Felícia de Figueiredo Maia (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Fabiola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo O estudo dos anos iniciais está relacionado com o próprio conceito de infância, como é explicada e quais fatores mobilizam o desenvolvimento humano nesse período do ciclo de vida. No âmbito dessa discussão, há uma preocupação de oferecer cuidados e educação de crianças nos primeiros anos de vida que engloba o contexto extrafamiliar, aqui destacada a Educação infantil, espaço que tem como uma de suas funções prestar um serviço pedagógico qualificado que privilegie o seu desenvolvimento integral. Documentos Oficiais da Educação Infantil destacam que os cuidados estabelecidos nesse contexto devem ocorrer priorizando respeito e atenção às necessidades infantis. Dessa maneira, é defendido que a vivência do bebê na Educação Infantil está relacionada aos sentimentos e afetos que experimentam de forma que ao se sentir segura, acolhida e confiante, as relações são mais intensas, ao passo que o aprendizado e desenvolvimento potencializados. Para propiciar condições educacionais que favoreçam o desenvolvimento infantil é primordial que profissionais desse contexto conheçam seu papel na relação que estabelece com as crianças e como podem intervir nesse desenvolvimento por meio de suas práticas cotidianas. Neste sentido, o objetivo desse trabalho é abordar as concepções e práticas de cinco professoras de berçário públicos sobre o desenvolvimento de bebês no primeiro ano de vida. As professoras responderam a uma entrevista semiestruturada que foi registrada por meio de um gravador de voz e transcrita literalmente para a análise. Os resultados demonstram que as professoras descreveram os bebês no primeiro ano de vida ressaltando questões afetivas e comportamentais quando afirmaram que os bebês ora eram quietos, dependentes ou assustados, ora sujeitos ativos, atentos, com autonomia e desenvolvimento próspero. Sobre a rotina de interação, destacaram-se momentos de acolhida e cuidados básicos como alimentação, banhos, trocas, e descanso. Professoras relataram seu papel no desenvolvimento dos bebês relacionando-o ao cuidado, observação e atenção às comunicações dos bebês, bem como o diálogo e parceria com a família. Dessa forma, corrobora-se a concepção de indissociabilidade entre noções de cuidado e processos educacionais, ressaltando o ambiente da Educação Infantil como um contexto de proteção e desenvolvimento.



SC 41 | Desafios e estratégias no contexto educacional contemporâneo: impactos psicossociais

Pâmela Rocha Bagano Guimarães (UPE - Universidade de Pernambuco)

Resumo O contexto educacional contemporâneo é dinâmico e desafiador, afetando a saúde mental de docentes e discentes e impactando diretamente a motivação e o desempenho acadêmico. Compreender essas interações é crucial para criar um ambiente educacional saudável e eficaz. A saúde mental tornou-se uma questão crítica no cenário atual. Docentes enfrentam intensa pressão devido à carga de trabalho, responsabilidades administrativas e expectativas de manter uma prática pedagógica de alta qualidade, além de estabelecer relações interpessoais. Essas exigências, combinadas com a necessidade de interagir eficazmente com diversos stakeholders, podem resultar em significativa carga emocional, podendo levar ao aumento do estresse e da exaustão emocional. Os discentes, por sua vez, lidam com estresse relacionado a prazos, avaliações e à necessidade de se destacar em um ambiente competitivo. Essa pressão pode desencadear transtornos de ansiedade, depressão e problemas com sono e alimentação. A transição para o ensino superior, com o aumento da autonomia e novas responsabilidades, também pode ser um fator estressante. Os impactos psicossociais no ambiente acadêmico são profundos e variados, afetando a saúde mental e a motivação de alunos e professores. Intervenções eficazes incluem o suporte psicológico, desenvolvimento de habilidades de gestão do estresse e promoção de práticas de autocuidado. Programas que abordam a saúde mental e aprimoram estratégias de aprendizagem podem ajudar a criar um ambiente educacional mais equilibrado e produtivo. O processo de aprendizagem está intimamente ligado à motivação e ao desempenho acadêmico. A motivação dos discentes influencia as estratégias de aprendizagem que adotam e, consequentemente, seu desempenho acadêmico. Estratégias de aprendizagem são ações mentais e comportamentais conscientes escolhidas pelos alunos para facilitar uma aprendizagem eficiente e satisfatória. A interação entre motivação e uso de estratégias de aprendizagem pode criar um ciclo positivo: uma boa gestão do tempo e técnicas de estudo eficientes levam a melhores resultados, o que reforça a motivação para continuar aprendendo. Em contraste, a falta de estratégias adequadas pode causar frustração e desmotivação, afetando negativamente o desempenho acadêmico. Todo o cenário descrito acima, de certo modo, dificultado e intensificado no período vivenciado durante a pandemia da COVID-19. Todo processo de isolamento social, mudanças educacionais e adaptações, resultaram em aumento do adoecimento mental, aumento da evasão educacional, e inseguranças por um contexto novo a ser vivenciado por esses sujeitos. Em resumo, o ambiente educacional moderno apresenta desafios significativos para a saúde mental de docentes e discentes e influencia a motivação e o desempenho acadêmico. Utilizar estratégias de aprendizagem eficazes é fundamental para melhorar o desempenho e manter a motivação. Além disso, fornecer suporte psicológico adequado pode mitigar os impactos negativos e promover um ambiente educacional mais saudável e produtivo.



Impactos psicossociais vivenciados por universitários durante isolamento da COVID-19

Pâmela Rocha Bagano Guimarães (UPE - Universidade de Pernambuco)

Resumo O presente estudo teve como proposta mapear as principais consequências psicossociais em acadêmicos universitários, decorrentes do isolamento social imposto pela pandemia de COVID-19, que começou a afetar o mundo no final de 2019. No Brasil, o primeiro caso da doença foi identificado em fevereiro de 2020. Em resposta ao surto, as autoridades sanitárias brasileiras implementaram uma série de medidas para controlar a disseminação do vírus, com o distanciamento social emergindo como uma das mais amplamente adotadas e divulgadas. Embora a prática de distanciamento social fosse essencial para controlar a propagação do vírus e proteger a saúde pública, sua implementação teve impactos profundos e variados na vida da população desde o início da pandemia. Essa pesquisa, de natureza exploratória, buscou analisar esses impactos a partir das experiências vividas por 87 alunos universitários durante o período de isolamento. Para tanto, foram utilizados formulários e entrevistas semiestruturadas como instrumentos de coleta de dados, permitindo uma análise detalhada das percepções e efeitos do isolamento social sobre os participantes. Os dados coletados revelaram diversas alterações nos aspectos da saúde mental dos universitários. Muitos relataram um aumento significativo em níveis de ansiedade, estresse e, em alguns casos, depressão. Essas mudanças foram atribuídas a fatores como a adaptação ao ensino remoto, a diminuição do contato social, e as incertezas e desafios impostos pelas novas condições de vida. A interrupção das rotinas diárias e a adaptação a novas formas de interação e trabalho também contribuíram para o agravamento dos sintomas emocionais e psicológicos. Apesar dos desafios enfrentados, a pesquisa revelou que os participantes reconhecem a importância do isolamento social para a contenção da pandemia. Eles expressaram compreensão e, em muitos casos, aceitação da necessidade das medidas de distanciamento social, mesmo diante das dificuldades pessoais e emocionais associadas. A maioria dos participantes considerou que, embora o isolamento social tenha causado impactos negativos em sua saúde mental, ele foi crucial para evitar a disseminação mais ampla do vírus e para a proteção da saúde coletiva. Os resultados sugerem que, embora o isolamento social tenha sido um pilar essencial na luta contra a COVID-19, ele trouxe à tona a necessidade de estratégias de apoio psicológico e social para minimizar os efeitos adversos sobre a saúde mental da população. A pesquisa destaca a importância de equilibrar as medidas de saúde pública com o suporte adequado para lidar com os desafios emocionais e psicológicos enfrentados pelos indivíduos durante crises sanitárias. Esses achados oferecem uma visão abrangente sobre como o isolamento social impactou a vida dos universitários e fornecem informações valiosas para a formulação de políticas públicas futuras. Eles também ressaltam a necessidade de considerar as implicações psicológicas das medidas de saúde pública e de desenvolver estratégias para apoiar a saúde mental durante situações de crise.



Ser docente na Universidade: relações entre Habilidades Sociais e a Síndrome de Burnout

Franciela Félix de Carvalho Monte (Universidade de Pernambuco)

Resumo As Habilidades Sociais (HS) são classes de comportamentos socialmente adaptativos. No trabalho docente, são centrais para o estabelecimento e manutenção de relações interpessoais saudáveis, facilitam o processo de ensino-aprendizagem, bem como são fatores protetivos da saúde mental, prevenindo agravos como a Síndrome de Burnout (SB). Esta, por sua vez, é proveniente de prolongados níveis de estresse no trabalho e manifesta a partir de três dimensões distintas: a) esgotamento físico e emocional, que leva o sujeito à exaustão emocional; b) despersonalização, manifestada pelo desenvolvimento de atitudes negativas e insensíveis para com os interlocutores; e c) falta de realização pessoal. Diante desse cenário, o estudo aqui relatado teve como objetivo central investigar as relações entre as Habilidades Sociais de professores de uma universidade pública do sertão do Pernambuco com os níveis de Síndrome de Burnout apresentados pelos mesmos. Para tanto, participaram da pesquisa 67 professores, de ambos os sexos, com idades entre 29 e 65 anos ($M = 39,46$; $d.p = 11,809$), lotados em cursos de licenciatura e bacharelados em saúde. Após apreciação ética (Parecer N° 4.044.375 e CAAE 31588720.6.0000.5191 do Comitê de Ética da Universidade de Pernambuco), os docentes responderam a um questionário socioeconômico, ao Inventário de Habilidades Sociais (IHS2) e ao Maslach Burnout Inventory (MBI). Dentre os principais resultados, destaca-se que, quanto às dimensões constituintes da Síndrome de Burnout (escala likert de 1 a 5), os professores relataram índices significativos de Exaustão Emocional ($M = 4,03$; $d.p. = 0,306$), Eficácia Profissional ($M = 3,08$; $d.p. = 0,216$) e índice médio de Despersonalização ($M = 2,87$; $d.p. = 0,657$). Quanto às dimensões das habilidades sociais, os participantes obtiveram médias relativamente baixas ou intermediárias (variabilidade de 0 a 5) no Fator 1 - Enfrentamento com risco ($M = 2,710$; $d.p. = 0,342$), Fator 2 - Autoafirmação na expressão de afeto positivo ($M = 2,359$; $d.p = 0,473$), Fator 3 - Conversação e desenvolvimento social ($M = 2,001$; $d.p = 0,434$), Fator 4 - Autoexposição a desconhecidos ou a situações novas ($M = 1,483$; $d.p = 0,546$) e Fator 5 - Autocontrole da agressividade em situações aversivas ($M = 2,312$; $d.p = 0,326$). Quanto às relações entre a SB e as HS, as dimensões "Autoafirmação na expressão de afeto positivo" e "Eficácia Profissional" ($s=0,521$; $p = 0,018$), bem como o "Autocontrole da agressividade em situações aversivas" e "Exaustão Emocional" ($s = 0,398$; $p = 0,042$) se relacionaram positivamente na amostra pesquisada, enquanto que a "Conversação e desenvolvimento social" e "Despersonalização" se relacionaram de forma negativa ($s= -0,329$; $p = 0,004$). Tais resultados demonstram a relação entre as habilidades sociais e a Síndrome de Burnout na amostra pesquisada. Discute-se, portanto, que tal cenário pode impactar na formação ofertada aos discentes da instituição, sendo necessária intervenção quanto aos fenômenos aqui analisados no sentido de mitigar fatores estressores no ambiente de trabalho docente.



Um estudo de revisão dos eventos estressores, protetivos e resilientes em docentes brasileiros do ensino fundamental, no período da pandemia do SARS-COV-2

Laila Barbosa de Santana

Resumo Eventos/fatores estressores são objetos de estudos de diversos teóricos, ao longo de décadas, que visam avaliar a interferência de tais aspectos no cotidiano do ser humano e na sua forma de existir. Como também, avaliar o enfrentamento de tais situações, e se necessariamente comprometem ou não, os aspectos gerais de saúde, nos componentes afetivos, cognitivos, biológico e social do indivíduo. Já os fatores de proteção têm como objetivo auxiliar na manutenção do equilíbrio geral do sujeito, potencializando assim melhores recursos de enfrentamento das situações adversas e menores índices de comprometimento da saúde integral do ser. Essa relação complexa entre os fatores protetivos e de risco, contribui para a manutenção e enfrentamento das demandas adversas do cotidiano, e são fundamentais para a habilidade da resiliência. Tal habilidade no contexto educacional é muito importante, uma vez que conflitos e situações de risco podem fazer-se presentes nas relações dos docentes com os pais, alunos, nas regras de funcionamento da escola, cobranças pedagógicas, carga horária alta de trabalho, remuneração baixa, sentimento de impotência, culpa, cansaço, irritabilidade, nervosismo, desgaste físico e psicológico, catástrofes naturais, conflitos políticos, pandemias e outros. Seguindo essa direção, no final de 2019, a humanidade foi envolvida por uma doença ocasionada pelo SARS-COV-2 (COVID-19). Tal cenário atingiu todos os âmbitos da sociedade sem distinção, ocasionando diversos estressores, como o comprometimento nos aspectos biológico, psicológico e social. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma revisão de literatura que avaliou os estudos que investigaram os processos de resiliência dos docentes brasileiros do ensino fundamental, diante dos eventos estressores, tendo como contexto adverso à pandemia do SARS-COV-2. Trata-se de uma revisão de literatura que considerou artigos disponíveis nas bases de dados: Periódicos do Capes, Scielo e Google Acadêmico. Como inclusão, foi utilizado artigos no período de 2019 a 2021, utilizou-se os seguintes descritores chaves: “professores”, “contexto escolar”, “resiliência”, “situações de risco”, “SARS-COV-2”, “eventos estressores” e “fatores protetivos”. Como critérios de exclusão, foram os estudos que não fossem realizados com docentes do ensino fundamental, no período da pandemia, os artigos duplicados. Encontrou-se 37 artigos, sendo que após a leitura dos resumos foram classificados e quantificado com base nos critérios de inclusão. Sendo assim, 22 artigos obtiveram a pontuação “0” e foram excluídos, e 15 artigos com “1” foram considerados. Para a análise de dados foi utilizado a análise de conteúdo. Foram elaborados dois eixos para agruparem as temáticas encontradas nos artigos, a saber: I. eventos estressores e de risco e o II. Resiliência. As principais problemáticas encontradas foram as dificuldades tecnológicas, a falta de instrumentos necessários para o trabalho com o ensino remoto, além do componente de medo e tristeza frente a pandemia e os aspectos de ansiedade. Em relação aos processos protetivos presentes na manutenção da resiliência foi encontrado o apoio dos familiares, amigos e alguns recursos ligados aos processos religiosos.



“Valendo um Ponto Extra”: Relações Entre Estratégias de Aprendizagem, Motivação e Desempenho Acadêmico em Universitário

Maria Aline Rodrigues de Moura (UPE - Universidade de Pernambuco)

Resumo A aprendizagem é um processo que depende da integração de diversos componentes cognitivos e emocionais. Um dos elementos considerados de suma importância para a aprendizagem é a motivação, tendo em vista que esse construto apresenta um poder preditivo importante dos acontecimentos escolares. Presume-se que o tipo de motivação apresentada pelo discente, está de algum modo, relacionada às estratégias que ele irá adotar para aprender os assuntos discutidos no ensino superior, bem como, ao desempenho acadêmico. Especialmente sobre as estratégias de aprendizagem, elas podem ser definidas como ações mentais e comportamentais conscientes, selecionadas pelos alunos para que a aprendizagem ocorra de maneira eficiente e satisfatória. Assim, é de suma importância que o discente conheça as estratégias de aprendizagem que está utilizando para que avalie o quanto elas estão eficientes, bem como, sinta-se motivado para colocá-las em prática no cotidiano acadêmico. Embora essa relação entre Aprendizagem e Motivação seja bastante consolidada na educação básica, o mesmo não pode ser verificado no ensino superior. Diante do exposto, o objetivo da presente pesquisa foi investigar as relações entre o uso de estratégias de aprendizagem, a motivação e desempenho acadêmico em cursos de Licenciatura e de Bacharelado em Saúde da cidade de Petrolina-PE. Participaram desse estudo 48 sujeitos, sendo a maioria do gênero feminino (72,9%), com idades entre 17 e 54 anos. Para mensurar os construtos envolvidos nesse estudo foram utilizadas a Escalas de Estratégias de Aprendizagem e a Escala de Motivação para Aprender de Universitários. Já a avaliação do desempenho acadêmico ocorreu por meio das notas obtidas pelos discentes nas disciplinas ao longo dos semestres letivos já cursados por eles. Os dados foram coletados por meio do Google Forms. Destaca-se que este estudo foi submetido e aprovado pelo comitê de ética e pesquisa (CAAE: 35901220.8.0000.519). Pode-se observar nos resultados descritivos que os participantes apresentaram uma média bastante próxima nas dimensões Motivação intrínseca ($m = 1,81$; $d.p = 0,23$) e Motivação extrínseca ($m = 1,80$; $d.p = 0,26$). Esse dado pode ser corroborado a partir da Correlação de Spearmam, a qual demonstrou uma relação positiva e forte entre os dois fatores da correlação ($\rho = 0.698$). A correlação de Spearmam também demonstrou uma relação positiva entre as dimensões das escalas de motivação e de estratégias de aprendizagem, sendo que a correlação foi mais forte quando relacionada ao fator motivação intrínseca. Outro dado importante que pode ser observado no estudo é a ocorrência de uma correlação negativa entre a dimensão motivação extrínseca e a média geral do histórico escolar dos discentes. Sendo assim, os dados obtidos no presente estudo sugerem uma relação entre os dois tipos motivação e as estratégias de aprendizagem, bem como da motivação intrínseca com o desempenho acadêmico. Resultados como esses abrem o debate sobre qual tipo de motivação é considerada ideal para a aprendizagem no ambiente acadêmico, tendo em vista que ambas foram usadas igualmente pelos discentes sem causar prejuízos a escolha das estratégias de aprendizagem.



SC 42 | Desafios e Respostas para Famílias e Indivíduos com Deficiência: Estresse Parental, Necessidades e Avaliação Cognitiva

Patrícia da Silva Bezerra (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Os trabalhos que compõe esta mesa abordam diferentes aspectos das experiências vividas por famílias e indivíduos com deficiência ou dificuldades comportamentais. Em conjunto, eles fornecem uma visão ampliada sobre os desafios enfrentados. O primeiro estudo, "Estresse parental em famílias com crianças com problemas de comportamento externalizante" explora o impacto do estresse parental em cuidadores de crianças com comportamentos externalizantes, como dificuldade com limites, agressividade, hiperatividade e desafio às regras. Ajuda a entender como as dificuldades comportamentais das crianças afetam o bem-estar dos pais e a dinâmica familiar. O segundo estudo, "Necessidades de famílias de crianças com deficiência", tem enfoque nas relações entre necessidades e pobreza, mostrando como a ausência ou presença de recursos pode impactar na adaptação familiar. O terceiro estudo, "Aspectos Cognitivos de Pessoas com Deficiência em Situação de Acolhimento Institucional", analisa as relações existentes entre os índices de inteligência fluida e os índices de cognição funcional de pessoas com deficiência em situação de acolhimento institucional. Aponta para a necessidade de métodos de avaliação cognitiva que considerem o contexto e as condições individuais dos participantes. Em síntese, os três estudos ressaltam que, embora o estresse, a pobreza e a falta de recursos sejam fatores desafiadores, há uma ênfase na importância da rede de apoio e da consideração de fatores contextuais para melhor entender e promover a qualidade de vida dessas famílias e indivíduos. Enquanto o primeiro estudo foca no impacto emocional e psicológico em cuidadores de crianças com comportamentos desafiadores, o segundo destaca as necessidades materiais e sociais de famílias de crianças com deficiência, e o terceiro enfatiza a importância de abordagens mais inclusivas e contextualizadas na avaliação e tratamento de pessoas com deficiência em situação de acolhimento institucional. Os insights obtidos nestes trabalhos, em conjunto, podem contribuir para pensar ações e políticas públicas mais eficazes e práticas de apoio que atendam às necessidades específicas dessas populações, promovendo uma resposta mais equitativa e eficaz, especialmente em tempos de crise. Dessa maneira, os trabalhos que compõe essa mesa coordenada sugerem que, em tempos de crises globais, as dificuldades enfrentadas por famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade tendem a se intensificar. A capacidade de adaptação das famílias, o suporte institucional e a criação de políticas públicas que considerem a complexidade desses contextos são essenciais para enfrentar os desafios atuais e futuros. Portanto, compreender aspectos como estresse parental, necessidades familiares e avaliação cognitiva de pessoas com deficiência é crucial para desenvolver respostas adequadas às crises globais e para o processo de adaptação à deficiência.



Aspectos Cognitivos de Pessoas com Deficiência em Situação de Acolhimento Institucional

Yuri Leandro do Carmo de Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Este estudo se propôs a analisar as relações existentes entre os índices de inteligência fluida e os índices de cognição funcional de pessoas com deficiência em situação de acolhimento institucional na cidade de Belém do Pará. Para atingir este objetivo se utilizou de metodologia quantitativa e qualitativa para coleta de dados acerca de sua inteligência fluida e cognição funcional, apresentando dados que foram analisados a partir de tais informações somadas a caracterização dos participantes. Foram aplicados dois instrumentos de avaliação cognitiva, o teste psicológico SON-R 6-40 e o inventário de tarefas rotineiras RTI-E, que possibilitaram a coleta de informações acerca da cognição dos 13 participantes do estudo no período de janeiro a julho de 2018. Foi adotada a divisão em três grupos, A, B e C, com critério de pontuação na escala de Q.I, permitindo assim análises mais detalhadas das relações existentes entre os participantes e seu desempenho cognitivo frente as tarefas de ambos os instrumentos. Os dados aqui apresentados ressaltam que aspectos puramente quantitativos provenientes de instrumentos de avaliação psicológica, mesmo diante das considerações qualitativas do profissional aplicador são passíveis de forte influência de aspectos contextuais, como local e acesso a novos ambientes, assim como aspectos pessoais, como características da deficiência... Recomenda-se que a produção de instrumentos de avaliação cognitiva possa considerar tais aspectos ecológicos e se aproprie do conceito de cognição funcional, assim como o utilize no embasamento de suas orientações técnicas de aplicação, assim como estes conceitos sejam utilizados na prática de reabilitação e tratamento de pessoas com deficiência. Esta pesquisa ainda se mostra limitada quanto ao reduzido número de participantes, o que impossibilitou a efetivação de análises estatísticas robustas, em especial quanto aos resultados apresentados pelo teste SON-R 6-40 e RTI-E. Além deste aspecto se destacam os diagnósticos diversos, evidenciando assim múltiplos desempenhos e a pouca uniformidade dos dados. Sugere-se que pesquisas futuras possam ser realizadas em caráter longitudinal, focando desempenho cognitivo funcional de pessoas com deficiência em acolhimento institucional, assim como sobre a produção de instrumentos de avaliação para esta população, que destaquem o caráter ecológico de tais medidas.

Estresse parental em famílias com crianças com problemas de comportamento externalizante

Ana Lúcia de Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo O estresse parental pode ser definido como um desequilíbrio desadaptativo que ocorre quando o pai/mãe avalia que os recursos que possui são insuficientes para lidar com as exigências e demandas de seu compromisso com o papel parental, assim, surge no contexto da parentalidade. Dentro dessa vivência pode surgir filhos/



filhas com problemas de comportamento externalizante, ou seja, dificuldades de comportamento que são voltados ao outro e/ou ao ambiente, por meio de comportamentos como dificuldade com limites e regras, agressão, hiperatividade, oposição, desafio e etc., o que acarreta em dificuldades nas relações familiares, podendo ocasionar em estresse parental, trazendo prejuízo na relação cuidador e criança. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar o estresse parental em famílias com crianças com problemas de comportamento externalizante e seu impacto. Para isso, o trabalho entrevistou 14 cuidadores, presencial, com aplicação da escala Índice de Estresse Parental (PSI/SF), no mês de fevereiro de 2024, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio do parecer 6.082.322 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto a análise de dados, foi feito por meio da estatística descritiva, utilizando o SPSS. Condizente aos participantes da pesquisa, teve treze mulheres (92,9%) e um homem (7,1%), em que 71% tinha entre 30 e 40 anos, 50% tinha ensino superior completo e 50% eram casados. Os principais resultados da pesquisa revelaram que 57% dos participantes tem a sensação de não conseguir lidar com os problemas que surgem e 57,2% colocaram que desistiram das próprias coisas para conseguir cuidar dos filhos. Além disso, mais de 50% colocaram que não têm mais tempo de fazer as coisas que gosta, 71,4% diz não se interessar mais pelas pessoas como antes, 57,2% tem a crença de que o filho não gosta dele e não gosta da sua presença, 57,1% acreditam que o filho faz os comportamentos difíceis para chateá-los e 75,7% sentem que o filho exige muito deles. Por outro lado, 64,2% sentem-se com amigos, 57,1% acreditam que sair para se divertir seria uma experiência positiva, 57,1% se consideram como bons cuidadores, 50% compartilham uma forte crença da importância da vida familiar e 85,7% colocam que na família, uns cuidam dos outros. Além disso, 78,6% enxergam que o lar é um ambiente agradável e seguro e que podem contar um com o outro (78,6%). Sendo assim, mesmo os cuidadores se vendo com uma alta carga de estresse, com o sentimento de se sentirem insuficientes, acreditam que estão sendo bons pais, assim como conseguem perceber que têm uma rede de suporte e que a família, mesmo perante as adversidades, conseguem permanecer unidos. Assim, a pesquisa mostra como os cuidadores se sentem em relação a convivência com criança com problema de comportamento externalizante, revelando que há uma sobrecarga parental, gerando estresse e crenças negativas sobre seu cuidado. Porém, mesmo com as dificuldades, conseguem perceber potencialidades, como união familiar e distribuição de afeto, sendo fatores protetivos quanto as dificuldades vivenciadas no dia a dia.

Necessidades de em famílias de crianças com deficiência

Patrícia da Silva Bezerra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo A chegada de uma criança com deficiência ocasiona uma série de mudanças no ambiente familiar, tendo em vista que em geral as famílias não estão preparadas para conviver com uma criança que possui características distintas daquelas



consideradas típicas. Sendo assim, a reorganização do ambiente familiar torna-se fundamental, o que pode gerar novos sentimentos nos cuidadores durante o processo de adaptação à nova realidade. Diante da criança com deficiência, os cuidadores precisam construir e acessar os recursos necessários para o bom funcionamento familiar. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo investigar as necessidades e a pobreza em famílias de crianças com deficiência. Participaram 50 cuidadoras de crianças com deficiência de 0 a 12 anos. A pesquisa foi realizada em três serviços de referência especializados em reabilitação infantil localizados em Belém/PA. Todos os cuidados éticos foram respeitados. Os instrumentos utilizados foram o Inventário Sociodemográfico (ISD), o Índice de Pobreza Familiar (IPF) e o Questionário de Necessidades Familiares (QNF). Os dados foram analisados por meio de Análise Descritiva e pelo Teste de Correlação de Pearson. Os principais resultados apontaram que a maioria das cuidadoras eram a mãe, casadas, com renda familiar de 1 a 2 salários-mínimos, e a maioria recebendo Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou Bolsa Família (BF). As crianças em sua maioria tinham Paralisia Cerebral, idade média de 5 anos, e mais da metade frequentavam escola. Observou-se a existência de correlações positivas entre algumas necessidades familiares e a pobreza, e houve destaque nas Necessidades de Explicar aos Outros (N.EXP) e Necessidades de Suporte Profissional e Suporte Religioso (N.SPR), assim como para as dimensões Habitação e Vulnerabilidade da pobreza familiar. De modo geral, quanto maiores as Necessidades de Explicar aos Outros (N.EXP) ($p = 0,030$) maior o Índice de Pobreza Familiar Total (IPF Total) ($p = 0,033$; $p=0,039$) e maior a falta de Acesso ao Conhecimento (IPF.C) ($p = 0,020$). Quanto maior as Necessidades de Suporte Profissional e Religioso (N.SPR), maior o Índice de Pobreza Familiar Total (IPF Total) ($p = 0,054$), maior a falta de acesso ao conhecimento (IPF.C) ($p = 0,010$) e maior a carência habitacional (IPF.C) ($p = 0,005$). As contribuições da pesquisa referem-se ao fato de ter sido verificada, por meio de teste estatístico, as possíveis correlações entre pobreza e necessidades familiares. Por fim, para pesquisas futuras, sugere-se que sejam realizadas investigações com uma população de maior número.



SC 43 | Desenvolvimento Humano em Acolhimento Institucional: Competências Afetivas, Bem-Estar Subjetivo e Rotinas de Crianças e Adolescentes

Stella Rabello Kappler (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Resumo A presente proposta de trabalho engloba três estudos que abordam temas relacionados ao acolhimento institucional de crianças e adolescentes, com enfoques distintos, porém complementares sobre competências socioemocionais, bem-estar subjetivo e as rotinas diárias nas instituições. O primeiro estudo discute a competência social e afetiva de crianças em acolhimento institucional, destacando o papel crucial dos educadores sociais na mediação dessas competências. A pesquisa envolveu 26 crianças de seis a onze anos em duas instituições do Estado do Rio de Janeiro, utilizando tarefas baseadas em histórias e vídeos para avaliar a capacidade das crianças de identificar e expressar emoções. Os resultados indicaram que as crianças, especialmente as mais jovens, têm dificuldades em distinguir emoções como raiva e tristeza, sugerindo a necessidade de intervenções específicas para melhorar essas habilidades. O segundo estudo explora o bem-estar subjetivo (BES) de crianças e adolescentes em acolhimento, abordando como as experiências emocionais e a vulnerabilidade social influenciam suas percepções de vida. A pesquisa utilizou a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida e a Escala de Afetos para avaliar jovens de 11 a 17 anos em Belém-PA. Os dados preliminares indicam que o BES está intimamente ligado às experiências diárias e à capacidade de lidar com afetos positivos e negativos, o que pode ter implicações importantes para a formulação de políticas públicas voltadas à saúde mental e desenvolvimento de jovens em situação de acolhimento. Por fim, o terceiro estudo foca nas rotinas e interações em instituições de acolhimento de crianças refugiadas, examinando como essas rotinas influenciam o desenvolvimento humano sob uma perspectiva bioecológica. A pesquisa qualitativa observou crianças de 0 a 12 anos em instituições de acolhimento, destacando a importância das interações entre as crianças, seus cuidadores e outros residentes. A rotina diária, que inclui atividades como higiene, alimentação e brincadeiras, é crucial para criar um ambiente seguro e estruturado, essencial para mitigar os efeitos do trauma e da descontinuidade cultural que as crianças refugiadas podem enfrentar. A criação de vínculos afetivos e o respeito às particularidades culturais de cada família são enfatizados como elementos centrais para um acolhimento eficaz. Esses estudos juntos oferecem uma visão abrangente sobre as múltiplas dimensões do acolhimento institucional de crianças e adolescentes, bem como promove a discussão de como se dá o acolhimento em diferentes faixas etárias, modalidades e regiões brasileiras. Conclui-se que a articulação entre os estudos propostos enriquece o debate acadêmico e de pesquisa, como também fornece insights valiosos para profissionais da área, contribuindo para a formulação de estratégias e políticas mais eficazes voltadas à melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes acolhidos.



Adolescências institucionalizadas: reflexões sobre a transição de adolescentes em situação de acolhimento institucional para internação socioeducativa no período da pandemia de Covid-19.

Jordana Rodrigues da Silva (cras), Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil),
Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura), Jana Gonçalves Zappe (UFSM -
Universidade Federal de Santa Maria)

Resumo O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê dispositivos destinados a promover a proteção integral de crianças e adolescentes que vivenciam diferentes situações de riscos, fragilidades e vulnerabilidades. Nesse sentido, tem-se, por um lado, o acolhimento institucional, medida de proteção aplicável a crianças e adolescentes que se encontrem em situação de risco ou violência no contexto familiar; e, por outro, a internação socioeducativa, medida mais gravosa destinada a adolescentes com envolvimento em atos infracionais. Apesar de serem medidas distintas, observa-se que os adolescentes às quais se destinam, muitas vezes, são oriundos de contextos semelhantes, marcados por privações - tanto de ordem material quanto simbólica - significativas e intensas, com lacunas no acesso a políticas públicas. Em função disso, adolescentes em acolhimento institucional podem ser inseridos na internação socioeducativa, quando acabam por cometer algum ato infracional, e poderão retornar ao acolhimento institucional após a medida socioeducativa, se não houverem outras alternativas de inserção em contexto familiar. A partir de tais inquietações, o presente estudo apresenta resultados parciais da pesquisa nacional intitulada "Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social", o qual foi realizado em diferentes regiões do Brasil com o acesso a diferentes contextos, entre eles, instituições de acolhimento institucional e de unidade socioeducativa de internação. O presente trabalho apresenta os dados coletados no município de Santa Maria - RS, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com cinco adolescentes que vivenciaram a medida de acolhimento institucional durante o período da pandemia mas, quando a pesquisa foi realizada, três deles, com idades de 16 e 17 anos, estavam cumprindo medida socioeducativa de internação, devido ao envolvimento em algum ato infracional neste período. Técnicos das instituições relataram que o trânsito dos adolescentes entre as diferentes instituições não é incomum mas, durante a pandemia da Covid-19, parece ter sido mais frequente, o que permite supor que a pandemia intensificou fragilidades e vulnerabilidades relacionadas com o envolvimento de adolescentes com atos infracionais. Isso pode ser evidenciado pela presença de marcadores sociais identificados entre aqueles que passaram pela dupla institucionalização, sendo todos do sexo masculino, um autodeclarado de cor preta e dois de cor parda, salientando um perfil historicamente identificado em unidades socioeducativas. Os participantes não identificaram impacto significativo da pandemia em suas rotinas durante o acolhimento institucional, de modo que permaneceram realizando saídas, em determinados momentos através de evasões, mantendo-se em situações e práticas de risco ao seu desenvolvimento. Assim, identifica-se a persistência de fragilidades que atravessaram o desenvolvimento dos adolescentes e os levaram a um cuidado institucionalizado, visto o acolhimento ser uma medida de intervenção adotada diante de falhas na oferta de cuidado e proteção no ambiente familiar. No entanto,



o cuidado institucionalizado também não foi suficiente para proteger os adolescentes do envolvimento com a prática de atos infracionais, levando-os à internação socioeducativa. Em conclusão, salienta-se a importância de investigar mais sobre o trânsito de adolescentes entre medidas de proteção e socioeducativas, buscando-se construir intervenções que possam minimizar a institucionalização na adolescência, recurso que deve ser excepcional.

Análise Comparativa do Desempenho em Competência Social e Afetiva de Crianças em Acolhimento

Stella Rabello Kappler (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Resumo A competência social e afetiva começa a ser desenvolvida nos primeiros anos de vida e progride ao longo de todo o ciclo vital, uma vez que está atrelada aos processos maturacionais do indivíduo. Nos ambientes institucionais de acolhimento, o educador social desempenha um papel fundamental como figura de referência para auxiliar na compreensão, expressão e regulação das emoções das crianças. Sendo assim, a investigação dessas competências torna-se essencial para proporcionar ambientes de acolhimento mais seguros e favoráveis emocionalmente, auxiliando as crianças a lidar de maneira saudável com suas emoções. O presente estudo teve como objetivo avaliar a competência social e afetiva de crianças que vivem em acolhimento institucional, por meio da comparação de duas formas de avaliação: história narrada e vídeo. Participaram da pesquisa 26 crianças, com idades entre seis e onze anos, de ambos os sexos, provindas de duas instituições de acolhimento localizadas no estado do Rio de Janeiro. Foram aplicadas duas tarefas inspiradas e desenvolvidas com base no modelo da competência social e afetiva, que abrange três componentes: envio de mensagens afetivas, recebimento de mensagens afetivas e experimentação do afeto. A Tarefa A consistiu na contação de três histórias, enquanto a Tarefa B envolveu a exibição de três vídeos. Em ambas as tarefas, as crianças deveriam identificar as emoções manifestadas pelos protagonistas, selecionando uma resposta entre as opções fornecidas pela pesquisadora. Em seguida, foram registradas as respostas corretas para cada componente. Os resultados do estudo apontaram que as crianças de seis a oito anos apresentaram mais facilidade em reconhecer emoções na tarefa em que assistiram um vídeo. No entanto, no geral, não houve diferenças significativas entre as duas formas de avaliação. Um resultado importante observado foi que todas as crianças relataram buscar o auxílio dos educadores sociais para lidar com situações de conflito, demonstrando a importância desse profissional como referência e suporte. Houve ainda dificuldade para distinguir as emoções de raiva e tristeza, como indicado também na literatura em outros estudos que buscaram avaliar emoções desse tipo. As crianças maiores, de 9 a 11 anos, tiveram um melhor desempenho na identificação das emoções, como esperado, uma vez que esse processo está atrelado também à maturação afetiva e cognitiva. Conclui-se que são necessários esforços por parte dos educadores sociais proporcionando momentos para que a criança acolhida tenha possibilidade de falar sobre suas emoções e que esse seja um assunto presente na rotina da instituição.



Embora os educadores sociais possuam diversas atividades, a criança precisa de um adulto responsivo e atento às suas necessidades afetivas, aberto ao diálogo para orientá-la e oferecer suporte como uma base segura para exploração do mundo. Cabe ressaltar, que na infância o indivíduo aprende a entender sobre suas emoções e a como manifestá-las nos mais diferentes contextos. Portanto, considerando que crianças institucionalizadas estão afastadas de seus pais e familiares, uma atenção especial deve ser dada, pois elas já se encontram sensibilizadas e falar sobre suas emoções e sentimentos a ajudarão a enfrentar esse momento de suas vidas.

Bem-estar Subjetivo de Crianças e Adolescentes em Acolhimento Institucional

Iara Oliveira Fernandes (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Um dos maiores desafios para quem busca compreender os caminhos pelos quais os processos saudáveis do desenvolvimento humano ocorrem desde o nascimento até a vida adulta, diz respeito ao fato de a convivência atual se dar cada vez mais em sociedades acometidos por problemas sociais e ameaças à saúde mental e dos relacionamentos interpessoais. Esse desafio envolve não apenas conhecer quais são os fatores que influenciam tais processos, como também a relação com o bem-estar subjetivo ao longo do tempo. O BES tem sido tema de análise em estudos realizados nas últimas décadas, o que provoca reflexões quanto ao uso atualizado do conceito e significado encontrado em diferentes contextos. Embora os aspectos afetivos relacionados ao BES possam ser importantes, eles não são completamente independentes de outros fatores, ou seja, integram reações afetivas ligadas às experiências de vida de cada indivíduo, como ruptura de vínculos, orfandade, abandono parental, vulnerabilidade social, entre outras. Supõem-se que as experiências emocionais tendem a influenciar a avaliação dos eventos e circunstâncias da vida e esta avaliação também tende, por vezes, a evocar reações emocionais, propondo que o BES seja elemento que depende da soma de afetos positivos e negativos vivenciadas pelas pessoas no dia a dia e que esta variável pode vir a concorrer para o aumento ou diminuição do bem-estar subjetivo de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Considerando o exposto esta Mesa Redonda tem por objetivo apresentar e discutir dados preliminares de bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes entre 11 e 17 anos de idade em acolhimento institucional na mesorregião de Belém-PA utilizando-se da Escala Multidimensional de Satisfação de vida (EMSV) que permitirão explorar as diferenças no bem-estar subjetivo sobre a natureza e o desenvolvimento da saúde mental positiva, bem como a felicidade e satisfação de vida de crianças e jovens e a Escala de Afetos (EA) que permitirá identificar a frequência e como os participantes da pesquisa experienciam emoções de afetos positivos e negativos. Os dados preliminares desta mesa trarão resultados obtidos até o momento referentes à execução das atividades e o recrutamento dos participantes bem como possibilidades para obtenção de resultados promissores na caracterização dos afetos positivos e negativos desses jovens. A discussão dos



dados apresentados de forma preliminar pode ser promissora para a reflexão sobre bem-estar subjetivo, e posteriormente poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à promoção da saúde e do desenvolvimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional.

O Papel das Rotinas e Interações no Acolhimento de Crianças Refugiadas: Perspectivas Bioecológicas

Andréa Imbiriba da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O ser humano se desenvolve a partir de suas experiências individuais e coletivas, nas relações com a família, grupo de amigos, trabalho, entre outros contextos, sendo estas fundamentais para o aprimoramento e o desenvolvimento humano. As interações entre pessoas, objetos e símbolos representam uma construção cultural importante para o desenvolvimento humano, visto que possibilitam a troca de experiências entre os sujeitos. Destaca-se que o estudo do acolhimento institucional de crianças possui estreita ligação com a qualidade da rotina e das práticas de cuidado, pois estas podem promover significativas alterações no desenvolvimento. Assim, a rotina possui importância central para a psicologia do desenvolvimento, pois permite revelar os comportamentos no cotidiano familiar em diferentes contextos. Nesta pesquisa em andamento, intitulada "Crianças Refugiadas: Acolhimento, Rotinas e Brincadeiras", pretende-se estudar a instituição de acolhimento como contexto de desenvolvimento, o que significa pensar em suas rotinas de cuidado, saúde, educação e assistência social à criança e sua família. O objetivo proposto é analisar as rotinas de crianças de 0 a 12 anos atendidas em instituição de acolhimento, com destaque para pessoas, objetos e símbolos na perspectiva bioecológica do desenvolvimento humano. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa dos dados e compreendeu investigações teóricas e empíricas. Os participantes são crianças e suas famílias refugiadas atendidas pelas instituições de acolhimento. Como instrumentos de pesquisa, utilizaram-se: inventário de rotinas, roteiros de entrevista e observação. Durante o período de observação, buscou-se conhecer como ocorre o funcionamento da casa de acolhimento, entender como são as interações entre os moradores, além de observar como ocorre a rotina familiar dentro da instituição. Os dados levantados através do relato de observação demonstram que a casa possui rotina diversificada, de acordo com os costumes de cada família acolhida; no período matutino, os adultos são envolvidos em atividades direcionadas à higiene, alimentação, afazeres domésticos e/ou saem para trabalhar ou realizar a chamada "coleta" (doações); as crianças e adolescentes realizam sua higiene pessoal, alimentação, brincam no quintal da casa ou são direcionados para a escola. No período vespertino, os adultos em sua maioria realizam o descanso em seus respectivos "ranocos" e cuidam da alimentação, enquanto as crianças e adolescentes brincam ou seguem para a escola. No período noturno, observa-se que as famílias se recolhem para seus aposentos, realizando a refeição juntos e, posteriormente, recolhem-se em seus respectivos "ranocos". Os achados preliminares ressaltam a importância de entender as



nuances das rotinas diárias nas instituições de acolhimento que atendem crianças refugiadas. As práticas de cuidado e os rituais diários desempenham um papel crucial na formação do ambiente de desenvolvimento dessas crianças, proporcionando um espaço seguro e estruturado que pode mitigar os efeitos do trauma e da descontinuidade cultural que muitos refugiados experimentam. A análise das interações entre as crianças, seus cuidadores e outros residentes revela a complexidade do processo de adaptação cultural. Observa-se que, para além das necessidades básicas de higiene e alimentação, a criação de vínculos afetivos e o respeito às particularidades culturais de cada família são essenciais para um acolhimento eficaz.



SC 44 | Discutindo maternidade, parentalidade e resiliência familiar em tempos de COVID-19

Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo A maternidade é um processo de mudanças físicas e psicossociais, além de intensas transformações psíquicas, que exigem ampla reorganização da psicodinâmica da mulher, do casal e da família para assumirem novas funções parentais. É um processo complexo que resulta em uma típica vulnerabilidade psicológica, que pode se agravar em situações de risco como foi a pandemia da COVID-19. As repercussões da pandemia são incontestáveis, com maiores riscos para grupo vulneráveis, como mulheres grávidas e pais/mães de crianças pequenas, que precisaram ser resilientes para exercer sua parentalidade ao enfrentar os desafios pandêmicos. Baseado nisso, essa Sessão Coordenada pretende apresentar resultados de pesquisas de mestrado e doutorado para discutir as consequências da pandemia da COVID-19 para a maternidade e parentalidade, e a resiliência familiar no contexto pandêmico. As vivências maternas durante a pandemia (Vivências maternas durante a COVID-19: Uma revisão integrativa das experiências de mulheres que deram à luz durante a pandemia) e a tentativa de engravidar por Inseminação Caseira por mulheres lésbicas neste período (COVID-19 e Inseminação Caseira: Saúde mental de tentantes lésbicas durante a pandemia) serão temas de reflexão do primeiro e segundo estudos desta Sessão, seguido de estudos que discutem aspectos da parentalidade, no caso o senso de competência parental de pais de crianças com e sem surdez (Parentalidade na Pandemia da COVID-19: Senso de Competência Parental de Pais de Crianças com e sem Deficiência Auditiva e suas Relações com Aspectos Clínicos e Psicossociais) e a resiliência familiar e parentalidade durante a pandemia da COVID-19 (Resiliência Familiar e Parentalidade na pandemia da COVID-19). Conclui-se que os estudos sobre os desfechos pandêmicos ainda estão sendo desenvolvidos, pois afinal pouco tempo atrás ainda vivíamos a pandemia. Os impactos da pandemia a médio e longo prazos ainda estão sendo investigados; porém, a literatura é unânime em indicar que ações e políticas públicas que mitiguem estes impactos são fundamentais, especialmente para a maternidade e parentalidade, que, juntos, representam importantes investimentos no capital humano.

COVID-19 e Inseminação Caseira: Saúde mental de tentantes lésbicas durante a pandemia

Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo Sabe-se que a infecção pelo vírus SARS-CoV-2, causadora da doença COVID-19, se iniciou em Wuhan, na China, no final do ano de 2019, mas proliferou rapidamente pelo mundo, afetando vários setores da sociedade. Devido a sua alta taxa de transmissibilidade e mortalidade, associada à escassez de estudos científicos e a falta de conhecimentos sobre seu funcionamento, medidas preventivas de controle da doença, como o distanciamento e isolamento social, precisaram ser adotadas. Além disso, diversos serviços de saúde foram suspensos, como, por exemplo, os de



atenção à saúde reprodutiva, afetando populações mais vulneráveis como as mulheres lésbicas, que, nos últimos anos, vem usando a Inseminação Caseira (IC) como um método de reprodução alternativo. A IC consiste em, através de uma seringa e de forma doméstica, introduzir o sêmen de um doador no canal vaginal da tentante. Trata-se de um método caseiro de reprodução com baixos custos financeiros realizado fora de clínicas especializadas de reprodução, mas que não conta com respaldo médico e legislativo. Considerando a vulnerabilidade psíquica típica do contexto pandêmico, somado aos riscos envolvidos na IC, o objetivo deste trabalho foi analisar a saúde mental de mulheres lésbicas tentantes da IC para engravidar durante a pandemia de COVID-19. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório realizado em 2020 com a participação de 20 mulheres autodeclaradas lésbicas recrutadas em grupos do Facebook de todo o território nacional. Todas responderam a um formulário desenvolvido pela plataforma Google Forms, que incluía a Escala DASS-21, Depression, Anxiety and Stress Scale, para identificar indicadores de ansiedade, estresse e depressão. Os dados da Escala DASS-21 foram processados de acordo com as normas do instrumento e foi calculada a incidência de ansiedade, estresse e depressão na população do estudo (N=20). No geral, encontrou-se maiores incidências de estresse e ansiedade, em níveis moderado a grave (25%, respectivamente), e menor de depressão (15%). Embora também tenham sido observados níveis leves daqueles transtornos, nossos achados indicam a importância de se estudar o sofrimento psíquico na população lésbica tentante de IC. Nossa hipótese é de que mulheres lésbicas tentantes de IC, ou seja, um método de reprodução pouco conhecido e repleto de estigmas sociais, podem ficar mais vulneráveis à ansiedade e estresse, o que pode resultar em sofrimentos psíquicos. A despeito das limitações amostrais que não permitem generalizar os achados, observou-se evidências importantes que merecem ser consideradas no planejamento de ações que minimize as repercussões da IC, somadas aos aspectos positivos do método, como a autonomia no projeto de concepção, as redes formadas pelos grupos nas mídias sociais, o contato direto com o doador que pode permitir maior liberdade de escolha, entre outras.

Resiliência Familiar e Parentalidade na pandemia da COVID-19

Helena Pereira dos Reis (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro),

Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo A pandemia da COVID-19 acentuou a sobrecarga das práticas parentais, sobretudo na primeira infância. A resiliência familiar é um processo que pode estar associado ao melhor desenvolvimento infantil e parentalidade adaptativa contribuindo para contextos de adversidade, pois promove o fortalecimento e a restauração da família enquanto unidade funcional. Segundo, Froma Walsh a resiliência familiar envolve três processos-chave: sistema de crenças, processos de comunicação e padrões organizacionais. A autoeficácia parental está relacionada ao sistema de crenças, fundamental para a atribuição e percepção de significado no processo de resiliência familiar. A resiliência familiar é um construto processual, o que exige métodos robustos para a sua avaliação. A presente pesquisa teve por objetivos



identificar instrumentos de avaliação da resiliência familiar e compreender a relação entre resiliência familiar e parentalidade no contexto da pandemia da COVID-19. Para tanto, foi realizada uma revisão sistemática nas plataformas de pesquisa Biblioteca Virtual em Saúde, PubMed e Scopus. A pesquisa foi limitada aos últimos cinco anos e aos idiomas português, inglês e espanhol. Os descritores utilizados foram Decs/Mesh: "resilience psychological", "family", "parenting", COVID-19, "psychometrics", "behavior rating scale", "surveys questionnaires", "resiliência psicológica", "parentalidade", "escala de avaliação comportamental", "família", "psicometria". Para a compreensão entre parentalidade e resiliência familiar na pandemia da COVID-19 os critérios de inclusão foram: parentalidade na primeira infância e em crianças de idade escolar; e, resiliência dos pais associada à resiliência familiar. Como critério de exclusão: artigos sobre resiliência infantil ou que mencionaram o termo resiliência sem discussão sobre a temática, bem como aqueles que exploraram outras categorias de resiliência sem associação à resiliência familiar. No total, foram analisados 336 artigos, dos quais 36 selecionados e 300 excluídos. As escalas de resiliência familiar incluem: "The Family Resilient Assessment Scale", "The 4-item family resilience scale", "The Chinese Family Resilience Scale", "The Family Resilience Inventory", "The family resilience questionnaire - short form", "The Family Resilience (FaRE) Questionnaire". Não foi encontrada medida de resiliência familiar em português-Brasil. Em relação aos aspectos metodológicos, observou-se que o construto ainda é frequentemente inferido por meio de medidas que mensuram a resiliência psicológica. Conforme a revisão, ainda são escassos os instrumentos específicos para a avaliação da resiliência familiar impactando significativamente, a análise dos dados coletados. A resiliência familiar pode atuar como fator protetivo para sintomas de ansiedade e depressão parentais. A mudança da rotina familiar e as incertezas desencadeadas pela pandemia impactou negativamente o senso de competência parental. Contudo, famílias com diversidade de recursos psicossociais prévios à pandemia obtiveram menos efeitos negativos no senso de competência parental e melhor resiliência familiar. Famílias pertencentes a minorias raciais ou em desvantagem socioeconômica também enfrentaram maiores desafios no processo de resiliência familiar na pandemia. Portanto, a compreensão sobre o tema e a avaliação da resiliência familiar com procedimentos substancialmente criteriosos quanto ao método, são essenciais para a construção de intervenções assertivas e políticas públicas que contemplem às necessidades psicossociais das famílias.

Vivências maternas durante a COVID-19: Uma revisão integrativa das experiências de mulheres que deram à luz durante a pandemia

Alcimeri Kühl Amaral (Faculdade Anhanguera de Taubaté), Giulia Truppel Antunes (cras), Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo As estratégias de controle de infecção adotadas durante a crise de COVID-19 foram essenciais para a saúde pública, mas geraram impactos significativos para as mulheres que deram à luz durante esse período. Este trabalho apresenta uma revisão integrativa da literatura, com enfoque qualitativo, que objetivou investigar



como mulheres, que tiveram seus bebês durante a pandemia, interpretaram e atribuíram significados à experiência de maternidade. Para o plano de revisão foi utilizado o checklist do protocolo PRISMA-P e acessadas as seguintes bases de dados: CINAHL, Embase, LILACS, PsycINFO, SciELO, Scopus e Web of Science. Foram encontrados 1612 artigos e após a exclusão de duplicados e uma análise duplo-cega de títulos e resumos, 12 artigos foram selecionados para análise aprofundada. A seleção dos artigos incluiu os seguintes critérios de inclusão: a) Acesso aos textos completos; b) Estudos empíricos relacionados a tornar-se mãe durante a pandemia de COVID-19; c) Estudos que abordassem o processo de maternidade durante a pandemia de COVID-19; e d) Periódicos avaliados por pares. Foram excluídos os estudos de revisão e, bibliográficos, pesquisas que abordavam a maternidade apenas no período do parto e pós-parto imediato (com permanência hospitalar), estudos com mães de bebês em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) e/ou bebês com doenças/distúrbios e literatura cinzenta. A busca dos artigos considerou o período de 2020 até meados de 2023. A análise bibliométrica dos artigos selecionados demonstrou que a maioria dos estudos foi realizada na europa ($n=6$) e o ano com maior número de publicações foi 2022 ($n=7$). O delineamento qualitativo foi utilizado na maioria dos estudos ($n=7$) e os instrumentos e técnicas de coleta de dados mais frequentes foram o questionário semiestruturado ($n=5$) e a entrevista semiestruturada ($n=4$). As participantes dos estudos analisados foram mulheres grávidas e mulheres que deram à luz durante a pandemia. Os artigos ainda foram analisados com o auxílio do software Atlas.ti Web versão 22 e através da análise temática reflexiva dedutiva-indutiva, emergiram 4 categorias principais, identificando padrões recorrentes nos significados atribuídos à maternidade durante a pandemia. Os resultados mostraram que as mães enfrentaram uma série de desafios e adversidades, incluindo perdas nas experiências pós-natal, estresse resultante do isolamento social, falta de apoio de redes sociais e temor de contaminação pelo vírus. No entanto, a análise também revelou aspectos positivos da experiência de maternidade durante a pandemia, pois algumas mães relataram momentos de fortalecimento pessoal, maior proximidade com a família nuclear e uma nova valorização da saúde e do bem-estar. A compreensão das experiências e sentimentos das mães durante a pandemia pode auxiliar na criação de estratégias mais eficazes para minimizar o impacto negativo de crises semelhantes e promover um suporte mais eficaz às mulheres em situações de vulnerabilidade. Este estudo destaca a importância de considerar a complexidade da experiência materna em situações de crise e sugere novas pesquisas que busquem compreender como a pandemia influenciou, a longo prazo, a maternidade dessas mulheres e o desenvolvimento das crianças nascidas nesse período.



SC 45 | Escola, práxis, raça e formação de professores: um “locus do existir e do resistir”

Wilsa Maria Ramos (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A sessão coordenada visa aprofundar as questões relacionadas à raça, práxis, formação docente como um ato de existência e de resistência ao racismo a partir da perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento humano. As universidades são corresponsáveis na formação de licenciandos para a atuação frente às tensões e contradições relacionadas às questões raciais na escola e nas vias públicas que circulam nas imagens, vídeos das redes sociais; a escola básica é responsável por mediar as interações sociais embasadas no respeito à diversidade, inclusão social com propósitos de elevar as experiências dos estudantes de forma reflexiva para uma vida cidadã em prol do desenvolvimento humano. Os estudos partem de metodologias inovadoras que transversalizam o processo de ensino e aprendizagem pela própria práxis, potencializando a abertura de espaços para a expressão da subjetividade e para a mudança da visão limitante e unidirecional de raça e humanidade. A primeira pesquisa apresentada parte de uma sensibilização por uma política que considere uma melhor aceitação da diversidade, dentre elas a equidade racial de nosso país, principalmente na educação. A questão principal é: como as questões colocadas pelo racismo estrutural e o preconceito de raça influenciam na constituição de si e a subjetividade de licenciandos na UnB a partir da mediação de 4 filmes que abordam a temática racial. A assistência dos filmes e as rodas de conversas obedeceram ao cronograma da pesquisa. O método utilizado foi a Análise Temática Dialógica. Após a definição dos temas foi construído um mapa semiótico que permite a visualização dos processos dialógicos e temáticos estabelecidos nas rodas de conversas. A segunda pesquisa visa analisar as vivências de racismo, nos espaços escolares da universidade, no presencial e nas redes sociais na percepção de licenciandos, brancos e pretos. A metodologia aplicada foi o estudo de caso com quatro estudantes de graduação em licenciatura na UnB. Em termos do ensino, os resultados revelam a importância de propor diversas atividades de empoderamento dos jovens não pelo viés de raça, que separa e segrega por comparações universalizadas, causando estranhamento, mas, pela condição do humano, que se manifesta em suas diversas formas, cores, traços etc. A terceira pesquisa busca um olhar exploratório e reflexivo sobre as experiências subjetivas de estudantes negras(os), no contexto de cursos livres de línguas estrangeiras, ambiente comumente elitizado e embranquecido. A pesquisa tem por objetivo compreender como a falta de representatividade negra verificada no contexto de cursos livres de línguas estrangeiras, ambiente comumente elitizado e embranquecido, reflete na constituição estética de si e na formação identitária das pessoas negras que ali coexistem. A metodologia baseia-se nos pressupostos da Epistemologia Qualitativa de cunho interpretativista e no uso de ferramentas de cunho etnográfico como questionários, entrevistas semiestruturadas e narrativas de história de vida. Em termos de resultados, o estudo espera contribuir com a ampliação da produção teórica, no campo da Psicologia, sobre desigualdade racial e formação identitária no contexto escolar.



A Formação Identitária e a Constituição Estética de Si a partir das vivências de estudantes negros(as) de língua estrangeira.

Dulcimary de Freitas Alves Oliveira (Secretaria de Educação do DF)

Resumo As práticas sociais cotidianas expressam, com clareza, o apartheid dissimulado e silencioso que vivemos no Brasil. Travestido em democracia racial, esse apartheid, foi construído a partir de uma falsa ideia de igualdade étnico-racial e se constitui em uma linha imaginária que delimita o lugar social da pessoa negra, gerando um quadro complexo e resiliente de desigualdades que perpassa diversas estruturas da sociedade. Partindo do entendimento de raça, racismo e desigualdade racial como importantes fenômenos condicionantes da produção de subjetividade, coletiva e individual, não podemos deixar de pontuar a falta de aprofundamento da Psicologia em estudos a respeito desta temática. Apesar do crescente interesse das diferentes vertentes da Psicologia no debate envolvendo as relações étnico raciais no Brasil, acreditamos que ainda existe uma lacuna importante no que diz respeito a estudos relativos ao impacto psicológico causado pelo racismo e a desigualdade racial na construção da identidade e constituição da subjetividade dos brasileiros; negros e brancos, principalmente no que diz respeito à compreensão dos efeitos destes fenômenos em crianças e adolescentes no ambiente escolar. Assim sendo, nossa pesquisa tem como objetivo compreender, de forma mais aprofundada, como a falta de representatividade negra verificada no contexto de cursos livres de línguas estrangeiras, ambiente comumente elitizado e embranquecido, reflete na constituição estética de si e na formação identitária das pessoas negras que ali coexistem. O conceito de constituição estética de si, o qual se apoia no construto de acabamento estético de Bakhtin, reconhece a construção da identidade a partir do sentido produzido no espaço das relações dialógicas; o indivíduo constrói sentidos sobre si a partir da visão do outro. Por se tratar de ciências que se dedicam ao estudo do desenvolvimento humano, levando em consideração a rede de significações formada a partir das diferentes relações sociais, assim como da cultura, as vertentes social e cultural da Psicologia possibilitam uma compreensão crítica da forma como a cognição individual e social são afetadas pelos fenômenos do racismo, do preconceito, da discriminação e desigualdade étnico raciais. Nossa investigação se apoia, portanto, na perspectiva da Psicologia Cultural de orientação semiótica, à qual importa compreender como os seres humanos se constituem e produzem sentido com relação ao mundo que os cerca, considerando a existência de uma interdependência entre os aspectos históricos, culturais, sociais, cognitivos e emocionais dos indivíduos neste processo. Serão adotados, para a pesquisa, os pressupostos da Epistemologia Qualitativa de cunho interpretativista. Para a construção dos dados de pesquisa, serão organizados grupos focais em duas instituições de ensino de línguas estrangeiras de Brasília; o Centro Interescolar de Línguas e o curso de idiomas da Universidade de Brasília - UnB Idiomas. Além disso, serão utilizadas outras ferramentas de cunho etnográfico como; questionários, entrevistas semiestruturadas e narrativas de história de vida. Para a análise e interpretação dos dados de pesquisa adotaremos o método da Análise Temática Dialógica. Esperamos que nosso trabalho venha a contribuir com a ampliação da produção teórica, no campo da Psicologia, sobre desigualdade racial e formação identitária no contexto escolar.



Narrativas de licenciandos mediadas por filmes de temáticas raciais: constituição de si e racialidade

Fabírcia Teixeira Borges (UNB - Universidade de Brasília), Gesllanny Thalliya Maia Santos

Resumo A proposta desta pesquisa parte de uma sensibilização por uma política que considere uma melhor aceitação da diversidade, dentre elas a equidade racial de nosso país, principalmente na educação. A questão principal que orienta esta pesquisa é como as questões colocadas pelo racismo estrutural e o preconceito de raça influencia na constituição de si e a subjetividade de licenciandos na UnB a partir da mediação de 4 filmes que discute a temática racial: Corra (2016), Medida Provisória (2020), Moonlight (2017) e A vida imortal de Henrietta Lacks (2017). Por constituição de si entendemos o processo de desenvolvimento humano em que elementos culturais, subjetivos e sociais se enlaçam em um movimento dinâmico que envolve as identidades, as personalidades e as formas de ser no mundo de cada pessoa. A dimensão subjetiva - individual e social-, concebida pelos significados e sentidos subjetivos produzidos na experiência, constituem uma unidade na constituição de si, integrando elementos históricos, culturais e sociais nessa constituição. O pressuposto da psicologia cultural considera os conjuntos de significados produzidos pelos grupos sociais e internalizados pelos sujeitos, em uma interação dialógica. Por dialógico entendemos o que é compreendido como o espaço interacional entre o EU e o TU ou entre o EU e o OUTRO, e que deriva a dialogia que é o processo de construção de conhecimento que acontece na interação EU-OUTRO, mediada pelo processo de comunicação, no nosso caso o cinema e as narrativas sobre os filmes. A partir da concepção da mediação semiótica e das interações sociais e dialógicas, encontramos na arte, e em especial no cinema uma suposição de que os recursos imagéticos, a elaboração da linguagem cinematográfica e as narrativas organizadas intencionalmente a partir de uma linguagem fílmica funcionam como recursos simbólicos que propiciam uma expansão da experiência e consequentemente da consciência através dos processos dialógicos com o filme que colaboram para uma constituição de si como forma de promover um pensamento mais crítico e reflexivo no que tange à percepção do mundo, no caso desta pesquisa sobre as questões raciais. A assistência dos filmes e as rodas de conversas aconteceram de acordo com um cronograma previamente organizado pelos gestores da pesquisa e pela equipe do CinePsi, projeto extensionista que apresenta filmes com temáticas diversas na UnB. Os grupos assistiram ao filme no próprio ambiente da universidade e logo após participaram de uma roda de conversa mediada pelos temas principais do filme. A condução do filme e das rodas de conversa foram feitos, por pelo menos 2 pessoas da equipe da pesquisa. Os grupos focais foram gravados e posteriormente transcritos para análises. O método utilizado no processo analítico das informações foi a Análise Temática Dialógica a qual consiste na construção de um referencial de codificação que permite a identificação de temas recorrentes e interligados e a análise da dinâmica da construção de significados, considerando o caráter dialógico das interações. Após a definição dos temas foi construído um mapa semiótico que permite a visualização dos processos dialógicos e temáticos que se estabeleceram nas narrativas. Projeto financiado pelo CNPq.



Tensões e contradições relacionadas às questões raciais no espaço escolar e nas redes sociais

Wilsa Maria Ramos (UNB - Universidade de Brasília), Larissa Medeiros Marinho dos Santos (UNB), Gustavo Salgueiro Rocha (UNB), Ana Caroline de Caldas (UNB)

Resumo O racismo estrutural e as relações raciais são temas fundamentais que passam o currículo escolar e as ações e políticas públicas relacionadas aos processos educativos em todos os níveis no país. As universidades são corresponsáveis na formação de licenciandos para a atuação frente às tensões e contradições relacionadas às questões étnico-raciais na escola e nas vias públicas da cultura digital. O racismo está configurado na subjetividade social e individual atravessadas por discursos narrativos hegemônicos de privilégios e exaltação da raça branca em detrimento de outras raças, dispersos no mundo analógico e digital. Embora o racismo seja um conceito biológico, os marcadores fenotípicos também estão relacionados ao processo histórico de desigualdades e discriminação voltadas contra a população negra, onde as ideologias racistas demarcam as relações sociais num processo de inferiorização da pessoa negra, em suas capacidades, potencialidades e em sua própria humanidade. A pesquisa teve por objetivo analisar as aprendizagens formais e informais, dos estudantes licenciandos em questões relacionadas ao racismo e o preconceito de raça. Também visava compreender as vivências de racismo, nos espaços escolares, no presencial e nas redes sociais. A metodologia foi o estudo de caso com quatro estudantes de graduação em licenciatura, brancos e pretos, de uma universidade pública. Os resultados das vivências de racismo das duas jovens participantes expressam o sentimento de desconexão, a falta de pertencimento e a necessidade de falar sobre o assunto, manifestando o quanto o ato é prejudicial à saúde psíquica dos indivíduos produzindo sofrimentos. Também foram mencionados comportamentos na universidade de racismo recreativo com estereótipos descritivos e prescritivos expressos em piadas, que naturalizam a condição inferior do negro na sociedade. Quanto a participação nas redes sociais, em geral, os estudantes participantes da pesquisa preferem não se envolver em discussões ou conflitos online e se sentem desencorajados de se posicionarem abertamente sobre questões sensíveis em função do ambiente online potencialmente hostil ou polarizado em torno de temas como o racismo. Para eles, as responsabilidades de trabalho e a falta de tempo para hobbies e interações sociais, também contribui para a redução do engajamento político e ativo nas redes sociais, embora, reconheçam que não assumir uma posição ativa dentro de uma sociedade estruturalmente desigual, é também fortalecer a manutenção do racismo à nível individual, grupal e institucional. Houve sugestões de que a universidade deve tratar o tema de forma transversal por todos os professores não como um conteúdo, mas como vivências reflexivas. Para uma participante, seria importante, ter “Educação de relações raciais” como uma forma de desenvolver a identidade individual e social, conhecer a si mesmo e ao outro, como condição para o protagonismo do estudante negro, que precisa se ver representado na sociedade em todas as dimensões do ser, do sujeito subjetivo ao religioso. Por fim, o estudo também ressalta a importância de propor a criação de diversas atividades de empoderamento dos jovens não pelo viés de raça, que separa e segrega por comparações universalizadas, causando estranhamento, mas, pela condição do humano, que se manifesta em suas diversas formas, cores, traços etc.



SC 46 | Impactos da Pandemia em Adolescentes de Escolas Públicas: Resultados de um estudo nacional

Luciana Barbalho Pontes (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo A pandemia de COVID-19 levou a Organização Mundial da Saúde a recomendar medidas de distanciamento social para conter a transmissão do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde. Medidas como o fechamento de escolas e o confinamento das famílias impactaram o desenvolvimento de crianças e adolescentes em todo o mundo, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social. Dentre outros fatores, as desigualdades sociais se viram refletidas no acesso desigual às Tecnologias da Informação e Comunicação, gerando dificuldades para a continuidade dos estudos durante o ensino remoto. Além disso, o confinamento acarretou, por um lado, a intensificação do convívio familiar e, por outro, a perda significativa da interação social, considerada vital nessa fase do desenvolvimento. Essa sessão apresenta quatro estudos derivados de resultados parciais de um projeto nacional e multicêntrico intitulado “Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”, realizado em diversos contextos e em diferentes regiões do país. Os estudos a serem apresentados nesta sessão reúnem os resultados da pesquisa nacional com estudantes de escolas públicas situadas em regiões de vulnerabilidade social das cinco regiões brasileiras. A nível nacional, a coleta de dados foi realizada com 35 adolescentes: 3 de Brasília (DF), 8 de Fortaleza (CE), 3 de Natal (RN), 4 de Porto Alegre (RS), 5 de Salvador (BA), 3 de Santa Maria (RS), 5 de São Carlos (SP) e 4 de Palmas (TO). A primeira pesquisa a ser apresentada verificou como as alterações na rotina durante a pandemia afetaram os relacionamentos familiares e entre pares dos 5 adolescentes de São Carlos (SP) durante o período de isolamento social. O segundo estudo identificou os efeitos da pandemia na saúde mental e na aprendizagem dos 3 adolescentes de Santa Maria (RS). A terceira pesquisa analisou os impactos da pandemia na rotina, nos projetos de vida e na saúde dos 5 adolescentes de Salvador (BA). E o quarto e último estudo da sessão investigou, com base nos princípios da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), as repercussões e impactos da pandemia no desenvolvimento dos 35 adolescentes de escolas públicas das diversas regiões participantes do projeto. De maneira geral, os resultados dos estudos indicam que o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 acarretou prejuízos na saúde mental, na aprendizagem, nos relacionamentos interpessoais e nas perspectivas futuras dos adolescentes, com potenciais impactos no seu desenvolvimento. Espera-se que esta Sessão Coordenada suscite reflexões acerca dos efeitos da pandemia sobre o cotidiano dos adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social e que contribua para a formulação de estratégias de mitigação dos impactos de epidemias e desastres naturais no desenvolvimento humano.



Efeitos da Pandemia da Covid-19 em Adolescentes de Escolas Públicas: “a falta de estar junto e ter que aprender sozinho”

Pâmela Schultz Danzmann (autônoma), Lenon Goulart de Vargas (Polícia Civil),
Gabriela Machado Mendes Peres, Kélen Medianeira Pozzobon (Prefeitura),
Jordana Rodrigues da Silva (cras), Naiana Dapieve Patias (UFSM - Universidade
Federal de Santa Maria), Jana Gonçalves Zappe (UFSM - Universidade Federal de
Santa Maria), Fabricio Meinerz Abdalla (UFSM)

Resumo As escolas são espaços potentes, consideradas como centros promotores de saúde mental quando favorecem relações interpessoais, desenvolvimento de competências e atitudes positivas, aspectos que são essenciais para o desenvolvimento, especialmente durante a adolescência, período permeado por grandes transformações psicológicas, sociais e biológicas. No entanto, com o advento da pandemia da Covid-19 e a necessidade de adotar medidas de contenção do contágio, escolas foram fechadas e tiveram seu funcionamento alterado, o que afetou cerca de 1,5 bilhão de estudantes no mundo e impactou a saúde mental e a aprendizagem, o que pode ter sido mais intenso em estudantes que viviam em situação de vulnerabilidade. Partindo disso, esse trabalho apresenta uma análise de resultados parciais da pesquisa nacional intitulada “Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social”, estudo multicêntrico, realizado em diversos contextos e em diferentes regiões do país. Os resultados aqui apresentados se referem à análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas com três adolescentes, de 12 a 14 anos, estudantes de escolas públicas situadas em regiões de vulnerabilidade social na cidade de Santa Maria/RS, com o objetivo de identificar os efeitos da pandemia em suas experiências. Verificou-se que a saúde mental dos adolescentes foi afetada negativamente pela presença de sentimentos de medo, angústia, ansiedade e solidão, especialmente relacionados às alterações nas rotinas e ao afastamento das interações sociais presenciais, tal como se exemplifica pelo relato de um dos adolescentes: “a questão de não me conformar muito com o isolamento social, isso foi uma coisa bem bem séria, a ansiedade de pensar aí tomara que daqui uma semana ou daqui não sei quanto tempo isso melhore para a gente poder estar junto para eu poder fazer voltar o que eu fazia, sabe essa angústia esse desespero pra que o normal voltasse”. Além dos efeitos do isolamento social na saúde mental, os adolescentes também relataram dificuldades específicas relacionadas com a adaptação ao ensino remoto, salientando mais uma vez a falta de interações sociais como aspecto importante: “foi uma experiência que me dificultou muito porque para aprender por exemplo a entrar numa vídeo chamada entregar trabalho por plataforma fazer como é que, é slide que eu nunca sabia na vida eu tive que aprender na pandemia, sabe sozinho, ao meu custo, foi uma coisa bem complicada”. Assim, compreende-se que os efeitos da pandemia em estudantes de escolas públicas convergem para os prejuízos nas interações sociais, tanto com relação à saúde mental quanto aos processos de aprendizagem, o que é bastante compreensível se considerarmos que a adolescência é um momento do desenvolvimento marcado pela valorização das relações estabelecidas em contextos extra-familiares, especialmente com pares e professores. Salienta-se a necessidade de acompanhar sujeitos que viveram a adolescência durante a pandemia da Covid-19, identificando efeitos a longo prazo e oferecendo suporte para a promoção do desenvolvimento integral.



Os impactos da pandemia em adolescentes estudantes de escolas públicas: desigualdades sociais, digitais e do sistema de ensino

Beatriz Teixeira Galvão, Juliana Prates Santana (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Ana Luísa Fidalgo Ribeiro

Resumo Este trabalho tem por objetivo analisar os impactos da pandemia do COVID-19 na rotina, nos projetos de vida e na saúde de cinco adolescentes, estudantes de escola pública em um bairro com alta vulnerabilidade social na cidade de Salvador. Os adolescentes são homens e mulheres cisgêneros, de maioria negra, de 13 a 17 anos, de ensino fundamental ou médio incompletos. Os dados foram obtidos através da pesquisa nacional "Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social" que teve por objetivo escutar adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social sobre suas experiências durante a pandemia. A escola é um importante espaço de aprendizagem e convivência entre pares. Para alunos de escolas públicas, a escola também garante acesso à refeições, além de ser um ambiente protetivo para crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade. Com o fechamento das instituições de ensino e a adoção de medidas de isolamento social durante a pandemia, observou-se o aumento do risco de insegurança alimentar em famílias em situação de vulnerabilidade e de sintomas de depressão e ansiedade relatados por adolescentes. Os impactos na saúde mental estão associados à falta de socialização com pares e familiares, ao uso excessivo de tela, impacto no sono e exposição a situações de risco. É necessário ressaltar que o contexto pandêmico foi experienciado de formas distintas por diferentes grupos sociais, uma vez que as medidas variaram entre os estados e cidades brasileiras. Em alguns municípios e estados houve a adoção do ensino remoto nas escolas públicas para garantir a continuidade do ano letivo, a partir de aulas online e distribuição de atividades. No entanto, embora as aulas tenham sido transmitidas pela internet e televisão, o acesso à Tecnologias da Informação e Comunicação é limitado para famílias de classes sociais mais baixas. Os entrevistados relataram dificuldades com conexão e acesso à internet, falta de aparelhos eletrônicos e ambientes adequados para o aprendizado. Além disso, a transferência do ambiente de ensino, da escola para a casa, impossibilitou que os alunos tivessem contato com profissionais qualificados, terceirizando à família a responsabilidade do acompanhamento das tarefas e manejo das dificuldades. O ensino remoto foi um paliativo insuficiente durante a crise, não bastando para garantir uma educação de qualidade, uma vez que o processo de aprendizagem não pode ser resumido a transmissão de conteúdo. Os alunos das escolas públicas relataram uma sensação de perda de dois anos de estudos, o que os desestimula frente às dificuldades de acompanhar os conteúdos, além de relatarem receio no desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio. Apesar da clara desigualdade no acesso à educação, o exame foi mantido em 2020, o que agravou a situação para os alunos que estavam sem aulas regulares. Os relatos dos adolescentes sobre suas experiências na pandemia evidenciam as desigualdades sociais, digitais e do sistema de ensino, além de revelarem impactos importantes na saúde mental dos adolescentes, ocasionados pelo isolamento, pelas dificuldades enfrentadas e pela falta de perspectiva em poder recuperar o tempo perdido.



Relacionamentos Familiares e Entre Pares de Adolescentes de Escolas Públicas no Período da Pandemia da COVID-19

Paula Romera da Silva, Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A pandemia de COVID-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, rapidamente se espalhou pelo mundo, levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a recomendar medidas de distanciamento físico para reduzir a transmissão do vírus e evitar o colapso dos sistemas de saúde. Essas medidas, incluindo a quarentena e o fechamento de escolas, resultaram em uma perda significativa de contato social e íntimo, gerando sentimentos de isolamento e ansiedade, especialmente entre os adolescentes. O aumento do tempo em casa intensificou o convívio familiar, enquanto o distanciamento social fragilizou as relações entre pares. Diante desse cenário, é crucial entender como os adolescentes, especialmente aqueles que frequentam escolas públicas em áreas de vulnerabilidade social, enfrentaram essas adaptações nas dinâmicas familiares e sociais. Este estudo teve por objetivo verificar como as alterações na rotina durante a pandemia da COVID-19 afetaram os relacionamentos familiares e entre pares dos adolescentes durante o período de isolamento social. Trata-se de um estudo qualitativo com delineamento transversal. A pesquisa foi realizada em uma escola pública situada em uma área de exclusão e vulnerabilidade social em uma cidade do interior de São Paulo. Participaram cinco adolescentes, sendo quatro meninas e um menino, com idades entre 15 e 16 anos. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário sociodemográfico e um roteiro de entrevista semiestruturada, cujas questões foram organizadas em experiências pessoais e familiares durante a pandemia; as alterações do modo de vida; função da rede de apoio afetiva e social; estratégias de enfrentamento que utilizaram; e expectativas em relação ao contexto pós-pandêmico. Contrariando as hipóteses iniciais do estudo, os resultados evidenciaram que, durante a pandemia, os adolescentes se aproximaram de seus familiares e relataram que suas interações foram até mesmo qualificadas. Por outro lado, os relacionamentos entre pares pareceram mais fragilizados, pois a necessidade do distanciamento social fragilizou a qualidade das interações que mantinham antes da pandemia. Dada as repercussões dessa catástrofe, recomenda-se que estudos longitudinais sejam realizados, de modo que acompanhem os processos de desenvolvimento dos adolescentes, particularmente em termos da qualidade das relações que estabelecem com seus familiares e pares.

Uma Análise Sistêmica dos Impactos da Pandemia em Adolescentes Brasileiros de Escolas Públicas

Luciana Barbalho Pontes (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A pandemia de COVID-19 teve um impacto significativo no desenvolvimento de crianças e adolescentes em todo o mundo. Contudo, pouca atenção tem



sido dedicada às consequências desse evento calamitoso para as populações mais vulneráveis, a exemplo de adolescentes estudantes de escolas públicas em contextos de alta vulnerabilidade. A maioria das pesquisas com essa população ocorreu em ambientes virtuais, excluindo um contingente que não dispunha de acesso à internet. Com base nos princípios da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (TBDH), o presente estudo investigou as repercussões e impactos da pandemia no desenvolvimento de adolescentes matriculados em escolas públicas brasileiras. A pesquisa faz parte de um projeto multicêntrico, de abrangência nacional, que buscou mapear o impacto da pandemia para o desenvolvimento de adolescentes em situação de vulnerabilidade social de todas as regiões do Brasil. Utilizando um método qualitativo exploratório-descritivo com delineamento transversal, participaram do estudo 35 adolescentes de ambos os gêneros, com idades entre 12 e 18 anos, matriculados em escolas públicas em contextos de alta vulnerabilidade social de todas as regiões brasileiras, sendo 3 de Brasília (DF), 8 de Fortaleza (CE), 3 de Natal (RN), 4 de Porto Alegre (RS), 5 de Salvador (BA), 3 de Santa Maria (RS), 5 de São Carlos (SP) e 4 de Palmas (TO). Os dados foram coletados presencialmente por meio de um questionário sociodemográfico e de um roteiro de entrevista semiestruturada, e analisados usando a técnica da Análise Temática, com o suporte do software Atlas.ti. O modelo PPCT (Processo-Pessoa-Contexto-Tempo) revelou que a pandemia alterou drasticamente o modo de vida dos adolescentes (Tempo), limitando seu acesso a espaços que promovem o desenvolvimento (Contexto), enfraquecendo os vínculos interpessoais (Processo) e afetando a autopercepção e componentes identitários dos adolescentes (Pessoa) de maneira multidirecional e dinâmica. Os resultados deste estudo contribuem para o conhecimento e a formulação de estratégias de mitigação dos impactos de epidemias e desastres naturais no desenvolvimento humano.



SC 47 | Interações, parcerias e amizades em contextos lúdicos

Ilka Dias Bichara (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo Ao compartilhar rotinas e atividades lúdicas em seu cotidiano, os grupos de crianças e adolescentes estabelecem redes de interação, parcerias e desenvolvem amizades que podem perdurar por muitos anos. A interação entre pares oferece oportunidades para que crianças e adolescentes aprendam habilidades sociais e de resolução de problemas umas com as outras e entendam regras e padrões para comportamentos apropriados em diferentes ambientes. Além disso, as relações sociais estabelecidas por meio da interação são uma importante fonte de sentimentos de segurança e pertencimento, que estão associados ao desenvolvimento socioemocional em vários domínios. Pela relevância do tema, estamos propondo essa sessão coordenada que reunirá pesquisadores dedicados a investigar redes de interação, aprendizagens e parcerias lúdicas de crianças e de adolescentes em contextos diversificados reunidos em quatro apresentações. Na primeira apresentação, os autores relatarão uma pesquisa na qual entrevistaram crianças, com e sem irmãos gêmeos, sobre suas parcerias e amizades buscando conhecer suas redes de interação e a participação dos irmãos. A literatura mencionada relata superposição da rede entre irmãos gêmeos, o que tem sido confirmado com os dados recolhidos até o momento. No segundo trabalho a ser apresentado os autores observaram crianças com TEA em interação lúdica com outras crianças e adultos mediadores. Concluíram que todas as crianças com TEA apresentaram o comportamento de brincar, mas de forma variada dentre os níveis de suporte em termos de frequência, na interação com pares, no uso de brinquedos, nos tipos de brincar e em outros comportamentos associados, como observação, exploração e conversação. A terceira apresentação irá abordar a percepção sobre amizades de crianças entre cinco e seis anos, a partir de dados colhidos através de observações diretas de brincadeiras espontâneas durante o recreio escolar e da produção de desenhos temáticos em rodas de conversas com grupos de brincadeiras. A autora conclui que as percepções das crianças entre cinco e seis anos acerca das relações de amizades que vivenciam na escola expressam processos coletivos e culturais que refletem as práticas e os valores dos contextos em que estão inseridas. Na quarta apresentação, as autoras analisam as interações e díades que ocorrem entre crianças, crianças e cuidadores e crianças e pesquisadores, em uma Casa de Acolhimento Institucional, na cidade de Santarém, Pará. Os resultados indicam que o tipo de díade prevalente é a díade conjunta. Esta é caracterizada por duas pessoas que realizam atividades juntas, mas não necessariamente a mesma atividade, e sim complementando as ações uma da outra. As interações foram organizadas em três tipos: criança-criança, criança-cuidador e criança-pesquisador. As interações criança-criança foram caracterizadas pelas brincadeiras e pelo cuidado. Como pode ser constatado com a leitura dos resumos submetidos, a proposta de os reunir em uma sessão coordenada propiciará aos presentes na sessão uma amostra diversificada de pesquisas sobre interações e parcerias lúdicas em diferentes contextos.



A amizade entre pares na perspectiva de crianças entre 05 e 06 anos

Shiniata Alvaia de Menezes (UEFS - Universidade Estadual de Feira de Santana)

Resumo Considera-se a amizade como um sistema complexo de relações no qual estão envolvidos processos psicossociais (apoio social, competição, agressão e reconciliação); processos cognitivos e afetivos (percepção de amigos e do relacionamento, emoção e amizade) e o próprio desenvolvimento da amizade. Mas o conceito de amizade não é o mesmo para adultos e para crianças e, entre estas, varia conforme as idades. Brincadeiras e amizade estão interligadas nas múltiplas e desiguais infâncias; são atravessadas pela cultura na qual florescem e ocorrem em redes sociais complexas em diferentes contextos, dentre os quais se destacam a família e a escola. Na escola, a amizade entre pares é alvo de intensas negociações e barganhas, pois funciona como passaporte para brincar e critério definidor de pertencimento ao grupo, exigindo das crianças o domínio de rituais de acesso às brincadeiras. Tais rituais contribuem para a evolução do conceito e da vivência das relações de amizade - que, no processo de desenvolvimento, se deslocam de uma criança específica para as atividades compartilhadas, a produção conjunta, para o grupo de iguais. Assim, o grupo de brincadeira é um locus privilegiado para o surgimento e desenvolvimento de relações de amizade, facilitada pela qualidade da comunicação. A dinâmica entre vínculo e compartilhamento potencializa as amizades e revela a seletividade como própria das relações sociais entre pessoas. Há, entre amigos, maior sensibilidade nas negociações direcionadas à superação de conflitos, brigas e rupturas, evidenciando-se maior tempo disponível e flexibilidade para as negociações, leque mais amplo de propostas e maior comprometimento na apresentação de contrapropostas. No embate entre pares proporcionado pelos rituais de acesso, envolvendo negociações e decisões sobre a brincadeira e o espaço interativo, as crianças vão percebendo que, juntas, têm competência para gerenciar suas próprias atividades. Na Sessão Coordenada, pretende-se abordar a percepção das amizades de crianças entre cinco e seis anos, a partir de dados colhidos através de observações diretas de brincadeiras espontâneas durante o recreio escolar e de produção de desenhos temáticos em rodas de conversas com grupos de brincadeiras, dados oriundos de duas pesquisas realizadas em duas diferentes escolas públicas. Os resultados apontam que as crianças percebem aquele identificado como amigo em uma perspectiva diferenciada porque investida de afeto e de expectativas assentadas em seus mundos de vida, reveladas nas negociações e, em especial, nas condições de pertencimento ao grupo. Além disso, notou-se que os conflitos são muito mais frequentes entre os amigos, porém estão ligados ao fortalecimento de alianças interpessoais e à organização dos grupos sociais. Conclui-se que as percepções das crianças entre cinco e seis anos das relações de amizades que vivenciam na escola expressam processos coletivos e culturais que refletem as práticas e os valores dos contextos em que estão inseridas.



Brincadeiras e Interações Presentes no Repertório Lúdico de Crianças com Transtorno do Espectro Autista

Fabricio de Souza (Instituto de Psicologia - Universidade Federal da Bahia), Ycaro da Silva Falcão de Sousa (IBTC)

Resumo O brincar tem sido objeto de estudos no campo da Psicologia e de outras áreas do conhecimento por se qualificar como marcador biológico, psicológico e social da espécie humana, bem como sua expressiva importância para o desenvolvimento infantil. Entretanto, em crianças com desenvolvimento atípico, especialmente aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o brincar é acompanhado por contextos empobrecidos de interação entre pares, por dificuldade de iniciar e sustentar comunicação, pela falta do jogo social, além de outros déficits associados às habilidades sócio-emocionais. O objetivo deste trabalho foi investigar o brincar de crianças com TEA com diferentes níveis de suporte. Foram selecionadas 14 crianças com idades de 6 a 9 anos, 7 neurotípicas e 7 com diagnóstico de TEA. O estudo foi realizado em uma clínica especializada e em uma escola privada, situada em Salvador-BA. Para a coleta de dados foi realizada a gravação audiovisual das sessões de observação e o emprego da folha de registro para observação do brincar livre. Foram registrados 1.680 intervalos de observação sistemática. Os dados foram analisados a partir do Microsoft Office Excel 2019 e SPSS versão 25 (Software Estatísticas Package For Social Science) para emprego de teste estatísticos, a saber: MannWhitney, Correlação de Spearman e ponto-bisserial. Os resultados mostraram que o brincar funcional foi o mais prevalente entre os diferentes níveis de suporte no TEA; a maior ocorrência do comportamento de brincar foi de criança nível 1 de suporte, sendo que elas brincaram mais com brinquedos sensório-motor, e crianças nível 2 e 3 escolheram mais brinquedos mundotécnico. As crianças com TEA tenderam a apresentar uma interação solitária em detrimento da interação de grupo, apresentando frequência elevada de respostas de observação e de exploração quando comparadas a crianças neurotípicas. Por fim, concluímos que todas as crianças com TEA apresentaram o comportamento de brincar, mas de forma variada dentre os níveis de suporte em termos de frequência, na interação com pares, no uso de brinquedos, nos tipos de brincar e em outros comportamentos associados, como observação, exploração e conversação.

Interações entre crianças, cuidadores e pesquisadores em contexto de acolhimento institucional à luz da Bioecologia do Desenvolvimento Humano

Iani Dias Lauer-Leite (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará), Paula Jamily de Oliveira Dezincourt (UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará)

Resumo Na perspectiva da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o desenvolvimento acontece na interação de uma pessoa ativa em seu próprio processo desenvolvimental, com pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato. As interações são parte dos microssistemas, que são um padrão de funcionamento de atividades, papéis e interações que ocorrem em um ambiente com



características específicas. Essas interações são analisadas a partir da formação de díades, entendidas como um sistema entre duas pessoas que estabelecem vínculo emocional e afetivo positivo, levando ao equilíbrio. Quando uma pessoa em um ambiente presta atenção às ações de outra ou participa dessas ações, existe uma relação. As díades podem ser do tipo observacional, conjunta e primária, a depender do aprofundamento das interações que ocorrem entre os participantes. Portanto, compreender como essas interações se dão auxilia na criação de ambientes que estimulem o desenvolvimento saudável. A partir deste arcabouço teórico, este trabalho buscou analisar as interações e díades que ocorriam entre crianças, crianças e cuidadores e crianças e pesquisadores, em uma Casa de Acolhimento Institucional, na cidade de Santarém, Pará. O delineamento metodológico foi pautado pela Inserção Ecológica, na qual pesquisadores e pesquisados fazem parte do mesmo sistema. Participaram três (3) crianças entre 5 a 12 anos, doze (12) cuidadores que trabalhavam na casa de acolhimento à época da pesquisa e 3 pesquisadores. Os dados foram coletados mediante folha de dados sociodemográficos, roteiro de observação comportamental e roteiro de entrevista. O período de inserção ecológica durou 4 meses. Os resultados, analisados a partir das observações e das entrevistas, indicaram que o tipo de díade que prevaleceu foi a díade conjunta. Esta é caracterizada por duas pessoas que realizam atividades juntas, mas não necessariamente a mesma atividade, e sim complementando as ações uma da outra. Nesse caso, isso incluiu crianças brincando juntas ou realizando tarefas escolares na presença de outra criança ou cuidador. As interações foram organizadas em três tipos: criança-criança, criança-cuidador e criança-pesquisador. As interações criança-criança foram caracterizadas pelas brincadeiras e pelo cuidado. Especialmente os irmãos mostraram um comportamento protetor e de suporte mútuo. Irmãos mais velhos frequentemente atuavam como cuidadores informais, defendendo e ajudando os mais novos em diversas situações, demonstrando um equilíbrio de poder e uma forte ligação afetiva. As crianças engajavam-se em atividades recreativas e educativas juntas, como brincar na gangorra ou realizar tarefas escolares. As interações criança-cuidador foram marcadas por sentimentos ambíguos: algumas vezes as crianças demonstravam afeto e em outras mostravam um certo distanciamento. No entanto, essas interações eram limitadas, dado o grande contingente de crianças e adolescentes, aos quais os cuidadores precisavam atender. Esse fato resultava em interações breves e focadas em tarefas específicas. Nas interações criança-pesquisador, as crianças interagem de forma amigável e próxima: as crianças buscavam interações lúdicas, engajando-se em brincadeiras e jogos com os pesquisadores. A partir desses resultados conclui-se que há necessidade da inserção de ações sistemáticas que fortaleçam o vínculo entre crianças e cuidadores, como por exemplo, a criação de tempos específicos para interações lúdicas mediante brincadeiras e jogos.



Redes de interação e amizades de crianças irmãs gêmeas desenvolvidas em grupos em seus grupos de brincadeiras

Marlon Breno Silva Santos (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Ilka Dias Bichara (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Yasmin Cunha de Oliveira (EBMSP - Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública)

Resumo Durante a infância a maior parte das interações e o estabelecimento de vínculos mais duradouros acontece nos grupos de brincadeiras. O Grupo de Brinquedo é, portanto, um locus privilegiado para o surgimento e desenvolvimento de relações de amizade, facilitada pela qualidade da comunicação. Brincar junto é referido pelas crianças como um indicador de amizade. Salienta-se que como todos os seres humanos, as crianças são biologicamente adaptadas para interações sociais. Estudos recentes têm destacado os irmãos como agentes de socialização direta no desenvolvimento social e no comportamento das crianças. Alguns irmãos fornecem apoio, cuidado, orientação e muitas outras formas de assistência uns aos outros, enquanto outros influenciam comportamentos agressivos e até delinquentes. Especificamente durante a infância, os irmãos passam muito tempo juntos, geralmente mais do que com os pais ou colegas e esses relacionamentos são tipicamente caracterizados por espontaneidade e ambivalência. Por esse motivo, pesquisas apontam para sobreposição de rede de pares entre irmãos, ou seja, irmãos compartilham pares. Quando os irmãos são gêmeos a qualidade de seus relacionamentos são mais intensas, isto porque na infância as crianças gêmeas raramente frequentam ambientes sociais na ausência de seu irmão, por essa razão hipotetiza-se que a construção de redes de interações e amizades é diferente da construída por crianças que não possuem um irmão gêmeo. O presente estudo visa fornecer elementos para uma compreensão melhor das dinâmicas interacionais entre irmãos e compará-las com estudos internacionais. Para tal, se tem examinado a constituição das redes de interação e amizades de crianças com ou sem irmãs gêmeas em suas práticas lúdicas. Estão sendo entrevistadas crianças, meninos e meninas, na faixa entre 08 e 12 anos de idade, sobre quem são seus amigos, onde se encontram, o que fazem juntos e brincadeiras compartilhadas. Também são questionadas sobre quantidade e idade dos irmãos, como interagem e se seus amigos são também amigos do irmão. Os resultados parciais indicam que não existem diferenças perceptíveis entre o grupo de crianças gêmeas e o de não gêmeas com irmãos em idades próximas, no que tange ao desenvolvimento de dinâmicas interacionais. Contudo, talvez pela proximidade constante (tanto de idade quanto de ambiente), os (as) gêmeos (as) tendem a dividir a mesma rede interacional, ao passo que crianças não gêmeas constroem relações de maneira mais independente. Ademais, os dois grupos aparentam diferenciar a categoria “irmão (ã)” da de “amigo (a)”, pois normalmente não incluem o (a) irmão (ã) ao relatarem sobre seus melhores amigos (as), embora afirmem ter uma relação estreita com o (a) irmão (ã), tenham redes próximas e brinquem juntos com frequência. Esses resultados indicam que, devido às interações frequentes e próximas entre gêmeos, a formação de amizades para eles ocorre de maneira paralela, com um significativo entrelaçamento das redes. A pesquisa seguirá investigando essas dinâmicas para explorar mais a fundo a dinâmica interacional, com um quantitativo de dados maior, e compreender de forma mais profunda como as tecnologias digitais impactam as relações de amizade entre irmãos gêmeos e não gêmeos e seus amigos.



SC 48 | Mudança e transitoriedade na perspectiva de uma psicologia cultural e dialógica

Sandra Ferraz de Castillo Dourado Freire (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo O tema deste congresso nos convida a refletir sobre o papel da Psicologia do Desenvolvimento no sentido de compreender os processos de mudança da vida humana no contexto atual de crises e de contribuir, ainda, para a promoção da saúde mental e sociedades mais justas. Mas, como promover uma discussão científica em torno de fenômenos que possuem implicação em tantas camadas, dimensões e processos de vida humana? A constituição das ciências modernas herda da antiguidade ocidental a tendência de separar o sujeito de seu contexto e do seu fluxo histórico, como se o mundo psicológico e o mundo social fossem entidades individuais a se constituírem dentro de fronteiras estabelecidas. Ao defender a interdependência e a constituição mútua entre cultura e mente, o objetivo desta sessão coordenada é tematizar a cultura e a dialogicidade como fenômenos inerentes aos processos de desenvolvimento. Ao revisar as diferentes abordagens sobre o diálogo, em termos gerais, há intenso destaque aos aspectos lógico-discursivos da linguagem, destacando-se o aspecto linguístico e/ou falado da comunicação e o papel central da cognição, especialmente na psicologia. Entretanto, o campo da Psicologia Cultural tem promovido uma discussão ampla e interdisciplinar para repensar os aspectos históricos e culturais dos processos de mudança e transitoriedade, priorizando os aspectos afetivo-semiótico das formas de relação humana. Nesse sentido, defendemos a ideia da psicologia enquanto uma ciência eminentemente dialógica, por enfatizar não somente o fundamento sociorrelacional da origem e desenvolvimento das funções psicológicas e dos processos de significação; mas por, igualmente, considerar a pluralidade, a multidimensionalidade, a interdisciplinaridade e a dinamicidade da produção do conhecimento sobre o ser humano. Essa abordagem pode contribuir para prover explicações teóricas da complexidade dos fenômenos correntes e possibilidades de ação para a transformação humana de forma sistêmica, ou seja, nos vários campos de vida. Portanto, propomos a apresentação de estudos cuja ênfase consideram a importância do diálogo, do pensamento dialógico e dos processos de construção do conhecimento igualmente atravessados pelas possibilidades de transformação. O trabalho sobre o desenvolvimento de adolescentes propõe novos pressupostos para o estudo dos processos identitários na adolescência fundamentados na Teoria do Self Dialógico. O estudo prioriza a interface das práticas dialógicas na educação e a gênese do pensamento dialógico. O processo de aproximação de uma língua/cultura estrangeira pode funcionar como uma função catalizadora de vozes diferentes, colocando a língua como um terceiro incluído que, ao oportunizar novas projeções de ser, amplia o sistema de self para novos posicionamentos identitários. O segundo estudo tematiza as dinâmicas do diálogo como espaço e processo semiótico de transformação coletiva e individual. Inaugura o Círculo de Cultura como método de pesquisa em psicologia, voltado para o estudo da gênese epistemológica, valoriza o intercâmbio e transformação de saberes de uma comunidade escolar com vistas a tomada de ação sobre o seu contexto. Por fim, o terceiro trabalho apresenta um estudo de caso com quatro estudantes em situação de vulnerabilidade escolar em que evidencia os processos de construção de relações dialógicas na escola e a centralidade do afeto para o desenvolvimento dessas crianças.



Círculo de cultura como estratégia para pesquisa em Psicologia do desenvolvimento

Valdirene Luiz Gonçalves (Secretat)

Resumo A pesquisa em desenvolvimento humano exige dos pesquisadores um olhar atento e constantes inovações metodológicas. Temos apostado no Círculo de Cultura (CC) como recurso investigativo no campo da psicologia em uma pesquisa que visa compreender as dinâmicas do diálogo entre os sujeitos de uma escola do campo na negociação e coconstrução de situações problematizadoras que impliquem mudanças culturais nesse contexto. O CC como proposto por Paulo Freire na década de 1960 teve ampla repercussão na campanha para alfabetização de jovens e adultos. A preocupação com o processo de alfabetização era para além da leitura mecânica das palavras, mas com o processo de conscientização por meio do diálogo e da reflexão. Neste trabalho, apresenta-se o Círculo de Cultura como método de pesquisa na psicologia do desenvolvimento, por ser um espaço privilegiado que valoriza o diálogo enquanto processo de mudança. Favorece ainda, trocas e reflexões sobre diversos temas, bem como contextos para o exercício da cidadania, para a ação cultural, ação política e a construção conjunta de um ideal revolucionário. O CC é organizado de modo a valorizar tanto os sujeitos quanto os contextos sociais em que estão inseridos, o que é primordial na perspectiva da Psicologia Cultural, abordagem teórica que utilizamos. Esta, prioriza “a natureza singular e única dos encontros sujeito-cultura em que o desenvolvimento se produz”, desta forma a interação entre sujeitos e contexto deve ser foco de análise. No CC são observadas as relações dos sujeitos entre si e com o contexto em que estão inseridos, o que é possibilitado por meio do trabalho etnográfico e observação dialógica. Desse modo, identificando-se o universo vocabular da comunidade, ou seja, palavras que são significativas para o coletivo. Essas palavras são agrupadas dando origem aos temas geradores que servirão de ponto de partida dos diálogos. Por meio da codificação, os sujeitos são levados a ver o seu próprio contexto, com um olhar diferente daquele olhar superficial e corrido do dia a dia. A codificação é uma forma em que o pesquisador apresenta os temas gerados para que os sujeitos tenham a possibilidade do distanciamento da situação. É o exercício de olhar por meio do olhar do outro. Após esse processo, vem a decodificação, a compreensão crítica das especificidades e as possibilidades de transformação do seu contexto. Trata-se de uma transformação sistêmica em que os sujeitos assumem uma responsabilidade ativa que envolve mudança na cultura coletiva e pessoal. Por fim, ocorre o desvelamento crítico, ou seja, o momento em que esse desenvolvimento pessoal reverbera nas mudanças contextuais. Espera-se que esta proposta, uma vez consolidada na pesquisa em psicologia do desenvolvimento, como método de investigação em desenvolvimento humano possa contribuir para as transformações pessoais e coletivas, utilizando o diálogo como instrumento para reflexão e ações conscientes.



Posicionamento de self aprendizagem de línguas: contribuições para o desenvolvimento humano

Patrícia Rosa Lozado (SEEDF)

Resumo Na perspectiva da Psicologia Cultural, o desenvolvimento do ser humano está intrinsecamente relacionado aos processos de socialização, por meio de recursos, instrumentos e/ou artefatos compartilhados, e de ações e significados coconstruídos pelo sujeito e pela cultura. Partimos da premissa de que o ser humano deve ser considerado de forma complexa e não pode ser compreendido à parte de sua cultura, sua língua, de sua identidade e do papel importante da alteridade. Ao investigar a constituição de si na adolescência, o presente trabalho apresenta uma discussão crítica sobre os processos de mudança de adolescentes em uma perspectiva sistêmica, dialógica e cultural. Para tal fim, utilizamos os pressupostos teóricos da Teoria do Self Dialógico que enfatizam a posição prioritária da alteridade nos processos de self. Considera o self como sistema semiótico dinâmico e plural. As experiências relacionais e os significados que são ativamente internalizados em forma de vozes, as quais são unidades de significação que negociam entre si meios de organização do eu e se expressam em posicionamentos pessoais. Esses processos se dão ao longo da trajetória de desenvolvimento do sujeito. Este trabalho pretende ampliar a produção teórica da Teoria do Self dialógico no contexto da educação, mais especificamente na área do ensino-aprendizagem de línguas, pois o contexto de investigação conta com adolescentes em situação de aprendizagem da língua estrangeira. Assim, objetiva-se analisar o processo dialógico vivenciado pela comunidade investigada, pois a noção de diálogo em si encontra-se ancorada nas relações Self-outro, buscando compreender o desenvolvimento de novos posicionamentos e do desenvolvimento do self dos estudantes. Destacamos o papel do diálogo e da dialogicidade devido ao fato de nossos conceitos sobre nós mesmos estarem constantemente em fluxo e em diálogo uns com os outros, pelo fato dos posicionamentos se encontrarem em permanente diálogo e serem diretamente influenciados pelos contextos relacionais e culturais. Buscamos capturar o desenvolvimento de novos autopoicionamentos por meio de narrativas, levando em conta os processos de significação e desenvolvimento de si. O envolvimento no diálogo com múltiplos posicionamentos apoia a capacidade de fazer melhores escolhas, ao mesmo tempo em que considera útil contradições, ambivalências, tensões para nossa capacidade de autorreflexão. Assim, ressignificamos e geramos metaposições. Estas podem ser lançadas a mão para as situações de conflito, reorganizar as relações, produzir sínteses entre o mundo pessoal e o coletivo. As tensões, as situações de conflito e as contradições no Self dialógico podem trazer consequências benéficas para seu funcionamento, devido ao fato de possibilitarem autorreflexões, autodiálogo e adaptação e estímulo de desenvolvimento. Na sociedade globalizada e interligada por tecnologias, assistimos, cada vez mais, à integração entre fronteiras e ao diálogo entre diferentes povos com suas diferentes línguas e culturas, apesar do momento de conflitos geopolíticos. Consideramos significativo abordar a questão da relação entre a aquisição de uma língua estrangeira (LE) e implicações dessa aquisição para a constituição do sujeito e dos processos identitários.

Palavra-chave: desenvolvimento humano; adolescência; diálogo; self dialógico; educação; língua estrangeira.



SC 49 | Navegando no Mundo Digital: Fatores de Risco e Proteção no Uso das TICs para as Juventudes

Gleica Mirela Salomao Soares

Resumo A presente Sessão Coordenada tem como objetivo apresentar os fatores de risco e de proteção das Tecnologias de informação e comunicações (TICs) para as juventudes. Os chamados nativos digitais, indivíduos nascidos após o avanço da internet, têm suas vidas permeadas por tecnologias. A expansão da internet tem proporcionado benefícios como interações sociais, parcerias econômicas, acesso rápido à informação e novas formas de trabalho. Por outro lado, também apresenta novos riscos, especialmente para as juventudes, como o abuso digital em relacionamentos íntimos, a divulgação de imagens íntimas, adição, comparação e impactos negativos na autoestima. No Brasil, o acesso à internet vem crescendo desde 2016, quando o percentual da população de 10 anos ou mais com acesso era de 66,1%, alcançando 87,2% em 2022. Há também um crescimento da utilização da internet por adolescentes e adultos jovens, grupos em períodos de transições, explorações e experimentações de relacionamentos, experiências laborais e em processo de construção identitária. O crescente uso da internet e das redes sociais é um fenômeno fluido e dinâmico que apresenta muitos desafios no campo da pesquisa. Esta sessão coordenada propõe-se a oferecer uma visão abrangente dos fatores de risco e de proteção associados ao uso das TICs entre as juventudes, destacando tanto os benefícios quanto os desafios impostos pelo ambiente digital. O estudo "Abuso Digital em Relacionamentos Íntimos e suas Associações com o Bem-Estar Subjetivo de Jovens Adultos" objetivou identificar a prevalência do abuso digital entre parceiros íntimos e suas associações com o bem-estar subjetivo de jovens na transição para a vida adulta. A pesquisa envolveu 680 jovens entre 18 e 29 anos, dos quais 75,5% eram mulheres. No estudo "Divulgação de Imagens Íntimas na Adolescência: Uma Análise a partir das Perspectivas das Vítimas" os autores investigaram a manifestação de processos de resiliência e do protagonismo juvenil em adolescentes que tiveram imagens íntimas divulgadas de maneira não consensual. O estudo "Além dos likes: os desafios invisíveis do trabalho de influenciadoras digitais do Instagram" teve como objetivo apresentar a perspectiva de influenciadoras digitais sobre seu trabalho no Instagram, com a participação de nove influenciadoras digitais do nicho lifestyle, na faixa etária de 18 a 32 anos, de quatro cidades do estado da Bahia. Em "Avaliação do impacto do Binge Watching na saúde mental de universitários brasileiros e canadenses" foi avaliada as associações entre o BW e problemas de saúde mental, dentre eles: ansiedade, depressão, stress, dificuldades de regulação emocional, impulsividade, qualidade de vida e dependência de smartphones, em universitários brasileiros e canadenses. Esses estudos evidenciam a necessidade urgente de intervenções direcionadas para atenuar os impactos negativos das TICs, promover o protagonismo e proporcionar suporte adequado para as juventudes imersas no complexo mundo digital. Ademais, é necessário que políticas públicas e programas educacionais sejam desenvolvidos para abordar essas questões, garantindo um uso mais seguro e saudável das tecnologias.



Abuso Digital em Relacionamentos Íntimos e suas Associações com o Bem-Estar Subjetivo de Jovens Adultos

Patrícia Oliveira Lima, Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo Este estudo tem como objetivo identificar a prevalência do abuso digital entre parceiros íntimos, verificando suas associações com o bem-estar subjetivo de jovens durante a transição para a vida adulta. Esse período tem sido fortemente influenciado pelas tecnologias de informação, desempenhando um papel significativo na forma como os jovens se preparam e se adaptam à vida adulta. Nos relacionamentos amorosos, caracterizado como uma das expressões centrais da vida adulta, as mídias digitais permitiram uma multiplicidade de novos modos de interação, tornando-se inclusive um instrumento para a prática de violência, nomeadamente, o abuso digital. O abuso digital nas relações afetivo-sexuais é caracterizado por agressões e ameaças entre parceiros íntimos por meio de tecnologias de comunicação. Esse abuso pode afetar a saúde e o bem-estar dos jovens, resultando em ansiedade, depressão e prejudicando o desempenho acadêmico e a vida social. Este estudo transversal envolveu 680 jovens, com idades entre 18 e 29 anos ($M = 22,65$ anos; $DP = 3,20$), sendo 514 (75,5%) mulheres e 166 homens (24,4%). Utilizou-se questionário sociodemográfico e três medidas que avaliaram violência virtual no namoro e indicadores de bem-estar subjetivo. Quanto aos percentuais de ocorrência, verificou-se que 82,6% dos jovens praticaram algum tipo de abuso digital, e 73,8% foram vítimas. Em relação à faixa etária, observaram-se diferenças significativas e moderadas no subtipo de abuso digital psicológico, sendo que os mais jovens (18 a 24 anos) apresentaram maior vivência tanto na perpetração ($U = 39623,50$; $p \leq 0,05$) quanto na vitimização ($U = 36452,00$; $p < 0,001$). Observou-se ainda que jovens mulheres relataram mais perpetração psicológica ($U = 36321,50$; $p < 0,01$) e jovens homens tenderam a relatar mais vitimização relacional ($U = 39417,00$; $p < 0,05$). Esses achados corroboram resultados sobre a alta incidência de abuso digital em jovens globalmente, com porcentagens que atingiram 97,7% para perpetração e 91,9% para vitimização. Revelam também que diferente da população adulta, onde há um predomínio de homens como perpetradores e mulheres como vítimas, o jovem pode assumir tanto o papel de vítima quanto o papel de agressor. Para todos os jovens deste estudo, perpetração ($\beta = 0,13$; $p < 0,01$) e vitimação ($\beta = 0,19$; $p < 0,001$) psicológica associaram-se aos afetos negativos ($\beta = -0,045$; $p < 0,05$) e vitimação ($\beta = -0,11$; $p < 0,01$) e perpetração ($\beta = -0,05$; $p < 0,01$) relacional associaram-se à satisfação de vida. Essas associações revelam que o abuso afeta o bem-estar dos jovens, resultando em níveis mais altos de afetos negativos e mais baixos de satisfação de vida. Com base nos resultados deste estudo é admissível concluir que, assim como acontece com outras formas de violência, o abuso digital se mostra um fenômeno relevante nos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens, demonstrando que o adulto emergente é um grupo de risco significativo para o abuso digital. Ressalta-se a urgência de que sejam desenvolvidas intervenções em escolas e universidades com o objetivo de prevenir essa violência e reduzir os impactos e agravos à saúde e bem-estar dessa população.



Além dos likes: os desafios invisíveis do trabalho de influenciadoras digitais do Instagram

Gleica Mirela Salomao Soares, Luciana Dutra Thomé (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo Este estudo tem como objetivo apresentar a perspectiva de influenciadoras digitais sobre seu trabalho no Instagram. O Instagram é uma plataforma que apresenta diferentes possibilidades de compartilhamentos e interação, como story, reels, direct message, live, threads, etc. e o engajamento das postagens depende de algoritmos, que são procedimentos codificados que transformam dados em resultados desejados. O Instagram é uma das plataformas mais populares no Brasil e a maioria de seus usuários está inserida na faixa etária de 16 a 29 anos, faixa que corresponde ao período de transição seja ele de inserção na vida acadêmica, laboral ou na adultez, marcado por experimentações e explorações. A expansão das tecnologias tem contribuído para o crescimento do trabalho mediado por tecnologias e o trabalho de influenciadores(as) digitais vem expandindo. O conceito de influenciadora digital consolidado em 2015 diz respeito a pessoas que utilizam de suas redes sociais digitais para influenciar seus seguidores através de seu conteúdo exposto em formato de fotos, vídeos ou textos. Essas pessoas são vistas como formadoras de opiniões e utilizam as redes sociais digitais para propagar sua identidade, estilo de vida e influenciar na aquisição de bens e serviços. No Brasil, Influenciador Digital já é reconhecida como profissão, estando inserida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), sob o código 2534-10, mas ainda não foi regulamentada. Para alcançar uma boa popularidade no Instagram é necessário estabelecer relação de proximidade com o público e demonstrar credibilidade. Por outro lado, quando as postagens desagradam o público acontece o "cancelamento" através da expressão de julgamentos e comentários, por vezes ofensivos, no perfil digital. Este é um estudo qualitativo exploratório, recorte de uma dissertação de mestrado que contou com nove participantes influenciadoras digitais lifestyle, na faixa etária de 18 a 32 anos, de quatro cidades da Bahia. As influenciadoras tinham entre 2 mil e 198 mil seguidores. Utilizou-se questionário sociodemográfico e realização de entrevistas semiestruturadas on-line com duração média de trinta e cinco minutos. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas a partir da Análise Temática. Os resultados encontrados mostraram que a exposição diária de suas vidas faz parte do trabalho de influenciadora digital lifestyle e as postagens devem valorizar o que é bonito e perfeito. Existia uma preocupação em atender as expectativas do público, produzindo conteúdo convergente com interesses de seus seguidores. A dinamicidade e características algorítmicas geravam preocupações nas influenciadoras digitais, exibindo uma lacuna entre o que era produzido e a real entrega de seu conteúdo. As participantes abordaram a autocobrança vivenciada tanto na necessidade de constante atualizações referentes à plataforma quanto em gerar valor aos seus seguidores. Comentários negativos foram apresentados como gatilhos que afetam a autoestima. Busca de ajuda profissional e afastamento da plataforma foram apresentadas como estratégias de enfrentamento para o sofrimento mental desencadeado pelas pressões e cobranças vivenciadas no trabalho de influenciadoras digitais lifestyle. Diante desse cenário são necessárias reflexões, políticas públicas e intervenções da Psicologia para apoiar esse público que está inserido nessa profissão em expansão.



Avaliação do impacto do Binge Watching na saúde mental de universitários brasileiros e canadenses

Laura Soares da Silva (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Resumo Introdução: O uso de tecnologias digitais está integrado nas principais atividades cotidianas da sociedade contemporânea, incluindo trabalho, educação, comunicação e, especialmente, o entretenimento. Diante dessa difusão, houve mudanças nos padrões de consumo de mídias digitais, caracterizadas pelo aumento da intensidade e frequência. Nesse sentido, novos fenômenos emergiram com o objetivo de investigar e compreender essas manifestações excessivas, como o Binge-Watching (BW), que descreve o comportamento de consumo de vários episódios de uma série de forma sucessiva e contínua. Apesar de ser apontado como uma ferramenta de lazer e relaxamento, a literatura tem evidenciado a sua relação com questões de saúde mental, como depressão, ansiedade, problemas de sono, negligência de responsabilidades e estilo de vida sedentário, principalmente entre jovens adultos. Tendo isso em vista, esse estudo objetivou avaliar associações entre o BW e problemas de saúde mental, dentre eles: ansiedade, depressão, stress, dificuldades de regulação emocional, impulsividade, qualidade de vida e dependência de smartphones, em universitários brasileiros e canadenses. Método: A pesquisa teve um delineamento transversal e exploratório, de abordagem quantitativa, e obteve a participação de 1.496 estudantes universitários, de forma que 1.191 eram brasileiros e 305 canadenses. A amostra foi selecionada por conveniência, e os dados foram coletados online através das plataformas SurveyMonkey e Qualtrics, e o instrumento utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Questionário de Percepção de Binge-Watching, Depression Anxiety Stress Scale (DASS-21), Escala de Dificuldade na Regulação Emocional (DERS-18), Smartphone Addiction Scale - Short Version (SAS-SV), World Health Organization Quality of Life (WHOQOL-Bref) e Impulsive Behavior Scale (UPPS-P). As análises foram realizadas a partir da separação da amostra em dois grupos: BW (binge-watchers) e nBW (não binge-watchers), cujos critérios de classificação foram o número de episódios assistidos por semana (pelo menos três ou mais) e a frequência (semanalmente ou quase todos os dias). Resultados: o grupo BW foi composto por 429 participantes, que por sua vez apresentaram pontuações significativamente maiores em todas as variáveis estudadas, com uma maior frequência de problemas de saúde mental, impulsividade e dificuldades de regulação emocional. Houve associações em relação ao gênero e à nacionalidade, de forma que quase 30% da amostra geral de mulheres estava no grupo BW, assim como quase 40% dos canadenses. Conclusão: Esse estudo ofereceu contribuições para a compreensão do fenômeno e para a investigação da sua relação com problemas de saúde mental para os universitários, no entanto mais pesquisas devem ser realizados, principalmente no que tange o desenvolvimento de instrumentos de avaliação mais precisos para avaliação do BW.



Divulgação de Imagens Íntimas na Adolescência: Uma Análise a partir das Perspectivas das Vítimas

Haryadny Kamylla Macedo Muniz (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo Diversos estudos têm apontado a influência e a mediação da internet e das redes sociais na vida de adolescentes e jovens. Para estas populações, a vida virtual não é um contexto a parte da vida cotidiana, mas uma extensão dela. A expressão sexting, por exemplo, é utilizada para definir atividades envolvendo o envio de mensagens de textos, imagens e vídeos com conteúdos sexuais e/ou imagens íntimas. Alguns autores da área têm defendido o sexting como uma forma de expressão da sexualidade, ou seja, um dos comportamentos de iniciação da vida sexual que, normativamente, ocorre na adolescência. Apesar disso, a literatura científica também tem mostrado fatores de risco associados ao sexting. A divulgação não consensual de imagens íntimas aparece como um fenômeno que pode trazer sofrimento para as vítimas, especialmente do gênero feminino. Estudos têm mostrado que a divulgação de imagens íntimas é um fenômeno de risco e que, muitas vezes, acompanha toda a vida das envolvidas. Apesar da complexidade do tema, ainda são escassos os estudos acerca do fenômeno em território brasileiro. Isto ocorre, entre outros aspectos, pela dificuldade de acessar as vítimas, uma vez que as adolescentes se sentem envergonhadas pela exposição indevida. Com base nestas considerações, realizou-se um estudo qualitativo, conduzido a partir de um estudo de casos múltiplos, que investigou a manifestação de processos de resiliência e do protagonismo juvenil em adolescentes que tiveram imagens íntimas divulgadas de maneira não consensual. Para coleta de dados, foi utilizado vídeos de adolescentes brasileiras e estadunidenses que tiveram suas imagens íntimas divulgadas sem o consentimento e que publicaram, de maneira voluntária, seus relatos em uma plataforma de vídeos online. Após a definição de critérios de inclusão e de buscas realizadas na plataforma de vídeos, 15 vídeos foram selecionados. 9 vídeos continham relatos de adolescentes residentes nos Estados Unidos e 6 vídeos foram produzidos por adolescentes brasileiras. As falas das adolescentes nos vídeos foram transcritas integralmente e o material foi analisado a partir da técnica Análise Temática. Os resultados mostraram que as adolescentes utilizavam a plataforma de vídeos como um meio de exercerem o protagonismo. Através dos vídeos, as adolescentes puderam contar a própria história e utilizar esta plataforma para conscientizar outras adolescentes acerca dos riscos inerentes à divulgação não consensual de imagens íntimas. Foi comum nos relatos das adolescentes orientações sobre a prática do sexting de maneira segura, o que pode estar associado a recomendações para redução de danos. Entre as principais recomendações apareceram: 1) não praticar o sexting; 2) se o praticar, tomar cuidados adicionais para evitar exposições indevidas (i.e., não mostrar o rosto, omitir tatuagens e fundo do local onde estão); 3) não ceder a chantagens e procurar ajuda no caso de ameaças relacionadas a divulgação de imagens íntimas; 4) buscar ajuda profissional (jurídica e terapêutica). Como a presente investigação possui limitações, esta comunicação englobará sugestões para o delineamento de novas investigações no futuro neste campo temático.



SC 50 | Os atravessamentos da família no bem-estar e na saúde mental: diferentes contextos

Ana Luisa Amaral Alves (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

Resumo As emoções têm sido foco crescente de estudos acadêmicos, dada a sua relevância para o desenvolvimento humano. Apesar de não haver consenso entre os pesquisadores sobre a definição de emoção, há concordância quanto à sua importância na vida dos indivíduos. A família, entendida como uma construção social munida de valores e regras, é o primeiro contato com a aprendizagem sobre emoções. Sendo assim, os trabalhos apresentados nesta sessão visam a discutir o atravessamento da família nas emoções em diferentes contextos, como no recasamento, em famílias de mulheres negras, na deficiência e no esporte. O foco é o debate sobre saúde mental e bem-estar nesses diferentes contextos, que identificam diferentes trajetórias desenvolvimentais. No primeiro trabalho, Ludmilla Furtado, UGB Ferp, discute a família como uma construção social e o estresse atrelado aos subsistemas gerados no recasamento, especificamente de famílias com adolescentes. A mestranda do PPGPS-UERJ, Larissa Gonçalves Gama, por sua vez, expõe os impactos subjetivos na saúde mental diante da interseccionalidade de marcadores como raça, gênero e classe, elaborando o classismo por meio da transmissão intergeracional da pobreza em famílias de mulheres negras, jovens e adultas, identificando trajetórias pouco investigadas e compreendidas. A doutoranda do PPGPS-UERJ, Ana Cléa Silva, aborda a relevância do contexto familiar para jovens com deficiência física, explorando as associações entre a dinâmica familiar, o bem-estar e o propósito de vida de indivíduos pouco visibilizados em suas trajetórias desenvolvimentais. Para finalizar, a doutoranda do PPGPS-UERJ, Ana Luisa Amaral Alves, aborda as emoções no contexto esportivo, ressaltando a importância da preparação emocional baseada na comunicação que embasa um treino psicoeducativo ao enfatizar o suporte familiar como essencial para o desenvolvimento emocional e para a saúde mental de adolescentes, que iniciam a competir. Os quatro trabalhos, portanto, discutem como a relação familiar e as emoções estão associadas, tendo consequências para as diferentes trajetórias desenvolvimentais. Desse modo, temas, que precisam ser mais explorados em investigações empíricas nacionais, são exemplificados e identificam a relevância de analisar e compreender diferentes contextos e diferentes perspectivas, a partir das pessoas que participam das pesquisas e trazem as suas experiências para compor o conhecimento psicológico.

Emoções e regulação emocional na Iniciação Esportiva: construindo um treino psicoeducativo

Ana Luisa Amaral Alves (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro),
Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo O esporte tem uma carga emocional intensa, gerando todos os tipos de emoção, mesmo na iniciação esportiva. Esta época é definida por um treinamento mais especializado e voltados para competições. Além disso, coincide com o início



da adolescência, um momento de desenvolvimento de identidade, aumento da consciência de si e do outro e evolução emocional. Esse momento é definido por si só pelas mudanças que geram estresse, e, quando acrescentamos os fatores 'atleta' e 'competição', essa condição estressora aumenta. Sendo assim, o objetivo dessa pesquisa de doutorado é sistematizar e implementar um treinamento de psicoeducação sobre as emoções e a regulação emocional para atletas de 13 a 15 anos de qualquer modalidade esportiva. Por meio de uma pesquisa quase-experimental, aplicamos questionários, fizemos entrevistas com os treinadores, um grupo focal com os responsáveis e um psicoeducativo com os atletas como instrumentos para coleta de dados, buscando compreender se esse treinamento ajudaria no bem-estar e no desempenho do atleta. Apresentaremos dados parciais dessa pesquisa em andamento. Pela flexibilidade e crescimento que existe nessa faixa etária, discute-se a importância dos responsáveis de auxiliarem com explicações e conversas sobre as situações e as emoções. A qualidade do relacionamento com os pais afeta não só os relacionamentos futuros, como as conexões e tomadas de decisão que os adolescentes terão. Há uma concordância na literatura sobre a impulsividade que prevalece nessa etapa da vida por conta das mudanças cerebrais, por isto torna-se cada vez mais evidente a importância de trabalhar as emoções. A preparação emocional baseada na comunicação ajuda com a construção do self, desenvolvendo a autoconfiança e transmitindo valores, além de trazer efeitos positivos para saúde física e mental. Sabendo que os atletas em iniciação esportiva estão constantemente submetidos a situações que evocam diversas emoções, percebe-se que saber identificá-las e ter estratégias de regulação emocional poderia ajudar a melhorar o bem-estar e, conseqüentemente, a performance do(a) atleta. Desse modo, ressaltamos que o reconhecimento das emoções, seu manejo e a positividade trazem benefícios para a prática esportiva. Compreender como isso ocorre pode contribuir para propostas psicoeducativas, aplicadas desde o início da formação para competir. Ao final dessa investigação de tese, portanto, pretendemos apresentar um treino psicoeducativo construído com base na análise dos resultados.

Família recasada: estresse e bem-estar

Ludmilla Furtado da Silva (UGB - Centro Universitário Geraldo Di Biase)

Resumo O termo família, além de abarcar um conjunto de pessoas, representa uma construção social, instituída por normas, valores e representações, transmitidas, culturalmente, dos pais aos filhos. Como uma construção, no caso das famílias recasadas, há um redimensionamento de limites e o surgimento de uma nova dinâmica a partir dos vínculos estabelecidos entre seus membros. A dinâmica conjugal e a parental são diferenciadas no recasamento, sendo, comumente, associadas ao aumento de estresse, já que seus membros possuem histórias de outras relações. Além disso, consideramos as formas como as famílias respondem ao estresse em estratos socioeconômicos distintos, tendo consequência para o bem-estar. O modo como as famílias recasadas respondem ao estresse nos subsistemas conjugal e parental é outro aspecto a destacar em nossa proposta de estudo e de pesquisa. A nós, interessou



pesquisar famílias recasadas, realizando um estudo exploratório com vistas a discutir as diferentes significações das experiências dessas famílias, com o intuito de responder o objetivo principal: compreender, a partir de narrativas que retratam as experiências singulares, as variadas estratégias utilizadas para lidar com o estresse e o modo como as famílias recasadas criam bem-estar. Utilizamos a metodologia qualitativa, pois é mais apropriada para quem busca flexibilidade na construção dos dados da pesquisa, procurando descrever a fundo as questões da vida social e valorizando a exploração indutiva do campo de pesquisa, destacando a experiência das famílias. Para a realização desta pesquisa, entrevistamos 12 famílias recasadas em que pelo menos um dos membros do casal possui filhos(as) adolescentes do casamento anterior. Utilizamos a Linha do Tempo e um roteiro semiestruturado de entrevista, além de uma ficha para coletar dados sociodemográficos. Trabalhamos com a Análise de Conteúdo, estabelecendo Eixos temáticos e categorias, a saber: 'o que me estressa no casamento', 'divórcio e recasamento', 'o que me estressa na relação com filhos adolescentes', 'falta de autonomia no cuidado com o(a) enteado(a)', 'isolamento na pandemia do COVID-19' e 'medo de perder o emprego', 'gravidez e nascimento dos filhos', 'diálogo na relação parental', 'suporte Social e Afetivo', 'vida socioeconômica em equilíbrio', 'diálogo na relação conjugal', 'viajar', 'felicidade no casamento', 'convivência entre os membros da família', 'respeitar as individualidades', 'suporte emocional aos filhos'. Como resultados, destacamos que a reposta que as famílias dão ao estresse as mantém em equilíbrio, alargando seus sentimentos, sensações e percepções a respeito de situações estressoras. Ademais, o número de famílias entrevistadas pode destacar a experiência singular que remete à experiência de várias famílias, mas não, necessariamente, apresenta a realidade abrangente das famílias recasadas. As verbalizações dos participantes corroboraram os achados da literatura que indicam fronteiras mais flexíveis no recasamento, por exemplo. Entretanto, um número maior de participantes permitiria verificar a existência de outras percepções, além das relatadas, acerca do divórcio, do recasamento dos pais, das repostas ao estresse e do bem-estar. Acreditamos que os resultados desta pesquisa podem auxiliar à prática clínica, sobretudo na relação familiar com filhos adolescentes, bem como contribuir para expansão das estratégias com famílias recasadas em diversos campos da psicologia.

Mulheres negras: saúde mental frente aos marcadores de raça, gênero e classe

Larissa Gonçalves Gama (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro),
Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo Desde o período escravocrata, a população negra é marcada socialmente por fatores como raça, classe e gênero. Na sociedade brasileira, temos o pacto da branquitude, o racismo estrutural, em todos os seus desdobramentos, como principais promotores de desigualdade racial. Reconhecendo tais posições nos deparamos com seus desdobramentos nas vivências negras, a partir da interseccionalidade como direcionamento de análise. Apresentamos um estudo que tem como foco a



subjetividade e a saúde mental de mulheres negras que são física e subjetivamente atravessadas pela interseccionalidade entre racismo, classismo e sexismo. Mulheres negras são atravessadas por raça e gênero, tendo suas identidades negadas pela posição de outridade atribuída por homens brancos, homens negros e mulheres brancas, inclusive no âmbito familiar. Dessa forma, localizamos as mulheres negras no campo da saúde mental e da família, reconhecendo que a interseccionalidade entre tais marcadores produz efeitos em todo o processo de desenvolvimento psicológico e social. Com o objetivo de discutir a saúde mental de mulheres negras, com ênfase na interseccionalidade entre racismo, sexismo, classismo e território, apresentamos as favelas, territórios frequentemente marcados pela violência de Estado e a transmissão intergeracional da pobreza. Entretanto, apesar das recorrentes representações da violência nesses espaços, pelas mídias de massa, reconhecemos que há produção de vivência e práticas de cuidado em saúde mental elaboradas e aplicadas por seus moradores. Portanto, apresentamos a pesquisa de mestrado em desenvolvimento intitulada A saúde mental de mulheres negras moradoras de favela: racismo, sexismo, classismo e violência de Estado. Trata-se de uma pesquisa empírica qualitativa que tem como público-alvo mulheres negras maiores de 18 anos e residentes de uma favela da cidade do Rio de Janeiro. Por meio do método do estudo de caso, utilizamos diário de campo, entrevista semiestruturada e questionário sociodemográfico, como instrumentos para coleta de dados. Busca-se discutir e analisar as narrativas de mulheres negras sobre saúde mental e práticas de cuidado, residentes de uma favela carioca, dialogando sobre a experiência de ser uma mulher negra na sociedade brasileira estruturada por meio do racismo, do sexismo e do classismo. A sociedade brasileira permanece estigmatizando corpos negros por meio da crença em uma possível humanidade que, de modo racista, se posiciona apenas como branca. Desde o período escravocrata, mulheres negras são posicionadas à margem dos sujeitos brancos e tratadas como objetos para servidão do outro. Desse modo, diante da importância do olhar psicológico e da saúde mental sobre a história e a vivência negra feminina, reconhecemos a importância da escuta como principal ferramenta. Como resultado, desenvolve-se uma pesquisa que dialoga entre o passado, o presente e o futuro sobre a experiência negra feminina, sobre o racismo como produtor de subjetividades e sobre novos modos de saber-fazer em psicologia e em saúde mental, identificando trajetórias de desenvolvimento ainda pouco investigadas.

Poder do contexto familiar para jovens com deficiência física congênita: associações com bem-estar e propósito

Ana Clea Candido da Silva (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro),
Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo Compreender a deficiência implica reconhecer uma limitação funcional que pode ser de natureza física, mental ou sensorial, comprometendo de forma significativa a capacidade de realizar atividades primordiais no cotidiano. Historicamente, essa compreensão foi marcada por discriminações e ênfase nas limitações físicas,



negligenciando as reais potencialidades das pessoas com deficiência. É essencial aprofundar o entendimento do bem-estar das pessoas com deficiência física, especialmente no contexto familiar, onde as experiências emocionais e o propósito de vida se revelam de formas singulares e pouco exploradas. Esta pesquisa teve como principal objetivo investigar o bem-estar, incluindo as experiências emocionais e o propósito de vida de jovens com deficiência física congênita, com ênfase no contexto familiar. Para tanto, foi aplicado um questionário sociodemográfico e realizadas entrevistas semiestruturadas com três jovens, de ambos os sexos, com idades entre 18 e 25 anos. A pesquisa adotou um método qualitativo de caráter exploratório, e a análise dos dados foi conduzida com base na técnica de Análise de Conteúdo de Bardin. A investigação identificou três eixos temáticos principais: Eixo I - Vivenciando a Deficiência ("corpo com impedimento", "protagonismo das pessoas com deficiência"); Eixo II - Família como Núcleo Afetivo ("vínculos positivos", "apoio ao desenvolvimento"); e Eixo III - Bem-Estar e Propósito ("reconhecendo as potencialidades", "concepções subjetivas", "satisfação com a vida" e "música e esporte"). Os resultados demonstram que as vivências positivas no ambiente familiar são fundamentais para a promoção do bem-estar e do desenvolvimento de jovens com deficiência física congênita, influenciando diretamente suas experiências emocionais e a definição de seu propósito de vida. Conclui-se que a busca por um sentido de vida está profundamente relacionada ao bem-estar, com altos níveis de satisfação com a vida sendo associados tanto à frequência de emoções positivas quanto à maneira como cada indivíduo lida com a deficiência física congênita, especialmente no ambiente familiar.



SC 51 | Preconceito e Discriminação em Contexto Educacionais: Teorias, Pesquisas e Intervenções

Luciana Maria Maia (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Esta sessão coordenada visa apresentar e discutir pesquisas e intervenções conduzidas por docentes da Universidade de Fortaleza, Universidade Federal do Ceará e Universidade Federal de Sergipe, pautadas na psicologia social e na psicologia educacional. A sessão será composta por quatro trabalhos que exploram distintas dimensões do preconceito e da discriminação no ambiente educacional, além de estratégias de intervenção e análises críticas das práticas educacionais. O primeiro trabalho, intitulado "Dialogando sobre Preconceito: Experiências de Intervenção em Ambientes Educacionais", descreve um projeto desenvolvido na Universidade de Fortaleza. Este projeto envolve a participação ativa de docentes e discentes da graduação e da pós-graduação em Psicologia, com o objetivo de enfrentar diversas formas de preconceito por meio de diálogos e ações educativas implementadas na universidade e em escolas municipais de Fortaleza, promovendo um ambiente mais inclusivo e reflexivo. O segundo trabalho, "Percepção de Estudantes da Rede Pública de Ensino sobre Discriminação Cotidiana, Preconceito e Atitudes de Pertencimento Grupal", apresenta resultados de uma pesquisa-intervenção realizada com estudantes do 8º ano do ensino fundamental em uma escola pública de Fortaleza. O estudo analisa os principais motivos de discriminação vivenciados pelos alunos, a frequência percebida dessas situações e o impacto das variáveis sociodemográficas e do pertencimento grupal, oferecendo uma visão abrangente das experiências de preconceito no contexto escolar. O terceiro trabalho, "Ele Precisa Ser Laudado para Entrar: Analisando Discursos de Docentes sobre o Laudo como um Dispositivo de Inclusão/Exclusão na Escola", investiga as práticas educacionais em escolas da rede municipal de Fortaleza. Este trabalho examina como o laudo médico pode atuar como um mecanismo ambíguo, que tanto promove a inclusão quanto pode reforçar a exclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar, trazendo à tona discussões críticas sobre a utilização de documentos médicos na educação. O quarto e último trabalho, "A Influência dos Estereótipos de Gênero no Julgamento de Profissões sob a Perspectiva de Adolescentes em Processo de Escolha Profissional", analisa como estereótipos de gênero influenciam o julgamento de profissões classificadas socialmente como masculinas ou femininas, sob a perspectiva de adolescentes que estão em processo de escolha profissional. Este estudo investiga como esses estereótipos moldam as percepções e decisões dos jovens em relação ao futuro profissional. A apresentação desta sessão coordenada no Congresso Brasileiro de Psicologia do Desenvolvimento é particularmente relevante, pois aborda questões de preconceito e discriminação que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento psicossocial de crianças e adolescentes. Ao explorar a interseção entre teorias e práticas no enfrentamento ao preconceito, esta sessão contribui significativamente para uma compreensão mais profunda dos fatores que impactam o desenvolvimento de estudantes em contextos educacionais. As discussões promovidas têm o potencial de inspirar novas abordagens e políticas educacionais que promovam um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo, alinhando-se plenamente aos objetivos do congresso.



A influência dos Estereótipos de Gênero no julgamento de profissões sob a perspectiva de adolescentes em processo escolha profissional

Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe), Erica Karine Santana Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo O presente estudo analisou a influência dos estereótipos de gênero no julgamento de profissões vistas socialmente como masculinas ou femininas, sob a perspectiva de adolescentes que se encontram em processo de escolha profissional. A hipótese principal do estudo foi de que os adolescentes atribuem competências profissionais diferentes para homens e mulheres de acordo com os papéis de gênero, considerando a ideia de que existem profissões masculinas e femininas. Trata-se de um estudo de caráter quantitativo, exploratório e analítico (survey com desenho quase-experimental de cenários) realizado através de coleta online, da qual participaram 486 indivíduos, os quais foram direcionados aleatoriamente para um dos quatro cenários que contava a breve história de uma pessoa que busca uma vaga no mercado de trabalho (duas profissões diferentes sendo interpretadas pelo gênero feminino e masculino), a saber: uma profissão socialmente considerada feminina sendo interpretada por uma mulher, uma profissão socialmente considerada feminina sendo interpretada por um homem, uma profissão socialmente considerada como masculina sendo interpretada por uma mulher e uma profissão socialmente considerada como masculina sendo interpretada por um homem. Logo em seguida, os participantes responderam sete perguntas que verificavam a compatibilidade da pessoa para o cargo, entre elas: cinco perguntas sobre concordância ou discordância (em escala likert), uma pergunta dicotômica (sim ou não) e uma pergunta aberta. Numa segunda etapa, os participantes responderam quatro instrumentos: duas escalas, um inventário e um questionário de dados sociodemográficos, a saber: Escala de Papéis de Gênero; o Inventário de Sexismo Ambivalente (ISA), a Escala de Orientação à Dominância Social - 7 e o Questionário sociodemográfico. A análise de dados encontrou relação estatisticamente significativa entre o cenário 3 (profissão socialmente vista como masculina sendo interpretada por uma mulher) e as variáveis papéis de gênero (feminilidade) e sexismo hostil. Verificou-se uma rigidez nos estereótipos de gênero, uma vez que os adolescentes foram mais favoráveis quando a ocupação da vaga seguia um padrão de normatividade e rejeitaram o fato de uma mulher ocupar uma profissão socialmente masculina. Discute-se o impacto destas questões e o quanto elas têm influenciado no processo de escolha profissional.

Dialogando sobre Preconceito: Experiências de Intervenção em Contextos Educacionais

Jannayna Queiroz Carvalho (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Leticia Bessa (UNIFOR), Luciana Maria Maia (UNIFOR), Kaline da Silva Lima (UNIFOR), Luciana Queiroz Fontenele (UNIFOR)

Resumo Este trabalho relata a experiência de cinco docentes no Projeto Dialogando sobre Preconceito, desenvolvido no âmbito da disciplina Estágio em Processos



Educativos e Sociais, do curso de graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. O projeto visa promover um espaço significativo e qualificado de diálogo e intervenção sobre preconceito em contextos educacionais, abrangendo diferentes níveis de ensino, do fundamental ao superior, e contemplando tanto discentes quanto docentes. As intervenções são cuidadosamente planejadas para atender às necessidades específicas de cada fase do desenvolvimento, considerando as características e desafios próprios de cada etapa educacional. Dessa forma, o projeto contribui não apenas para a promoção da inclusão, mas também para o desenvolvimento integral dos participantes, ao incentivar a reflexão crítica e a conscientização sobre as diversas formas de preconceito. As intervenções do projeto estão fundamentadas em teorias da psicologia social e da educação, como a Hipótese do Contato, que propõe a redução do preconceito através do contato entre grupos; a Teoria do Contato Intergrupo, que aponta a interação entre pessoas de diferentes grupos como uma forma de diminuir conflitos; a Hipótese do Contra Estereótipo, que sugere o enfraquecimento de estereótipos ao apresentar informações contrárias; a Teoria da Identidade Social, que explora o processo de identificação e categorização social; a Educação Multicultural, que questiona a superioridade atribuída a certos saberes no currículo escolar e propõe o rompimento com práticas colonizadoras que afetam crianças e adolescentes de diversos grupos étnico-raciais; e a perspectiva freiriana do Diálogo, que norteia as discussões sobre preconceito considerando o diálogo como uma relação de respeito e reciprocidade. O projeto aborda temas cruciais como racismo, classismo, sexismo, capacitismo e preconceito contra a diversidade sexual e de gênero, contemplando tanto as formas hostis quanto as veladas e benevolentes desses preconceitos. O planejamento e a construção das rodas de conversa são orientados pelas etapas da cena dramática de intervenção grupal, conforme a Teoria Socionômica. O objetivo deste relato é visibilizar essa prática de intervenção psicossocial, destacando suas contribuições para o curso de Psicologia, para as instituições parceiras que recebem as intervenções do Projeto, para os estudantes que vivenciam o estágio, e para as docentes que supervisionam as ações. As vivências proporcionadas pelo Projeto têm sido fundamentais para processos de desconstrução, ressignificação, aprendizagem e (trans)formação de sujeitos conscientes e críticos, reforçando o papel da escola e da universidade na promoção de uma educação transformadora e inclusiva.

Percepção de Estudantes da Rede Pública de Ensino sobre Discriminação Cotidiana, Preconceito e Atitudes e Pertencimento Grupal

Leticia Bessa (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Priscilla Brito Tavares (PMF), Luciana Maria Maia (UNIFOR), Kaline da Silva Lima (UNIFOR)

Resumo A sociedade brasileira é composta por uma ampla variedade de grupos. Alguns desses grupos são considerados minorias devido a sua posição social desvalorizada e a condição de maior vulnerabilidade com relação a estereótipos e discriminações. Apesar da existência de leis que buscam promover a igualdade e o respeito, sua aplicação muitas vezes é insuficiente. Infelizmente, manifestações de discriminação



e violência ainda são comuns nas escolas. A discriminação se manifesta de diversas formas e continua afastando os grupos sociais minoritários do ambiente escolar. Isso demonstra que, apesar de leis e documentos que defendem a diversidade no espaço educacional, o preconceito ainda persiste enraizado nesse espaço. Nesse sentido, esta pesquisa objetivou analisar como o preconceito se apresenta no contexto escolar, percorrendo os seguintes objetivos específicos: analisar o pertencimento endogrupal e avaliar o componente afetivo das atitudes intergrupais dos participantes em relação aos diferentes grupos sociais, considerando os grupos que os participantes conhecem ou não; avaliar a frequência de discriminação cotidiana presente no ensino fundamental; identificar os principais motivos nos casos de maior frequência de discriminação cotidiana, explorando comparações de variáveis sociodemográficas; conhecer se os estudantes percebem situações de preconceito contra eles ou demais alunos no contexto escolar. Para tanto, aplicou-se um instrumento composto por questionário sociodemográfico, questionário sobre Grupos de Pertencimento, questionário de Atitudes Intergrupais, escala de discriminação cotidiana e questionário aberto sobre Situações de Preconceitos na Escola em 46 estudantes de turmas de 8º ano de uma escola pública do município de Fortaleza em agosto de 2023. Os dados foram analisados por meio de estatísticas descritivas. A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza. A maioria dos alunos participantes se reconhece como pessoas pardas (52,2%), com identidades cisgêneros, grande parte feminina (54,3%). A maioria mora com a figura materna (80%), sendo boa parte com renda familiar de 1 a 3 salários-mínimos (23,9%). A discriminação e o preconceito se mostraram presentes no cotidiano escolar, com maior prevalência entre os estudantes de 13 anos pardos e pretos. Do total de respostas, os grupos que tiveram maior frequência de pertencimento foram: magro ($f=30$, 65,2%), mulher ($f=24$, 52,2%), pardo ($f=20$, 43,5%), heterossexual ($f=19$, 41,3%), pobre ($f=17$, 37,0%) e evangélico ($f=16$, 34,8%). Em relação às atitudes intergrupais, os grupos Não-Binário ($M=2,85$), Intersexo ($M=2,70$), Transgênero ($M=2,93$), Ateu ($M=2,11$) e Espírita ($M=2,70$) foram avaliados com menores média de atitudes positivas. Os estudantes dizem sofrer e ver outras pessoas sofrendo preconceito e discriminação na escola, sendo as pessoas pretas e as minorias sexuais e de gênero as mais suscetíveis. Esses resultados sugerem a importância do desenvolvimento de intervenções para atuar no combate à discriminação e preconceito no ambiente escolar.

“Ele precisa ser laudado para entrar”: Analisando discursos de docentes sobre o laudo como um dispositivo de inclusão/exclusão na escola

Luciana Queiroz Fontenele (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Luciana Lobo Miranda (UFC - Universidade Federal do Ceará)

Resumo Este trabalho está vinculado à pesquisa de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, cujo objetivo é analisar os usos do laudo como um dispositivo de inclusão e exclusão escolar no contexto da rede pública municipal de Fortaleza. No âmbito dos estudos foucaultianos, um dispositivo pode ser definido como uma articulação entre saber e poder que atua



na constituição dos sujeitos, que também são objetos dos discursos que os produzem. A metodologia da pesquisa adota uma perspectiva qualitativa, por meio da pesquisa-intervenção, que inclui duas etapas: um curso de extensão e dois grupos focais, realizados com educadores da rede municipal de Fortaleza. A análise dos discursos produzidos durante o curso e nos grupos focais foi baseada nos estudos de Foucault. Essa análise permitiu acessar os discursos que configuram as práticas relacionadas ao laudo na escola e que foram naturalizadas: a vinculação do laudo às políticas públicas (como, por exemplo, a exigência do laudo para o acesso ao Atendimento Educacional Especializado - AEE); a noção de que alunos que se desviam do esperado/idealizado precisam ser "laudados"; e a expectativa de que o laudo funcione como um suporte para o professor. Observa-se que o discurso médico ainda ocupa um lugar de verdade nas práticas docentes, levando os professores a acreditar que só podem desenvolver suas atividades com os alunos com base em parâmetros médicos, colocando o laudo, um documento de caráter clínico, como central, e relegando a segundo plano suas próprias observações e o conhecimento pedagógico. Simultaneamente, analisa-se a expectativa de que o laudo é necessário como um pedido de ajuda de docentes que frequentemente se sentem isolados no desenvolvimento de práticas inclusivas na escola. A análise dos usos do laudo na inclusão escolar revela uma complexa intersecção entre saber médico e práticas pedagógicas, destacando como o laudo pode atuar como um dispositivo de poder que molda as práticas educativas na rede pública municipal de Fortaleza. A dependência do laudo, muitas vezes considerada um suporte essencial pelos educadores, destaca uma lacuna nas práticas inclusivas desses atores.



SC 52 | Questões e desafios do ensino superior

Zena Winona Eisenberg (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo O ensino superior enfrenta uma série de questões e desafios que refletem as transformações sociais, econômicas e tecnológicas do século XXI. Esses desafios variam desde o acesso e a inclusão, passando pela qualidade do ensino, até a adequação das instituições às demandas do mercado de trabalho e da sociedade contemporânea. Um dos principais desafios é a democratização do acesso ao ensino superior.

Apesar dos avanços significativos nas últimas décadas, a inclusão de grupos historicamente marginalizados, como estudantes de baixa renda, minorias étnicas e pessoas com deficiência, ainda enfrenta barreiras. Políticas públicas de cotas e programas de financiamento estudantil são algumas das estratégias adotadas para reduzir essas desigualdades, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para garantir um acesso equitativo. As IES precisam adaptar-se a esses requisitos enquanto mantêm a excelência acadêmica e o rigor científico.

No contexto do Congresso, cuja temática é “Desafios Atuais e Futuros à Psicologia do Desenvolvimento diante de Crises Mundiais”, insere-se a discussão sobre o bem-estar no ensino superior. Essas questões envolvem aspectos psicológicos e sociais, promovendo discussões que fomentam uma reflexão sobre o que a ciência e as instituições de ensino podem fazer na garantia do bem-estar e permanência de estudantes no ensino superior. As instituições precisam equilibrar a busca pela inclusão e qualidade com a necessidade de se adaptar a um ambiente globalizado e digitalizado.

Evasão no ensino superior

Daniele dos Santos Vitorino (Colégio Pedro II)

Resumo O ensino superior brasileiro experimentou nas últimas décadas um fenômeno de expansão, interiorização e massificação (Martins, 2009; Polydoro; Guerreiro-Casanova, 2010; SILVA; OURIQUE, 2012; Bisinoto, 2016; Heringer, 2018). Nesse sentido, se por um lado caminhamos em direção à ampliação e diversificação do corpo discente, por outro, cresce a preocupação com os índices de evasão e com a promoção de trajetórias bem-sucedidas de permanência (Santos Junior e Real, 2017; Silva e Ourique, 2012; Polydoro e Guerreiro-Casanova, 2010), principalmente tendo no horizonte a perspectiva de que disponibilizar vagas para esta etapa de ensino por si só não é suficiente para a garantia de promoção da sua democratização. Silva Filho et al. (2007) constatou que os índices de evasão no Brasil ficaram em torno de 22%, chegando a 26% em instituições privadas e 12% nas instituições públicas. A evasão nessa etapa de ensino apresenta-se na literatura sob diversas óticas, tornando-se um grande desafio para a compreensão do fenômeno (Polydoro, 1995; Baggi e Lopes, 2011; Gaioso, 2005; Kira, 2002; Bueno 1993; Dilvo Ristoff, 1995). Diante das possibilidades e caminhos para pensar este campo, buscamos compreender o fenômeno de evasão no ensino superior sob duas modalidades, a saber: trancamento e abandono.



Para tanto, estudamos o universo de uma instituição privada de caráter comunitário e confessional, localizada no Rio de Janeiro, abrangendo no escopo da pesquisa os 26 cursos de graduação por ela disponibilizados, onde aproximadamente 1/3 dos estudantes são de baixa renda e estão distribuídos pelos diferentes cursos oferecidos pela instituição. Em busca de meios mais fidedignos para a análise proposta, foram utilizados três instrumentos de análise: (1) uma série histórica de 23 anos que compreende o número de matrícula, de trancamento e de abandono dos estudantes; (2) um questionário institucional destinado a todos os estudantes que optaram por trancar a matrícula entre os anos de 2014 a 2018; (3) três entrevistas coletivas e semiestruturadas com 9 estudantes que, em algum momento ao longo do curso pensaram em trancá-lo ou abandoná-lo, e que optaram por seguir no processo de formação. Os resultados mostraram uma média de 10% de evasão ao ano na instituição. Desses estudantes que deixaram a instituição, 49% realizou a solicitação de trancamento no primeiro ano de graduação. Os principais fatores alegados para o trancamento de matrícula foram as questões financeiras e o fato de não ter uma bolsa de estudos; entretanto, logo em seguida, podemos observar a dissonância entre a expectativa do estudante e o curso escolhido ou dificuldade quanto ao ajustamento ao curso e problemas familiares corroborando os dados encontrados na revisão de literatura (Polydoro, 2000; Polydoro, 1995; Del Prette e Del Prette, 1995). Diante dos resultados, observamos que o processo de evasão, ainda que inerente ao ensino superior, nem sempre está relacionado ao fracasso ou à desistência dos estudantes. Nesse sentido, a investigação nos direciona para a conclusão de que um planejamento da instituição com relação ao ajustamento dos estudantes à vida universitária pode se configurar como um fator importante na decisão do aluno ingressante entre sair ou permanecer na universidade.

Fatores favoráveis à evasão de estudantes universitários do Rio de Janeiro

Zena Winona Eisenberg (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Yasmin de Mesquita Pereira, Ágatha Celine de Freitas Lima

Resumo A evasão universitária no Brasil é uma questão que compromete a formação acadêmica e profissional de muitos jovens que desejam ingressar no mercado de trabalho. A questão financeira aparece como um dos principais motivos, devido à desigualdade econômica presente no país. Muitos alunos vêm de famílias de baixa renda e, ao ingressar na universidade, enfrentam dificuldades para arcar com custos de transporte, materiais didáticos e mensalidades, o que impede a conclusão do curso (Rodriguez, 2011). Ademais, o sucesso acadêmico tem sido associado às experiências dos estudantes no primeiro ano de curso - expectativas, decepções, dificuldade em fazer novos amigos, são alguns dos mais citados.

A adaptação ao ambiente universitário é um desafio significativo para os alunos ingressantes. Acostumados com uma rotina formatada, com pouca autonomia, característica do ensino básico, na universidade, os estudantes precisam se ajustar a uma nova realidade que exige muita autonomia e responsabilidade.



Fatores psicológicos também podem ser determinantes para o sucesso ou o fracasso na trajetória acadêmica. A experiência universitária pode levar ao adoecimento de estudantes que já enfrentam questões de saúde mental, ou que estão propensos a desenvolvê-las, provocando sintomas de ansiedade e/ou depressão (Costa Araújo, 2023). A pressão por um bom desempenho e as expectativas sociais são exemplos de estressores que podem irromper questões de saúde mental.

Nosso estudo buscou um aprofundamento na compreensão das questões socioemocionais enfrentadas pelos estudantes no seu primeiro ano no ensino superior. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa, utilizando uma entrevista semiestruturada com 24 estudantes do primeiro ano, matriculados em universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro, com idades entre 17 e 49 anos. As entrevistas foram conduzidas por membros do grupo de pesquisa via Zoom, WhatsApp ou presencialmente.

As perguntas da entrevista foram projetadas para investigar o bem-estar dos estudantes em relação à interação com os professores, expectativas sobre o curso e a instituição, estratégias de adaptação, além de apoios financeiros e psicológicos. A duração das entrevistas variou de 5 a 25 minutos, o que resultou em uma diversidade na profundidade e no conteúdo nas respostas.

A análise resultou em um total de 408 códigos distribuídos em 18 grupos. As principais questões identificadas nas respostas dos entrevistados foram: adaptação ao novo contexto acadêmico (41,7%), dificuldades socioeconômicas (37,5%), desejo de trocar de curso ou abandonar a graduação (37,5%), dificuldades de deslocamento (16,7%), problemas relacionados à reprovação (16,7%) e questões emocionais (8,3%).

Concluimos que o apoio institucional é essencial para promover o bem-estar dos estudantes ingressantes. Além disso, faz-se urgente a implementação de políticas públicas que atendam às diferentes realidades socioeconômicas, garantindo a permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Nomofobia e autorregulação: desafios e estratégias para a aprendizagem universitária

Débora Vieira Machado, Anna Clara Diniz Cadilhe Machado (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo O uso excessivo de tecnologias digitais, aliado à baixa utilização de estratégias de autorregulação, pode causar prejuízos significativos à aprendizagem. Com base na Teoria Social Cognitiva (Bandura, 2008), que enfatiza as interações entre comportamento, ambiente e fatores pessoais na modelagem do aprendizado, entende-se que o desenvolvimento de habilidades autorregulatórias é fundamental para o sucesso acadêmico. No entanto, a nomofobia, ou o medo irracional de ficar sem o celular, tem crescido significativamente, especialmente entre universitários, tornando-os um grupo particularmente vulnerável devido à intensa dependência das tecnologias digitais para comunicação, entretenimento e, principalmente, para atividades acadêmicas (Vieira, 2023).



A nomofobia é caracterizada por sintomas como ansiedade, estresse, e desconforto psicológico quando o indivíduo não tem acesso ao celular ou à internet (King, Nardi e Cardoso, 2014). Este fenômeno está diretamente relacionado à necessidade de se manter conectado com os outros e à sensação de segurança proporcionada pela posse do dispositivo. Mesmo estudantes com altas crenças de autoeficácia, que tendem a ser mais bem-sucedidos na aplicação de estratégias autorregulatórias, podem ser afetados pela nomofobia. Esses estudantes, apesar de confiantes em suas capacidades acadêmicas, podem não empregar as estratégias autorregulatórias de maneira eficaz, o que contribui para a relação negativa entre o uso excessivo de tecnologias e a qualidade da aprendizagem (Vieira, 2023).

Neste estudo, que é o recorte de uma dissertação de mestrado (Vieira, 2023), observou-se que a correlação negativa da nomofobia com as estratégias de autorregulação cognitivas e metacognitivas sugere que o baixo uso dessas estratégias torna o aluno mais vulnerável ao comportamento nomofóbico durante a aprendizagem. Os alunos participantes utilizavam as tecnologias como ferramentas de aprendizagem, mas, em sua maioria, apenas em estratégias cognitivas focadas na fase de organização. Essa correlação também alerta para a necessidade de uma prática docente que estimule tanto o uso reflexivo das tecnologias digitais quanto o desenvolvimento de habilidades autorregulatórias, especialmente aquelas relacionadas ao uso de estratégias de aprendizagem.

A nomofobia interfere nas atividades acadêmicas, prejudicando a concentração e o foco durante os estudos, bem como nas interações sociais presenciais. Muitos estudantes universitários se encontram em um ciclo de uso compulsivo do celular, o que pode ser atribuído à combinação de pressão acadêmica, necessidade de socialização e a busca por informações em tempo real. Nesse sentido, acreditamos que intervenções pedagógicas focadas no desenvolvimento do uso crítico e reflexivo das tecnologias, podem contribuir para a redução dos níveis de nomofobia entre universitários.

Assim, entende-se que o desenvolvimento da autorregulação da aprendizagem em todas as suas dimensões pode ser um recurso eficaz para uma relação mais saudável dos estudantes com as tecnologias digitais no processo de aprendizagem. A conscientização sobre os efeitos negativos da dependência tecnológica é fundamental para melhorar o bem-estar dos estudantes. A pesquisa sugere que a educação midiática e a integração de ações pedagógicas podem desempenhar um papel significativo na mitigação dos efeitos da nomofobia, auxiliando os estudantes a equilibrar o uso das tecnologias com suas necessidades acadêmicas e emocionais.

Relato de Experiência: Resiliência e Superação no Mestrado - Desafios Enfrentados por Mulheres, Mães e Pós-Graduandas Nortistas Durante a Pandemia

Priscilla Rodrigues Caminha Carneiro (UEPA - Universidade do Estado do Pará)

Resumo O Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde da Universidade Federal do



Tocantins foi uma jornada transformadora, mas marcada por muitos desafios. Iniciei o curso em agosto de 2019, logo após o parto, o que trouxe uma série de complicações. Com um bebê recém-nascido, precisei equilibrar as responsabilidades de mãe e mestrande, levando meu filho para as aulas semanais e enfrentando uma viagem de 400 quilômetros entre minha cidade e a universidade. Conciliar as exigências acadêmicas com o cuidado do bebê exigiu imensa disciplina e organização, agravadas pela ausência de licença do trabalho. Sem tempo para me afastar, trabalhei em dois empregos, adicionando complexidade à minha rotina já sobrecarregada.

A pandemia de COVID-19, que começou em dezembro de 2019, trouxe mudanças drásticas à minha vida pessoal e acadêmica. O isolamento social e as incertezas impactaram diretamente a condução das aulas e pesquisas. A adaptação abrupta ao ensino remoto e a reestruturação das atividades acadêmicas foram desafiadoras. Como destacou Suzana Herculano-Houzel, “a adaptação ao novo contexto acadêmico exige não apenas resiliência, mas uma capacidade constante de reinventar práticas e métodos” (Herculano-Houzel, 2020). Além disso, a perda de parentes próximos devido à COVID-19 trouxe uma carga emocional imensa e afetou minha capacidade de concentração e dedicação aos estudos.

O mestrado também apresentou dificuldades comuns a muitos estudantes. A gestão do tempo foi uma barreira significativa, devido à necessidade de equilibrar trabalho, estudo e família. A pressão por publicações científicas era constante, exigindo a produção de artigos de alta qualidade para revistas de impacto. Isso foi muitas vezes frustrante, pois recusas e revisões são parte inevitável da trajetória acadêmica. Enfrentar múltiplas demandas simultaneamente e encontrar tempo e energia para a escrita acadêmica foi uma das partes mais difíceis do mestrado.

As limitações estruturais da universidade também foram desafiadoras. Apesar da sólida formação oferecida pela UFT, a localização em uma região menos desenvolvida trouxe dificuldades no acesso a equipamentos e recursos para pesquisa. A distância geográfica limitou minha participação em eventos acadêmicos e na ampliação da rede de contatos científicos. Busquei alternativas, como cursos online e parcerias com outros pesquisadores, para superar essas barreiras.

A adaptação ao rigor metodológico da pesquisa científica foi outro desafio importante. Precisei me aprofundar em fundamentos teóricos e metodológicos com os quais não tinha familiaridade anterior. Essa dedicação extra foi essencial para garantir uma base sólida para minha pesquisa e contribuir de maneira significativa para a área de estudo.

Por fim, a autonomia foi um aspecto central da minha experiência. Embora houvesse orientação, grande parte do mestrado dependia de minha própria iniciativa. O processo de escrita da dissertação, especialmente em meio à pandemia e aos desafios emocionais, foi solitário e exigiu resiliência.

Apesar de todos os obstáculos, o mestrado foi uma experiência que valeu a pena. Superar cada desafio com determinação fez dessa jornada um período de crescimento pessoal e profissional.



SC 53 | Trabalho infantil: implicações para o desenvolvimento humano, trajetórias de vida e políticas sociais

Denise Pereira dos Santos (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo O trabalho infantil é uma questão social que tem sido alvo de inúmeros estudos, debates e alvo de políticas públicas para seu enfrentamento. Mesmo com a redução nos índices de crianças e adolescentes trabalhadores no país nas últimas três décadas, a questão ainda persiste, inclusive com aumento nos números nos últimos anos, o que faz com que essa situação continue alimentando e ensejando pesquisas sobre a temática. Entende-se por trabalho infantil as atividades de trabalho exercidas por crianças e adolescentes até dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, e até dezoito anos em atividades consideradas piores formas, seja com ou sem remuneração e para a família ou terceiros. A literatura aponta que o trabalho infantil é um contexto diverso que tem impactos no desenvolvimento de crianças e adolescentes, tanto nos aspectos físico, como risco de acidentes, problemas de desenvolvimento de sistemas e problemas ergonômicos; social, como receio de não conseguir trabalho na vida futura; psicológicos, como perda da infância, sentimento de desamparo, adultização precoce; implicações para a escolaridade, como defasagem ano-idade, repetência e evasão escolar; na inserção profissional futura, com a inserção em atividades de trabalho precarizadas e mal remuneradas e perpetuação do ciclo de pobreza e exclusão social. A proposta desta sessão coordenada é aglutinar pesquisas acerca da questão do trabalho infantil, que se debruçam sobre diagnósticos da questão em diferentes atividades e seus impactos no desenvolvimento humano, quanto sobre a cultura e reprodução intergeracional que perpetua essa problemática, além da articulação dessa com outras situações de vulnerabilidade e como se articula nas trajetórias de vida de crianças e adolescentes trabalhadoras e suas famílias.

A infância que trabalha: contexto de exploração na região administrativa de Araguaína

Ana Cristina Serafim da Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Sarah Roberta Guimarães Sales (UFT)

Resumo Essa pesquisa teve por objetivo identificar as características do trabalho infantil na região administrativa de Araguaína, que abrange 10 municípios. Por Trabalho Infantil, entende-se todas as atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a dezesseis anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos quatorze anos. No Tocantins, 21.278 de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos estão ocupados. Para realização da pesquisa, foi feito levantamento das instituições que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos de todas as cidades da região administrativa de Araguaína. Em seguida, foi feito contato com o CMDCA para anuência e identificação das instituições que fazem parte da Rede. Foram identificadas 70 instituições: Secretarias Municipais da Saúde,



Educação e Assistência Social e Habitação, Cras, Conselhos Tutelares, Creas, Ministério Público do Trabalho, Juizado de Infância e Juventude, Cerest, Delegacia, Defensoria Pública e Caps infantil. Foi realizado o contato com as instituições e enviado um questionário via Google Docs para coleta de dados. Utilizou-se o MAXQDA e a Análise de Conteúdo Temática de Bardin para analisar os dados. Identificou-se três categorias: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais; Encaminhamentos/ações da instituição. Apenas 29 instituições responderam ao questionário, destas 4 afirmaram possuir dados, em torno de 40 casos de crianças e adolescentes em situação de trabalho chegaram às instituições, de ambos os sexos, na zona urbana, trabalho diurno e noturno, com idades entre 6 a 18 anos, identificadas como preta e parda. A maioria trabalha para um patrão ou para si mesmo, desenvolvendo atividades como serviços braçais, mendicância em sinais ou venda de produtos, serviços gerais em marcenarias, serralherias, lava jatos e marmorarias, tendo como pagamento dinheiro ou presentes. A maioria mora com a família, que participa de algum programas/serviços de assistência social. No que se refere à escolaridade, estudam no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Com relação à Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais, 8 deles afirmaram que já viram, de 4 a 8 crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na suas cidades, a maioria do sexo masculino, tanto na zona urbana quanto rural, com idades entre 6 a 18 anos, de cor preta, parda e indígenas. As atividades desenvolvidas eram trabalho na lavoura, supermercados, lava jatos, trabalhos braçais, mendicância em sinais e venda de produtos, durante o dia. A maioria das instituições informaram possuir protocolos para atendimento e encaminhamento, bem como possuir ações/programas que visam o combate do trabalho infantil como palestras, mobilizações, orientações às famílias. Ademais, também possuem fluxo de trabalho com os demais órgãos. Os participantes alegaram que as atividades desenvolvidas por estas crianças apresentavam riscos como evasão escolar, possíveis problemas de saúde, cortes por uso de máquina e corpo estranho nos olhos por uso de equipamentos inadequados sem EPI e orientação, carga excessiva, exposição ao sol e acidentes de percurso.

A transmissão intergeracional do trabalho infantil na vida profissionais da educação

Alice Victória Simpício Fernandes, Denise Pereira dos Santos (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Melyssa Thaís Rodrigues da Silva, Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), José Jackson da Silva Soares

Resumo O trabalho infantil no Brasil persiste como problemática que remonta da colonização e persiste na contemporaneidade, enraizada por práticas socioeconômicas que exploram a vulnerabilidade das crianças e adolescentes. Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, foi vedado o trabalho até 16 anos, excetuando-se as pessoas entre 14 e 16 anos na condição de aprendizes. A partir dessa idade, admite-se trabalho com direitos garantidos, exceto atividades da Lista das Piores Formas



de Trabalho Infantil. Este trabalho versa sobre uma pesquisa realizada no âmbito do projeto de extensão "O enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação" executado entre 2023 e 2024 em uma parceria entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa (SEDE-C-JP) e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente na Paraíba (FEPETI/PB), e visou formar profissionais das escolas municipais de João Pessoa (PB) sobre a função da política de educação no enfrentamento ao trabalho infantil. Participaram da pesquisa psicólogos, assistentes sociais e pedagogos que eram cursistas no projeto de extensão. A pesquisa, de caráter exploratório, objetivou investigar a presença do trabalho infantil entre os profissionais da educação e os responsáveis familiares. Quanto à metodologia, realizou-se a pesquisa via formulário eletrônico incluindo perguntas sobre o município de residência do respondente, seu gênero, trabalho durante a infância, atividades desenvolvidas, se a pessoa de referência da família trabalhou na infância e adolescência e em quais atividades. A partir dos dados obtidos, procedeu-se à análise das respostas utilizando-se do Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Os resultados mostraram que dos 195 profissionais respondentes, 94,5% eram mulheres. Em relação à sua família, na infância, 59% tinham como responsáveis ambos os genitores, 20,5% responderam "somente o pai" e 18,5%, "somente a mãe". Do total, 55 participantes (28,2%) relataram ter trabalhado durante a infância ou adolescência, sendo a maioria na zona urbana (87,3%). Dentre esse montante, as principais atividades englobavam: agricultura, trabalho doméstico e funções ligadas ao comércio. Majoritariamente, esse contingente estudou em escolas públicas (69,1%). Dentre os participantes, 149 tinham pelo menos um responsável que era trabalhador infantil, sendo na maioria dos casos o pai (76,4%). Em sua maioria, os responsáveis que eram trabalhadores infantis residiam na zona urbana, mas não houve diferença numérica expressiva comparando com aqueles da zona rural. Esses resultados retomam discussões que apontam para a transmissão intergeracional do trabalho infantil, sendo mais presente na região Nordeste, e alerta para os impactos no desenvolvimento físico e psíquico dos indivíduos trabalhadores infantis. Dessa forma, a construção de políticas públicas em defesa da criança e do adolescente deve considerar o histórico de trabalho infantil dos profissionais que a constituem, de forma a auxiliar na compreensão dos posicionamentos e atuação destes ante a problemática nas escolas.

As implicações do trabalho infantil para o desenvolvimento psicossocial de adolescentes e jovens encarcerados/as em unidades socioeducativas no nordeste

Rytha de Cassia Silva Santos, Alice Victória Simplício Fernandes, Tâmara Ramalho de Sousa Amorim (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Este trabalho analisa as implicações do trabalho infantil (TI) para o desenvolvimento psicossocial de adolescentes e jovens encarcerados/as em Unidades Socioeducativas no Nordeste. O TI é qualquer atividade de trabalho realizada por



crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, salvo na condição de aprendizagem entre 14 e 16 anos. O TI desencadeia consequências negativas para o seu desenvolvimento, como o encarceramento em medidas socioeducativas de internação (MSEI). Consoante à Psicologia Histórico-Cultural (PHC), o desenvolvimento se dá pela relação dialética entre o humano e o meio. Faz-se necessário compreender a situação social de desenvolvimento (SSD), como uma condição intrínseca à relação que se estabelece entre a criança/adolescente e seu ambiente e o TI atua como um mediador que favorece um desenvolvimento qualitativamente inferior. Realizou-se uma pesquisa em Unidades Socioeducativas da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, com 30 socioeducandos/as que cumpriam MSEI. Utilizou-se como instrumentos: um questionário para identificar as características biossociodemográficas e a presença/ausência de TI e um questionário que analisa a escolaridade, condições socioeconômicas, trajetória de TI e sua relação com o cumprimento de MSEI. Realizaram-se as análises estatísticas pelo software SPSS. A amostra se compôs, majoritariamente, por adolescentes e jovens masculinos, negros, com 16 anos. Esses/as declararam que trabalharam e/ou ajudaram na infância e/ou adolescência, sobretudo, em atividades da construção civil e de serviços, por necessidades financeiras. Essa situação revela que crianças/adolescentes da classe trabalhadora e negros são mais vulneráveis a serem trabalhadores/as infantis, vítimas de uma estrutura que se alicerça na desigualdade social e no racismo para o aumento da produção do capital. Esses grupos vivenciam uma SSD marcada pela ausência de mediadores positivamente qualitativos (acesso a bens e serviços) para um desenvolvimento saudável, tornando o TI uma urgência para assegurar a sobrevivência. Suas trajetórias de trabalho se iniciaram, sobretudo, aos 12 anos realizando 2 ocupações em 5 dias da semana, em média. Os/as participantes paraibanos/as e pernambucanos começaram mais cedo (aos 7 anos) do que os/as potiguares/as (aos 10). Observa-se que os/as pernambucanos trabalhavam mais dias da semana (7 dias), enquanto os/as paraibanos/as e potiguares/as trabalhavam mais horas por semana (7h - 9h e 10h - 12h, respectivamente). Essa trajetória de trabalho prejudicou a escolarização deles, visto que todos estavam em defasagem escolar e/ou haviam evadido da escola, em especial, aos 11 anos de idade, semelhante à média de idade em que começaram a trabalhar. Para a PHC, a escolarização é uma atividade que possibilita o desenvolvimento mais sofisticado das funções psicológicas superiores. Portanto, sua debilidade prejudica o desenvolvimento psicológico integral do sujeito. Embora a maioria dos participantes (60%) tenham trabalhado no tráfico de drogas, esses/as não o reconheciam como trabalho; concebendo-o como "errado" ou "crime". Percebeu-se a internalização e reprodução do discurso do tráfico de drogas como algo imoral, que obscurece a sua característica de TI nas piores formas. Conclui-se que o TI é uma violência contra crianças/adolescentes, que viola seus direitos e fere seu desenvolvimento psicossocial.



Trajetórias de exploração do trabalho de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação

Ariane Stamboni Rico (UNICEF - Centro Universitário Central Paulista),

Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo A invisibilidade de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade, especialmente no que tange à garantia de direitos, é parte da realidade brasileira e historicamente sustentada pela lógica do capital. Diante de um sistema político e econômico que utiliza os mais variados recursos para difundir ideias que associam a vida à mercadoria, conferindo sobre as pessoas a responsabilidade exclusiva de garantia do “sucesso”, bem como acesso a produtos e serviços, o tráfico de drogas emerge como uma forma de obtenção de recursos, especialmente para crianças e adolescentes que vivem em situação de extrema pobreza. Partindo desses argumentos, este estudo teve como objetivo analisar a exploração pelo trabalho de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. Participaram da pesquisa de campo 92 adolescentes com histórico de envolvimento com tráfico de drogas que cumpriam medida socioeducativa em 6 unidades de internação no estado de São Paulo. Para tanto, foi elaborado um questionário contendo questões sociodemográficas, de trabalho e sobre o cumprimento da medida de internação. Os dados foram categorizados em planilhas do Excel e, posteriormente, analisados por intermédio de medidas descritivas. Com relação aos participantes, 86 se declararam do gênero masculino, 5 feminino e 1 não binário, com idades entre 14 e 19 anos. Sobre o cumprimento de medidas socioeducativas, 24% dos participantes relataram que a medida socioeducativa de internação foi aplicada na primeira experiência com o tráfico e 43,4% nunca cumpriram medidas socioeducativas em meio aberto. A respeito das atividades laborais exercidas, 76,1% dos adolescentes haviam exercido um ou mais trabalhos. Desses, 25,8% realizaram trabalhos como servente de pedreiro, 10,1% em empresas de lava-jato, 7,8% como auxiliar de mecânico e 7,6% dos adolescentes haviam trabalhado em plantações agrícolas. Outros trabalhos, como feirante, servente de pintor, garçom, manicure e babá também foram citados pelos participantes. Nota-se que o trabalho infantil permeia a história da maioria dos participantes, incluindo o tráfico de drogas, definido pela Organização Internacional do Trabalho como uma das piores formas de exploração vivenciadas por esta população, por se configurar como uma fonte de renda de alta periculosidade e com danos significativos ao desenvolvimento dos adolescentes. Para lidar com esse problema social, entende-se necessário a superação de retóricas higienistas, racistas e combativas à adolescência (como a redução da maioridade penal), bem como advoca-se para a implementação de ações comunitárias e políticas públicas efetivas que garantam o acesso a direitos básicos para populações marginalizadas, sobretudo crianças e adolescentes que são cotidianamente invisibilizados até serem considerados “contraventoras da lei”.



SC 54 | Violência nas relações íntimas e População LGBTQIAP+: Compreensão e Estratégias de Enfrentamento

Thaís de Castro Jury Arnoud (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Resumo A violência se trata de uma problemática social complexa que se apresenta de modo difuso, no âmbito público e privado, a partir de diversas formas de expressão. Trata-se de um fenômeno polissêmico e multidimensional, cuja definição e caracterização é inerentemente dependente do contexto sócio-histórico e cultural. A violência nas relações íntimas se trata de um pervasivo problema de saúde pública, bem como uma grave violação dos direitos humanos. Apesar de ser uma temática amplamente investigada no cenário nacional e internacional, a compreensão do fenômeno, as principais diretrizes de atendimento e as políticas públicas ainda são construídas majoritariamente a partir de uma perspectiva cisheteronormativa. Desse modo, ainda existe um importante apagamento no que diz respeito à violência que ocorre nas relações íntimas de pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIAP+. Entretanto, estudos internacionais indicam taxas de violência semelhantes ou até maiores dentro da comunidade. Compreender os fatores de risco que contribuem para que pessoas de identidades e orientações dissidentes estejam em maior vulnerabilidade para este fenômeno é essencial para romper com a lógica cisheteronormativa dentro da ciência e prática psicológica que contribui para a manutenção de dinâmicas violentas contra populações historicamente marginalizadas. Esta compreensão deve colocar no centro demandas e vivências da população LGBTQIAP+, de modo a articular a produção do conhecimento com a proposição de políticas efetivas de prevenção e enfrentamento. Ainda, é importante não analisar a violência nas relações íntimas de maneira homonegeizadora, mas sim compreendendo particularidades de cada identidade. Compreendendo a escassez de produções sobre essa temática de alta relevância social, esta sessão coordenada tem como objetivo apresentar trabalhos sobre a violência nas relações íntimas de pessoas da comunidade LGBTQIAP+. O primeiro trabalho visa construir um modelo explicativo para a violência nas relações íntimas da população LGBTQIAP+ brasileira a partir de um estudo quantitativo transversal. O segundo trabalho tem como objetivo investigar fatores de risco, tipos de violência e impactos psicossociais do fenômeno para homens gays a partir de um trabalho qualitativo, exploratório e descritivo. O último trabalho que compõe a sessão visa apresentar dados de um estudo transcultural que investigou a violência nas relações íntimas, expressões de bifobia e indicadores de saúde mental em mulheres bissexuais brasileiras e italianas. Espera-se que a presente sessão coordenada possibilite a discussão de uma temática ainda pouco estudada no campo da Psicologia do Desenvolvimento no Brasil, bem como contribua para a promoção de estratégias efetivas de enfrentamento e prevenção deste importante problema de saúde pública.



Violência nas relações íntimas homens gays: tipos de violência, fatores de risco e impactos psicossociais

Maíra Bastos Marques (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Aline Nogueira de Lira (UNIFOR), Viviane Amy Costa Domingos Pessoa (home office)

Resumo A violência por parceiro íntimo (VPI) é fenômeno complexo, multidimensional e pode envolver diferentes fatores de risco e de proteção, bem como pessoas de diferentes orientações sexuais, incluindo os homens gays. Trata-se de uma violência interpessoal, entre duas ou mais pessoas que vivenciam relações íntimas, na qual está presente uma luta de poder que cause danos físicos, psicológicos, patrimoniais e/ou sexuais. Apesar de evidências científicas sobre a alta prevalência de vitimização e perpetração, a VPI em homens gays ainda é muito invisibilizada. O objetivo desse estudo foi compreender as experiências de VPI em homens gays, com atenção aos tipos de violência, fatores de risco e impactos psicossociais. Trata-se de um estudo qualitativo, exploratório e descritivo. A partir de uma entrevista semiestruturada foram entrevistados 8 homens gays, com idades entre 21 e 45 anos, residentes de Fortaleza e que sofreram experiência de VPI em algum relacionamento íntimo. Os dados foram analisados através da análise temática. Os principais resultados evidenciaram que a violência psicológica, presente em todos os relatos, manifestou-se através de humilhação, manipulação, controle, e ameaças, sendo frequentemente combinada com outras formas de violência. A violência física, relatada por quatro participantes, muitas vezes ocorreu de forma bidirecional, enquanto a violência sexual foi descrita em termos de coerção e agressividade não consensual. Os fatores de risco identificados incluem elementos individuais, como baixa autoestima e abuso de álcool, relacionais, como comunicação violenta, ciúmes e infidelidade, e socio-comunitários, como a homofobia internalizada, normas rígidas de gênero e desequilíbrios de poder relacionados à idade e renda. A baixa autoestima foi amplamente reconhecida como tanto uma causa quanto uma consequência da violência psicológica, exacerbando a vulnerabilidade dos indivíduos à violência nas relações. O consumo de álcool, frequentemente associado à escalada da violência, emergiu como um catalisador significativo para comportamentos agressivos. Os impactos psicossociais da VPI foram profundos e multifacetados. Muitos participantes relataram consequências graves, como o desenvolvimento de comportamentos autodestrutivos, autocensura em relações futuras, medo de novos relacionamentos, e problemas de saúde mental, como ansiedade e depressão. Alguns buscaram apoio psicológico ou psiquiátrico após o término das relações abusivas, enquanto outros relataram mudanças na percepção sobre relacionamentos e maior cautela ao iniciar novos vínculos afetivos. Os achados sugerem a necessidade urgente de intervenções que considerem as especificidades das relações entre homens gays, abordando tanto os fatores de risco individuais quanto os contextos sociais mais amplos que perpetuam a violência. Estratégias de prevenção devem incluir a promoção de autoestima, apoio psicológico, e programas de educação sobre diversidade e inclusão, visando criar relações mais saudáveis e seguras para a comunidade LGBTQ+. A complexidade das dinâmicas de poder e o impacto da violência destacam a importância de abordagens integradas que incluam a saúde mental, a justiça social e a prevenção da violência nas políticas públicas e práticas clínicas voltadas para essa população marginalizada.



Violência nas Relações Íntimas, Bifobia e Saúde mental: Experiências de Mulheres Bissexuais Brasileiras e Italianas

Thaís de Castro Jury Arnoud (PUCRS), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS),
Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS)

Resumo A violência nas relações íntimas trata-se de uma violação de direitos humanos com impactos profundos na vida de quem a vivencia. Embora afete todas as mulheres, as interseções de gênero, sexualidade, raça, classe, nacionalidade e outras categorias sociais podem produzir maior risco de vitimização devido a desigualdades sistêmicas. A literatura sugere que mulheres bissexuais são mais vulneráveis a sofrer violência perpetrada por uma pessoa parceira em comparação a mulheres heterossexuais e lésbicas. Além disso, estudos indicam que essa população apresenta piores indicadores de saúde mental. Este estudo visa compartilhar dados quantitativos preliminares de uma pesquisa transcultural desenvolvida no Brasil e na Itália sobre vitimização nas relações íntimas, bifobia (experiências anti-bissexualidade) e saúde mental de mulheres bissexuais. Participaram 2521 mulheres, sendo 79,6% do Brasil (N=2007) e 20,4% da Itália (N=514). Os instrumentos utilizados foram: Questionário Sociodemográfico, Questionário de VPI, Escala de Experiências Anti-Bissexuais e Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse. Antes de serem apresentados os exemplos de cada tipo de violência, 57% (N=1389) relataram experiências de vitimização. Os tipos mais prevalentes foram psicológico (57,4%; N=1397) e sexual (44,3%; N=1068). Além disso, 64% (N=1512) relataram sentir-se fetichizadas por seus parceiros/as/es, e 59,4% (N=1411) tiveram sua sexualidade invalidada por alguém com quem estavam se relacionando. Apenas 10% (N=239) registraram uma denúncia formal. Os sintomas de estresse foram, em geral, leves, com a amostra italiana apresentando taxas mais altas (M=17,5 DP=5,19) em comparação com a amostra brasileira (M=15,3 DP=4,38). Os sintomas de depressão também foram leves (brasileira M=13,9 DP=5,09; italiana M=13,7 DP=5,04) e os sintomas de ansiedade foram moderados na amostra brasileira (M=14,2 DP=5,27) e graves na amostra italiana (M=19,0 DP=4,10). As experiências antibissexualidade foram divididas discriminações relacionadas à suposta instabilidade da orientação sexual, irresponsabilidade sexual e hostilidade geral. Pessoas heterossexuais perpetraram a maioria das experiências, mas a amostra indicou também a perpetração por pessoas lésbicas e gays. Esses resultados preliminares sugerem uma prevalência desproporcionalmente alta de vitimização nas relações íntimas, a presença de sintomas de ansiedade, estresse e depressão, e experiências bifóbicas perpetradas não apenas por pessoas heterossexuais, mas também dentro da comunidade LGBTQ+. Além disso, embora as participantes compartilhem experiências comuns baseadas em gênero e sexualidade no sul e norte globais, particularidades são inerentes aos dois contextos sociais distintos. Conexões entre essas experiências são relevantes para construir redes de solidariedade e combater a violência; no entanto, é essencial não perder de vista as particularidades de cada grupo. Entende-se que a construção de evidências é essencial para compreender a violência interpessoal e a discriminação contra mulheres bissexuais como uma questão de saúde pública que afeta mulheres bissexuais de diferentes países e contextos sociais. Espera-se que essas evidências possam ajudar a qualificar o atendimento prestado às mulheres bissexuais, garantindo que políticas públicas possam ser construídas a fim de assegurar os direitos dessa população.



Violência por parceria íntima entre LGBTQ+: construção de um modelo explicativo

Aline Pompeu Silveira (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo A violência entre parcerias íntimas (VPI) tem sido amplamente estudada, sendo mais prevalente estudos que observam relações heterossexuais. Em contrapartida, estudos mostram taxas de violência semelhantes ou até maiores na população LGBTQ+. Parcerias heterossexuais e LGBTQ+ compartilham marcadores de risco para VPI, com LGBTQ+ enfrentando também desafios específicos devido ao estigma social. No Brasil, há uma escassez de estudos sobre a temática, o que torna relevante aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno. O termo “parceria” é utilizado de forma inclusiva para capturar a diversidade de gêneros nessas relações. A violência íntima, um problema de saúde pública global, impõe custos físicos, mentais e econômicos, exigindo políticas públicas eficazes que contemplem também as minorias sexuais e de gênero. Este estudo investiga a violência por parceria íntima (VPI) na população LGBTQ+ brasileira, com o objetivo de construir um modelo explicativo que inclua variáveis como atitudes frente ao gênero, autoestima, suporte social, sintomas depressivos e estresse minoritário. Os objetivos específicos incluem detectar a prevalência de VPI, caracterizar tipos de violência (psicológica, patrimonial, moral e identitária), comparar perpetradores e vítimas, e investigar as relações entre essas variáveis e dados sociodemográficos. A amostra incluiu 761 participantes LGBTQ+, com dados coletados por meio de questionário online. A VPI foi medida em quatro dimensões: psicológica, patrimonial, moral e identitária. Além disso, foram avaliadas atitudes frente ao gênero, autoestima, suporte social, sintomas depressivos e estresse minoritário. Resultados de análises comparativas iniciais mostram que a VPI é prevalente entre LGBTQ+, com diferenças significativas entre autores e vítimas de violência. Entre mulheres cis bissexuais e lésbicas, aquelas que foram autoras de violência apresentaram maior estresse de minoria e homonegatividade internalizada, enquanto as não autoras tiveram maior suporte social. Vítimas, independente do gênero, apresentaram maior exposição ao estigma e maiores sintomas depressivos. Testes de qui-quadrado indicaram que pessoas que relataram ser autoras de violência tinham mais chances de também terem sido vítimas. A análise também sugere que a perpetração de violência está mais associada a diagnósticos de alcoolismo e tabagismo enquanto a vitimização está relacionada a diagnósticos de ISTs, adoecimento mental. Tanto vitimização quanto perpetração parecem associadas à exposição prévia à violência intrafamiliar. A partir desses achados, pode-se inferir que o estresse minoritário e o suporte social desempenham papéis centrais na dinâmica da violência por parceria íntima em LGBTQ+. O modelo explicativo proposto que está ainda em fase inicial de elaboração pode contribuir para políticas de prevenção e intervenções específicas para essa população. Em termos de discussão, os resultados apontam para a necessidade de considerar fatores contextuais, como estresse minoritário e histórico de violência intrafamiliar, para entender a VPI em LGBTQ+. Linha 1 Processos no Desenvolvimento Humano



SC 55 | Vítimas e autores de violência: as dimensões dos maus tratos infantis a partir das notificações do setor da saúde no período de 2018 a 2022

Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará)

Resumo A violência física, sexual, emocional e a negligência correspondem aos principais tipos de maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes, podendo ser realizada por qualquer membro família com ou sem laço de consaguinidade, ou por membros externos a família. A notificação dos casos de maus-tratos infantis se caracteriza enquanto compulsória, a qual é realizada por profissionais da saúde por meio da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). As informações obtidas por meio do SINAN têm possibilitado o crescimento de pesquisas que buscam analisar as características dos maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes, fomentando o debate e a sistematização de intervenções condizentes com a realidade de cada estado e município. Contudo, há limitações metodológicas no conhecimento, referentes a coexistência de diferentes formas de maus-tratos em uma mesma criança ou adolescente, e na análise dos casos de maus-tratos em detrimento das características dos prováveis autores(as) da violência. Além disso, destaca-se a escassez de informações referentes aos(as) autores(as) presentes na ficha de notificação, a qual compromete a compreensão do fenômeno em sua complexidade. Considerando o exposto, a presente Sessão Coordenada se estrutura em três investigações. A primeira tem por objetivo caracterizar as situações de violência familiar contra crianças de 0 a 12 anos de idade notificadas entre 2018 e 2022 por meio do SINAN em estados das cinco regiões do país, sendo eles Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. O segundo estudo possui como objetivo identificar subgrupos de crianças e adolescentes com padrões distintos de exposição aos maus-tratos (i.e., violência física, violência emocional, violência sexual e negligência) e (b) investigar, de forma exploratória, se os perfis de maus-tratos encontrados diferem em relação às características sociodemográficas da vítima (i.e., idade, gênero, raça/etnia e deficiência/transtorno mental ou comportamental) e ao vínculo/grau de parentesco do(s) provável(is) autor(es) dos maus-tratos (i.e., pai/padrasto, mãe/madrasta e namorado/a). E, por fim, o terceiro estudo propõe comparar as características dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes praticada por mulheres com os casos praticados por homens nos estados Amazonas, Pará e Ceará entre 2018 e 2022. As investigações são de natureza quantitativa, descritiva e de cunho documental. Além disso, utilizou-se o as informações contidas no banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Neste sentido, abordar os maus-tratos perpetrados contra crianças e adolescentes perpassa compreender as pessoas envolvidas (vítimas, autores(as) da violência e as famílias), assim como demanda ações integradas que considerem as diversas formas de violência, as características das vítimas e dos(as) autores(as) de violência, buscando compreender o fenômeno em sua complexidade, enquanto polissêmico e multifatorial. Sendo assim, espera-se também que os dados oriundos do presente trabalho possam contribuir para políticas públicas que garantam os direitos das crianças, assim como o conhecimento sobre autores de violência contra criança e adolescentes.



Análise e Caracterização de Notificações de Casos de Violência Familiar contra Crianças no Brasil

Isadora Zirbes Linhares (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Clarissa Pinto Pizarro de Freitas (PUC-RS)

Resumo A violência familiar corresponde a toda ação ou omissão que afeta um ou mais membros da família e, portanto, afeta sua saúde, desenvolvimento, integridade e bem-estar. Ela pode ser perpetrada por qualquer membro da família que possua uma relação de poder com a vítima, com ou sem laços de consanguinidade. Características como idade, gênero, raça, presença de deficiência e experiências de crise sanitária, política, econômica e social, como a pandemia da COVID-19, são consideradas vulnerabilizadoras porque constituem fatores de risco para a experiência de violência. Neste sentido, entende-se que crianças encontram-se em maior risco de vitimização dentro das suas famílias, sendo violência física, psicológica, sexual e a negligência as principais formas de violência contra crianças. Ser vítima de violência na infância apresenta graves consequências a curto, médio e longo prazo, como maior risco de apresentar problemas de saúde mental como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Assim, considera-se a violência um grave problema de saúde pública e uma violação de direitos humanos. A elaboração de políticas públicas sensíveis aos fatores associados à ocorrência de violência familiar é urgente. Para tanto, é necessário conhecer e identificar características envolvidas nas situações de violência. Por intermédio da notificação realizada pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), é possível medir a extensão e magnitude da violência, orientando os esforços do poder público para as intervenções de prevenção e enfrentamento. O objetivo deste trabalho é caracterizar as situações de violência familiar contra crianças de 0 a 12 anos de idade notificadas entre 2018 e 2022 por meio do SINAN em estados das cinco regiões do país, sendo eles Amazonas, Pará, Ceará, Distrito Federal, São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo de caráter quantitativo, descritivo e comparativo. Os dados foram obtidos através das fichas SINAN e transferidos para um banco de dados. Foram realizadas análises descritivas. Foram identificados 125.876 casos de violência contra crianças, sendo a maioria na faixa etária de 2 a 6 anos de idade (37,4%). A negligência foi identificada como a forma de violência mais prevalente (50,9%), seguida da violência sexual (27%) e da física (22,9%). O estado de São Paulo registrou a maioria dos casos (38%) e observou-se uma redução nas notificações durante o período de isolamento social. Os pais foram os principais perpetradores, com o envolvimento das mães em 56,5% dos casos e dos pais em 40,8%. Em relação às características individuais, identificou-se que crianças negras (50,6%) e do gênero feminino (57%) foram as principais vítimas de violência. Por fim, apesar da obrigatoriedade legal em casos de violência contra crianças, apenas pouco mais da metade dos casos (56%) foi encaminhada para o Conselho Tutelar. Os dados são alarmantes e apontam para o reconhecimento de fatores que podem atuar como vulnerabilizadores para a violência. Sendo assim, espera-se que os dados oriundos do presente trabalho possam contribuir para políticas públicas que garantam os direitos das crianças e enfrentem as desigualdades sociais brasileiras envolvidas nas situações de violência familiar.



Caracterização dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes: análise dos dados das regiões norte e nordeste no período de 2018 a 2022

Jhuliane Karine Costa de Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará),

Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará),

Milene Maria Xavier Veloso (UFPA), Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS)

Resumo A violência sexual contra crianças e adolescentes é um grave problema social e de saúde pública, podendo apresentar diversas implicações e consequências emocionais e cognitivas. Nas últimas décadas do século XXI, a compreensão do fenômeno e a relação desse na trajetória de vida dos envolvidos (vítimas e autores(as)) tem sido objeto de estudo de pesquisadores. Contudo, os estudos concentram-se principalmente nas vítimas, ocorrendo menor produção acerca dos autores e as existentes estão direcionadas para autores do sexo masculino, ocasionando uma subinvestigação sobre mulheres autoras. O objetivo do estudo é comparar as características dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes praticada por mulheres com os casos praticados por homens nos estados Amazonas, Pará e Ceará entre 2018 e 2022. Trata-se de uma pesquisa com abordagem quantitativa, descritiva e exploratória, de cunho documental. Utilizou-se o banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), sendo as informações retiradas da Ficha de Notificação Individual. A sistematização dos dados ocorreu no Excel e a análise descritiva e de associação (Qui-quadrado) ocorreu no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Entre 2018 e 2022 correram 148.160 notificações, sendo 67.555 (45,6%) de violência contra crianças e adolescentes (16.739 no Amazonas, 22.308 no Pará e 28.508 no Ceará). Destas, 25.426 (17,16%) foram violência sexual contra crianças e adolescentes (8.635 Amazonas; 11.585 Pará; e 5.206 Ceará). Foram excluídas as notificações que não apresentavam o sexo dos autores, portanto, foram analisadas 24.124 (16,3%) sendo: 520 (2,2%) sexo feminino, 23.150 (96%) sexo masculino e 454 (1,9%) ambos os sexos. Os resultados demonstram que os autores(as) tendem a ser homens e/ou mulheres adultas (61,9% dos homens, 1,8% das mulheres e 1,4% ambos os sexos). As mulheres apresentaram mais chances de realizar a violência sexual com um co-autor homem em detrimento aos autores do sexo masculino, existe uma associação entre o sexo do autor e o número de envolvidos ($\chi^2=3207,139$, $p=0,000$; $gl=6$). As vítimas do sexo feminino corresponderam a 91,2% dos casos, sendo o ciclo de vida das vítimas (criança ou adolescentes) associado ao sexo dos autores ($\chi^2=75,614$; $p=0,000$; $df= 2$). As autoras do sexo feminino eram: conhecidas em 158 casos (0,7%), mães em 80 (0,3%) e namoradas em 35 (0,1%). Os autores do sexo masculino eram: conhecidos 6.524 (27,7%), namorados 3.565 (15,1%) e padrastos 2.887 (12,2%). Nos casos que envolveram ambos os sexos as principais relações eram: mãe em 315 casos (1,3%), pai 155 (0,7%) e padrastos 95 (0,4%). Portanto, a análise dos dados destaca a carência das informações dos/as prováveis autores(as) de violência no SINAN, comprometendo a compreensão do fenômeno em sua complexidade, enquanto polissêmico e multifatorial. Além disso, violência sexual cometida por mulheres como objeto de estudo consiste em um tema envolto de tabus, pois elas são as principais vítimas de violência sexual. Assim, é evidente a importância da temática para identificação dos casos de violência e para



capacitação dos profissionais responsáveis pelo acolhimento das vítimas, buscando contribuir para a criação de políticas e intervenções direcionadas às mulheres autoras de violência sexual.

Notificações de maus-tratos contra crianças e adolescentes: padrões de co-ocorrência e características associadas

Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza),
Luísa Fernanda Habigzang (PUCRS), Normanda Araujo de Moraes (UNIFOR)

Resumo Casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos contra crianças e adolescentes são notificados compulsoriamente por profissionais de saúde através da Ficha de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada, registrada no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (FIN-Sinan). Embora a sistematização desses dados permita identificar subtipos de maus-tratos infantis e descrever as características das vítimas, agressores e circunstâncias da violência, há limitações metodológicas no conhecimento dessa área. Estudos sobre maus-tratos infantis frequentemente utilizam uma abordagem orientada para variáveis, o que não permite verificar a coexistência de diferentes formas de maus-tratos em uma mesma criança ou adolescente. Para preencher essa lacuna, utilizamos uma abordagem centrada na pessoa para investigar perfis de crianças e adolescentes com padrões distintos de exposição à violência, de acordo com os subtipos de maus-tratos infantis. Especificamente, buscou-se (a) identificar subgrupos de crianças e adolescentes com padrões distintos de exposição aos maus-tratos (i.e., violência física, violência emocional, violência sexual e negligência) e (b) investigar, de forma exploratória, se os perfis de maus-tratos encontrados diferem em relação às características sociodemográficas da vítima (i.e., idade, gênero, raça/etnia e deficiência/transtorno mental ou comportamental) e ao vínculo/grau de parentesco do(s) provável(is) autor(es) dos maus-tratos (i.e., pai/padrasto, mãe/madrasta e namorado/a). Para tanto, foi conduzida uma Análise de Classe Latente de 3 etapas, realizada no Mplus (versão 7.11). Identificaram-se quatro classes latentes de maus-tratos infantis: 1. Polivitimização (19,4%): vítimas de múltiplas formas de maus-tratos, incluindo violência emocional, física, sexual e negligência; 2. Abuso Sexual (27%): vítimas com alta probabilidade de terem sofrido violência sexual; 3. Negligência (30,7%): vítimas com alta probabilidade de terem sofrido negligência; e 4. Abuso Físico (22,9%): principalmente vítimas de violência física. Comparações entre classes mostram uma probabilidade maior de meninas nas classes de polivitimização e abuso sexual, enquanto a frequência dos meninos foi superior nas classes de negligência e abuso físico. Além disso, as classes de polivitimização, abuso sexual e negligência foram compostas por crianças com menos idade, com deficiência e minorias étnico-raciais. O pai/padrasto foi o perpetrador mais frequente em casos de polivitimização e abuso sexual, enquanto o pai/padrasto e a mãe/madrasta foram os principais perpetradores de negligência. Em conjunto, esses resultados mostram a heterogeneidade de crianças e adolescentes vítimas de maus-tratos, com padrões distintos de violência. A polivitimização, com mais pessoas com deficiência e pertencentes a minorias étnico-raciais, revela a



complexidade das situações de maus-tratos, em que diferentes sistemas de opressão se cruzam, aumentando o risco das vítimas frente a dinâmicas sociais caracterizadas por desigualdades e preconceitos associados a elas. A negligência, a maior classe identificada e frequentemente associada à pobreza, revela inequidades em saúde e exige políticas públicas focadas nas condições de cuidado familiar. Por fim, a identificação dos pais como os principais perpetradores sugere a necessidade de intervenções focadas na dinâmica familiar para prevenir maus-tratos. Em conclusão, abordar os maus-tratos infantis demanda ações integradas e inclusivas que considerem as diversas formas de violência, as características interseccionadas das vítimas e estratégias de apoio familiar.



SC 56 | Vulnerabilidades biopsicossociais do envelhecimento humano na amazônia brasileira: o contexto urbano e o rural sob a ótica do curso de vida (life span)

Elton Vinícius Oliveira de Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Na amazônia, o contexto urbano e o rural, possuem especificidades biopsicossociais que constituem uma rica fonte de informações necessárias à geração de políticas públicas de atenção à pessoa idosa. Acreditamos que a teoria do curso de vida (Life Span), possibilita uma visão holística do modus vivendis de pessoas que podem ser traduzidas em uma maior ou menor satisfação de viver. Essa sessão coordenada traz consigo três estudos. No estudo 1, "Condições de Saúde e Envelhecimento bem-sucedido: um estudo com pessoas idosas rurais ribeirinhas de um município amazônico", onde realizou-se dois estudos observacionais, com 77 pessoas idosas residentes em 11 ilhas, por meio de dados sociodemográficos, condições de saúde e a Escala de Envelhecimento Bem-Sucedido. Os resultados mostraram que a maioria dos participantes percebeu a saúde como ruim, tinham suporte social satisfatório, não eram tabagistas, e etilista, com alimentação saudável, predominantemente independentes, sem polipatologia e polifarmácia, usuários dos SUS. Em relação ao EBS, as pessoas idosas, alcançaram elevada pontuação, o que pode ser melhor explicado pela modulação entre fatores psicossociais e comportamentais. No estudo 2, "Qualidade de Vida de Pessoas Septuagenárias e Octogenárias de Comunidades Ribeirinhas do Amazonas", analisou a qualidade de vida de pessoas idosas, no município do Careiro da Várzea, nas Comunidades São Francisco Costa de Terra Nova e São José Costa de Terra Nova, utilizando a versão brasileira do Questionário de Qualidade de Vida (SF-36), a partir de 70 anos. Nestas comunidades, os moradores adequam seu modo de vida, conforme as variações dos rios, aproveitando os recursos naturais. O domínio Capacidade Funcional concentra a melhor média dos participantes, e a pior média é no domínio Limitação por Aspectos Físicos. Dentre os domínios que receberam a classificação Excelente, está a Capacidade Funcional e Aspectos Sociais; Muito Bom, a Saúde Mental, Vitalidade e Estado Geral de Saúde; Bom, a Dor; Ruim, a Limitação por Aspectos Físicos, e; Muito Ruim, a Limitação por Aspectos Emocionais. No estudo 3. "Satisfação de vida em uma ILPI e em uma comunidade quilombola no Pará: a busca da garantia de serviços básicos e do bem-estar na vida octogenária", a satisfação de vida numa amostra de 20 octogenários de uma ILPI e de uma comunidade quilombola no município de Castanhal/PA, usando a ESCALA DE SATISFAÇÃO DE VIDA, identificou que, em ambos contextos, não foi identificado insatisfação da vida, porém observa-se que após os oitenta anos, a autorregulação é um comportamento muito empregado pela pessoa idosa octogenária em busca da garantia de serviços básicos e do bem-estar. Estas propostas justificam-se de acordo com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), a saber: Boa saúde e bem-estar em todas as idades; Redução das desigualdades; Paz, justiça e instituições fortes, para promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, os quais articulam-se à temática científica "Processos de Desenvolvimento ao longo do ciclo de vida" e à temática central deste evento, no que tange ao enfrentamento de crises, tendo o envelhecimento do amazônida como um grande desafio atual e futuro.



Condições de Saúde e Envelhecimento bem-sucedido: um estudo com pessoas idosas rurais ribeirinhas de um município amazônico.

Ronald de Oliveira Cardoso (SESMA)

Resumo O Brasil tem vivenciado o envelhecimento populacional e esse cenário implica em importantes mudanças epidemiológicas, representadas pela maior prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs). No entanto, evidências mais recentes, apoiadas no paradigma Lifespan, têm mostrado que é possível alcançar um envelhecimento bem-sucedido (EBS), com baixa carga dessas doenças e bom nível de funcionalidade biológica, psicológica e social. O modo de vida da pessoa idosa em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) influencia o processo de envelhecimento. Deste modo, é importante investigar as diferentes regiões do país para entender melhor suas particularidades. O contexto rural ribeirinho apresenta características socioculturais distintas e a investigação científica nesse campo é fundamental para compreender a saúde na velhice e promover o EBS neste contexto. Este trabalho tem como objetivo conhecer as condições de saúde e o EBS entre pessoas idosas que vivem no contexto rural ribeirinho do município de Cametá, no estado do Pará. Foram realizados dois estudos observacionais, descritivos, com abordagem quantitativa e coleta transversal dos dados. Participaram 77 pessoas idosas residentes em 11 ilhas fluviais. Os dados foram coletados utilizando o questionário de dados sociodemográficos, o questionário sobre condições de saúde e a Escala de Envelhecimento Bem-Sucedido (SAS-B). A análise estatística incluiu o tratamento descritivo dos dados por meio da distribuição de frequência, taxa percentual, intervalos de confiança de 95% (IC95%), mínimo, máximo, média e desvio-padrão; além de modelos de regressão e análise de árvore de decisão. Os resultados do estudo 1 mostraram que a maioria da amostra era de pessoas idosas jovens (60-69 anos de idade), do sexo feminino, casada, de cor parda, baixa escolaridade e renda, laboralmente ativos, de religião católica, residia com seus cônjuges e descendentes, eram chefes de família e proprietários da sua própria residência. Sobre as condições de saúde, observou-se que maior parte dos participantes percebeu sua saúde como ruim, tinham suporte social satisfatório, não era tabagista e etilista e considerou sua alimentação como saudável. Além disso, a maioria era funcionalmente independentes, não apresentou polipatologia e polifarmácia, porém utilizam serviços institucionais de saúde. Em relação à investigação do EBS, o desempenho das pessoas idosas rurais ribeirinhas chamou atenção de modo positivo, alcançando a pontuação média de 76,40 ($\pm 7,28$). Sobre o comportamento dos domínios do EBS, observou-se melhor desempenho no "Engajamento com a Vida" com média de 31,20 pontos ($\pm 3,21$), seguido do "Estilo de Vida Saudável" com média de 24,18 pontos ($\pm 3,15$). No estudo 2 foi possível identificar a partir da análise de regressão logística multinomial, que as categorias sexo masculino ($p=0.04$), religião não católica ($p>0.0001$), ausência de polifarmácia ($p=0.05$) e utilização de serviço de saúde ($p>0.0001$) foram as de maior importância na associação ao EBS. Ademais, a análise do modelo de árvore de decisões evidenciou três interessantes desfechos para explicar o EBS na amostra do estudo. Em uma apreciação geral dos achados revelados, denota-se que os participantes do estudo alcançaram elevada pontuação para a identificação do EBS no contexto investigado, o que pode ser melhor explicado pela modulação entre fatores psicossociais e comportamentais.



Qualidade de Vida de Pessoas Idosas Septuagenárias e Octogenárias de Comunidades Ribeirinhas do Amazonas

Ana Cláudia Cunha dos Santos (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Resumo O processo de envelhecimento é uma tendência mundial, evidenciada pelo aumento da expectativa de vida e uma maior longevidade das pessoas. Entretanto, com uma maior expectativa de vida aumentam-se as chances de se contrair doenças, peculiares ao processo de envelhecimento, que podem vir a comprometer a autonomia do indivíduo e torná-lo dependente de cuidados. A boa qualidade de vida, na velhice, está associada à independência e autonomia da pessoa idosa, para a realização de suas atividades cotidianas. O presente estudo tem por objetivo analisar a qualidade de vida de pessoas idosas de uma comunidade ribeirinha do estado do Amazonas. O estudo é exploratório-descritivo, através de pesquisa de campo, realizado no município do Careiro da Várzea, nas Comunidades São Francisco Costa de Terra Nova e São José Costa de Terra Nova. O instrumento utilizado na coleta de dados é a versão brasileira do Questionário de Qualidade de Vida (SF-36), aplicado a pessoas idosas, a partir de 70 anos, residentes na Comunidade. Estas comunidades são tipicamente ribeirinhas amazônicas; nestas, os moradores adequam seu modo de vida, conforme as variações sazonais dos rios, aproveitando todos os recursos da natureza. Os resultados preliminares deste estudo mostram que, de maneira geral, o domínio Capacidade Funcional concentra a melhor média dos participantes, e a pior média é no domínio Limitação por Aspectos Físicos, também, para todos os participantes. No geral, os domínios que recebem mais classificação como: Excelente, os domínios Capacidade Funcional e Aspectos Sociais; Muito Bom, os domínios Saúde Mental, Vitalidade e Estado Geral de Saúde; Bom, para o domínio Dor; Ruim, para o domínio Limitação por Aspectos Físicos, e; Muito Ruim, para o domínio Limitação por Aspectos Emocionais. Observa-se que estas pessoas idosas, apesar da baixa escolaridade estão satisfeitas com sua qualidade de vida, preservando sua autonomia e independência funcional. Participam ativamente das atividades sociais, principalmente nos Eventos Religiosos, além da realização de trabalhos domésticos e, em sua maioria, ainda exercem atividades na agricultura, contribuindo para o sustento e o aumento da renda familiar.

Satisfação de vida em uma ILPI e em uma comunidade quilombola no Pará: a busca da garantia de serviços básicos e do bem-estar na vida octogenária

Elton Vinícius Oliveira de Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará), Italo Sergio Lopes Campos (UFPA - Universidade Federal do Pará), Elivelton de Souza Maia (PROFISSIONAL LIBERAL), Nalanda Lopes Monteiro

Resumo O estilo de vida de pessoas que residem em Instituições de Longa Permanência de Idosos (ILPI) nos centros urbanos e o estilo de vida de pessoas idosas que residem em uma comunidade quilombola, à primeira vista, dá-nos ideia de um



ambiente mais favorável do que outro, podendo impactar no bem-estar na vida senil. Considerando o curso de vida, vivido predominantemente, na cidade ou no campo, o isolamento social, que permeia a vida de um octogenário é um fator comum em ambos contextos, onde desenvolvem-se homens e mulheres, podendo ser um objeto de estudo de grande valia nos estudos sobre o envelhecimento no Brasil e em especial na região amazônica. Este estudo teve como objetivo investigar o nível de satisfação e vida em uma amostra de 20 pessoas idosas com $80,0 \pm 4$, anos, sendo 5 homens e 5 mulheres pertencentes a uma ILPI e uma comunidade quilombola, no município de Castanhal/PA. A avaliação se deu por meio da ESV- ESCALA DE SATISFAÇÃO DE VIDA proposta por Diener, Emmons, Larsen, &Griffin, (1985), adaptada e validada para Adultos e Adolescentes Brasileiros por Zanon et al., (2013). Além disso, os entrevistados responderam sobre três questões abertas com o objetivo de identificar variáveis comportamentais relacionadas ao curso de vida, avaliadas por meio da análise do discurso proposto por BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, p. 89, (2008). Resultados: Na ILPI, entre os homens, prevaleceu a satisfação de vida que variou de alta (20%), muito alta (20%) e média (60%); enquanto que entre as mulheres, abaixo da média (40%), média (40%) e alta (20). Na comunidade quilombola, a satisfação com vida é predominantemente muito alta entre os homens (90%); enquanto que no sexo feminino variou entre 50% alta e 50% muito alta. Quando perguntados como se veem como uma pessoa idosa, em ambos os contextos, a grande maioria (80%) não tem palavras para sintetizar a realidade que vive! Quando perguntado sobre algo que marcou sua vida, muitos não lembram, indicando traços de demência. Quando perguntados se tem o tratamento que merece. Na ILPI, as visitas, ainda que esporádicas dos familiares e a amizade dos que nela residem, favorece o bem-estar, compensando queixas de escassez de recursos materiais. Nas comunidades quilombolas, as reuniões sazonais por ocasião dos festejos culturais, que lembram o passado histórico dos antigos moradores, além da oportunidade de voz nas decisões da coletividade, aumentam a autoestima em compensação ao isolamento geográfico que é dado pela distância das residências. O destaque, no curso de vida, das pessoas quilombolas é o passado marcado pelo sofrimento e a continuidade da vida com poucas oportunidades, tendo o analfabetismo como uma perda irreparável que dificulta uma maior independência. De um modo geral, em ambos contextos (urbano/rural), não foi identificada insatisfação da vida, porém observa-se que após os oitenta anos, a autorregulação é um comportamento muito empregado pela pessoa idosa octogenária em busca da garantia de serviços básicos e do bem-estar

XIII CONGRESSO BRASILEIRO de PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

Pôsteres





PO 001 | “A rua ensina o que a vida não explica”: intervenções psicossociais com pessoas em situação de rua

Ednara Silva dos Santos, Anne Graça de Sousa Andrade (FLF - Faculdade Luciano Feijão)

Resumo O Estágio Supervisionado é uma oportunidade essencial para que os estudantes desenvolvam habilidades e competências fundamentais para sua futura carreira, permitindo-lhes uma imersão mais próxima da realidade social e prática. Ao adquirirem conhecimentos e técnicas psicológicas, os estagiários estão melhor preparados para aplicar modelos de intervenção na comunidade. Desse modo, o objetivo deste trabalho é relatar a experiência da construção e aplicabilidade do Projeto de Intervenção desenvolvido no Estágio Supervisionado I com ênfase em Psicologia social e jurídica. A experiência ocorreu no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), no município de Sobral - Ceará, no mês de julho, com a participação de 12 usuários do serviço. Nesse sentido, o projeto intitulado “Quem eu sou, você só vai perceber quando olhar nos meus olhos, ou melhor, além deles.”: Caminhos de olhar além à população em situação de rua, foi pensado e construído a partir das observações feitas pela estagiária durante os meses entre março e junho, sob orientação da supervisora e da preceptora. O projeto buscou compreender, a partir das vivências da população em situação de rua (PSR), os modos de ser, habitar e cuidar. No encontro realizado, os usuários puderam assistir um documentário “Eu existo” que retrata a vida nas ruas de Sobral e seus enfrentamentos, gravado nas ruas de Sobral no ano de 2019 e comentar sobre, de modo que percebe-se uma ambiguidade nos discursos, já que alguns relatam enxergar um espaço de liberdade, enquanto outros enxergam um lugar de privações. Para além disso, houve um momento de roda de conversa em que muitas coisas vieram à tona, como: as condições mínimas de sobrevivência; a rua como um ambiente perigoso ou como uma oportunidade de liberdade com suas próprias regras; ausência de laços sociais e segurança. Ademais, foi observado que embora viver nas ruas envolva perdas, também é possível o desenvolvimento de habilidades de sobrevivência e a construção de laços afetivos significativos, tanto entre pares, como com os profissionais das políticas públicas. Nesse sentido, o estágio e aplicação do projeto trouxe contribuições valiosas tanto para a formação em Psicologia quanto para a diminuição dos estigmas relacionados à PSR, ao permitir que a discente aplicasse na prática, os conhecimentos adquiridos durante a graduação. Assim, o estágio possibilitou um entendimento mais profundo das complexidades e desafios enfrentados por essas pessoas. Dessa forma, essa experiência, não só aprimora a formação profissional, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais empática e inclusiva, onde as vozes das pessoas em situação de rua são ouvidas e respeitadas.



PO 002 | “Saúde de viver”: As implicações para o desenvolvimento afetivo e para a saúde mental de trabalhadores infantis em cumprimento de medida socioeducativa de internação

Rytha de Cassia Silva Santos, Alice Victória Simplício Fernandes, Tâmara Ramalho de Sousa Amorim (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Este trabalho objetiva analisar as implicações para o desenvolvimento afetivo e para a saúde mental de trabalhadores/as infantis encarcerados em medidas socioeducativas de internação (MSEI). O trabalho infantil (TI) é qualquer atividade realizada por crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos, salva na condição de jovem aprendiz a partir dos 14 anos. O TI representa uma violência que fere os direitos fundamentais desse público, visto que acarreta consequências negativas para o seu desenvolvimento biopsicossocial como o encarceramento em MSEI. Já encarcerados/as, os/as trabalhadores/as infantis ampliam a sua vivência de violência que desencadeia situações de sofrimento psíquico descrito como sofrimento ético-político, já que se alicerçam nas violações de direitos que vivenciaram. Segundo a Psicologia Histórico-Cultural (PHC), o sujeito se desenvolve pela atividade intencional que realiza no meio com o propósito de suprir suas necessidades determinadas socialmente. Essa relação se dá pela mediação de ferramentas (instrumentais e simbólicas) construídas social, histórica e culturalmente que, internalizadas, promovem uma apropriação mais sofisticada do contexto, assim como o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (FPS) como a afetividade representada pelos sentimentos e emoções. Estas se originam das experiências emocionais que os sujeitos vivenciam em suas relações sociais sendo marcadas por características sociais e singulares. Com isto, esta pesquisa se sucedeu em uma Unidade Socioeducativa com quatro adolescentes em cumprimento de MSEI. Utilizou-se como instrumento de coleta uma entrevista semiestruturada que abordava as características biossociodemográficas, a trajetória de trabalho infantil, o envolvimento em atos tipificados como infracionais e a situação de saúde mental dos participantes. As informações coletadas foram analisadas sob a Análise Temática de Conteúdo com o auxílio do software Maxqda. Os resultados revelaram que os entrevistados eram adolescentes de 16 e 17 anos, brancos e negros, que foram trabalhadores infantis devido a necessidades financeiras e que terminaram sendo encarcerados em MSEI. Uma vez encarcerados, os participantes relataram vivências relacionadas (1) ao afastamento da família que desencadeia sentimentos de saudade, tristeza e culpabilização de si; (2) a institucionalização e a violência institucional que promovem sentimentos de tristeza, agitação e raiva; (3) a relação com os demais socioeducandos que desencadeiam sentimentos positivos pela relação de cooperatividade que existe entre estes. Esse contexto revela que a situação social de desenvolvimento dos entrevistados colocou a necessidade de se inserirem precocemente no trabalho infantil para sobreviverem juntamente com os seus familiares. Após isso, esses foram encarcerados em MSEI que ampliaram as situações de violência que vivenciavam desencadeando, em especial, sentimentos e emoções negativos que reverberam uma situação de sofrimento ético-político. Conclui-se que a violência contra crianças e adolescentes, em especial, o trabalho infantil e o encarceramento em MSEI se constituem como mediadores que desencadeiam sentimentos e emoções negativas nesses sujeitos que promovem o adoecimento psíquico desses.



PO 003 | A arte como direito da criança: reflexões a partir da experiência de crianças abrigadas pela enchente do Rio Grande do Sul

Laura Brito Gomes (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Luciana Martins Vieira (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), Ana Carolina Brandão Verissimo

Resumo Este estudo de abordagem qualitativa busca, a partir de importantes reflexões sobre as infâncias, arte e direitos humanos, discutir a experiência da tragédia político-ambiental das enchentes no Rio Grande do Sul. Seu principal objetivo é analisar a arte enquanto recurso para o bem-estar e desenvolvimento infantil a partir de uma situação traumática. Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul registrou uma das mais devastadoras tragédias: aproximadamente 90% dos municípios do estado foram atingidos por fortes chuvas que resultaram na maior enchente do estado, afetando milhões de pessoas que necessitaram abandonar suas moradias para sobreviver. Em caráter emergencial, criaram-se abrigos como forma de receber, amparar e minimamente oferecer condições e direitos para as pessoas que haviam perdido bens materiais e também a vida de familiares. Assim, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) colocou à disposição dos gaúchos seu Parque Esportivo. Em um movimento coletivo, diferentes escolas nas quais compõem a Universidade assumiram papéis dentro da organização estabelecida. A Escola de Humanidades, o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Laboratório das Infâncias responsabilizaram-se pelo serviço de acolhimento às crianças abrigadas. Adaptando-se à demanda estabelecida, uma das salas do Parque Esportivo transformou-se na Brinquedoteca, oferecendo momentos lúdicos para as crianças de 0-12 anos. A equipe que participou da Brinquedoteca para acolher as crianças contou com profissionais e estudantes da Escola de Humanidades da PUCRS, membros do Laboratório das Infâncias e outros colaboradores, cuja adesão foi totalmente voluntária. Participaram desta pesquisa nove voluntárias da Brinquedoteca, todas mulheres na faixa etária entre 18 e 25 anos ou 41 e 60 anos e que proporcionaram experiências artísticas para as crianças. Utilizou-se como recurso para a coleta de dados um formulário estruturado disponibilizado virtualmente de adesão facultativa e anônima. Para análise de dados, optou-se pela Análise de Conteúdo, a qual tratou os dados a partir das seguintes categorias: a criança enquanto sujeito de direitos, a arte como potência para o bem-estar infantil e a ludicidade como garantia das infâncias em meio à crise. A pesquisa apresenta que a enchente de maio reforça a vulnerabilidade social e que a importância dos vínculos contribui para o bem-estar infantil e o seu desenvolvimento. Além disso, as participantes compreendem a importância de espaços de recreação e de experiências com arte nos abrigos como possibilidade de resiliência da ludicidade em meio à crise. A experiência da arte permeia este contexto configurando-se como via de exploração, elaboração e expressão do trauma vivido pelas crianças e como registro que potencializa o reconhecimento das infâncias vulnerabilizadas por esta tragédia. Se conclui que a criação de espaços como a Brinquedoteca dentro de abrigos operou a favor dos direitos das crianças, assegurando seu bem-estar e a continuidade da experiência infantil em meio ao trauma. Os recursos lúdicos viabilizaram uma vivência o mais agradável possível para estas crianças que tiveram de deixar suas casas, impedindo que se afastassem do convívio com outras crianças e de seu direito de brincar.



PO 004 | A compreensão de crianças sobre promessas: uma revisão sistemática

Laura Cunha Melnicky, Debora de Hollanda Souza (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Luana Barretto Borges (UFSCAR)

Resumo Promessas são atos de fala que expressam a intenção de realizar uma ação futura e estabelecem um compromisso com a outra pessoa acerca do que foi prometido. Diferentemente de uma afirmação que se caracteriza pelo fato de que o informante se compromete a dizer que algo é verdade (i.e., “Tom é um dançarino”), em uma promessa, o informante se compromete a fazer algo se tornar verdade (i.e., “Eu prometo que buscarei o bolo”). Além disso, enquanto as afirmações expressam o que o informante acredita (i.e., na afirmação “Tom é um dançarino”, o informante acredita que esta é a ocupação do Tom), as promessas expressam a intenção do informante (i.e., na promessa “Eu prometo que buscarei o bolo”, o informante esclarece a sua intenção de buscar o bolo). As promessas exercem também efeitos sobre o comportamento humano de diferentes formas - tanto no domínio da moralidade e da honestidade (e.g., um valor moral importante é o de cumprir promessas), quanto no que diz respeito à confiança interpessoal e/ou epistêmica (i.e., Será que podemos confiar em alguém que quebra promessas?). Mas como crianças de diferentes idades compreendem e avaliam possíveis quebras de promessas? O presente trabalho teve como objetivo apresentar os resultados de uma revisão sistemática de estudos da Psicologia do Desenvolvimento que investigaram o fenômeno das promessas em crianças ou adolescentes. A busca foi feita por artigos publicados no período de 2014 a 2024, em três bases de dados: PsycInfo, Psyc e Scielo. Quatro grupos de palavras-chave em inglês foram utilizadas: “promise” e “development”; “promises” e “development”; “promises” e “trust”; “promise” e “trust”. Os critérios de inclusão foram: a) serem artigos empíricos publicados em português, inglês ou espanhol; b) com revisão por pares; c) que estudam promessas em crianças ou adolescentes; e d) que definem promessas como um ato de fala que expressa uma intenção e um compromisso. O aplicativo Rayyan foi utilizado para o gerenciamento dos resultados. Foram encontrados 148 artigos, todos encontrados na base PsycInfo. Nenhum artigo foi encontrado nas bases Psyc e Scielo. Dos 148 artigos resultantes da busca inicial, 13 eram duplicados em razão da similaridade de alguns grupos de palavras-chave. Os resumos dos 135 artigos restantes foram lidos, mas apenas 08 artigos atendiam todos os critérios de inclusão. Alguns estudos se voltam para testar condições favoráveis para as crianças manterem suas promessas. Outros direcionam sua atenção para a avaliação feita por crianças e se estas confiam ou não em outras pessoas que não cumprem suas promessas. O número ainda limitado de estudos nacionais e internacionais sobre a temática, bem como os resultados já encontrados apontam para uma linha promissora de pesquisa para a Psicologia do Desenvolvimento.



PO 005 | A Construção da Identidade e Representatividade Racial Através do Cinema

Gesllanny Thalliya Maia Santos, Fabrícia Teixeira Borges (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo Diante de um contexto histórico que engloba 400 anos de regime um escravocrata no Brasil, e que após a abolição da escravidão, não houve respaldo às vítimas, ou oportunidades de ascensão de vida, o racismo estrutural se fincou na sociedade brasileira. De tal modo que a temática racial é um tema recorrente e necessário na atualidade. A razão de tal frequência e necessidade, é que todos os dias alguma pessoa negra será vítima de racismo, será a mais provável a sofrer uma violência policial, a mais provável de ser a primeira acusada de um crime, a mais provável de perder uma oportunidade de emprego, ou até mesmo não conseguir alavancar uma carreira.

Essa questão racial, atinge tanto pessoas de populações carentes, quanto pessoas negras de influência, como por exemplo, atores negros. Estes não estão isentos de perder um papel pela cor da pele, ou só conseguir papéis caricatos e “bobos”. Pensando em um contexto de racismo estrutural, esse projeto visou pesquisar e analisar como as questões raciais são tratadas pela mídia, com um foco em filmes negros. E através dessa apresentação feita pela mídia, o projeto teve o intuito de analisar como essas representações afetam pessoas negras. Ocorre que a identidade cultural passa a ser pautada pela representação social. Em função da globalização, a tecnologia permite e amplifica o acesso das massas a diferentes meios de informação, a realização de verdades passa a ocorrer de maneira mais rápida e ditada pela comunicação tecnológica.

Para este projeto, a metodologia usada foi debates e rodas de conversas após a exibição de filmes que tratam da problemática a ser pesquisada. Os debates e a exibição de filmes ocorreram no campus Darcy Ribeiro da UnB, especificamente no Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP), onde ocorre o projeto Cinepsi que tem o objetivo de trazer filmes variados para a comunidade acadêmica debater sobre. As rodas de conversa em relação aos filmes que foram trabalhados, foram gravadas para serem usadas como material no projeto.

Dentre os filmes escolhidos, foi exibido “Medida Provisória”(2022); filme brasileiro que conta com a direção de Lázaro Ramos e trata-se de um filme com realidade distópica, onde em uma iniciativa de reparação pelo passado escravocrata, o governo brasileiro decreta uma medida provisória e provoca uma reação imediata no Congresso Nacional. Os parlamentares aprovam uma medida que obriga os cidadãos negros a se mudar para a África na intenção de retomar as suas origens. Os dados coletados a partir da exibição desse filme, mostraram principalmente o medo e a revolta, dos participantes do debate, diante do racismo estrutural, das abordagens policiais, das injúrias raciais e trouxe grandes reflexões acerca de oportunidades para pessoas negras e a questão das cotas na universidade. De modo geral, a discussão desse filme promoveu reflexões sobre vivências de pessoas negras, como o que compõe a negritude e o que é ser uma pessoa negra no Brasil. Foi possível captar e analisar a representatividade proposta e no filme e como isso chegou ao público alvo.



PO 006 | A escolha profissional como processo: um olhar desenvolvimentista para alunos finalistas do Ensino Médio

Letícia dos Santos Fonseca (FDCI - Fac. de Direito de Cachoeiro do Itapemirim)

Resumo Durante o desenvolvimento na adolescência, uma questão importante que se apresenta relaciona-se ao processo de Escolha Profissional, que envolve não apenas questões individuais, mas também do contexto sócio-cultural-econômico no qual o indivíduo é pertencente. O objetivo deste estudo é verificar a influência das crenças de autoeficácia e de aspectos psicossociais no processo de escolha profissional de adolescentes concluintes do ensino médio. Participaram quatro estudantes que cursavam o terceiro ano regular do ensino médio em uma escola pública estadual da região sul do Espírito Santo: Bento (17 anos), Manuela (18 anos), Sophia (17 anos) e Stephany (17 anos). Eles foram selecionados a partir da classificação “alta” obtida na fase de triagem por meio da resposta a Escala de Autoeficácia para Escolha Profissional (EAE-EP), que avalia a crença dos indivíduos na própria capacidade de se engajarem em atividades relacionadas à escolha profissional. Os resultados da EAE-EP baseiam-se em quatro fatores de autoeficácia: Autoavaliação, Coleta de Informações Ocupacionais, Busca de Informações Profissionais Práticas e Planejamento de Futuro. Os quatro responderam também a uma entrevista individual com roteiro semiestruturado, criada para essa pesquisa, objetivando a investigação da percepção dos participantes quanto aos aspectos que influenciam em suas escolhas profissionais e conhecer as concepções dos adolescentes sobre suas crenças de autoeficácia. Os resultados foram organizados baseados nos dados da tabela geral da escala. Para análise das transcrições das entrevistas, foram elaboradas seis categorias a partir da organização e do agrupamento por semelhança dos conteúdos citados pelos participantes. Após a transcrição completa das entrevistas, realizou-se a leitura, a extração de conteúdos significativos, a elaboração de categorias iniciais, elaboração de categorias detalhadas e resumidas e discussão para validação das categorias. Tais categorias estão citadas a seguir: Categoria 1: Possibilidade de mudança profissional; Categoria 2: Planejamentos para o futuro; Subcategoria 2.1: Preparação para o ENEM; Subcategoria 2.2: Planejamento financeiro; Categoria 3: Influência do convívio social; Subcategoria 3.1: Convívio com profissionais da área de interesse; Subcategoria 3.2: Convívio com profissionais de áreas diferentes das de interesse; Categoria 4: Busca por informações; Subcategoria 4.1: Uso da internet; Subcategoria 4.2: Visitas a faculdades; Categoria 5: Aptidão profissional; Categoria 6: Experiência pessoal. Os resultados encontrados mostram que os participantes demonstraram segurança ao identificarem seus interesses profissionais e descreverem experiências pessoais que ajudaram na decisão profissional. Visitas realizadas a instituições de ensino superior e a influência do convívio foram citados por esses adolescentes como fundamentais ao processo de escolha profissional. Identificou-se a relação entre experiências pessoais e autoeficácia. A importância de fornecer informações sobre o mundo do trabalho, de orientação profissional, de favorecer e considerar o desenvolvimento dos adolescentes. As concepções dos participantes vão ao encontro dos resultados obtidos na EAE-EP. Uma vez que, para esse instrumento, quanto maior for a pontuação obtida, maior será o nível de percepção do indivíduo acerca de sua própria capacidade de realizar uma escolha profissional. Além disso, os aspectos contextuais atuaram como fatores de importante influência no processo de escolha profissional dos participantes.



PO 007 | A experiência da sexualidade para mulheres idosas de Natal/RN: uma compreensão fenomenológica

Amanda Karênina Galvão de França (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Resumo Este resumo deriva de pesquisa de mestrado em andamento, dedicada à compreensão fenomenológico-heideggeriana da sexualidade em mulheres idosas. Este tema é marcado por interdições que parecem negar a experiência da sexualidade às idosas. Assim, sua discussão tem se mostrado velada na cotidianidade, especialmente pelos significados circundantes da historicidade sobre o ser mulher idosa, associando-a a uma existência delineada pelo cuidado à família. No âmbito acadêmico também há escassez dessa discussão, pois têm sido privilegiados estudos enfocados nas limitações físicas ou doenças relacionadas ao envelhecimento feminino. Nesse sentido, as concepções vigentes sobre o que é ser uma idosa parecem negar a intersecção entre envelhecimento feminino e sexualidade, estabelecendo uma normatização das existências femininas, que apresenta idosas como assexuadas. Questionamo-nos se isso não interpela nossa compreensão sobre os modos de ser de mulheres idosas, fazendo com que acolhamos apenas suas questões físicas, em detrimento das que compõem sua existência de modo integral. Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender a experiência de sexualidade para mulheres idosas da cidade de Natal/RN à luz da fenomenologia heideggeriana. Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de inspiração na fenomenologia como proposta pela hermenêutica heideggeriana, que é um ofício interpretativo. Nessa perspectiva, a compreensão fundamenta a interpretação, cuja estrutura desvela o círculo hermenêutico, que não se resume a um método científico, sendo o modo como tecemos todas as nossas compreensões enquanto existentes, estruturado numa posição prévia, visão prévia e concepção prévia. O momento interpretativo desta pesquisa se inspira numa proposta metodológica que adapta para a pesquisa em psicologia, os modos de ver o fenômeno: afetação pelo depoimento ouvido; identificação de temas e diálogo entre as reflexões feitas mediante etapas anteriores e a literatura. Foi realizada uma entrevista narrativa, registrada num diário de afetações, que foi a ferramenta de análise utilizada. Nele, foram documentados os momentos compreensivos da pesquisadora em seu encontro com a participante, o fenômeno investigado, e as afetações suscitadas antes, durante e depois da realização da entrevista. A participante é uma mulher de 74 anos cujo nome foi substituído por Maria que, ao falar de seu cotidiano, revela sua relação consigo mesma, com seu envelhecimento e com os outros, apresentando a realização de seu modo de ser idosa pela via dos cuidados com os outros, destacando-se a relação com seu marido em que figura constantemente como cuidadora. Essa experiência parece corresponder às possibilidades que se desvelam em nosso horizonte histórico para as idosas, as quais também aparecem quando ela descreve seu envelhecimento como uma descida ladeira abaixo em direção à morte. O envelhecimento a apresenta à morte como possibilidade e único evento que pode projetar atualmente. Nesse sentido, a participante referiu experiências de desejo sexual, compreendidas por ela como carinhos fraternais que gostaria de matar, revelando a interdição dessa possibilidade em seu existir sendo idosa. Assim, mesmo percebendo-se desejante, seus desejos são silenciados pelo sentido



histórico de ser mulher idosa. Portanto, os resultados preliminares desta pesquisa possibilitam olhar à sexualidade como existencial, não se restringindo apenas ao sexo, mas sendo um modo de ser.



PO 008 | A habilidade de resolução de problemas como fator de prevenção à saúde mental de estudantes

Maria Eduarda Teixeira Benício

Resumo A forma com a qual aprendemos, ao longo da vida, a lidar com os desafios dialoga com o estado de bem-estar físico, emocional e psicológico dos sujeitos, visto que a capacidade de resolução de problemas, ou seja, as estratégias de enfrentamento frente às dificuldades, é uma habilidade fundamental para a manutenção da saúde mental. O objetivo do presente estudo foi investigar como a habilidade de resolução de problemas se relaciona com os indicadores de saúde mental de depressão e ideação suicida em estudantes de ensino médio e ensino superior, período do desenvolvimento no qual se atravessam inúmeros desafios referentes à idade, às mudanças e às relações interpessoais. A amostra incluiu 463 pessoas, dos quais 238 eram estudantes de ensino médio (51,4%) e majoritariamente mulheres (59,6%). Para tal, foram utilizados instrumentos psicométricos de depressão e ideação suicida, além de um questionário de resolução de problemas e itens de caracterização da amostra; nesses, foram usadas a correlação de Pearson e a regressão linear como método de análise para responder aos objetivos dessa pesquisa. Os resultados indicaram que a habilidade de resolução de problemas (RP) está correlacionada de forma positiva, porém fraca, com os indicadores de saúde mental de depressão (CESD) e ideação suicida (ISO); a correlação de Pearson foi significativa para ambos depressão (0,209; $p < 0,01$) e de ideação suicida (0,241; $p < 0,01$). Além disso, por meio de uma análise de regressão linear, também foi possível verificar que a RP aparece como um preditor significativo da depressão, com $B = 0,209$ ($p < 0,001$), sendo R^2 de 0,041, indicando que cerca de 4,1% da variação na depressão pode ser explicada pela resolução de problemas. Em relação à ideação suicida, a RP foi um preditor significativo, com um coeficiente B de 0,241 ($p < 0,001$). O R^2 foi de 0,056 indica que 5,6% da variação na ideação suicida pode ser explicada pelas habilidades de resolução de problemas. Esses achados corroboram a literatura, uma vez que a habilidade de resolução de problemas tem se mostrado cada vez mais relacionada à saúde mental, destacando-se a importância do desenvolvimento dessa habilidade na idade escolar como fator preventivo às questões urgentes de saúde mental que têm atravessado esse período da vida.



PO 010 | A influência da masculinidade na infância: uma revisão de escopo

Dafne Serafim Cosendey Toledo, Consuelena Lopes Leitão (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Resumo Ao investigar questões de gênero, percebe-se a predominância das discussões sobre o feminino. No entanto, compreender as dinâmicas de poder nas relações de gênero exige também o estudo do masculino e suas consequências contemporâneas. Esta revisão de escopo examina a influência da masculinidade na infância, baseada na produção científica nacional dos últimos cinco anos, com artigos brasileiros das bases Periódicos Capes, Scielo e BVS. Após aplicar critérios de inclusão, seis artigos qualitativos foram selecionados para análise. Quatro dos artigos focaram nas experiências infantis com a masculinidade, discutindo temas como a influência de professores, brinquedos, balé e representações do masculino. Os outros dois analisaram homens envolvidos em processos criminais por violência conjugal, investigando a influência da masculinidade em suas infâncias e adolescências. Apesar das áreas de estudo variarem entre educação física, psicologia, enfermagem e educação, todos os artigos adotaram uma postura crítica em relação às relações de gênero, tratando-as como construções sociais. A análise identificou cinco pontos principais. O primeiro é o papel do pai como modelo de masculinidade e provedor do lar, mencionado em quatro artigos e três deles destacaram a repetição dos comportamentos paternos como uma forma de construir a identidade masculina. O segundo ponto é a escola como local de reprodução da masculinidade hegemônica, seja pela pressão dos colegas (em um artigo) ou pela orientação dos professores (em quatro artigos). Em terceiro lugar, a generificação do lúdico, dois artigos abordaram brinquedos e brincadeiras como ferramentas reforçadoras de estereótipos de gênero, e outros dois apontaram a crença que realizar atividades vistas como “femininas” levaria a homossexualidade. O quarto ponto trata dos estereótipos de gênero reforçados por falas e comportamentos de adultos, presentes em quatro artigos. Por fim, três artigos discutiram a necessidade de mudanças sociais nos papéis e representações de gênero, destacando que as crianças têm a capacidade de ressignificar esses processos quando expostas a novas experiências. Um dos artigos apresentou o caso de um menino que subverteu as expectativas de gênero ao dançar balé, desafiando a pressão dos pares com o apoio dos pais. Esses resultados indicam que a família e a escola desempenham papéis fundamentais na construção da masculinidade na infância, com a masculinidade hegemônica sendo reforçada por adultos através de seus discursos e comportamentos. No entanto, as crianças também mostraram potencial para reformular essa masculinidade ao serem expostas a novas possibilidades. Uma limitação da pesquisa foi a escassez de artigos focados na masculinidade, possivelmente devido ao curto período analisado. Além disso, quatro dos artigos apresentaram a maioria de suas referências anteriores a 2014, evidenciando uma produção científica limitada sobre o tema. Esses achados reforçam a necessidade de mais pesquisas que explorem a masculinidade na infância, especialmente sob a perspectiva de gênero. Esta revisão contribui para o entendimento de como a masculinidade é construída socialmente e sugere que há espaço para mudanças nas práticas culturais e sociais que influenciam essa construção. Proporcionar novas experiências às crianças pode promover a ressignificação dos papéis de gênero e desafiar as normas da masculinidade hegemônica.



PO 011 | A influência das mídias sociais em casos de suicídio entre jovens e adolescentes: uma revisão integrativa

Gisele Rocha de Moura

Resumo Dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (2017) apresentam que, no Brasil, o suicídio é a quarta maior causa de morte em pessoas entre 15 e 29 anos. O presente trabalho, denominado "A influência das mídias sociais em casos de suicídio entre jovens e adolescentes: uma revisão integrativa", é uma revisão integrativa que tem por objetivo analisar os conhecimentos e materiais científicos produzidos acerca da influência das novas tecnologias sociais em casos de suicídio entre jovens e adolescentes. As bases de dados utilizadas foram: Capes, SciELO e Pubmed utilizando os descritores: "Suicídio", "Autolesão", "Mídias Sociais", "Redes Sociais", "Jovens", "Adolescentes", no período entre 2018 e 2024. Foram encontrados 79 trabalhos (somatório das três bases de dados), nos quais foram desconsiderados 50 pelos motivos: 1. Idioma/país de publicação (literatura em inglês/espanhol; publicados do Chile, México...); 2. Não condiz totalmente com o tema estudado; 3. Artigos repetidos em mais de uma base. De acordo com a análise, a influência das redes sociais em casos de suicídio se dá pela disseminação de jogos e discursos que incitam o atentado contra a vida, questões de estética e estima impostos nas grandes redes de comunicação, cyberbullying, entre outros aspectos que relacionam mídia e suicídio. Destaca-se a importância de manter a análise e investigação da temática para melhor entendimento do fenômeno e promoção de estratégias de prevenção.



PO 012 | A Influência do Racismo nas Decisões Judiciais: Reflexos da Psicologia no Encarceramento da População Negra

João Roberto Pimentel de Vasconcelos (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Laura de Souza Lima (UFT), Cibelly De Paula Alves Lima (UFT)

Resumo Este trabalho é um desdobramento de um projeto de PIBIC que receberá apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins que faz um recorte de um estudo maior sobre Psicologia, Práticas de Governo e Direitos Humanos e cujo objetivo é analisar elementos raciais na tomada de decisões judiciais voltadas à população negra. Compreendemos que essa questão não pode ter isenção de debate pela psicologia, visto que, segundo o Conselho Federal de Psicologia (2021), essa ciência historicamente foi utilizada contribuindo para a lógica de manter os “desviantes identificados” encarcerados o maior tempo possível, principalmente a partir de exames criminológicos, parâmetro esse que contribuiu para a segregação e aniquilação da população negra, porquanto traços negróides foram atribuídos como critério de avaliação para muitos testes (ARFELI; MARTIN, 2023). O recorte estabelecido neste trabalho busca trazer elementos que subsidiem os esforços de discussão por uma Psicologia “Antirracista”, em complemento ao empreendimento que já vem sendo realizado pelo Conselho Federal de Psicologia em algumas de suas publicações (CFP, 2017; 2022; 2022). Logo, partindo de uma metodologia com base na Cartografia Social (PRADO FILHO & TETI, 2013) que busca se debruçar sobre diferentes saberes e poderes que circulam dentro de um diagrama social, pudemos identificar documentos de domínio público como o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024) e analisar como diferentes discursos socialmente construídos baseado no racismo reflete, por exemplo, no dado de que, segundo o mesmo, desde 2010 vem se tendo uma crescente constante da porcentagem da população negra encarcerada, saindo de 59,8% no ano referido para 69,1% em 2023. Já na população branca, pode-se analisar que existiu um movimento de declínio, onde - nos mesmos anos analisados anteriormente - pode-se perceber uma queda de 37% para 29,7%, demonstrando uma proporção inversamente proporcional entre negros e brancos dentro dos presídios. Além disso, se em 2005 menos da metade da população encarcerada total era representada por negros, em 2023 temos que essa população representa mais de 80%. Ademais, 78% das Mortes Violentas Intencionais (MVI) e 82,7% das mortes decorrentes de intervenção policial em 2023 ocorreram com a população negra, demonstrando como a abordagem policial também possui reflexos do racismo em suas práticas, fator corroborado pelo dado de que 65,05% dos profissionais percebem que pretos e pardos são priorizados nas abordagens, o que contribui para a lógica de necropolítica brasileira (BARROS, 2008). Ademais, o próprio sistema de justiça negligencia o processo legal para com essa população, onde os dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015) apontam que o Juizado Especial Criminal atendem 52,6% mais pessoas brancas e apenas 10,7% pessoas negras, visto que esta última é preponderantemente dirigida às varas criminais, podendo-se perceber como a lógica racial perpassa subjetivamente tomadas de decisões judiciais. Conclui-se assim, que esse trabalho preliminar apresenta resultados importantes para a problematização do dispositivo de racialidade (CARNEIRO, 2023) presente no sistema de justiça como um modo de produção de subjetividades, que tornam naturais a presença de algumas vidas em um espaço cuja natureza é a exclusão.



PO 013 | A Influência do Relacionamento e da Zigosidade na Autodiferenciação de Gêmeos: Um Estudo com Desenhos

Timon Lebaron-Khérif (USP - Universidade de São Paulo), Tania Kiehl Lucci (USP), Karoline Langner (Humboldt University of Berlin), Emma Otta (USP - Universidade de São Paulo), Rana Esseily (Université Paris Nanterre)

Resumo Ser gêmeo impacta a autopercepção e o senso de identidade de uma criança. Isso pode levar a esforços para se diferenciar do co-gêmeo ou, por outro lado, a compartilhar aspectos da personalidade e preferências. Gêmeos monozigóticos (MZ) compartilham quase 100% dos genes, enquanto gêmeos dizigóticos (DZ) compartilham cerca de 50%. Essa diferença genética tende a resultar em maior semelhança física e psicológica entre os MZ, bem como em uma relação mais próxima e interdependente comparada aos DZ. Contudo, é uma questão de pesquisa entender se, e em que circunstâncias, gêmeos sentem uma necessidade maior de se diferenciar do co-gêmeo. Um estudo de Prino et al. (2019) com desenhos de gêmeos italianos de 4 a 6 anos observou que crianças fisicamente mais semelhantes se representavam de maneira mais diferente, sugerindo que os desenhos expressavam emoções e desejos sobre a construção da identidade. Baseando-se nesse estudo, nossa pesquisa analisou as diferenças na representação gráfica de si e do co-gêmeo em desenhos de 34 pares de gêmeos brasileiros (N=68), com idades entre 7 e 13 anos, sendo 12 pares DZ e 22 pares MZ. No total, 43 participantes eram meninas. As crianças receberam uma folha de papel e cinco canetinhas coloridas para desenhar a si mesmas e ao co-gêmeo, individualmente, em até 10 minutos. O objetivo era testar a hipótese de que gêmeos MZ desenhariam figuras com mais diferenças entre si do que os DZ, mas que a proximidade ou dependência entre os gêmeos mediaría essas diferenças. Os desenhos foram analisados quanto às diferenças em 18 características corporais (ex: cabeça, olhos, nariz, boca, pescoço, orelhas, cabelo, tronco, braços, pernas, mãos, pés, roupas, acessórios, detalhes, tamanho, largura, cores), pontuando um ponto por cada diferença entre as figuras. Além disso, aplicamos o Questionário de Relacionamento entre Gêmeos, que avalia cinco dimensões: proximidade, dependência, dominância, conflito e rivalidade a um dos pais, assim como o Questionário de Zigosidade para identificar se as crianças eram MZ ou DZ. Os resultados não revelaram efeito significativo da zigosidade sobre o escore de autodiferenciação nos desenhos. Tampouco houve efeito significativo do sexo ou idade das crianças sobre a representação gráfica. Entretanto, a análise do relacionamento mostrou que gêmeos avaliados mais dependentes apresentavam escores menores de autodiferenciação (Correlação Pearson: $p = 0.03$, $r = -0.3$). Porém, não identificamos diferenças significativas em termos de 'Dependência' entre MZ e DZ, o que sugere que o relacionamento entre os gêmeos é a variável mais diretamente relacionada à autodiferenciação, independentemente da zigosidade. Além disso, observamos uma correlação marginalmente significativa para a dimensão 'Proximidade' ($p = 0.09$), apesar do efeito teto. Esses achados sugerem que o relacionamento entre gêmeos desempenha um papel na construção da identidade e na forma como as crianças se representam graficamente, sublinhando a importância de considerar aspectos emocionais e contextuais ao interpretar esses desenhos. Os resultados preliminares indicam que, ao contrário do esperado, a zigosidade não foi um fator determinante para a autodiferenciação nos desenhos, reforçando a complexidade do processo de construção de identidade em gêmeos.



PO 014 | A necessidade da sombra para a homogeneidade da persona: uma visão analítica acerca da construção da personalidade

Francisco Leonardo Moreno Soares (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo A construção da identidade do indivíduo é de extrema importância dentro do processo de desenvolvimento humano, período no qual é tido os primeiros contatos com as múltiplas percepções de mundo, sendo necessário o conhecimento de si para a formação de uma personalidade. Portanto, o principal objetivo deste estudo é compreender um pouco mais sobre a psicologia do desenvolvimento sob a ótica da Psicologia Analítica, partindo dos conceitos de Sombra e Persona.

A partir da necessidade de aprofundamento no tema, foram realizados estudos bibliográficos e análises de poesias autorais do autor deste presente resumo.

Na visão analítica de Carl Gustav Jung, a sombra e a persona andam juntas para a construção da identidade do ser humano, que atuam na criação de uma identidade dentro de um contexto de inconsciente coletivo e um complexo individual particular de cada indivíduo.

As personas são máscaras sociais que utilizamos como forma de proteção e adaptação ao meio. Já a sombra vem como um contexto contraditório, é tida como o nosso lado inconsciente no qual se escondem todas as nossas frustrações, insatisfações e dores sofridas durante a nossa história, muitas vezes usada como válvula de escape para esconder o mais profundo sentimento de repressão, é onde afundam as raízes, as características peculiares e as inclinações mais peculiares do ser.

Durante a fase de desenvolvimento na atualidade, é visto cada vez mais uma dependência de equipamentos tecnológicos e um vício pelas telas, sendo criado um ideal para se seguir, uma persona diante das diferentes situações, uma constante tentativa de ser aceito na sociedade. Porém, ao seguir esse caminho de tantos ideais e fugir de estigmas, a real personalidade do ser é esquecida, o que se torna um fator prejudicial. É nesse sentido que a sombra começa a se fazer presente e percebida, refletindo todos os caminhos que são evitados e ocultos, sendo vista como um lado sombrio, que apesar de passar tanto tempo escondido, sempre volta e precisa ser confrontado.

Como resultado deste estudo, foi possível observar a indispensabilidade da importância da consciência e do enfrentamento da sombra durante um processo de construção de identidade, somente por meio da identificação das personas e da assimilação das sombras é possível chegar a consciência de si e passar a entender o mundo como todo.



PO 015 | A percepção paterna e materna sobre a regulação emocional de crianças de 3 a 5 anos na Ilha do Combu: resultados preliminares

Suellen de Oliveira Barbosa (Ps), Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A regulação emocional parte de processos que tem como objetivo principal alterar a trajetória da emoção. Esses processos podem ser implícitos ou explícitos, sendo conscientes ou não. Morris et al. (2017), têm uma definição parecida quando conceituam a regulação emocional como um processo diádico, entre cuidador e criança, que envolve componentes internos e externos. Neste trabalho, buscou-se identificar a percepção da mãe e do pai sobre a regulação emocional de seus filhos. A pesquisa faz parte de um projeto maior chamado “Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia”, sendo realizado em comunidades ribeirinhas da Ilha do Combu, Belém-PA. Os ribeirinhos caracterizam-se como uma população que vive em agrupamentos familiares, ao longo dos rios, com modo de vida e sobrevivência únicos, tratando-se de uma população com funcionamento e identidade específicos. O objetivo do trabalho é identificar e comparar a percepção paterna e materna sobre a regulação emocional de seus filhos de 3 a 5 anos. É uma pesquisa empírica com abordagem transversal. Na coleta, foram realizadas visitas domiciliares a 18 famílias nucleares, com aproximadamente 2 horas de duração cada uma. O instrumento utilizado para medir a percepção paterna e materna foi o Inventário de Autorregulação Emocional, composto por 24 itens em uma escala do tipo Likert de quatro pontos. O pai e a mãe responderam separadamente às questões. A análise dos dados foi feita por meio de teste t para medidas dependentes, usando a comparação das médias do escore total e de duas subescalas, uma de Regulação Emocional (RE), que avalia a expressão das emoções, empatia e autoconsciência emocional, e outra de Labilidade/Negatividade Emocional (L/N), que considera pouca flexibilidade, desregulação e labilidade do humor (Reis et al. 2016). O teste t, utilizando o escore total, indicou que não há diferenças significativas entre as duas amostras $t(17) = 0.504$, $p = 0.620$. No grupo das mães, a média foi de 2.88 (DP = 0.243), enquanto no grupo dos pais a média foi de 2.92 (DP = 0.360). O teste t, utilizando a subescala RE indicou uma diferença entre os dois grupos $t(17) = 2.313$, $p = 0.033$. O tamanho do efeito, medido por d de Cohen ($d = 0.545$) indica diferença moderada entre os grupos. As médias foram 3.528 (DP = 0.242) para as mães e 3.356 (DP = 0.338) para os pais. Já para a subescala L/N, os resultados não indicam diferença significativa $t(17) = 0.414$, $p = 0.684$. As médias reportadas foram de 2.563 (DP = 0.455) e 2.500 (DP = 0.454), para as mães e os pais, respectivamente. Portanto, os resultados apontam que a mãe tem percepção mais positiva da regulação emocional do que o pai. Vale ressaltar que estes ainda são resultados preliminares, pois a pesquisa ainda está em andamento.



PO 016 | A vida além do Enem: olhares sobre uma pedagogia alternativa

Laís Gurgel Lima Zaranza Lopes (estu), Maria Laura Parente Torquato

Resumo A adolescência é fundamentada pela transição, localizada entre a infância e a fase adulta. Em sua definição, tem sentidos amplos que são difíceis de serem exatos e quantificados, porém a síntese do adolescer é a transformação do indivíduo, contemplados por eventos que geram o desenvolvimento desse ser em formação. Nesse contexto, o seguinte artigo consiste no estudo de aspectos da adolescência atravessados pelo contexto educacional, em referência a pedagogias alternativas exploradas no campo em uma escola Waldorf em Fortaleza. A instituição tem seus pilares educacionais baseados na "Pedagogia Waldorf", desenvolvidas por Rudolf Steiner, que defendem que a missão da escola é garantir o desenvolvimento integral da criança, no aspecto físico, emocional, intelectual e espiritual. Diante do exposto, o seguinte trabalho tem como seus principais objetivos: compreender a Waldorf no meio teórico-prático; investigar como as pedagogias alternativas são compreendidas e vistas pelos próprios alunos; questionar métodos educativos ineficazes. Para a operação de pesquisa, foi estabelecido o método de observação participante como medida de alcance dessa interação integral com os estudantes durante um período de 12 horas, dividido em 5 dias, entre o mês de março e abril. Em conclusão, foi possível chegar uma reflexão sobre o atual sistema educacional estabelecido no país e instigar sobre a existência de pilares pedagógicos tão frágeis e suscetíveis ao acontecimento de diversos quadros que já são conhecido nas escolas brasileiras como: evasão escolar; bullying; alfabetização e aprendizado deficiente; etc. Além disso, foi concluído que os pilares da pedagogia Waldorf são promissores para o alcance de uma melhora do sistema educativo geral.



PO 017 | A violência sexual praticada contra meninos: caracterização dos casos notificados no Pará no período de 2018 a 2022

Maria Eduarda da Fonseca de Paula (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará)

Resumo A violência sexual é um problema de saúde pública e se caracteriza-se pelo uso da força e/ou manipulação por alguém que exerce algum tipo de poder sobre outra que está em situação indefesa, principalmente quando esta ocorre contra crianças e adolescentes e em vítimas do sexo masculino. O objetivo deste trabalho foi analisar os casos de violência sexual contra meninos entre os anos de 2018 a 2022 no Estado do Pará, por meio do banco de dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação, a partir dos dados da Ficha de Notificação Individual (69 itens). Os dados foram analisados a partir de uma abordagem quantitativa, descritiva e exploratória. No Estado do Pará, identificou-se 1.165 dados de notificação referente aos meninos vítimas de violência sexual, o que representa 5,22% do total de 22.308 (meninos e meninas). É possível observar que houve um declínio no ano de 2020 (19,14%), com as restrições, porém no ano seguinte aumentou (21,97%), trazendo os meses de julho (11,42%) e agosto (11,76) como os de maior índice de notificações, sendo esses meses de férias e volta às aulas. Outro dado é o sexo do autor, sendo 88,50% masculino e 3,78% feminino, demonstrando que a predominância de envolvimento é de apenas um autor (86,35%). Entre as formas de violência, pareadas com a sexual, apresenta-se a psicológica com 51,85%, a física com 27,38%, outros tipos de violência, como tortura (3,69%), negligência (2,40%). Em relação a frequência que a agressão sexual é praticada, sozinha ou somada a outras, verificou-se que em 48,58% dos casos notificados são recorrentes. A incidência de violência sexual entre as idades de 0 a 19 anos, as que mais se sobressaem como principal alvo de violência é de 4 a 6 anos (25,24%), seguida pela faixa de 7 a 9 anos (23,69%). O meio utilizado para praticar a violência é a ameaça (40,52%) e a força física (31,59%). Outro dado é sobre o tipo de vínculo: conhecido (43,69%), padrasto (7,90%) e pai (7,55%) são os que mais se destacam. Portanto, a partir da análise dos dados é perceptível notar que a subnotificação pode estar atrelada a construções sociais baseadas no próprio meio intrafamiliar; dito isso, os estudos sobre violência sexual contra meninos, culturalmente aceito como parte da iniciação sexual, buscam desmistificar o padrão associado a violência sexual contra crianças e adolescentes do sexo feminino.



PO 018 | Acolhimento Institucional: Percepção de Educadores Acerca do Espaço e o Desenvolvimento Global

Ana Paula Galvão Freitas (unifamaz), Celina Maria Colino Magalhães
(Universidade Federal do Pará)

Resumo As unidades de acolhimento institucional proporcionam serviços de alta complexidade, os quais são direcionados para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade com o intuito de assegurar o nascimento e o desenvolvimento em condições dignas. Nesse contexto, o educador social possui o papel de ser um facilitador no processo desenvolvimental, sendo uma referência na educação não formal e na construção dos vínculos afetivos. O objetivo do estudo foi identificar a percepção dos educadores de três instituições de acolhimento do Pará acerca das condições estruturais das instituições que atuam. A pesquisa possui caráter transversal, descritivo e exploratório, com amostragem por conveniência. Participaram 30 educadores, de ambos os sexos, com média etária de 45,18 anos ($DP=10,45$) e possuem entre 2 e 5 anos de tempo de trabalho na instituição. Utilizou-se as respostas da questão 36 da escala SATIS-BR para obter os dados da amostra e o Statistical Package for the Social Sciences 2020 (SPSS 20) para análises descritivas. Os principais resultados indicam: 1- A média geral de resposta foi 2,56 ($DP=1,33$), classificando as instituições como mais ou menos apropriadas; 2- As médias individuais indicaram instituição A 1,80 ($DP=1,08$), como inapropriada; instituição B 3,75 (0,70), como apropriada; instituição C 2,85 ($DP=1,34$), como mais ou menos apropriada. Concluindo que essas instituições ainda precisam realizar melhorias nos aspectos físicos do ambiente para que os acolhidos tenham acesso a um desenvolvimento global saudável e harmonioso, tendo em vista que ao garantir o mínimo possível de impactos negativos, pode-se viabilizar um cuidado de qualidade e reduzir a possibilidade da incidência de traumas emocionais futuros.



PO 019 | Adaptação e Evidências de Validade de Conteúdo da Measure of Adolescent Purpose (MAP)

Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas), Juliano Porto de Cerqueira Leite, Cristian Zanon (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Resumo A vida das pessoas é amplamente influenciada pela presença de propósito. Pesquisas empíricas têm repetidamente validado a associação significativa entre propósito de vida e diversos aspectos positivos do desenvolvimento humano, como satisfação com a vida, esperança, saúde física e motivação. Embora seja comumente considerado um marco do desenvolvimento adulto, evidências crescentes sugerem a importância de avaliar propósito de vida antes dessa fase do desenvolvimento. Na adolescência, a ênfase em promover um senso de propósito é particularmente crucial para facilitar o desenvolvimento da identidade do indivíduo. Levando isso em consideração, ter um instrumento para avaliar o propósito de vida na adolescência seria benéfico, especialmente para pesquisadores e educadores que desejam realizar e avaliar intervenções destinadas a promover um senso de propósito. No entanto, o foco da maioria dos instrumentos de medição desenvolvidos e adaptados para a população brasileira tem sido a população adulta. Além disso, não se tem notícia sobre a construção ou adaptação de algum instrumento que avalie propósito de vida a partir da perspectiva teórica de William Damon. Essa perspectiva sobre propósito contempla três dimensões: intenção, engajamento e motivação pró-social. Assim, decidiu-se traduzir e adaptar a Measure of Adolescent Purpose (MAP), a qual foi desenvolvida a partir da definição de propósito de Damon e colaboradores. O processo de adaptação da versão brasileira da MAP foi realizado em 6 etapas. Inicialmente, o instrumento foi traduzido para o português por dois tradutores bilíngues independentes, nativos no idioma alvo e fluentes no idioma inglês. Em seguida, realizou-se a síntese das duas versões do instrumento traduzido, a qual foi então avaliada pelo público-alvo em 12 grupos focais compostos por adolescentes de 12 a 17 anos de escolas públicas e particulares de Campinas (SP). Após a revisão do instrumento, considerando os resultados dos grupos focais, ele foi enviado à cinco juízes experts nos temas de adolescência e/ou propósito de vida. A avaliação de juízes consistiu na categorização dos itens por fator e na avaliação da representatividade de cada item. Feitas as devidas alterações, a versão final do instrumento adaptado passou por um processo de tradução reversa para o inglês, a fim de conferir se o sentido original dos itens foi mantido após o processo de adaptação. Espera-se que o instrumento adaptado contribua substancialmente para o estudo e a mensuração do propósito de vida na população adolescente no Brasil.



PO 020 | Adaptação familiar: um estudo acerca da correlação entre o suporte social e o impacto em família de crianças com deficiência

Ana Vitoria da Silva Pontes (UFPA), João Paulo Santiago Pamplona da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lueny Karoline do Rosário Feio (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo Durante o processo de adaptação familiar o impacto, tanto positivo quanto negativo, se mostra muito presente com a chegada de uma criança com deficiência, tais impactos podem ser atenuados dependendo do tipo de suporte social que aquela família recebe. O presente estudo visa analisar descritivamente a relação da percepção de impacto da deficiência e a rede de suporte social. Participaram do estudo 84 cuidadores de 3 centros especializados de cuidados voltados a crianças com deficiência. Foram utilizados como instrumento de pesquisa o Inventário Sociodemográfico, o Family Impact of Childhood Disability scale (FICD) dividido nos domínios positivo e negativo e o Medical Outcomes Study Social Support survey (MOS-SS) que é dividido nos domínios: apoio financeiro, apoio afetivo, apoio emocional/informacional e interação social positiva. Desse modo, os dados coletados foram inseridos no programa de estatística JASP (Jeffreys's Amazing Statistics Program) e a partir disso foram obtidos gráficos que permitem realizar a análise descritiva. A partir dos dados obtidos foi possível traçar o perfil sociodemográfico dos participantes, a maioria sendo mães (94,04%) que se declaram pardas (65,47%) com idade entre 22 e 31 anos (48,81%), casadas (78,57%) e com ensino médio completo (51,19%). Quanto à caracterização das famílias analisadas, a maioria recebe de até 1 salário mínimo (41,66%), moram em casas (90,47%) e recebem auxílio governamental. Quanto ao perfil sociodemográfico das crianças, foi possível identificar que a maioria é do gênero masculino (64,28%) e frequentam escolas públicas (65,75%). Em relação ao diagnóstico da criança foram identificadas deficiências como o TEA (46,42%), Paralisia Cerebral (16,66%), Síndrome de Down (9,52%), TDAH (8,33%) e outros tipos de deficiência (19,04%). Quanto a correlação dos instrumentos, a análise de correlação Spearman identificou duas correlações significativas, a relação inversamente proporcional entre o MOSS-S e o FICD Negativo ($\rho = -0.222$, $p = 0.042$) e a relação também inversamente proporcional entre o domínio de suporte afetivo do MOS-SS e o FICD Negativo ($\rho = -0.228$, $P = 0.037$). É importante destacar que essa escala avalia a percepção de apoio social, sem considerar sua efetividade ou a quantidade real de pessoas disponíveis para oferecer esse apoio. Os dados mostram que os participantes percebem mais apoio afetivo, mas não indicam quantas pessoas estão realmente disponíveis para isso. É possível que a percepção registrada por esse instrumento esteja associada a uma única relação social, como a de mãe e filha, e que essa relação seja vista como suficientemente forte para que o participante perceba um alto nível de apoio. Esse ponto já foi abordado em outros estudos que distinguem entre a percepção de apoio e o apoio real (Schwarzer & Knoll, 2007). Os resultados encontrados nesta pesquisa estão de acordo com os apontados por estudos anteriores (Gardiner, 2020), por exemplo, a expressa relação entre a necessidade de suporte afetivo/social e a percepção familiar sobre o impacto negativo decorrente da deficiência infantil. Com isso, é possível concluir que o presente estudo tem um caráter exploratório na investigação de como o suporte social e o impacto da deficiência de uma criança afetam o processo de adaptação familiar.



PO 021 | Adaptação familiar: um estudo acerca das necessidades dos cuidadores de crianças com deficiência

João Paulo Santiago Pamplona da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Gabrielly Araujo Caldas (UFPA - Universidade Federal do Pará), Patrícia da Silva Bezerra (UFPA), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo A adaptação familiar diante da deficiência envolve uma série de aspectos, dentre eles as necessidades familiares. Necessidades podem ser entendidas como tudo o que é necessário e útil para existência e/ou desenvolvimento de uma pessoa/grupo. O presente estudo teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico e as necessidades de cuidadores de crianças com deficiência. Participaram 91 cuidadores de 4 centros especializados de cuidados voltados a crianças com deficiência. Os instrumentos utilizados foram um Inventário Sociodemográfico e o Questionário de Necessidades Familiares, este último dividido em sete domínios: Informação, Suporte Familiar e Social, Financeiro, Explicando aos Outros, Cuidado Infantil, Suporte Profissional e Religioso, Serviços Comunitários. A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética, e todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram inseridos no Software Excel 2016, e submetidos à análise descritiva. Os resultados mostraram que, no que se refere ao perfil, a maioria dos cuidadores principais são mães (92,30%), casadas (85,71%), do lar (74,72%), e possuem como renda cerca de 1 a 2 salários mínimos (76,92%). Acerca do perfil das crianças, 60,43% são meninos e 39,56% são meninas, tendo como principais diagnósticos Transtorno do Espectro Autista (24,17%), Paralisia Cerebral (28,57%), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (7,69%), Trissomia 21 (7,69%), entre outros (31,86%). No que se refere às necessidades, foi possível verificar um grau moderadamente alto de necessidades (77,20). O domínio em que as famílias apresentaram maior nível de necessidades foi o de Informação (17,52). Outro domínio em que os participantes apresentam um alto nível de necessidade é o de Suporte Social e Familiar, tendo como quantitativo de resposta 17,69. Paralelo a isso, os participantes também apresentaram um grau moderadamente alto no domínio Financeiro (13,26); Já no domínio de Explicar aos Outros o quantitativo ficou bastante próximo da nota de corte, apresentando um grau levemente alto de necessidades (10,4). Em contrapartida, tanto o domínio de Cuidado Infantil (5,48) quanto o de Suporte profissional e Religioso (5,85) apresentaram um nível de necessidade abaixo de suas notas de corte, denotando um grau menor de necessidade. Já o domínio de Serviços Comunitários apresentou um grau alto de necessidade, tendo como valor 6,97. O domínio Necessidades de Informação se sobressaiu no presente estudo, e a literatura aponta que, em sua maioria, os cuidadores afirmam que já possuem um nível de informação base sobre aspectos que envolvem a deficiência, porém sempre apontam que necessitam de mais informações para, dessa forma, aperfeiçoar o cuidado (Palisano; et al 2010). Um estudo de Almasri, O'Neil e Palisano (2014), identificou uma correlação significativa entre os domínios Suporte Social e Familiar, Financeiro e Serviços Comunitários, apontando que um alto nível de necessidade em Suporte Social e Familiar contribui para os níveis de necessidade tanto Financeiros quanto em Serviços Comunitários. Por fim, destaca-se que o estudo das necessidades é fundamental para a compreensão do processo de adaptação familiar diante da deficiência.



PO 022 | Adolescência em Contexto de Vulnerabilidade Social: Desafios e Perspectivas na Escola Pública para a Construção do Projeto de Vida

Letícia Montalvão Maia, Marília Maia Lincoln Barreira (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Louise Ferraz de Brito Barbosa

Resumo Objetivo: descrever como os aspectos psicossociais da adolescência se manifestam na atualidade. Método: realizou-se um estudo de caso observacional, a partir da participação ativa dos pesquisadores, com um grupo de adolescentes entre 14 e 15 anos, estudantes da rede pública estadual em Fortaleza. As informações relevantes para o estudo foram registradas nos diários de campo das autoras. Resultados e discussões: a adolescência é um período do desenvolvimento humano caracterizado por transformações substanciais nos âmbitos físico, psicológico e social. Diante de tais mudanças, os adolescentes frequentemente se engajam em um complexo processo de autodescoberta, com o escopo de estabelecer uma identidade sólida. A formação identitária é permeada por diversos fatores, dentre os quais se destacam a escolha profissional e a elaboração de um projeto de vida. Tais prospecções geralmente se iniciam ainda na infância, porém são enfatizadas durante a adolescência, período em que as exigências sociais relacionadas à inserção no mercado de trabalho se intensificam. Nessa perspectiva, os jovens sofrem com a idealização inalcançável desse período por parte dos adultos, os quais esperam dos mais novos uma postura “eternamente jovial” e, ao mesmo tempo, uma aquisição exacerbada de responsabilidades atreladas à adultez, de forma que a última encontra-se mais coerente com as observações do campo. Nesse sentido, questiona-se o posicionamento negligente dos pais ou guardiões legais acerca das rotinas superlotadas dos alunos e os discursos feitos em sala de aula, os quais, também, contribuem para o aumento da pressão em se tornar adulto, exercida sobre os púberes. Aliada a essas questões, a vulnerabilidade social mostrou-se um fator de extrema influência no que diz respeito ao projeto de vida e suas facetas. Isso ficou muito evidente quando os estudantes demonstraram, por meio de uma atividade realizada em sala de aula, que a base dos seus planejamentos para a futura carreira era pautada no rompimento do ciclo da sua condição sócio-econômica e de sua família. Conclusão: a pressão social para que os adolescentes assumam responsabilidades adultas em detrimento da preservação de uma postura jovial é intensificada pela vulnerabilidade social em que os púberes observados estão inseridos. Nesse cenário, os jovens enfrentam o constante desafio de conciliar as expectativas da sociedade, as suas aspirações pessoais e as suas condições reais de vida, geralmente, conflitantes entre si. Portanto, é necessário que as práticas pedagógicas na escola pública considerem tais nuances, buscando mitigar as pressões excessivas exercidas sobre os estudantes e oferecer o suporte adequado para que estes construam um projeto de vida realista e sustentável. Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na orientação dos responsáveis legais, auxiliando-os no desenvolvimento mais equilibrado dos projetos de vida dos adolescentes, sem desconsiderar as particularidades de cada família.



PO 023 | Adolescência, vulnerabilidade social e processo de resiliência: uma revisão integrativa

Vitória de Sá Pinheiro, Eduardo Barreto Fernandes Silva (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Sara Guerra Carvalho de Almeida (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo Há, no Brasil, uma população de jovens e adolescentes em quadro de vulnerabilidade social, sobretudo, nas camadas socioeconomicamente menos favorecidas. Apesar dos esforços governamentais nas três esferas administrativas, a sociedade civil organizada, por meio de projetos sociais voluntários, contribui nesta cobertura, complementando a ação governamental. Um dos aspectos mais importantes destes projetos sociais é a construção de uma rede de apoio para o desenvolvimento do processo de resiliência destes jovens. A presente pesquisa teve por objetivo realizar uma revisão integrativa da literatura, iniciando com uma questão norteadora: "Como o processo de resiliência pode auxiliar no desenvolvimento de jovens e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social?". Foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados: Scientific Eletronic Library (SciELO), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), e Google Acadêmico. Foram usados os descritores junto com operadores booleanos: Adolescência AND Resiliência AND Vulnerabilidade social, Como critérios de inclusão delimitaram-se artigos entre 2017 a 2022 com estudos que respondem a questão norteadora, disponíveis em português. Para critérios de exclusão definiram-se resumos, relatos de experiência, dentre outros trabalhos que não continham os critérios de inclusão. A seleção dos artigos foi realizada por meio da leitura criteriosa dos títulos, resumos e, quando necessário, a leitura íntegra do texto. No processo de coleta foram separados os dados dos periódicos (título, nome dos autores, ano de publicação e estudo) e a interpretação das pesquisas foram fundamentadas de acordo com a literatura científica. Ao final, foram contabilizados 15 artigos relacionados à temática. Os resultados apontam que o processo de resiliência traz a importância das relações interpessoais e os processos comunitários e institucionais como parte importante do desenvolvimento humano, contradizendo as ideias da resiliência ser um processo individual e não social. Dessa forma, os projetos sociais, que por muitas vezes oferecem atividades esportivas, aulas de informática e reforço escolar, acabam por assumir papel protetivo nas vidas de adolescentes em contexto de vulnerabilidade social e são imprescindíveis para a garantia do bem-estar e desenvolvimento psicoemocional adequado. A vida em comunidade propicia um melhor desenvolvimento dos processos de resiliência desses jovens que acabam vivenciando cenários opressores de violência e insegurança alimentar dentro de suas casas. É imperativo também mencionar a significância dos trabalhos realizados pelos colaboradores dos projetos sociais, e das relações que formam com os adolescentes. O papel exercido pelos voluntários é coerente com o conceito de "tutores de resiliência", nos quais são as pessoas capazes de apoiar indivíduos mediante traumas e estresses, assim como potencializar suas habilidades de lidar com aquelas situações, fomentando o desenvolvimento da resiliência com a criação de novas redes de apoio e inserções culturais é uma emergente possibilidade na vida dos adolescentes. Ao final, foi possível obter um melhor entendimento de temas relacionados à vivência da adolescência em contextos de vulnerabilidade social, temáticas constantes em



discussões na esfera acadêmica e que são de extrema complexidade e inter-relatividade para aqueles que os vivenciam cotidianamente. Os aspectos limitantes deste modelo de pesquisa dizem apenas alguns recortes sociais da adolescência. Para os próximos estudos, sugere-se a investigação de outras realidades.



PO 024 | As repercussões da institucionalização no desenvolvimento da criança: uma revisão integrativa da literatura brasileira

Ceci Freitas de Brito (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Lêda Maria de Carvalho Ribeiro Holanda (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Yuska Alves Primo de Araujo (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Maria Eduarda Araújo Machado (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Valéria Carvalho Lima (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Amanda Beatriz Baldez Sousa (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Josiane Bizerra do Nascimento

Resumo O acolhimento institucional é uma medida protetiva de afastamento do convívio familiar em situações de ameaça ou violação de direitos, porém apesar de uma medida criada para preservar direitos, representa uma situação de vulnerabilidade social e traz repercussões significativas no desenvolvimento infantil. Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar os efeitos da institucionalização no desenvolvimento infantil, bem como, descrever os impactos gerados com a institucionalização, identificar os principais aspectos do desenvolvimento e explicitar as medidas que favorecem um desenvolvimento saudável em instituições de acolhimento, a partir da literatura nacional recente. Método: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, baseada em seis etapas: 1) formulação da questão de pesquisa; 2) busca on-line nas bases de dados Google Acadêmico e SciELO; 3) seleção dos artigos por meio dos critérios de inclusão e exclusão; 4) análise crítica dos artigos selecionados; 5) discussão dos resultados encontrados, elaborada a partir da síntese e interpretação dos estudos; 6) apresentação dos resultados da revisão. Utilizaram-se as combinações de descritores “institucionalização e desenvolvimento”, “institucionalização e crianças” no período compreendido entre 2020 e 2024. Foram selecionados artigos científicos indexados com texto completo, disponíveis em língua portuguesa. Resultados: Foram eleitos para a amostra, após o refinamento, 11 artigos. Os resultados e as discussões foram organizados em duas categorias: 1) Caracterização dos estudos, nos quais foram trazidas informações quanto aos autores, ano de publicação, área de conhecimento, tipo de pesquisa e principais resultados, e 2) Análise dos estudos, conforme os objetivos desta pesquisa. Nos achados, destaca-se a prevalência de pesquisas com delineamento descritivo e baixa produção de estudos experimentais, o que indica novas possibilidades para pesquisas futuras. Prevaecem estudos na área da Psicologia, que mostra o interesse desses profissionais pelo estudo do tema e por aqueles que são transversais à institucionalização. No que se refere aos impactos da institucionalização, prevaleceram as repercussões negativas, em que se sobressaíram a ruptura com laços familiares e os prejuízos no desenvolvimento de vínculos mais profundos, seguidos pelos prejuízos cognitivos. Dentre os aspectos do desenvolvimento, as pesquisas brasileiras mais recentes destacaram o desenvolvimento psicossocial, principalmente com foco no desenvolvimento socioafetivo, autoestima, identidade, relações sociais e socialização. Os estudos apontaram medidas que favorecem o desenvolvimento saudável em instituições de acolhimento, as quais foram classificadas em três tipos: (1) estabelecimento de ambiente favorável ao desenvolvimento, incluindo a estrutura física e a capacitação profissional; (2) ações de equipe multidisciplinar, com atividades que privilegiem o acompanhamento individualizado e (3) criação e manutenção de vínculos afetivos, destacando a provisoriedade do



acolhimento. Conclusão: Conclui-se que é importante refletir sobre o desenvolvimento da criança em contexto institucional, pois a institucionalização interfere de maneira significativa no seu processo de desenvolvimento, especificamente nos aspectos psicossocial e cognitivo. É preciso considerar se as medidas de intervenção em contexto institucional estão sendo aplicadas de modo que favoreçam o desenvolvimento, pois assim as crianças institucionalizadas terão um ambiente seguro e propício para o desenvolvimento e para a manutenção dos vínculos afetivos.



PO 025 | Aspectos do desenvolvimento neuropsicológico e emocional de pacientes com fenilcetonúria: uma revisão integrativa

Isabel de Freitas Sousa, Carlos Eduardo de Souza Menezes (HIAS), Maria Gabriela da Nóbrega Paiva (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo A fenilcetonúria (PKU) é uma doença autossômica recessiva decorrente da deficiência metabólica da enzima fenilalanina hidroxilase, responsável por converter o aminoácido fenilalanina, presente em quase todos os alimentos, em tirosina. Porém, devido a falta dessa enzima, neurotransmissores decorrentes do processo metabólico da tirosina, como dopamina e noradrenalina, passam a ficar hipoativos no organismo. Além disso, o excesso de fenilalanina (Phe) no organismo também vem a acometer a metabolização do aminoácido triptofano, precursor do neurotransmissor serotonina. Dessa forma, o neurodesenvolvimento do indivíduo é comprometido e pode vir a apresentar alterações neurológicas, comportamentais e emocionais. Entretanto, o diagnóstico precoce em conjunto com o tratamento, que é majoritariamente dietético, pode auxiliar no processo de desenvolvimento, prevenindo contra maiores alterações. Apesar disso, cabe ressaltar que alterações ainda são encontradas em indivíduos tratados precocemente e de forma contínua, sendo necessário acompanhamento neuropsicológico para mensurar questões cognitivas e emocionais. Visando refletir sobre os impactos neuropsicológicos e emocionais sofridos pela população com PKU, esta revisão integrativa tem o objetivo de identificar a contribuição das pesquisas desenvolvidas sobre os aspectos neuropsicológicos e emocionais de pacientes com fenilcetonúria nos últimos dez anos. A busca dos artigos foi realizada nas bases de dados Pubmed, Scientific Electronic Library On-line (SciELO), e Literatura Latino-Americana em ciências da saúde (LILACS), considerando estudos publicados entre 2014 e 2024, e utilizando os descritores: neuropsicologia; neuropsychology; fenilcetonúria; pku; phenylketonuria; phenylketonuric. A busca resultou em 23 estudos localizados na base de dados Pubmed, e zero publicações nas demais bases de dados mencionadas. Dos 23 artigos encontrados, 15 foram incluídos na revisão, sendo 14 estudos clínicos experimentais e um estudo de caso. Constatou-se, a priori, a escassez de estudos com pacientes fenilcetonúricos produzidos na área da neuropsicologia, que por sua vez, é a principal área impactada pelos sintomas da fenilcetonúria não tratada. Verificou-se que os níveis de Phe aumentam significativamente ao longo da adolescência e adultez, porém carece de instrumentos e técnicas acessíveis para avaliação dos aspectos neurológicos e emocionais desta população. Destaca-se também, a ausência de produção de estudos clínicos brasileiros sobre a temática nos últimos dez anos. Para além disso, estudos focaram no funcionamento das funções executivas, destacando prejuízos na memória operacional, relacionados a uma menor ativação do córtex pré-frontal em indivíduos com fenilcetonúria. Resultados evidenciam também uma correlação entre os níveis de Phe e problemas de habilidade sociais e cognitivas em pacientes com PKU tratados precocemente. Por sua vez, o tratamento com tetrahydrobiopterina (BH4) e Pegvaliase, foram identificados como recursos em potencial para além do controle dietético, podendo ser úteis para a reposição metabólica, bem como para a diminuição de estresses atrelados à restrição alimentar. Assim, ao controlar os aspectos emocionais decorrentes do tratamento, a memória operacional e outros aspectos cognitivos relacionados podem



se manter controlados. Os resultados evidenciam a escassez de estudos experimentais, principalmente no Brasil, destacando a necessidade de mais pesquisas que investiguem o desenvolvimento dos aspectos neuropsicológicos e emocionais dessa população, dada a urgência que a doença e o seu tratamento representam para a qualidade de vida do indivíduo.



PO 026 | Associação Entre o Toque Afetuoso e o Vínculo Materno com o Bebê

Lilia Sofia Ferreira de Sousa Cardoso, Livia Campos (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Valentina Franco Gomes, Beatriz Pacheco Bispo, Patricia Pereira de Araujo (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Renata Pereira de Felipe (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Ana Alexandra Caldas Osório (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Resumo O toque é parte fundamental da relação mãe-bebê no primeiro ano de vida. Estudos apontam para diferenças entre os tipos de toque e seus papéis na relação cuidador-bebê, dentre eles, destaca-se o toque afetuoso. O toque afetuoso é definido por afagos suaves e gentis e tem como objetivo transmitir afeto positivo à criança. Porém, apesar da importância teórica do toque materno para a formação do vínculo entre a mãe e o bebê, o papel do toque afetuoso na formação deste vínculo segue pouco explorado. Objetivou-se avaliar a correlação entre a frequência e duração de toque afetuoso realizado pela mãe em uma interação com seu bebê e a percepção materna de vínculo em relação ao bebê. Para isso, 29 bebês de 6 meses e suas mães foram avaliados utilizando os seguintes procedimentos: o toque materno (duração e frequência) foi avaliado em uma interação mãe-bebê de 9 minutos de duração. A interação foi gravada para posterior codificação por duas pesquisadoras "cegas" às hipóteses deste estudo. O toque materno foi classificado nas seguintes categorias: a) Afetuoso; b) Estático; c) Lúdico; d) Instrumental; e) Direcionamento Atencional; f) Regulatório; g) Intrusivo; h) Acidental. Para este estudo somente a categoria Toque Afetuoso foi utilizada. A percepção materna de apego foi avaliada através da Escala de Ligação Materna Pós-Natal (MPAS). A MPAS tem como objetivo mensurar a percepção de apego entre a mãe e bebê, dividindo-se nas seguintes subescalas: Qualidade da Relação de Apego, Ausência de Hostilidade e Prazer na Interação. A codificação varia entre as pontuações de 1 e 5, fraca ligação e elevada ligação respectivamente, ou seja, maiores pontuações indicam maior vínculo percebido pela mãe em relação ao seu bebê. Foi realizado teste de Correlação de Spearman entre as pontuações obtidas na MPAS (total e por subescala) e a frequência e duração do toque afetuoso. Quanto maior a pontuação na MPAS, mais tempo as mães passavam tocando afetosamente seus bebês ($r_s = .400$, $p = .032$). Ademais, foi encontrada correlação positiva entre a escala Ausência de Hostilidade e o tempo total de Toque Afetuoso ($r_s = .485$, $p = .008$). Não foram encontradas associações entre o toque afetuoso e as demais escalas da MPAS. Tais achados apontam para a importância do toque afetuoso na relação mãe-bebê, indicando que esse tipo de toque possui relação com aspectos específicos da percepção do vínculo materno, nomeadamente a ausência de hostilidade. Tal subescala é definida pela ausência de sentimentos hostis da mãe no cuidado do bebê, sendo possível considerar que a característica do toque afetuoso de intensificar interações positivas exerce um papel na diminuição de sentimentos negativos na relação mãe-bebê, mesmo em momentos desafiadores. Assim, conclui-se que o toque afetuoso possui importante relação com a formação de vínculo entre a mãe e seu bebê, sendo necessários novos estudos que avaliem a relação entre o toque materno e a formação da relação de apego.



PO 027 | Associação entre qualidade da interação tátil na relação mãe-bebê e sintomas de depressão pós-parto materna

Marcela de Mello Bispo Borges (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Livia Campos (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Beatriz Pacheco Bispo, Lilia Sofia Ferreira de Sousa Cardoso, Valentina Franco Gomes, Ana Alexandra Caldas Osório (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Resumo O toque materno é um elemento fundamental na interação mãe-bebê, contribuindo para o fortalecimento no vínculo, além de estar associado a desfechos positivos no desenvolvimento infantil, como melhor regulação do estresse. Dentre as várias modalidades de toque observadas nas interações mãe-bebê, o toque do tipo afetuosos destaca-se por seu importante papel em tais desfechos. No entanto, permanece por esclarecer o papel de outros tipos de toque. Há ainda na literatura uma discussão sobre quais fatores impactam os comportamentos táteis maternos, sendo que a depressão materna aparece como um importante candidato. Portanto, objetivou-se avaliar a correlação entre a qualidade dos comportamentos táteis maternos durante uma interação mãe-bebê e os sintomas de depressão pós-parto. Para isso, 29 bebês de 6 meses e suas mães foram avaliados utilizando os seguintes procedimentos: avaliou-se o toque materno (duração e frequência) ocorrido durante uma interação de 9 minutos, classificando-os nas seguintes categorias: a) Afetuoso; b) Estático; c) Lúdico; d) Instrumental; e) Direcionamento Atencional; f) Regulatório; g) Intrusivo; h) Acidental. Os sintomas de depressão pós-parto foram avaliados através da Escala de Depressão Pós-Parto de Edimburgo (EPDS). Para este trabalho será utilizada a pontuação total na escala. Foi realizado teste de Correlação de Person no software Jamovi (2.3.28). Características maternas (65% branca, 51% ensino superior completo, 44.78% entre 4 e 10 salários-mínimos) e dos bebês (em média 6.34 meses). Quanto mais as mães relatavam sintomas de depressão pós-parto, menos tempo elas passam tocando afetuosamente seus filhos ($r = -.451$, $p = .014$). Ademais, foi encontrada correlação marginalmente significativa positiva entre a frequência de toque intrusivo e a pontuação na EPDS ($r = .327$, $p = .084$). Não foram encontradas associações para os demais tipos de toque. Nessa amostra encontrou-se que mais sintomas depressivos estavam associados a uma redução na quantidade de vezes em que a mãe toca afetuosamente seu bebê - por exemplo, acariciando ou beijando. Ademais, mais sintomas se mostraram associados a uma tendência de maior intrusividade tátil - por exemplo, quando a mãe usa o toque para impedir ou restringir os movimentos do bebê. Considerando a amostra reduzida, são necessários novos estudos em amostras maiores e mais representativas. Nossos resultados confirmam e expandem outros achados da literatura ao redor do mundo que encontraram relações entre comportamento tátil materno e depressão pós-parto, revelando a importância de atenção à saúde mental materna para proteção da díade.



**PO 028 | Autores de violência sexual contra crianças/adolescentes:
caracterização parental, processual e biosociodemográfica**

Marisa Trindade Pereira (SEAP), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Estudos envolvendo as características dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil demonstram uma população heterogênea, explicada pela interação de múltiplos fatores de sua trajetória de desenvolvimento, capazes de favorecer os comportamentos agressivos. Este estudo tem como intuito identificar suas características parentais, processuais e biosociodemográficas. Tratou-se de um estudo empírico com natureza descritiva-exploratória e abordagem quantitativa dos dados. Desenvolvido em dois municípios do Pará, com amostra de 108 participantes. Um formulário de caracterização foi utilizado como instrumento. As análises permitiram reunir evidências que caracterizaram a população pesquisada. De maneira geral, observou-se que os aspectos observados se delinearam como heterogêneos e permitiram esmiuçar aspectos da caracterização dessa população para intervenções futuras mais eficazes.



PO 029 | Avaliação da compreensão de leitura em universitários: Diferenças entre um grupo clínico e não-clínico

Luciano da Silva Amorim

Resumo A compreensão de leitura é uma habilidade cognitiva complexa e multifacetada, essencial para o desenvolvimento acadêmico e profissional de um indivíduo. Ela está intimamente relacionada a uma ampla gama de outras habilidades cognitivas, incluindo inteligência, funções executivas, decodificação de palavras, fluência de leitura e vocabulário, dentre outras. Essa inter-relação torna a compreensão de leitura um desafio cognitivo significativo, especialmente para indivíduos com Transtornos Específicos de Aprendizagem (TEAp), como dislexia e discalculia. Esses transtornos são caracterizados por déficits específicos em uma ou mais áreas da aprendizagem, como leitura e matemática, que podem impactar significativamente o desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos indivíduos. Esses déficits, frequentemente, estão associados a prejuízos em diversas habilidades cognitivas que suportam o processo de leitura e interpretação de textos. A avaliação neuropsicológica desempenha um papel crucial na identificação e diagnóstico de perfis de dificuldade de aprendizagem, fornecendo uma compreensão detalhada das habilidades e déficits cognitivos subjacentes. Contudo, há uma lacuna significativa na literatura no que diz respeito à compreensão de leitura em adultos com TEAp, em parte devido à escassez de tarefas adequadas que possam avaliar essa habilidade nessa faixa etária de forma precisa e eficaz. Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo principal descrever o desempenho de estudantes universitários com TEAp em uma tarefa experimental de compreensão de leitura. Essa tarefa foi projetada para avaliar a compreensão de leitura a partir de medidas de leitura textual, reconto oral do texto e de questionário literal e inferencial. A amostra clínica deste estudo foi composta por 18 estudantes universitários diagnosticados com TEAp, os quais foram submetidos a uma avaliação neuropsicológica completa em um ambulatório de uma universidade. Para efeitos comparativos, foi utilizado um grupo controle formado por 19 estudantes universitários sem histórico de dificuldades de leitura. Os resultados obtidos apontaram diferenças significativas entre os dois grupos nas medidas de tempo de leitura visual, o número de cláusulas corretamente recontadas e o tempo de leitura em voz alta. Em todas essas medidas, o grupo não-clínico apresentou desempenho superior ao grupo clínico, destacando os desafios enfrentados pelos indivíduos com TEAp. Embora os resultados sejam preliminares, eles sugerem que a tarefa experimental pode ser uma ferramenta útil para a compreensão dos perfis cognitivos específicos associados a transtornos de aprendizagem. Além disso, essa ferramenta pode ter um impacto significativo no processo diagnóstico, auxiliando na identificação de dificuldades específicas e orientando intervenções educativas mais eficazes e direcionadas.



PO 030 | Avaliação do desempenho cognitivo em jovens com Síndrome de Down utilizando a escala de Inteligência Wechsler Abreviada

Izadora Giovanna Monteiro de Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará), Natália Bezerra Dutra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Maria Cecília Silva Nunes (UFPA - Universidade Federal do Pará), Ana Clara Costa Campelo Cunha

Resumo A deficiência intelectual (DI) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits em funções adaptativas e intelectuais. A Síndrome de Down (SD), decorrente de uma cópia extra do cromossomo 21, é uma das principais causas genéticas de DI e está associada a características fenotípicas e prejuízos no desenvolvimento cognitivo. A cognição é um fator importante no processo diagnóstico avaliativo, e sua descrição torna-se fundamental na elaboração de estratégias reabilitadoras e prognóstico. Tradicionalmente, a cognição encontra-se associada ao quociente de inteligência (QI), sendo um dos critérios indicativos de DI, juntamente com a avaliação do comportamento adaptativo. Para a avaliação da inteligência, utilizam-se instrumentos padronizados e validados como as escalas de Wechsler, que possuem amostras normativas brasileiras. No entanto, estudos focados em pessoas com deficiência ainda são escassos no Brasil. Este trabalho caracteriza o desempenho cognitivo de jovens com SD como parte do projeto Aptidown, que visa analisar as relações entre aptidão física, coordenação motora e metabolismo (metaboloma) em pessoas com Síndrome de Down. A coleta de dados ocorreu via entrevista semiestruturada, e a avaliação instrumental utilizou a Escala Wechsler Abreviada de Inteligência (WASI) e o Mini Exame do Estado Mental (MEEM), para comparação. A WASI é uma bateria breve voltada para a avaliação da inteligência geral, e mensura inteligência cristalizada e fluida, incluindo o conhecimento verbal, processamento de informação visual, raciocínio espacial e não verbal. O instrumento é composto por quatro subtestes (vocabulário, semelhanças, cubos e raciocínio matricial). O MEEM é um exame de rastreamento da função cognitiva. Os resultados preliminares incluem a avaliação de dez indivíduos com SD, cinco do sexo feminino, com idades entre 20-29 anos, atendidos por uma instituição não governamental em Belém do Pará, onde a coleta de dados foi realizada. A maioria possui renda familiar menor do que três salários mínimos, tendo cursado ensino fundamental a médio. Destes, quatro nasceram prematuros e dois apresentam comorbidades. Realizamos análises estatísticas das características socio-demográficas e do desempenho dos participantes na WASI e MEEM. O escore médio de QI total (QIT) da WASI foi de 43 ($\pm 2,83$), e o escore no MEEM foi de 9 ($\pm 5,16$). Observou-se correlação positiva baixa, sem significância estatística, entre QI verbal e QI de execução ($r = 0,02$, $p = 0,955$), e correlação positiva alta e significativa entre o QIT e o MEEM ($r = 0,91$, $p < 0,001$). Em média, o QI de execução ($48,7 \pm 2,3$) foi maior do que o QI verbal ($47,4 \pm 4,25$), sendo esta diferença sem significância estatística. Os participantes com ensino médio alcançaram QIT = 48 e MEEM = 14,5, e aqueles com ensino fundamental obtiveram QIT = 41,8 e MEEM = 7,2. Os resultados sugerem que a amostra apresentou escores de QIT na faixa de 40-48, e do MEEM entre 0-18, possibilitando uma visão detalhada do perfil cognitivo dessa população, embora a amostra seja pequena. Estes resultados são importantes para a compreensão do desempenho cognitivo de adultos com SD e podem, em conjunto com medidas qualitativas, orientar futuras intervenções e políticas de apoio.



PO 031 | Avaliação neuropsicológica de uma criança em fase pré-escolar com suspeita de autismo: um estudo de caso

Eduarda Ribeiro do Vale Gemaque, Yasmim Farias da Silva (MINIS)

Resumo A avaliação neuropsicológica é um tipo de avaliação apropriada para casos em que há dificuldades de cunho cognitivo ou comportamental de origem neurológica. Nesse sentido, um dos objetivos deste procedimento consiste em mapear e detectar, precocemente, possíveis déficits do desenvolvimento e aprendizagem, favorecendo a intervenção nas áreas afetadas. No mais, compreende-se que desde a primeira infância é possível identificar deficiências cognitivas sugestivas de certas patologias, como ocorre no caso do Transtorno do Espectro Autista, o qual possui respostas comportamentais atípicas se comparadas aos marcos do desenvolvimento infantil. Dessa forma, o presente trabalho, trata-se de um estudo de caso que tem como objetivo descrever a avaliação neuropsicológica de uma paciente em idade pré-escolar (Z. 2 anos). A avaliação foi realizada em um centro médico universitário da região norte do país, durante 7 sessões, sendo estas constituídas de diferentes momentos e instrumentos para coleta de informações sobre Z. e o funcionamento familiar: entrevista de anamnese com a mãe; aplicação do instrumento de observação lúdica - Sistema de avaliação da suspeita de TEA (PROTEA-R); instrumentos respondidos pela genitora da criança - Escala Modificada para Triagem do Autismo em Crianças (M-CHAT) - versão brasileira Modified Checklist; Escala de Responsividade Social (SRS-2) - versão brasileira Social Responsiveness Scale; Inventário dimensional de avaliação do desenvolvimento infantil (IDADI); Protocolo Perfil Sensorial 2 da Criança Pequena - Questionário do cuidador. Para a análise dos dados, foram seguidas as recomendações dos autores dos instrumentos, correlacionando-as com as questões e observações clínicas. A partir da entrevista de anamnese evidenciou-se as seguintes demandas: dificuldades para iniciar e manter interações sociais, especialmente com pares, padrões de comportamento repetitivos e restritos, e dificuldade em organizar o vocabulário para formar sentenças. Como resultado da aplicação dos instrumentos e considerando as estratégias utilizadas durante o processo avaliativo, Z. demonstrou dificuldades persistentes na comunicação social, identificadas em déficits na reciprocidade social emocional, déficits nos comportamentos comunicativos verbais e não verbais, déficits marcantes na atenção compartilhada, dificuldade em partilhar experiências e prazer com parceiro social, além da presença de padrões repetitivos e estereotipados de movimentos motores durante uso de objetos. Posto isto, destacaram-se indicadores de TEA, com atraso global do desenvolvimento e prejuízo de linguagem funcional. Como intervenção, para promover a qualidade de vida e o bem-estar psicológico, emocional e social, sugeriu-se acompanhamento com psicólogo clínico, preferencialmente com formação em ABA para treino de habilidades sociais e avaliação com outros profissionais. Foi orientado também que, no contexto familiar, fosse estimulada as habilidades de comunicação e expressão verbal da criança, bem como, oportunizar momentos de interação social, principalmente com pares. Desse modo, o presente estudo destaca a importância da avaliação neuropsicológica na idade pré-escolar e do diagnóstico precoce do autismo. Observou-se que com a utilização e análise de instrumentos específicos foi possível identificar déficits nas fases iniciais do desenvolvimento e obter



resultados consistentes sobre alterações comportamentais e no funcionamento de diferentes domínios cognitivos. De maneira, que esses resultados facilitaram o encaminhamento para reabilitação e intervenção precoce, além de possibilitarem uma nova avaliação futuramente, pós-intervenção.



PO 032 | Brincadeiras Urbanas em Belém e Ribeirinhas na Ilha de Marajó

Neliane Costa Carvalho, Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará), Alice Fernandes dos Santos Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Samille da Silva de Andrade (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A brincadeira, além de fundamental para o desenvolvimento, possui uma conceituação complexa e conta com um conjunto de definições que a concebe sob diversos ângulos, tais como um treino de habilidades sociais, um comportamento dotado de função e de adaptação ou simplesmente praticado de forma livre e prazerosa pelo brincante. O brincar também é caracterizado pela universalidade e pela especificidade que revelam como a brincadeira, apesar de ser um fenômeno encontrado em diversas populações, conta com uma grande variedade de conteúdo e de forma a depender do contexto social e cultural que é praticada. Isso torna a brincadeira uma forma de o indivíduo se apropriar do seu ambiente, no qual ele transforma, aprende e experimenta ao mesmo tempo que brinca. O objetivo deste trabalho foi apresentar os tipos de brincadeira no contexto urbano e no ribeirinho. A pesquisa ocorreu em uma comunidade no município de Ponta de Pedras, ilha de Marajó, estado do Pará, e contou com 66 participantes (34 meninas e 32 meninos) na faixa etária de 0 a 18 anos. Foram usados o Inventário Sociodemográfico para a caracterização social, econômica e demográfica da comunidade, Inventário Espontâneo das Brincadeiras (IEB) para identificar as brincadeiras e seus contextos e o Check list para catalogar as brincadeiras urbanas conhecidas pelos participantes. Os dados foram tratados no Excel 2003 e transformados em planilhas e em gráficos dinâmicos para melhor compreensão. As brincadeiras foram classificadas em brincadeira de locomoção, brincadeira de exercício com objetos, brincadeira de construção, brincadeira simbólica e jogos com regras. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de ética em pesquisa com seres humanos sob o N° 2716/06. Os resultados revelaram uma variedade de brincadeiras: locomoção (nadar, saltar); brincadeira de exercício com objetos (bole-bole); construção (boneca, barco); simbólica (casinha, caçada) e jogos com regras (bandeirinha, pira, cemitério). Os dados mostraram que brincadeiras de locomoção e de regras eram realizadas em ambientes para além das casas da comunidade (campo, terreiro) assim como no contexto urbano conforme registros da literatura, que evidenciam tais brincadeiras em ambientes externos (parques, ruas). Outra similaridade foi observada nos jogos com regras, como o cemitério, que contavam com um formato mais próximo das brincadeiras urbanas desse tipo. As diferenças residem nas influências sociais e culturais do mundo adulto da comunidade, que aparecem nas brincadeiras simbolicamente, especialmente no faz de conta, e constituem uma proximidade entre o infantil e o adulto ao contrário do contexto urbano, que conta com certa autonomia das brincadeiras em relação ao mundo adulto, principalmente nas brincadeiras de rua em lugares periféricos catalogados na literatura. O ambiente físico mostrou-se importante para estabelecer diferenças com o urbano por possibilitar modos e elementos específicos para as brincadeiras da comunidade, como na pira árvore. Assim, percebe-se que há uma diversidade de brincadeiras, com diferenças e similaridades de contextos, que transmitem e constituem a identidade cultural de populações.



PO 033 | Características Biológicas e Sociais de Mães em Contexto de Cárcere: Um Estudo Realizado em uma Unidade Materno Infantil de uma Unidade de Custódia e Reinserção Feminina da Região Metropolitana de Belém-Pará

Alice Fernandes dos Santos Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará), Larissa Albuquerque Costa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O sistema carcerário foi criado inicialmente para atender as necessidades de uma população predominantemente masculina, entretanto, a população feminina encarcerada está aumentando exponencialmente na última década, com o Brasil ocupando o terceiro lugar no ranking de países que mais encarceram mulheres. Com esse aumento no número de mulheres no cárcere, fica cada vez mais evidente que as necessidades particulares da população feminina dentro do sistema carcerário estão sendo negligenciadas, por exemplo, para as mulheres grávidas, puérperas ou que estão acompanhadas de seus filhos dentro do cárcere. No ano de 2023, foram registrados um total de 99 filhos de internas, todos com menos de dois anos, inseridos no sistema carcerário, com um total de oito creches em todo o país e 51 berçários. Estima-se que existam aproximadamente 26.876 mulheres ocupando vagas no sistema carcerário brasileiro no último ano, das quais 230 estavam grávidas e 103 lactantes, contando com apenas 61 celas/dormitórios direcionados exclusivamente para grávidas. O objetivo foi identificar características biológicas e sociais de mães, grávidas ou puérperas em contexto de cárcere na Unidade Materno Infantil da Unidade de Custódia e Reinserção Feminina do município de Ananindeua, região metropolitana da cidade de Belém no estado do Pará. As características identificadas são: idade, etnia e escolaridade. Para a coleta de dados foram utilizados questionários de caracterização aplicados durante oito anos com intuito de obter algumas informações das mulheres presentes na Unidade Materno Infantil da Unidade de Custódia. A sistematização dos dados ocorreu no Excel. Os dados obtidos entre os anos de 2016 e 2023 de um total de 276 mulheres, mostram que a média de idade das mulheres é de 24 anos, sendo a menor idade registrada 18 e a maior 41. Não há informações quanto a etnia ou a escolaridade dessas mulheres de 2016 a 2021, porém, de 2022 a 2023 foram contabilizadas 43 mulheres, das quais as etnias identificadas apontam quatro pretas, três brancas e 24 pardas, não consta a informação para 12 mulheres. Quanto a escolaridade, das 43 mulheres entre 2022 e 2023 foram identificadas 18 com Ensino Fundamental, 10 com Ensino médio, uma com Ensino Médio e Técnico, uma com Ensino Superior e uma Não Alfabetizada, não consta a informação para 12 mulheres. Os estudos relativos ao aumento da população feminina em contexto de cárcere estão cada vez mais frequentes na última década, contudo, estudos envolvendo a maternidade em contexto de cárcere no Brasil, expondo as características das mulheres que enfrentam essa realidade, ainda são escassos. Entender o aumento da população feminina no cárcere e seus desafios é fundamental para que ocorram mudanças no sistema carcerário que propiciem um tratamento mais digno para as mulheres, mães e seus filhos inseridos nesse contexto.



PO 034 | Caracterização Biopsicossocial dos Autores de Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Dados de Notificação do SINAN no Pará

Clarisse Monteiro Barroso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará), Jhuliane Karine Costa de Souza (UFPA)

Resumo A violência contra crianças e adolescentes é reconhecida internacionalmente como um grave problema de Saúde Pública e de Direitos Humanos e consiste em toda forma de maus tratos que ocorra em uma relação de responsabilidade ou poder e que resulte em dano à dignidade, saúde e desenvolvimento desse público. Atualmente, a legislação brasileira estabelece como compulsória a notificação da violência no âmbito da Saúde, por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). A caracterização dos perpetradores, assim como a identificação das violências sofridas dessas violências, é de suma importância pois subsidia ações articuladas e sistematizadas no combate desses maus tratos. Nesse sentido, o presente trabalho objetiva caracterizar os autores de violência e rastrear os tipos de violência contra crianças e adolescentes, trata-se de um estudo transversal de abordagem quantitativa, sendo descritiva e exploratória que se utilizou do banco de dados do SINAN dos anos de 2018 a 2022 no Estado do Pará. Os dados foram coletados por meio dos Centros Estaduais de Vigilância em Saúde - Núcleo de Vigilância das Doenças e Agravos não Transmissíveis, no estado do Pará a coleta ocorreu na Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA). Foi possível ter acesso a 20.331 notificações referentes aos casos de violência contra pessoas de 0 anos a 17 anos e 11 meses, o que corresponde a 42,7% dos casos de notificação no tempo supracitado no estado amazônida. Os dados foram analisados a partir do programa Microsoft Office Excel, juntamente com o SPSS para análise descritiva dos dados. Nesse recorte, a maioria dos autores de violência contra crianças e adolescentes são pessoas adultas do sexo masculino, conhecidos (24,1%) ou pai/padrasto (18,4%) da vítima, além disso, a análise dos dados expõe que 46,2% dos casos são reincidentes, em relação a tipo de violências praticadas por esses autores a violência sexual destaca-se em 55,2% dos casos, sendo a maioria tipificada como estupro (41,3%), a violência psicológica (39,4%) e violência física (36,4%) também se sobressaem. As vítimas são em sua maioria são meninas (77,8%) autodeclaradas pardas (78,7%) de 12 a 14 anos (32,3%), estudantes do ensino fundamental (56,9%). Vale ressaltar que há a subnotificação de casos de violência no Norte do Brasil, devido a normalização da violência e despreparo profissional além da falta de infraestrutura adequada e acesso limitado aos serviços de saúde e assistência social, o que agrava o desafio de dimensionar e combater eficazmente o problema, dificultando a implementação de políticas públicas de prevenção e proteção do fenômeno, destacando a necessidade de estudos sobre o tema. Portanto, destaca-se a gravidade e a prevalência da violência contra crianças e adolescentes no estado do Pará, revelando um problema persistente e alarmante que exige atenção contínua das autoridades e da sociedade. Este estudo não apenas ilumina a magnitude do problema, mas também serve como um apelo à ação para fortalecer as redes de proteção, aprimorar a aplicação das leis vigentes e promover uma cultura de denúncia e prevenção, visando garantir um desenvolvimento seguro e digno para todas as crianças e adolescentes.



PO 035 | Caracterização das redes pessoais significativas de pais de crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19

Alcimeri Kühl Amaral (Faculdade Anhanguera de Taubaté), Giulia Truppel Antunes (cras), Maria Julia Dias Ferreira, Marina Menezes (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Resumo A pandemia de COVID-19 impactou significativamente o bem-estar e a saúde de pais e responsáveis por crianças e adolescentes, acentuando as desigualdades sociais. No entanto, a maior parte das pesquisas sobre os efeitos dessa crise de saúde tem se focado predominantemente em populações com maior status socioeconômico. Nesse contexto de crise, redes pessoais significativas podem desempenhar um papel crucial como fator de proteção para esses cuidadores. Este estudo qualitativo, exploratório, descritivo e de corte transversal, objetivou investigar as características estruturais e funcionais das redes pessoais de 11 pais e responsáveis por crianças e adolescentes, residentes em uma comunidade vulnerável no Sul do Brasil durante a pandemia de COVID-19. Utilizando um Questionário Sociodemográfico (QS) para caracterizar os pais e responsáveis, observou-se que em relação à raça/etnia, os participantes se autodeclararam pretos e pardos ($n=6$) e brancos ($n = 5$), sendo um deles imigrante de um país da América do Sul. Dentre todos os participantes, apenas um era do gênero masculino. Cinco dos participantes eram cuidadores de crianças, três de adolescentes e três de ambos os grupos etários. No período pandêmico, todas as famílias recebiam menos de um salário mínimo per capita por mês. Os dados sobre as redes pessoais de apoio foram obtidos através do Mapa de Rede e analisados a partir da proposta de Sluzki. Os resultados demonstraram que as redes sociais significativas dos participantes durante a pandemia, apresentavam uma média de aproximadamente 12 membros, sendo classificadas como redes de tamanho médio, consideradas geralmente mais eficazes na qualidade do suporte social, pois proporcionam uma diversidade de recursos e apoio sem comprometer a profundidade e a intimidade das relações interpessoais. Observou-se também que as redes familiares e comunitárias foram as mais frequentemente mencionadas pelos participantes, em termos de número de pessoas. Entre as funções dos vínculos mais referidas, a ajuda material e de serviços (21 menções) foi a função mais citada, destacando a importância desse tipo de apoio em contextos de crise e vulnerabilidade. O suporte percebido e recebido dos membros das redes pessoais é crucial para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, como acesso a alimentação e medicamentos. Dada a escassez de estudos sobre redes significativas e de apoio de pais ou responsáveis por crianças e adolescentes em contexto de vulnerabilidade social, o presente estudo mostrou-se relevante por visibilizar as perspectivas de pessoas que vivenciaram a pandemia da Covid-19 em comunidades localizadas no Sul do Brasil, com características culturais e sociais nesse contexto. Sugere-se que pesquisas futuras incluam pessoas que vivenciaram a experiência pandêmica em diversas regiões do Brasil e em contextos internacionais, para obter uma compreensão mais abrangente e representativa das dinâmicas dessas redes de apoio.



PO 036 | Caracterização Sociodemográfica de 50 famílias ribeirinhas da Ilha do Combu: Resultados Preliminares

Ryan Lucas de Souza Linard (UFPA - Universidade Federal do Pará), Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará), Patrick Maximiano Maciel Oliveira (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O conhecimento mais aprofundado da população ribeirinha é importante tanto para expandir as investigações realizadas com este modelo de comunidade, como para prover subsídios para a elaboração de políticas públicas que promovam a saúde e bem-estar deste público. O presente trabalho é referente aos dados preliminares da caracterização sociodemográfica de 50 famílias ribeirinhas participantes de uma pesquisa "Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia", em andamento na UFPA. Os participantes foram selecionados mediante um levantamento feito através da equipe da Unidade Básica de Saúde da ilha. Foi aplicado aos pais, separadamente, o Inventário Sociodemográfico, o qual foi construído após adaptações de outros inventários de mesmo propósito. A partir da análise descritiva dos dados, feita no software estatístico SPSS, pode-se constatar que das 17 famílias visitadas até o momento, seis são residentes da comunidade do Combu (35,3%), cinco na do Rio Jordão (29,4%) enquanto as demais são das comunidades da beira do rio, do Periquitaquara ou da São Benedito. Catorze das famílias possuem casa própria (82%), enquanto o restante habita em casas emprestadas ou de outra natureza. As casas são em sua maioria de madeira (70,6%) sendo o restante de alvenaria ou mista, com uma média de quatro cômodos por residência. A fonte de energia em nove delas (52,9%) é por relógio próprio, enquanto o restante utiliza relógio comunitário, gerador particular ou mais de uma fonte. O abastecimento de água na maioria delas é via poço (70,6%), enquanto o restante utiliza o rio, torneira coletiva, barco de distribuição, ou algum outro meio, sendo que das dezessete famílias, doze utilizam dois ou mais meios de abastecimento. O descarte do lixo é majoritariamente realizado por coleta (76,5%), o restante é queimado, ou realizado de outras formas. Em relação à renda mensal, nove das famílias alega possuir entre 1 e 2 salários-mínimos (52,9%), enquanto quatro alegam viver com menos de um salário (23,5%) e somente três vivem com renda entre 2 e 3 salários (17,6%). Catorze famílias alegam serem dependentes do bolsa família (82,3%). Em relação à caracterização dos pais, a média de idade das mães é de 30 anos, sendo a idade mínima 21 e a máxima 43. 52,9% das mães têm o ensino médio completo, enquanto 11,8% concluíram o ensino fundamental. Do restante das mães, 17,6% não concluíram o ensino médio, 5,9% o ensino superior e 5,9% o ensino fundamental. O nível técnico foi concluído por 5,9% das mães. Sobre o pai, encontramos idade média de 32 anos, sendo a mínima 23 e a máxima 42. Cinco deles concluíram o fundamental (29,4%) e 4 o ensino médio (23,5%), enquanto o restante não chegou a concluir o fundamental (23,5%) ou o médio (11,8%) ou não respondeu à pergunta (11,8%). Doze casais alegam viverem juntos (70,6%) e o restante ou são casados ou solteiros. Esses dados fornecem uma compreensão sobre as características gerais do contexto de algumas famílias que habitam a Ilha do Combu. Outros dados estão sendo coletados para complementar essas análises.



**PO 037 | Cenário da exploração do trabalho infantil no tocantins :
Área administrativa de Dianópolis**

Tamires Pereira de Sousa (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
Edilaine de Souza e Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
Ana Cristina Serafim da Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins)

Resumo O trabalho infantil, conforme o Plano Nacional de 2011, inclui qualquer atividade econômica ou de subsistência realizada por menores de 16 anos, exceto aprendizes a partir dos 14. Nesse contexto, é essencial garantir condições básicas de subsistência durante o desenvolvimento desses indivíduos. Uma vez que, muitas crianças têm seus direitos fundamentais violados ao serem submetidas ao trabalho. Alberto (2002) destaca que a infância e a juventude não são iguais para todos, e esse fenômeno, apesar de não ser novo, adquire diferentes discussões e especificidades ao longo do tempo. Esta pesquisa visa analisar e identificar as características do trabalho infantil por meio das principais atividades laborais de crianças e adolescentes, traçar seus perfis e jornadas de trabalho, bem como as implicações na saúde, desenvolvimento e educação na região de Dianópolis do Tocantins, compreendidas pelos municípios de Almas, Dianópolis, Novo Jardim, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição e Taipas do Tocantins. Posteriormente, foi realizado um levantamento e contato com todas as instituições das cidades. De (30) instituições contatadas, apenas (18) concordaram em participar respondendo o formulário, entre as quais: CMDCA, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, Defensoria Pública, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social. A coleta dos dados foi realizada através de um questionário via Google Forms com perguntas abertas e fechadas, sendo a segunda parte do formulário visava captar a percepção dos atores sociais. O software MAXQDA foi usado para organizar e categorizar os dados, e a Análise de Conteúdo Temática de Bardin (1977) para a análise. A análise foi dividida em três categorias: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados; Caracterização do trabalho infantil a partir da Percepção dos atores sociais Encaminhamentos/ações da instituição. Nessa pesquisa realizada no Sudeste do Tocantins, das (18) instituições que responderam (13) não tinham casos registrados, alegando desconhecimento e apenas (5) instituições confirmaram dados dos últimos três anos. Vale ressaltar que a falta de dados não indica sua inexistência, pois as denúncias podem não chegar às instituições responsáveis. Portanto, ao analisar o perfil das crianças e adolescentes segundo os dados das instituições identificou que há mais meninos do que meninas em condição de trabalho, com idades entre 6 e 12 anos e entre 16 e 18 anos, envolvidos em atividades nas ruas, durante o dia, para sua família, em sua maioria crianças pretas e pardas, sendo a forma de pagamento por dinheiro ou comida. Metade das instituições responderam que havia protocolo de encaminhamentos e programas, como Serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos(SCFV) e NUDECA. A partir da segunda etapa do questionário, 61,1% dos entrevistados relataram ter visto crianças em situação de trabalho, como vendedores ambulantes, domésticas, entre outros, o que contrasta com os casos oficialmente registrados, assim, evidencia-se a necessidade de um trabalho conjunto bem como uma boa qualificação desses profissionais a fim de tornar a rede proteção eficaz.



PO 038 | Compreensões em casais primíparos dos sentidos atribuídos à participação paterna no processo da parturição: a perspectiva do pai e da mãe

Paulo Henrique Magalhães da Silva (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo O processo de tornar-se pai é atravessado por fatores sociais, culturais, históricos e subjetivos. Nesse sentido, o exercício da paternidade implica em construir novas formas de existir no mundo, marcadas por responsabilidades, adequações, desafios e imprevisibilidades. No processo do parto, como evidencia a literatura científica, a participação do pai, como figura de cuidado, é considerada um fator protetivo para a mulher e para o bebê, pois a parturição é um momento de significativa vulnerabilidade, permeado por diversas emoções, como o medo, a ansiedade e expectativas. Por sua vez, o envolvimento ativo do pai também se apresenta como um fator potencializador para o fortalecimento da união do casal e do vínculo pai-bebê. Acerca disso, este estudo buscou compreender, em casais primíparos, os sentidos atribuídos à participação paterna no processo da parturição, a partir da perspectiva do pai e da mãe. A pesquisa foi qualitativa, de base fenomenológica e de espectro exploratório. Realizada na cidade de Petrolina-PE, a coleta de dados foi efetuada por meio de entrevistas semiestruturadas e de forma online. Participaram do estudo seis casais com um filho de até quatro anos de idade. A maioria dos participantes se autodeclarou como pardo; a idade das mães variou de 26 a 36 anos e a dos pais variou de 26 a 42 anos. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas através do método fenomenológico. Os resultados trouxeram à tona a vivência real do processo do parto, apontando as principais percepções deste evento, bem como os desafios vivenciados pelos casais. Notou-se que o medo e a ansiedade foram as emoções mais citadas pelos pais, indicando que estes partilhavam dos mesmos estados emocionais das mulheres. Contudo, em alguns casos, os homens buscavam não demonstrar as suas emoções diante da esposa, supostamente para não deixá-la ainda mais ansiosa e, assim, atuarem como suporte emocional. Os pais descreveram a sua participação como promotora de tranquilidade e segurança às suas parceiras, já que, em alguns casos, indicaram ter sido responsáveis por decisões importantes no momento do parto, como se posicionar frente à iminência de situação de violência obstétrica. Ademais, os pais se sentiram realizados ao perceberem que o seu envolvimento contribuiu para que o nascimento do bebê fosse concretizado com segurança. As mulheres, por sua vez, destacaram que o envolvimento e a participação do esposo promoveram uma sensação de amparo, bem como uma forma de perceber a importância que essa figura de cuidado tem. Desse modo, esses achados corroboram as evidências científicas atuais acerca da relevância que a atuação paterna tem no ciclo gravídico-puerperal, de modo a deixar claro que esse envolvimento se dá de diferentes modos. Assim sendo, este estudo, ao contemplar os sentidos atribuídos ao envolvimento paterno frente ao processo do parto, buscou tornar visível a importância que essa participação tem para o atravessamento dessa etapa marcada por imprevisibilidades e instabilidades, sendo essa participação legítima à construção de relações saudáveis entre as figuras materna e paterna e do vínculo pai-bebê.



PO 039 | Concepção de Adolescência no Brasil: Uma revisão integrativa

Samantha de Oliveira Souza, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas)

Resumo A adolescência é passível de mudanças ao longo do tempo, dependendo do contexto histórico e da abordagem teórica adotada. As principais teorias do desenvolvimento desempenharam um papel crucial na explicação do fenômeno da adolescência, abordando duas questões fundamentais: a adolescência como uma fase distinta no desenvolvimento e como um período caracterizado por níveis crescentes e inevitáveis de turbulência. Apesar dessa visão negativa da adolescência, teorias contemporâneas, como a abordagem do Desenvolvimento Positivo do Jovem têm proposto uma visão mais positiva desse período. Este estudo tem como objetivo investigar como a concepção de adolescência tem sido retratada em estudos da Psicologia no Brasil por meio de uma revisão integrativa de literatura sobre a concepção de adolescência. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura, a qual englobou estudos empíricos e teóricos sobre a temática. Revisões integrativas são essenciais para sintetizar o conhecimento disperso, oferecendo uma compreensão profunda e uma visão conceitual detalhada do tema. Foram realizadas buscas nos bancos de dados Google Escolar e Portal de Periódicos CAPES com os descritores concepção de adolescência', concepção' e adolescência' em português. A busca ocorreu entre novembro de 2023 e fevereiro de 2024. A seleção de artigos foi baseada na relevância indicada pelos bancos de dados, sem a utilização de algoritmos de pesquisa específicos, visando uma imersão profunda na conceituação da adolescência de adolescentes brasileiros. Os critérios de inclusão foram estruturados de acordo com a estratégia P.E.C.O.S., que auxilia na formulação e identificação da questão de pesquisa. Foram incluídos estudos empíricos, transversais, longitudinais, experimentais, exploratórios e revisões de literatura sobre a concepções de adolescência, publicados em português nos últimos 20 anos. O processo de pesquisa foi dividido em quatro etapas: organização e planejamento da revisão integrativa e definição de objetivos e marcadores; identificação e busca nos bancos de dados; leitura cuidadosa e compreensão dos artigos para solidificar o entendimento sobre concepções de adolescência e síntese das informações utilizando o software de planilhas Airtable. Foram extraídas informações como ano de publicação, periódico, referências, metodologia de pesquisa, tema central, objetivos, tamanho e perfil da amostra, principais conclusões e limitações. Compuseram a amostra nove artigos que atenderam aos critérios de inclusão, os quais foram lidos na íntegra e analisados. Os resultados indicaram que concepções de adolescência é uma temática pouco abordada em artigos científicos nacionais e que, em sua maioria, os estudos adotam uma perspectiva da psicologia histórico-cultural. Os artigos selecionados, publicados entre 2007 e 2020, apresentam, de forma geral, uma visão naturalizante e biopsicológica da adolescência. Além disso, destacam uma visão cristalizada sobre o conceito de adolescência. Não foram encontrados estudos sobre a temática nos últimos quatro anos. Essa lacuna pode ser interpretada como um reflexo da escassez de pesquisas e atualizações teóricas sobre a adolescência a partir da perspectiva dos próprios adolescentes, ressaltando a urgência de estudos contemporâneos sobre esse tema no país.



PO 040 | Análise do perfil latente das perturbações alimentares e do bem-estar emocional em estudantes universitários

Amanda Severo Lins Vitta (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Laura Soares da Silva (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Resumo Os transtornos alimentares (TAs) são condições complexas marcadas por padrões alimentares anormais e estão associados a riscos elevados de suicídio e sintomas depressivos, além de estarem frequentemente interligados a outras condições psiquiátricas, incluindo transtornos de humor, ansiedade e de personalidade. A capacidade de regular emoções, ou a sua ausência, é um fator de risco crucial para o desenvolvimento ou agravamento dos TAs. Nesse contexto, a regulação emocional desempenha um papel central, afetando diretamente os comportamentos alimentares e atuando como uma ponte potencial entre os TAs e outras condições psiquiátricas. Uma dificuldade na regulação emocional pode iniciar um ciclo vicioso que compromete a qualidade de vida e acentua o impacto significativo dos TAs no bem-estar psicológico, destacando a importância de abordagens terapêuticas que focam na melhoria da capacidade dos indivíduos de gerir suas emoções. Método: A pesquisa de modalidade exploratória e transversal incluiu um total de 1.798 estudantes universitários do Brasil e do Canadá, com uma média de idade de 21,2 anos, sendo 78,4% mulheres. Para avaliar os participantes, foram utilizados diversos instrumentos, incluindo a Addiction-like Eating Behaviour Scale (AEBS), a Depression, Anxiety, and Stress Scale (DASS-21), a Yale Food Addiction Scale 2.0 (YFAS), a Difficulties in Emotion Regulation Scale (DERS), a Impulsive Behavior Scale (UPPS-P) e o WHO-QOL-bref. Resultados: O estudo identificou três perfis distintos de comportamentos alimentares e bem-estar psicológico em estudantes universitários. O Perfil 1 inclui alunos com hábitos alimentares saudáveis, evidenciados por pontuações baixas nas escalas AEBS e YFAS. O Perfil 2 compreende alunos com compulsão alimentar e altas pontuações nessas escalas, associados a níveis elevados de ansiedade, depressão e estresse, afetando negativamente sua qualidade de vida. O Perfil 3 apresenta características intermediárias entre os dois primeiros perfis. Conclusões: Estes resultados destacam a relação complexa entre alimentação, saúde emocional e qualidade de vida, indicando que maiores desafios emocionais estão correlacionados com transtornos alimentares mais graves. O estudo ressalta a necessidade de intervenções direcionadas nos ambientes universitários para melhorar o bem-estar dos estudantes e minimizar impactos no seu desempenho acadêmico e social.

Palavras Chaves: Perturbações Alimentares, Universitários, Saúde Mental.



PO 041 | Associação entre Binge Watching e Transtornos Alimentares

Amanda Severo Lins Vitta (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Laura Soares da Silva (PUC-CAMPINAS)

Resumo Introdução: O binge watching (BW), definido como o ato de assistir múltiplos episódios de uma série consecutivamente, emergiu como um fenômeno relevante na era moderna. Esse comportamento, muitas vezes compulsivo, tem sido comparado aos impulsos observados em transtornos alimentares, como a compulsão alimentar. O BW pode ser usado como um mecanismo de enfrentamento para lidar com estresse e preocupações diárias, semelhante ao papel que o consumo de alimentos desempenha em indivíduos com transtornos alimentares. No entanto, a conexão entre o BW e os transtornos alimentares é complexa e multifacetada, refletindo uma área ainda pouco explorada na literatura acadêmica, com uma evidente necessidade de mais estudos para entender essa associação. Método: A pesquisa exploratória e transversal contou com a participação de 1.496 estudantes universitários, sendo 1.190 brasileiros e 305 canadenses. Os participantes responderam a um questionário online, avaliados por dois instrumentos principais: a Addiction-like Eating Behavior Scale (AEBS) para medir comportamentos alimentares impulsivos, e a Yale Food Addiction Scale 2.0 (YFAS) para detectar dependência alimentar. Para avaliar comportamentos de binge watching (BW), foi utilizado um questionário específico com duas perguntas-chave. A primeira pergunta (BW1) investiga com que frequência, nos últimos três meses, o respondente assistiu a três ou mais episódios de uma série em sequência, usando uma escala de Likert de cinco pontos. A segunda pergunta (BW2) indaga quantos episódios em média são assistidos por sessão, com respostas variando de 0 a 10 ou mais episódios. A partir dos resultados obtidos na AEBS, os estudantes foram classificados em três categorias de gravidade de comportamento alimentar impulsivo: Leve/Nenhum (574 participantes), Moderado (639 participantes) e Grave (284 participantes). Resultados: O estudo destacou uma correlação significativa entre comportamentos alimentares impulsivos e dependência alimentar, especialmente notável em participantes com sintomas graves na Addiction-like Eating Behavior Scale (AEBS), que também apresentaram alta prevalência de dependência alimentar segundo a Yale Food Addiction Scale 2.0 (YFAS). A maior prevalência de sintomas graves foi observada entre os participantes brasileiros, predominantemente do gênero feminino. Esses indivíduos também mostraram uma frequência aumentada de binge watching (BW). Análises revelaram que, enquanto a AEBS está moderadamente associada aos padrões de BW, a dependência alimentar tem uma conexão mais fraca com esses padrões. Este conjunto de descobertas indica a necessidade de pesquisas adicionais para entender e intervir nessas interações complexas. Conclusões: Este estudo revela que estudantes universitários com sintomas graves de comportamento alimentar impulsivo e restritivo, medidos pela Addiction-like Eating Behavior Scale (AEBS), tendem a engajar-se mais em binge watching (BW). A prevalência de transtornos alimentares foi particularmente alta entre mulheres e aqueles com sintomas graves na AEBS. Estes achados destacam a necessidade de explorar mais profundamente a relação entre BW e comportamentos alimentares em estudantes universitários, visando melhorar o entendimento e o tratamento de questões relacionadas à saúde mental e alimentação.

Palavras Chaves: Binge watching, Transtornos alimentares, Universitários.



PO 042 | Uso De Telas em Uma Amostra de Crianças no Norte do Brasil

Ana Emília Vita Carvalho (CESUPA), Ana Emília Vita Carvalho (CESUPA),
Ana Beatriz da Silva Bentes (CESUPA - Centro Universitário do Estado do Pará),
Ana Flávia

Resumo No mundo moderno, a tecnologia é uma ferramenta que permeia vários contextos de vida, além influenciar na forma de aprender e interagir socialmente. As telas, que eram no passado restritas à televisão, evoluíram para dispositivos móveis e portáteis, e dessa forma, celulares, tablets e smartphones começaram a fazer parte da rotina social, independente de faixa etária. Consequentemente, a exposição a dispositivos eletrônicos se dá cada vez mais cedo, e as relações interpessoais começaram a ser substituídas pelas telas, incrivelmente atrativas para as crianças da atualidade. Por conta desse fenômeno, é imprescindível compreender sua amplitude na sociedade atual. O presente estudo tem por objetivo investigar a prevalência e os reflexos positivos e negativos, do uso de telas, em uma amostra de crianças, segundo a percepção dos pais. O estudo possui delineamento transversal e descritivo, com abordagem de análise de dados quantitativo. Participaram, por amostragem de conveniência, 30 pais de crianças com idade entre 3 e 10 anos. A coleta de dados ocorreu no ambulatório de Puericultura e Pediatria Geral em um centro médico escola, por meio de entrevista presencial para a qual foi utilizado um questionário de entrevistas sociodemográfico e de investigação sobre o uso de telas. A pesquisa conta com a aprovação do CEP, parecer no. 6.798.172, 30/04/2024. A estatística analítica foi utilizada através da aplicação dos testes G e Qui-Quadrado Aderência para avaliação das proporções alcançadas. Os resultados demonstraram que a maioria de respondentes foi do sexo feminino e mãe como parentesco (90,0% ambos). Quanto ao perfil das crianças, a maioria foi de meninas (60%) e a faixa etária predominante foi entre 8 e 10 anos (76,6%). Quanto ao uso de tela, 100% dos pais relataram sim, que as crianças utilizam. Em relação ao tempo de uso de tela maioria dos pais (40%) informou entre 02 e 05 horas/dia, e quanto a idade de início do uso os pais referiram entre 01 e 02 anos de idade (46,7%). Em relação a supervisão e controle do uso de telas, 100% dos pais referiram supervisionar, 70% relataram que não sente dificuldade em supervisionar, 50% limitam conteúdo e horário de uso. Entretanto 60% dos referiu que as crianças acessam programas infantis e adultos. 76,7% dos pais acreditam que as telas promovem benefícios para as crianças, sendo o Educacional (40%) o mais prevalente na amostra. Com relação aos malefícios 86,7% dos pais referiram que sim, dos quais 36,7% indicam dificuldade de atenção e problemas desenvolvimentais. Além de sinalizarem que o uso de telas pode provocar alterações de humor (70%) e de sono (73,3%) na criança. O tempo excessivo de tela observado no estudo, superando recomendações nacionais, é uma preocupação crescente, e embora as telas ofereçam benefícios educacionais e de entretenimento, há um reconhecimento por parte dos cuidadores dos malefícios associados. As dificuldades na supervisão do conteúdo e a exposição a material inadequado são questões significativas, sugerindo a necessidade de uma combinação de monitoramento ativo e o uso de ferramentas de controle de conteúdo.



PO 043 | A Prevalência de Transtornos Mentais em Crianças e Adolescentes Atendidos em Ambulatório de Gastropediatria

Ana Emília Vita Carvalho (CESUPA), Ana Emília Vita Carvalho (CESUPA), Kátia Soares de Oliveira (CESUPA - Centro Universitário do Estado do Pará), Giuliana Morgado Ferreira Portela (CESUPA - Centro Universitário do Estado do Pará)

Resumo Os transtornos mentais são determinados pelas diferentes formas de sofrimento mental e podem atingir as diversas faixas etárias e sexo. As crianças e adolescentes podem apresentar Transtornos do desenvolvimento psicológico e/ou Transtornos de comportamento e emocionais, grupos categorizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Sabe-se há uma relação bidirecional entre o sistema nervoso central (SNC) e o sistema nervoso entérico, o chamado eixo cérebro-intestino. Distúrbios nesse eixo correlacionam-se com a patogênese tanto de doenças gastrointestinais, quanto de transtornos mentais. Assim, distúrbios como síndrome do intestino irritável (SII), dispepsia funcional, constipação funcional, doença do refluxo gastroesofágico e outros podem apresentar correlação com os transtornos mentais (TM) e ter início na infância e na adolescência, momentos cruciais no desenvolvimento e na expressão de comportamentos do indivíduo. Apesar dos estudos existentes sobre o tema, a relação entre os distúrbios gastrointestinais e os transtornos mentais ainda é pouco conhecida pelos profissionais de saúde. **OBJETIVO:** Verificar a prevalência de TM em pacientes atendidos no ambulatório de Gastropediatria. **MÉTODO:** Estudo observacional, transversal e analítico, com uma abordagem quantitativa, pautado na coleta de dados de prontuário médico de pacientes de 2 a 14 anos atendidos no ambulatório de Gastropediatria do Centro de Especialidades Médicas do CESUPA, excluindo-se pacientes com paralisia cerebral. Foram coletadas as seguintes variáveis: idade, sexo, tipo de transtorno mental, medicação em uso, diagnóstico gastrointestinal, peso e estatura. Os dados foram organizados em gráficos e tabelas nos programas Microsoft Word, Excel e GraphPad Prism 8.4.1 e todos os testes estatísticos foram executados com o auxílio do software Bioestat 5.5. **RESULTADOS:** Na amostra avaliada de 93 pacientes, evidenciou-se notória prevalência de TM, presente em 26,9% dos pacientes, estimativa superior à prevalência global de 15,8%. Nesse estudo, a população mais afetada foi do sexo masculino (72%) e da faixa etária dos 5 aos 9 anos (52%). Os TM mais encontrados foram Transtorno do Espectro Autista (17,2%), seguido de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (8,6%) e Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor (5,4%). Estes transtornos se correlacionaram, principalmente, com a Constipação Funcional (58,3%), seguida da Intolerância à Lactose (20,8%) e da Doença do Refluxo Gastroesofágico (12,5%). Observou-se, ainda, uma variedade de estados nutricionais, com maior incidência da classificação eutrófica (56%). Além disso, a droga psicotrópica mais utilizada pelos pacientes foi a Risperidona (60%). **CONCLUSÃO:** Os resultados deste estudo, conquanto tenham um "n" pequeno, reforçam a conexão entre TM e patologias gastrointestinais em crianças e adolescentes, mostrando a importância de uma abordagem integral no cuidado desses pacientes, considerando tanto os aspectos mentais quanto os físicos e nutricionais de sua saúde.



PO 046 | Avaliação das justificativas e dos comportamentos cooperativos infantis em jogos digitais análogos ao Dilema do Prisioneiro

Emanuella Ribeiro Félix, Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), Guilherme Ribeiro Eulalio Cabral

Resumo Estudos mostram que decisões cooperativas são influenciadas por variáveis contextuais, como informações sobre os parceiros, interações únicas ou repetidas, e possíveis benefícios estratégicos. Ao longo do desenvolvimento, as crianças aprimoram habilidades cognitivas que contribuem para a capacidade de produzir argumentos e avaliar criticamente comportamentos dos pares. O objetivo principal do estudo foi analisar as expectativas em relação ao que um parceiro de jogo faria e suas relações com o comportamento real, durante uma situação cooperativa com estrutura de um Dilema do Prisioneiro. Participaram da amostra do estudo 75 crianças (52% meninas), com idades entre 6 e 11 anos, de escolas públicas de Curaçá-BA. Os participantes jogaram dois jogos digitais (Star Mines e Slingshot Challenge), usando um tablet de 7 polegadas e foram informados que interagiriam, em tempo real, com outro participante (mesmo sexo, idade e ano escolar) e que trocariam as pontuações nos jogos por adesivos, entretanto, as crianças jogaram com um NPC (Personagem não jogável) e programado com a estratégia olho por olho. Na fase de pré-jogo, as crianças foram questionadas sobre as expectativas sobre o comportamento do outro jogador e, após 10 rodadas de cada jogo, foram questionadas sobre seu próprio comportamento. As respostas foram analisadas por dois juízes independentes e categorizadas em função da presença/ausência de elementos de cooperação e de jogo estratégico, tanto no próprio comportamento quanto em relação às expectativas do que o outro faria. Inicialmente, a concordância entre os juízes foi superior a 82% e discordâncias foram resolvidas através de diálogo, com a participação de um terceiro juiz. Os resultados demonstram que, em ambos os jogos, os relatos estavam alinhados com o comportamento real, ou seja, crianças que relataram adotar uma abordagem cooperativa apresentaram taxas mais elevadas de cooperação do que aquelas que afirmaram não ter cooperado ($p < 0,001$). Ademais, no Star Mines, as que esperavam cooperação por parte do outro jogador relataram ter sido mais cooperativas e também cooperaram mais durante suas partidas nesse jogo, efeitos esses que não foram observados em relação ao Slingshot Challenge. Sobre a questão da estratégia, observou-se que as crianças que esperavam que o outro fosse estratégico também disseram ter jogado de forma estratégica os dois jogos (Star Mines = 85,7%; Slingshot Challenge = 80,6%; $p = 0,002$). Entretanto, não foram encontradas diferenças no comportamento cooperativo entre as crianças que relataram terem sido estratégicas ou não. Os dados destacaram que as expectativas em relação ao que o outro faria pode impactar decisões cooperativas, ressaltando a complexidade das motivações subjacentes ao comportamento cooperativo infantil. As diferenças e inconsistências entre as expectativas e o comportamento real foram analisadas considerando as variáveis manipuladas e a estrutura dos jogos: no Star Mines as decisões são simultâneas e o NPC iniciou cooperando; e no Slingshot Challenge as decisões são alternadas, iniciando sem cooperação, o que pode ter contribuído para uma dinâmica mais competitiva e menor correspondência entre as expectativas e o



comportamento real. A combinação de análises qualitativas e quantitativas possibilitou uma maior compreensão de como as crianças decidem cooperar e justificam suas escolhas.



PO 047 | Cooperação e Funções Executivas na infância: um estudo com o uso de recursos digitais

Emanuella Ribeiro Félix, Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), Guilherme Ribeiro Eulalio Cabral

Resumo A compreensão da vida social humana envolve comportamentos chave, como a cooperação, os quais desempenham funções cruciais no trabalho em conjunto e divisão de esforços para atingir objetivos mais dispendiosos individualmente. Estudos apontam que a cooperação está associada a processos mediados ao longo do desenvolvimento, como a socialização, o refinamento em inferir estados mentais de modo vicário (ToM) e melhores níveis de capacidades de tomada de decisões. O objetivo principal do estudo foi investigar as relações entre a cooperação e componentes executivos na infância. Para avaliar a cooperação, foram utilizados dois jogos digitais Slingshot Challenge (SC) e Star Mines (SM), apresentados nas condições experimentais (público x privado). Para mensurar o Controle Inibitório e a Capacidade de Planejamento foram empregadas duas tarefas computadorizadas: Terra dos Contrás (TC) e Torre de Londres (TOL), respectivamente. A amostra totalizou 75 participantes (52% de meninas), com idades entre 6 e 11 anos, matriculados em escolas públicas de Curaçá-BA. Nos resultados, não foram encontradas associações significativas entre a cooperação e os componentes executivos avaliados. Também não houve diferença na cooperação na primeira rodada ou na cooperação total entre os jogos em função da condição público ou privado. No entanto, houve correlação entre a cooperação na primeira rodada com a cooperação total em SM ($r = .58$; $p < 0,001$) e SC ($r = .26$; $p = .023$), indicando que, a partir da decisão por cooperar inicialmente, as crianças tendem a manter a cooperação nas rodadas subsequentes. Também foi observada uma correlação positiva entre a cooperação condicional e a cooperação em SM ($r = .50$; $p < 0,001$), assim como uma média maior de cooperação no SM em comparação ao SC, o que pode estar relacionado à estrutura mais cooperativa do primeiro. Foram evidenciadas correlações entre a idade e a pontuação total em TC ($r = .37$; $p = .002$) e série e pontuação total em TC ($r = .37$; $p = .001$), confirmando um avanço no desempenho executivo com a idade. Na avaliação dos adesivos, esse mostrou-se um preditor positivo na participação, pois 98,66% das crianças indicaram estar “felizes” e “muito felizes” em recebê-los. O estudo manipulou variáveis em diferentes cenários experimentais, evidenciando a possibilidade de utilização de jogos digitais como ferramenta metodológica para investigar a cooperação na infância. Embora tenham sido aplicadas condições experimentais variadas para investigar a relação entre funções executivas e cooperação, os dados não forneceram evidências de uma influência direta significativa, o que se alinha a outros trabalhos nos quais também não foram encontradas associações entre essas variáveis. Isso pode ser atribuído à complexidade da cooperação, que pode ter influência de fatores além das funções executivas, como aspectos sociais, motivacionais e características das tarefas. Além disso, os componentes executivos investigados, dentro do contexto do estudo, podem ter exercido maior impacto para comportamentos estratégicos e maximização de recursos, não relacionados diretamente à cooperação. Sugere-se que estudos futuros avaliem o funcionamento executivo em contextos reais e realizem outras manipulações experimentais, para que se possa compreender melhor o curso de desenvolvimento da cooperação na infância.



PO 050 | A regulamentação do atendimento psicológico online no Brasil: evolução histórica e paradigma atual

Flávia Cardozo de Mattos (CRPRS), Maria Luiza Diello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul), Míriam Cristiane Alves (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Larissa Goya Pierry (CRP), Leticia Giannechini (Servidor)

Resumo A regulamentação da prática de atendimentos psicológicos remotos no Brasil remonta ao ano de 1995. À época, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), através da Resolução CFP nº 02/1995, vedava a prestação de serviços ou mesmo a vinculação do título de Psicólogo a serviços de atendimento psicológico por via telefônica. Esta norma passou por atualizações através das Resoluções CFP nº 03/2000, 10/2003, 12/2005 e 11/2012. Estas novas resoluções, gradativamente, passaram a permitir a realização de alguns serviços psicológicos através de Tecnologias de Informação e Comunicação, de acordo com sua natureza, e excetuando-se a psicoterapia, que só poderia ser realizada online em caráter experimental, com os devidos protocolos impostos por Comitê de Ética em Pesquisa. Foi somente em 2018 que, pela primeira vez, a partir da Resolução CFP nº 11/2018, a oferta de psicoterapia online foi permitida pelo CFP. No entanto, ainda havia restrições relacionadas ao público-alvo: atendimento a pessoas em situação de violência e violação de direitos e a pessoas em situação de emergências e desastres estava vedado, ao passo que atendimento a pessoas em situação de urgência e emergência estava contraindicado. Com a crise sanitária imposta pela pandemia de COVID-19, o CFP publicou a Resolução CFP nº 04/2020, que não revogava a norma anterior, mas suspendia, justamente, as restrições supracitadas, no intuito de facilitar o acesso da população a serviços psicológicos. De 2012 a 2018, a habilitação para atendimento online exigia dos pretendentes a criação de um site e a validação dele pelo CRP, bem como o recebimento de selo de aprovação pelo CFP. A partir de 2018, não havendo mais a avaliação de site, passou a ser exigido o cadastro na plataforma e-Psi, avalizado pelo CRP. Somente agora, em 2024, a prática de atendimento psicológico online prescinde de avaliação prévia pelo CRP. A partir da norma recentemente publicada, Resolução CFP nº 09/2024, a premissa fundamental é de que a possibilidade de prestar atendimentos remotos requer análise, caso-a-caso, da compatibilidade entre a demanda apresentada e a modalidade oferecida, o que é de responsabilidade do próprio profissional, e não do CRP. Historicamente, então, a prática de atendimentos psicológicos online avançou no Brasil entre os seguintes paradigmas regulamentares: 1) vedação absoluta; 2) permissão ou vedação de acordo com a natureza do serviço e mediante aprovação do CRP; 3) permissão ou vedação de acordo com o público-alvo e mediante aprovação do CRP; 4) compatibilidade ou incompatibilidade a serem avaliadas tecnicamente pelo profissional, de acordo com a demanda, a técnica e a ética profissionais. Observa-se, neste exemplo, que a regulamentação da profissão é dinâmica e acompanha os avanços tecnológicos e comunicacionais, assim como as demandas sociais. A atualização das normas pelo CFP é resultado do diálogo democrático do Sistema Conselhos de Psicologia com a categoria e a sociedade.



PO 051 | Os desastres socioambientais e a condição de estrangeirismo em seu próprio território: os relatos das comunidades gaúchas após as enchentes de 2024

Flávia Cardozo de Mattos (CRPRS), Maria Luiza Diello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul), Míriam Cristiane Alves (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Larissa Goya Pierry (CRP), Leticia Giannechini (Servidor)

Resumo O mês de maio de 2024 marcou a história do Rio Grande do Sul (RS), devido a chuvas, enchentes e desmoronamentos que configuraram, possivelmente, o maior desastre socioambiental do estado, talvez até do país. Com mais de 95% dos municípios atingidos e mais de 20% da população diretamente afetada por este acontecimento, o RS passou a protagonizar uma ampla inserção de profissionais de Psicologia na contingência da crise. Simultaneamente, o Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS) desenvolveu ações de orientação voltadas à instrumentalização técnico-teórica da categoria sobre Saúde Mental Coletiva e Gestão Integral de Riscos e Desastres. No projeto de Rodas de Orientação Territorializadas, foi realizado mapeamento diagnóstico do estado, permitindo que os 98 municípios mais gravemente atingidos fossem agrupados em 7 cidades-sede, nas quais foram realizados dois encontros presenciais para relato de experiência, planejamento estratégico e supervisão clínico-institucional. Nestes fóruns, o CRPRS testemunhou a construção de uma tese pelas equipes das Redes de Atenção Psicossocial (RAPS) que prestam assistência direta às pessoas atingidas pelas enchentes: a de que o desastre coloca as comunidades em condição de estrangeirismo em seu próprio território. O movimento das águas provocou mudanças extremas nos territórios: perda dos contornos dos bairros, dos espaços de convívio social, dos domicílios, das marcas peculiares de cada município, das produções rurais, dos equipamentos públicos, das pontes que permitiam conexões e comunicações, dos ambientes de trabalho e estudo, das memórias, além, logicamente, das perdas de vidas humanas, referências para as comunidades. Perdas tão múltiplas e tão profundas vêm sendo sentidas pela população gaúcha de forma análoga ao exílio, como se a terra sempre habitada passasse a se tornar estrangeira. Soma-se a essa sensação uma certa desrealização e despersonalização, à medida em que a própria identidade também tem seus contornos diluídos pelas águas. Essa condição de estrangeirismo e de dolorosa nostalgia pelas perdas deve ser objeto da Psicologia nos campos da Gestão Integral de Riscos e Desastres e da Saúde Mental Coletiva, nesta época em que eventos climáticos extremos parecem se tornar uma tendência crescente. Edward Wadie Said, professor e ativista político palestino-estadunidense, é uma referência importante ao estabelecer a genealogia do sentimento de desorientação, desrealização e perda de si que o exílio produz diante do desconforto provocado pela perda das imagens conhecidas. A sensação de aconchego e acolhimento que o conhecido costuma evocar se esvai em um desastre, confrontando a população ao incerto, desconhecido e hostil. Cabe à Psicologia um aprofundamento sobre este tema, para melhor compreensão sobre a vivência subjetiva de um desastre, no desafio de escapar de capturas patologizantes, para permitir que se potencializem o cuidado e a vida nestes novos territórios estrangeiros em que todos temos vivido.



PO 052 | Adolescências cearenses na pandemia: um estudo das experiências dos adolescentes da capital e do interior

Iohana Guedes Soares (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Patrícia Oliveira Lima, Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A adolescência é uma construção histórica que marca a transição da infância para a idade adulta, caracterizada por rápidas mudanças físicas e psicológicas. A pandemia de Covid-19, iniciada em dezembro de 2019, trouxe riscos significativos para a saúde global, exacerbando a complexidade e diversidade das experiências vividas por diferentes indivíduos e grupos sociais. Durante a pandemia, adolescentes enfrentaram aumento de estresse, preocupações com saúde familiar, dificuldades econômicas, luto e maior tempo em redes sociais. O objetivo do presente trabalho é verificar semelhanças e diferenças do impacto da pandemia e vivências no pós pandemia de adolescentes de escolas públicas do interior e da capital do Ceará, para isso foram entrevistados 14 adolescentes com idades entre 12 e 18 anos, (n = 9; 64,3%) do sexo feminino e (n = 8; 57,1%) da capital. As entrevistas foram analisadas por meio da Análise Temática, sugerindo os seguintes temas: déficit educacional, gestão individual dos impactos, questões sociais e desiguais do isolamento, suporte afetivo e social. Os resultados apontam uma experiência semelhante quanto ao déficit educacional, isso acontece pela falta de preparação da escola para lidar com tamanha crise, tanto por aspectos voltados a falta de capacitação dos professores para ensinar remotamente, pelo despreparo técnico dos profissionais e da escola, e pela falta de acesso de alguns alunos aos recursos tecnológicos. Nos aspectos de gestão individual dos impactos, tanto no interior quanto na capital foram evidenciados padrões de gestão que se dividiram em dois comportamentos centrais, o aumento do uso de telas e o desenvolvimento de atividades de lazer, esporte e criação. Ficou evidente que os grupos que recorreram ao aumento do uso das telas para lidar com os sentimentos intensificados pela pandemia a longo prazo reportaram prejuízos na socialização e desinteresse escolar, apesar de anteriormente terem citado saudade da escola e das interações com os amigos. Já os adolescentes que desenvolveram passatempos, reportaram que sentiram saudade do tempo de ócio que a pandemia proporcionou, além disso, a partir dessas atividades elaboradas na pandemia, muitos deles conseguiram pensar em projetos profissionais e apontaram benefícios para a saúde física e mental que tais atividades propiciaram. Os adolescentes da capital abordaram mais aspectos da desigualdade na vivência do isolamento social, a maioria apontou que os cuidadores não puderam viver o isolamento, pois precisaram trabalhar, ademais, alguns adolescentes ainda precisaram assumir funções de cuidados com os irmãos pela ausência de redes de apoio familiar, o que segundo eles, promoveu mais maturidade, pois o contexto demandou responsabilidades. Apesar dos adolescentes da capital terem apontado uma maior vulnerabilidade nas experiências de isolamento, também apontaram maior suporte governamental, por meio do auxílio emergencial e de cestas básicas distribuídas pela escola, enquanto no interior foi percebido maior suporte familiar afetivo. O estudo atinge seus objetivos ao analisar o impacto da pandemia em nível estadual, abordando as particularidades do interior e da capital. Ele possibilita estudos futuros sobre estratégias regionais que atendam a necessidades específicas, reconhecendo as diferentes formas de vivenciar a adolescência durante a pandemia, enquanto identifica aspectos comuns em diversos contextos.



PO 053 | Por que estudar pandemia hoje?: um estudo sobre estratégias de cuidado para adolescentes no pós-pandemia

Iohana Guedes Soares (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Patrícia Oliveira Lima, Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A pandemia teve um impacto biopsicossocial, afetando não apenas a saúde biológica, mas também a socialização, os aspectos socioemocionais, econômicos e os processos de desenvolvimento dos adolescentes. Para entender o impacto da pandemia no desenvolvimento dos jovens e as repercussões da vulnerabilidade, é fundamental observar esses aspectos psicossociais. Isso permitirá identificar ajustamentos e demandas, além de desenvolver ações que promovam o bem-estar psíquico e a organização dos indivíduos diante das adversidades pós-pandemia. O objetivo deste trabalho é mapear quais as possibilidades de cuidados específicos para adolescentes em situação de vulnerabilidade social no pós-pandemia, com base nas necessidades e perspectivas diretamente apontadas por eles. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 14 adolescentes em situação de vulnerabilidade em diferentes contextos no interior do Ceará. As entrevistas, analisadas por meio da Análise Temática, revelaram os seguintes resultados: déficit educacional e desinteresse escolar, desinteresse por interações sociais, repercussões na saúde mental e sedentarismo. Mediante a fala dos adolescentes, percebe-se a necessidade de estratégias para minimizar os efeitos adversos e promover um melhor bem-estar integral. Algumas políticas públicas já existentes surgem como possibilidade de cuidado, como o ProJovem Adolescente que tem por objetivo promover inclusão social e o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, oferecendo atividades socioeducativas no contraturno escolar; sendo útil tanto para desenvolver habilidades sociais quanto para administrar as deficiências educacionais apontadas. O Programa Escola Aberta também surge como possibilidade de gestão dos impactos quanto aos efeitos gerados na socialização, transformando as escolas públicas em centros de convivência nos fins de semana; o projeto oferece atividades culturais, esportivas e de lazer para os jovens da comunidade, auxiliando na manutenção do bem-estar físico, mental e social. A fim de gerir os impactos emocionais da pandemia nos adolescentes, a proposta é de ampliação do serviço Programa Saúde na Escola, cuja política se propõe a fazer a ligação entre saúde, escola e família; tendo por pilares a avaliação das condições de saúde, promoção da saúde e prevenção de agravos por meio de ações educativas, educação em saúde e capacitação dos profissionais. A Rede Cuca, política pública da Prefeitura de Fortaleza, promove inclusão social, valorização da cultura, do esporte e fortalecimento da cidadania, oferece serviços e atividades que fomentam o desenvolvimento pessoal, cultural e educacional, além de reduzir o sedentarismo entre os jovens por meio da prática regular de atividades físicas. Recomenda-se a ampliação da Rede Cuca para os interiores do estado do Ceará, atendendo assim à demanda por serviços de promoção do esporte e da melhoria do bem-estar físico dos adolescentes. Diante do exposto, percebe-se que apesar da existência dessas políticas, muitos adolescentes ainda enfrentam dificuldades para acessar esses serviços, algumas possíveis justificativas para isso, seriam a falta de informação e barreiras geográficas e econômicas. Possíveis formas de ampliação do serviço devem passar por uma intensificação de uma divulgação direcionada,



fortalecimento de parcerias, redução de barreiras geográficas através da criação de unidades móveis ou mais centros comunitários em áreas mais diversas, além de monitoramento e avaliação contínuas.



PO 054 | Análise da percepção de amizade em universitários

Jamille Alice Magalhães Bastos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Uma amizade é um relacionamento próximo, recíproco e voluntário entre duas pessoas. De acordo com os Questionários McGill de amizade, há seis funções básicas associadas às relações de amizade: companhia estimulante, ajuda, intimidade, aliança confiável, autovalidação e segurança emocional. Entretanto, sentimentos negativos e conflitos também devem ser considerados, tendo em vista que relações de amizade também apresentam situações de ciúmes, estresse e aborrecimento. Desse modo, o presente estudo é um recorte de um estudo empírico em andamento que visa analisar a percepção da amizade entre universitários e amizade como instrumento de inclusão social. O estudo utilizou um delineamento transversal com abordagem quantitativa e qualitativa. A amostra foi por conveniência, composta por estudantes universitários maiores de 18 anos que responderam a um questionário online via Google Formulários. Foram usados o Questionário Juventude Brasileira e um questionário desenvolvido pelo Laboratório de Análise de Redes, o qual focava em analisar a percepção dos participantes sobre suas relações de amizade. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido também foi incluído no formulário e o aceite dos termos era critério de participação na pesquisa. Um dos itens do formulário sobre amizade pedia que os participantes citassem de 2 a 5 sentimentos relacionados às suas amizades, usando palavras soltas separadas por “,” ou “;”. As respostas desse item foram analisadas em uma planilha Excel e exportadas para o NodeXL, possibilitando a construção de uma rede gráfica que mostra a conectividade entre os sentimentos relatados. A pesquisa online teve um total de 307 participantes e ainda está aberta para respostas. E no que diz respeito aos dados sociodemográficos dos participantes, observou-se uma predominância de mulheres e uma concentração de indivíduos entre 18 e 24 anos. Em termos de autodeclaração étnico-racial, houve uma proporção significativa de participantes que se autodenominaram pardos, uma porcentagem de 57,7%. Quanto à renda familiar mensal, 31,3% dos participantes relataram renda familiar acima de três salários mínimos, enquanto 68,7% declararam valores que se dispersavam entre menos de um salário mínimo e até três salários mínimos. Quanto aos resultados minerados do software NodeXL, foram consideradas para a construção do gráfico apenas alunos típicos do curso de psicologia, totalizando 51 alunos. Nesse sentido, os resultados apontaram os sentimentos de “amor”, “alegria” e “felicidade” como nodos centrais da rede e tendo fortes relações entre si, ou seja, aparecem frequentemente nas respostas dos alunos e muitas vezes simultaneamente. Sentimentos negativos como “desinteresse” e “individualismo” aparecem conectados entre si, porém também apresentam conexão com sentimentos positivos como “empatia”, assim como “decepção” e “abandono” aparecem conectadas a “amor”. Outra relação interessante entre sentimentos positivos e negativos é a conexão entre os sentimentos de “co-brança” e “ciúmes” com o sentimento de “companheirismo”. Nesse sentido, o estudo revela que sentimentos positivos, como “amor”, “alegria”, e “felicidade”, são centrais nas amizades universitárias, mas coexistem com sentimentos negativos como “desinteresse” e “ciúmes”. Essa complexidade sugere que amizades envolvem uma mistura de emoções, refletindo a profundidade e diversidade das relações humanas.



PO 055 | Amizade como instrumento de inclusão social de pessoas com deficiência

Jamille Alice Magalhães Bastos (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA), Luciano André Sales Vieira (UFPA)

Resumo As amizades são relações diádicas que ocupam espaço considerável na rede de relações interpessoais dos indivíduos. A amizade é caracterizada por aspectos como a confiança, o compromisso, a reciprocidade de afeto e provisão de vários tipos de apoio, e os critérios necessários para estabelecer esse vínculo são alterados ao longo do ciclo vital. Na idade adulta, as amizades manifestam o fenômeno da homofilia, ou seja, os indivíduos são semelhantes em várias características e traços, por exemplo, idade, interesses, religião, comportamentos sociais, entre outros. Quando se trata de amizades de pessoas com deficiência (PcDs), essas relações são indicadores da inclusão social e promovem uma melhoria significativa na saúde mental. Dessa forma, esse estudo consiste em revisão sistemática da literatura que investigou a temática de amizade relacionada com pessoas com deficiência. A revisão baseou-se nos critérios do PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis) para estruturação do método de busca dos artigos e abrangeu artigos publicados entre 2017 e 2022, disponíveis na base de dados Scopus. Os critérios de inclusão foram: artigos que relacionassem a temática de amizade e deficiência em jovens, adultos e idosos. Também foram incluídos os artigos que relacionam a amizade e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), tendo como referência o ponto de vista legal pautado na Lei nº 12.764 (2012), que estabelece que pessoas com TEA têm direitos aos serviços e políticas de assistência à PcDs. Os critérios de exclusão incluíram artigos que investigavam a amizade em crianças, teses ou dissertações, artigos de revisão e artigos os quais não foi possível obter acesso integral. Nesse sentido, 52 artigos foram selecionados para análise após a aplicação dos critérios de elegibilidade. De maneira geral, a análise desses artigos apontou que as pesquisas no campo da amizade e deficiência entre a faixa etária escolhida têm dado maior importância para a investigação do público de deficiência intelectual, em especial para pesquisas associadas à inclusão social e realizadas com alunos do ensino médio. O Transtorno do Espectro Autista também aparece em evidência nos artigos que relacionam amizade e inclusão social, principalmente ao se falar sobre comunicação social. Além disso, os resultados indicam que há um forte vínculo afetivo entre PCDs e seus cuidadores ou melhores amigos que também possuem deficiências semelhantes. E quanto à qualidade dessas amizades, um achado importante indicou que o escore médio da qualidade das melhores amizades constituídas entre deficientes intelectuais e seus cuidadores ou entes familiares é mais alto do que aqueles cujo melhor amigo é outra pessoa com deficiência intelectual. A falta de acessibilidade dos locais públicos frequentados por indivíduos típicos também aparece como barreira para o estabelecimento das relações entre PCDs e pessoas sem deficiência. Conclui-se, portanto, que ainda há a necessidade de preencher lacunas quanto aos estudos que relacionem amizade e outras deficiências, como deficiências físicas e sensoriais, tendo em vista que as pesquisas atuais se concentram em deficiências intelectuais e no TEA. Assim como, é crucial o aprofundamento das investigações que abordem as temáticas da deficiência e da amizade no público adulto.



PO 056 | Atuação do psicólogo escolar no enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes: uma revisão de literatura

Jeferson Lima Novaes (ENDICA), Milaidy Müller Rossi (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo O ambiente escolar, reconhecido como um espaço essencial para o aprendizado e o desenvolvimento integral, pode, paradoxalmente, tornar-se um local de ocorrência de violações de direitos contra crianças e adolescentes. Tais violações, que abrangem diferentes formas de violência física, psicológica e negligência, têm implicações profundas no bem-estar e no desenvolvimento dos estudantes. Nesse contexto, a intervenção do psicólogo escolar torna-se fundamental, pois oferece estratégias tanto para a prevenção quanto para o enfrentamento em casos de violência, atuando de maneira a mitigar os impactos negativos dessas experiências no ambiente educacional. Este estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura a respeito das intervenções realizadas pelo psicólogo escolar frente a violência na escola. A pesquisa foi conduzida de acordo com os critérios do PRISMA. A seleção dos artigos analisados foi baseada nos seguintes critérios de inclusão: publicação de periódicos nacionais e internacionais no período entre 2019 e 2024, bem como artigos que contemplassem ações desenvolvidas pelo psicólogo escolar. A busca foram feitas por meio da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), SciELO e Periódico CAPES. Foram definidas as seguintes palavras-chave: "psicologia escolar", "violência", "escola", "conflito escolar". Um total de 310 publicações foram identificadas. Após a análise dos critérios, 11 pesquisas foram selecionadas. De maneira geral, as pesquisas foram conduzidas com estudantes da Educação Básica. Dois estudos envolveram ações de informação, diálogo e reflexão sobre o bullying, visando à prevenção de situações de violência entre os alunos. Os resultados da pesquisa apontam para a importância da intervenção do psicólogo escolar, uma vez que desempenha um papel crucial na interrupção do ciclo de exclusão e violência, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais equitativo e inclusivo. Por conseguinte, o psicólogo escolar promove estratégias de prevenção e intervenção que visam à criação de um ambiente educacional que respeite as diferenças e combata a perpetuação de dinâmicas que legitimam a violência. Fica evidente que há uma necessidade de novas pesquisas sobre o enfrentamento da violência na escola, especialmente no que diz respeito às intervenções realizadas com professores, gestores e coordenadores. Estudos adicionais são essenciais para aprofundar a compreensão desse cenário e para desenvolver estratégias eficazes de prevenção e intervenção.



PO 057 | Transfeminicídio: representações de mulheres trans e travestis no Poder Judiciário

Jeferson Lima Novaes (ENDICA), Milaidy Müller Rossi (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Alex Sandro Gomes Pessoa (Universidade Federal de São Carlos - UFSCar)

Resumo O Brasil está há quatorze anos liderando o ranking de mortes de pessoas trans e travestis em todo o mundo. Em 2022, o país registrou 131 assassinatos de pessoas trans e travestis, além de 20 suicídios motivados por discriminação e preconceito. Em 2023, foram contabilizadas 155 mortes, das quais 145 foram homicídios e dez foram suicídios causados por violência e pela marginalização enfrentada por essa população. Entre essas mortes, encontram-se mulheres trans e travestis que foram assassinadas por seus parceiros ou ex-parceiros, essa violência letal é denominada pela literatura de transfeminicídio. As motivações do transfeminicídio articulam-se com questões de gênero, marcada pela extrema crueldade calcado no ódio, revelando a forma mais insidiosa da intolerância: um corpo visto como objeto. Portanto, esse crime revela a manifestação mais extrema de uma cadeia de violência estrutural que carrega consigo questões culturais, sociais, e um sistema político e econômico alicerçados em uma divisão binária excludente. A presente pesquisa teve por objetivo analisar os discursos jurídicos e a sua instrumentalização nos processos judiciais diante do crime de feminicídio de mulheres trans e travestis. Trata-se de um estudo qualitativo e documental, sendo adotada como técnica a análise de conteúdo. Realizou-se uma pesquisa dos acórdãos judiciais, especificamente na seção de 'jurisprudência', acessível ao público, extraídas das bases de dados dos três maiores tribunais de justiça estaduais do país: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na busca avançada, foram empregadas as seguintes palavras-chave: feminicídio; trans; travesti; mulher trans. A data inicial estabelecida para a coleta dos acórdãos foi a partir de 2015, ano em que a Lei do Feminicídio entrou em vigor, sendo a data final 31 de julho de 2024. A busca resultou em 48 acórdãos, após a leitura completa do conteúdo de cada decisão, foram selecionadas apenas as decisões judiciais que estavam diretamente relacionadas ao objetivo da pesquisa, restando 4 documentos. A análise dos acórdãos revelou a precariedade da vida das mulheres trans e travestis e sua desumanização. Não foi difícil constatar, entre os inúmeros pedidos que chegaram ao Poder Judiciário, o afastamento do reconhecimento do feminicídio, com a alegação dos operadores da lei que a vítima teria o sexo biológico masculino. No âmbito da justiça, seus corpos servem de instrumento para o pacto masculino coletivo, que opera na seguinte lógica binária: as pessoas nascem como homem ou mulher, e que qualquer outra possibilidade fora disso não é considerado sujeito, atribuindo à genitalidade um valor absoluto na definição dos indivíduos dentro da estrutura social. Sugere-se que pesquisas futuras realizem uma avaliação dos acórdãos que não reconhecem como vítimas de feminicídio as mortes de pessoas trans e travestis.



PO 060 | Associação entre abuso sexual e uso abusivo de substâncias em crianças e adolescentes: Uma análise exploratória a partir do banco de dados da pesquisa "PENSE"

Laura Soares da Silva (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Amanda Severo Lins Vitta (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Resumo A violação de direitos de crianças e adolescentes é um fator de risco para diversas questões físicas, emocionais e sociais no processo de desenvolvimento, principalmente o abuso sexual (AS). Globalmente, a prevalência de AS infantil é de 24%, com uma estimativa de vitimização de 1 a cada 5 meninas e 1 a cada 20 meninos, e podem ocorrer dentro ou fora do contexto doméstico. No Brasil, uma pesquisa apontou que 6,3% dos 188 mil entrevistados revelaram ter sido forçados a manter relações sexuais pelo menos uma vez. Diante disso, muitas consequências negativas são apontadas em decorrência da exposição da criança e do adolescente à essa violação, como o abuso de substâncias psicoativas. Estudos internacionais apontam que o AS atua como fator de risco para o uso e dependência de álcool e drogas na adolescência, assim como o uso de medicamentos controlados sem devida prescrição. No entanto, há uma escassez de pesquisas no Brasil que examinam a relação entre o AS e o uso de substâncias a partir de uma amostra representativa da população. Nesse sentido, o objetivo desse trabalho foi identificar a associação entre o AS e o uso de substâncias em adolescentes. Método: A pesquisa foi realizada através da análise de um banco de dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PENSE) de 2019 (N=102.072), conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com adolescentes de 13 a 17 anos de todas as regiões do Brasil. As variáveis nominais foram analisadas por meio do teste de Qui-quadrado e interpretadas pelo tamanho de efeito do teste V de Cramer, e para as variáveis contínuas, foi utilizada a análise de variância (ANOVA). Resultados: A prevalência de AS de adolescentes brasileiros foi de 14,6%, sendo quase 70% do sexo feminino, e 40% declarados como pardos. Os dados apontaram uma relação significativa entre AS e uso de substâncias, que é usada com maior frequência entre aqueles que sofreram abuso, assim como a ocorrência de problemas de saúde mental, menor bem-estar, baixa autoestima e menor acompanhamento da família. Conclusão: Os achados dessa pesquisa podem contribuir para ampliar a compreensão da associação entre AS e uso de drogas, assim como para subsidiar a criação de políticas e intervenções que orientem os profissionais a lidarem com os casos, e prevenir uma maior exposição a outros fatores de risco para o desenvolvimento.



PO 061 | Mediação parental no uso de telas por crianças e adolescentes: uma revisão sistemática da literatura

Laura Soares da Silva (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Amanda Severo Lins Vitta (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas)

Resumo A evolução da tecnologia proporcionou mudanças significativas no cotidiano da sociedade atual, principalmente no âmbito da comunicação e do acesso a conteúdos midiáticos. Essas mudanças perpassam por diversas fases do desenvolvimento, principalmente de crianças e adolescentes, que passaram a ter contato diariamente com ferramentas de digitais e a internet. Apesar de facilitar o alcance à informação e ao entretenimento, muitos estudos têm apontado impactos negativos do uso desenfreado de internet na infância e adolescência, assim como a exposição à fatores de risco. Dessa forma, a mediação parental é apontada como uma estratégia essencial para o uso saudável de tecnologia, tanto na frequência e no tempo destinado à internet, como na supervisão da qualidade dos conteúdos acessados. Trata-se de uma ferramenta com potencial de orientar o uso seguro, identificar riscos e atuar como um fortalecedor da qualidade dos vínculos familiares. Dentro disso, o objetivo desse trabalho foi realizar uma revisão sistemática da literatura e identificar as produções que descrevem a influência da mediação parental no uso de tecnologia por crianças e adolescentes. Método: A revisão sistemática da literatura, cuja estratégia e pergunta de pesquisa foram desenvolvidas através do modelo PICOS e FINER. A busca foi realizada nas plataformas Scopus e PSYCNET, que abrangeu trabalhos nacionais e internacionais. Os descritores que compuseram o algoritmo de busca foram previamente consultados nos indexadores Medical Subject Headings [MESH] e Descritores em Ciências da Saúde [DeCS], e foram combinados através de operadores booleanos. A seleção dos artigos foi realizada com o auxílio de uma ferramenta de Inteligência Artificial. Resultados: Foram incluídos 27 artigos após a triagem, seleção e avaliação metodológica e de risco de viés, que apontaram, de forma geral, a mediação parental como um fator de proteção para o uso excessivo de internet e para cyberbullying. A falta de mediação parental está relacionada a questões emocionais, como baixa autoestima, ansiedade e depressão. Além da mediação parental, os estudos apontaram a qualidade dos vínculos entre pais e filhos também atua de forma significativa no tempo gasto pelos filhos na internet. Conclusão: A pesquisa contribuiu para o mapeamento de estudos sobre mediação parental e uso de internet por crianças e adolescentes, no entanto, mais estudos precisam ser realizados sobre o tema, na medida em que se trata de questões com impacto clínico e social significativos.



PO 062 | Compreensão da maternidade tardia na modificação da autoimagem de mulheres localizadas no Sertão Pernambucano

Luanny Rafaelly Barbosa Gondim (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco)

Resumo É considerado maternidade tardia quando mulheres gestam com ou após os 35 anos de idade. Esse fenômeno é uma crescente mundial. Isso pode ser explicado pela presença da mulher no mercado de trabalho e pelo processo de escolarização e profissionalização, bem como pela mudança na representação social da mulher. A autoimagem, para Carl Rogers, é um "eu" constituído a partir das percepções subjetivas do indivíduo sobre ele mesmo, formada na interação dele com ele mesmo, com os outros e com o mundo. Objetivos: Teve como objetivo geral compreender como a maternidade influencia na autoimagem de mulheres que tiveram a primeira gravidez de forma tardia no contexto do Sertão Pernambucano. De forma específica, visou descrever o processo gestacional tardio dessas mulheres, perceber como a autoimagem das mulheres se modificou devido a gestação e a maternagem e compreender como a maternidade e a possível modificação na própria imagem dessas mulheres interferem na relação com seus filhos. Método: A pesquisa tem caráter qualitativo. Como instrumentos, utilizou-se um formulário online para a divulgação e identificação dos critérios de inclusão, o TCLE e um roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas tiveram base fenomenológica e foram realizadas com cinco participantes. As conversas foram transcritas e submetidas a análise de conteúdo de Bardin. Resultados e discussão: As participantes têm idades entre 36 e 44 anos e tiveram seus primeiros filhos com 35 a 39 anos. Todas são casadas e heterossexuais. Quatro delas têm nível superior completo e uma possui ensino médio completo. Entre os fatores que influenciaram no adiamento da maternidade, há a busca por um relacionamento estável, pela estabilidade financeira e a carreira acadêmica/profissional, fatores que são condizentes com o que a literatura traz como motivos do crescente número de gestações tardias. Acerca da autoimagem na gravidez, duas participantes apontam uma experiência positiva e as outras três relataram impacto negativo devido ao crescimento da barriga e dos seios, a perda da autonomia corporal, ao melasma, e a problemas relacionados à memória. Outras questões associadas a isso foram complicações no parto e a necessidade de uma cesariana apontadas por três participantes, as quais podem ser associadas a possíveis complicações devido a gestação considerada tardia. Após o parto, o impacto na autoimagem é apontado como negativo pelas participantes, relatando privação de sono, falta de rede de apoio, mudanças no corpo, sensação de cansaço constante e perda de identidade. Esses achados sobre a modificação na autoimagem condizem com as ideias de Carl Rogers, destacando a influência da modificação da relação dessas mães com o mundo devido a maternagem na autoimagem delas. Todas apontam uma boa relação com seus filhos e quatro das cinco mães afirmaram satisfação com a maternidade tardia apesar das dificuldades na disposição para brincar com os filhos e na preocupação com o tempo de vida que poderão conviver com eles. Conclusão: A pesquisa contribui no sentido de acrescentar conteúdo sobre a maternidade tardia e o impacto dela na autoimagem dessas mães e tem como limitação não incluir a maternidade tardia através de processos adotivos.



PO 063 | Entre o Real e o Ideal: a representação das brincadeiras infantis em publicações no Instagram

Luanny Rafaelly Barbosa Gondim (UNIVASF)

Resumo A brincadeira é fundamental no desenvolvimento infantil saudável, tanto no aspecto físico, quanto cognitivo e psicossocial, configurando-se como a forma da criança estar no mundo e de construção da autoconfiança e criatividade. A emergência do uso das tecnologias e do mundo digital transformou a relação do indivíduo com os outros, com o mundo e com ele mesmo. Nas redes sociais, há um prazer relacionado a observar terceiros e outro que se dá através do se exibir nelas. As crianças, e consequentemente suas brincadeiras, são expostas nas redes sociais digitais, seja por contas próprias ou pelas alimentadas por seus pais. Destacou-se o Instagram nesta pesquisa, uma vez que é a rede social mais utilizada pelos brasileiros desde 2022. Objetivos: Desse modo, a presente pesquisa buscou caracterizar as brincadeiras infantis a partir de imagens publicadas por adultos no Instagram. Além disso, teve como objetivos específicos descrever como as brincadeiras são representadas socialmente, identificar na literatura as relações entre brincadeiras e desenvolvimento infantil e analisar os desdobramentos de tais temas nesse sentido. Método: Está inserida na abordagem qualitativa de pesquisa. Foram selecionadas e analisadas 200 imagens publicadas no Instagram, as quais foram localizadas por meio de dez hashtags relacionadas a infância e a brincadeira: #brincadeirasinfantis, #brincadeiras #brincadeirasdecriança, #brincadeirasparacrianças, #brincarcriativo, #brincarimporta #criançabrincando, #criancabrincando, #brincaréviver e #brincadeirainfantil. As publicações foram categorizadas e descritas a partir das imagens e das legendas contidas nela, a fim de identificar características importantes do brincar. Houveram três revisões dessa etapa, para que erros fossem minimizados. Resultados: A partir da categorização, surgiram os seguintes temas: forma da brincadeira, socialização, local, objetivo, gênero e descrição da brincadeira. Sobre os objetivos, a maior parte das publicações mostraram brincadeiras sem finalidade pedagógica. Em relação ao local, a maioria das imagens apresentavam ambientes fechados. Os gêneros aparecem de forma balanceada: 70 imagens apresentaram a interação de ambos os gêneros, 63 o masculino, 64 o feminino e em 3 imagens não foi possível essa identificação. Acerca da socialização, a maior parte apresenta crianças brincando sozinhas. Por fim, são demonstradas de forma significativa as seguintes formas de brincadeira: atividades recreativas, com a natureza, com brinquedos comercializados e com aqueles artesanais. Assim, nota-se que a maioria das crianças aparecem brincando de forma livre, em ambientes fechados e sozinhas, além de não aparecer a utilização de telas nas imagens. Discussão: As redes sociais promovem publicações não espontâneas, sendo postadas visando o que será bem visto pelos outros. Essa intencionalidade aparece por meio da ausência de imagens de crianças utilizando telas, da prevalência de brincadeiras livres e do relativamente pequeno número de brinquedos comercializados presentes nas imagens. Outra discussão é o predomínio do brincar em locais fechados e sozinhas, o que é justificado pela sensação de insegurança relatada pelos pais e que pode impactar negativamente no desenvolvimento infantil. Conclusão: O estudo contribuiu para a adição de dados acerca da relação entre redes sociais e a representação da infância, bem como acrescentou sobre como a brincadeira, assim como outros fenômenos, pode ser representada de forma falsa nas redes sociais.



PO 064 | Ansiedade no Luto Neonatal: Fatores Preditores e Associados

Maria Clara Cavalcante Castilho (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), André Rocha (Pendente) (UNINTA - Centro Universitário Inta), Cynthia Melo (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Icaro Moreira Costa (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), José Clerton (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Luís Eduardo Pontes Luna

Resumo A chegada de um filho é um período que tem o potencial de produzir repercussões emocionais significativas na vida de uma mulher. A espera do parto pode ser cheia de expectativas e de sonhos, sendo o principal deles o desejo de pegar o filho nos braços, cheio de saúde. Na contramão do idealizado, em alguns casos, pode ocorrer a morte neonatal, que é a ocorrência de óbito de um recém-nascido nos primeiros 28 dias depois de nascido. Nesse momento, os pais podem vivenciar uma “dor total”, nas dimensões física, psíquica, social e espiritual, deixando sua saúde mental vulnerável e predisposta ao surgimento de transtornos mentais, entre eles, os transtornos de ansiedade. Nesse contexto, torna-se importante a identificação de fatores associados à ansiedade no luto neonatal para uso clínico. Em resposta a essa demanda, o presente estudo objetivou identificar os fatores associados à ansiedade no luto neonatal. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, transversal e de levantamento, com amostra não probabilística composta por 165 participantes, que responderam a um questionário estruturado composto por 8 instrumentos, que avaliam variáveis como ansiedade, impacto do luto no funcionamento, intimidade na relação conjugal, ajustamento conjugal, apoio do parceiro, suporte familiar, suporte social, enfrentamento, religiosidade/espiritualidade, visão de mundo, entre outros. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferencial (testes de comparação amostral, correlação e regressão), no software Statistical Package for the Social Science (SPSS). Os principais resultados da pesquisa mostram, por meio da regressão linear múltipla, um modelo estatisticamente significativo em que a variável “impacto do luto no funcionamento biopsicossocial” explica 21,3% das variações nos índices de ansiedade na perda neonatal. Conclui-se que pessoas com maior impacto do luto no funcionamento biopsicossocial podem apresentar maiores indicadores de ansiedade após a perda de um bebê recém-nascido. Como todo empreendimento científico, apesar da presente pesquisa apresentar contribuições significativas à psicologia do desenvolvimento, da saúde e práticas clínicas, ela possui limitações, especialmente no que se refere à amostra não probabilística e, prioritariamente, feminina. Sugere-se que pesquisas futuras possam realizar estudos com enfoque na saúde mental de homens após a perda do bebê, para investigar sobre possíveis diferenças de gênero. Espera-se que os resultados apresentados neste estudo possam ajudar gestores e profissionais da saúde a implementar planos de prevenção e recuperação dirigidos e mais eficazes, baseados em dados científicos. Dado o tabu social em discutir temas relacionados à morte, ao morrer e ao luto, é necessário romper a barreira do silêncio e abordar o indizível.



PO 065 | Uma dor que não tem fim: fatores de risco e de proteção de luto prolongado na perda gestacional

Maria Clara Cavalcante Castilho (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Cynthia Melo (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Icaro Moreira Costa (UNIFOR), José Clerton (UNIFOR), Gabriel huet Borges de arruda, Luís Eduardo Pontes Luna

Resumo A perda gestacional, caracterizada pela morte de um filho, devido aborto ou interrupção da gravidez, é um evento comumente inesperado e altamente estressante e doloroso para os pais que o enfrentam. Embora seja estimado que mais de 25% das mulheres já tenham passado por um episódio de aborto espontâneo e 30% a 50% das gestações resultem em um nascimento não saudável de um bebê, o luto proveniente dessas perdas muitas vezes não é reconhecido e aceito pela sociedade. Como consequência, muitos indivíduos sofrem com o silêncio que lhes é imposto, impedindo-os de expressar seu luto e dor, em meio a uma sensação de exclusão social. Essa condição pode deixar as mulheres mais vulneráveis a experimentar o Transtorno de Luto Prolongado (TLP), que ocorre quando o indivíduo apresenta características graves, persistentes e incapacitantes após uma perda, ocasionando uma intensa dor emocional, que inclui tristeza, culpa, raiva e dificuldades em aceitar a morte. A identificação de fatores de risco e proteção para esse transtorno pode auxiliar práticas clínicas de prevenção e cuidado. Em resposta a essa demanda, o presente estudo objetivou identificar os fatores de risco e proteção associados ao TLP na perda gestacional. Realizou-se uma pesquisa quantitativa, transversal e de levantamento, com amostra não probabilística composta por 166 participantes, que responderam a um questionário estruturado, composto por 8 instrumentos, que avaliaram variáveis como luto prolongado, impacto do luto no funcionamento, intimidade na relação conjugal, ajustamento conjugal, apoio do parceiro, suporte familiar, suporte social, enfrentamento entre outros. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferenciais, no software Statistical Package for The Social Science (SPSS). Os resultados mostraram correlações positivas entre TLP e as variáveis cor/raça, período da gestação e impacto do luto no funcionamento; e correlações negativas entre luto prolongado e as variáveis escolaridade, renda familiar, período transcorrido após a perda e quantidade de filhos vivos. Esses resultados indicam que quanto mais avançada gestação, maior impacto no funcionamento biopsicossocial, menor a escolaridade, menor a renda familiar, menor o tempo transcorrido desde a perda, menor a quantidade de filhos vivos, e se o indivíduo for de uma raça/etnia considerada socialmente vulnerável, como negros e indígenas, mais associada está a altos índices de TLP. Na análise de regressão, entre todas essas variáveis testadas no modelo, uma se apresentou estatisticamente significativa e explica 46,4% das pontuações de luto prolongado. Logo, pessoas com menores pontuações de impacto do luto no funcionamento biopsicossocial terão menores índices de sintomas do luto prolongado. Conclui-se que indivíduos de cor negra, com baixa escolaridade, menor renda média familiar, sem filhos vivos, com um estágio da gravidez mais avançado no momento da perda e que apresentaram maiores índices de impacto do luto no funcionamento biopsicossocial podem ter maiores indicadores de TLP. A presente pesquisa possui limitações em sua amostra não probabilística, por isso, sugere-se a realização de estudos com grupos amostrais mais heterogêneos. Espera-se que os dados apresentados possam contribuir com a literatura e oferecer subsídios para a tomada de decisão de planos de prevenção e cuidado eficazes.



PO 066 | A Cultura da Brincadeira: Aquisição e Cuidado de Brinquedos por Crianças Ribeirinhas

Samille da Silva de Andrade (UFPA - Universidade Federal do Pará), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Alice Fernandes dos Santos Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Neliane Costa Carvalho

Resumo A brincadeira é parte fundamental do desenvolvimento infantil e pode ser realizada sob diversos contextos sociais e culturais. A utilização de brinquedos é comum na constituição da brincadeira e a forma de aquisição desses instrumentos se dá de diversas maneiras, assim como as formas de cuidado são particulares ao meio em que a brincadeira se insere. No contexto ribeirinho, é possível observar uma organização própria, com especificidades alheias ao contexto urbano. O objetivo deste estudo foi apresentar o contexto da brincadeira e as formas mais comuns de aquisição de brinquedos por crianças ribeirinhas, quais brinquedos estão mais presentes no contexto ribeirinho, além das particularidades envolvidas no cuidado desses brinquedos. O estudo foi realizado em uma comunidade ribeirinha do Rio Araraiana, localizada na Ilha do Marajó, no município de Ponta de Pedras, no Estado do Pará. Participaram da pesquisa 66 pessoas, sendo 51,51% do sexo feminino e 48,49% do sexo masculino, com idades de 0 a 18 anos. Utilizou-se o Inventário Sociodemográfico para a caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes e para o contexto da brincadeira, bem como os brinquedos utilizados e sua fonte de aquisição e o inventário de brincadeiras tradicionais.. Os dados do diário de campo foram analisados em conjunto com os dados quantitativos, com dados agrupados de forma sistemática para caracterização e compreensão do fenômeno da brincadeira. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o processo de N° 2716/06. Os dados identificam que as formas frequentes de aquisição de brinquedos são por construção, doação ou compra, com frequência de 46,15%, 38,46% e 15,38%, respectivamente. Ao analisar as classes dos brinquedos adquiridos, percebe-se a distinção entre brinquedos artesanais e industrializados, com maior presença dos brinquedos artesanais, estando em 100% das famílias entrevistadas, enquanto que os industrializados estão presentes em 76,4% das casas. Identifica-se a correlação entre o modo de vida da população e os brinquedos utilizados por eles, principalmente diante dos brinquedos construídos e sua matéria prima principal, o miriti. Percebe-se, também, a criação de vínculo afetivo no ensinamento da confecção dos brinquedos por parte dos mais velhos às crianças. A presença dos brinquedos industrializados é principalmente adquirida através de doações e o cuidado com essa categoria é atrelada ao valor simbólico, tratados como objetos de decoração, expostos em paredes. Portanto, compreendeu-se que a aquisição de brinquedos pelas crianças ribeirinhas apresenta particularidades pelo contexto social vivenciado e que a afetividade e o cuidado está presente na brincadeira, seja na confecção de brinquedos artesanais ou no cuidado de brinquedos industrializados doados ou comprados.



**PO 067 | A Cultura da Brincadeira e Papel de Gênero: Um Estudo
Realizado em uma Comunidade Ribeirinha do Rio Araraiana**

Samille da Silva de Andrade (UFPA - Universidade Federal do Pará), Neliane Costa Carvalho, Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Alice Fernandes dos Santos Sousa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A brincadeira é um fenômeno comportamental complexo presente durante o desenvolvimento infantil, alvo de diversos estudos que buscam conceituar e caracterizar suas especificidades. O brincar é responsável por fatores de fundamental importância para o desenvolvimento humano, desde o aprendizado da cultura até o amadurecimento de habilidades sociais. Desse modo, ao decorrer de suas experiências ao brincar, o indivíduo está vivenciando inicialmente, de forma lúdica e segura, o que posteriormente vivenciará na vida adulta, como exemplo, a noção dos papéis e funções produzidas na sociedade de acordo com o gênero. O estudo teve como objetivo a apresentação e compreensão da cultura da brincadeira e questões de gênero. O estudo foi realizado em uma comunidade ribeirinha do Rio Araraiana, localizada na Ilha do Marajó, no município de Ponta de Pedras, no Estado do Pará. Participaram da pesquisa 66 pessoas, sendo 51,51% do sexo feminino e 48,49% do sexo masculino, com idades de 0 a 18 anos. Os dados foram coletados a partir do Inventário Sociodemográfico para a caracterização sociodemográfica e econômica dos participantes e para o levantamento das brincadeiras realizadas na comunidade, o qual apresenta a identificação dos participantes, aspectos do modo familiar, dados demográficos e os contextos das brincadeiras. Foi utilizado o Inventário Espontâneo de Brincadeiras (IEB) e o instrumento Checklist. Os dados foram dispostos em planilhas do Excel 2003 e transformados em planilhas dinâmicas e gráficos. O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa sob o processo N° 2716/06. Os dados identificam que entre as atividades cotidianas exercidas e as brincadeiras que reproduzem, existe uma intensa correlação, principalmente nas atividades de cuidado, como lavar roupa, ajudar em casa e cozinhar, são atividades realizadas majoritariamente por meninas e ao analisar as brincadeiras mais realizadas por elas, têm-se casinha (100 %), boneca (100%), roda (100%). Os meninos brincavam com atividades cotidianas majoritariamente exercidas por eles, como apanhar açaí, cortar lenha, encher água e suas brincadeiras também são atribuídas a concepção de masculinidade, como barco (100%), espingarda (100%), carro (100%), pipa (100%). Por fim, observou-se, também, que dependendo do espaço da brincadeira, a presença da criança de acordo com o gênero é distinta. Nos espaços de brincadeira internos, a presença de meninas (15%) é mais frequente, enquanto que nos espaços externos, a presença de meninos é maior (37%). Nos espaços de transição, esse dado tende ao equilíbrio, com presença de ambos os gêneros, com 55% das meninas e 54% dos meninos. Portanto, compreendeu-se que a brincadeira reflete em outros âmbitos da vida das crianças e adolescentes da comunidade ribeirinha do Rio Araraiana e é essencial para a aprendizagem dos papéis sociais estabelecidos na sociedade em que o indivíduo se constitui.



PO 069 | “Não sou um monstro”: estudo de caso sobre a empatia de um adolescente em conflito com a lei

Sammya Gabryella Soares Pereira Campos

Resumo A empatia é uma resposta afetiva direcionada àquele que está em sofrimento. É percebida também como uma habilidade interpessoal. Em outras palavras, a empatia é um processo multidirecional. Objetivo: Compreender a percepção empática do adolescente, após cometimento de ato infracional. Método: Esse é um estudo de caso, realizado com um adolescente de 15 anos de idade em privação total de liberdade do Centro Socioeducativo Edson Mota, em João Pessoa - PB. Após aprovação do comitê de ética em pesquisa, o adolescente foi convidado a participar da pesquisa, respondendo a um questionário semiestruturado, analisados, posteriormente, através da Análise de Conteúdo de Bardin. Resultados: O adolescente João (nome fictício), relatou ter cometido um assalto a mão armada a uma família cujo o pai era policial. Na ocasião, ele estava com um colega que também estava armado. Após anunciarem o assalto, seu companheiro além de amarrar a mãe, o pai e as duas crianças, filhos do casal, ainda os agrediu e fez ameaças. A mãe, que chorava muito, pedia incansavelmente que desamarrassem apenas os seus filhos, mas foi silenciada diante de mais ameaças. Nesse momento, João relatou sua insatisfação com seu companheiro, pois de acordo com seu relato, ele não queria fazer nenhuma “maldade” com aquela família, gostaria apenas de uma certa quantia para comprar coisas que não tinha. Em outro momento, João disse ter imaginado sua família no lugar daquelas vítimas, e pensou: “Imagine se isso fosse com meu pai? Ele trabalha o dia inteiro na agricultura pra ganhar 300,00, não seria justo se de repente chegasse um ladrão como eu, invadissem a casa dele, e levasse tudo o que ele conquistou com tanto sacrifício”. “Eu errei, mas não sou um monstro, e estou decidido a não mais agir assim”, finalizou. Discussão: De modo geral, a literatura indica que a empatia pode aparecer em qualquer idade e diante de qualquer situação, podendo proporcionar bem-estar e melhor qualidade de vida por parte de quem é empático. Além disso, a capacidade tomar decisões mais assertivas e de mudança comportamental, fazem parte dessa habilidade. Conclusão: Percebemos, diante da fala do adolescente, sua capacidade de se colocar no lugar das vítimas, mesmo não tendo total compreensão de que se trata de um processo empático e o quanto isso é capaz de influenciar suas decisões e perspectiva de futuro.



PO 070 | Concepções de Adolescência, Saúde Mental e Bem-Estar de Adolescentes de Diferentes Contextos

Samantha de Oliveira Souza, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas)

Resumo A adolescência é um período de transição do desenvolvimento humano, durante o qual o indivíduo passa por mudanças biológicas, psicológicas e sociais. Evidências de estudos com adolescentes de diferentes países sugerem que as diferenças culturais têm um papel significativo na formação de estereótipos sobre a adolescência. A maneira como os adultos percebem os adolescentes influencia diretamente o planejamento das intervenções direcionadas a esse grupo. A adolescência também é reconhecida como um período vulnerável para o desenvolvimento de problemas relacionados à saúde mental. No Brasil, 30% dos adolescentes apresentam transtornos mentais caracterizados por sintomas de ansiedade, depressão e queixas somáticas inespecíficas. Estes transtornos resultam em prejuízos na vida escolar e nas relações familiares e sociais desses sujeitos. Considerando-se: (a) os fatores socioeconômicos que circundam as concepções de adolescência, saúde mental e bem-estar; (b) a influencia da sociedade e do senso comum sobre as concepções de adolescência e saúde mental dos adolescentes; e (c) o emergente aumento do desenvolvimento de transtornos mentais em adolescentes, este estudo tem como objetivo compreender as concepções de adolescência e saúde mental de três grupos diferentes: adolescentes de escola pública, escola particular e adolescentes que fazem acompanhamento em instituição de assistência social. Está sendo realizado um estudo descritivo, exploratório e qualitativo, incluindo análises qualitativas de dados de escalas comportamentais e análises qualitativas de relatos verbais registrados em grupos focais. O estudo conta com 30 adolescentes de idades entre 15 e 17 anos, sendo 10 participantes de cada grupo. Os instrumentos são o Questionário de Dados Sociodemográficos, Questionário sobre Concepções de Adolescência (QCA) e o Protocolo de entrevista para grupo focal "Ajudando o Adolescente a se Desenvolver" (Protocolo AAD). Serão realizados três grupos focais, um com cada tipo de participante, os quais serão realizados em escolas públicas, particulares e instituições de assistência social e serão conduzidos segundo o Protocolo AAD. Os dados serão analisados por meio da Análise Temática. Espera-se que os resultados deste estudo possibilitem a compreensão sobre: concepção de adolescência referente a cada contexto social em que o adolescente está inserido, concepção de saúde mental e bem-estar apresentada pelos adolescentes brasileiros de diferentes contextos, como o contexto influencia na construção da concepção destes conceitos e a forma que as intervenções para promoção de saúde mental e bem-estar devem ser aplicadas, considerando suas adaptações para cada contexto.



**PO 071 | Concepções sobre o desenvolvimento da orientação sexual:
Teorias biológicas e a crença essencialista de naturalidade
no contexto brasileiro**

Jean Jesus Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe), Elder Cerqueira-Santos (UFS)

Resumo Diversas teorias sobre as bases biológicas da orientação sexual foram propostas e passaram a ser mais aceitas nas últimas décadas. Uma das preocupações que existem sobre os as possíveis implicações dessas teorias biológicas é que as pessoas podem assimilar tais explicações sobre o desenvolvimento da orientação sexual através de crenças essencialistas sobre a orientação sexual. Sendo que concepções essencialistas sobre a orientação sexual não correspondem à realidade. Existem evidências de que as pessoas endossam diferentes crenças essencialistas sobre a orientação sexual, inclusive a crença de naturalidade - que reflete a ideia de que ela tem base biológica, é inata, definida no início da vida, imutável e estável entre culturas. Portanto, a crença de naturalidade pode refletir interpretações equivocadas das teorias biológicas da orientação sexual. As pesquisas sobre essas crenças têm sido realizadas principalmente nos Estados Unidos da América e faltam dados sobre a manifestações delas em outros contextos, como no Brasil e em outras culturas. Sendo assim, este estudo teve como objetivo adaptar a Sexual Orientation Beliefs Scale - Form 2 (SOBS-F2), cujo modelo inclui uma dimensão sobre a crença de naturalidade da orientação sexual, e investigar evidências de validade para o modelo da SOBS-F2 no contexto brasileiro. Na etapa de validade de conteúdo dos itens da SOBS-F2 foi realizada a tradução e adaptação dos itens da escala com a colaboração de especialistas e representantes da população geral. Em seguida foram realizados dois surveys nacionais (Amostra A, N=868; Amostra B, N=1038) para produção de evidências de validade da estrutura interna e dos constructos avaliados pela SOBS-F2. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico, a versão da SOBS-F2 adaptada na etapa anterior deste estudo e uma escala para medir preconceito sexual. Os dados dos surveys foram analisados através de análises fatoriais exploratórias (AFE) e análises fatoriais confirmatórias (AFC). Os resultados das AFE indicaram que o modelo da SOBS-2F, com o fator de crença de naturalidade (além dos fatores de crenças de discretividade, homogeneidade e informatividade), apresentou evidências de validade na Amostra A. Contudo nem todos os itens da escala original fizeram parte dos fatores dele nessa amostra. O modelo resultante das AFE foi testado através de AFC e apresentou índices de ajuste satisfatórios na Amostra B, apesar da necessidade de exclusão de mais dois itens da escala. Todos os fatores da SOBS-2F adaptada para o contexto brasileiro, renomeada para SOBS-2F adaptada (SOBS-2FA), apresentaram consistência interna aceitáveis. Além disso, eles se associaram com preconceito sexual (constructo teoricamente ligado a tais crenças) e apresentaram capacidade de diferenciar grupos por orientação sexual, crença religiosa e nível de escolaridade. Esses resultados mostram que a SOBS-F2A apresentou evidências de validade no contexto brasileiro. Eles também mostram que as pessoas neste contexto endossam concepções essencialistas sobre as bases e desenvolvimento da orientação sexual através da crença de naturalidade. Tais achados destacam a importância das teorias sobre o desenvolvimento e bases biológicas da orientação sexual serem comunicadas e entendidas de forma adequada para que não sejam usadas para justificar equivocadamente essa crença essencialista de naturalidade.



**PO 072 | Conduta Pró-Social e Competências Socioemocionais:
Um estudo com adolescentes da escola pública**

Júlia Gomes Coelho (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas), Samantha de Oliveira Souza, Marília Watanabe Cabo (PUC-CAMPINAS - Pontifícia Universidade Católica de Campinas), Nina Pacola Ius

Resumo Este estudo tem como objetivo a apresentação de uma intervenção para o desenvolvimento de condutas pró-sociais e competências socioemocionais em alunos do 6º ano do Ensino Fundamental de uma escola pública do interior do Estado de São Paulo. Inicialmente, realizou-se um levantamento de necessidades, por meio de observações em todas as turmas do Ensino Fundamental II, entrevistas com alunos do 6º ano, entrevistas com professores e entrevistas com a equipe gestora. Durante o processo de levantamento de necessidades, buscou-se identificar demandas referentes ao clima escolar, ao relacionamento interpessoal dos alunos e entre os alunos e os professores e ao sentimento de pertencimento em relação à escola. Constatou-se uma alta incidência de violência, agressividade e desrespeito mútuo entre os alunos. A partir disso, elaborou-se um projeto de intervenção composto por seis encontros focados no desenvolvimento de condutas pró-sociais e de competências socioemocionais. O projeto de intervenção foi apresentado aos três 6ºs anos da escola e os alunos interessados em participar fizeram sua inscrição na intervenção. Participaram da intervenção 12 alunos (sendo 6 do sexo feminino e 6 do sexo masculino). Os encontros foram realizados durante o primeiro semestre de 2024 por alunas do quarto ano do curso de psicologia da PUC-Campinas. Todos os encontros foram relatados por meio de diário de campo. Durante os encontros, os participantes realizaram dinâmicas e atividades centradas em temas como identificação de emoções, resolução de conflitos, autocontrole emocional, empatia e cooperação. A autorregulação emocional e a empatia foram destacadas como habilidades essenciais para o sucesso escolar e a redução de conflitos. Ao longo do processo, foram observados desafios, como participação desigual entre meninos e meninas, resistência inicial dos alunos a algumas atividades e dificuldade de manutenção das regras de convivência estabelecidas no primeiro encontro. Contudo, observou-se que, com o passar do tempo, os participantes começaram a demonstrar maior cooperação e respeito às regras estabelecidas, o que, por sua vez, melhorou o andamento do grupo e possibilitou o desenvolvimento das atividades planejadas. O desenvolvimento das competências socioemocionais foi percebido como uma contribuição direta para a melhoria das relações interpessoais e para o desempenho acadêmico. No último encontro, os participantes foram convidados a avaliar a intervenção. Os participantes relataram uma maior compreensão sobre suas emoções e comportamentos e avaliaram a intervenção de forma positiva, manifestando o desejo de continuidade das atividades. Esses resultados chamam atenção para: (a) a necessidade de estabelecer espaços para o trabalho de competências socioemocionais no contexto escolar e (b) a importância do trabalho do psicólogo na escola, especialmente no contexto da educação pública.



PO 073 | Construção de cartilha sobre educação sexual voltada ao público adolescente, a partir de rodas de conversa em uma escola de Belém-Pará: um estudo de caso

Natália Bezerra Dutra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lídia Silveira dos Santos (Autônomo), Roberta Mendes (Link - Soluções Comportamentais), Monique Evelen Pinheiro Ramos

Resumo A educação sexual é um tema social transversal pautado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e sua abordagem nas escolas brasileiras deve ser realizada em caráter multidisciplinar, considerando sua característica plural enquanto parte da história individual de um sujeito, bem como um aspecto cultural e socialmente relevante. Ademais, o período de iniciação sexual e outras questões relacionadas à sexualidade ocorre, sobretudo, na adolescência. Trabalhar de formas variadas essa temática nas escolas com os adolescentes também é importante para evitar comportamentos de vulnerabilidade relacionados à prática sexual. Este estudo de caso analisa a aplicação e contribuição do método de rodas de conversa na construção conjunta pela equipe e comunidade escolar de tecnologia em forma de cartilha sobre educação sexual voltada ao público adolescente, em uma escola de Belém do Pará. Trata-se de um estudo analítico-descritivo, de caráter qualitativo, do tipo estudo de caso, que busca descrever e analisar o processo interativo de construção de uma cartilha educativa gratuita, com informações relevantes sobre educação sexual, tais quais puberdade, desenvolvimento sexual, autonomia do corpo e consentimento. Este processo foi conduzido por estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Pará, no período de junho de 2024. Foram realizadas quatro rodas de conversa, com estudantes do sexo feminino e do sexo masculino separadamente, com os temas: desenvolvimento sexual feminino, desenvolvimento sexual masculino e consentimento. A partir disso, os alunos responderam um questionário sociodemográfico e de feedback sobre as rodas de conversa. Tal material foi usado como base para elaboração do protótipo inicial da cartilha. No total, 29 questionários foram respondidos de maneira anônima, dos quais em todos houve relato de que as rodas de conversa abordaram temas interessantes e foram úteis. A maioria dos participantes relatou que achou importante tanto as discussões sobre desenvolvimento e atividade sexual, quanto sobre consentimento e autonomia do corpo; 27 participantes afirmaram ter aprendido algo novo a partir das rodas, e todos os 29 afirmaram que os conteúdos discutidos são importantes para pessoas aprenderem a lidar diante de possíveis situações de violência sexual. A partir disso, o protótipo da cartilha foi construído com os seguintes tópicos: a) conhecendo o seu corpo; b) quando o não é não?; c) relacionamentos; d) violência sexual; e e) como denunciar. Essa versão inicial ainda passará por processos de revisão antes de sua validação e distribuição, as quais estão programadas para ocorrerem no segundo semestre de 2024. Consideramos que a condução das rodas de conversa oportunizou a integração de aspectos relevantes da pesquisa acadêmica com a comunidade, além de ter permitido identificar os temas de maior interesse e aspectos de maior vulnerabilidade do público-alvo. Como consequência disso, a construção da cartilha se deu de forma mais direcionada, indo ao encontro de temas levantados pelos próprios estudantes. Desse modo, se compreende a



relevância do uso de métodos participativos na produção de dados para ações de educação e extensão, estendendo vínculos para além da Universidade, construindo pontes importantes para atuação junto à população.



PO 074 | Contribuições da Psicologia Moral para a formação nas licenciaturas

Janine Marinho Dagnoni Neiva (Universidade do Estado da Bahia)

Resumo A formação docente nas Licenciaturas tem se mostrado bastante desafiadora, resultando em baixo número de matrículas e alta evasão, em especial, a partir da pandemia. Consideram-se vários fatores intervenientes, tanto a estrutura cultural, social, política e econômica do nosso país, que desvalorizam professores de várias maneiras, como a má qualidade da formação inicial e continuada, condições de trabalho desumanas, remuneração injusta e pouco reconhecimento social. Portanto, considerar dimensões que favoreçam a melhoria da qualidade da formação e desses índices é de grande relevância. Nesse sentido, esse trabalho visa salientar relevantes contribuições da Psicologia do Desenvolvimento Moral para a formação de professores, por meio de um levantamento de temáticas e discussões de resultados de orientações de trabalhos de conclusão de cursos realizadas, por essa autora, junto a licenciaturas, nos colegiados de Letras Vernáculas (dois), Letras Inglês (uma co-orientação), Matemática (dois), Pedagogia (nove) e Biologia (dois), da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação, Campus X. Ainda, trabalhos de conclusão de curso em especializações *latu sensu*, no mesmo Campus, em Literatura Portuguesa (um) e Educação Infantil (dois) e *Strictu Sensu* em Letras Português, do PPGL (uma co-orientação). Importante ressaltar que, a literatura base dos trabalhos é construtivista, tanto piagetiano, quanto social e socioconstrutivista. Os trabalhos abordaram a presença de temáticas relacionadas à promoção da autonomia; condições para a garantia de direitos à educação de qualidade a pessoas com deficiência e transtornos invasivos do desenvolvimento; compreensão da indisciplina e violência na escola, a partir do desenvolvimento moral; análise literária pelo fluxo de consciência de personagens protagonistas, considerando seu contexto de constituição e desenvolvimento moral, ao longo das obras, ampliando discussões de gênero presentes na literatura sobre a moralidade; qualidade das relações interpessoais em sala e seus impactos na aprendizagem e permanência na graduação; aprendizagem dos conteúdos acadêmicos e estratégias didáticas como oportunidades para o desenvolvimento da autonomia discente, tanto na educação infantil como no ensino fundamental, anos iniciais e finais, e ensino médio; ainda sobre saúde mental docente que, a partir da pandemia, vem inspirando maiores cuidados. Os dados evidenciam a importância dos estudos de psicologia moral para esses (as) discentes, na medida em que escolhem aprofundarem-se nesses temas em seus trabalhos de conclusão e da relevância da temática, para a formação cidadã, que se mostrou ainda deficitária, em seus resultados. Evidencia-se a demanda por compreender melhor as oportunidades de promoção da autonomia, da qualidade das relações interpessoais no contexto escolar, dos processos de desenvolvimento intelectual e moral, de inclusão, de desenvolvimento saudável e de questões de gênero, para o fazer docente. Assim, para além da formação técnica, demonstraram interesse por ampliar o olhar para a dimensão psicossocial de seu fazer, a partir de sua formação, alguns deles dando continuidade a esse estudo nas pós-graduações. Tais resultados apontam para o que tem sido pensado para a melhoria dos currículos de licenciatura, trazendo a formação para uma leitura mais crítica da realidade, não pela construção do conhecimento dos conteúdos em si, mas como fundamento para a transformação social.



PO 075 | Coparentalidade e aspectos sociodemográficos envolvidos nos cuidados com crianças

Maria Giovanna Souza Barbosa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucas Gonçalves da Silva (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Dalila Castelliano de Vasconcelos (UFCG)

Resumo A coparentalidade pode ser compreendida como um conceito que diz respeito às relações estabelecidas pelos genitores ou demais figuras parentais no exercício da parentalidade, constituindo-se a partir da partilha do cuidado e da garantia do desenvolvimento saudável de uma criança. Nessa perspectiva, aspectos como a divisão do trabalho entre os cuidadores responsáveis, os acordos de cuidado com a criança, o apoio mútuo e o manejo das interações familiares são os pilares da relação coparental. A partir da influência demonstrada na literatura de aspectos sociodemográficos sob os subsistemas familiares, este estudo buscou analisar os indicadores da coparentalidade com base no nível de escolaridade e na renda familiar dos respondentes. Contou-se com a participação de 123 mães e 36 pais de crianças com idades entre zero e seis anos, residentes em diferentes regiões do Brasil. A amostra não foi pareada (casais), porém os participantes deveriam compartilhar a guarda da criança com seu parceiro. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Os instrumentos aplicados foram um questionário sociodemográfico e a Escala de Coparentalidade (ERC), disponibilizados por meio de formulário eletrônico. Os dados coletados foram inseridos no software Statistical Package for Social Sciences (versão 25.0) para a realização das estatísticas descritivas (percentuais, médias e desvios-padrões, valores mínimos e máximos) e inferenciais (Teste t de Student, Anova), além de passarem por correção de bootstrapping (1000 reamostragens: 95% de IC BCa). Os resultados apontaram que o grupo de participantes com nível de Ensino Superior apresentou média mais elevada para o suporte coparental ($M = 26,92$, $DP = 8,49$; $p < 0,05$) e reconhecimento da parentalidade ($M = 34,97$, $DP = 7,12$, $p < 0,05$). Em relação à renda familiar, foi encontrada uma média significativamente superior nos níveis de suporte coparental para o grupo com renda acima de 09 salários mínimos ($M = 27,61$, $DP = 7,87$, $p < 0,05$) quando comparado com o grupo com renda familiar de até 03 salários mínimos ($M = 21,94$, $DP = 11,68$, $p < 0,05$). Para o fator de reconhecimento da parentalidade do parceiro os participantes com renda familiar entre 03 e 06 salários mínimos ($M = 34,24$, $DP = 7,38$, $p < 0,05$) e os com renda acima de 09 salários mínimos ($M = 35,04$, $DP = 6,82$, $p < 0,05$) obtiveram média expressivamente maior que o grupo com renda de até 03 salários mínimos ($M = 30,02$, $DP = 13,04$, $p < 0,05$); Corroborando dados da literatura científica, encontrou-se que o nível de escolaridade das mães/pais está associado positivamente com os fatores da coparentalidade saudável. Ainda, nota-se que a renda familiar esteve positivamente associada com alguns dos indicadores de coparentalidade, ou seja, na medida que a renda familiar dos participantes aumenta, o nível de coparentalidade positiva também aumenta. Desse modo, esse estudo explora e reitera a importância de se considerar as variáveis sociodemográficas no estudo da coparentalidade, a fim de entender o conceito de forma global e de permitir intervenções amplas e efetivas.



PO 076 | Coparentalidade em Famílias Ribeirinhas da Amazônia: Resultados Preliminares

Bruna Jamilly Carvalho de Assis Mattos (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A coparentalidade refere-se ao subsistema familiar centrado na tomada de decisões relacionadas aos filhos, incluindo a divisão de tarefas parentais, o apoio mútuo e a comunicação sobre expectativas e valores na criação e educação. A qualidade desse subsistema influencia o comportamento parental, as interações conjugais e o desenvolvimento infantil. A coparentalidade positiva, caracterizada por cooperação, comunicação afetuosa e habilidades de resolução de conflitos, está associada a um melhor ajustamento socioemocional infantil, enquanto a coparentalidade conflituosa, com discordâncias frequentes, falta de apoio e comunicação deficiente, pode prever problemas comportamentais nas crianças. O objetivo deste trabalho é analisar a coparentalidade em famílias ribeirinhas da Amazônia, considerando as percepções materna e paterna e a dinâmica interacional entre mãe e pai no contexto triádico com os filhos em situação de brincadeira livre. Esta pesquisa integra um projeto mais amplo, está sendo conduzida na Ilha do Combú, em Belém do Pará, e busca preencher a lacuna de estudos sobre o subsistema coparental no contexto de vida singular das populações ribeirinhas. Até o presente momento, participaram desta pesquisa 17 mães, com idade entre 21 e 43 anos ($M=30.235$; $DP=7.031$) e 17 pais, com idade entre 23 e 42 anos ($M=33.5$; $DP=5.828$). Também participaram da pesquisa 18 crianças, com idade entre 3 e 5 anos ($M=3.556$; $DP=0.616$). As respostas obtidas do questionário sociodemográfico revelaram que maioria dos pais vive em união estável ($n=12$; 70,6%), possui 2 filhos ($n=12$; 35,3%) e concluiu o ensino fundamental ($n=16$; 50%). Além disso, a maioria das crianças são do sexo feminino ($n=10$; 58,8%). Das 17 famílias participantes, a maioria possui moradia própria ($n=14$; 82,4%), de madeira ($n=12$; 70,6%), com renda entre 1 e 2 salários mínimos ($n=10$; 58,8%) e recebe bolsa família ($n=14$, 82,4%). Os dados sobre a coparentalidade foram coletados por meio do questionário Índice Global de Parentalidade e Conjugabilidade (PATER), adaptado para o estudo, com perguntas sobre coparentalidade, envolvimento paterno e conjugabilidade, avaliadas em uma escala Likert de 5 pontos. Os índices de consistência interna de cada uma das dimensões acima variaram de $\alpha = 0,728$ a $\alpha = 0,926$. Além disso, foram feitas gravações das interações dos pais com os filhos em contextos triádicos para serem avaliadas posteriormente com o sistema de codificação Taxonomy of Interactional Synchrony. Os resultados preliminares da análise do questionário PATER das 17 famílias participantes indicam uma percepção positiva sobre a coparentalidade, tanto por parte das mães ($M=4,521$; $DP=0,677$) quanto dos pais ($M=4,067$; $DP=0,789$). Os valores médios obtidos sugerem que as famílias estudadas apresentam uma percepção de coparentalidade positiva, apesar dos desafios associados ao contexto de vida ribeirinho. O estudo segue em andamento e tem como objetivo coletar dados do total de 50 famílias ribeirinhas.



PO 077 | Crença e Expectativa Parental em Famílias da Rede Educacional de Belo Horizonte (MG)

Glaiscy Felix da Silva, Luana Brito (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Resumo As crenças e expectativas parentais envolvem os julgamentos dos pais sobre as habilidades essenciais para seus filhos antes da alfabetização e suas expectativas de desempenho acadêmico. O objetivo deste trabalho é apresentar uma análise descritiva das crenças e expectativas parentais de famílias residentes em Belo Horizonte. Foi utilizado o "Questionário de Crença e Expectativa Parental" aplicado na pesquisa "Investigação do impacto diferencial das variáveis sociodemográficas e expectativa parental no ambiente de literacia familiar" (CAAE: 74286423.0.0000.5149). A amostra compreende 38 responsáveis por alunos do 1º ano do Ensino Fundamental de seis escolas públicas (65,79%) e privadas (34,21%). Em relação às crianças, (52,63%) são meninos, com média de idade igual a 6,10 anos ($dp=0,311$). Quanto aos pais, a maioria eram mães biológicas das crianças (89,47%), autodeclarados brancos (44,74%) e pardos (55,26%). Sobre a escolaridade materna, 15,79% tinham ensino básico incompleto, 26,31% tinham o ensino básico completo, 18,42% não concluíram o Ensino Superior, e 39,47% tinham Ensino Superior ou pós-graduação. Em relação a renda das famílias, 7,89% recebiam menos de 1 salário mínimo, 36,84% de 1 a 3 salários mínimos, 23,68% de 3 a 5 salários mínimos, 26,31% de 5 a 15 salários mínimos, e 5,26% não responderam. As respostas dos pais no questionário, demonstraram que a maioria dos pais possuem a expectativa de que seus filhos alcancem o Ensino Superior ou Pós-Graduação (94,73%). Ao final do primeiro ano escolar, 97,37% dos pais esperam que seus filhos obtenham de 80 a 90% de aproveitamento em língua portuguesa, 92,10% acreditam que a criança será capaz de ler um livro de forma independente, e 76,31% que conseguirá escrever/digitar um texto longo. Em relação às crenças parentais, a maioria dos respondentes acreditam que é importante que as crianças, durante a educação infantil, saibam as letras do alfabeto (92,10%), o som das letras do alfabeto (94,73%), manipular os sons da língua (84,21%), escrever o próprio nome (89,47%), escrever palavras simples (86,84%), ler palavras simples (86,84%) e identificar rimas (81,57%). Os pais concordam que precisam estar envolvidos na educação de seus filhos (92,10%), e que as crianças obtêm melhor desempenho na escola quando os pais ensinam em casa (94,73%). Além disso, 57,89% dos pais não concordam que as escolas são as únicas responsáveis por ensinar as crianças, e 47,37% responderam discordaram da afirmação de que é ser seu dever ensinar as crianças a ler e escrever antes de ingressarem na escola. Diante disso, observou-se que os pais possuem altas expectativas sobre o desempenho acadêmico de seus filhos e valorizam o envolvimento parental na educação da leitura e escrita, mas podem não entender a importância de estimular essas habilidades antes da escola. Assim, é necessário orientar os pais sobre práticas eficazes de estímulo à alfabetização, de modo a contribuir para o desenvolvimento das habilidades necessárias para o sucesso acadêmico das crianças.



PO 078 | Crenças e Percepções de Idosos sobre o Envelhecimento e a Velhice: uma Revisão Integrativa

Ana Cláudia Cunha dos Santos (UEA - Universidade do Estado do Amazonas)

Resumo O presente estudo teve por objetivo, identificar e analisar a produção científica nacional e internacional acerca das crenças e percepções de idosos sobre o processo de envelhecimento e a velhice. O estudo foi exploratório-descritivo, através de uma revisão integrativa da literatura, cuja busca foi realizada nas seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Scopus e Web of Science. De modo geral, os resultados sugerem que, os participantes dos estudos analisados percebem o envelhecimento como um processo natural do curso da vida. A maioria apresentou percepções e crenças positivas sobre o envelhecimento e a velhice. Uma parte considerável desses idosos não se percebe velhos, apesar da idade. Para uma minoria, a velhice foi associada a uma etapa da vida assinalada por uma gama de problemas e perdas. Os achados reforçam o importante papel das crenças no envelhecimento ativo, comprovando que, as crenças positivas dos idosos são essenciais nesse processo, por estarem relacionadas com a autoeficácia, bem-estar e autonomia. Por outro lado, as crenças estereotipadas ou negativas são extremamente prejudiciais ao processo de envelhecimento, pois interferem na autoeficácia, inibindo o engajamento do indivíduo em atividades importantes para a manutenção da sua saúde física e mental, independência e autonomia.



PO 079 | Crenças e valores sobre socialização de gênero na população ribeirinha: resultados preliminares

Patrick Maximiano Maciel Oliveira (UFPA - Universidade Federal do Pará), Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará), Ryan Lucas de Souza Linard (UFPA), Jhulya Eduarda Castro dos Santos (UFPA)

Resumo O desenvolvimento humano é profundamente influenciado pelo contexto social e cultural em que o indivíduo está inserido, moldando suas interações, valores e comportamentos. O contexto abrange a rede de interações com pessoas, objetos e instituições, além de ideologias, valores, crenças e religiões. Na Ilha do Combú, comunidade localizada a aproximadamente 15 minutos de barco de Belém, no Pará, as relações comunitárias apresentam características únicas que diferem das encontradas em ambientes urbanos. Através da lente da psicologia do desenvolvimento, busca-se compreender como as práticas particulares dos genitores dessa comunidade refletem nas expectativas de gênero e como influenciam o desenvolvimento infantil nesse contexto. Objetivo: Este estudo, integrante de um projeto mais amplo desenvolvido pelo Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento (LED) na Universidade Federal do Pará (UFPA), busca explorar as crenças e valores de pais e mães nessas comunidades, particularmente em relação à criação de filhos de 3 a 5 anos, sem problemas graves de saúde, com ênfase nas diferenças de gênero. Metodologia: A coleta de dados foi realizada por meio de questionários aplicados separadamente aos pais e mães, abordando questões relacionadas à criação dos filhos. Foi utilizado um Inventário Sociodemográfico adaptado para a população estudada, contendo sete questões abertas. Até o momento, 18 famílias foram entrevistadas, e a coleta de dados ainda está em andamento. Resultados: Os resultados preliminares indicam que 50% dos pais e 44,4% das mães acreditam não haver diferença de dificuldade na criação entre meninos e meninas, embora 44,4% das mães considerem mais fácil criar meninos, em comparação a 27,8% dos pais que compartilham dessa opinião. As mães justificam a maior dificuldade em criar meninas por elas serem mais agitadas (16,7%). Na demonstração de afeto, 44,4% dos pais utilizam demonstrações físicas e verbais igualmente para ambos os sexos, mas demonstram mais afeto físico para meninos (27,8%) do que para meninas (22,2%). Entre as mães, 44,4% demonstram apenas afeto físico para meninos, enquanto 50% o fazem para meninas de forma física e verbal. Quanto ao trabalho atribuído às crianças, 61,1% dos pais associam o trabalho das meninas ao serviço doméstico, enquanto 55,6% veem o trabalho dos meninos como braçal. As mães, por outro lado, acreditam que tanto meninas (72,2%) quanto meninos (44,4%) têm o serviço doméstico como principal atividade. Em relação à punição, cerca de 50% dos pais acreditam que não há diferença em quem é mais castigado, entre as mães esse dado é de 33,3%, com ambos preferindo a privação (38,9% para os pais e 44,4% para as mães) como forma de punição. Discussões e Conclusão: Os resultados mostram que ambos os pais e mães consideram a criação de meninos mais fácil que a de meninas, com diferenças significativas na percepção do trabalho e na forma de demonstrar afeto entre os gêneros. Observa-se a persistência de práticas culturais tradicionais, especialmente nas percepções dos pais. O estudo contribui para estratégias que fortalecem a resiliência das famílias e promovem o desenvolvimento saudável das crianças em contextos de crise, abordando disparidades de gênero nas práticas de criação de maneira culturalmente sensível.



PO 081 | Deficiência infantil e o impacto no estresse parental

Rabheche Barbosa (UFPA - Universidade Federal do Pará), João Paulo Santiago Pamplona da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo O estresse parental é considerado um desconforto ou sofrimento que os cuidadores sofrem relacionado às demandas dos filhos, tais características são agravadas quando as crianças em questão possuem algum tipo de deficiência. Levando isso em conta, o presente estudo teve como objetivo descrever o perfil sócio-demográfico e o índice de estresse parental presente em cuidadores de crianças com deficiência. Participaram do estudo 81 cuidadores de 4 centros especializados em cuidados voltados às crianças com deficiência. Os instrumentos utilizados foram Inventário Sociodemográfico (ISD) e o Índice de Estresse Parental (PSI). O PSI é dividido em três domínios: Função paterna (FP), Relação pai/filho (RP/F) e Características dos filhos (CF). A pesquisa teve aprovação do Comitê de Ética, e todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados submetidos à análise descritiva, mostraram que a maioria dos cuidadores principais são mães (90,12%), em sua maioria desempregadas (64,19%), cerca de 76,54% recebem como renda até dois salários-mínimos. No que diz respeito ao tipo familiar 54,32% dos participantes se enquadram na classificação "Casal com filhos." Quanto ao perfil sociodemográfico da criança, 69,13% são indivíduos do sexo masculino e 30,86% indivíduos do sexo feminino, tendo como principais diagnóstico o Transtorno do Espectro Autista (TEA) com 46,91%, Paralisia Cerebral com 14,81%, Síndrome de Down com 9,87%, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) com 8,64%, Deficiência Intelectual com 1,23% e com outras síndromes 16,04%, os que não informaram 1,23%. No que está relacionado ao estresse parental, a média apresentada pelo instrumento PSI é de 108 pontos, sendo esta tomada como o ponto de corte do instrumento. Já em relação aos domínios apresentados pelo instrumento, o ponto de corte definido pelos autores é de 36 pontos. De acordo com essa referência, observa-se que os participantes apresentaram um grau moderadamente baixo de estresse (104,35). No que diz respeito aos domínios do instrumento a Função Paterna (FP) apresentou escores pouco abaixo do ponto de corte (35,56), a avaliação da Relação Pai/filho (RP/F) revelou valores levemente baixo (31,46) da nota de corte e, em contrapartida, o domínio Características dos Filhos (CF) apresentou escores acima da média (37,32). Diferentemente do que foi identificado pelos resultados do estudo, a literatura sugere que os níveis de estresse têm sido um grande desafio para os cuidadores de crianças com deficiência. As evidências empíricas destacam os riscos de ordem física e emocional relacionado às cuidadoras principais, tendo em vista que, principalmente as mães, sofrem com a sobrecarga física e emocional devido os cuidados aos filhos com deficiência. Em suma, é possível salientar a importância acerca de estudos sobre o estresse parental de cuidadores de crianças com deficiência e seus impactos no processo de adaptação familiar.



PO 082 | Desempenho de crianças no teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven antes, durante e após a pandemia de covid-19

Alynne Lorena Costa Araújo, Camila Christina Malessa de Oliveira, Giulia Mazza Cruz Lima, Lucila Moraes Cardoso (UECE - Universidade Estadual do Ceará), Thays Martins De Lima (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo Ao se considerar a fundamentalidade da vivência escolar na infância, considerada um dos períodos de mais intenso desenvolvimento humano, inclusive cognitivo, é plausível considerar como o distanciamento social pode ter influenciado a maturação infantil e, de modo mais específico, o desenvolvimento da inteligência. Essa lógica é explorada no estudo de Fonseca, Sganzerla e Enéas (2020) acerca do fechamento das escolas na pandemia de COVID-19, destacando o impacto socioemocional, cognitivo e de aprendizagem ocasionado por esse período. Em relação às repercussões nos aspectos cognitivos, os autores evidenciaram que as crianças vivenciaram menor estimulação da convivência social, da autorregulação emocional, da linguagem oral e de outras habilidades cognitivas, tendo, por consequência, maior desproporção entre a idade biológica e a fase escolar.

Objetivo: Verificar se houve mudanças no desempenho cognitivo de crianças de 6 a 11 anos no teste Matrizes Progressivas Coloridas de Raven antes, durante e após a pandemia de COVID-19.

Metodologia: Os protocolos do Raven foram extraídos de um banco de dados com coletas realizadas individualmente antes (de 2018 a 2020), durante (2021) e após (2023 e 2024) a pandemia de COVID-19. Participaram da pesquisa 121 crianças, com idade entre 6 anos e 11 anos e 11 meses ($M=8,45$, $DP=1,59$). Os protocolos do Raven foram armazenados em um arquivo do Excel e exportados para o software estatístico Jamovi, versão 2.5.4.

Resultados e discussão: A amostra total era composta por 121 sujeitos ($M=8,45$, $DP=1,59$). A partir disso, foram feitas subamostras com pareamento por idade e sexo. No primeiro banco, dos períodos antes e durante a pandemia, a amostra era de 54 sujeitos. No segundo, pré e após a pandemia, a amostra era de 52 sujeitos. Não foi realizado pareamento entre os períodos durante e após devido à alta discrepância entre eles. Em sequência, realizou-se Teste t de student para amostras independentes para verificar se houve diferença de desempenho no Raven por período de teste. Os resultados dessas análises seguem na Tabela 1.

Tabela 1 - Comparação do desempenho no Raven por período em que foi realizado

Variáveis/Nota	Acima da média	Média	Abaixo da média	t	gl	p	D de Cohen
Antes da pandemia	10	11	6	-1,47	52	0,14	-0,4
Durante a pandemia	4	13	10				
Antes da pandemia	7	15	4	0,39	50	0,69	0,1
Após a pandemia	10	11	5				

Fonte: elaborada pelas autoras.



As análises constataram que não houve diferença significativa entre os períodos. Nesse sentido, embora a pandemia tenha atravessado o aprendizado do público infantil, não se obteve resultados significativos que demonstrassem influência da pandemia na capacidade educativa, relacionada à inteligência, à formação e reconhecimento de conceitos e à dedução de relações entre objetos (Schelini, 2006; Pasquali; Wechsler; Bensusan, 2002). Conclusão: O presente trabalho buscou investigar se houve interferência da pandemia na capacidade educativa relacionada à inteligência fluida. Não foram verificadas diferenças significativas na amostra do presente estudo. No entanto, considera-se relevante a divulgação desses dados para fortalecer discussões acerca da inteligência como construto e expandir futuros estudos empíricos com o teste de Raven.



PO 083 | Dinâmicas relacionais e emocionais na adultez emergente: estresse e experiências positivas durante e pós-pandemia

Beatriz de Lima Correia, Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo As relações interpessoais desempenham um papel central na adultez emergente, período dos 18 aos 29 anos, caracterizado por intensas mudanças. A família, em particular, pode atuar como uma base de segurança emocional, suporte essencial para a promoção de autonomia e de crescimento, o que facilita a exploração-construção de novos vínculos. Apesar de sua importância, tradicionalmente, estudos sobre desenvolvimento humano costumam se voltar para a infância e para a adolescência, deixando de lado períodos mais tardios, como a adultez emergente, e dinâmicas relacionais como amizades e parcerias românticas, fontes de suporte para um curso saudável de vida. A adultez emergente envolve dinâmicas afetivas e sociais complexas com consequências duradouras, o que também demanda atenção. Por isto, temos como objetivo apresentar relatos sobre experiências relacionais e emocionais de adultos emergentes, incluindo estresse e eventos positivos, contribuindo para a produção científica e informando intervenções a favor do desenvolvimento saudável dos jovens. Buscando uma compreensão do tema em discussão, propõe-se analisar resultados obtidos em estudo misto com intervenção psicoeducativa, intitulado "Regulação emocional e convivência familiar: jovens e pais durante e pós-pandemia do covid-19 (pesquisa e intervenção)", coordenado pela doutora Edna Ponciano, combinando dados qualitativos e quantitativos. Participaram do estudo 154 jovens, entre 18 e 30 anos, em sua maioria residentes da cidade do Rio de Janeiro. Os achados revelam que amigos(as) foram a principal fonte de apoio (n=132, 85.71%), seguidos por familiares que moram junto (n=83, 53.90%) e familiares que não moram junto (n=72, 46.75%), evidenciando a importância das redes de suporte próximas. Durante a pandemia, 57% dos entrevistados perceberam um aumento nos eventos estressantes na convivência familiar, e 40% continuaram a sentir esse aumento após a pandemia. Em termos de experiências emocionais, tristeza (n=129, 83.77%) e medo (n=102, 66.23%) foram as emoções negativas mais reportadas, refletindo o impacto da pandemia. No entanto, emoções positivas como alegria (n=109, 70.78%) e amor (n=87, 56.49%) também surgiram, mostrando que, apesar do sofrimento, ainda houve momentos de positividade e de conexão. A análise qualitativa reforça esses achados, destacando uma dualidade nas experiências dos jovens. Relatos de sofrimento emocional, como "preocupação" e "aumento de ansiedade", contrastam com eventos positivos, como fortalecimento das relações familiares e união. Além disso, dificuldades, como conflitos e falta de privacidade, contrapostas a momentos de crescimento pessoal e de resgate dos laços afetivos. Quando analisados em conjunto, os dados sugerem que, em situações adversas como a pandemia, a família atua na vida emocional e social dos adultos emergentes, fornecendo suporte ao lado de amizades e de parcerias românticas. No entanto, as relações são fonte de apoio e de tensão, ao mesmo tempo, promovendo experiências positivas e intensificando o estresse. Conclui-se destacando a necessidade de compreender as vivências relacionais, especialmente no ambiente universitário, fornecendo subsídios para elaboração de práticas direcionadas para as especificidades desse período de vida. Nesse âmbito, estudos sobre a temática e intervenções psicoeducativas surgem



como possibilidades para promover desenvolvimento de recursos emocionais e interpessoais, auxiliando no enfrentamento do estresse e favorecendo aspectos positivos das relações, o que gera crescimento pessoal.



PO 084 | “É prova toda semana”: Trabalho empírico sobre a experiência com adolescentes em uma escola de língua estrangeira particular

Stella Maris Peixoto Cardoso, Letícia Anita Façanha Correia Alves

Resumo A adolescência é um período transitório, localizada entre a infância e a fase adulta, onde diferentes acontecimentos auxiliam nas mais importantes fases do desenvolvimento de um indivíduo, a qual pode ser analisada por diferentes perspectivas, conforme será enfatizado no decorrer do relatório, tendo em base diferentes autores. Nesse contexto, este artigo consiste no estudo de alguns aspectos do desenvolvimento de adolescentes em período de puberdade, com base em uma observação participante, sobre a óptica dos afetos em duas turmas de uma escola de língua estrangeira em Fortaleza. O presente estudo objetiva analisar as experiências com adolescentes em uma escola de língua estrangeira particular, e discorrer sobre as implicações e os impactos que determinados eventos individuais e sociais ocorridos na adolescência tem sobre o desenvolvimento e constituição do indivíduo. Assim, foram abordados os subtemas: os efeitos das atividades extracurriculares e da educação bancária em adolescentes, o desenvolvimento psicosexual no ambiente da aprendizagem e as diferenças entre as relações sociais em momentos e com pessoas distintas. Em conclusão, vimos o quanto o ambiente é limitado em diversidade e como as vivências são diferentes, principalmente quando comparadas com a realidade virtual.



PO 085 | Eficácia do Programa ConViVer na Promoção de Resiliência e Autoestima em Crianças Atingidas pela Pandemia de Covid-19

Jaqueline Sobreira Rodrigues (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Patrícia Oliveira Lima, Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A Covid-19, causada pelo SARS-CoV-2, resultou em mais de 600 milhões de casos e 6 milhões de mortes globalmente, com o Brasil contribuindo para esses números. As crianças, especialmente vulneráveis ao estresse, foram impactadas pela pandemia, devido ao isolamento social e às mudanças nas rotinas, resultando em aumentos em ansiedade, depressão e distúrbios emocionais. Necessita-se, assim, de abordagens focadas no público infantil para desenvolver intervenções que fortaleçam a resiliência e ajudem as crianças a lidar com os efeitos adversos da pandemia. A presente pesquisa avaliou os efeitos de uma intervenção, o Programa ConViVer, para a promoção da resiliência em crianças que vivenciaram adversidades decorrentes da pandemia de Covid-19. A intervenção foi desenhada para fortalecer a capacidade das crianças de lidar com os desafios do contexto pandêmico, bem como para promover aspectos como autoestima, auto eficácia e rede de apoio. A amostra incluiu 17 crianças com idade média de 9,65 anos (0,99) na sua maioria negras ($n = 14$; 82,4%) e do gênero masculino ($n = 10$; 58,8%) de uma escola pública de Fortaleza, Ceará. As crianças foram divididas em dois grupos, Grupo Experimental (Gex) e Grupo Controle (GC). Como instrumentos, foram utilizados um questionário sociodemográfico, o Child and Youth Resilience Measure (CYRM) Chld Version, a escala de Autoestima, a Escala de Autoeficácia Geral Percebida e o Mapa dos Cinco Campos. Os dados foram analisados por meio do SPSS versão 23 através de estatísticas descritivas, teste de comparação de grupos e de medidas repetidas. Os resultados revelaram um aumento significativo na resiliência do grupo experimental após a intervenção. O Programa ConViVer proporcionou aos participantes acesso a recursos protetivos significativos, ajudou a compreensão das situações adversas, ampliou a rede de apoio afetivo-social e fortaleceu os vínculos familiares e comunitários. As atividades do programa abordaram a discussão de desastres, o reconhecimento das redes de apoio e o treino de habilidades emocionais, validando a importância de intervenções contínuas para a resiliência, especialmente em períodos pós-pandêmicos. Além da resiliência, observou-se um aumento significativo na autoestima no grupo experimental, o que pode ter acontecido ao incentivar a construção de vínculos sociais de qualidade e a expressão autêntica dos sentimentos. Embora a auto eficácia e a rede de apoio não tenham mostrado diferenças estatisticamente significativas entre os grupos experimental e controle, houve aumentos discretos. A análise das características sociodemográficas revelou um aumento marginalmente significativo na resiliência para meninos no grupo experimental, na autoestima de crianças mais velhas (10 a 12 anos), e na auto eficácia de crianças mais novas (8 - 9 anos). Isso pode estar relacionado a fatores de gênero (e.g. meninas são socializadas para lidar mais intensamente com ameaças) e de desenvolvimento (crianças mais velhas tem maior capacidade de compreensão e aplicação dos conceitos trabalhados, e crianças mais novas podem ter maior suscetibilidade a influências externas e ao impacto positivo de atividades). Em conclusão, o Programa ConViVer demonstrou eficácia na promoção de resiliência, autoestima e auto eficácia em crianças afetadas pela pandemia, além de evidenciar a importância de considerar características individuais na elaboração de intervenções.



PO 086 | Elos de Histórias: a biblioterapia como prática de valorização do espaço urbano e ação preventiva na promoção de saúde

Bianca Lopes de Souza (Colaboradora)

Resumo Este trabalho relata uma experiência vivida na praça Radial Sul, no Rio de Janeiro, demonstrando como a arte pode contribuir para a valorização do espaço urbano e promoção da saúde mental. Conforme Laterza (2023), cidade e arte devem ser pensadas conjuntamente, promovendo um uso mais criativo do espaço urbano. Hillman (1993) e Heidegger (2000) destacam que matéria e psique estão interligadas, e o sentido de “nosso mundo” se co-constitui à medida que vivemos nossa experiência nele. Para Santos (1999), o território é a base material da existência humana, sendo essencial para a vida. Assim, cuidar da cidade é também cuidar da comunidade e de si mesmo. Em 2016, a praça enfrentava uma crise com o aumento da violência, gerando medo e insegurança. Um coletivo de moradores foi formado para resgatar o local como espaço de lazer, com propostas artísticas como estratégia de ocupação. O objetivo era ressignificar o vínculo das pessoas com o território, inibindo o crime através da expansão do brincar. Reconhecendo a biblioterapia como prática de cuidado em “espaços de crise” (Petit, 2009), e com a presença de uma biblioteca na praça, desenvolvemos o projeto Elos de Histórias. Realizávamos rodas biblioterapêuticas trimestrais, co-mediadas por duas psicólogas e contadoras de histórias. Os participantes, desde moradores até pessoas em situação de rua, traziam narrativas literárias ou pessoais para compartilhar. Cada encontro durava duas horas. O grupo era aberto, intergeracional e espontâneo. A dinâmica era baseada na horizontalidade das trocas e no fortalecimento do senso de pertencimento. O projeto realizou oito rodas entre 2017 e 2019, reunindo um público diverso: crianças, idosos, leitores, analfabetos, participantes assíduos e esporádicos. Durante as reuniões, a praça tornou-se um espaço de encontro, reflexão, crescimento individual, construção de redes de suporte emocional e de descanso. Além disso, outras estratégias de preservação do local foram fortalecidas, integrando objetos e ações no cotidiano. Entre 2020, o projeto foi interrompido pela pandemia de COVID-19, retornando em 2024. Surpreendentemente, antigos participantes voltaram, e novos se juntaram, relatando que o projeto se manteve vivo durante a pausa, inspirando ações como a ampliação do acervo da biblioteca. O Elos de Histórias, ao utilizar a literatura como estratégia de lazer e resgate do espaço urbano, permitiu que a praça fosse habitada por uma atividade simbólica e lúdica, que contribuiu para a formação da identidade individual e comunitária, bem como para o cuidado com o espaço físico. A biblioterapia, ao promover saúde mental e humanização (Caldin, 2010), utilizando a literatura como facilitadora dos processos de ajustamento criativo e expansão da consciência, contribuiu no fortalecimento da identidade da praça, da comunidade e formação de seus indivíduos (Gallian, 2023). Todos os investimentos realizados na praça fizeram dela uma referência de beleza e orgulho para os moradores dos arredores. A ocupação desacelerou a violência na região e permitiu uma vinculação mais amorosa com o território. Elevada ao grau de brinquedo, a palavra poética se mostrou promissora na transformação urbana, permitiu que o sentido de moradia e rede de apoio fosse expandido para além do espaço da casa.



PO 087 | Em Busca da Identidade: adolescência, o corpo, transexualidade e psicologia no ambiente de uma escola pública em Fortaleza

Maria Sofia Dell Orto Praxedes, Rebeca Pompeu Gurjão Maymone (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo A adolescência é uma fase de intensas transformações físicas, emocionais e sociais, que alguns autores consideram um “adoecimento” devido aos sofrimentos emocionais que a acompanham (OUTEIRAL, 2003). No ambiente escolar, os adolescentes buscam formar suas identidades, frequentemente com seus parceiros amorosos, e desenvolver habilidades cognitivas para pensar de forma abstrata. (Erikson, 1972). Essas mudanças incluem o rompimento com a dependência e a construção de maior autonomia, especialmente nas relações com os pais (BOMTEMPO E MENDES, 2020). Em termos metodológicos, as estudantes-autoras deste relatório basearam-se nas aulas semanais da disciplina de Estágio Básico III além da atuação ética e supervisões com a professora-orientadora. Utilizando o método de observação participante, referenciadas por Diário 2023, e realizaram 12 horas de observação em uma escola pública em Fortaleza, com adolescentes de classe social baixa. Na literatura, é sabido que os relacionamentos amorosos na adolescência funcionam como um “ensaio” para a vida adulta, permitindo que os jovens aprendam a se relacionar e testem suas capacidades afetivas e sexuais (FÉRES-CARNEIRO E JABLONKSI, 2005). O grupo de amigos desempenha um papel fundamental, proporcionando apoio emocional e influenciando significativamente o autoconceito e a autoestima dos adolescentes (Loos, 2003). Na concepção de Merleau-Ponty (1945), que discute a importância do corpo na formação da identidade, destaca que somos definidos por nossa existência corpórea e nossas interações com o ambiente. A transsexualidade na adolescência enfrenta desafios significativos, tanto em termos de aceitação social quanto de questões de saúde e autonomia. Na escola observada, duas meninas transsexuais lidam com a dificuldade de aceitação por parte de alguns colegas, que muitas vezes negam o direito de expressão da identidade (Diário, 2023). Nesse contexto, a psicologia historicamente abordou a transsexualidade de várias formas, mas há um consenso de que envolve uma incongruência entre sexo e gênero (MÁRCIA, ZIDHAFT E MURTA, 2008). Com isso, Foucault (1976) introduz o conceito de biopoder, pensando em forma dicotômica do gênero que é uma representação performática que define a identidade, estabilizada pela repetição de normas, e a identidade e a orientação sexual são conceitos distintos; a primeira refere-se à identificação pessoal com características associadas ao sexo biológico, enquanto a segunda diz respeito ao objeto do desejo sexual (Jesus, 2013). O ato de se vestir carrega um potencial político significativo, permitindo que adolescentes trans expressem sua identidade e afirmem sua existência, especialmente para aquelas que ainda não passaram por cirurgias de readequação de sexo (SALGUEIRO E MAYRINK, 2016). Portanto, a expressão de feminilidade exacerbada de Barbie, uma adolescente trans, reflete o desejo de alinhar a aparência com a identidade de gênero, muitas vezes através do consumo de bens e intervenções estéticas (Silva, 2017; Diário, 2023). Por fim, a inclusão escolar é um aspecto crucial que a Psicologia precisa estar presente. Dazzani (2010) destaca que a exclusão social e educacional está ligada a estruturas



institucionais e de poder que causam isolamento e estigmatização, por meio de uma abordagem holística e inclusiva, a Psicologia pode ajudar a criar um ambiente escolar mais acolhedor e seguro para todos os estudantes.



PO 088 | Ensino de psicologia na formação inicial de professores no estado da Bahia

Pablo Mateus dos Santos Jacinto (UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), Hellen Mara Moreira Cardoso (FAPESB)

Resumo Este estudo faz parte de uma pesquisa em fase de conclusão sobre a inserção da psicologia nas licenciaturas das universidades públicas da Bahia. O objetivo é analisar como a psicologia é incorporada nos currículos da formação inicial do professor em termos de conteúdo, semestralidade, carga-horária e bibliografia, e identificar as implicações desse cenário na prática docente. Consiste em um estudo documental com análise das ementas das disciplinas de psicologia inseridas nos projetos pedagógicos dos cursos de todas as instituições públicas da Bahia: UNEB, UESB, UESC, UEFS, UFBA, UFRB, UNIVASF, UFOB, e UFSB. Adotou-se uma abordagem de método misto, incluindo uma etapa lexicométrica realizada com auxílio do software Iramuteq, e uma análise temática (ainda em desenvolvimento) realizada com auxílio do software MaxQDA. Os resultados apresentam dados de 266 disciplinas, entre obrigatórias e eletivas, em 168 cursos de licenciatura. Dentre os temas trabalhados, observou-se predomínio da Psicologia Escolar e Educacional, seguida pela Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Geral e Psicologia da Aprendizagem. A abordagem identificada nas disciplinas se alinha a uma perspectiva, trabalhando autores como Piaget, Wallon e Vigotski, mas sem explicitar a discussão sobre temas transversais (raça, gênero, classe, sexualidade, etc.) e sua relação com o desenvolvimento humano. Essa ênfase destaca a importância da psicologia na formação docente, mas revelam lacunas que justificam afirmações encontradas na literatura sobre o descolamento entre teoria psicológica ensinada e prática docente. Espera-se avançar nas análises de modo a compreender melhor nuances e diferenças encontradas em cada universidade e em cada curso de licenciatura e propor aprimoramentos na inserção da psicologia no currículo docente.



PO 089 | Entre o Positivo e o Negativo: O Impacto da Deficiência Infantil nas Famílias

Lueny Karoline do Rosário Feio (UFPA - Universidade Federal do Pará),
João Paulo Santiago Pamplona da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo A chegada de uma criança com deficiência pode mudar drasticamente a dinâmica e o funcionamento de uma família. Todavia, é crucial o reconhecimento não só do impacto negativo da deficiência, mas também o impacto positivo que ela pode promover. O atual estudo teve como seu objetivo descrever o perfil sociodemográfico de cuidadores de crianças com deficiência. Participaram 101 cuidadores de 4 centros especializados de cuidado a crianças com deficiência. Os instrumentos utilizados foram um Inventário Sociodemográfico e o Family Impact of Childhood Disability scale (FICD), estando o último dividido em dois subdomínios: Impacto Familiar Positivo (PFI) e Impacto Familiar Negativo (NFI). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram inseridos no Software Excel 2016, e submetidos à análise descritiva. Os resultados mostram que, em relação ao perfil, a maioria dos cuidadores principais são mães (85,14%), casadas (75,24%), do lar (67,32%) e com renda familiar mensal de até um salário mínimo (42,57%). Quanto ao perfil das crianças, 67,32% são do sexo masculino e 32,67% do sexo feminino, sendo os principais diagnósticos: Transtorno do Espectro Autista (45,54%), Paralisia Cerebral (16,83%), Síndrome de Down (8,91%), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (8,91%), Deficiência Intelectual (1,98%), entre outros (16,83%). No que concerne ao impacto vivenciado pelas famílias, os dados apontam que a chegada de uma criança com deficiência teve alto impacto positivo nas famílias (33,24), sendo que o instrumento possuía média de 25 e máxima de 40. Por outro lado, as famílias também relataram moderado impacto negativo (25,49). Em geral, cuidadores relataram ter sido altamente impactados pela chegada de sua criança com deficiência (58,74). A partir disso, verificamos que, ao mesmo tempo que vivenciam aspectos positivos da criação de uma criança com deficiência, aspectos negativos também são parte da realidade dessas famílias. Os resultados obtidos revelam similaridade aos reunidos em pesquisas realizadas na Europa, em que os pais demonstraram alto impacto positivo, e moderado/baixo impacto negativo (Guyard et al, 2012; Boursange et al, 2022). Além disso, pesquisas apontam que a percepção do impacto negativo pelas famílias pode variar de acordo com a necessidade de serviços apresentada, por exemplo, famílias com crianças que possuem dificuldades emocionais e comportamentais apresentam maior necessidade de serviços e, consequentemente, têm sua percepção do quão negativamente a deficiência impactou suas vidas afetada. (Gardiner; Miller; Lach. 2020) Desse modo, ressalta-se a importância de que estudos que discutam o impacto da deficiência na vida de cuidadores possuam uma visão ampla, abarcando ambos os aspectos positivos e negativos consequentes dessa, de modo a englobar a complexidade de tal experiência, além de considerar as possíveis variáveis que afetam diretamente as percepções das famílias constituídas por uma pessoa com deficiência.



PO 090 | Escala Multidimensional de Empatia para Adultos (EMEA): testagem de evidências de validade

Eliene dos Santos Costa, Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), Thiago Medeiros Cavalcanti (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Resumo A empatia compreende uma habilidade que permite as pessoas tomar a perspectiva, ter consciência dos estados internos e experienciar respostas afetivas congruentes com as de outrem, ainda que não tenham um envolvimento direto com a situação observada. A Escala Multidimensional de Empatia para Adultos (EMEA) foi desenvolvida recentemente com intuito de prover uma medida que levasse em consideração características do contexto cultural brasileiro, além de superar limitações de outros instrumentos tradicionalmente empregados para avaliação da empatia. O objetivo geral desse estudo foi testar evidências de validade com base na estrutura interna da EMEA e de sua relação com medidas externas. Para tanto, foram aplicados um questionário sociodemográfico (gênero, idade, instituição de ensino, curso, período, cidade e renda familiar), a Escala Multidimensional de Empatia para Adultos (EMEA), desenvolvida por Sampaio & Camino (2024) e a Dark Triad Dirty Dozen (DTDD), desenvolvida por Jonason & Webster (2010), adaptada ao contexto brasileiro por Gouveia et al. (2016). Participaram do estudo 672 pessoas (72,2% do sexo masculino), com idade entre 17 e 65 anos ($M = 24,21$; $DP = 7,99$), matriculados em universidades (53,1% públicas) de duas cidades paraibanas (Campina Grande, PB = 69,5% e João Pessoa = 30,5%). Nos resultados, observou-se os seguintes indicadores de consistência interna: Simpatia ($\omega = ,885$ e $\alpha = ,882$), Fantasia ($\omega = ,752$ e $\alpha = ,741$), Tomada de Perspectiva ($\omega = ,709$ e $\alpha = ,713$) e Empatia Geral ($\omega = ,88$ e $\alpha = ,88$). Quanto à relação da EMEA com a DTDD, observaram-se correlações significativas entre a Simpatia e as subescalas de Maquiavelismo ($r = -,25$; $p < ,001$) e Psicopatia ($r = -,35$ e $p < ,001$), entre Fantasia e as dimensões de Psicopatia ($r = -,089$; $p = ,024$) e Narcisismo ($r = ,084$; $p = ,032$) e entre Tomada de Perspectiva Empática e as dimensões de Maquiavelismo ($r = -,28$; $p < ,001$), Psicopatia ($r = -,36$; $p < ,001$) e Narcisismo ($r = -,13$; $p < ,001$). Além disso, a medida geral de Empatia se correlacionou com Maquiavelismo ($r = -,32$; $p < ,001$) e Psicopatia ($r = -,37$; $p < ,001$). Por fim, a análise fatorial confirmatória produziu índices de ajustes aceitáveis para o modelo formado por três dimensões, [$\chi^2/gf = 2,05$; CFI = 0,96; TLI = 0,96; RMSEA = 0,04 (0,03 - 0,04)], com todas as cargas fatoriais sendo estatisticamente significativas e diferentes de zero. Tomados em conjunto, esses resultados apontam para a existência de evidências de validade baseada na estrutura interna da EMEA e de sua relação com medidas externas, reforçando a proposição de que esta escala possui propriedades psicométricas adequadas para avaliar a empatia no contexto brasileiro, podendo trazer contribuições para estudos básicos e pesquisas de intervenção que tomem essa habilidade como principal objeto de estudo.



PO 091 | Estilo Parental de Mães de Adolescentes que Cometeram Ato Infracional

Ádria de Nazaré Moraes Oliveira (UFPA - Universidade Federal do Pará), Samille da Silva de Andrade (UFPA - Universidade Federal do Pará), Lília Iêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Os Estilos Parentais são um conjunto de práticas realizadas pelos pais em direção aos filhos que impactam a formação pessoal e relacional destes, sendo a mãe geralmente apontada como figura central nesse processo. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo descrever os estilos e práticas parentais de mães de adolescentes que estavam cumprindo medida socioeducativa à época da pesquisa. O Formulário de Caracterização Biopsicossocial tornou possível a caracterização dos participantes e 29 adolescentes do sexo masculino preencheram o Inventário de Estilos Parentais (IEP). Por meio de análises descritivas, foi possível identificar que os adolescentes cumpriam medida socioeducativa majoritariamente pelo crime de roubo (44,8%), tinham 17 anos (37,9%), autodeclarados pardos (55,2%), com o ensino fundamental incompleto (86,2%), solteiros (58,6%), sem filhos (72,4%), moravam com a mãe (82,8%) e dois irmãos (31%) e conviviam com o pai (51,7%). O estilo parental foi de risco (55,2%) e as práticas educativas com maiores médias foram Monitoria Positiva (8,07), Comportamento Moral (7,76) e Monitoria Negativa (6,31). No que se refere às principais características percebidas pelos adolescentes, a mãe constantemente incentivava o filho a devolver objetos ou dinheiro de outras pessoas (75,9%), demonstrava interesse em ajudar ele a resolver algum problema quando estava triste ou aborrecido (79,3%), ensinava a contar e pedir desculpas quando estragava algo (72,4%) e, mesmo quando estava ocupada, telefonava para saber como o filho estava (72,4%). Ademais, a mãe regularmente criticava o que o filho fazia ou deixava de fazer (48,3%), telefonava diversas vezes procurando pelo adolescente quando ele saía (58,6%) e insistia para saber o que estava acontecendo quando o filho estava chateado e não queria contar (55,2%). Em relação ao contexto familiar, observou-se que as mães dos adolescentes que praticaram ato infracional moravam sozinhas com seus filhos, e apesar de conviverem com o pai, a coabitação atribui à figura materna uma maior responsabilidade pela educação dos filhos, visto que a maioria dos adolescentes tinha ao menos dois irmãos. Assume-se que essa configuração familiar pode afetar o estilo parental que foi identificado como sendo de risco. Assim, as práticas realizadas pelas mães dos adolescentes identificadas como positivas e negativas explicitam que, mesmo apresentando disponibilidade em ouvir e aconselhar os filhos, houve situações em que a mãe controlava de forma acentuada o comportamento do filho, o que ocasiona em sensações de estresse para o adolescente, que pode se sentir limitado e observado por essa figura. Portanto, apesar de constituírem majoritariamente um estilo parental de risco, as mães dos adolescentes apresentam práticas tanto positivas quanto negativas, coexistindo na relação mãe-filho. Logo, o estudo evidencia a necessidade de entender outros aspectos, como ausência de rede de apoio, número de filhos e presença da figura paterna, como variáveis que também podem influenciar suas práticas de cuidado e educação considerando o público de adolescentes em conflito com a lei.



PO 092 | Estimulação sensório-motora e desenvolvimento infantil: uma revisão integrativa da literatura brasileira

Ceci Freitas de Brito (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Lêda Maria de Carvalho Ribeiro Holanda (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Yuska Alves Primo de Araujo (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Maria Eduarda Araújo Machado (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Valéria Carvalho Lima (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Amanda Beatriz Baldez Sousa (UESPI - Universidade Estadual do Piauí), Josiane Bizerra do Nascimento

Resumo A estimulação sensório-motora é um conjunto de intervenções, que podem ser aplicadas logo após o nascimento, com a finalidade de melhorar o desenvolvimento neuropsicomotor da criança. Esse método se fundamenta em tarefas de integração sensorial de forma a garantir e promover aquisições de linguagem, socialização, formação subjetiva e acolhimento dos familiares do paciente. Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar os efeitos da estimulação sensório-motora no desenvolvimento infantil, bem como, identificar os tipos de intervenção usados na estimulação e descrever as repercussões da estimulação sensório-motora no desenvolvimento, a partir da literatura nacional recente. Método: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, baseada em seis etapas: 1) formulação da questão de pesquisa; 2) busca on-line nas bases de dados Google Acadêmico, BVS e SciELO; 3) seleção dos artigos por meio dos critérios de inclusão e exclusão; 4) análise crítica dos artigos selecionados; 5) discussão dos resultados encontrados, elaborada a partir da síntese e interpretação dos estudos; 6) apresentação dos resultados da revisão. Utilizaram-se as combinações de descritores "estimulação sensório motora or estimulação precoce" e "criança or infância", no período compreendido entre 2020 e 2024. Foram selecionados artigos científicos indexados com texto completo, disponíveis em língua portuguesa. Resultados: Foram selecionados inicialmente 24 artigos e após o refinamento, a amostra chegou a 10 artigos. Na primeira etapa da análise caracterizou-se a amostra, de modo que obteve-se informações sobre a autoria, ano de publicação, área de conhecimento, tipos de pesquisa, objetivos e principais resultados. Destaca-se a prevalência de estudos descritivos e o maior interesse por pesquisadores da área da fisioterapia, que mostra a necessidade de se ampliar as pesquisas em outras áreas do conhecimento, incluindo a Psicologia, que compõe a equipe multidisciplinar e poderia contribuir com estudos na área do desenvolvimento infantil. Sobre os objetivos, as pesquisas focaram nos efeitos de programas e/ou intervenções de estimulação; em instruir os cuidadores sobre procedimentos com as crianças; compreender o desenvolvimento neuropsicomotor e ressaltar a importância dos profissionais. No que tange aos tipos de intervenção utilizados para a estimulação sensório-motora, prevaleceram: (1) recursos sensoriais, com estimulação tátil, olfativa, visual e auditiva; (2) recursos posturais e de posicionamento, como o método canguru e o posicionamento terapêutico; (3) recursos perceptuais, que envolvem reconhecimento, percepção e exploração da função de objetos; e (4) recursos que envolvem orientação e instrução dos cuidadores. Sobre as repercussões da estimulação sensório-motora, os estudos mais recentes destacaram os benefícios para o desenvolvimento da criança. Esses benefícios são apresentados com a redução de fatores negativos ao desenvolvimento, como estresse, dor, atrasos cognitivos,



motores e psicossociais e a redução de riscos à manutenção da vida; bem como promoção e melhorias em áreas específicas, como: ganho de peso, maturação cerebral, saturação de oxigênio, avanços no desenvolvimento neuropsicomotor, maturação do tônus muscular e avanços cognitivos e psicossociais. Conclusão: Conclui-se que é de importante valor se analisar as técnicas de estimulação sensório-motora utilizadas, bem como seus potenciais efeitos, devido seus benefícios e importância para um desenvolvimento infantil saudável.



PO 093 | Estudo de caso: Avaliação Psicológica Infantil para além de TEA E TOD

Alessandra Serra Nascimento (..), Elaine Marinho Bastos (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo O estudo de caso visa analisar uma avaliação psicológica infantil (API). Wesley (nome fictício), menino, 9 anos, residente em Fortaleza-CE. A solicitação para a avaliação psicológica foi feita pela avó, que relatou preocupações com comportamentos agressivos e estereotipados em diferentes ambientes. A API propõe compreender as potencialidades e dificuldades do indivíduo e apontar o tratamento mais adequado, serve como um guia para a intervenção, auxiliando na definição terapêutica e acompanhamento do progresso do avaliado. Esta avaliação visou investigar as hipóteses de Transtorno Opositor Desafiador (TOD) e Transtorno do Espectro Autista (TEA). O processo de API ocorreu ao longo de seis encontros, de novembro de 2023 a abril de 2024. Iniciou-se com uma entrevista clínica com a avó, com coletas de informações sobre o desenvolvimento de Wesley e a queixa apresentada, posteriormente, a mãe também foi entrevistada. As entrevistas permitiram apresentar as questões da convivência com seu neto. Esses momentos foram importantes ao permitir a coleta de dados de diferentes experiências sobre a criança. Posteriormente, realizaram-se entrevistas lúdicas com Wesley para observar seu comportamento. Durante estas, foi possível observar os comportamentos e dialogar por meio de jogos e desenhos sobre a experiência da criança. A dinâmica que Wesley mais gostava de fazer era desenhar, então foi solicitado que ele desenhasse o que gostava e perguntado sobre sua rotina. Nesse momento inicial, Wesley falou pouco, se limitando a responder sim ou não. Depois para jogos, importantes por favorecerem para o avaliador uma visão do funcionamento geral da criança. Foi observado que não houve frustrações que viessem com as crises mencionadas após perder a partida ou não obter pontos suficientes. Dado importante de ser observado, ao ser relatado pela família que ele não reagia bem quando algo não acontecia “do seu jeito”. A aplicação dos instrumentos como o Child Behavior Checklist for Ages 6-18 (CBCL), respondido pela avó e pela mãe, e a Tabela Escala M-CHAT visaram avaliar problemas de comportamento e competência social, além de sinais relacionados a TEA e TOD. Outros testes aplicados incluíram o Teste Casa-Árvore-Pessoa (H-T-P), As pirâmides Coloridas de Pfister e a Escala de Maturidade Mental Colúmbia 3 (CMMS-3), importantes para a análise geral da personalidade, aspectos emocionais e inteligência. Ao longo das sessões, observações comportamentais e relatos da mãe e da avó permitiram entender o comportamento atual de Wesley e os impactos no seu desenvolvimento, especialmente no contexto familiar e social. A hipótese de TEA foi descartada, pois Wesley não apresentou déficits na reciprocidade socioemocional ou comunicação, nem comportamentos comumente estereotipados. O diagnóstico de TOD também não foi confirmado, ao faltarem padrões comportamentais característicos aos afrontes a regras. A hipótese provável é de Transtorno Disruptivo de Desregulação de Humor (TDDH), baseada em relatos de irritabilidade, raiva persistente e episódios de agressividade desproporcional. Pode-se perceber, ao final do processo de avaliação, que foi possível obter informações sobre aspectos emocionais, cognitivos e comportamentais, que auxiliaram na formulação de uma hipótese mais condizente com os relatos e dados coletados.



PO 094 | Experiências Adversas na Infância e Fatores de Risco em Universitários na Amazônia

Iara Corrêa Ibiapina (UNIFAMAZ), Daniela Castro dos Reis (UFPA- Universidade Federal do Pará), Raissa Cruz dos Santos (UNIFAMAZ), Laura Gemaque Silveira

Resumo A literatura internacional apresenta evidências de análises e descrições realizadas acerca da relação entre a frequência de experiências adversas na infância e dos fatores de risco associados ao panorama da violência interpessoal, especificamente, da violência entre parceiros íntimos - a exemplo de maus tratos, raiva, ciúmes, abuso sexual e uso excessivo de álcool e outras drogas - havendo, entretanto, uma lacuna nacional na investigação desse fenômeno. O objetivo deste estudo foi descrever a quantidade de experiências adversas vividas na infância com os fatores de risco em universitários da Amazônia. A pesquisa foi transversal, de caráter descritivo e exploratório, com amostragem por conveniência. Participaram 55 alunos dos gêneros masculino, feminino e não-binário, de 18 a 34 anos de idade, do curso de graduação em Psicologia e uma universidade pública na Amazônia. O instrumento utilizado neste estudo foi o Formulário Adaptado para Caracterização Biopsicossocial de Autores de Violência Doméstica, no qual foram extraídos os dados acerca das características biopsicossociais e das denominações de experiências adversas e dos fatores de risco que os universitários foram expostos. Os dados foram analisados por meio do Statistical Package for the Social Sciences 2020, no qual foi realizado o cruzamento das variáveis experiências adversas e de fatores de risco na infância. Os resultados sinalizaram que, em relação à idade, a média é de 22 anos, a mediana de 21 anos, a moda corresponde a 20 e 22 anos, DP 3,53 e variância de 12,44, sendo o valor mínimo de 18 anos e máximo de 34 anos. Além disso, os achados também demonstram que o perfil da maioria dos participantes é do gênero feminino (70,9%), menores de 22 anos (72,7%), negros (58,2%), não católicos (41,8%), heterossexuais (50,9%) e com escolaridade de ensino superior incompleto (87,3%). Dentre as pessoas que relataram ter sofrido somente uma experiência adversa, 6 participantes (10,9%) mencionaram não obter nenhum fator de risco, 1 participante (1,8%) registrou dois fatores de risco de álcool e ciúmes, outro (1,8%) vivenciou fator de risco de maus tratos e ciúmes e outro universitário (1,8%) mencionou somente maus tratos. Em relação aos estudantes que relataram ter sofrido duas experiências adversas, 6 deles (10,9%) também indicaram não experienciar nenhum fator de risco, um (1,8%) afirmou ter vivenciado o fator de risco de abuso sexual e dois (3,6%) mencionaram ter sofrido pelo fator de risco raiva. Por fim, no que se refere aos estudantes que sofreram múltiplas experiências adversas ressalta-se que 4 deles (7,3%) vivenciaram o fator ciúmes, 3 (5,5%) não registraram nenhum fator de risco e outros 3 (5,5%) sofreram maus tratos, além de que 2 estudantes (3,6%) mencionaram os fatores de risco de raiva e outros 2 (5,5%) em álcool, somente 1 (1,8%) relatou dois fatores: maus tratos e ciúmes. Afirma-se que o aumento da quantidade de experiências adversas pode estar associado com maior propensão à exposição aos fatores de risco relacionados à violência entre parceiros íntimos. Sugere-se que estudos futuros sejam realizados para compreender, com maior aprofundamento, a relação entre as adversidades experienciadas na infância e os fatores de risco.



PO 095 | Experiências Adversas Vividas na Infância e Inflexibilidade Psicológica: Uma Revisão Integrativa

Rebeca Viana Vasconcelos, Paulo Vitor Miranda dos Santos (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Fabiana Neiva Veloso Brasileiro (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Leticia Felicio Castro

Resumo Experiências adversas vividas na infância (ACEs), como maus-tratos, podem tornar-se estressores que influenciam a saúde física e mental ao longo da vida do indivíduo, constituindo-se em um problema de saúde pública mundial. Inflexibilidade psicológica é um modo de funcionamento mal-adaptativo, proposto pela Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), em que os sujeitos comportam-se rigidamente diante de suas experiências internas, principalmente negativas, distanciando-se de viver uma vida baseada em seus valores, e pode implicar em desfechos negativos na saúde mental. Objetivou-se compreender possíveis relações entre inflexibilidade psicológica e experiências infantis adversas. Foi feita uma revisão integrativa com os termos e operadores booleanos: "inflexibilidade psicológica" AND "maus-tratos infantis"; "psychological inflexibility" AND "childhood maltreatment"; "inflexibilidade psicológica" AND "infância adversa"; "psychological inflexibility" AND "adverse childhood". As seguintes bases de dados foram utilizadas para as pesquisas: Periódicos CAPES, Wiley Library, ScienceDirect, PubMed e SciELO. Foram selecionados apenas aqueles publicados nos últimos 8 anos e escritos em português e inglês. Foram excluídos os estudos que: não abordam processos que constituem o modelo de inflexibilidade/flexibilidade psicológica da ACT e nem possíveis relações entre inflexibilidade psicológica e ACEs; se constituem em estudos de caso, revisões e resumos. Foram encontrados 60 artigos, apenas 9 estando de acordo com os critérios, os quais estão em inglês e não representam populações brasileiras. Os estudos apontaram que experiências adversas na infância (e.g., maus-tratos físicos, emocionais e psicológicos), sobretudo aquelas de níveis moderados a severos, correlacionam-se positivamente à inflexibilidade psicológica. Ademais, ela apresenta-se como fator mediador de relações entre ACEs e questões de saúde mental (i.e., depressão, cognições suicidas, ansiedade, dissociação, má qualidade do sono, sintomas de TEPT) e dificuldades de confiança no parceiro romântico. Alguns estudos especificaram quais processos da inflexibilidade psicológica estariam mais implicados nessa mediação (i.e., fusão cognitiva, esquiva experiencial, self-como-conteúdo e inação). Na fusão cognitiva, os indivíduos creem fortemente nos conteúdos de seus pensamentos, ficando "presos" em suas cognições, sobretudo em autorregras. A esquiva experiencial corresponde às tentativas de evitar certas experiências internas aversivas (e.g., pensamentos e sentimentos), reduzindo a capacidade de estar no momento presente e de aproveitar a sua vida. Quando as habilidades das vítimas não são suficientes para resolver os problemas, aumenta-se a probabilidade de adotarem uma atitude de esquiva experiencial diante de pensamentos negativos, ao invés de aceitar e lidar ativamente com eles. O self-como-conteúdo é definido como a ausência de uma perspectiva ampliada de si e internalização de pensamentos a respeito de si mesmo, como "sou ruim por pensar coisas ruins". Esse tipo de experiência pode levar as vítimas de ACEs à se visualizarem como "defeituosas" e sentirem vergonha de si. Por fim, a inação representa a dificuldade de agir de acordo com os valores pessoais diante de sentimentos



negativos. Conclui-se que há uma relação entre experiências adversas na infância e a inflexibilidade psicológica, bem como essa é moderadora de interações de ACEs com desfechos negativos de saúde mental, e que a promoção de flexibilidade psicológica é imprescindível para as vítimas. Ressalta-se a importância da realização de estudos no contexto brasileiro.



PO 096 | Família em transição: reconhecendo a transição de gênero como parte do desenvolvimento familiar

Renata Gonçalves Roma, Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo O objetivo do presente trabalho é propor a inclusão da família para a compreensão do processo de transição de gênero, evidenciando uma perspectiva complexa e inclusiva do grupo familiar. Evidenciamos, neste sentido, a experiência emocional, geralmente invisibilizada, das famílias de pessoas em transição de gênero, nomeadas neste estudo de “famílias em transição”. Para este fim, postulamos que a transição de gênero, protagonizada pela pessoa trans, instaura na família uma transição de natureza psicossocial, afetando individual e coletivamente em múltiplos níveis. Ancorando-se na proposta de que a família possui um ciclo desenvolvimental composto por etapas previsíveis e imprevisíveis, a transição de gênero foi abordada como mais uma etapa que, imprevisivelmente, instaura-se no desenvolvimento familiar. Apesar de imprevisível, luto e readoção psíquicas evidenciam-se como etapas preponderantes no desenrolar de uma transição que é experienciada em família. A importância de compreender o luto justifica-se pelo movimento intrínseco à transição, marcado profundamente pela morte simbólica de alguém que, conjuntamente ou não de seus familiares, deverá renascer a partir de uma nova identidade. Já o conceito de readoção psíquica abarca a inclusão da identidade emergente, ao longo da transição, como parte do clã familiar. Uma vez articulados, luto e readoção descrevem e instrumentalizam conceitualmente os movimentos psicossociais que ocorrem na família a partir da ocorrência da transição de gênero de um ou mais de seus integrantes. A exemplo do ocorrido com outros processos historicamente marginalizados, e posteriormente incluídos como etapas possíveis do ciclo de desenvolvimento da família moderna, como o divórcio e o recasamento, propomos que a transição de gênero seja reconhecida como possibilidade de crescimento e de transformação, para além de seu conteúdo potencialmente ansio-gênico. Além disso, as questões geracionais foram consideradas nas relações e nos desafios característicos das famílias em transição. Para tal, realizamos um estudo qualitativo por meio da elaboração de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatro famílias em transição, reunindo os diferentes componentes desta trama. Tais entrevistas foram gravadas mediante autorização prévia de cada participante, e o material coletado foi transcrito e interpretado utilizando o método de análise de conteúdo. Como resultado, evidenciam-se atributos relacionados à família nuclear, aos atravessamentos sociais e à relação entre estas dimensões. Nesta perspectiva, aspectos sobre a autorrevelação para a família, a escolha do nome, uma possível reedição da adolescência evocada pela transição de gênero, a vivência de um luto compartilhado e a influência da família extensa neste processo, emergiram como categorias relevantes para a família em transição. Outrossim, a depender do momento do ciclo experienciado, mudanças e desafios correspondentes foram impostos aos afetados. Como principal conclusão, o manejo das implicações de uma transição de gênero relaciona-se ao momento do ciclo experienciado e, mais ainda, à natureza dos vínculos até então estabelecidos entre os integrantes do sistema ou do subsistema em questão. Por fim, a família em transição evidencia-se como um grupo emocionalmente complexo, potencialmente enlutado, eventualmente alheio



à própria condição desenvolvimental, às voltas com uma adolescência tardia e em vias de readotar, neste processo, a transidentidade emergente.



**PO 097 | Famílias Monoparentais e suas Complicações para o
Desenvolvimento Cognitivo e Afetivo de Filhos na Infância
e Adolescência: Uma Revisão Integrativa**

Ana Karoline Brito Bessa, Carlos Eduardo Costa Fragoso Vieira

Resumo Este artigo investiga a influência das famílias monoparentais no desenvolvimento cognitivo e afetivo de crianças e adolescentes, através de uma revisão integrativa da literatura. O estudo aborda a crescente incidência de famílias monoparentais, decorrente de diversos fatores sociais e econômicos, e suas possíveis implicações para o bem-estar infantil e juvenil. A revisão considerou artigos publicados entre 2018 e 2023, em bases de dados como PubMed, Scopus e SciELO, utilizando descritores como "famílias monoparentais", "desenvolvimento cognitivo" e "desenvolvimento afetivo". Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 15 estudos que abordam diferentes aspectos do impacto das famílias monoparentais. Os resultados indicam que crianças e adolescentes em famílias monoparentais podem enfrentar desafios cognitivos e afetivos específicos. Do ponto de vista cognitivo, alguns estudos mostram dificuldades em desempenho acadêmico e habilidades de resolução de problemas, possivelmente relacionadas a fatores como menor suporte educacional e estresse econômico. Em termos afetivos, há evidências de maior incidência de problemas emocionais e comportamentais, como ansiedade e depressão, atribuídos à ausência de um dos pais e ao aumento das responsabilidades domésticas. No entanto, a revisão também destaca a diversidade de experiências e resultados entre crianças em famílias monoparentais. Fatores como a qualidade da relação entre o cuidador e a criança, o suporte social disponível e as estratégias de coping podem mediar os impactos negativos, promovendo resiliência e bem-estar. Este estudo contribui para a compreensão dos desafios e das variáveis que influenciam o desenvolvimento de crianças e adolescentes em famílias monoparentais, enfatizando a importância de intervenções que fortaleçam o suporte familiar e comunitário. Recomenda-se a implementação de políticas públicas focadas em fornecer apoio financeiro, psicológico e educacional para famílias monoparentais, bem como programas que promovam a resiliência e o bem-estar infantil.



PO 098 | Fatores atrelados ao racismo que impactam negativamente no envelhecimento: uma revisão integrativa

Mayla Ferreira, Dayane Vitoria, Amandha Camille Silva do Carmo

Resumo Identificar os fatores atrelados ao racismo que impactam negativamente no envelhecimento. Introdução: O surgimento do racismo está diretamente ligado ao contexto de raças e origem da humanidade. Fundamentada na construção histórica da escravidão e colonização, a raça negra continuamente é imposta como inferior à branca. No entanto, a adoção da democracia racial se objetiva desviar a atenção da realidade social que deve permanecer oculta. Mesmo após a abolição, esperava-se que a sociedade e o Estado assumissem a responsabilidade de enfrentar o racismo de forma decisiva. Mas, ao invés disso, optaram por uma postura de neutralidade que, na prática, significou ignorar a existência do racismo e das desigualdades raciais. O processo de envelhecimento é um estágio da vida permeado por desafios e mudanças que afetam indivíduos de diferentes origens e contextos. No entanto, para determinadas comunidades étnicas e raciais, esse processo é sobrecarregado por adversidades únicas, intensificadas pela persistência do racismo estrutural. Método: Investigação integrativa da literatura nas plataformas de dados Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Web of Science, Scopus e em revistas brasileiras. Os critérios de inclusão foram literatura apenas artigos que tratassem dos temas racismo e envelhecimento dentro do mesmo estudo e os de exclusão delimitou-se que seriam aceitos apenas artigos completos e na língua portuguesa. A seleção se deu a partir da leitura [dos títulos, dos resumos ou dos artigos na íntegra], por [todos os membros do grupo ou através da formação de pares]. Como resultado, 5 artigos foram selecionados para a pesquisa e a partir dos quais seis fatores relacionados ao racismo foram identificados como aqueles que impactam na qualidade do envelhecimento, a saber, condições socioeconômicas, emprego, escolaridade, saúde, suporte social e o gênero. Como resultados da pesquisa, podemos apontar: após análise da literatura os autores elegeram construtos que poderiam abarcar cada um desses fatores, são eles: Condições Socioeconômicas, Emprego, Escolaridade, Saúde, Suporte Social e Gênero. No fator Condições Socioeconômicas, foram incluídos elementos relacionados à expectativa de vida, renda salarial, discrepâncias e desigualdades socioeconômicas e educacionais, estruturas sociais, acesso à alimentação e lazer, mostrando as nuances, muitas vezes negadas e tidas como imperceptíveis do racismo. Emprego se levou em consideração a discriminação que ocorre no mercado de trabalho e a situação econômica, atentando para a presença ou ausência de renda. Escolaridade incluiu o acesso à educação e o nível de escolaridade/alfabetização. O Suporte Social considerou a falta de apoio social, geralmente composto por filhos e netos. Saúde envolveu acesso limitado a serviços de saúde público e privado, problemas de saúde biológicos. Por fim, Gênero integrou fatores de violência e vulnerabilidade, principalmente relacionados à mulheres negras, e taxas de homicídio e feminicídio. Considerações finais: Existem muitos fatores atrelados ao racismo afetando o envelhecimento de idosos negros. Com base nos fatores encontrados, as políticas públicas de saúde deveriam ser pensadas priorizando grupos mais vulneráveis, como os idosos mais pobres, com baixa escolaridade e, sobretudo, as mulheres negras, que precisam de ações e cuidados especiais para a promoção de um envelhecer com dignidade.



**PO 099 | Formação de especialistas da rede municipal de educação
em João Pessoa acerca do enfrentamento ao trabalho infantil**

José Jackson da Silva Soares, Melyssa Thaís Rodrigues da Silva, Alice Victória
Simplicio Fernandes, Denise Pereira dos Santos (UFPB - Universidade Federal da
Paraíba), Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB)

Resumo O presente trabalho teve como objetivo principal apresentar a experiência de formação de especialistas (psicólogas, assistentes sociais e pedagogos) da política de educação municipal que atuam na educação básica, na escola pública, acerca do enfrentamento ao trabalho infantil. O trabalho infantil diz respeito a todo e qualquer atividade desempenhada por indivíduos com menos de 18 anos de idade, com exceção da condição de aprendiz a partir dos 14 anos. No Brasil, em 2022 o número de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil era 1,881 milhão. No espaço escolar, existem dois aspectos principais do desenvolvimento: a instrução formal e a interação. Este último possibilita a identificação de casos suspeitos de violência e violação de direitos, como o trabalho infantil. Para conscientizar os profissionais especialistas (psicólogas, assistentes sociais e pedagogos) sobre as consequências do trabalho infantil, a importância da atuação em Rede e do papel fundamental que eles, enquanto profissionais da educação, exercem na identificação e notificação dos casos suspeitos de violência e violação de direitos de crianças e adolescentes. A Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio do Projeto de Extensão sobre o Enfrentamento ao Trabalho Infantil pela Política de Educação, em parceria com a Secretaria de Educação e Cultura de João Pessoa e o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação Trabalho Infantil da Paraíba (FEPETI/PB) ofertou um Curso "O enfrentamento ao trabalho infantil pela política municipal de educação", para esses profissionais. Foram usadas como bases teóricas o desenvolvimento humano como visto na Psicologia Histórico Cultural, compreendendo o aprendizado como catalisador do desenvolvimento mental, desencadeador de processos que, de outra forma, seriam inviáveis. E ainda, a pedagogia de Paulo Freire, partindo do pressuposto de que o ser humano não possui conhecimento pleno, mas também não está totalmente desprovido do saber. Concebendo o espaço de extensão como um lugar de compartilhamento dos saberes da equipe e profissionais da educação, o curso foi organizado em oito módulos, totalizando 32 horas, abordando: Definição do Trabalho Infantil; Legislação Nacional; Consequências biofisiológicas, psicossociais e no processo de escolarização; Papel da rede; enfrentamento pela política da educação, entre outros. Os módulos foram ministrados por professoras da UFPB e parceiros do FEPETI/PB. No último módulo foi realizado um estudo de caso em grupos conduzidos pela equipe, visando aplicar os conhecimentos prévios e adquiridos na formação. Como resultado tivemos a capacitação de aproximadamente 148 assistentes sociais e psicólogas que atuam na educação básica, além da equipe de extensão. Durante a realização dos estudos de caso, foi possível perceber uma postura fatalista dos profissionais devido às suas experiências anteriores na escola. Observou-se entre os profissionais a manifestação de receio em denunciar os casos, temendo retaliações, e relatou-se a prática de evitar realizar denúncias como forma de autoproteção. Finalmente avaliou-se como positiva a execução da formação das/dos trabalhadoras/es da educação, pois a escola é o espaço, além da própria casa, onde a maioria das crianças passa a maior parte do tempo, sendo por isso, local propício às intervenções ligadas a erradicação do trabalho infantil.



PO 100 | Gestação não planejada e ansiedade: fatores associados e possibilidades de intervenção

Isabelle Haaiera Andrade Barbosa, Elder Cerqueira-Santos (UFS - Universidade Federal de Sergipe)

Resumo O período gestacional, embora representado como momento pleno de realização e alegria, se caracteriza como uma etapa de transformações importantes na vida de quem gesta. A demanda adaptativa a mudanças multidimensionais em curto intervalo faz com que esse período seja tido como crítico para saúde mental. A perinatalidade, portanto, é um momento de maior vulnerabilidade psicoemocional no qual há maior suscetibilidade ao desenvolvimento de Transtornos Mentais Comuns, comorbidades ou seus agravamentos. O não planejamento da gravidez se destaca na literatura especializada como um dos principais fatores associados ao adoecimento mental na perinatalidade. Esse efeito decorre da potencialização da demanda de adaptação a um contexto inesperado. Tendo isso em vista, realizou-se uma pesquisa quantitativa de levantamento de dados, de caráter exploratório, da qual participaram 60 mulheres adultas grávidas e residentes no Estado de Sergipe. O presente estudo teve como objetivos avaliar a ansiedade, fatores associados e a sua relação com a gestação não planejada na amostra. Os instrumentos utilizados foram um questionário biopsicossocial construído para a pesquisa e um instrumento de rastreio de ansiedade estado e traço (IDATE). A coleta foi realizada de modo online entre março e abril de 2022. Verificou-se uma taxa de 43.3% de gestações não planejadas, uma prevalência de ansiedade estado de 58.3% e traço de 61.7% entre as participantes. Os fatores associados à ansiedade foram: escolaridade, estado civil, rede de realização do pré-natal, problemas de saúde na gestação, histórico de sintomas depressivos, histórico pessoal e familiar de transtorno mental e estar realizando acompanhamento psicológico. Mulheres que não planejaram a gestação apresentaram escores mais altos de ansiedade estado e traço. O único fator associado à gestação não planejada foi não estar em um relacionamento. A investigação detalhada para os sintomas rastreados e o não planejamento da gestação sugeriu maiores medianas de ansiedade em itens específicos ligados à agitação, menor confiança, comparações com pares, dificuldade em tomar decisões e resolver problemas, cansaço, preocupação, humor deprimido, tensão, insegurança, padrão de esquiva, menor satisfação e bem-estar. Os dados indicam uma alta proporção de gravidez não planejada na amostra, assim como taxas expressivas de prevalência de ansiedade, com associação significativa entre ambos os aspectos tanto para o estado quanto para o traço ansioso. Salienta-se a urgência de qualificar os serviços de assistência pré-natal, principalmente no setor público, incluindo o cuidado preventivo em saúde mental, evitando agravamentos e evolução de comorbidades como a depressão perinatal. A análise dos resultados aponta para a importância dos serviços de planejamento familiar para a prevenção de gestações indesejadas não apenas como estratégia de redução da mortalidade materna, mas também para a promoção de saúde mental. Sugere-se a avaliação de variáveis psicológicas ligadas ao processo de planejamento reprodutivo para otimização da educação em saúde e promoção da autonomia reprodutiva.



PO 101 | Idade e Ideação Suicida: Correlações entre Saúde Mental e Desenvolvimento Humano

João Pereira da Silva Neto, Maria Eduarda Teixeira Benício

Resumo A ideação suicida entre jovens é um tema relevante no âmbito da saúde mental juvenil e adulta, especialmente nos ambientes escolar e universitário, onde diversos fatores influenciam o bem-estar dos estudantes. O objetivo deste trabalho, portanto, é compreender a relação entre a idade dos estudantes e a ideação suicida por meio da correlação entre essas duas variáveis através dos escores da escala de ideação suicida ISO-30, levando em consideração diferentes fatores que compõem essa escala, como desesperança, baixa autoestima, incapacidade para lidar com emoções, solidão e isolamento social e a ideação suicida propriamente dita. A amostra incluiu 463 participantes, dos quais 238 eram estudantes de ensino médio (51,4%), majoritariamente mulheres (59,6%). Para além da instrumentação psicométrica também foi utilizado um questionário sociodemográfico para caracterizar os participantes. As análises estatísticas realizadas foram correlações de Pearson entre a idade e cada um dos fatores da escala de ideação suicida, bem como o escore total do ISO-30. Os resultados indicaram que, de maneira geral, houve correlações negativas significativas entre a idade dos participantes e alguns dos fatores de ideação suicida. Mais especificamente, observou-se uma correlação negativa significativa, ainda que fraca, entre idade e baixa autoestima ($r = -0,188$, $p < 0,001$), indicando que, conforme a idade aumenta, os escores de baixa autoestima tendem a diminuir. Resultados semelhantes foram encontrados para o fator incapacidade para lidar com emoções ($r = -0,156$, $p = 0,002$) e solidão e isolamento social ($r = -0,148$, $p = 0,004$), sugerindo que participantes mais velhos apresentaram escores menores nesses fatores em comparação aos mais jovens. Quando analisado o escore total do ISO-30, a correlação foi negativa e significativa ($r = -0,122$, $p = 0,024$), o que sugere que a ideação suicida tende a diminuir com o aumento da idade dos participantes, embora essa correlação também tenha sido considerada fraca. Não houve correlação significativa entre a idade e os escores de desesperança ($r = -0,048$, $p = 0,350$) ou ideação suicida ($r = -0,084$, $p = 0,113$), indicando que a idade não está associada de forma linear a esses fatores. Esses achados sugerem que, à medida que os estudantes avançam em idade, há uma leve tendência de melhoria em alguns aspectos relacionados à ideação suicida, como autoestima, percepção de incapacidade e isolamento social. No entanto, a ausência de correlações significativas para outros fatores como desesperança e ideação suicida destaca a complexidade do fenômeno e a necessidade de abordagens multidimensionais para entender melhor as variáveis que influenciam a saúde mental dos jovens. Os resultados deste estudo contribuem para o campo de desenvolvimento humano ao fornecer evidências sobre como a idade pode influenciar a ideação suicida e aspectos relacionados, ressaltando a importância de intervenções que considerem essas variações etárias.



PO 102 | Impactos da pandemia: afetividade da relação professor-aluno e bem-estar acadêmico

Priscilla Rodrigues Caminha Carneiro (UEPA - Universidade do Estado do Pará),
Zena Winona Eisenberg (PUC-RIO - Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro)

Resumo O ingresso no ensino superior é uma etapa significativa marcada por várias mudanças. A pandemia da COVID-19 trouxe desafios adicionais que influenciaram a adaptação acadêmica e a qualidade de vida dos estudantes. Bem-estar envolve a compreensão do que faz a vida mais satisfatória e os indicadores que determinam a qualidade de vida e a felicidade. No estudo do bem-estar subjetivo, é essencial avaliar as reações afetivas e cognitivas de um indivíduo em relação à sua vida em geral e a aspectos específicos (Diener & Suh, 1997). A Organização Mundial da Saúde define qualidade de vida como a percepção individual de sua posição na vida, considerando seu contexto cultural e valores, comparada às suas expectativas e preocupações (Fleck, 2008, p. 25). O estudo teve como objetivo avaliar como a pandemia afetou a adaptação acadêmica e a qualidade de vida dos estudantes de graduação, com foco em fatores emocionais e afetivos. Foi conduzido um estudo transversal durante em 2020, durante a pandemia de Covid-19 com estudantes de graduação em diversas áreas, incluindo Enfermagem, Educação Física, Matemática, Geografia, Letras, Pedagogia, Filosofia, Ciências Naturais/Química e Ciências Naturais/Biologia, de uma instituição pública do Estado do Pará. Para avaliar a adaptação acadêmica e a qualidade de vida dos participantes, foram utilizados o Questionário de Vivências Acadêmicas reduzido (QVA-r) e o Medical Outcomes Study 36 - Item Short - Form Health Survey (SF-36). A pesquisa incluiu uma análise de campo e bibliográfica, focando na interação professor-aluno à luz das abordagens de teóricos que quanto as relações educacionais que muitas vezes carecem de humanização, sendo marcadas por confrontos e intolerâncias e que defendem a educação fundamentada no respeito mútuo e na inclusão, o que contribui para um ambiente acadêmico mais saudável promovendo o bem-estar dos alunos. A amostra consistiu em 89 estudantes, predominantemente do sexo feminino (73%), solteiros (88,8%), pardos (56,6%) e residentes com familiares (59,3%). Os resultados mostram uma boa adaptação acadêmica geral (>3,00), embora o domínio do estudo tenha apresentado baixa adaptação. Em termos de qualidade de vida, cinco das oito dimensões avaliadas apresentaram escores positivos (>50), com exceção das dimensões de vitalidade, aspecto emocional e saúde mental, que tiveram resultados inferiores. A adaptação acadêmica foi associada a fatores como moradia, curso, percepção do desempenho acadêmico, presença de bolsa estudantil, e em especial a qualidade da relação professor-aluno. Contudo a interação professor-aluno é crucial para o bem-estar acadêmico dos estudantes. Professores desempenham um papel significativo na adaptação dos alunos, especialmente em momentos de crise como foi a na pandemia, e o diálogo e a capacidade de ensino são fundamentais para a satisfação acadêmica. Este estudo destaca a importância de preparar os professores para desenvolver habilidades comportamentais, como comunicação, empatia e clareza, para promover um ambiente educativo mais inclusivo e estimulante, enfatizando que a afetividade e o diálogo são essenciais para um processo educativo humanizado e eficaz.



PO 103 | Implementação e avaliação do programa de educação preventiva primária contra abuso sexual infantil (PEPPASI): educação que transforma

Consuelena Lopes Leitão (UFAM - Universidade Federal do Amazonas), Marck de Souza Torres (UFAM - Universidade Federal do Amazonas), Rosemary Amanda Lima Alves (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Resumo A violência sexual infantil (VSI) é um grave problema de saúde pública, especialmente na Amazônia, onde crianças enfrentam vulnerabilidades específicas, principalmente em relação a fatores geográficos e socioeconômicos. Este estudo descreve o desenvolvimento, implementação e avaliação do Programa de Educação Preventiva Primária Contra o Abuso Sexual Infantil (PEPPASI), destinado a capacitar crianças de 8 a 12 anos com habilidades de autoproteção contra abuso sexual infantil (ASI) na região norte do País. O estudo foi realizado em três etapas. Na Etapa I, entre maio e junho de 2024, foram recrutadas crianças do Projeto de Extensão Maria Jiquitaia, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), com apoio da líder comunitária local. As crianças foram selecionadas com base em critérios de inclusão estabelecidos. Na Etapa II, os pais ou responsáveis participaram de uma reunião para entender os objetivos do estudo e fornecer consentimento formal para a participação das crianças. Em seguida, foi aplicado um questionário sociodemográfico via Google Forms para coletar informações sobre o contexto de vida das crianças. A coleta de dados também incluiu gravações de áudio, adaptadas ao nível de compreensão dos participantes. Na Etapa III, foi conduzido um estudo quase-experimental com 24 crianças, utilizando medidas de pré-teste (T1) e pós-teste (T2) para avaliar o impacto do programa. O pré-teste foi realizado individualmente em uma sala controlada, com apoio de celulares e Google Forms. A intervenção consistiu em atividades educativas sobre direitos infantis e estratégias de autoproteção, focando em situações de risco de abuso sexual. Essas atividades foram dinâmicas e interativas, utilizando dramatizações e materiais educativos, como cartilhas, para facilitar a assimilação do conteúdo. Antes da intervenção, os resultados indicaram que as crianças já apresentavam um bom conhecimento sobre ASI e habilidades de autoproteção, devido à sua participação anterior no programa de prevenção Maria Jiquitaia, desenvolvido na comunidade. No entanto, após a intervenção do PEPPASI, foi observado um aumento significativo no conhecimento das crianças sobre ASI e em suas habilidades de autoproteção, demonstrando a eficácia do programa em complementar o aprendizado anterior e introduzir novas estratégias de proteção. A revisão integrativa realizada antes da implementação do PEPPASI identificou poucos programas de prevenção primária contra VSI voltados para crianças, destacando a relevância deste estudo. A inclusão de questionários sociodemográficos, pré e pós-testes, dramatizações e cartilhas educativas contribuiu para a eficácia do programa, tornando-o uma ferramenta valiosa na promoção da segurança infantil. O estudo sugere que programas semelhantes podem ser implementados em outras regiões que enfrentam desafios parecidos, servindo como um modelo para a criação de políticas públicas voltadas à proteção infantil e à construção de comunidades mais seguras. Conclui-se que o PEPPASI é um programa eficaz na prevenção da violência sexual infantil, promovendo comportamentos de autoproteção e aumentando o conhecimento das crianças



sobre abuso sexual. Sua implementação na Amazônia reforça a importância de intervenções educativas adaptadas às necessidades regionais e culturais, contribuindo para a proteção e conscientização e criação de políticas públicas pra a prevenção da violência sexual de crianças e adolescentes com ações mais sistematizadas e adaptadas as regionalidades e especificidades Brasileiras.



PO 104 | Inclusão do desenvolvimento e socialização por intermédio de uma brinquedoteca hospitalar

Levy Araújo Dias Paes, Isadora Francez Sassim (ufpa)

Resumo O presente trabalho ocorreu em um ambulatório público de desenvolvimento infantil na cidade de Belém-PA e objetiva analisar o desenvolvimento da socialização de uma criança com deficiência, com a mediação de uma brinquedoteca hospitalar enquanto dispositivo de inclusão. Para tanto, foi empregada a metodologia qualitativa por meio de estudo de caso de cunho descritivo, mediante o acompanhamento por 3 horas diárias ao longo de 4 semanas de uma criança de 7 anos, diagnosticada com paralisia cerebral. Realizou-se a escuta da criança e de sua mãe, além da observação da interação com brinquedos e atividades lúdicas na sala de espera, concomitante a isto, foi feito estudo teórico e supervisão clínica quinzenais. Por intermédio da brinquedoteca houve a percepção de situações que englobam esse caso, tendo como especificidade a dificuldade de socialização desta criança, expressa pela própria cuidadora utilizando palavras como "tímido" e "retraído", e reforçada pela recusa da criança de adentrar ao espaço, que comunicou desconforto em compartilhar o espaço, tal fato reside, idem, na cronificação da ausência de acessibilidade para pessoas com deficiência, resultando em angústia para ambos no processo, de maneira particular para a criança, pois enfrenta a barreira simbólica e física das relações pulsionais. A associação dessas problemáticas se demonstra grave uma vez que a criança encontra-se no período de latência - momento em que o desejo encobre-se ao tamanho recalçamento -, neste tempo o trabalho impulsiona a criança para a primazia da autonomia, expressadas pelo interesse em novas atividades e em novas relações, logo está ligada a aprendizagem e desenvolvimento de habilidades. Então, destaca-se que eventos que exigem muita adaptação como entrar em uma nova escola ou frequentar espaços sem adequação para crianças tornam-se estressantes, tendo em vista o movimento psíquico que deverá ser realizado para se adequar a esse novo papel social, tais dificuldades tornam-se sintomas impossibilitados de elaboração adequada, sobretudo para crianças com questões específicas de acessibilidade e inclusão no circuito libidinal, gerando excesso de informações para qual o pensamento simbólico relacionado a esta idade ainda não está preparado. Isto posto, utilizou-se o espaço físico da brinquedoteca do hospital para auxiliar a inserção dessa criança nas brincadeiras com outras pessoas, ao longo das primeiras semanas não houve interesse para adentrar a sala pela criança, tal afastamento foi gerado pela grande quantidade de pessoas que utilizavam o espaço naquele momento, gerando o movimento de levar brinquedos até ela, convocando-a para adentrar na brincadeira. À vista disso, obteve-se como resposta do acompanhamento para com a criança o desejo de utilizar a brinquedoteca em dias de consultas/exames, na qual outrora negava este espaço, produzindo efeitos em diversos campos, como a aquisição de novas amizades e a possibilidade de gerar movimentos diferentes para com o tecido social. Desta forma, através do enlace por intermédio dos recursos da sala, encontra-se no brincar significações que constroem seu conhecimento, ocasionando o desequilíbrio que possibilita a assimilação de novas atividades, reafirmando o status da função simbólica do brincar e sua função no desenvolvimento.



PO 105 | Indicadores comportamentais e de funções executivas em crianças e adolescentes com câncer

Bianca Santos Teixeira Costa (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo),
Hellen Vieira Galvão (UFES - Universidade Federal do Espírito Santo),
Tatiane da Silva Dall'Oglio, Alessandra Brunoro Motta Loss (UFES)

Resumo O processo de adoecimento por câncer traz perturbações significativas ao paciente, pois o tratamento oncológico representa mudanças no curso de vida. A assistência em oncologia pediátrica tem estabelecido padrões de cuidado psicossocial com foco na diminuição de riscos psicossociais e promoção de qualidade de vida. Dentre eles está a atenção aos efeitos tardios, como aqueles que incidem sobre a cognição, e à saúde mental. Este estudo teve como objetivo descrever indicadores de problemas de comportamento e de funções executivas (FEs) de crianças e adolescentes com câncer, e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da UFES, com o número de parecer: 6.176.241. Tratou-se de uma pesquisa descritiva e transversal. Foi constituída uma amostra não probabilística e por conveniência de 12 crianças, sendo 5 meninos, média de 11,2 anos de idade ($DP=2,4$), em tratamento oncológico no hospital público infantil de referência na região sudeste do país. Características sociodemográficas e clínicas foram coletadas, respectivamente, por meio de entrevista com os cuidadores familiares e consulta em prontuários médicos das crianças. O funcionamento executivo foi obtido pela resposta das crianças ao Teste de Cinco Dígitos (FDT), que avalia a velocidade de processamento, o foco atencional e duas dimensões das FEs: controle inibitório e flexibilidade cognitiva. Os indicadores comportamentais foram obtidos pelo Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ), respondidos pelos cuidadores. A coleta de dados foi iniciada após a obtenção do consentimento dos pais e assentimento das crianças. Os dados foram submetidos à análise estatística descritiva. As crianças que participaram do estudo estavam regularmente matriculadas na escola, distribuídas entre o 5º ano e o 9º ano do ensino fundamental. Durante o tratamento oncológico, a maioria delas referiu que participa das atividades da classe hospitalar ($N=9$). O diagnóstico se caracterizou principalmente pelas leucemias ($N=5$), e a maioria estava em tratamento quimioterápico ($N=8$). As médias de tempo obtidas pela amostra nas dimensões do FDT foram: processos automáticos ($M=53,58$; $DP=40,52$); processos controlados ($M=83,83$; $DP=44,92$); inibição ($M=31,66$; $DP=20,86$) e flexibilidade ($M=42,33$; $DP=20,2$). A análise de percentis permitiu verificar que a frequência dos níveis de dificuldade (dificuldade proeminente e discreta) foi maior nos processos automáticos (70,83%). Nos processos controlados, na flexibilidade e na inibição, a maioria das crianças não apresentou dificuldades (respectivamente, 54,17%, 66,66% e 75%), com o predomínio de desempenho médio e preservado. Sobre as características comportamentais, o relato dos cuidadores indica problemas de comportamento na classificação limítrofe em problemas totais ($M=15,9$; $DP=7,7$) e em sintomas emocionais ($M=4,8$; $DP=2,1$). Conclui-se que, no geral, as habilidades executivas das crianças estão preservadas, porém são observadas algumas dificuldades em tarefas automáticas, como foco atencional e fluência verbal. Esses processos automáticos são relevantes para o alcance de tarefas desenvolvimentais de crianças em idade escolar e o baixo desempenho pode indicar que os esforços cognitivos e emocionais



estão mais direcionados às demandas da doença, limitando recursos internos da criança. Mostra-se relevante que o cuidado psicossocial inclua o monitoramento de habilidades cognitivas e de saúde mental, minimizando o impacto da doença sobre o desenvolvimento global da criança.



PO 106 | Indicadores de percepção de professoras de berçário sobre a atuação junto a bebês na primeiríssima infância

Karen Felícia de Figueiredo Maia (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Fabiola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Maria Luiza Ferreira Dantas (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Tatiana de Lucena Torres (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo O desenvolvimento infantil inicial sustenta-se nas interações com sujeitos mais experientes e na apropriação da cultura, de forma que as interações assumem papel central na construção de habilidades e potencialidades especificamente humanas. Atualmente, a inserção da criança pequena no sistema educacional ocorre cada vez mais cedo, sendo vista enquanto sujeito com necessidade de atendimento qualificado. É primordial que educadoras infantis compreendam seu papel, processos de mediação e estratégias de intervenção voltadas à promoção do desenvolvimento infantil integral. Destarte, ao estudar interações e práticas em contexto de Educação Infantil, é necessário compreender a concepção que professoras de berçário possuem sobre o bebê e seu trabalho, partindo do entendimento de que as experiências subjetivas e visões de mundo, fatores envolvidos na percepção social, podem influenciar suas ações no contexto de trabalho. O presente estudo é de cunho qualitativo descritivo, e objetiva conhecer a atuação de professoras de berçário e sua relação com indicadores de percepção acerca do desenvolvimento de bebês no primeiro ano de vida, buscando compreender como a percepção influencia a prática pedagógica. Participaram cinco professoras de berçários públicos de um município da Paraíba, as quais responderam a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada. Os procedimentos adotados seguiram as normas éticas de pesquisa com seres humanos, obtendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa e da Secretaria de Educação. A partir da metodologia de análise de conteúdo, os dados foram organizados, e discutidos de acordo com a literatura das áreas da educação, psicologia do desenvolvimento, e cognição social, especificamente no campo da percepção social. A partir dos relatos, os bebês foram retratados de maneiras distintas pelas profissionais, em alguns momentos a partir de uma visão que os atribui de grande dependência, em outros, com gradual aumento de autonomia ou avançando adequadamente no curso do desenvolvimento. As interações no cotidiano do berçário focaram principalmente em oferecer cuidados relativos a necessidades básicas. Destaca-se ainda a ludicidade nas atividades e vivências realizadas. Ademais, foram evidenciadas práticas especificamente pedagógicas por parte das participantes, como o estímulo a habilidades motoras e comunicação verbal com os bebês, mediação no uso de brinquedos, observação e acompanhamento intensivo dos bebês durante o período de inserção no berçário. A forma como as professoras se referem aos bebês e aos momentos da rotina contrastam entre a explícita apropriação do papel mediador do professor na promoção de desenvolvimento e autonomia; e ações voltadas à afetividade e, sobretudo, atenção às necessidades fisiológicas. Por meio das falas das participantes foi possível evidenciar de que maneira as práticas desenvolvidas estão relacionadas com o que percebem dos bebês e de si mesmas enquanto profissionais. Entende-se que a realização da pesquisa oportuniza a reflexão das participantes, além de poder promover processos de construção



subjetiva. O estudo ressalta a importância da presença de psicólogas da educação no contexto da Educação Infantil, além de abrir possibilidade para realização de projetos de extensão e pesquisa na área do desenvolvimento e educação. Espera-se contribuir, ainda, para demarcar a importância do fomento à Educação e à formação de educadoras infantis.



PO 107 | Infância em Risco: a situação do trabalho infantil na cidade de Porto Nacional

Mariana Sousa Neres (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
Ana Cristina Serafim da Silva (UFT), Yasmim Rodrigues dos Santos (UFT),
Vitória Barbosa Sousa (UFT)

Resumo Esta pesquisa tem como objetivo investigar as características e impactos do trabalho infantil na região de Porto Nacional. Por trabalho infantil entende-se as atividades econômicas e/ou de sobrevivência, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes com menos de 16 anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. Com base no relatório da PNADC (2019), no Tocantins havia 18.969 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil. Em Porto Nacional, segundo dados do IBGE (2010), foram contabilizados 1.344 crianças e adolescentes nessa condição. O trabalho infantil no Brasil é prevalente devido à cultura que o naturaliza, à facilidade de acesso a atividades informais, à demanda por mão-de-obra infantil e ao suporte de familiares e vizinhos. Isso expõe as crianças e adolescentes a riscos físicos, químicos, biológicos e psicológicos, incluindo fadiga excessiva, problemas respiratórios, abusos físicos e emocionais, baixo rendimento escolar, abandono escolar, depressão e baixa autoestima. Ele impede a educação, inserção social digna no futuro, perpetua a pobreza e viola direitos fundamentais. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado um levantamento das instituições que fazem parte da rede de proteção da cidade de Porto Nacional. Posteriormente, entrou-se em contato com essas instituições para que participassem da pesquisa. O instrumento utilizado foi um questionário composto por 40 questões, tanto abertas quanto fechadas, que abordavam sobre o trabalho infantil e também a percepção dos atores sociais. A análise dos dados foi conduzida utilizando a Análise de Conteúdo Temática de Bardin, a partir da qual foram identificadas 3 categorias: Caracterização do trabalho infantil a partir dos dados das instituições; caracterização do trabalho infantil a partir da percepção dos atores sociais; encaminhamento/ações das instituições. No total, foram identificadas 20 instituições em Porto Nacional. Enviamos formulários para 14 delas e recebemos respostas de 9 instituições. Das 9 instituições, 6 relataram dados sobre trabalho infantil, identificando 23 crianças e adolescentes, principalmente do sexo masculino, de cor parda, com idades entre 14 e 18 anos, envolvidos em atividades urbanas como lavagem de veículos, trabalho em oficinas e como ambulantes. A maioria trabalha para a família, com remuneração em dinheiro; 15 vivem com suas famílias e 13 participam de programas de assistência social. Quanto à escolaridade, 14 destas estão matriculadas, predominante no fundamental II e 8 não estudam. Em relação à percepção dos atores sociais, 4 atores sociais relataram ter visto 17 crianças e adolescentes, predominantemente do sexo masculino e de cor parda, entre 6 e 15 anos, envolvidos em atividades como lava jatos, semáforos, limpeza de caminhões, venda de produtos e coleta de latinhas, principalmente na zona urbana, tanto de dia quanto à noite. Os principais protocolos de encaminhamento apresentados pelas instituições incluem visitas domiciliares, encaminhamentos para CRAS, CREAS, Ministério Público, programas de jovens aprendizes e acompanhamento familiar. Tanto instituições quanto atores sociais destacaram riscos providos do trabalho infantil, como acidentes de trabalho por exposição a ambientes inapropriados, uso precoce de drogas e bebidas, além de riscos de assédio sexual e violência.



PO 108 | Influência da Extroversão no Desenvolvimento Cognitivo de Bebês: Correlação entre Temperamento e habilidades cognitivas

Ana Luiza Ribeiro de Lima, Isadora Pantoja da Cruz

Resumo A cognição abarca um conjunto de habilidades relacionadas à atenção, memória, raciocínio lógico, linguagem, entre outras. Na infância, a cognição representa aspecto fundamental do desenvolvimento, permitindo que a criança elabore planos de ação eficazes, influenciando em sua autonomia e independência. Considerando a primeira infância como fase de intenso desenvolvimento cognitivo e particularmente receptiva aos estímulos tanto promotores quanto empecilhos para o desenvolvimento saudável, é necessária avaliação e acompanhamento completo considerando, também, suas particularidades. Uma dessas particularidades envolve o Temperamento. Segundo Rothbart abrange, entre outros dois fatores, a Extroversão, essa é caracterizada por elevado nível de atividade, exposição ao risco e iniciação rápida de resposta. Assim, ao considerar que avaliações e intervenções em desenvolvimento na infância precisam abarcar toda a sua complexidade para promover independência e autonomia, é essencial fundamentá-las em evidências. Pretende-se, neste trabalho, avaliar o impacto do fator Extroversão sobre Desenvolvimento da Cognição de bebês de quatro a doze meses. Para cumprir com o objetivo proposto, adotou-se delineamento transversal, descritivo e exploratório. Os participantes são bebês de quatro a doze meses em acompanhamento terapêutico nas Unidades Básicas de Saúde da região metropolitana de Belém e suas mães, maiores de idade. Os instrumentos de avaliação incluíram o The Infant Behavior Questionnaire-Revised-very short form para mensurar o Temperamento e o Inventário de Avaliação do Desenvolvimento Infantil para avaliar o desenvolvimento cognitivo, além do questionário de caracterização dos bebês. As características biopsicossociais, sexo e idade, dos participantes bem como a avaliação do desenvolvimento, foram descritas por meio de frequências relativas. E para associação entre Temperamento de Desenvolvimento Cognitivo foi aplicada à correlação Spearman's rho com nível de significância $p < 0.05$ e ponto de corte $r \geq 0.30$ para uma correlação moderadamente significativa. A amostra foi composta por 23 nos quais foi observada a prevalência de bebês do sexo masculino (56.52%) enquanto o feminino representou 43.48%. A distribuição etária variou 52.56% entre 4 a 6 meses, 30.43%, entre 7 a 9 meses e 13.04% entre 10 a 12 meses. A avaliação cognitiva demonstrou que 78.26% dos bebês apresentava desenvolvimento típico para sua faixa etária e 21.74% apresentaram desenvolvimento acima do esperado. Os resultados apontaram para correlações positivas, moderadas e significativas entre Extroversão e o desenvolvimento cognitivo ($Rho = 0,42$ e $p < 0,05$). Tal achado indica que bebês com iniciação rápida de resposta, alto nível de atividade e preferência por situações com estímulos de alta intensidade tendem a apresentar desempenho melhor em aspectos gerais da cognição nessa faixa etária, corroborando com os achados da literatura sobre as relações estabelecidas entre fator Extroversão e Desenvolvimento Cognitivo. Conclui-se que se faz necessária a consideração pelos aspectos individuais nos caminhos desenvolvimentais, assim constrói-se programas baseados em evidências que considerem a individualidade, portanto, mais efetivos.



PO 109 | Influência da zigosidade no padrão de resposta de crianças e adolescentes ao Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ-Por-4-17): estudo em gêmeos

Julia Gomes Freitas (USP - Universidade de São Paulo), Timon Lebaron-Khérif (USP - Universidade de São Paulo), Emma Otta (USP), Fausto Medeiros Mendes (USP)

Resumo A gemelaridade apresenta desafios e particularidades únicas no desenvolvimento infantil, uma vez que essas crianças compartilham o ambiente e os recursos ao longo da vida. As características psicológicas, comportamentais e os relacionamentos dos gêmeos monozigóticos (MZ; 100% de genes compartilhados) ou dizigóticos (DZ; 50% de genes compartilhados) podem ser afetados tanto pela proximidade genética quanto pelo ambiente. O objetivo foi investigar a influência da zigosidade nos escores do Questionário de Capacidades e Dificuldades versão em português (SDQ-Por-4-17) em crianças e adolescentes gêmeos. O SDQ é amplamente utilizado para avaliar problemas emocionais e comportamentais, sendo dividido em cinco domínios: sintomas emocionais (SiEm), problemas de conduta (PrCo), hiperatividade/inatenção (Hi/In), problemas de relacionamento com pares (PrRe) e comportamento pró-social (CoSo). Responsáveis de gêmeos entre 5 e 17 anos participantes de uma coorte da Faculdade de Odontologia e do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo responderam ao SDQ (4-17) de forma presencial e individual (um questionário por criança). Além da zigosidade, também foi coletado o sexo e idade. Para avaliar o grau de concordância entre duplas de gêmeos ao SDQ (4-17) (escores totais e diferentes domínios), foi realizado o cálculo do Coeficiente de Correlação Intraclasse (ICC). Para comparar grupos, foram realizados testes de comparação de médias. Participaram 164 gêmeos brasileiros (84 duplas), sendo 82 MZ, 38 DZ de mesmo sexo (DZms) e 44 DZ de sexo oposto (DZso), totalizando 95 meninas e 75 meninos, com média de idade de 10 anos. Foram encontradas diferenças significativas para os domínios de "Sintomas emocionais", entre DZms e DZso ($p=0.01$) e entre DZms e MZ ($p=0.002$), "Hiperatividade/Inatenção", também entre DZms e DZso ($p<0.001$) e entre DZms e MZ ($p=0.01$) e em "Comportamento pró-social", desta vez entre DZso e DZms ($p=0.001$) e entre DZso e MZ ($p<0.001$). Não foi detectada nenhuma diferença ou correlação significativa entre as dimensões do SDQ em relação ao sexo e a idade. Referente às crianças da mesma dupla, a Correlação Intra-Classe (ICC [IC95%]) mostrou níveis mais elevados entre MZ em comparação aos DZ em todas as dimensões, exceto em Hiperatividade/Inatenção (SiEm: MZ= 0,350 [0,054 a 0,591]; DZ= -0,070 [-0,370 a 0,232] | PrCo: MZ= 0,210 [0,101 a 0,480]; DZ=0,040 [-0,268 a 0,337] | Hi/In: MZ=0,440 [0,164 a 0,659]; DZ=0,450 [0,167 a 0,661] | PrRe: MZ=0,700 [0,510 a 0,830]; DZ= 0,270 [-0,043 a 0,524] | CoSo: MZ= 0,690 [0,493 a 0,823]; DZ= 0,440 [0,162 a 0,657]). Os resultados destacam que o tipo de gemelaridade influencia as vivências dos gêmeos, particularmente no âmbito do desenvolvimento emocional. Além disso, as correlações mostram que estas vivências são também relacionadas à individualidade, podendo ser reproduzidas por pessoas semelhantes, particularmente relacionado ao ambiente social e a prosocialidade. Entretanto, os problemas de conduta e relacionamento não estão significativamente associados à condição gemelar, indicando maior influência por fatores ambientais, assim como para hiperatividade/inatenção. Consideramos estes resultados cruciais tanto para entender e acolher melhor as necessidades das crianças gêmeas como para aprofundar os conhecimentos sobre a relação entre o bem-estar e as condições individuais.



PO 110 | Intervenção no ambiente de literacia familiar: materiais para o envolvimento dos pais no processo de alfabetização

Laísa Cunha Toledo (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais),
Natália de Oliveira Viana

Resumo A literacia familiar refere-se às práticas dentro do ambiente familiar que estimulam o desenvolvimento de competências relacionadas à leitura e à escrita em crianças. Estudos indicam que, quando as crianças iniciam a educação formal, esse incentivo familiar promove um melhor desempenho acadêmico e garantem habilidades que serão requisitadas futuramente, como um vocabulário mais amplo e compreensão de leitura. Ter esse conhecimento bem estruturado é importante para além do ambiente acadêmico, servindo como ferramenta essencial no exercício da cidadania e incentivando a leitura como uma forma de lazer. Dada a importância dessas práticas, o objetivo deste trabalho é apresentar os materiais construídos para servir de suporte aos pais na realização de intervenções de literacia familiar com suas crianças em casa. Os recursos elaborados são compostos por conteúdos informais e atividades/brincadeiras educativas para serem realizadas com as crianças, a partir de referenciais teóricos das habilidades precursoras da alfabetização. A saber, conteúdos relacionados ao código alfabético, estruturados no formato de um e-book sobre literacia formal. Neste recurso, enfatiza-se a importância da alfabetização e da literacia familiar, em especial a formal, contando com sugestões de práticas simples que podem ser realizadas em qualquer local e a qualquer hora, incluindo conhecimento alfabético, bem como tarefas que estimulem a consciência fonêmica e fonológica. Existem, também, conteúdos relacionados ao hábito de leitura para as crianças na modalidade de leitura dialógica, desta forma um folder sobre leitura dialógica foi desenvolvido para instruir aos pais sobre a importância da prática da leitura e como realizá-la utilizando a sequência PEER. A literacia familiar contribui não apenas para o aprimoramento das habilidades de alfabetização, mas também para o avanço das habilidades de linguagem receptiva, a expansão do vocabulário da criança e o desenvolvimento da consciência fonológica. Objetiva-se com tais materiais levar conhecimento sobre as práticas de literacia familiar, sua importância para o processo de alfabetização das crianças e oferecer recursos para os pais desenvolverem tais práticas no contexto doméstico.



PO 111 | Intervenções de literacia familiar e alfabetização emergente de crianças e habilidades de linguagem oral: uma revisão sistemática e discussão dos mecanismos subjacentes

Natália de Oliveira Viana

Resumo Estudos anteriores indicam que intervenções de literacia familiar, incluindo tanto as atividades formais como as informais, geralmente têm um impacto positivo no processo de alfabetização das crianças. No entanto, a extensão do seu impacto varia devido aos mecanismos centrais presentes nos diferentes tipos de intervenções. Esta revisão sistemática analisa as evidências da eficácia das abordagens de literacia familiar na promoção do desenvolvimento da alfabetização e das habilidades de linguagem oral das crianças. O estudo foi conduzido de acordo com itens de relatório para revisões sistemáticas e meta-análises e foi registrada no PROSPERO. Uma pesquisa abrangente de artigos revisados por pares publicados de 2000 a 2021 foi realizada no ERIC e Web of Science. As buscas foram realizadas entre setembro e novembro de 2021 e atualizada em maio de 2023. Para serem elegíveis, as publicações deveriam conduzir um ensaio clínico randomizado examinando a eficácia de pelo menos um tipo de intervenção de alfabetização em casa para promover o desenvolvimento de habilidades de alfabetização e/ou linguagem oral das crianças; incluindo estimativas quantitativas das seguintes variáveis de resultado: habilidades de alfabetização (consciência impressa, leitura de palavras, fluência de leitura e ortografia) e/ou linguagem oral (vocabulário, linguagem expressiva e consciência fonológica); e examinar crianças entre 3 e 8 anos. As conclusões dos estudos foram resumidas com foco na avaliação da eficácia das intervenções avaliadas, medida pelo tamanho do efeito d de Cohen. A busca final rendeu um total de 4.705 citações. Em seguida, foram excluídas 392 duplicatas, na triagem inicial, 4.123 citações foram excluídas, restando 181 citações para triagem de texto completo. Após a triagem do texto completo, foram identificados 24 estudos. Especificamente, os estudos revisados neste estudo incluíram seis tipos de intervenções de alfabetização em casa, nomeadamente leitura partilhada, leitura dialógica, atividades baseadas em códigos, atividades baseadas em significado e recursos (livros). Nossas descobertas sugerem que as atividades formais têm maior probabilidade de melhorar a alfabetização das crianças, enquanto as atividades informais têm maior probabilidade de melhorar as competências de linguagem oral das crianças. Contudo, não foi apoiada uma dissociação completa entre a eficácia das atividades formais e informais. Isto é possivelmente atribuído a vários estudos que empregam múltiplos tipos de intervenção simultaneamente. Especificamente, as atividades informais, como a leitura compartilhada e as estratégias de leitura dialógica, são as intervenções mais eficazes para promover o desenvolvimento da linguagem oral e da alfabetização. Por outro lado, as intervenções menos eficazes são aquelas focadas em atividades baseadas em significado. Consequentemente, os ingredientes ativos potenciais incluem a presença de períodos de conversação durante a atividade e o fornecimento de estratégias claras aos pais que lhes permitam estimular adequadamente as crianças para uma participação ativa. As nossas descobertas sugerem que as atividades formais têm maior probabilidade de melhorar a alfabetização das crianças, enquanto as atividades informais têm maior probabilidade de melhorar a linguagem oral das crianças.



No entanto, as presentes conclusões não forneceram provas conclusivas que apoiassem uma dissociação completa entre a eficácia das atividades formais e informais.



PO 112 | Intervenções em Psicologia Escolar no Contexto Amazônico: Um Estudo Crítico em Escola Pública de Parauapebas, Pará

Dionis Soares de Souza (Aluno), Bárbara Hellen Dantas Chaves (FADESA - Fac. para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia), Andressa Thayná Santos (aluno), Jessica Mikaelle Barbosa (aluno), Alana Reis (aluno), Allany Mayla da Silva dos Santos (FADESA), Kamilla Victoria Gonçalves Ribeiro, Damiana Pereira dos Santos (Pendente) (FADESA), Maria Isabela Sousa Silva Pereira, Maria Eduarda

Resumo Esta pesquisa é oriunda do projeto de extensão em Psicologia Escolar, da Faculdade Sustentável da Amazônia (FADESA), localizada na cidade de Parauapebas, no sudoeste do estado do Pará. A função do trabalho na extensão acadêmica em psicologia escolar é, de construir intervenções que busquem principalmente a implicação da escola diante das demandas apresentadas. Neste sentido, buscamos em nosso projeto compreender a atuação do psicólogo escolar diante os desafios atuais da educação no contexto amazônica. Tendo em vista a potencialidade da biodiversidade local para a população, como também os condicionantes sociais que podem afetar a experiência escolar e o processo de aprendizagem dos estudantes da região, realizamos um estudo em escola pública de ensino fundamental e médio na referida cidade. Adotando uma perspectiva da Psicologia Escolar Crítica, o estudo contextualiza os fenômenos escolares histórica, social e culturalmente, e busca construir intervenções que promovam uma compreensão integrada das demandas apresentadas pela comunidade escolar. Como indicação da equipe escolar, foi selecionada a turma do 5º ano do ensino fundamental, do turno vespertino, considerada a "sala difícil". No primeiro e segundo encontro, as intervenções centraram-se na implementação das rodas de conversa, com os profissionais da escola. As rodas de conversa com a equipe escolar abordaram a história escolar dos estudantes, percepções sobre a referida turma e desempenho escolar dos mesmos, além de discutir as queixas apresentadas pela escola, que envolviam problemas de comportamento e dificuldades de aprendizagem. Num terceiro e quarto encontro, foram desenvolvidas as assembleias escolares com a turma do 5º ano. Como um dos resultados significativos destes encontros, através do diálogo com os estudantes sobre suas queixas, confeccionamos uma lista de boas maneiras em sala de aula, como um acordo sobre o "pode" e "não pode" na escola, surpreendendo a equipe escolar. Esse processo evidencia que as queixas escolares nem sempre se confirmam integralmente e que os estudantes têm potencialidades que podem sim serem desenvolvidas. As questões de comportamento também foram discutidas em sala com os estudantes, demonstrando a validade de incluí-los através de processos de fala e reflexão. As intervenções também permitiram observar ainda o impacto da pandemia no ambiente familiar e no bem-estar psicológico de alguns estudantes. De acordo com a equipe escolar, a pandemia agravou as dificuldades acadêmicas, através das questões socioeconômicas locais. O isolamento social e a transição para o ensino remoto intensificaram a ansiedade e evasão escolar. Com base nos dados obtidos, conclui-se que a atuação do psicólogo escolar é essencial nas instituições de ensino. Essa prática não apenas aborda problemas imediatos de aprendizagem e comportamento, mas também promove um ambiente que apoia o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. As intervenções realizadas, se mostram fundamentais para criar um contexto educativo que alcance essa diversidade local.



PO 113 | Investigação do impacto diferencial das variáveis sociodemográficas e expectativa parental no ambiente de literacia familiar

Luana Brito (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Resumo Literacia Familiar (LF) é o termo utilizado para descrever práticas de leitura e escrita a qual as crianças são expostas em casa incluindo a disponibilidade de livros, materiais de escrita e atividades que promovem a absorção da linguagem oral. O ambiente de LF pode ser afetado por variáveis sociodemográficas, como raça, renda e escolaridade materna, além de autoeficácia e expectativa parental. A expectativa parental (EP) refere-se ao que os pais esperam em termos de desempenho acadêmico dos filhos, enquanto a autoeficácia parental (AP) é a confiança dos pais na sua capacidade de ajudar os filhos nas atividades escolares. O presente trabalho objetiva investigar as correlações entre as variáveis raça, renda, escolaridade materna, AP e EP em uma amostra de famílias belo-horizontinas. Foram convidados a participar da pesquisa pais de alunos do 1º ano do Ensino Fundamental da rede pública e privada de Belo Horizonte. Os pais receberam quatro questionários por meio das escolas, abordando dados sociodemográficos, padrões de literacia familiar, autoeficácia e expectativa parental. Participaram da pesquisa 38 famílias, 65,8% pertencentes a escolas públicas e 32,2% a escolas privadas. Dentre os respondentes, 44,7% eram brancos e 55,3% pardos. Em relação à escolaridade materna, 15,8% não completaram o Ensino Fundamental ou Médio, 26,3% concluíram o Ensino Médio, 18,4% não concluíram o Ensino Superior e 39,5% tinham graduação ou pós-graduação. Quanto à renda, 44,7% recebem até três salários mínimos, 50% de três a quinze e 5,3% não informaram a renda. Foi realizada análise de correlação de Spearman, devido à distribuição não normal dos dados. A raça do respondente mostrou correlação positiva e significativa com a AP e ($r_s = .376$, $p < 0.05$) e a EP ($r_s = .364$, $p < 0.05$). A escolaridade materna se correlacionou positivamente com a renda ($r_s = .37$, $p < 0.05$), e recursos de literacia familiar ($r_s = .574$, $p < 0.01$ para livros infantis, $r_s = .464$, $p < 0.01$, para livros para adultos). A renda se correlacionou negativamente com a AP ($r_s = -.404$, $p < 0.01$) e EP ($r_s = -.512$, $p < 0.01$). A visita a livrarias mostrou correlação positiva e significativa com jogos envolvendo letras ($r_s = .335$, $p < 0.05$). Os livros para adultos foram positivamente correlacionados aos livros para crianças ($r_s = .599$, $p < 0.01$). Por fim, a EP foi positivamente correlacionada a AP ($r_s = .379$, $p < 0.05$). Não foram encontradas correlações significativas para o auxílio à criança na leitura. Os resultados apontam para a importância de considerar fatores sociodemográficos, EP e AP no contexto da literacia familiar. Famílias com menor renda, tendem a apresentar menores níveis de autoeficácia e a acreditar que não cabe a família ensinar as crianças. Portanto, é crucial que essas famílias sejam instruídas e encorajadas a participar ativamente do processo de alfabetização de seus filhos. A maior quantidade de recursos associadas à escolaridade materna, aponta para a necessidade de ampliar o acesso a livros para crianças e adultos de diferentes níveis de escolaridade, promovendo um ambiente de LF mais enriquecido.



PO 114 | Jogos eletrônicos com enfoque no desenvolvimento de crianças autistas: uma revisão integrativa

Yasmim Farias da Silva (MINIS)

Resumo Com o avanço da tecnologia, observa-se um aumento significativo no uso de telas por crianças, incluindo telefones celulares, notebooks, smartphones e computadores para diversos fins. Esse fenômeno decorre da crescente facilidade de acesso a esses dispositivos, que se tornam cada vez mais comuns no cotidiano infantil. Sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), trata-se de um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado pela dificuldade de comunicação e socialização, bem como a presença de padrões de comportamentos e interesses restritivos e repetitivos (Sene et al, 2022), sendo possível diagnosticá-lo nos primeiros anos de vida. Neste contexto, a presente pesquisa trata-se de uma revisão integrativa que visa investigar a existência de literatura científica acerca do desenvolvimento infantil de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista em relação ao contato com jogos eletrônicos, bem como examinar os avanços na tecnologia com enfoque na inclusão de pessoas com TEA. Para tanto, foram selecionados artigos publicados no período 2019 a 2024 nas bases de dados Periódicos Capes e Google Acadêmico com as combinações dos descritores: Jogos Eletrônicos; Autismo; Videogames; TEA. Com isso, a busca inicial gerou 3.827 resultados, dos quais foram selecionados 29 artigos, em virtude dos critérios de exclusão pré-definidos, não sendo aceitos: trabalhos em idiomas além do Português (PT-BR); Trabalhos de Conclusão de Curso, Teses e Dissertações; sem acesso ao artigo na íntegra; Revisões bibliográficas; artigos duplicados; e outros. Em síntese, os artigos analisados debatiam acerca da criação e utilização de novos videogames com enfoque em pessoas autistas e objetivos variados, entre eles, terapêuticos e de lazer. Além disso, identificou-se uma crescente quanto ao uso destes instrumentos no ambiente escolar, visando à inclusão de crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista e possibilitando novas formas de aprendizagem. Ainda, alguns trabalhos contemplam os entraves para a eficácia destes objetivos como a falta de conhecimento sobre a existência dessas tecnologias. A partir desses resultados, constatou-se que é imprescindível a ampliação de estudos voltados para o assunto, de modo a expandir a discussão para outras áreas do conhecimento, incluindo estudos que envolvam a Psicologia com foco no desenvolvimento infantil, uma vez que em sua maioria, os trabalhos selecionados denotam foco em áreas como Ciência da Computação e Inclusão Escolar. Ainda, apesar da quantidade de trabalhos encontrados com o método de busca e os critérios de exclusão, denota-se que possíveis revisões futuras podem fazer uso de uma avaliação mais crítica dos métodos empregados visando colaborar com o debate científico sobre o tema.



PO 115 | Mãos pequenas, cargas grandes: Trabalho infantil na região administrativa de Arraias

Edilaine de Souza e Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
Tamires Pereira de Sousa (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
Ana Cristina Serafim da Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins)

Resumo O objetivo desta pesquisa foi identificar as características do trabalho infantil na região administrativa de Arraias - TO, que abrange os municípios de Arraias, Combinado, Conceição do Tocantins e Novo Alegre. Compreende-se trabalho infantil todas atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, tendo ou não a finalidade do lucro, podendo ser remuneradas ou não, realizado por crianças e adolescentes menores de 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos (FNPETI, 2018). No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 reconhece as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, e em 1990, foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que tem os princípios e diretrizes sobre a infância e adolescência, garantido os Direitos Humanos e acrescentando decorrentes de sua especificidade em virtude de seu desenvolvimento e processo de formação. Segundo os dados do último relatório da PNAD (2022), no Brasil 1,881 milhão de crianças e adolescentes com idades entre 5 e 17 anos estão em situação de trabalho infantil. No Tocantins, são 21.278 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos em situação de trabalho. O Estado apresentou a maior redução na região Norte, diminuindo de 60.172 em 2004 para uma queda de 65% até 2015. Para a pesquisa, foram contatados os CMDCA de todos os municípios mencionados para identificar as instituições que atuam no Sistema de Garantia de Direitos (SGD). Um questionário foi enviado à todas instituições via Google Forms. Os dados foram analisados com o MAXQDA e a Análise de Conteúdo Temática de Bardin, resultando em três categorias: Caracterização do trabalho infantil com base nos dados, caracterização do trabalho infantil a partir dos atores sociais e ações das instituições. A região é composta por cidades pequenas, com populações entre 1.886 e 10.287 habitantes. Das 29 instituições identificadas apenas seis responderam ao questionário, sendo elas: CMDCA, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Defensoria Pública. No total, apenas uma instituição afirmou possuir dados sobre trabalho infantil. Com relação aos dados, identificou cinco crianças, todos do sexo masculino com idades entre 6 e 12 anos, em sua maioria identificadas como pardas. As atividades eram desempenhadas durante o dia na zona urbana, para a família e a forma de pagamento era dinheiro. A principal tarefa desempenhada era a venda de picolés. Sobre a escolaridade, todos frequentavam a escola e estavam inseridos nos Ensino Fundamental II. Apesar dos poucos dados encontrados e mesmo havendo na sua maioria, instituições afirmando não possuírem dados a respeito do trabalho infantil, na segunda parte do questionário tratava da percepção dos atores sociais e todos eles, com exceção de um, afirmaram que o trabalho infantil apresenta riscos à vida desses indivíduos e expõe-os à violência trazendo a privação dos seus direitos fundamentais, como por exemplo a educação. Ademais, a rede se mostrou desarticulada e sem informações sobre trabalho infantil. A ausência de dados a respeito do trabalho infantil não implica na sua inexistência, mas sim que pode haver uma subnotificação de casos.



PO 116 | Marcadores sociais e subjetivos de adultez em Influenciadoras Digitais do Instagram

Gleica Mirela Salomao Soares, Luciana Dutra Thomé (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo Este estudo tem como objetivo apresentar a construção da identidade adulta de influenciadoras digitais do Instagram. A transição para a vida adulta é atravessada por elementos socioculturais e individuais. A adultez emergente se diferencia de outras fases desenvolvimentais e tende a contemplar indivíduos na faixa etária entre 18 e 29 anos e apresenta cinco características: 1) Exploração da identidade, 2) Instabilidade 3) Foco em si mesmo, 4) Ambivalência/sentir-se no meio e por fim, 5) Possibilidades/otimismo. Diante das mudanças ocorridas na sociedade nas décadas de 1960 e 1970 a partir das Revoluções Tecnológicas e Sexual e do Movimento das Mulheres e do Movimento Juvenil os jovens precisam de mais tempo para se preparar para o mercado de trabalho e têm adiado o casamento e a parentalidade. Para muitos adultos emergentes o estatuto de adultez é alcançado por meio de marcadores subjetivos como ser responsável por si mesmo e tomar decisões independentes e pela independência financeira. Participaram da pesquisa nove influenciadoras digitais lifestyle, de quatro cidades da Bahia, na faixa etária de 18 a 32 anos. Utilizou-se questionário sociodemográfico, realização de entrevistas semiestruturadas on-line com duração média de trinta e cinco minutos e observação dos perfis das participantes durante 15 dias. As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas a partir da Análise Temática. Os resultados mostraram que a maioria das participantes já se percebia adulta e essa percepção foi estabelecida a partir de marcadores sociais: sair da casa dos pais, matrimônio, parentalidade e responsabilidade financeira e subjetivos: responsabilidade, maturidade e tomada de decisão. Apenas duas participantes ainda não se percebiam completamente adultas, vivendo a "ambivalência. As perspectivas de adultez também foram apresentadas nos perfis digitais das influenciadoras através de postagens que remetiam a responsabilidades da vida adulta como ir ao mercado, cuidar da casa, cuidar dos filhos e autogerenciar a rotina. Os resultados encontrados enfatizam a não normatividade do fenômeno da adultez emergente e ao mesmo tempo apresenta a intersecção das vivências da adultez das participantes.



PO 117 | Mediação como Prática Psicológica em Varas de Família: Um Estudo das Referências Técnicas do CREPOP

Cibelly De Paula Alves Lima (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins),
João Roberto Pimentel de Vasconcelos (UFT)

Resumo Esta pesquisa é derivada de um projeto aprovado no PIBIC/UFT com início no segundo semestre de 2024, cujo título é "Atuação dos Psicólogos em Varas de Família: o papel da estratégia de mediação na proteção infanto-juvenil". No presente trabalho, buscamos fazer um recorte através de uma pesquisa documental com o objetivo de identificar os principais temas nos quais a mediação aparece como estratégia para atuação de psicólogos em orientações técnicas do Conselho Federal de Psicologia (CFP), mais especificamente, nas "Referências Técnicas para Atuação de psicólogas(os) em Varas de Família", produzido pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Este documento foi relançado em 2019, após um processo de revisão. A nova versão inclui atualizações em relação aos marcos legais das políticas públicas e na abordagem de questões contemporâneas enfrentadas por profissionais de Psicologia em suas atividades nas varas de família. A mediação, segundo o Conselho Federal de Psicologia (CFP), valoriza a autonomia, o respeito mútuo e a construção conjunta de soluções, priorizando o melhor interesse da criança e do adolescente. O papel dos psicólogos mediadores é crucial para garantir que as vozes desses sujeitos sejam ouvidas e seus direitos respeitados, promovendo acordos que assegurem o desenvolvimento saudável dos envolvidos. Contudo, a mediação não se limita à resolução de conflitos, mas busca criar um ambiente de respeito aos direitos humanos, alinhado às políticas públicas e ao compromisso ético da Psicologia com a justiça social. A metodologia adotada nesta pesquisa foi documental, centrando-se na análise da Referência Técnica já citada, documento compreendido como um objeto empírico. O procedimento metodológico envolveu a realização de uma leitura integral e criteriosa do documento, com o objetivo de identificar e estabelecer séries analíticas que destacam temas em que a mediação se apresenta como uma estratégia fundamental na prática profissional do psicólogo. A partir dessa leitura, foram elencados os temas principais e o modo como a mediação busca promover intervenções. Os resultados encontrados enquanto temas onde a mediação se faz mais presente na atuação de psicólogos em varas da família, foram: guarda compartilhada, alienação parental, entre peritos e assistentes técnicos, resolução de conflitos, depoimento especial e desdobramentos da Lei Maria da Penha. Em todas as situações, o psicólogo atua com o intuito de preservar o melhor interesse da criança, promovendo uma escuta qualificada, com o viés de garantir que suas necessidades emocionais e psicológicas sejam priorizadas, além de atuar de maneira ética e técnica, buscando soluções que equilibrem as necessidades da família com os aspectos legais envolvidos. Concluímos ainda que as "Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) em Varas de Família" são fundamentais para a prática profissional, especialmente na proteção dos direitos de crianças, adolescentes e partes envolvidas. O documento enfatiza a mediação como uma estratégia central para resolver conflitos e promover o bem-estar. No entanto, há uma necessidade de mais pesquisas que aprofundem outros aspectos da atuação dos psicólogos no sistema de justiça, visando aprimorar as práticas e garantir uma proteção mais eficaz.



PO 118 | Medidas de prevenção da Covid-19 na percepção dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação de liberdade

Cadidja Caldas Silva (outro), Rebeca Fernandes Ferreira Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), M^a do Socorro do Valle (Hospital de Saúde Mental de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A Covid-19 foi considerada pela OMS como pandemia e classificada como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. De modo a conter a disseminação do vírus e minimizar as consequências da pandemia, foram criadas normativas para regular o seu enfrentamento. A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo instituiu o plano de contingência para infecção do coronavírus no âmbito dos centros de atendimento socioeducativo no Estado do Ceará. Esse documento estabeleceu a (I) oferta de educação permanente aos profissionais, socioeducandos e visitantes sobre prevenção, controle e cuidados aos casos suspeitos através de treinamentos e oferta dos equipamentos de proteção (EPIs); (II) vigilância nas portas de entrada do sistema socioeducativo com avaliação e identificação dos dados epidemiológicos; (III) avaliação clínica por profissional de saúde capacitado nos dias de visita, com a proibição da entrada de visitantes que apresentassem sintomas suspeitos; e (IV) disponibilização do local para isolamento dos casos suspeitos ou confirmados sob o cuidado da equipe de saúde especializada em parceria com os equipamentos de saúde da rede SUS. Diante desse novo cenário, buscou-se compreender a percepção dos adolescentes privados de liberdade sobre o impacto das medidas de contingência na rotina deles dentro das unidades de internamento, no município de Fortaleza, no período de abril de 2020 a dezembro de 2021. Realizou-se um estudo qualitativo, descritivo e exploratório. Participaram 6 adolescentes, do sexo masculino, com idades entre 16 a 18 anos, que responderam a uma entrevista estruturada, posteriormente submetida à Análise Temática. Três categorias foram identificadas: (a) medidas de prevenção precárias, (b) vigilância na porta de entrada, e (c) atividades de educação e profissionalização. A primeira categoria revelou que os adolescentes avaliavam negativamente a implementação das medidas de prevenção, caracterizando-as como precárias. Os adolescentes relataram que o uso de máscaras, luvas ou toucas por pessoas que entravam nos blocos não era frequente, e que, muitas vezes, não eram distribuídas máscaras para eles. Mencionaram falta de atendimento médico e ausência de isolamento para adolescentes com sintomas de Covid-19, e alguns disseram não ter recebido todas as doses da vacina contra a Covid-19. A segunda categoria abordou a vigilância na porta de entrada, revelando que os novos adolescentes admitidos para cumprimento da medida socioeducativa eram isolados por 14 dias na unidade de entrada. Contudo, após esse período, eram encaminhados para suas unidades sem testes ou averiguação epidemiológica. A terceira categoria incluiu relatos sobre a suspensão das atividades de educação e profissionalização. Com essas mudanças, os adolescentes ficaram mais restritos aos dormitórios, o que resultou em prejuízos à saúde mental, evidenciados por sintomas de depressão e ansiedade. Conclui-se que a implementação precária das medidas de prevenção causou danos nas esferas educacional, profissional e relacional, bem como na saúde mental dos adolescentes. Isso evidenciou que as medidas sanitárias no contexto socioeducativo não foram aplicadas de forma adequada, comprometendo o desenvolvimento saudável e a ressocialização dos socioeducandos.



**PO 119 | “Não era uma missão cumprida, era uma metade”:
um olhar para a experiência potencialmente traumática
de mães de bebês prematuros**

Mariane Svirski (UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos),
Carolina Marocco (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul),
Cesar Augusto Piccinini (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul),
Rita de Cassia Sobreira Lopes (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande
do Sul)

Resumo O bebê pré-termo nasce com idade gestacional menor ou igual a 37 semanas, requer cuidados intensivos e internação hospitalar e está mais sujeito a intercorrências no seu desenvolvimento. Assim, o nascimento prematuro pode agregar diversas dificuldades para a constituição da relação da mãe com o bebê, que difere daquele idealizado. O presente estudo teve por objetivo investigar a experiência potencialmente traumática de mães de bebês prematuros, da gravidez ao pós-parto. Trata-se de um estudo qualitativo com delineamento de casos múltiplos, em que participaram três mães de bebês prematuros para os quais foi necessária a internação em uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN). As mães foram entrevistadas e os dados foram submetidos a uma análise temática indutiva. Com base nos relatos maternos, foram gerados três temas: Descontinuidade e suspensão da experiência espaço-temporal, Entraves no vir-a-ser mãe e Uso de mecanismos de defesa pelas mães. Os resultados revelaram que o contexto da prematuridade expôs as mães a experiências potencialmente traumáticas, gerando muita angústia. O uso de mecanismos de defesa constituiu uma alternativa psíquica para lidar com as situações de intenso sofrimento psíquico. Contudo, cada mãe esteve suscetível ao trauma de modo único, o que mereceu um olhar particularizado.



PO 120 | Narrativas de licenciandos: tensões e contradições relacionadas às questões raciais vivenciadas no espaço escolar e nas redes sociais

Brenda Thallys Rocha Seabra (UNB - Universidade de Brasília), Wilsa Maria Ramos (UNB - Universidade de Brasília), Larissa Medeiros Marinho dos Santos (UNB - Universidade de Brasília), Ana Caroline de Caldas (UNB)

Resumo A pesquisa aborda a questão do racismo estrutural e as relações raciais como temas fundamentais que perpassam a formação do licenciado, o currículo escolar e as ações e políticas públicas aplicadas aos processos educativos em todos os níveis no país. Abordamos o tema a partir de uma perspectiva histórico-cultural dos processos psicológicos de desenvolvimento humano, compreendendo a história da constituição do preconceito racial no Brasil. Devido a diversos eventos de sua formação histórica enquanto país, o Brasil se destaca, logo em seus primeiros anos de descobrimento pelos portugueses, enquanto um forte polo escravagista, primeiro com as populações indígenas, originárias desse país, depois com a população preta africana. Essa pesquisa faz parte do Projeto aprovado no Edital Pró-Humanidades do CNPq com o título "Formação de licenciandos para a atuação frente às tensões e contradições relacionadas às questões raciais na escola e nas redes sociais" organizado por docentes do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da UnB. O objetivo é analisar as experiências vividas de racismo, nos espaços escolares e nas redes sociais na percepção de licenciandos, brancos e pretos. A metodologia aplicada foi o estudo de caso com entrevistas individuais e grupo de discussão com quatro estudantes de graduação em licenciatura na UnB. Os participantes eram dois homens e duas mulheres cis, sendo 3 negros e 1 branco e foi possível perceber durante as análises, narrativas complexas das experiências subjetivas dos participantes, evidenciando como suas histórias de vida e contextos sociais influenciaram suas escolhas e percepções acerca da racialidade dentro e fora do ambiente acadêmico, refletindo muitas experiências que dizem respeito à consequência da colonização como a falta de identidade e representatividade não-branca assim como em contraposição a ausência de implicação e crítica de si nessas tensões raciais enquanto pessoa da raça branca, e todas essas experiências inteserccionadas com os marcadores de gênero, sexualidade e raça; e a maneira que os alunos visualizam suas experiências raciais na internet. Tais discussões são necessárias também para refletir e problematizar a atuação do professor e os desafios no combate ao racismo na escola/universidade e a diferença dessas vivências face-a-face e nas redes sociais, uma vez que o antirracismo se configura não somente enquanto proposta, mas principalmente como ação e prática de enfrentamento, desconsiderando a relação determinista entre o espaço escolar e o preconceito. Dessa maneira, assim como os espaços físicos escolares, a internet enquanto fonte de conhecimento e espaço interativo, proporciona a visão de conhecimentos de fora através de olhares de dentro da rede.



PO 121 | Narrativas de um Jovem Gay Amazônico: Impactos da Homofobia no Processo de Escolarização

Kenned de Souza Brandão (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Resumo A pesquisa tem como finalidade problematizar e enfatizar as trajetórias, memórias de escolarização e narrativas sobre homossexualidade a partir da narrativa e escrita de si de um jovem gay amazônico evidenciando diversos discursos heteronormativos, que por onde passei, especialmente na escola, fui submetido a ouvir. Em minha infância e adolescência me deparei com frases: “isso não é coisa de homem”, “homem não sente assim”, “fala que grosso”, “homem de verdade não chora”. Perguntava-me: O que significa ser homem?. Gerando-me sentimentos de exclusão e discriminação, pois não me via encaixado nesses padrões. A escola é um pequeno recorte do meio social, cujo conteúdo é repleto de preconceitos e discriminações que naturalmente acabam se infiltrando na comunidade escolar (Negreiros e Alexandrino, 2023). No Brasil, vive-se nos últimos anos um processo de luta e reconhecimento dos Direitos Humanos de pessoas Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Pôli, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+), um segmento da população brasileira historicamente excluído e colocado à margem da sociedade enfrentando, sobretudo, situações de violações de seus direitos, segregação e discriminação. Refletindo que a feminilidade e a masculinidade são construções sociais e culturais, não necessariamente determinadas pela biologia (Beauvoir, 1949). No Estado do Amazonas, em particular na cidade de Parintins emergem debates incipientes sobre a questão. A sexualidade no contexto histórico, ao longo do tempo surgiu diferentes mecanismos sociais que foram empregados para a regulação e molde da sexualidade humana, vale uma reflexão profunda sobre como o poder opera nas sociedades modernas e como ele se manifesta na repressão sexual (Foucault, 1988). O presente projeto tem como objetivo compartilhar a trajetória de vida e escolarização de um jovem gay, sua narrativa e escrita de si acerca dos caminhos percorridos, desafios e possibilidades encontradas no processo formativo e educacional, desde a Educação Básica ao Ensino Superior. A memória e histórias de vida serão utilizadas neste estudo como estratégia de investigação. Desde o nascimento, somos inseridos nessa trama social com expectativas e padrões de comportamento baseados no gênero, imposição reforçada por meio de brincadeiras, educação e até mesmo pelos próprios familiares (Cordeiro e Aikawa, 2024). Partimos de uma perspectiva crítica e multidisciplinar considerando a urgência em visibilizar as narrativas individuais e coletivas da comunidade LGBTQIAPN+ sobretudo, quando estiveram ao longo da história cercadas de vivências discriminatórias, de exclusão e violência. Pois ao reduzir pessoas em um gênero, já estamos comparando e dizendo que uns “serão mais que outros” dentro de modelos (Silva, 2016). Analisaremos as categorias emergentes nesta narrativa, os discursos construídos sobre as pessoas LGBTQIAPN+, os desafios e as violações enfrentadas por estas pessoas no contexto de Parintins/AM.



PO 122 | Natividade em Silêncio: A Escassez de dados sobre o Trabalho Infantil na Região Administrativa de Natividade e seu impacto no desenvolvimento infantil

Yasmim Rodrigues dos Santos (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Mariana Sousa Neres (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Ana Cristina Serafim da Silva (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Vitória Barbosa Sousa (UFT)

Resumo Esta pesquisa tem como objetivo identificar as características do trabalho infantil e suas implicações na saúde e na educação das crianças e adolescentes da Região Administrativa de Natividade. O trabalho infantil é conceituado pela OIT como situações de trabalho que privam as crianças de sua infância potencial e dignidade, prejudicando seu desenvolvimento físico e psicológico. A PNAD (2022) revelou um aumento no trabalho infantil no Brasil, com 1,881 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos (4,9% dessa faixa etária) nessa condição. A maioria são crianças e adolescentes negros (66,3%), sendo a maior parte meninos (65,1%). No Tocantins, em 2019, 18.969 crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estavam em situação de trabalho infantil, representando 5,7% dessa população, acima da média nacional de 4,8%. A Região Administrativa de Natividade, em Tocantins, é composta pelas cidades de Natividade, São Valério, Chapa da Natividade, Pindorama, Santa Rosa e Silvanópolis, e são marcadas pelo agronegócio e pelo turismo, setores que geram renda, mas também podem estar ligados ao trabalho infantil. Crianças, especialmente em áreas rurais e turísticas, podem ser envolvidas em atividades econômicas em condições precárias. Trabalho pesado em idade precoce tem várias consequências diretas no desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes. Fora o fato de que o trabalho infantil determina transtornos nutricionais (altura e peso insuficientes, etc.), musculoesqueléticos (descalcificações, desgastes musculares precoces por excesso de peso, danos à coluna dorsal), neurológicos (percepto-motricidade inadequada para tarefas, agressões tóxicas, imaturidade) e sistêmicos (envelhecimento precoce). Para o desenvolvimento desta pesquisa, houve um levantamento das instituições que atuam no Sistema de Garantia dos Direitos na Região Administrativa de Natividade. Posteriormente, foram estabelecidos contatos com essas instituições para convidá-las a participar da pesquisa. O instrumento utilizado integrou um questionário composto por 40 questões, abertas e fechadas, que abordavam informações não apenas sobre as instituições, mas também sobre atores sociais envolvidos. A análise de dados foi realizada por meio da Análise de Conteúdo Temática de Bardin, identificando duas categorias: Caraterização do trabalho infantil a partir da percepção dos atores sociais e encaminhamento/ação das instituições. Ao todo foram identificadas 42 instituições. Procuramos contatar todas as instituições, entretanto, nem todas responderam às nossas ligações e e-mails. Apenas 20 instituições retornaram, afirmando que responderiam às nossas solicitações, entre os quais, apenas 7 delas efetivamente o fizeram. Da caracterização dos atores sociais, apenas 1 relatou ter visto trabalho infantil, totalizando 4 crianças, maioria meninos, na cor parda, entre 6 a 12 anos de idade. As atividades ocorreram em áreas urbanas com vendas de geladinhos. Quando questionados se as instituições possuíam algum protocolo, informaram ter realizado o encaminhamento para as instituições como Conselho



Tutelar e programas do CRAS, como o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), além de palestras e ações comunitárias, apoiados pela Equipe de Saúde da Família. As instituições destacaram os riscos do trabalho infantil e a necessidade de proteger crianças e adolescentes da exploração nas ruas.



PO 123 | Negligência parental na família de adolescentes que cometeram ato infracional

Aysha Andressa Carvalho Cavalcante (UNAMA - Universidade da Amazônia), Lília
lêda Chaves Cavalcante (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O estudo de adolescentes em conflito com a lei tem concentrado o interesse de pesquisadores quando se trata de identificar fatores de risco na prática do comportamento infrator. Sob essa perspectiva, uma relação pai-filho permeada por ausência de atenção e afeto, omissão por parte dos pais em se responsabilizar pelos filhos pode influenciar em uma conduta antissocial, incluindo comportamentos que conflituam com a lei. Portanto, a pesquisa tem como finalidade explorar a negligência parental na família de adolescentes que cometeram ato infracional e estão cumprindo medida socioeducativa de internação. O formulário de caracterização biopsicossocial permitiu caracterizar os participantes enquanto que as respostas obtidas pelo Inventário de Estilos Parentais (IEP) oportunizou descrever a forma como a negligência era exercida pela família dos adolescentes, as respostas dos participantes foram submetidas a análises descritivas. Participaram 38 adolescentes do sexo masculino, com idade média de 16,3 anos, que tinham praticado o ato infracional de roubo (47,4%), e que antes da internação coabitavam com a mãe (55,3%) e os irmãos (52,6%). Os adolescentes apresentaram estilo parental de risco (68,4%), ea figura parental frequentemente citada foi mãe (57,9%). A negligência apresentou média 3,4 nas respostas analisadas, sendo destacada dificuldades em contar os problemas para a figura parental. A mãe vivia ocupada (31,4%) e o adolescente ficava sozinho em casa a maior parte do tempo (23,7%), foram duas situações que se apresentavam com frequência no ambiente familiar dos adolescentes. A prática negligência apresentou média abaixo de 6 na vivência dos participantes, o que significa que os adolescentes que cometeram ato infracional não percebiam as figuras parentais citadas como negligentes, no entanto, há situações vividas por eles que são negligentes, como não sentir abertura para contar seus problemas e ficar sozinho em casa. Considerando a configuração familiar em que a maioria coabitava somente com a mãe e irmãos, tais vivências podem ser compreendidas à medida que entende-se que a esta necessitava sustentar a casa, logo, é provável que a sua ausência seja explicada pela busca de emprego ou pela rotina de trabalho. No entanto, o estilo parental de risco indica que é necessário investigar outras práticas parentais que funcionam em conjunto com a negligência, ainda que seja necessário evitar que estas sendo qualificadas como negligentes. As práticas parentais são atravessadas por diversos fatores que não necessariamente se resumem à família, a exemplo do seu nível socioeconômico e o acesso adequado a serviços de proteção social básica e especial.



PO 124 | Notificações silenciosas ou silenciadas? - Caracterização de casos de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes Indígenas no Estado do Pará

Anita Machado Bastos, Milene Maria Xavier Veloso (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes pode incluir situações de abuso, assédio sexual, estupro, pornografia infantil e exploração sexual, e pode acontecer de forma sobreposta e multifacetada. No Brasil, a violência sexual contra crianças e adolescentes indígenas tem sido historicamente silenciada, o que torna relevante o monitoramento dessas violências a partir do Sistema de Notificação de Agravos de Notificação (SINAN). Esta pesquisa objetivou caracterizar a Violência Sexual (VS) contra crianças e adolescentes indígenas notificadas no Pará durante o período de 2018 a 2022. A pesquisa foi desenvolvida a partir dos dados secundários coletados no SINAN e disponibilizados pela Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O estudo é descritivo, transversal, de cunho quantitativo. Os dados foram inseridos em uma planilha no Microsoft Excel e, posteriormente, foram submetidos à análise estatística descritiva. Foram analisados os casos de VS e de variáveis relacionadas a Víctima como: Faixa Etária, Sexo, presença de Deficiência/ Transtorno e Escolaridade; e informações sobre o provável Autor da violência como: Sexo, Uso de álcool e Vínculo com a vítima. Foram identificados 11.585 casos de VS contra crianças e adolescentes no Pará, mas em crianças e adolescentes indígenas foram 105 no período, o que representa 0,91% dos casos. Em relação aos tipos de VS foi predominante o Estupro (74,29%) na faixa etária de 13 a 15 anos (33,33%), seguido de Assédio Sexual (45,71%) na faixa etária de 7 a 9 anos, Pornografia Infantil (1,90%) na faixa etária de 4 a 6 anos e Exploração Sexual (1,90%) na faixa etária de 4 a 6 anos e 10 a 12 anos. O sexo feminino aparece de forma predominante em 93,33% das notificações, enquanto o sexo masculino representa 6,67% dos casos. Apenas 5,71% das vítimas possuíam algum tipo de Deficiência/Transtorno. Em relação a escolaridade a maioria tinha Ensino Fundamental Incompleto (44,76%). A violência ocorreu na zona urbana em 50,48% dos casos, seguida da zona rural com 48,57% das notificações. O principal local de ocorrência foi a Residência representando mais da metade dos casos (54,29%), seguida da Via Pública (10,48%), Habitação Coletiva (4,76%), Aldeia (4,76) e Alojamento da Aldeia (0,95%). Os autores desta violência em 94,29% das notificações eram do sexo masculino e 24,76% fizeram uso de álcool. Em relação ao vínculo entre vítima e autor da violência, observou-se que a agressão foi cometida por um conhecido em 40,95% dos casos, em 8,57% pelo padrasto, 7,62% pelo pai, e 7,62% pelo namorado. A partir dessa caracterização buscou-se evidenciar que crianças e adolescentes indígenas sofrem violência sexual, de forma silenciosa, invisibilizada e subnotificada. Além disso, é essencial implementar medidas de prevenção à VS contra crianças e adolescentes indígenas, bem como fortalecer o desenvolvimento humano saudável e bem-estar, livre de todas as formas de violência. Isso inclui a sensibilização sobre seus direitos, o fortalecimento das redes de proteção e a capacitação de profissionais que trabalham com crianças indígenas para identificar e acompanhar os casos de violência priorizando o respeito às diferenças culturais e o cuidado humanizado.



PO 125 | Impactos dos desastres naturais no desenvolvimento infantil: análise das consequências e estratégias de acolhimento durante as enchentes no RS

Andreia Mendes dos Santos (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Sandra Canal (Centro Universitário FAVENI (UniFAVENI).), Maria Souza dos Santos (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Resumo O desenvolvimento infantil é um processo complexo e dinâmico que se inicia no nascimento e se estende até a pré-adolescência. Durante essa etapa, as crianças aprimoram suas habilidades cognitivas, motoras, emocionais e sociais. Especialistas da área do desenvolvimento infantil apontam que o progresso das crianças está intrinsecamente relacionado à existência de um ambiente seguro que atenda suas necessidades. Quando esse contexto é afetado por desastres naturais, como enchentes e inundações, o bem-estar das crianças pode ser severamente comprometido, impactando áreas como cognição, emoções, interações sociais e saúde física. Em maio de 2024 ocorreram intensas inundações no Rio Grande do Sul que atingiram aproximadamente 90% dos municípios do Estado, entre os quais a capital, Porto Alegre, resultando mortes e em milhares de desabrigados, incluindo crianças. Como medidas imediatas a esta calamidade foram criados abrigos temporários, entre os quais no Parque Esportivo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), que acolheu aproximadamente 280 pessoas diretamente afetadas na maior enchente da história de Porto Alegre. Voltada às crianças, foi organizada uma brinquedoteca a fim de proporcionar um espaço de garantias e conforto em meio ao caos. Esta pesquisa teve como objetivo investigar os efeitos da experiência do desastre ambiental e o acolhimento no abrigo temporário no desenvolvimento das crianças, considerando aspectos relacionados à saúde física, emocional e mental daquelas diretamente impactadas pela catástrofe. Além disso, buscou-se avaliar a eficácia das estratégias inclusivas e acessíveis implementadas para apoiar tanto as crianças típicas quanto aquelas atípicas, no abrigo. A abordagem qualitativa e exploratória foi adotada, focando na compreensão das experiências dos participantes, com o uso da metodologia de pesquisa-ação, que valoriza a participação ativa dos sujeitos. A brinquedoteca serviu como foco principal do estudo; acolhendo aproximadamente 50 crianças com idades variando de 6 meses a 14 anos. As ações desenvolvidas, além da oferta de abrigo, alimentos e vestimentas, também valorizou o cuidado com a saúde mental e emocional das crianças e suas famílias. O ambiente era cotidianamente planejado para atender às diversas necessidades etárias e condições das crianças envolvidas, oferecendo atividades que favoreciam a expressão emocional. A escuta ativa e a empatia demonstradas pelos voluntários foram fundamentais para criar um contexto acolhedor onde as crianças pudessem sentir-se compreendidas e apoiadas. Os resultados mostraram que a brinquedoteca foi fundamental para preservar a infância das crianças afetadas; permitindo-lhes brincar, expressar-se livremente e recuperar parte da normalidade em suas vidas. Também que, por meio de atividades lúdicas e dirigidas as crianças iniciaram seus processos de elaboração da experiência de trauma. Concluiu-se que as experiências e as práticas realizadas na Brinquedoteca ofereceram valiosas lições sobre como preservar



relações e oferecer suporte emocional durante períodos críticos. A presença dos voluntários foi essencial para o bem-estar das crianças, oferecendo apoio emocional e um ambiente seguro. O cuidado e a atenção deles ajudaram as crianças a superar desafios e manter estabilidade emocional. Isso contribuiu positivamente para seu crescimento e adaptação.



PO 126 | Violência escolar: análise multidimensional e estratégias para um ambiente educacional seguro e inclusivo

Andreia Mendes dos Santos (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Sandra Canal (Centro Universitário FAVENI (UniFAVENI).), Maria Souza dos Santos (PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)

Resumo A violência é um fenômeno social complexo e multifacetado, enraizado na história e nas normas sociais, que vai além da simples definição de crime. No Brasil, essa violência atinge níveis alarmantes, manifestando-se por meio de mortes violentas, bullying, agressões físicas e discriminação, especialmente contra grupos vulneráveis, como negros, indígenas, mulheres, crianças e a comunidade LGBTQI+. O ambiente escolar, que deveria ser um espaço de proteção e aprendizado, também reflete essa realidade, transformando-se em um cenário para diferentes formas de violência. A violência escolar afeta diretamente o desenvolvimento dos estudantes, resultando em dificuldades de aprendizagem, absenteísmo, evasão escolar e transtornos emocionais, entre outros. A pesquisa teve como objetivo analisar a violência nas escolas brasileiras, buscando entender as causas e manifestações desse fenômeno na educação básica, em instituições públicas e privadas, além de sugerir estratégias para mitigar a violência nesse contexto. A metodologia utilizada envolve uma revisão de literatura, incluindo a análise de pesquisas e relatórios existentes sobre a violência escolar no Brasil, com ênfase nos dados do Observatório da Violência nas Escolas. Dados de 2023 indicam 238 casos de violência nas escolas, com predominância em instituições públicas e essa situação é alarmante. Para entender a violência escolar, é fundamental examinar suas origens teóricas, a partir de suas três formas principais. A violência direta, que se expressa por agressões físicas e verbais, visíveis e evidentes; a violência estrutural, que é emergente de desigualdades sociais, frequentemente invisíveis, mas prejudiciais e a violência cultural, que valida e perpetua essas formas, sustentando preconceitos e normas que favorecem a violência. No ambiente escolar, essas formas de violência se inter-relacionam, manifestando-se em agressões entre alunos e na violência simbólica e estrutural da instituição. Estudos recentes revelam que a violência verbal e física é frequente, especialmente no ensino médio, e o uso de redes sociais amplifica essa problemática, afetando alunos e professores. Enfrentar a violência escolar demanda uma abordagem multifacetada, com a implementação de políticas públicas eficazes, criação de um ambiente seguro nas escolas e participação ativa da comunidade. Sugere-se o uso de práticas restaurativas, mediação de conflitos e engajamento das famílias para lidar com o problema. A educação deve promover valores de cidadania, respeito e justiça social, visando formar indivíduos que ajudem a construir um mundo mais inclusivo e menos violento. A escola deve ser um espaço livre de violência, permitindo que os alunos aprendam e se desenvolvam plenamente. Superar a violência escolar exige compreender suas raízes sociais e culturais e implementar ações concretas para garantir um ambiente educativo saudável e seguro para todos.



PO 127 | Engajamento paterno em programas de intervenção parental: uma revisão sistemática

Henrique Lima Reis

Resumo Programas de intervenção parental se constituem como um método eficaz para reduzir problemas comportamentais e sofrimento psicológico em crianças. No entanto, um dos principais desafios é engajar e manter a participação paterna ao longo do processo. Este estudo analisou sistematicamente o engajamento de pais de crianças e adolescentes em programas de intervenção parental. Seguindo as diretrizes do PRISMA, realizamos uma busca na literatura e encontramos 11 estudos relevantes em bases de dados, incluindo PubMed, Web of Science, PsycINFO, Scopus, ERIC, SciELO e LILACS. Os resultados indicam que estratégias eficazes para engajar pais-homens abrangem uma variedade de abordagens e modalidade. A escolha do método deve levar em conta uma vivência de parentalidade de forma diferente das mães, seja por aspectos socialmente construídos ou biológicos. Na presente revisão, os aspectos mais mencionados são a flexibilidade na modalidade do programa e recrutamento, intervenções exclusivas focadas na figura paterna, uma boa relação e identificação com a equipe de intervenção, valorização das opiniões dos pais e do seu esforço, consideração acerca da realidade socioeconômica e cultural sua importância na vida dos filhos. Muitos estudos reforçam a que as intervenções devem ser culturalmente sensíveis, alinhando-se aos contextos sociais e étnicos dos participantes. Ademais, anúncios direcionados e facilitadores com características semelhantes ao público-alvo também podem melhorar o engajamento. Alguns aspectos podem prejudicar este engajamento, como a dificuldade de conciliar os horários dos programas com os horários de trabalho dos pais, falta de clareza acerca do conteúdo das intervenções e normas rígidas de gênero que sugiram que os programas são destinados apenas às mães. Além disso, dificuldades financeiras para se deslocar até o serviço podem ser um problema especialmente em populações vulneráveis, assim como o estigma social relacionado ao medo de ser julgado por buscar ajuda. Aspectos coparentais, como a mediação materna, também podem encorajar ou desencorajar os parceiros a participar dos programas. Nossos resultados apresentam contribuições importantes que podem ser acatadas em programas de intervenção parental com o objetivo de engajar pais-homens no processo e ampliar sua eficácia.



PO 128 | Relações entre Gatekeeping Parental e Parentalidade em famílias com crianças: uma revisão sistemática

Henrique Lima Reis

Resumo O gatekeeping parental (crenças e comportamentos de um cuidador destinados a regular e controlar a interação da dupla com a criança) e a parentalidade têm efeitos no desenvolvimento infantil desde a infância até a vida adulta. Este estudo analisou sistematicamente as relações entre o gatekeeping parental e a parentalidade em famílias com crianças. Seguindo as diretrizes do prisma, realizamos uma busca na literatura e encontramos 16 estudos relevantes em bases de dados, incluindo web of science, embase, scopus, pubmed, scielo, biblioteca virtual em saúde (bvs), lilacs e psycinfo. A maioria dos estudos investigou o gatekeeping materno como um preditor do envolvimento paterno (ep). O gate opening materno foi positivamente relacionado ao ep, enquanto o gate closing materno apresentou uma associação negativa com o ep. Fatores como características da criança, motivação dos pais, características das mães, variáveis culturais, relacionamento conjugal, aspectos da coparentalidade e funcionamento familiar podem afetar a relação entre essas variáveis. O gatekeeping materno pode ser um fator de risco ou de proteção para o desenvolvimento infantil, dependendo das práticas parentais utilizadas pelos cuidadores e da dinâmica familiar. A literatura ainda carece de consenso sobre a definição e a mensuração do parental gatekeeping e não encontramos estudos sobre o gatekeeping paterno, o que destaca o aspecto de gênero do constructo. Além disso, nenhuma pesquisa foi realizada em países da América Latina. Estudos futuros devem considerar arranjos familiares diversos e outras variáveis parentais e culturais que possam estar relacionadas aos comportamentos de gatekeeping. Nossos resultados têm importantes implicações para a prática profissional em psicologia e o desenvolvimento de intervenções familiares.



PO 129 | Vivências e Percepções na Hospitalização de crianças com doenças crônicas: Uma Revisão Integrativa

Ingred Albuquerque (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Camila Maria de Oliveira Ramos (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Felipe Plácido dos Santos (cras), Luzimara Rodrigues Calisto (cras reriutaba), Geórgia Maria Melo Feijão (FLF - Faculdade Luciano Feijão)

Resumo A mortalidade infantil por doenças crônicas tem aumentado, destacando a relevância das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) na morbimortalidade global. A hospitalização prolongada e o tratamento de doenças crônicas na infância impactam a qualidade de vida das crianças e suas famílias, com efeitos emocionais e sociais significativos. Na infância, a vivência da dinamicidade e práticas hospitalares pode denotar uma experiência ameaçadora, com a privação do cotidiano e o afastamento da família, amigos, escola e objetos significativos. Os procedimentos clínicos e terapêuticos entendidos como invasivos ocasionam reações sensíveis e afetivas relativas à dor, sofrimento, medo da solidão e fantasias de morte. Este estudo visa investigar como crianças com doenças crônicas, seus familiares e profissionais de saúde percebem a vivência hospitalar, focando nas dimensões emocionais, sociais e cognitivas e sua influência na adaptação, resiliência e bem-estar durante a hospitalização. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura seguindo o modelo PRISMA, selecionando artigos publicados em português, através da combinação dos descritores "Doença" AND "Criança" AND "Hospital", entre 2018 e 2023 na base LILACS. Como resultado, após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, 18 artigos foram analisados pela análise de conteúdo de Bardin, para categorizar os estudos. Os resultados foram organizados em três categorias temáticas: 1) A criança e o processo de internação hospitalar (f = 05); Esta categoria explora as experiências e os desafios enfrentados pela criança durante o período de internação. 2) A família na relação de cuidado a criança hospitalizada (f = 07); Foca na dinâmica familiar durante a hospitalização da criança, abordando o papel dos familiares no apoio e no cuidado. 3) A relação dos profissionais de saúde com a criança hospitalizada (f = 06) Examina a interação entre os profissionais de saúde e a criança hospitalizada, destacando a importância da comunicação e das práticas de cuidado. Os estudos analisados revelam que a hospitalização de crianças com doenças crônicas é uma experiência complexa que impacta profundamente tanto os pacientes quanto suas famílias e profissionais de saúde. As crianças enfrentam estresse psicológico e físico, com estratégias de enfrentamento variadas, enquanto as famílias lidam com sobrecarga emocional e precisam de suporte eficaz. A atuação empática e humanizada dos profissionais de saúde é crucial para melhorar a experiência hospitalar e facilitar a transição para o cuidado domiciliar. A pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas que apoiem essas dimensões, melhorando o cuidado e a experiência de hospitalização. Conclui-se a importância de estratégias adaptativas e suporte emocional para crianças com doenças crônicas e suas famílias. A implementação de políticas públicas e práticas centradas no paciente pode melhorar o cuidado e a qualidade de vida. Sugere-se que futuras pesquisas explorem a eficácia das estratégias de enfrentamento e as dimensões emocionais e psicológicas da hospitalização infantil.



PO 130 | Explorando as Interconexões entre luto, depressão e envelhecimento

Ingred Albuquerque (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Camila Maria de Oliveira Ramos (FLF - Faculdade Luciano Feijão), Renata Pinheiro (Consultório particular), Viviane Borges de Oliveira e Abreu

Resumo O aumento da expectativa de vida global, impulsionado pelos avanços médicos e melhorias nas condições de vida, tem gerado um crescimento significativo no número de idosos, que são mais vulneráveis a problemas de saúde mental, incluindo a depressão. O luto, frequente entre idosos devido a perdas pessoais e sociais, pode contribuir para o desenvolvimento de transtornos depressivos, afetando a qualidade de vida. Este estudo teve como objetivo investigar a inter-relação entre o luto e o desenvolvimento da depressão em idosos, visando compreender como essas condições se influenciam e identificar formas de intervenção eficazes. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, seguindo o modelo PRISMA. A pesquisa incluiu artigos publicados entre 2019 e 2023, em português e espanhol, em bases de dados como SciELO, PePSIC, MEDLINE e LILACS. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão para selecionar estudos relevantes, resultando em uma amostra final de oito artigos. A análise dos dados envolveu a Análise Estatística Descritiva Simples para traçar o perfil quantitativo da produção científica e a Análise de Conteúdo de Bardin para categorizar qualitativamente a literatura. Os resultados revelaram predominância de estudos brasileiros (seis dos oito selecionados), seguidos pela Argentina e Equador, e o uso predominante do idioma português, com espanhol em segundo lugar. A maioria dos artigos analisados adotou uma abordagem metodológica quantitativa ($n = 7$), enquanto um artigo utilizou uma abordagem multimétodo. As produções atingiram seu ápice em 2022 e 2023. Destaca-se a Psicologia ($n = 7$) como a área mais proeminente nos periódicos listados, evidenciando seu papel central na produção científica em relação à temática desta pesquisa. A amostra analisada foi majoritariamente composta por mulheres (70,84%) e destacou a importância do contexto familiar e das comorbidades na saúde mental dos idosos. Observa-se também uma variedade de abordagens na avaliação da depressão em idosos, incluindo instrumentos específicos para essa faixa etária, bem como ferramentas validadas para adultos em geral. Na análise de conteúdo, os estudos abordaram três categorias principais: 1) Idoso e contexto familiar, enfatizando a influência das dinâmicas familiares na saúde mental e investigando as percepções do ambiente familiar; 2) Experiência do luto em idosos, destacando a complexidade e os desafios emocionais, sociais e psicológicos associados ao luto e as estratégias de enfrentamento adotadas pelos idosos diante da dor da perda; e 3) Depressão em idosos, analisando a relação entre depressão e comorbidades, como dor crônica e institucionalização. O luto e a depressão estão intimamente relacionados na vida dos idosos, com o luto frequentemente exacerbando a depressão. A análise revelou a necessidade de intervenções psicológicas empáticas e recursos terapêuticos adequados, como a terapia cognitivo-comportamental e grupos de apoio. A falta de pesquisas específicas sobre esses temas indica a necessidade de mais estudos para desenvolver estratégias que melhorem a qualidade de vida dos idosos, promovendo um envelhecimento mais saudável e com suporte adequado.



PO 131 | O Sino Tocou e a Última Aula acabou: Experiências de Promoção da Saúde de Professores Após a Aposentadoria

Juliana Moraes Gurjão, Cynthia Melo (UNIFOR - Universidade de Fortaleza),

Dlane Lima Frota (Prefeitura de Fortaleza - SME)

Resumo Aposentar-se significa “um ponto de mutação”, uma “encruzilhada”. No passado, quando isso acontecia, a única ideia que se tinha era que havia chegado a hora de se recolher ao seu aposento e esperar o fim da existência, que viria diante do declínio que seria sua vida. Em uma reviravolta cultural e social, o viver mais, fruto dos avanços científicos, trouxe novos desafios e paradigmas à existência saudável. Vive-se mais e busca-se, com isso, um envelhecimento mais saudável e mais longevidade. O envelhecimento saudável é um movimento processual, no qual se garante uma vida com uma maior preservação de capacidade funcional, mais sensações de bem-estar, autonomia e inclusão social. De forma complementar, a longevidade é definida como a procura por meios e experiências que ampliem o tempo de vida, com qualidade, saúde e maior autonomia possível. Para efetivação da longevidade convoca-se ações de promoção da saúde dirigidas, que devem ser concebidas para indivíduos, grupos específicos ou populações inteiras. Para identificar essas ações, objetivou-se identificar a produção científica nacional e internacional sobre as experiências de saúde e promoção da saúde do professor após a aposentadoria. Realizou-se uma revisão integrativa da literatura. A partir do método PICO traçou-se a seguinte pergunta norteadora: delineou-se: Quais são as experiências de saúde e promoção da saúde de professores após a aposentadoria? Para respondê-la, foram feitas buscas em um agregador e cinco bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS Psic), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Educational Resources Information Centre (ERIC), Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe, Espanha e Portugal (REDALYC). Realizou-se o levantamento de artigos publicados em português, espanhol e inglês, entre 2013 e 2023. Por meio de três combinações de descritores e booleanos, encontrou-se 65.815 artigos. Após aplicar os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados e analisados 15 artigos. Os dados quantitativos mostram que prevaleceram: estudos qualitativos, publicados em português, em periódicos da área da saúde, realizados no Brasil e com professores universitários. Os resultados qualitativos foram organizados em duas categorias. Na primeira, “Trabalho, identidade e aposentadoria: impactos da aposentadoria na vida e saúde do professor” (f = 14), constatou-se uma relação significativa entre a identidade pessoal, laboral e os impactos da aposentadoria na vida do professor. Retratou-se os estereótipos vinculados a esse grupo - “inativos”, “improdutivos” ou “arquivo morto” - e o questionamento sobre o sentido da vida, identidade e papel social. Na segunda categoria, “Programas de Preparação para Aposentadoria: uma necessidade real multifacetada em ideias e objetivos” (f = 9), evidenciou-se visões ambivalentes sobre o tema, que originam diferentes programas de preparação para a aposentadoria, sob duas perspectivas ambivalentes - ações visando a construção de novos vínculos, atividades e objetivos de vida fora do labor e ações que visam a continuidade de gestão de carreira e trabalho após a aposentadoria. Conclui-se que programas de preparação para a aposentadoria focados na estruturação de novos projetos de vida podem contribuir para promoção de saúde na vida pré e pós aposentadoria.



PO 132 | Fatores Associados Ao Crescimento Pós-Traumático em Mulheres Que Sofreram Perda Gestacional

Juliana Moraes Gurjão, Luís Felipe Ribeiro Vieira, Cynthia Melo (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), José Clerton (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Gabriel huet Borges de arruda

Resumo A gestação representa uma fase da vida que demanda atenção psicossocial em todo processo, independente do desfecho, seja acompanhando a evolução positiva da gravidez até o nascimento do bebê, ou durante o processo de perda do bebê, por aborto espontâneo. Contrariando as expectativas de ter um filho recém-nascido nos braços, a perda de um bebê durante a gestação ocorre em 70% dos casos e acarretará a elaboração do luto gestacional. Este pode representar um evento traumático com profundas implicações psicopatológicas, incluindo depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. Essa experiência, marcada por intensa dor emocional, desafia as expectativas e planos parentais, impactando significativamente a saúde mental. Entretanto, na jornada de recuperação, alguns indivíduos relatam Crescimento Pós-Traumático (CPT), evidenciando uma capacidade resiliente de encontrar significado e desenvolver novas perspectivas de vida após a adversidade. Para descortinar essa temática, a presente pesquisa objetivou identificar os fatores preditores e associados ao Crescimento Pós-Traumático de mulheres que sofreram perda gestacional. Foi realizada uma pesquisa quantitativa, transversal e de levantamento, com amostra não probabilística composta por 165 participantes, que respondeu a um questionário estruturado composto por 13 instrumentos, que avaliam variáveis como CPT, impacto do luto no funcionamento, intimidade na relação conjugal, ajustamento conjugal, apoio do parceiro, suporte familiar, suporte social, enfrentamento, religiosidade/espiritualidade, visão de mundo, entre outros. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva e inferenciais (testes de comparação amostral, correlação e regressão), no software Statistical Package for the Social Science (SPSS). Os principais resultados da pesquisa mostram, por meio das análises de correlações, que as variáveis Tempo de Perda do Filho, Quantidade de Filhos Vivos, Suporte Social Percebido, Enfrentamento e Religiosidade estão positivamente associadas ao CPT no luto gestacional, enquanto a variável do Luto Prolongado está negativamente associada. Ademais, a regressão linear múltipla resultou em um modelo estatisticamente significativo em que, das 6 variáveis analisadas, Religiosidade e Enfrentamento se apresentaram estatisticamente significativas e explicam 21,3% das variações nos índices de CPT. Conclui-se que pessoas com maiores índices de religiosidade e enfrentamento podem apresentar maiores indicadores de CPT no luto gestacional. Apesar desses achados trazerem contribuição significativa para área, como todo empreendimento científico, o presente estudo possui limitações, principalmente em relação à composição da amostra, pois seu caráter não probabilístico pode ter levado a uma sobre-representação de certos grupos demográficos, com destaque para mulheres e pessoas da região Sudeste do Brasil. Diante disso, sugere-se para que pesquisas futuras sejam realizadas mais investigações, com delineamento longitudinal, que visem entender como o CPT no luto gestacional evolui, considerando variáveis como diferenças de gênero. Tais dados empíricos são fundamentais para desenvolver estratégias eficazes de prevenção



e tratamento para aqueles em risco de enfrentar luto prolongado ou outros transtornos psicológicos decorrentes do luto gestacional. Adicionalmente, espera-se que as informações obtidas neste estudo ajudem a identificar mulheres com maior risco de complicações severas devido ao luto gestacional. Isso poderia promover a personalização do cuidado psicossocial por meio de intervenções de saúde focadas em maximizar os fatores associados ao CPT.



PO 133 | Efeitos do Instagram na Autoimagem Corporal da Mulher: Revisão Integrativa da Literatura

Kélin Aparecida da Silva (IMED - Faculdade Meridional), Arieli Ventura (ATITUS)

Resumo A construção da imagem corporal, iniciada nos estágios iniciais da vida, é um processo contínuo que envolve a formação de uma representação mental do próprio corpo, influenciada por experiências sensoriais e sociais. Com a ascensão do Instagram, essas influências se intensificaram, promovendo padrões de beleza frequentemente inatingíveis e exacerbando a discrepância entre a realidade física e as imagens idealizadas. O Instagram, líder em acessos e tempo de engajamento no Brasil, exerce um impacto significativo na autoimagem das mulheres brasileiras. Objetivo: Este estudo investigou os efeitos do Instagram na autoimagem corporal das mulheres brasileiras desde a popularização da plataforma em 2010. Método: Foi realizada uma revisão integrativa da literatura para compilar e analisar publicações científicas relevantes sobre a temática. As buscas ocorreram nas bases de dados LILACS, Capes Periódicos, Google Acadêmico e SciELO, usando os descritores: "INSTAGRAM", "AUTOIMAGEM CORPORAL", "MULHERES" e "INFLUÊNCIA DO INSTAGRAM". Os critérios de inclusão foram: artigos publicados em português, inglês e espanhol; artigos completos; e artigos indexados nas bases de dados entre 2010 e abril de 2024. Os critérios de exclusão incluíram: produções científicas repetidas nas bases de dados e publicações que não abordavam o objetivo deste trabalho. Algumas diretrizes PRISMA foram seguidas para garantir a coesão e relevância da revisão. Uma planilha foi elaborada para garantir a integridade da revisão. Resultados: Inicialmente, a busca geral encontrou 4.419 artigos. Após aplicação dos critérios de inclusão, restaram 25 artigos; 7 foram excluídos por serem duplicados ou não relacionados e 10 por não abordarem adequadamente a temática do Instagram e autoimagem corporal das mulheres. Para a análise final, foram incluídos 8 artigos com diferentes métodos. Discussão: As publicações destacam que a exposição constante a imagens idealizadas nas redes sociais pode levar à insatisfação corporal, comparações sociais prejudiciais e ao desenvolvimento de transtornos alimentares. Além disso, os estudos indicam uma pressão crescente para que as mulheres correspondam a padrões estéticos, exacerbando questões de autoestima e saúde mental. Apesar dos discursos contemporâneos sobre liberdade corporal, os resultados sugerem que o Instagram continua a fortalecer padrões normativos de beleza que limitam a percepção de autoimagem positiva e inclusiva. O conteúdo veiculado por influenciadores digitais desempenha um papel central na perpetuação de ideais de magreza e juventude. Considerações finais: Este estudo identifica lacunas significativas na literatura existente, especialmente a falta de pesquisas que abordem a diversidade de corpos. A maioria dos estudos concentra-se em experiências de mulheres cisgênero, negligenciando outras identidades de gênero, como a de mulheres trans. Essa limitação destaca a necessidade urgente de ampliar a investigação para incluir uma gama mais ampla de vozes e experiências. Destaca-se a importância de promover uma representação mais realista e inclusiva dos corpos para mitigar os impactos negativos sobre a autoimagem corporal. Iniciativas futuras devem focar em estratégias que incluam educação digital, conscientização sobre os efeitos das comparações sociais e regulamentações éticas para a divulgação de conteúdos nas redes sociais.



PO 134 | Sintomas de Depressão, Ansiedade e Estresse em Estudantes Brasileiros/as de Pós-graduação Stricto Sensu: Um estudo descritivo

Kélin Aparecida da Silva (IMED - Faculdade Meridional), Graziela c Ribeiro (Atitus), Silvana Ribeiro (atitus)

Resumo A vivência da pós-graduação pode provocar mudanças significativas, resultando tanto em ajustes positivos, como o desenvolvimento de identidade, quanto em aspectos negativos, como ansiedade e crises emocionais. Estudos apontam uma alta prevalência de depressão, ansiedade e insônia entre esses estudantes, superando a média geral. Há uma necessidade crescente de assistência e investigação das questões de saúde mental nesta população, especialmente no Brasil, onde dados específicos ainda são escassos. Objetivo: Este estudo teve como objetivo avaliar os sintomas de depressão, ansiedade e estresse em estudantes brasileiros de pós-graduação stricto sensu. Método: Conduziu-se um estudo empírico, quantitativo, de corte transversal e caráter descritivo, com 3842 estudantes brasileiros de pós-graduação stricto sensu, com idades variando de 20 a 68 anos ($M = 30,90$; $DP = 7,27$). Os participantes responderam a uma ficha de dados sociodemográficos e à Escala de Depressão, Ansiedade e Estresse (DASS-21) por meio de um questionário online. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética responsável (Nº XXXXXXX). Realizaram-se análises descritivas (médias e desvios-padrão) e os testes U de Mann-Whitney e H de Kruskal-Wallis foram conduzidos para comparar as médias dos sintomas de depressão, ansiedade e estresse com os dados sociodemográficos. Resultados: Participaram da pesquisa 1292 homens (33,6%) e 2550 mulheres (66,4%), sendo 1858 mestrandos (48,4%) e 1984 doutorandos (51,6%) provenientes das cinco regiões do país: 362 da região Norte (9,4%), 528 da região Nordeste (13,7%), 451 da região Centro-Oeste (11,7%), 1317 da região Sudeste (34,3%) e 1184 da região Sul (30,8%). Além disso, 3332 estudantes eram de instituições públicas (86,7%). Quanto à gravidade, identificou-se que estudantes de mestrado e doutorado apresentaram sintomas normais. No entanto, foram observados crescentes níveis de depressão, ansiedade e estresse nessa população, superiores aos da população geral. Discussão: O estudo revelou que as mulheres apresentaram níveis mais elevados de depressão, ansiedade e estresse em comparação aos homens, corroborando a literatura que aponta maiores índices desses sintomas na população feminina. Não foram observadas diferenças significativas entre estudantes de mestrado e doutorado. No entanto, estudantes mais jovens mostraram maiores sintomas de ansiedade e estresse, enquanto os mais velhos apresentaram maior depressão. Estudantes do Sudeste registraram níveis mais altos de depressão e estresse, o que pode refletir as demandas intensas das instituições da região. A alta adesão à pesquisa sugere a necessidade de espaços para que os estudantes expressem suas dificuldades, indicando a importância de políticas institucionais que promovam um ambiente de apoio e saúde mental nas pós-graduações. Considerações Finais: Entre as limitações do estudo, destaca-se o uso de um instrumento de autorrelato, que pode facilitar a desejabilidade social. Além disso, parte da coleta de dados ocorreu durante a pandemia de Covid-19, o que pode ter influenciado negativamente os sintomas de depressão, ansiedade e estresse dos estudantes. Os resultados indicam a necessidade de investigação aprofundada dos sintomas em estudantes de pós-graduação para a formulação de estratégias de intervenção que auxiliem estudantes, instituições de ensino e órgãos de fomento.



PO 135 | Desafios na pesquisa étnico-racial no Brasil

Ketlen Ariany da Silva Xavier (In), Lucas Batista de Souza (Autonom),
Eralina de Lima Ferreira (autônoma)

Resumo A definição teórica imprecisa do conceito gera reflexos diretos e indiretos na construção metodológica dos estudos brasileiros sobre o tema. Questões sociais, culturais e históricas relativas à compreensão racial no país influenciam a maneira como o conceito de "socialização étnico-racial" é medido no âmbito acadêmico. Observa-se que estudos nacionais nessa área concentra-se na comunidade negra, negligenciando as experiências de racismo e socialização étnico-racial de outros grupos não brancos que também integram a sociedade nacional. Assim, populações indígenas e amarelas são frequentemente ignoradas nessas pesquisas, o que impede a coleta e o aprofundamento de dados qualitativos e quantitativos sobre suas vivências. Nenhum dos artigos analisados incluía, em seus instrumentos, uma concepção abrangente de raça que ultrapassasse a visão binária "branco/negro". Esse fato se observa desde estudos com crianças, adolescentes até adultos, indicando um apagamento histórico dessas populações e de suas experiências ao longo da vida. Além disso, ao se analisar a construção metodológica dos artigos que tratam da socialização étnico-racial da população negra, observam-se problemáticas relevantes e recorrentes. Observa-se a ausência de um instrumento de pesquisa melhor fundamentado e estruturado para mensurar os efeitos e repercussões dessa socialização. Os artigos analisados evidenciam uma tentativa tímida de adequar questionários fechados autoaplicáveis, que carecem de robustez e são elaborados de forma individual por cada pesquisador. Em decorrência, as perguntas incluídas nesses questionários frequentemente refletem a fragilidade teórica previamente mencionada, de maneira que questionários e entrevistas não conseguem mensurar com precisão as especificidades e complexidades da vivência racial brasileira, abarcando apenas vivências de racismo explícito. Ademais, outro fator que os questionários ainda não conseguem abarcar de maneira eficaz é a relação complexa e contraditória que a população brasileira mantém em relação à auto identificação racial. Observa-se que pessoas negras, desde a infância, tendem, devido ao racismo nacional, a demorar mais a se reconhecerem como negras, e muitas situações que vivenciam e sofrem não são compreendidas como racismo. Nesse contexto, ao estudarem a socialização étnico-racial, existe um desafio em contornar essa problemática e compreender quem é negro ou não. Portanto, percebe-se que a complexidade racial brasileira continua a ser um obstáculo na melhor estruturação dos estudos sobre socialização étnico-racial, tanto com crianças, quanto com adultos, como exemplo professores. Essa fragilidade teórica e metodológica se reflete nos estudos quantitativos e qualitativos encontrados. Como exemplo a pesquisa de que, através de uma observação aos participantes, não relata de maneira precisa como se deu a declaração racial das crianças participantes. De forma geral, é perceptível que os estudos sobre socialização étnico-racial possuem uma relevância inquestionável para a realidade brasileira. No entanto, há uma necessidade premente de uma concepção teórica e metodológica compartilhada entre os pesquisadores desse campo. Discussões de natureza epistemológica e operacional são imprescindíveis para a construção de um espaço acadêmico diversificado, substancial e eficaz. Nesse sentido, a crítica aqui apresentada visa fomentar o avanço da literatura e fortalecer estudos e pesquisas que investiguem a construção racial na sociedade brasileira.



PO 136 | Investigações Sobre Raça No Contexto Infantil: Uma Revisão Integrativa

Ketlen Ariany da Silva Xavier (In), Paula da Luz Galvão (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Lucas Batista de Souza (Autonom), Eralina de Lima Ferreira (autônoma)

Resumo Ao longo da história brasileira, a formação e manutenção do racismo coloca as minorias étnico-raciais em um processo de estratificação social intergeracional, levando toda a população não branca, vítimas de discriminação explícita ou não, a experimentarem as desvantagens que atingem o seu grupo. Isso significa que crianças negras já nascem vítimas do racismo, tendo suas chances de reconhecimento, sustento material, ascensão social e acesso a afeto diminuídas em diferentes contextos. De modo que crianças negras estão constantemente expostas a pobreza agravada pelos efeitos do racismo em diversos âmbitos, como no acesso à saúde e educação. A infância é definida pela fase do desenvolvimento humano que compreende a idade de 0 a 12 anos, ocupando o espaço de uma categoria socialmente construída que agrupa pessoas capazes de participar da sociedade, atuar em conjunto com outros sujeitos e tomar decisões. As crianças compreendem o mundo a partir das suas próprias experiências, mas as normas, crenças e regras oferecidas pela sociedade através dos adultos e outras crianças formam um contexto de aprendizado que influencia a compreensão e ação infantil no mundo, sendo afetadas pelo contexto escolar e familiar. A aprendizagem das relações raciais em contextos como os supracitados afetam as imagens formadas pelas crianças sobre si mesmas, sua percepção corporal, a compreensão dos pares, e provavelmente conduz a reprodução do racismo. Pensando nas crianças negras, o aprendizado dos estereótipos formulados sobre elas e a constante exposição ao racismo pode trazer prejuízos ao longo da vida, levando-as a desejar ter outra cor, a se sentirem feias, rejeitadas e inadequadas. Tais experiências podem ser compreendidas como violência física, psicológica e negligência, sendo assim possíveis preditores de prejuízos no desenvolvimento infantil em diferentes domínios, como autocontrole; linguagem; competência social, e aprendizado. Considerando o exposto, as crianças devem ser vistas como sujeitos ativos e participantes da sociedade, dignas de serem ouvidas como tal. Esse trabalho trata-se de uma revisão integrativa de 9 trabalhos brasileiros onde as crianças participaram como informantes do seu próprio comportamento. Em todos os trabalhos foram observados manifestações de racismo na relação criança-criança e criança-adulto. Foram encontrados impactos do racismo em como as crianças escolhem seus brinquedos, interagem com eles e os descreve. Também em como elas observam seus pares e enxergam a probabilidade deles se engajarem em comportamentos inadequados. Além disso, surgem efeitos na auto imagem e auto conceito apresentado pelas crianças, demonstrando o impacto que o racismo têm na infância, bem como a capacidade de crianças de perceber, internalizar e reproduzir dinâmicas raciais presentes na sociedade.



PO 137 | Mães em Contexto do Cárcere: Brincadeiras Recordadas e Vínculo com seus Bebês

Vitória Gabriela da Silveira Barbosa (UFPA - Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará)

Resumo Este estudo enfoca a importância das brincadeiras na relação entre mães custodiadas e seus bebês, considerando o contexto desafiador das penitenciárias brasileiras. O objetivo é investigar como o resgate das brincadeiras na infância das mães, agora em situação de cárcere, pode fortalecer os vínculos afetivos entre elas e seus bebês. Participaram do estudo 20 mulheres (grávidas e/ou puérperas) residentes na Unidade Materna Infantil (UMI) da Unidade de Custódia e Reinserção Feminina em Ananindeua, Pará. Os dados foram coletados por entrevista semiestruturada, com as seguintes questões: Quais brincadeiras você brincava quando criança? Qual a sua brincadeira preferida?; E com o intuito de convidar as participantes a fazer uma reflexão sobre a infância delas e a relação com os seus filhos, foi feita a seguinte pergunta: Você acredita que as brincadeiras são importantes para fortalecer o vínculo entre mãe e bebê?. As entrevistas ocorreram no espaço da UMI durante o ano de 2023. Estas foram efetuadas individualmente com cada informante e em torno de 40 minutos. Após a coleta de dados quantitativos, as participantes foram convidadas a refletir mais profundamente sobre sua própria infância, compartilhando sentimentos relacionados às memórias evocadas e discorrendo sobre como essas experiências influenciam suas perspectivas para o futuro de seus filhos. Os resultados identificaram quatro categorias de brincadeiras recordadas pelas mães: Brincadeiras Tradicionais; Brincadeiras de Faz de Conta, Brincadeiras de Locomoção e Brincadeiras de Regras. Com 60% das participantes mencionando as "Brincadeiras Tradicionais", evidencia-se uma infância permeada por essas atividades, que promovem conexão cultural entre gerações. As brincadeiras são consideradas um veículo para a expressão de afeto e o estabelecimento de uma base segura, promovendo uma relação de confiança. Esse resgate proporciona não apenas uma jornada nostálgica, mas revelou-se como uma ferramenta poderosa na construção de perspectivas positivas para o futuro de seus filhos, oferecendo-lhes um senso de continuidade, pertencimento e normalidade, apesar do ambiente adverso. Assim, as mães encarceradas, ao resgatarem brincadeiras da infância, almejam conferir significado às experiências compartilhadas, criando uma narrativa que transcende as limitações do ambiente prisional. Conclui-se, que esse enfoque atende às necessidades fundamentais do bebê em termos de desenvolvimento emocional e cognitivo, e reconhece o impacto positivo na reabilitação da própria mãe.



PO 138 | Níveis de Ansiedade e Depressão em Gestantes e Lactantes no Sistema Prisional

Vitória Gabriela da Silveira Barbosa (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Milena Nascimento da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Celina Maria Colino Magalhães (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O estudo investiga os níveis de ansiedade e depressão entre gestantes e lactantes no sistema prisional, destacando os impactos adversos do ambiente carcerário na saúde mental das mulheres. A pesquisa foi realizada com 22 mulheres (vinte grávidas e duas lactantes) custodiadas na Unidade Materno Infantil (UMI) anexa a Unidade de Custódia e Reinserção Feminina (UCRF), localizada no município de Ananindeua, coordenada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). Este estudo utilizou como instrumentos o Inventário de Ansiedade de Beck (BAI) e o Inventário de Depressão de Beck (BDI). Para avaliar a ansiedade e a depressão, são utilizadas as escalas Beck, que oferecem informações sobre a situação atual e o funcionamento cognitivo-comportamental do sujeito, direcionando a intervenção terapêutica. O BAI, com 21 itens pontuados de 0 a 3, classifica a ansiedade em níveis de mínimo a grave e possui alta consistência interna (α de Cronbach de 0,92) e moderada confiabilidade no teste-reteste ($r = 0,75$). O BDI, também com 21 itens e pontuação de 0 a 3, classifica a depressão de mínima a grave, com um alfa de Cronbach de 0,82 em amostras não clínicas. As visitas à unidade pelas pesquisadoras ocorreram três vezes por semana, os questionários foram aplicados individualmente com as mães, a partir da segunda semana de encarceramento. As participantes foram convidadas a participar e informadas sobre o objetivo do estudo, todas assistiram positivamente, as aplicações tiveram duração média de 20 minutos. As respostas foram registradas após leitura das perguntas e dúvidas foram esclarecidas ao final de cada sessão. Os resultados indicam que, 8 participantes (36%) apresentaram níveis graves de ansiedade e 4 (18%) apresentaram níveis moderados, resultando em uma prevalência combinada de 54% de níveis graves e moderados de ansiedade. Em relação à depressão, 4 participantes (18%) apresentaram níveis graves e 13 (59%) apresentaram níveis moderados, culminando em uma prevalência combinada de 77% de níveis graves e moderados de depressão. Foi conduzida uma análise de associação entre a presença de sintomas de ansiedade e depressão e o tempo de reclusão. Os resultados mostram, que 9 gestantes (41%) possuíam tanto níveis de ansiedade quanto de depressão moderados a graves e estavam há mais de 50 dias no sistema penal, e apenas quatro dessas mulheres recebiam visitas de familiares. Esses dados sugerem que a permanência prolongada no ambiente prisional afeta diretamente a saúde mental das gestantes, contribuindo para uma alta incidência de ansiedade e depressão. Mesmo aquelas que recebiam visitas, que poderiam representar uma forma de suporte externo, não demonstraram um impacto significativo na mitigação dos sintomas depressivos e ansiosos ao longo do período de reclusão. Os resultados apresentados corroboram a literatura existente, que aponta as condições adversas do ambiente prisional como fator significativo na deterioração da saúde física e mental dessas mulheres. Conclui-se que essas mulheres enfrentam um ambiente extremamente estressante e pouco adaptado às suas necessidades específicas, exigindo intervenções urgentes e adequadas para mitigar os impactos negativos na saúde mental dessas mães.



**PO 139 | O adolescer institucionalizado em Centro Socioeducativo:
“Por que não tenho o direito de querer comer um chocolate?”**

Janara Pinheiro Lopes (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo No contexto de violência estrutural no Brasil que assola as adolescentes, há uma da (des)articulação das Políticas Públicas de Saúde (Mental) e da Assistência Social. Problematisa-se o campo das medidas socioeducativas, que recebem as adolescentes que peregrinam por tais políticas. Diante do cenário de vulnerabilidade social e de violência que só aumenta no país, as adolescentes percorrem das escolas, das instituições de saúde (mental) e da assistência social para o campo da socioeducação, com um caráter prisional e punitivo. O Estado do Ceará vem apresentando uma realidade trágica que vitimiza adolescentes que estão na mira do crime, seja para morrer, matar ou traficar. O perfil do adolescente que mais morre no Ceará é o do negro, morador de periferia, em situação de vulnerabilidade social e que já estava há mais de seis meses fora da escola. A maioria do sexo masculino, mas há um crescente envolvimento do sexo feminino. Negligencia-se as injustiças sociais e discriminações que os jovens estão expostos, além da falta de oportunidades para o trabalho e educação, bem como a dificuldade de acesso à saúde e a direitos para uma vida com dignidade. Em 2020, a pandemia por COVID-19 e o aumento acentuado de homicídios de adolescentes foram dois graves problemas de saúde pública que afetaram a população cearense. Objetiva-se analisar os sentidos da recorrência do ato infracional e do cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade para adolescentes com reentradas no sistema socioeducativo. Segue-se um método de trabalho clínico, com dez adolescentes, nomeado de intervenções psicanalíticas clínico-políticas que se configura um campo epistemológico ético ao considerar as peculiaridades dos sujeitos e as suas demandas em contextos de exclusão e de violências. Pesquisa de doutorado aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Depreende-se o desenvolvimento psicossocial das adolescentes ser marcado por uma conjuntura de vulnerabilidade social que apresenta diversas violações de direitos, entre elas: violência doméstica, psicológica, física e sexual com sentimentos de abandono, rejeição e desalento, não sendo somente um desamparo discursivo e social ao abordarmos o adolescer com seu sofrimento na dimensão sociopolítica. Daí seus corpos institucionalizados sofrerem pela violência auto infligida sendo uma prática que vem crescendo entre as adolescentes que circulam nos serviços de saúde e que se presentifica nos Centros Socioeducativos. Essa conjuntura social necessita inspirar redes de cuidado e estratégias com medidas urgentes para manutenção da vida das adolescentes. Conclui-se que, diante do cenário atual de violência que interrompe as vidas de adolescentes, é fundamental dialogar com diversos setores da sociedade com novas estratégias de intervenções que precisam favorecer mais oportunidades culturais, artísticas, esportivas, de estudos e trabalho para evitar as adolescentes entrarem no centro socioeducativo. As adolescentes peregrinam por vários serviços de saúde (mental) e da assistência social como despercebidas, mal-compreendidas, desautorizadas como sujeitos até serem infames, chegando a assumirem o lugar de delinquentes. A implantação de políticas públicas eficientes é fundamental para reduzir assassinatos e suicídios de adolescentes que estão associados com a violência do país.



PO 140 | O CRPRS e as Rodas de Orientação em Emergências e Desastres: a Psicologia diante dos efeitos psicossociais e das vulnerabilizações vivenciadas no desastre sócio-político-ambiental do RS

Maria Luiza Diello (Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul), Flávia Cardozo de Mattos (CRPRS), Míriam Cristiane Alves (UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Simone Scremin (hcpa), Maria Luísa Pereira de Oliveira (HCPA)

Resumo Em maio de 2024, o Rio Grande do Sul (RS) enfrentou um dos piores desastres sócio-político-ambientais da história do estado e do país. Segundo dados da Defesa Civil publicados em 3 de junho, foram 475 municípios atingidos (95,57% do total), 37.154 abrigados, 579.457 desalojados, 2.390.556 afetados, 806 feridos, 42 desaparecidos, 77.874 resgatados e 172 óbitos confirmados. Profissionais da Psicologia iniciaram ações voluntárias em pontos de resgate e em abrigos nas cidades atingidas, com pouco ou nenhum preparo técnico-profissional, haja vista que a formação em Psicologia, de modo geral, não apresenta disciplinas curriculares obrigatórias no campo da Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres. O estudo objetiva problematizar alguns conteúdos nomeados por profissionais de Psicologia ao longo das Rodas de Orientação, desenvolvidas pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul (CRPRS), no que tange aos efeitos psicossociais e às vulnerabilizações produzidas pelo desastre. Quanto à metodologia, trata-se de um ensaio teórico cujas reflexões partem da experiência de escuta e do processo de mediação das Rodas de Orientação desenvolvidas pelo CRPRS aos profissionais de Psicologia, voluntários ou vinculados a equipamentos públicos, que atuaram na fase de resposta ao desastre. No período de 6 de maio a 6 de junho, foram realizadas 14 Rodas de Orientação, contabilizando um total de 306 profissionais da Psicologia orientados. Os conteúdos aqui considerados, nomeados nas Rodas de Orientação, foram agrupados em 3 categorias: conhecimento técnico e ética profissional; vulnerabilizações e percepções sociais; cuidado do outro e cuidado de si. As Rodas de Orientação permitiram a aproximação de profissionais da Psicologia ao campo da Gestão Integral de Riscos, Emergências e Desastres e sua instrumentalização para uma atuação ética e técnica nesse contexto. Além disso, permitiram que temas caros ao campo dos Direitos Humanos fossem abordados de modo transversal, uma vez que o desastre sócio-político-ambiental vivenciado no RS escancarou vulnerabilizações já existentes, provocando nas pessoas e coletividades a manifestação de hierarquizações que estruturam nossa sociedade, tais como racismo, classismo, sexismo, capacitismo e transfobia. Compreendemos que tal experiência de orientação desenvolvida pelo CRPRS tem o potencial de criar parâmetros para novas ações de orientação aos profissionais da Psicologia diante de um cenário de crise e emergencialidade.



**PO 142 | O desenvolvimento da linguagem através do brincar:
um estudo de caso infantil a partir da psicanálise**

Isadora Francez Sassim (ufpa), Levy Araújo Dias Paes

Resumo De acordo com as versões mais recentes dos manuais diagnósticos CID-10 e DSM-V, o autismo e o TDAH são definidos enquanto Transtornos Globais do Desenvolvimento. Devido a demanda recorrente dessas desordens em crianças, este trabalho objetiva apresentar a contribuição atual e relevante da perspectiva psicanalítica no tratamento de crianças com tais transtornos, focando no desenvolvimento da linguagem em seu aspecto discursivo a partir do brincar. Para tanto, esta pesquisa foi realizada em um ambulatório público de desenvolvimento infantil na cidade de Belém e a metodologia empregada é qualitativa, por meio de estudo de caso de cunho descritivo, mediante o acompanhamento por 3 horas diárias ao longo de 7 semanas de um menino de 9 anos, diagnosticado com autismo e TDAH. Cauã - nome fictício - inicialmente apresentava comportamento agressivo, não brincava com outras crianças e comunicava suas vontades e insatisfações através de sons, mímicas e gritos, articulando poucas palavras, também tinha dificuldade de se engajar em uma brincadeira por muito tempo, trocando constantemente de atividade. Nos momentos em que o convidamos a se juntar à brincadeira coletiva, o menino recusava, sem fornecer maiores explicações sobre a negativa. Ao acompanhá-lo em uma consulta, soubemos que essa questão com a linguagem não era de ordem fonoaudiológica e que o tratamento que ele fazia era com a psicóloga da unidade. Diante disso, a psicanálise propõe uma visão que aposta no sujeito, que mesmo sem responder à convocação, está implicado nas dinâmicas sociais com seu conteúdo subjetivo, e pode se manifestar pelo estabelecimento do laço transferencial, isto é, diante da disponibilidade de ser escutado sem formulações à priori acerca de sua condição de saúde. Seguindo esse pressuposto, continuamos os esforços de convocação da criança por meio de brincadeiras de encenação, promovendo uma montagem de histórias fictícias com bonecos. Como resultado, a partir da quarta semana, gradualmente, Cauã recorreu ao uso de frases completas para se expressar e, de forma espontânea, começou a se colocar nas brincadeiras grupais. Houve uma mudança significativa de suas reações. O que anteriormente se traduzia em atos, agressivos e violentos, passou a se inscrever na fala do menino, na articulação de um discurso que enlaçava também a brincadeira e dizia algo do seu desejo, do seu saber singular acerca de seus diagnósticos, sem estar fixado nas classificações dos manuais. A contribuição psicanalítica no desenvolvimento da linguagem dessa criança está na possibilidade dela produzir uma narrativa acerca de si, elaborada por meio da conjugação do brincar e da escuta, escuta esta feita sem tecer super interpretações acerca do que foi observado, mas que estava, sobretudo, aberta a trabalhar a via simbólica de sua agressividade, retraimento e silêncio, sem fazer reduções ao mero aspecto orgânico de suas patologias. Em tempos de valorização da hipermedicalização de crianças com autismo e TDAH, a psicanálise se mostra pertinente por operar por caminhos plurais que produzem efeitos concretos para tratar questões do desenvolvimento.



PO 145 | O desenvolvimento infanto-juvenil no contexto psicossocial e de linguagem

Andressa Duarte Pontes da Silva (cmgb), Francisco Leonardo Moreno Soares (UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo O desenvolvimento infanto-juvenil no contexto psicossocial e de linguagem é de extrema importância uma vez que compreendemos como se deve a evolução desses aspectos durante a segunda infância e de que maneira o aprendizado linguístico, juntamente com a interação com o meio social e ambiental formam a constituição da personalidade do indivíduo. Portanto o principal objetivo deste estudo é compreender a psicologia do desenvolvimento infantil exigindo que compreendamos que cada criança é única e possui a sua própria particularidade, sendo um dos desafios cruciais do tema discernir as influências universais que atuam sobre o indivíduo. A partir da necessidade de aprofundamento no tema, foram realizados estudos bibliográficos e visitas iniciais para mapeamento do espaço escolar onde se optou por desempenhar a observação não participante em sala de aula de uma turma do primeiro ano do fundamental. Além disso, executamos uma análise das interações presenciadas no ambiente escolar, em que se pode corroborar com as investigações que se iniciaram a partir das pesquisas sobre os quatro estágios do desenvolvimento infantil exemplificado por Piaget, no qual o presente estudo se fundamentou na formação da convivência de crianças entre 3 e 6 anos, seguindo o olhar a significância do aprendizado da língua apoiado em Skinner e por fim como se relaciona a conjunção psicossocial na infância e a sua relevância para o processo de construção individual da criança, além do papel de apoio da escola e educadores dimensionado por Vygotsky. Como resultados deste estudo, foi possível observar a indispensabilidade da criação de um espaço seguro e estímulo à liberdade da criança no contexto socioeducativo, bem como o aprofundamento teórico e prático do educador em relação a condução da comunicação com crianças em diferentes contextos sociais, para que o ambiente escolar sendo um local ao qual visivelmente eles passam uma boa parte do seu dia, impacte de forma positiva para a socialização e aprendizagem, aumentando assim o repertório linguístico e sua formação como sujeito.



PO 146 | O ensino de psicologia na formação inicial de docentes no Brasil: Uma revisão integrativa de literatura

Hellen Mara Moreira Cardoso (FAPESB), Pablo Mateus dos Santos Jacinto (UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia)

Resumo O avanço da área da psicologia proporcionou diversas discussões sobre o comportamento humano e o processo de aprendizagem, tendo impacto direto nas reflexões sobre a formação de professores. A psicologia educacional exerceu forte influência na formação docente no Brasil, desde a escola Normal até a construção dos currículos das licenciaturas atuais. Este estudo tem como objetivo compreender a contribuição da psicologia no processo de formação inicial dos professores por meio da análise curricular da oferta de disciplinas e conteúdos da psicologia nos cursos de licenciatura. Trata-se de um estudo qualitativo de revisão integrativa de literatura realizado com estudos publicados entre 2013 e 2023 que abordassem a psicologia na formação docente nas bases de dados : Periódicos Capes e Scielo. Foram selecionados após a análise referente aos critérios de inclusão e exclusão 10 estudos para coleta e análise submetidos aos softwares Parsifal e MaxQDA. Os resultados encontrados foram organizados em três categorias : inserção curricular da psicologia na formação docente, responsável por elencar a inserção da psicologia nos currículos educacionais tanto nas disciplinas quanto por meio de temas correlatos e uso de materiais e recursos; contribuições metodológicas da psicologia na formação docente, esta categoria contempla as discussões que classificam a psicologia como um instrumento importante para a prática docente, além de analisar como teorias psicológicas e conceitos exercem influência sobre o trabalho desenvolvido no cotidiano profissional e contribuições teóricas da psicologia na formação docente, por fim, esta categoria engloba a aplicação da psicologia como ferramenta metodológica na prática docente, apostando técnicas e habilidades propostas pela psicologia. Foi possível observar a influência direta da psicologia e da psicologia da educação no contexto de formação docente como diversa, variando entre os estudos analisados, entretanto, entende -se a necessidade de integração dos conhecimentos da educação e da psicologia como ferramenta de discussão e pensamento de uma prática crítica e não medicalizante docente. O Estudo permitiu ainda analisar a contribuição da psicologia para além do ensino de aprendizagem e desenvolvimento humano, com destaque para aspectos socioculturais, temáticas transversais e diversidade.



PO 148 | O projeto de vida como eixo de letramento racial e práticas antirracistas por meio da psicologia do desenvolvimento

Jessica Santos Oliveira (UNB - Universidade de Brasília), Yngrid Mota de Melo (UNB - Universidade de Brasília), Wilsa Maria Ramos (UNB - Universidade de Brasília), Larissa Medeiros Marinho dos Santos (UNB - Universidade de Brasília), Brenda Thallys Rocha Seabra (UNB - Universidade de Brasília), Fabrícia Teixeira Borges (UNB - Universidade de Brasília)

Resumo A pesquisa está integrada ao Projeto aprovado no Edital do CNPq, Pró-Humanidades, intitulado "Formação de licenciandos para a atuação frente às tensões e contradições relacionadas às questões raciais na escola e nas redes sociais" organizado por docentes do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento da Universidade de Brasília. Busca fortalecer a relação Universidade-escola com a participação de estudantes licenciandos no cotidiano de escola pública de Ensino Médio no eixo Projeto de Vida da Base Nacional Comum Curricular. O Projeto de Vida se articula como um processo que aborda aspectos diversos das juventudes do Brasil e o protagonismo dos estudantes em seu processo de aprendizagem. O objetivo da intervenção é promover dinâmicas e experiências de aprendizagem que favoreçam aos alunos a promoção do entendimento de raça mobilizando as reflexões sobre o eu e o outro. As intervenções ocorrem baseadas nos princípios freirianos com enfoque em temas transversais, como identidade e autoimagem; amor próprio, vivência em comunidade e racialidade. São instigadas reflexões sobre negritude; representação da negritude na mídia e nas redes sociais; a batalha poética com o Slam, os Griôs e a importância da oralidade africana. A escola de Ensino Médio participante está situada no Plano Piloto em Brasília. A metodologia trata-se de pesquisa intervenção, onde as dinâmicas e atividades realizadas são recursos que visam ampliar a discussão sobre raça, preconceitos, as crenças limitantes geradoras de comportamento automático dos indivíduos com desfechos (ou imaginações) previsíveis e com segurança. As turmas são heterogêneas sendo que os alunos são oriundos de diversas regiões do Distrito Federal. A atuação das estudantes pesquisadoras na escola ocorre em três turmas do 3º ano. A duração da pesquisa é de um ano e está em seu segundo semestre. A análise dos dados foi feita a partir das vivências das pesquisadoras e das reflexões mediadas pelas professoras orientadoras, além de questionário respondido pela professora da escola. Os resultados preliminares demonstram que a equipe de estudantes pesquisadores têm conduzido discussões importantes sobre racialidade, com envolvimento dos estudantes e o apoio da professora, que tem demonstrado grande satisfação com a parceria com a Universidade. Também, destaca-se a atuação contextualizada e inovadora dos licenciandos nas temáticas relacionadas a racialidade na perspectiva freiriana e alinhada à psicologia histórico-cultural para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos. Como conclusões preliminares, vislumbra-se que após a finalização da pesquisa será possível levantar as estratégias didáticas bem sucedidas para lidar com questões relacionadas ao preconceito de raça tomando a escola enquanto ambiente socializador e promotor de desenvolvimento e de conscientização para a atuação plena de todos como cidadão global.



PO 149 | O RPG como ferramenta para a construção do Self: Uma Revisão Narrativa

Caroline Aranha Kalil (SEDSODH), Edna Lúcia Tinoco Ponciano (UERJ)

Resumo Os sistemas de RPG (Role-playing game) surgiram e se difundiram na cultura dos jogos nos EUA na década de 70, mas só alcançaram popularidade no Brasil nos anos 90, com a tradução para o português-brasileiro do Generic and Universal Role Playing System. O RPG consolidou-se como uma expressão cultural abrangente, englobando tanto prática e entretenimento quanto uma indústria em crescimento. Ele desempenha papéis significativos no teatro contemporâneo, na mídia e nas artes performáticas, além de se tornar uma ferramenta essencial em experiências de vida. Ao longo de mais de quatro décadas, o RPG tem sido explorado de maneira diversificada e séria, encontrando aplicações em áreas como terapia, educação, planejamento estratégico e ativismo. No entanto, o potencial do RPG como ambiente e ferramenta para a construção de identidade, muitas vezes, passa despercebido na literatura brasileira. Para preencher essa lacuna, foi realizada uma revisão narrativa no projeto de dissertação intitulado “RPG e construção identitária: perspectivas de si ao jogar role-playing game”, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ). Foram selecionados, sem critérios sistemáticos de busca, estudos que se propuseram a reunir o conhecimento sobre identidade, self e self dialógico, teoria que contempla a psicologia social, cultural e do self. A revisão narrativa teve como objetivo entender esse conhecimento sobre os conceitos definidos e discutir como eles podem relacionar-se com o RPG no contexto da construção identitária. A revisão revela que a identidade é vista como uma fusão do self, refletindo continuidade e multiplicidade de autoimagens, além da perspectiva dialógica do self que expande essa visão, integrando múltiplas vozes dessas perspectivas internas. A narrativa é fundamental na expressão e construção da identidade de maneira compartilhada e a globalização e a diversidade cultural desafiam noções tradicionais, promovendo identidades híbridas e multifacetadas. O RPG é destacado como uma ferramenta promissora para explorar a construção identitária, permitindo aos jogadores assumir diferentes papéis e perspectivas, refletindo a complexidade do self dialógico. Os jogos de RPG envolvem frequentemente jogadores que adotam várias personas e se envolvem com diferentes estruturas sociais, refletindo os desafios e oportunidades apresentados pela globalização cultural na formação de sentido e de pertencimento. Além disso, é importante destacar o potencial do RPG como uma fantasia compartilhada, onde a construção de significados ocorre de forma coletiva, enriquecendo a dialogicidade do self. No entanto, a revisão também destaca a escassez de pesquisas que investiguem o impacto do RPG na construção identitária à luz da teoria do self dialógico, e alerta para as implicações éticas e sociais da representação de identidades e estereótipos nos jogos. É crucial ressaltar a importância do aspecto desenvolvimental que o RPG pode ofertar, principalmente como uma ferramenta para os períodos em que jovens estão construindo sua identidade e buscando a experimentação de perspectivas. O estudo sublinha, portanto, a necessidade de estudos empíricos e uma abordagem mais crítica e aprofundada ao explorar o papel do RPG na construção identitária e na reflexão sobre as implicações socioculturais.



PO 150 | O Trabalho da Psicologia na Orientação Profissional no SINE

Melyssa Thaís Rodrigues da Silva

Resumo Esse trabalho tem como objetivo apresentar a atuação das psicólogas da orientação profissional de um SINE. O Brasil criou em 1975, por meio do Decreto 76.403/1975, o Sistema Nacional de Empregos (SINE), respondendo à Convenção 88 da Organização Internacional do Trabalho, sendo um serviço gratuito de intermediação de mão de obra, que visa facilitar o contato entre empregadores e trabalhadores. O SINE conta com outros serviços para os/as trabalhadoras, um deles é a orientação profissional (OP). A Cartilha para Orientação Profissional nos Postos de Atendimento do SINE menciona a atuação da psicologia em postos de maior porte, destacando sua função como formadora na orientação profissional e a possibilidade de estágios de psicologia nesse serviço. Na atuação em equipamentos, onde os indivíduos-alvo são das classes populares, como no caso do SINE, é necessário reconhecer os sujeitos como atores sua história e agente de transformação do seu modo de vida. A Psicologia Histórico Cultural (PHC) toma o trabalho (atividade vital humana) como gênese do psiquismo complexo e pauta o desenvolvimento psíquico como produto da apropriação de signos culturais, sendo ainda guiado por uma atividade-guia ou dominante em cada período. O trabalho é a atividade-guia na juventude e vida adulta. O processo de reflexão sobre o trabalho suscitado na OP pela ótica da PHC pode oferecer elementos para a promoção de uma situação social de desenvolvimento. A pesquisa foi realizada no Centro Municipal de trabalho e empreendedorismo (onde está alocado o SINE estudado). Participaram 5 psicólogas atuantes do serviço de orientação profissional de duas unidades do equipamento. A coleta foi realizada através de uma entrevista semiestruturada. A maioria das psicólogas possuía experiência prévia com psicologia organizacional e do trabalho. Os resultados mostram que essa OP inclui de maneira geral uma orientação para entrevistas e processos seletivos, confecção do currículo, e informações sobre a rede socioassistencial. Os atendimentos e ações são realizados em conjunto com as assistentes sociais. As ações versam sobre: palestras de orientação profissional que acontecem no espaço do equipamento para turmas de cursos de qualificação lá oferecidos; e palestras externas para escolas, ONGs, CRAS, CREAS e quaisquer demandas nesse sentido. Uma das psicólogas relata a necessidade de trabalho com grupos e de uma orientação pós formativa com foco o processo de inserção no mercado de trabalho. A maioria das psicólogas relatou ter como perspectiva de suas ações uma psicologia social, ou psicologia do trabalho. Dito isto, acredita-se que o SINE ao oferecer esse serviço, deve criar um espaço para refletir sobre o trabalho, considerando a realidade concreta do trabalhador/a, o mercado de trabalho e as diferentes profissões, e o que isso significa para o sujeito. Os elementos teóricos da PHC podem oferecer subsídio para se pensar essa ação. Ressalta-se a importância do equipamento estudado contar com esse serviço, que não é a realidade em todos os SINEs. Finalmente, é essencial compreender o papel específico da psicologia nesse contexto e sua importância, para que haja a valorização da profissão nesses espaços e seja realizado um trabalho adequado e promotor de desenvolvimento humano.



PO 151 | O três que vira 6: erro fonológico na escrita de numerais arábicos

Paula Beatriz Mendes Carvalho (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais),
Leidiane da Silva Caldeira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Resumo A transcodificação numérica consiste em converter números na forma verbal ("três") para arábica ("6") e é um preditor da performance das habilidades matemáticas mais avançadas, como os cálculos aritméticos. Analisar os tipos de erros na escrita de numerais arábicos e compreender cada um de seus subtipos, permite um melhor entendimento do perfil de dificuldade de cada criança. Um dos erros mais citados na literatura é o erro lexical, que consiste na substituição de um dos dígitos no número. Dentre os subtipos de erros lexicais, tem-se o erro fonológico, que ocorre quando os fonemas de dois números são semelhantes, levando a uma confusão entre eles devido à similaridade sonora (e.g.: "sete mil e três" -> 7003 e "sete mil e treze" -> 7013). Sendo um recorte de um projeto maior sobre a aprendizagem da transcodificação numérica em crianças do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental, este estudo tem como objetivo avaliar a ocorrência do erro fonológico, identificado pelas autoras a partir de observações empíricas durante a análise dos subtipos de erros em uma tarefa de escrita de numerais arábicos. Foram avaliadas 201 crianças (M=8,59 anos; DP=1,15 ano), das quais 94 foram avaliadas online e 107 presencial. Utilizou-se a Tarefa de Transcodificação Numérica da Bateria Pronúmero (versão reduzida), que consiste em um ditado de números com 34 itens. Os tipos de erros foram classificados por duas pesquisadoras utilizando o método duplo cego. Uma terceira revisora entrevistou para resolver as discordâncias de classificação entre as avaliadoras e, ao final, fez-se uma análise de frequência para avaliar a prevalência desse subtipo de erro na amostra do estudo. Observou-se que 19,90% dessas crianças cometeram o erro fonológico, sendo 47,50% do 2º ano, 17,50% do 3º, 20% do 4º e 15% do 5º ano. Isso está em consonância com outros estudos, que constatarem uma diminuição dos erros lexicais à medida que o nível de escolaridade aumenta. Além disso, foram encontrados 58 erros fonológicos, nos quais aconteceram trocas entre os seguintes números com fonemas semelhantes: 600 e 700 (22,41% dos erros); 3 e 6 (18,97% dos erros); 60 e 70 (18,97% dos erros); 100 e 600 (15,52% dos erros); 100 e 700 (6,90% dos erros); 60 e 100 (6,90% dos erros); 3 e 13 (6,90% dos erros); 2 e 12 (1,72% dos erros); e 70 e 100 (1,72% dos erros). Esse subtipo de erro ocorreu com maior frequência na avaliação online (65%) em comparação com a presencial (35%). Esse resultado pode ser explicado pelas diferenças na aplicação da tarefa entre as modalidades: na coleta online as crianças compartilhavam a tela, com isso, não tinham acesso ao vídeo da avaliadora simultaneamente à realização da tarefa e não viam a avaliadora articular os números; já na coleta presencial, as crianças poderiam acompanhar a fala da avaliadora, que estava ao seu lado. Dessa forma, conclui-se que os resultados deste estudo contribuem para a literatura dos tipos de erros da transcodificação numérica no português brasileiro, ao adicionar um novo subtipo à classificação.



PO 152 | O Uso Excessivo de Telas no Desenvolvimento Infantil

Bárbara de Freitas Leitão

Resumo A infância é uma fase crucial para o desenvolvimento físico, psicológico e social, mediada pela cultura e estimulada por brincadeiras, escolarização e convivência. Recentemente, o avanço tecnológico aumentou a exposição das crianças às mídias eletrônicas desde cedo. A pandemia de Covid-19 intensificou o uso de dispositivos digitais, destacando a necessidade de compreender os impactos dessa exposição prolongada. A pesquisa revisa estudos sobre as consequências do uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil, ressaltando a importância de práticas educativas e de saúde para um desenvolvimento equilibrado. Este estudo é uma revisão integrativa da literatura que utilizou levantamento bibliográfico e análise de artigos sobre o uso excessivo de telas no desenvolvimento infantil. Foram selecionadas 10 publicações científicas, incluindo artigos, periódicos de revistas eletrônicas e uma monografia, abrangendo publicações de 2021 a 2024 que analisavam este impacto em crianças de 0 a 12 anos.

O resultado da pesquisa evidenciou que o uso excessivo de telas está ligado a problemas de saúde infantil, como obesidade, desenvolvimento motor, cognitivo e psicossocial deficitário, redução de habilidades críticas e criativas, e distúrbios do sono, especialmente em crianças com TDAH e autismo. Além disso, há presença de fatores psicossociais, como condições de moradia, composição familiar, interações parentais e cuidadores com menor nível educacional que torna evidente a importância do ambiente familiar na promoção de um desenvolvimento saudável.

A exposição precoce e ilimitada às telas compromete não só o desenvolvimento individual da criança, mas também a qualidade das interações familiares, essenciais para um crescimento saudável. É imprescindível a priorização de políticas públicas que favoreçam intervenções de prevenção e promoção de saúde, destacando o papel fundamental das interações humanas e das brincadeiras tradicionais para o crescimento e bem-estar das crianças. Além disso, é crucial realizar atividades que promovam a conscientização dos pais e da população em geral sobre essa temática. Portanto, esta revisão aponta a necessidade de elaboração de estudos brasileiros que investiguem as consequências da utilização indiscriminada de telas para o desenvolvimento humano.



**PO 153 | Observatório de Preconceito em Escolas de Fortaleza (OPEFor):
teorias, pesquisas e intervenções no campo do preconceito**

Leticia Bessa (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Priscilla Brito Tavares (PMF),
Luciana Maria Maia (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Kaline da Silva Lima
(UNIFOR - Universidade de Fortaleza)

Resumo O Observatório de Preconceito em Escolas de Fortaleza (OPEFor) foi idealizado em 2023 e vem sendo criado por quatro pesquisadoras do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza (PPGP-Unifor). O OPEFor está vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Processos de Exclusão Social (LEPES) e se propõe como uma organização dedicada ao combate ao preconceito nas escolas de Fortaleza, com o objetivo de observar, coletar e analisar dados sobre preconceitos no ambiente escolar, além de implementar intervenções eficazes para combatê-los. A criação do OPEFor está relacionada: à consolidação do Projeto “Dialogando sobre Preconceito”, desenvolvido no âmbito da graduação em Psicologia da Unifor; ao fortalecimento de parcerias com gestoras de escolas do município; e à colaboração com pesquisadores de outras instituições, como a Universidade Federal de Sergipe, que já consolidou um observatório semelhante. No contexto local, o OPEFor surge no âmbito do Decreto 15.304/2022 da Prefeitura de Fortaleza, que financia a formação de mestres e doutores, resultando no aumento das pesquisas voltadas ao contexto escolar no PPGP da Unifor. As pesquisas e intervenções do OPEFor são fundamentadas em teorias da psicologia social e da educação. Entre elas, destacam-se: a Hipótese do Contato de Allport (1954), que propõe a redução do preconceito através do contato entre grupos; a Teoria do Contato Intergrupo de Pettigrew (1998), que aponta a interação entre pessoas de diferentes grupos como uma forma de diminuir conflitos; a Hipótese do Contra Estereótipo (Gocłowska et al., 2013), que sugere que os estereótipos podem ser enfraquecidos quando informações contrárias ao estereótipo são apresentadas; a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1983), que explora o processo de identificação e categorização social; a Educação Multicultural (Pansini & Nenevé, 2008), que questiona a superioridade atribuída a certos saberes no currículo escolar, propondo um rompimento com práticas colonizadoras que afetam crianças e adolescentes de diversos grupos étnico-raciais; e a perspectiva do Diálogo de Paulo Freire (1979), que norteia as discussões sobre preconceito considerando que o diálogo ocorre nas relações de respeito e de reciprocidade. As etapas iniciais do OPEFor incluíram a entrada em campo, que envolveu a aproximação com escolas municipais de Fortaleza e a escolha de uma escola de tempo integral para estudos mais detalhados; o contato e a autorização da Secretaria Municipal de Educação (SME); a coleta de dados e documentação em diário de campo; as intervenções, que compreendem a coleta de dados pré-intervenção, a implementação em grupos (de intervenção e de espera) e a coleta pós-intervenção, além da validação de escalas de mensuração de preconceitos. O OPEFor é um esforço contínuo para transformar as escolas de Fortaleza em espaços mais inclusivos e livres de preconceitos.



PO 154 | Os efeitos do brincar como ferramenta de saúde no desenvolvimento infantil em uma Brinquedoteca

Tirza Carvalho de Brito, Hevellyn Ciely da Silva Corrêa (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O brincar é uma atividade essencial para o desenvolvimento infantil, pois permite à criança expressar seus desejos, suas fantasias e seus conflitos, influenciando no aprimoramento das habilidades cognitivas e sociais, permitindo que ela experimente e compreenda o mundo ao seu redor. O brincar não é apenas uma forma de entretenimento, mas uma ferramenta crucial no desenvolvimento emocional e psicológico das crianças, pois é no brincar que elas podem expressar sentimentos e conflitos internos, experimentando diferentes papéis e situações sem medo de consequências reais, ajudando na construção de uma identidade saudável e na resolução de ansiedades e medos. Para crianças com entraves no neurodesenvolvimento, o brincar mostra-se como potente ferramenta terapêutica, visto que as ajudam a superarem rótulos sociais e a se desenvolverem de forma mais saudável ao facilitar o crescimento, a saúde e conduzir os relacionamentos em grupo. Assim, o brincar assume um papel ainda mais crucial. Ele oferece uma forma de comunicação alternativa e uma maneira de reduzir as angústias e melhorar a capacidade de interação social. Através do brincar, essas crianças podem desenvolver habilidades de atenção, memória e imaginação, que são essenciais para o seu crescimento e desenvolvimento. Logo, o brincar promove a saúde psíquica e se mostra essencial na construção do sujeito. O presente estudo objetivou averiguar a influência do brincar no desenvolvimento infantil entre crianças consideradas atípicas e sua importância na constituição de sujeito e aprimoramento de habilidades psicossociais e cognitivas. Para isso, foram realizados acompanhamentos de crianças com entraves no desenvolvimento em uma Brinquedoteca pela equipe de Psicologia do Centro de Atenção à Saúde da Mulher e da Criança (CASMUC), em Belém do Pará. A partir da inclusão por meio da Brinquedoteca do CASMUC essas crianças singulares, é possível concluir que o brincar é uma ferramenta poderosa na terapia infantil, pois serviu como um meio natural de autoexpressão para as crianças pacientes, visto que na prática psicanalítica, o brincar permite que a criança manifeste sua subjetividade singular. Isso ajudou na elaboração de aspectos frustrantes da realidade, transformando algo passivo em ativo, fazendo-as aprender a compartilhar e a experimentar contato social, além de exercerem sua criatividade. Juntamente a isso, pode-se destacar o brincar como uma forma acessível de as crianças projetarem sua realidade interna, auxiliando no desenvolvimento e no tratamento de questões emocionais e psicológicas. A heterogeneidade entre as crianças em um espaço lúdico se apresentou como uma força positiva, pois elas puderam se beneficiar mutuamente através de suas diferenças, habilidades e singularidades por meio do seu brincar, enriquecendo a experiência social entre elas. Em resumo, o brincar na terapia infantil é essencial para ajudar as crianças a processarem experiências difíceis, comunicar sentimentos e desenvolver habilidades sociais e emocionais de maneira confortável e natural, pois elas são agentes ativos que influenciam onde estão e impactam uns aos outros, já que foi através dessa prática que as crianças se colocaram como sujeitos, se apresentaram em uma posição subjetiva, visto que o brincar, enquanto essencial ao desenvolvimento humano, promove a constituição de um sujeito pleno.



PO 155 | Os Impactos do Uso Excessivo de Telas no Desenvolvimento de Crianças

Eduarda Costa Oliveira Martins (nenhuma), Sedecias da Silva Beserra

Resumo Com o advento crescente dos processos de globalização, o uso de dispositivos móveis como tablets e smartphones tem se tornado cada vez mais comuns entre todas as idades, principalmente entre a população infantil, utilizados para fins educativos e de entretenimento. Nesse contexto, observa-se que o tempo gasto em telas tem aumentado significativamente nos últimos anos e acentuou-se ainda mais no contexto pandêmico, no qual o isolamento social contribuiu para esse uso exacerbado de dispositivos móveis. Dessa forma, tais fatos corroboram para fenômenos que têm sido observados, como os impactos sofridos nos aspectos do desenvolvimento de crianças. Para tanto, o objetivo deste trabalho é investigar como o uso excessivo de telas afeta negativamente o desenvolvimento cognitivo e socioemocional da população infantil. Para a elaboração deste resumo, foram utilizadas como base de dados a Biblioteca Virtual de Saúde - BVS, PubMed e CAPES. Foram utilizados os descritores "Screen-time AND "Child development" e em português "Tempo de tela AND "Desenvolvimento infantil", foram encontrados então um total de 127 artigos. Como critérios de inclusão, foram recolhidos artigos publicados nos últimos 5 anos em português, inglês ou espanhol e com relação direta ou contextualizada com a temática supracitada, portanto, para integrar as informações, foram considerados 16 artigos para análise. É importante mencionar que a plasticidade cerebral durante os primeiros anos de vida é notória e representa uma fase de intensa sensibilidade aos estímulos recebidos e que são cruciais para o desenvolvimento de habilidades cognitivas. Nesse aspecto, são observados déficits em áreas como o funcionamento executivo, que inclui habilidades como memória de trabalho, inibição e capacidade de executar multitarefas. Impactos no desenvolvimento sensório-motor também são percebidos, que é uma fase que exige concentração nas sensações e movimentos, no qual a interação com o meio se torna essencial para que desenvolva sua percepção do mundo ao seu redor, e com o uso excessivo, a mesma sentirá dificuldades em estabelecer, a partir dos estímulos recebidos, relação com o ambiente em que está inserida. Com o déficit no funcionamento executivo, é também notado atrasos no que diz respeito a concentração, nisso os processos de ensino-aprendizagem no contexto acadêmico também serão afetados diretamente, conseqüentemente seu desempenho irá regredir. Observa-se também, que crianças que dispõem muito tempo gasto em dispositivos móveis, estão mais propensas a desenvolverem comportamento agressivo, o que implicará em dificuldades para se relacionarem, e suas habilidades socioemocionais estarão comprometidas e as mesmas irão regular-se emocionalmente com maior dificuldade. Por conseguinte, a partir dos resultados obtidos através dessa revisão integrativa, é possível concluir que o tempo de uso de telas é um fator importante a ser observado, considerando que há impactos negativos decorrentes do excesso do uso dos mesmos, e que afetam o desenvolvimento de crianças. Obviamente o uso de telas não deve inexistir, pois o mesmo também é utilizado para fins educativos, no entanto deve haver monitoramento do tempo de uso, para que não sejam utilizados de forma inadequada a ponto de afetar o desenvolvimento das crianças.



PO 156 | Os Impactos psicológicos na vida de Crianças no pós pandemia COVID-19: Possíveis intervenções manejo terapeutico

Francisco Natan da Silva Matias (FPO - Faculdade Princesa do Oeste), Samuel Ryan Evangelista Sousa, Francisco Henrique Cardoso da Silva (FPO)

Resumo Os impactos causados pela grande crise mundial contemporaneada Pandemia (COVID-19), foi um dos maiores entraves da ciência nos últimos anos. Frente à estas consequências está o desenvolvimento integral de crianças no período de isolamento social, e por mais que não fizessem parte do grupo de risco a priori, sofreram com sérios problemas emocionais que modificaram os seus comportamentos, tais como: distração, falta de sono, perda de foco, baixa auto estima, timidez, irritabilidade, agitação e medo de fazer perguntas sobre a epidemia. Além disso, nos últimos dois anos houve um avanço significativo de crianças e adolescentes diagnosticadas com problemas disfuncionais e episódios de ansiedade prolongados, uma vez que o isolamento social também impactou negativamente no desenvolvimento físico, cognitivo e social destes. Objetivo: Refletir a partir dos impactos psicológicos algumas formas de intervenção e manejo terapêutico no cuidado de crianças pós período pandêmico. Metodologia: A presente pesquisa trata-se de um estudo de revisão narrativa. Optou-se pela pesquisa qualitativa, realizando buscas no Web of Science e scielo, por trabalhos que discutissem a questão das principais consequências e impactos no desenvolvimento de crianças nos últimos 02 anos, pós pandemia COVID-19. Em seguimento a aplicação dos descritores nas bases de dados mencionadas, um total de 10 artigos foram inicialmente identificados. 05 destes foram selecionados para análise mais aprofundada de acordo com os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos, que foram artigos que tenham menos de 10 anos e foram excluídos aqueles que não tinham uma metodologia clara, bem como trabalhos duplicados entre as diferentes bases de dados. Resultados e Discussão: Para que sejam reverdidos os prejuízos causados pela pandemia COVID-19 à vida de crianças ainda na primeira infância, é fundamental pensarmos em medidas simples que possam ser adotadas dentro de casa. Trabalhando tanto em coletivo com os pares, mas também de maneira individualizada, respeitando a subjetividade cada criança dentro de seu espaço. Pontua-se ainda, que o ambiente familiar é o primeiro espaço de referência e acolhimento de uma sujeito, e por isso precisa ser resignificado após os impactos do isolamento social. Mesmo que haja fortes indícios de este seja um ambiente estressor e/ou de vulnerabilidade social na grande maioria das vezes, as ações desenvolvidas pela equipe multiprofissional, precisa abarcar toda a integralidade desses indivíduos que estão em processo de maturação, seja por meio de grupos terapêuticos, implementação de atividades físicas guiadas, atividades ao ar livre, eventos comunitários e/ou tutoria de apoio extra escolar, que estabeleçam não somente a conexão entre eles, mas potencialize as áreas que mais foram prejudicadas. Considerações Finais: Apesar das inúmeras consequências negativas na COVID-19 na vida de crianças, é preciso reestruturar as medidas de apoio as próximas fases de desenvolvimento de cada uma delas, possibilitando um novo foco ao sistema Educacional como também um espaço de referência destes, bem como o orientação e apoio emocional as famílias, principalmente as em situação de vulnerabilidade social que foram mais afetadas e a criação de programas sociais que possibilitem um olhar para as subjetividades dos sujeitos e suas as potencialidades que foram afetadas.



PO 157 | Padrões de Comunicação em Famílias de Crianças com Deficiência: Uma Análise Descritiva utilizando o Family Problem Solving Communication Index (FPSC)

João Pedro Pantoja Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará), Erick William Cardoso da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC), Patrícia da Silva Bezerra (UFPA)

Resumo As famílias que enfrentam o contexto da deficiência geralmente experenciam situações estressantes com maior frequência do que aquelas que não enfrentam esse desafio. Segundo McCubbin e Patterson (1988), as famílias utilizam recursos e estratégias de enfrentamento para lidar com demandas e manter o equilíbrio. Quando as demandas superam suas capacidades, as famílias podem entrar em crise e desorganização. Para se adaptarem após uma crise, elas precisam reduzir as demandas, adquirir novos recursos e reinterpretar as situações. No entanto, a habilidade desses membros de se comunicarem é regularmente desafiada diante dessas situações estressantes. Dessa forma, o objetivo do presente estudo foi descrever os padrões de comunicação em famílias de crianças com deficiência. Participaram 88 cuidadores principais. Os instrumentos utilizados no estudo foram um Inventário Sociodemográfico (ISD) para caracterização dos participantes e o Family Problem Solving Communication Index (FPSC; McCubbin & Patterson, 1988). O FPSC é composto por 10 itens em uma escala Likert de 4 pontos, que avalia dois tipos de comunicação: positiva e negativa. A comunicação positiva é caracterizada por suporte e cuidado, que tranquilizam os membros da família, como discutir problemas para encontrar soluções. Já a comunicação negativa tende a piorar os conflitos estressantes enfrentados pelas famílias, como gritar durante as discussões. No FPSC, quanto mais próximo de 30 (o valor máximo), mais positiva é a comunicação, e quanto mais próximo de zero, mais negativa é a comunicação. Para este estudo, foi estabelecido como ponto de corte o valor 15. A pesquisa foi realizada mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram tabulados e analisados descritivamente utilizando o software Excel 2016. Os resultados apontaram predominância de participantes com idade média de 35 anos, mulheres (95%), mães (93%), casadas ou em união estável (67%), autodeclaradas donas de casa (68%), pardas (67%), com ensino médio (60%) e renda mensal familiar de até um salário mínimo (44%), beneficiárias principalmente do Benefício de Prestação Continuada (57%). Dentre as crianças, a maioria possui o diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA) (38%), Paralisia Cerebral (15%), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) (11%) e Trissomia 21 (9%), com uma idade média de 7 anos e do sexo masculino (68%). Os resultados do Family Problem Solving Communication Index (FPSC) demonstraram que as famílias apresentam um padrão de comunicação familiar onde a maioria (90%) encontram-se mais próximas de uma comunicação positiva, que representa o apoio e o cuidado mútuo dos membros da família, exercendo um efeito tranquilizante que beneficia os membros do sistema. Apenas 10% estiveram mais próximas de uma comunicação negativa. Esses dados podem indicar que a maioria das famílias têm uma boa capacidade para lidar com as dificuldades, logo, uma boa adaptação no aspecto comunicação (Fonseca, 2018; Nahlert & Greeff, 2012; Theron,



2008). Portanto, intervenções que fortaleçam ainda mais a comunicação positiva e reduzam os elementos negativos podem beneficiar o bem-estar geral dessas famílias e sua capacidade de adaptação frente aos desafios associados à deficiência.



PO 158 | Parentalidade e maternidade: relação entre estresse materno e práticas parentais

Evelyn da Silva Moreira Guimarães, Eduarda Lopes Quintanilha Fontes (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Ana Cristina Barros da Cunha (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro), Jessica Barbosa do Nascimento Viana (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Resumo Pesquisas têm verificado que altos níveis de estresse psicológico afetam desde a saúde física e mental até a organização familiar e as práticas parentais. No contexto da maternidade não é diferente, já que o estresse vivenciado pelas mães pode trazer repercussões para a construção da parentalidade materna. O estresse pode ter consequências para a percepção da experiência do maternar, podendo afetar a criação de vínculos afetivos, protetores, formativos e reflexivos entre a mãe e seu filho(a). Baseado nisso, o objetivo deste estudo foi analisar indicadores de estresse materno e de parentalidade, especificamente as competências parentais. Trata-se de um estudo quantitativo de corte transversal, cuja coleta de dados ocorreu na Maternidade Escola da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ME-UFRJ) com 45 mães de crianças entre 12 a 36 meses de idade. Todas as mães foram avaliadas pelos seguintes instrumentos: 1) Escala Depression, Anxiety, Stress Scale (DASS-21), que, através de 21 itens, é capaz de rastrear níveis de estresse, ansiedade e depressão classificando-os como "ausente" ou em níveis "leve", "moderado", "severo" ou "extremamente severo"; e 2) Escala de Parentalidade Positiva (E2P v2), adaptada para o português-Brasil, composta por 60 itens que avaliam competências parentais, classificando-as em "zona de risco", "zona de monitoramento" e "zona ótima". Análises descritivas comparando os escores médios de estresse, pela Escala DASS-21, com o perfil (zona) de competência parental materna foram realizadas. Dados indicativos de prevalência do estresse materno também foram analisados.



PO 159 | Percepção de projeto de extensão pela pessoa idosa institucionalizada no extremo sul do Brasil

Denise Maria Maciel Leão (FURG - Universidade Federal do Rio Grande)

Resumo Segundo a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) nº 283, de 26 de setembro de 2005, as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) são instituições de caráter governamental ou não governamental destinadas à moradia coletiva de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar. Reconhecendo as barreiras e potencialidades relacionadas ao envelhecimento saudável em uma perspectiva física e psicológica, foi desenvolvido um Projeto de Extensão de Oficina de Pintura em uma ILPI do município de Rio Grande/RS, o qual ocorreu entre os anos de 2014 a 2017. O objetivo do presente trabalho foi investigar a percepção das pessoas idosas participantes acerca deste projeto, implementado pelo Núcleo Universitário da Terceira Idade (NUTI), desenvolvido pelo Curso de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória, foi implementada em 2017 e justifica-se pela necessidade de ampliar o conhecimento na área do envelhecimento humano, bem como avaliar a ação extensionista, implementada pelo NUTI/FURG. Foram realizadas entrevistas estruturadas gravadas com 12 residentes participantes do projeto de extensão. As temáticas categorizadas e analisadas foram: forma de ingresso na Oficina de Pintura; motivação para participação da Oficina de Pintura; opinião sobre as atividades realizadas na Oficina de Pintura; como a pessoa idosa se sentia durante a Oficina de Pintura; sugestões para melhoria da Oficina de Pintura; comentários sobre a Oficina de Pintura. Considerou-se que a oficina pode ter contribuído para o processo de socialização na velhice, na medida em que criou um espaço de diálogo que combate o isolamento no contexto institucional. Com relação aos sentimentos gerados durante a ação extensionista, as pessoas idosas associaram sentimentos positivos e relataram sentir “passar o tempo” durante a atividade. A partir dos resultados obtidos foi possível ratificar a possibilidade de continuidade do projeto de extensão como uma ferramenta de apoio às políticas públicas voltadas para o processo de envelhecimento das pessoas idosas institucionalizadas.



PO 160 | Percepções parentais sobre a relação com os/as filhos/as na pandemia: uma análise a partir das características sociodemográficas

Bianca Próspero da Silva (UNIFTC), Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Ana Lucia Barreto da Fonseca (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), Eralina de Lima Ferreira (autônoma)

Resumo Muitos dos desafios que pais e demais cuidadores experimentavam no contexto pré-pandêmico aumentaram durante o período da pandemia. Assim sendo, mostram-se necessárias análises de variáveis sociodemográficas para melhor compreender esse cenário. Nesse contexto, a presente pesquisa investigou as práticas parentais durante a pandemia de Covid-19, a partir da perspectiva de familiares cuidadores de crianças na faixa etária entre dois e cinco anos. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Faculdade de Integração do Sertão (FIS), nº 51443521.7.1001.8267 e seguiu todos os procedimentos éticos exigidos. A metodologia escolhida foi de levantamento online utilizando o Formulários Google, sendo adotado um questionário sociodemográfico que permitia caracterizar a amostra ($N = 112$) e também um questionário fechado com escala tipo likert de 5 pontos, sobre as dinâmicas da relação entre pais e filhos/as. Os respondentes foram mães (83%) e pais (17%) com média de idade entre 34,7 anos ($DP = 7,17$). Destes, 76,8% eram casados ou em união estável e 75,9% deles possuíam Ensino Superior; além disso, 56,2% se autodeclararam negros. Os dados foram analisados utilizando o programa IBM SPSS (versão 20), aplicando estatísticas descritivas e inferenciais (teste de Mann-Whitney). Os resultados mostraram dados importantes sobre a variável gênero do cuidador: mães demonstraram um escore mais elevado em comportamentos como "gritar com o/a filho/a" ($p = 0,003$) e "sentir-se sobrecarregada com os cuidados direcionados a este/a" ($p < 0,001$). Um dado sobre a escolaridade dos cuidadores que se destacou nesta pesquisa diz respeito àqueles com nível de escolaridade superior, os quais apresentaram escores mais altos na categoria "gritar com o/a filho/a" ($p = 0,047$). Não foram encontradas diferenças significativas em relação ao estado civil dos participantes e as práticas educativas. Já entre aqueles que se autodeclararam negros, foram encontrados escores mais elevados na categoria "expressar afeto/carinho ao/a filho/a" comparado aos participantes que se autodeclararam brancos ($p = 0,041$). Em suma, este estudo revela que as características sociodemográficas dos cuidadores, como sexo e nível de escolaridade, exerceram alguma influência nas práticas parentais durante a pandemia. As mães e os participantes com nível de escolaridade superior mostraram maiores níveis de estresse e comportamentos de gritar com os/as filhos/as, enquanto aqueles identificados como negros expressaram mais afeto aos filhos/as. Estes resultados destacam a importância de considerar fatores sociodemográficos ao analisar o impacto da pandemia nas práticas parentais, sobretudo aqueles relacionados ao gênero e nível de escolaridade.



PO 161 | Percepções parentais sobre o retorno ao trabalho após o nascimento prematuro do bebê

Amanda Schöffel Sehn (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), Érika Gianluppi Villani (UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul), Anna Carolina Berton (clínica), Annamaria Machado Batista (UNIJUI), Simone Zeni Strassburger (UNIJUI)

Resumo A experiência de parentalidade é exigente por si só e tende a ser ainda mais intensa no contexto do nascimento prematuro do bebê. Ansiedade, estresse e depressão são sintomas que podem ser experienciados, em especial pelas mães, durante e após o período de internação do bebê pré-termo, assim como sentimentos de impotência e culpa, que tendem a se intensificar sobretudo no retorno ao trabalho, após a licença paternidade e maternidade. Este estudo teve como objetivo investigar as percepções parentais sobre o retorno ao trabalho após o nascimento do bebê prematuro. Realizou-se um estudo qualitativo e longitudinal em que foram entrevistadas 14 mães e 10 pais de 17 bebês que nasceram prematuros, sendo que a maioria dos bebês foi classificada como muito pré-termo ($n=6$) e pré-termo moderado ($n=9$). O tempo médio de internação dos bebês foi de 41,8 dias. Os bebês e suas famílias foram acompanhados por equipe interdisciplinar, composta por estudantes e profissionais de psicologia, medicina e fisioterapia, vinculados à Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, no primeiro, no terceiro e no sexto mês de vida do bebê, considerando a idade corrigida. A partir de análise temática indutiva, foram elencados os seguintes temas: 1) Sentimentos parentais no retorno ao trabalho; 2) Arranjo de cuidado do bebê no retorno ao trabalho. Os resultados evidenciaram que próximo ao término da licença maternidade, a maioria das mães referiu angústia diante do retorno ao trabalho. Algumas mulheres cogitaram pedir demissão para se dedicar exclusivamente ao cuidado do bebê. Os pais, por sua vez, mencionaram que após o retorno ao trabalho dispunham de pouco tempo junto ao bebê, tendo sua participação limitada após o expediente de trabalho, com maior disponibilidade aos finais de semana. Diferentes arranjos de cuidado foram mencionados, especialmente após o término da licença maternidade, sendo que a matrícula em Escola de Educação Infantil foi a escolha mais frequente, seguida pelo cuidado por familiares (ex.: avó). Esse arranjo foi justificado pela fragilidade de saúde do bebê prematuro que tende a apresentar maiores chances de adoecimento no primeiro ano de vida. Muitas mães mencionaram desconhecer a ampliação da licença maternidade devido ao nascimento prematuro do bebê. Em alguns casos, o local de trabalho referiu não ter conhecimento sobre a lei, cabendo à mãe a busca por seus direitos trabalhistas. Passado um tempo após o retorno ao trabalho, a maioria das mães e dos pais se mostrou satisfeita com sua carreira profissional e com o arranjo de cuidado escolhido para o bebê. Em conjunto, os dados evidenciam que o retorno ao trabalho é um momento desafiador tanto para a mãe quanto para o pai do bebê prematuro, o que se deve, em parte, à insegurança dos genitores diante da necessidade de compartilhar o cuidado do bebê com outras pessoas devido à fragilidade associada ao nascimento prematuro e ao período de internação do bebê. Por isso, ressalta-se a importância da ampliação da licença maternidade e paternidade, bem como do suporte às mães e aos pais no retorno ao trabalho.



**PO 162 | Perfil Demográfico e Condições de Ressocialização
de Mulheres Encarceradas no Brasil: Uma Análise Quantitativa
dos Indicadores de População Prisional, Educação e Trabalho**

Laura de Souza Lima (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), João Roberto Pimentel de Vasconcelos (UFT - Fundação Universidade Federal do Tocantins), Cibelly De Paula Alves Lima (UFT)

Resumo Este estudo é um recorte de uma pesquisa PIBIC intitulada “Programas de Educação e Capacitação no Sistema Prisional do Tocantins e seus Efeitos nas Subjetividades de Mulheres em Situação de Privação de Liberdade”. Nesse recorte, buscamos analisar o perfil demográfico e das condições de ressocialização de mulheres encarceradas no Brasil como um todo, que dará subsídios para compreensão de como os programas educacionais e de capacitação impactam a construção das subjetividades dessas mulheres em situação de privação de liberdade, em especial no Tocantins. A história das prisões reflete as mudanças nas políticas penais e das percepções sobre punição e ressocialização. Foucault lembra que as prisões surgiram como uma alternativa à punição corporal, visando penalizar tanto o corpo e a mente do criminoso para sua reintegração à sociedade. Contudo, essa finalidade não se concretizou. O Brasil, com a terceira maior população encarcerada do mundo, enfrenta grandes desafios na ressocialização, especialmente das mulheres. Segundo o Relatório de Informações Penais da SENAPPEN (2023), o número de mulheres em situação prisional, em todas as modalidades, no Brasil chegou a 46.604, representando um aumento de 10% em relação a 2017. Esse crescimento afeta desproporcionalmente mulheres negras e de baixa condição socioeconômica, que enfrentam desafios adicionais dentro e fora das prisões. Este estudo investiga o perfil demográfico das mulheres “presa em cela física” no Brasil e avalia as condições que impactam sua ressocialização, com foco em educação e trabalho. A pesquisa é relevante para entender como as condições nas prisões influenciam a reintegração dessas mulheres na sociedade, contribuindo para políticas públicas mais eficazes. A análise quantitativa utiliza dados do RELIPEN e outras fontes para examinar as condições de vida dessas mulheres no sistema prisional. O estudo revela que a população carcerária feminina “presa em cela física” no Brasil é composta por 27.010 mulheres, com um perfil demográfico diverso: 230 gestantes, 312 deficientes, e 269 estrangeiras. Em termos de crimes, 10.998 foram condenadas por tráfico de drogas, 2.075 por associação ao tráfico e 776 por tráfico internacional de drogas. A maioria está na faixa etária entre 18 e 45 anos, com predominância de mulheres negras (16.436) em comparação com mulheres brancas (8.484). Entre julho e dezembro de 2023, 13.030 mulheres participaram de atividades educacionais formais, sendo 6.030 no ensino fundamental, 3.389 no ensino médio e 68 no ensino superior. No entanto, a educação enfrenta desafios, como o acesso limitado a EAD e cursos técnicos. No trabalho, 14.110 mulheres estavam empregadas, com 11.838 atuando internamente e 2.274 em atividades externas, mas apenas 2.647 combinaram estudo e trabalho. Além disso, 18.398 mulheres tinham visitantes cadastrados, fator crucial para manter laços sociais e familiares. O estudo conclui que as iniciativas de educação e trabalho no sistema prisional são insuficientes para garantir a ressocialização eficaz das mulheres encarceradas. As desigualdades raciais e socioeconômicas entre



as detentas ressaltam a urgência de políticas públicas que favoreçam condições efetivas de cidadania e reintegração nas prisões. Este trabalho visa contribuir para estratégias mais humanizadas e inclusivas, alinhadas aos direitos humanos e às necessidades dessas mulheres.



PO 163 | Perfil e Apoio Social de Cuidadores de Crianças com Deficiência

Erick William Cardoso da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Patrícia da Silva Bezerra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC), João Pedro Pantoja Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo O apoio social trata-se de um recurso disponibilizado pelas pessoas e grupos, e é geralmente medido e definido a partir da funcionalidade das relações, ou seja, mediante o envolvimento afetivo, emocional, instrumental, informacional, dentre outros. O presente estudo teve o objetivo de descrever o perfil sociodemográfico de cuidadores principais de crianças com deficiência e a percepção destes sobre seu apoio social recebido. Participaram 96 cuidadores de crianças com deficiência usuárias de cinco centros de reabilitação infantil. Foram utilizados um Inventário Sociodemográfico para caracterização dos participantes, e a Escala de Apoio Social da MOS, que visa medir o quanto uma pessoa conta com o apoio de outras para enfrentar diversas situações na vida, possui 19 itens e 4 dimensões (apoio emocional/informacional, interação social, apoio material e apoio afetivo). A pesquisa foi realizada mediante aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Pará, e todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram tabulados no Software Excel 2016, e submetidos à análise descritiva. Os resultados demonstraram que, dentre os participantes, a média de idade é de 35 anos, sendo a maior parte de mulheres (95%), das quais 67% são casadas e 81% são negras ou pardas. Quase 80% das famílias recebem até dois salários mínimos, e 70% recebem Benefício de Prestação Continuada ou Bolsa Família. A maioria das crianças é do sexo masculino (70%), tem idade média de 7 anos, com diagnósticos predominantemente de Transtorno do Espectro Autista (48%), Paralisia Cerebral (18%) e Trissomia 21 (10%). A pesquisa revelou que a maioria apresentou alta percepção de apoio, destacando-se o apoio afetivo onde 67% apontaram um nível alto, 20% médio e 13% baixo. O apoio emocional/informacional teve a menor discrepância entre as percepções, com índices relativamente próximos: 19% dos participantes apresentaram baixa percepção, 37% média e 40% alta percepção. O apoio material mostrou índices semelhantes, com 25% de baixa percepção, 25% de média percepção e 50% de alta percepção. Finalmente, a interação social exibiu uma tendência crescente, com 18% de baixa, 40% de média e 42% de alta percepção. No que se refere ao apoio social total, 47% tiveram média percepção, seguida por alta (38%) e baixa (15%). Esses achados corroboram com estudos que apontam que o apoio social é percebido como crucial para o bem-estar e qualidade de vida, especialmente em populações vulneráveis (Griep et al., 2005; Silva et al., 2020). Além disso, o apoio social tende a exercer influência na promoção da saúde mental, visto que um apoio social consistente pode servir como fator protetor contra o estresse e outras condições adversas (Zanini et al., 2018). Dessa forma, os resultados indicam que intervenções que fortaleçam as diversas dimensões de apoio social podem beneficiar significativamente o bem-estar dos cuidadores de crianças com deficiência (Griep et al., 2005; Zanini et al., 2018; Silva et al., 2020).



PO 164 | Perspectiva de professores da educação infantil sobre violência doméstica na primeira infância

Ana Paula Costa Holanda (publica), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A violência doméstica na primeira infância é um fenômeno que impacta profundamente o desenvolvimento infantil, gerando consequência a curto, médio e longo prazo, quer seja nas esferas emocional, social e/ou cognitiva. Com o objetivo de entender como professores da educação infantil reconhecem e lidam com casos de violência doméstica na primeira infância em suas rotinas escolares, realizamos entrevistas com três professores da área. A partir dessas entrevistas, utilizamos o software Iramuteq para realizar análises textuais, incluindo a nuvem de palavras e a análise de similitude. O corpus textual foi composto por 3 textos, totalizando 509 segmentos de texto. No total, foram identificadas 17.594 ocorrências, distribuídas em 2.117 formas diferentes. Entre essas formas, 1.074 são hapax, representando 50,73% das formas e 6,10% das ocorrências. As análises destacaram a centralidade do termo "criança" nas discussões sobre violência doméstica na primeira infância, evidenciando a importância do contexto social e educacional. Na nuvem de palavras, "criança" surge como o termo mais relevante, ao redor do qual gravitam conceitos como "violência", "família", "instituição" e "falar". Esses termos refletem a preocupação constante dos professores com o papel da família e a manifestação de violência no ambiente doméstico. Palavras como "físico", "bater" e "doméstico" reforçam a recorrência de situações de abuso, enquanto "ver", "entender" e "acontecer" sugerem como os docentes percebem o impacto dessas experiências no comportamento das crianças. Além disso, termos como "professor", "resolver" e "educação" indicam a escola como um espaço de acolhimento e intervenção diante desses casos. Na análise de similitude, o termo "criança" permanece no centro das relações, indicando como a violência doméstica está intrinsecamente ligada ao ambiente escolar e ao contexto familiar. Os professores associam "violência" e "família" à questão da proteção (ou falta dela), discutindo como essas dinâmicas afetam o desenvolvimento infantil e a vida escolar. Palavras agrupadas em torno de "falar" e "lembrar" sugerem a necessidade de incentivar a comunicação das crianças sobre suas experiências, enquanto termos como "professor" e "resolver" indicam o papel ativo dos educadores na identificação e abordagem dessas situações. A análise revela a complexidade das interações entre fatores sociais, educacionais e emocionais, evidenciando a dificuldade dos professores em mediar conflitos e intervir em situações que ultrapassam os limites da sala de aula. Os resultados indicam uma preocupação contínua com o impacto da violência doméstica no comportamento e no desenvolvimento das crianças. A centralidade dos termos "criança", "violência" e "família" em ambas as análises ressalta como essas experiências moldam a dinâmica escolar e o papel dos educadores na mitigação desses danos. A partir das percepções dos professores, a violência contra criança se manifesta não só nos lares, mas também no ambiente escolar, exigindo estratégias de intervenção que considerem a complexidade dessas interações e o potencial da escola como um espaço de proteção e suporte emocional para as crianças.



PO 165 | Preditores cognitivos do desempenho na escrita e leitura de numerais arábicos em crianças

Leidiane da Silva Caldeira (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais), Paula Beatriz Mendes Carvalho (UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais)

Resumo A transcodificação numérica pode ser definida como a habilidade de representar símbolos numéricos em diferentes notações. Ler e escrever numerais arábicos são processos que envolvem diferentes especificidades e requerem mecanismos cognitivos distintos durante seu processamento. Esse processo de aprendizagem pode ser explicado por mecanismos cognitivos específicos, como os componentes do processamento fonológico (consciência fonológica, memória de curto prazo e de trabalho fonológico, e resgate lexical) e da memória visuoespacial. Entender quais são os mecanismos subjacentes à aprendizagem da leitura e escrita de numerais arábicos, permite a compreensão de quais preditores são importantes durante a escolarização formal. Dessa forma, o objetivo deste estudo é examinar os preditores cognitivos da transcodificação numérica em crianças do 1º ano do Ensino Fundamental. Foram avaliadas 211 crianças de escolas públicas, analisando-se as habilidades de inteligência (IG), consciência fonológica (CF), memória de curto prazo fonológica (MCPF), memória de trabalho fonológico (MTF), resgate lexical (RL), memória visuoespacial (MV), leitura de números (LN) e escrita de números (EN). Foram realizadas análises de correlação de Pearson e regressão linear múltipla para verificar a associação e predição entre as variáveis. A inteligência foi controlada nos modelos de regressão. Os resultados demonstram que houve uma correlação significativa, positiva e moderada entre LN e EN com CF; uma correlação significativa, positiva e fraca entre LN e EN com IG, MCPF, MTF e MV, e uma correlação significativa, negativa e fraca entre LN e EN com RL. Foi encontrada uma variância de 27% para LN, onde apenas as habilidades de CF ($B=0,250$, $p=0,001$), RL ($B=-0,204$, $p=0,005$) e MCPF ($B=0,249$, $p<0,001$) foram significativas. Para EN, foi encontrada uma variância de 23%, onde somente as habilidades de CF ($B=0,258$, $p=0,001$), RL ($B=-0,190$, $p=0,12$) e MV de curto prazo ($B=0,200$, $p=0,009$) foram significativas. A IG não foi significativa nos modelos de LN ($B=0,117$, $p=0,124$) e EN ($B=0,081$, $p=0,305$). Esses resultados indicam que o processamento fonológico e a memória visuoespacial é um preditor importante no desempenho da transcodificação numérica. Além disso, no início da escolarização, a consciência fonológica mostra-se um preditor robusto para explicar o desempenho em EN e LN. Assim, os resultados ressaltam a importância de compreender os mecanismos cognitivos para uma melhor compreensão dos processos de aprendizagem.



PO 166 | Processo de Adaptação Transcultural do Questionário de Concepções sobre Adolescência (QCA)

Maria Laura Tavares Queiroz de Almeida, Juliano Porto de Cerqueira Leite, Letícia Lovato Dellazzana-Zanon (PUC-Campinas)

Resumo A adolescência é um período marcado por transições biológicas, psicológicas e sociais, caracterizadas pelo processo de complexificação de habilidades cognitivas e experiências emocionais fundamentais para a vida adulta. Concepções sobre adolescência referem-se a um conjunto de ideias, crenças e estereótipos que as pessoas possuem sobre essa fase do desenvolvimento humano. Essas concepções podem impactar o desenvolvimento dos adolescentes em aspectos como a qualidade do engajamento escolar, o relacionamento com pais e pares, as concepções sobre si e o comportamento antissocial. Evidências sugerem que a visão socialmente compartilhada sobre a adolescência tende a ser negativa e embora esses estereótipos sejam frequentemente imprecisos, eles podem orientar a cognição, o afeto e o comportamento dos adolescentes, de modo a influenciar negativamente sua saúde mental, seu bem-estar e o seu engajamento escolar. Portanto, explorar as concepções sobre adolescência se faz importante. Este estudo é parte de um projeto maior, intitulado "Relações entre Concepções sobre Adolescência, Nível Socioeconômico e Engajamento Escolar em Adolescentes" e tem por objetivo descrever o processo de adaptação do Questionário sobre Concepções de Adolescência (QCA) para utilização no contexto brasileiro. Esse instrumento tem sido empregado em pesquisas internacionais com o intuito de investigar concepções sobre a adolescência e sua possível correlação com outras variáveis. A adaptação da versão brasileira do QCA seguiu as etapas de tradução do instrumento do inglês para o português, retrotradução do português para o inglês e avaliação do instrumento junto ao público-alvo, por meio de dois grupos focais, um composto por 6 adolescentes de escolas públicas e outro por 6 adolescentes de escolas privadas. Depois de feitas as alterações sugeridas pelos adolescentes de ambos os grupos, o instrumento passou pela avaliação de semântica de um comitê de especialistas na área. Participam desse processo três psicólogas especialistas, duas pesquisadoras do campo da adolescência e uma psicóloga clínica com experiência em atendimento de adolescentes. Este estudo forneceu as primeiras evidências de validade do QCA. Espera-se que este instrumento possibilite a investigação das concepções sobre a adolescência em larga escala, além de permitir a associação dessa variável com outras, como desempenho escolar, relação com os pais e pares e comportamentos de risco na adolescência. Por fim, espera-se que o QCA possa ser usado em intervenções que visem promover o desenvolvimento saudável de adolescentes.



PO 167 | Programa de Adaptação Acadêmica e Autoeficácia

Andressa Pereira de Souza (UNOESTE - Universidade do Oeste Paulista)

Resumo Ingressar no ensino superior pode ser um desafio significativo para muitos estudantes, devido a diversos fatores pessoais, acadêmicos, sociais e interpessoais. O objetivo desta pesquisa foi elaborar e implementar uma proposta interventiva para promover a adaptação acadêmica no contexto universitário, incluindo o desenvolvimento ou manutenção de crenças de autoeficácia. O Programa Universitário de Promoção de Adaptação Acadêmica e Autoeficácia é destinado a alunos de graduação no primeiro ano. Foi desenvolvido para ser executado em oito encontros, com duração média de 1h30min, incluindo atividades diversificadas abordando as temáticas: Encontro 1 - Autoeficácia na Gestão da Adaptação Acadêmica: identifica as expectativas dos estudantes sobre a inserção no ensino superior e apresenta os conceitos de autoeficácia e adaptação acadêmica, enfatizando as dimensões da autoeficácia na interação social e gestão acadêmica, bem como as dimensões da adaptação acadêmica pessoal, institucional e interpessoal. Encontro 2 - Crenças de Autoeficácia, Adaptação Acadêmica e Formação Profissional: apresenta a fonte de autoeficácia experiência direta, bem como a dimensão de autoeficácia proativa e a dimensão de carreira dos estudantes. Encontro 3 - Autoeficácia na Gestão dos Estudos: aborda as dimensões da autoeficácia na regulação da formação, gestão acadêmica e ações proativas, bem como a fonte de autoeficácia "experiências vicárias". Encontro 4 - Relações Interpessoais Saudáveis e a Adaptação Acadêmica: discute a influência das relações interpessoais na adaptação acadêmica, abordando conceitos de redes de apoio e as dimensões interpessoal da adaptação acadêmica e autoeficácia na interação social. Encontro 5 - Persuasão Verbal e Adaptação Acadêmica: apresenta a fonte de autoeficácia "persuasão verbal" na adaptação acadêmica, discutindo as dimensões da adaptação acadêmica pessoal e interpessoal e a autoeficácia na regulação da formação. Encontro 6 - Estados Afetivos/Emocionais no Processo de Adaptação: discute a influência dos estados afetivos e emocionais nas crenças de autoeficácia, abordando conceitos de emoção e sentimento, e as dimensões de autoeficácia acadêmica e gestão acadêmica. Encontro 7 - Autorregulação na Adaptação Acadêmica: aborda os conceitos de autorregulação da aprendizagem e emocional, as dimensões da adaptação acadêmica pessoal e carreira e as dimensões da autoeficácia na regulação da formação e ações proativas. Encontro 8 - Conectando Dimensões de Autoeficácia e Adaptação Acadêmica: recapitula as temáticas abordadas na intervenção, sana dúvidas e avalia a intervenção via instrumentos. O programa foi submetido a um estudo de viabilidade que permitiu identificar os potenciais e necessidades de ajustes necessários no que diz respeito ao tempo de duração e quantidade dos encontros de encontros. A proposta original de 5 encontros de 1h30 para 8 encontros de 2 horas cada. Também foi realizado um estudo de avaliação da eficácia da proposta interventiva do qual participaram 62 estudantes do primeiro ano de um curso de Psicologia. Os resultados atestam que a implementação de ações para promover adaptação dos estudantes universitários pode ser um desafio para as instituições de ensino superior, dada a diversidade de fatores que influenciam a adaptação dos alunos ao curso de graduação. A relevância desta proposta reside na apresentação de possibilidades de atuação frente aos determinantes para a adaptação à universidade.



PO 168 | Projeto de vida de jovens adolescentes que frequentam o ensino médio em Recife

Jorge Xavier dos Santos Filho (Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco)

Resumo A ontogênese é um processo biopsicossocial marcado por momentos de estabilidade, mas também descontinuidades, rupturas e transições em que a pessoa, protagonista de seu percurso, está inserida em uma matriz sócio-histórica, negociando significações de si, do outro e do seu entorno sociocultural, constituindo a cultura e sendo constituída por esta (ROSSETTI-FERREIRA et al., 2004; ZITOUN, 2009). A adolescência/juventude, como uma etapa do ciclo vital construída historicamente, é recortada e significada na cultura e na linguagem, entrelaçada pelas interações humanas. É um momento de transições, concebido como período de reelaboração de sua trajetória de vida, que implica organização de ideias - formas de pensar e agir para lidar com uma nova situação. Integra esse período o término do ensino médio que pode ser sentido como um momento de ruptura para muitos adolescentes que se veem envoltos em mudanças de rotina, separação de colegas, novos espaços de inserção e tendo que refletir sobre o que fazer no futuro - criar um projeto de vida. Esta apresentação está orientada por uma investigação ainda não concluída, mas já possível de serem alçados os primeiros resultados. Ela visa investigar quais as perspectivas de futuro de adolescentes que estão concluído o ensino médio na cidade do Recife. Foi aplicado um questionário a 77 adolescentes, entre 16 e 20 anos, estudantes de três escolas: uma pública federal, uma pública estadual e outra particular confessionária. Os resultados demonstram que as escolas, por representarem diferentes contextos culturais da cidade (classe social, pertencimento étnico-racial e nível educacional dos responsáveis), apresentam indícios que distinguem os modos como os adolescentes pensam suas vidas futuras. Na escola pública estadual, a baixa escolaridade dos pais e menor renda familiar - 74,3% das famílias vivem com menos de 2 salários-mínimos -, associam-se à construção de projetos que almejam transformar a realidade de suas famílias, ajudando-as financeiramente. Entre os adolescentes da escola particular e confessionária, a religião aparece como grande incentivadora na construção dos projetos para o futuro, bem como a participação em projetos sociais como ONGs, que acaba por caracterizar projetos que pensam no bem-comum. Os estudantes da escola pública federal têm um perfil mesclado com estudantes de baixa renda (40,7%), mas também convivem com colegas que possuiu maior renda familiar (56,3%). Apresentam palavras como sucesso e excelência profissional, que marcam as metas para o futuro desses estudantes. Apesar das diferenças, os dados sugerem que os projetos construídos têm em comum um foco na perspectiva do trabalho, não especificamente almejando uma profissão, mas uma forma de conseguir um salário e estabilidade financeira. Merece atenção que a escola não é citada no apoio aos seus projetos de vida, porém a continuidade dos estudos aparece como essencial para concretização dos planos alçados, como entrada em faculdades e universidades. Diante disso, pode-se observar interrelação dos contexto socioculturais nos quais os adolescentes então inseridos e a construção dos seus projetos de vida, que olham sua realidade e trajetória de vida para esboçar seus futuros.



PO 170 | Qual é o conhecimento dos futuros professores sobre a dislexia?

Francielle Santos, Marcela Fulanete Corrêa (UNIVASF - Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco), Maria Cecília Assis Araujo, Jéssica Moreira Fonseca, Jeysianne Camille Fernandes Filgueira

Resumo A dislexia é um transtorno específico de aprendizagem que compromete o desenvolvimento típico das habilidades de leitura e escrita. Indivíduos com dislexia apresentam dificuldades tanto na leitura precisa e fluente de palavras como na ortografia. Essas dificuldades são geralmente associadas a déficits no processamento fonológico da linguagem. No Brasil, estima-se que cerca de 15 milhões de crianças em idade escolar sejam disléxicas. Estudos mostram que o conhecimento dos professores sobre a dislexia é crucial na identificação precoce dos sintomas associados a esse transtorno, no encaminhamento para um diagnóstico e no uso de recursos pedagógicos que melhoram significativamente as habilidades de leitura e escrita dos alunos disléxicos. No entanto, evidências apontam que muitos professores possuem lacunas no conhecimento sobre a dislexia. O objetivo do presente estudo consistiu em levantar o conhecimento dos professores em formação sobre a dislexia, bem como verificar se os futuros professores receberam formação relacionada à dislexia durante a graduação em Pedagogia. O estudo visou ainda investigar se a formação relacionada à dislexia prediz o conhecimento sobre esse transtorno. Participaram do estudo 71 estudantes (63 mulheres) matriculados nos dois últimos períodos do curso de Pedagogia de instituições públicas de ensino superior no Brasil, com idade variando entre 21 e 72 anos. Os instrumentos de medida utilizados foram um questionário sociodemográfico e um questionário de avaliação do conhecimento sobre a dislexia (Soriano-Ferrer & Echegaray-Bengoa, 2014). Os resultados mostraram que os futuros professores possuíam tanto conhecimentos precisos quanto equívocos sobre a dislexia. Entre os conhecimentos precisos, a maioria compreendia que a dislexia é um transtorno neurobiológico caracterizado por dificuldades na decodificação e na escrita, que crianças disléxicas não são menos inteligentes ou preguiçosas, e que ajustes curriculares, como tempo adicional em provas e listas de palavras mais curtas, são importantes para os alunos com dislexia. Em relação aos conhecimentos equivocados, muitos participantes acreditavam que a dislexia é causada por problemas de lateralidade, que ver letras e palavras de trás para frente é uma característica do transtorno, que o uso de lentes coloridas beneficia crianças disléxicas e que médicos podem prescrever medicamentos para a dislexia. Os resultados revelaram ainda que 67,6% dos participantes relataram não ter recebido formação sobre a dislexia durante a graduação em Pedagogia. Aqueles que receberam formação específica apresentaram um conhecimento significativamente superior sobre a dislexia em comparação aos que não receberam. Esses resultados destacam a necessidade de aprimorar a formação inicial e contínua de professores em dislexia, visando preencher lacunas no conhecimento e melhorar a preparação dos futuros professores para trabalhar com alunos disléxicos.



PO 171 | Quebrando ciclos: o histórico de trabalho infantil na vida de profissionais da Política de Educação

Gabrielle Sanches Cabral (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Maria de Fatima Pereira Alberto (UFPB - Universidade Federal da Paraíba), Sabrina Maria Souza Tavares (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo O objetivo deste trabalho é apresentar e debater dados sobre a história do trabalho infantil na vida de trabalhadores da política de educação. O trabalho infantil é um fenômeno complexo que envolve desigualdade social, pobreza, modelos econômicos e culturais. A inserção precoce no mercado de trabalho pode prejudicar o desenvolvimento físico, social e psicológico dos indivíduos, comprometendo o processo de ensino-aprendizagem e frequentemente levando à evasão escolar. Esse prejuízo na escolarização dificulta a ascensão social e perpetua o ciclo de pobreza. A presente pesquisa decorreu de uma extensão universitária realizada pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre o Desenvolvimento da Infância e Adolescência (NUPEDIA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2021/2022. O objetivo da extensão foi oferecer um curso sobre Enfrentamento ao Trabalho Infantil na Política de Educação para profissionais do estado da Paraíba. Durante o curso, foi realizada uma pesquisa exploratória, onde os participantes responderam um questionário sobre "Trabalho Infantil e História Pessoal", indicando se foram trabalhadores precoces e se seus cuidadores também o foram. A pesquisa contou com 85 participantes, sendo 73 mulheres (85,5%) e 12 homens (14,5%), com dados coletados por meio de um formulário online na plataforma Google Forms. Os participantes são trabalhadores da Política de Educação na Paraíba, com a maioria atuando no Sertão (37%), seguido pelo Agreste (27,8%), Zona da Mata (25,9%) e Borborema (9,3%). Essa distribuição resultou de uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado, que possui 14 Gerências Regionais de Educação. Cada gerência indicou três profissionais: um(a) gestor(a), um(a) coordenador(a) e um(a) professor(a). Sobre a formação educacional desses profissionais, 61,8% frequentaram apenas escolas públicas, 25,5% estudaram em escolas públicas e privadas, e 12,7% frequentaram exclusivamente escolas privadas. Quanto aos participantes: 38,2% relataram ter sido trabalhadores precoces, enquanto 61,8% informaram que não. Sobre seus cuidadores durante a infância, 57,4% foram cuidados por ambos os pais, 25,9% apenas pela mãe, 13% apenas pelo pai, 1,9% pela mãe e avós, e 1,9% apenas pelos avós. Quanto ao histórico dos cuidadores, segundo os participantes, 84,4% de suas mães trabalharam precocemente, enquanto 15,6% disseram que não. Para os pais, 80,8% trabalharam na infância, comparado a 19,2% que não trabalharam. Os resultados mostram que a maioria dos cuidadores dos participantes trabalharam durante a infância, com mulheres principalmente inseridas em trabalhos domésticos e homens na agricultura. Tal resultado sugere que os participantes foram os primeiros em suas famílias a romper com o ciclo do trabalho infantil, permitindo-lhes dedicar-se aos estudos e ingressar no ensino superior, alcançando melhores condições de vida e de trabalho quando adultos. Atualmente, esses atuam na política de educação e têm a responsabilidade de colaborar com a Rede de Proteção para prevenir e proteger contra o trabalho infantil, desempenhando um papel crucial na garantia de direitos de crianças e adolescentes. Essa proteção da escola pode auxiliar com que mais crianças tenham condições de ter um processo de desenvolvimento saudável e que possam ter melhores condições de vida tanto no presente quanto no futuro.



PO 172 | Rede de conhecimento da relação entre dependência da internet, depressão, ansiedade e estresse

Esther de Souza Rosas

Resumo O avanço facilita o acesso à internet possibilitando uma série de ofertas de atividades de modo que ela está inserida em basicamente tudo que o ser humano faz. Embora tenha possibilitado benefícios em atividades profissionais, de lazer e pessoal, o uso descontrolado propiciou o “vício de internet”, um comportamento compulsivo marcado no uso excessivo da web e nas redes sociais, comprometendo a vida social, emocional e profissional dos indivíduos. Esse vício se assemelha à Dependência de Substância (DS), apresentando sintomas como intolerância, irritabilidade e ansiedade. O avanço acelerado dessa patologia demanda sínteses de conhecimento produzido na temática caracterizado por revisões da literatura. Uma das formas de analisar a produção do conhecimento é através da análise da rede de conhecimento que descreve as conexões e relações entre as informações científicas presentes na literatura de uma área delimitada por intermédio da análise de redes, seja ela pelas relações de autores, redes de citação, redes de cocitação e coocorrência de Palavras-chave (PC). Deste modo, o objetivo geral deste estudo foi investigar e sistematizar a rede de conhecimento da literatura científica entre a relação entre dependência da internet e depressão, ansiedade e estresse. Metodologia: O estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática da rede de conhecimento sobre dependência da internet e sua relação com sintomas de depressão, ansiedade e estresse, seguindo os critérios PRISMA. Para a coleta dos dados foi utilizada como estratégia de pesquisa os seguintes operadores booleanos: “internet addiction” AND “depression” OR “anxiety” OR “stress” e “internet problematic use” AND “depression” OR “anxiety” OR “stress”. Deste modo, foram incluídos artigos com palavras-chave relevantes, acesso ao estudo completo, publicados entre 2013 e 2023, que empregaram métodos empíricos. Resultados e Conclusão: 354 artigos foram selecionados para a amostra final. Os estudos analisados mostram que a dependência da internet está associada a sintomas de depressão e ansiedade, com variações entre gêneros, contexto cultural e eventos como a pandemia do COVID 2019. Os vértices de maior força encontrados foram “inter use”, “adolescents”, “covid-19”, “smartphone addiction”, “university students”, “emotion regulation”. Utilizando VOSviewer, foram gerados nove clusters principais de palavras-chave, destacando-se termos como “depression”, “internet addiction” e “anxiety”. Os clusters abordam temas como uso problemático da internet, vício em smartphones, saúde mental em adolescentes e universitários, resiliência e regulação emocional. Estudos mostraram que sintomas de depressão, ansiedade e estresse estão correlacionados com o uso excessivo da internet e mídias sociais, sendo exacerbados por fatores como traumas de infância, isolamento e baixa resiliência. Além disso, a pandemia contribuiu para o aumento desses sintomas. Pesquisas revelaram também que fatores de risco incluem gênero, idade, e traços de personalidade, com diferenças entre adolescentes e adultos. A análise aponta para a necessidade de estratégias de intervenção focadas em populações vulneráveis e em promover habilidades de resiliência e regulação emocional. Essa análise da rede demonstra como esses temas se inter-relacionam e se reforçam mutuamente. Os achados da pesquisa possuem



implicações para intervenções sociais podendo ser utilizados para criar respostas eficazes para enfrentamento de crises globais. Palavras-chave: Dependência da internet, depressão, ansiedade, estresse



PO 173 | Rede de conhecimento na literatura de Estrutura Social Cognitiva

Luciano André Sales Vieira (UFPA - Universidade Federal do Pará), Jamille Alice Magalhães Bastos (UFPA - Universidade Federal do Pará), Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A “Estrutura Social Cognitiva” diz respeito à forma como os indivíduos percebem as relações sociais dentro de um grupo ou rede. Em vez de focar nas conexões objetivas ou reais entre os membros, a estrutura social cognitiva concentra-se em como essas conexões são percebidas e compreendidas pelos indivíduos envolvidos. Esse conceito é fundamental, pois as percepções das relações sociais influenciam diretamente as interações e comportamentos dos indivíduos dentro do grupo, independentemente de como as conexões realmente são. Em outras palavras, o que as pessoas acreditam sobre a estrutura social pode ser tão impactante quanto a estrutura real em si. Neste estudo, realizamos uma análise de rede de coocorrência de palavras-chave de artigos sobre o tema, combinada com uma revisão sistemática da literatura referente à “Estrutura Social Cognitiva”. Com isso, construímos uma rede de conhecimento que permite observar as dinâmicas próprias de rede na forma como o conhecimento é estruturado nesse campo. A revisão sistemática foi conduzida segundo os critérios estabelecidos pela declaração PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses). A construção e análise dos mapas de rede foram realizadas utilizando o software VOSviewer, versão 1.6.19. A base de dados selecionada para a pesquisa foi a Scopus, com o descritor “cognitive social structure”. A busca inicial identificou 34 artigos relevantes. Durante o período da pesquisa, mais dois artigos foram publicados e incluídos na análise, totalizando 36 artigos. Não houve exclusões ao longo do processo de seleção. A análise desses artigos permitiu identificar a estrutura e organização bibliométrica do conhecimento atual sobre “Estrutura Social Cognitiva”. Os mapas de coocorrência de palavras-chave revelaram padrões de pesquisa e destacaram lacunas nos estudos empíricos, evidenciando a predominância de artigos teóricos no campo.



PO 174 | Redes de interação e amizades de crianças irmãs gêmeas desenvolvidas em grupos em seus grupos de brincadeiras

Marlon Breno Silva Santos (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Ilka Dias Bichara (UFBA - Universidade Federal da Bahia), Jade de São Pedro Figueredo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo A característica de ser gêmea (o) carrega com ela implicações, em especial, na maneira pela qual o indivíduo irá se relacionar com o mundo e, portanto, na formação de amizades. Para as crianças, que ainda estão formando seus vínculos iniciais e formando seus primeiros grupos, esse fator é particularmente marcante. Gêmeas (os) irão desenvolver uma relação constante e duradoura com outra pessoa da mesma idade, enfrentando desde cedo situações que envolvem compartilhamento, negociação e alternância de turnos. A (o) irmã (ão) gêmea (o) pode servir tanto como uma base segura para a criança explorar o mundo, quanto gerar uma dependência excessiva e disfuncional, o que pode dificultar a formação de novas amizades. A pesquisa em andamento tem como objetivo examinar como se constituem as redes de interação e amizades de crianças gêmeas, especialmente em suas práticas lúdicas e nas dinâmicas interacionais, de modo a entender também como se dão essas dinâmicas e quais fatores são mais relevantes para crianças gêmeas e não gêmeas. Até o momento, foram entrevistadas 6 crianças (3 pares de irmãos e irmãs) entre 8 e 11 anos, todas matriculadas em escolas particulares de Salvador - BA, incluindo duas meninas gêmeas. Os achados iniciais indicam que, apesar de relatar um vínculo forte com a (o) irmã (ão), brincarem juntas e, no caso das gêmeas, passarem quase que a totalidade do tempo juntas, as crianças tendem a não categorizar as (os) irmãs (ãos) como "melhores amigas (os)". Além disso, a idade aparenta ser um fator relevante para o compartilhamento e a construção de redes de amizade em paralelo. Observou-se que as redes de interação são majoritariamente formadas dentro do ambiente escolar, e, mesmo considerando o uso das tecnologias digitais na formação da rede, as crianças na faixa etária investigada tendem a se relacionar virtualmente com as (os) amigas (os) da própria escola. Ademais, não foram percebidas diferenças significativas entre crianças gêmeas e não gêmeas na formação de dinâmicas interacionais e, para os dois grupos, as brincadeiras também são espaços que geram novos aprendizados. Esses resultados preliminares sugerem um papel central da escola no que diz respeito a espaços de socialização e uma construção de amizades sobrepostas, com as redes de amizade sendo fortemente entrelaçadas. Também destaca-se a particularidade da categoria "amiga (o)". Nas respostas há uma clara diferenciação na qual os amigos, em especial os melhores amigos, não são apenas aqueles que participam da brincadeira, mas sim aqueles com quem se interage com frequência, aqueles com quem pode-se contar quando surge alguma dúvida durante as brincadeiras. A pesquisa continuará investigando as dinâmicas interacionais, buscando compreender melhor o impacto das tecnologias digitais nas relações de amizade entre gêmeos, seus pares, e não gêmeos, com especial atenção para o ambiente escolar como espaço central de socialização.



PO 175 | Regulação emocional da criança ribeirinha da Ilha do Combu: resultados preliminares

Lorrane Batista Matias, Júlia Scarano de Mendonça (UFPA - Universidade Federal do Pará), Ryan Lucas de Souza Linard (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo As emoções podem ser entendidas como um conjunto complexo e multidisciplinar de reações fisiológicas que surge em decorrência de eventos ambientais e subjetivos do ser humano (Rocha e al., 2017). A regulação emocional refere-se a processos internos e externos responsáveis pelo acompanhamento, avaliação e alteração de reações emocionais do indivíduo, visando alcançar um objetivo específico (Thompson, 1994). Além disso, esse processo é fruto da interação entre aspectos biológicos do indivíduo e características do ambiente, especialmente da convivência da criança com os seus cuidadores primários. Dentre as pesquisas sobre a regulação emocional infantil, o contexto ribeirinho é ainda pouco estudado. As populações ribeirinhas possuem um modo de vida singular, visto que suas casas estão localizadas à beira dos rios, proporcionando um maior isolamento do restante da comunidade e maior convívio familiar. Dessa forma, se faz necessário investigar os processos de desenvolvimento humano nessas regiões, visando prover subsídios para a criação de políticas públicas adequadas para esse contexto, caracterizado por baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). O presente trabalho faz parte de uma pesquisa maior intitulada "Relações familiares e regulação emocional da criança no terceiro ano de vida em população ribeirinha da Amazônia", com o objetivo de investigar a regulação emocional da criança ribeirinha da Ilha do Combu, próxima a Belém. Os dados foram coletados nas residências familiares pela equipe do projeto mais amplo com a ajuda das agentes comunitárias de saúde da UBS do Combu. Dados preliminares de 18 crianças observadas em situação de arrumação de brinquedos com os seus pais em díades (M-C e P-C) e tríade (M-P-C) foram codificados a partir das seguintes categorias: "Colaboração da criança", "Padrões de regulação" e "Envolvimento na tarefa". Houve um período de treinamento de visualização conjunta de alguns dos vídeos, realizados com outro pesquisador, a fim de avaliar a confiabilidade dos dados. Para isto, 27,78% das famílias foram codificadas de forma independente por dois observadores que participaram do treinamento. Através do teste estatístico Kappa de Cohen, usado para avaliar a confiabilidade interobservador, foi obtido a média de 0,90 entre observadores para as quatro categorias, com valores entre 0,67 a 1,00. Após a codificação dos dados, foi realizado o teste t para amostras emparelhadas, para comparar as médias das categorias acima. Os resultados da análise não indicam uma diferença estatisticamente significativa, entretanto, observou-se diferença nas médias das variáveis nas situações diádicas, apontando para maior colaboração da criança na díade pai-criança ($M = 3,50$; $DP = .532$) assim como maior envolvimento nessa díade ($M = 2,77$; $DP = .316$), comparado à díade mãe-criança ($M = 3,29$, $DP = .929$; $M = 2,62$, $DP = .449$), respectivamente. Com base nesses resultados, observa-se uma tendência de a criança colaborar na arrumação dos brinquedos (tarefa envolvendo algum nível de frustração) mais com o pai do que com a mãe. Além disso, outros aspectos da interação foram codificados e estão sendo no momento analisados. Deve-se ressaltar que estes são dados preliminares, e que novas famílias estão sendo pesquisadas, podendo fornecer uma caracterização mais concreta desse cenário.



PO 176 | Relação entre sintomas depressivos e a mind-mindeness materna - resultados preliminares

Marcela de Mello Bispo Borges (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Lilia Sofia Ferreira de Sousa Cardoso, Giovana Sakashita Cheque de Campos, Camila Fragozo Ribeiro, Renata Pereira de Felipe (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie), Ana Alexandra Caldas Osório (MACKENZIE - Universidade Presbiteriana Mackenzie)

Resumo A Mind-Mindedness (MM), conceito desenvolvido por Elizabeth Meins e colaboradores, refere-se à tendência dos cuidadores em tratar seus bebês como indivíduos com uma mente própria. Há ampla evidência revelando o impacto positivo de tal habilidade sobre a qualidade do apego mãe-bebê e o desenvolvimento infantil. Dada a importância de tal medida, diversas pesquisas visaram investigar quais mecanismos podem impactá-la. Sintomas depressivos maternos são largamente apontados como fatores de risco para o exercício da parentalidade. Apesar disso, não há um consenso sobre o quanto a depressão materna pode interferir na MM, sendo que algumas pesquisas apontam que há uma redução na MM materna e outras nas quais não há relação entre os dois domínios. Tendo em vista a importância da MM para o desenvolvimento infantil, bem como a escassez da literatura científica com tal medida no Brasil, a presente pesquisa visa avaliar a relação entre sintomas depressivos maternos e a MM materna de uma amostra paulista, na interação livre entre mãe-bebê, aos 6 meses de idade. Mais concretamente, nosso trabalho consiste em avaliar se os sintomas depressivos estarão associados a uma redução da MM - indexada pelas proporções de comentários sintonizados e não sintonizados com os comportamentos e sinais dos bebês. Para avaliar a MM, foram feitas gravações em vídeo de interações mãe-bebê em contexto de laboratório, com duração de 9 minutos. Os vídeos foram posteriormente transcritos, os comentários foram divididos por pausa de 1s e codificados em conformidade com o Manual de Codificação da Mind-Mindedness (traduzido pela equipe, com autorização dos autores). Para avaliação da depressão materna utilizamos a Escala de Depressão Pós-parto de Edimburgo (EPDS) - quanto maior a pontuação total, maior o nível de sintomas depressivos. Foi realizado teste de Correlação de Spearman no software Jamovi (2.3.28). A amostra preliminar (N = 17) foi composta por mães majoritariamente brancas (70%), casadas (94%), com pós-graduação (52%) e que auferiram renda mensal de mais de 10 salários-mínimos (70%). Os bebês (59% meninos; 82% brancos) possuíam em média 6 (DP = 0.66) meses de idade. As mães pontuaram em média 4 pontos (DP = 4.35) na EPDS. Em média, as mães expressam comentários considerados sintonizados em 14.5% e não sintonizados em 1.6% das verbalizações. A pontuação total na escala EPDS não se mostrou significativamente correlacionada com a proporção de comentários sintonizados ($\rho = .13$, $p = .610$) ou de comentários não sintonizados ($\rho = .33$ e $p = .194$). Os resultados corroboram, no cenário nacional, alguns estudos internacionais realizados até o momento, já que não há um consenso na literatura da redução da MM materna em função dos sintomas depressivos. No entanto, o reduzido tamanho bem como as características de baixo risco sociodemográfico da amostra podem ter contribuído para esse resultado. A coleta de dados está em andamento, no sentido de aumentar a heterogeneidade da amostra e o N (meta para o evento N = 68).



PO 177 | Relação entre Temperamento Infantil, Estilo Parental e Seletividade Alimentar em Crianças de Quatro a Sete Anos

Eliane Mesquita De Souza (UFPA - Universidade Federal do Pará), Natália Bezerra Dutra (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Os primeiros anos da criança são fundamentais para o estabelecimento de comportamentos alimentares ao longo da vida. O comportamento alimentar pode ser definido como condutas ou maneiras de se relacionar com a alimentação e com o alimento, no que tange os modos de comer, o local, a companhia, o momento e as escolhas alimentares. Problemas na alimentação são frequentes em crianças pequenas e podem se estender por toda a infância. Porém, quando adequadamente gerenciados, a maioria desses casos são leves, passageiros e passíveis de tratamento. Dificuldades alimentares (DA) compreendem qualquer cenário no qual as crianças apresentam problemas na alimentação, de maneira que prejudique o fornecimento de alimento ou nutrição através dos pais ou responsáveis. A Sociedade Brasileira de Pediatria estima que 25-40% das crianças consideradas saudáveis (sem doenças orgânicas e com desenvolvimento típico) apresentam DA com menor intensidade. Neste trabalho, investigamos dificuldades alimentares relacionadas à dimensão de desinteresse pela comida do comportamento alimentar, que inclui comportamentos restritivos, menor apetite e maior sensibilidade à saciedade, com ênfase na seletividade alimentar (SA). A SA consiste na recusa de determinados alimentos, acarretando ingestão alimentar insatisfatória em quantidade e variedade, e gerando prejuízo ao estado nutricional e à saúde. Diversos fatores individuais e contextuais podem influenciar na SA. O temperamento infantil são padrões comportamentais que surgem cedo e são relativamente persistentes, associados ao modo como as crianças interagem com seu ambiente, incluindo seus pais ou cuidadores. O temperamento das crianças pode dificultar a interação entre pais e filhos, incluindo o contexto alimentar. O ambiente familiar é um dos determinantes da ingestão de alimentos e da formação de hábitos nos primeiros anos de vida do indivíduo, uma vez que o clima em torno da alimentação interfere nas atitudes relacionadas ao alimento e ao ato de se alimentar. Estilo parental se refere a um conjunto de atitudes em relação aos filhos que criam uma atmosfera emocional, na qual os pais manifestam seus comportamentos, que abrangem práticas parentais, gestos, mudanças no tom de voz ou expressão momentânea de emoção. Práticas parentais negativas (negligência, monitoria negativa, disciplina relaxada, punição inconsistente e abuso físico) podem estar relacionadas a comportamentos alimentares disfuncionais. Diante disso, investigaremos como variações no temperamento infantil e em práticas parentais durante a alimentação podem estar relacionadas à SA de crianças na primeira infância. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da UFPA e a coleta de dados ocorrerá em agosto e setembro de 2024. Participarão 117 crianças de quatro a sete anos de idade de uma escola federal em Belém, Pará. Os pais responderão a questionários virtuais sobre dados sociodemográficos, temperamento da criança, seletividade alimentar, dificuldades alimentares e estilo parental. O estado nutricional será analisado a partir do cálculo do IMC e através das curvas de crescimento da OMS, tanto do respondente quanto da criança. Os dados serão apresentados no evento. Este trabalho contribuirá para uma melhor compreensão da interação entre características das crianças e seus pais ou cuidadores em seus efeitos sobre o comportamento alimentar na infância, com ênfase na seletividade alimentar.



PO 178 | Repercussões do diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) na família

Sedecias da Silva Beserra, Eduarda Costa Oliveira Martins (nenhuma),
Francisco Henrique Cardoso da Silva (FPO - Faculdade Princesa do Oeste)

Resumo Segundo o DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um Transtorno do Neurodesenvolvimento, caracterizado pelas dificuldades de comunicação e interação social e também os comportamentos restritos e repetitivos. Conforme a evolução do desenvolvimento da criança desde a primeira infância, na maioria dos casos faz-se notório as estereotipias, reverberando diretamente na configuração do convívio familiar. Nesse sentido, família pode ser compreendida como um grupo de pessoas com ligações biológicas, ancestrais, legais ou afetivas, que mantêm entre si uma relação solidária, partilhando, na grande maioria das vezes, o mesmo espaço. **OBJETIVO:** Analisar as repercussões do diagnóstico de TEA na família. **METODOLOGIA:** Esse trabalho caracteriza-se como uma revisão integrativa de estudos científicos; para tal, foram feitas buscas nas bases de dados SciELO, Pubmed e LILACS, utilizando a combinação de descritores autismo AND diagnóstico AND família, considerando publicações de até 5 anos nos idiomas português, inglês e espanhol, obtendo 273 resultados iniciais, sendo 3 duplicatas. Após os critérios de exclusão, foram selecionados somente artigos com foco na temática supracitada, sendo considerados 14 artigos para esta análise. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Evidenciou-se que o processo de recebimento do diagnóstico de TEA pode, inicialmente, desencadear o processo de luto, levando a família, sobretudo a mãe, a um conjunto de sensações e sentimentos, sendo os mais evidentes a negação, medo, angústia, tristeza e a perda de esperança. O despreparo dos profissionais para informar os resultados diagnósticos contribui para o choque causado na família, visto que na maioria dos casos a notícia é entregue de forma dessensibilizada e pouco esclarecida. Ao findar a fase de aceitação e dar início à fase de adaptação, é perceptível dificuldades na habituação da nova rotina familiar, considerando que a criança autista demanda um cuidado e atenção integral, gerando assim uma sobrecarga tanto física quanto emocional nos cuidadores primários, dentre os quais aparecem com maior frequência as dores articulares e musculares como dorsalgias e cervicalgias, bem como quadros de insônia, fadiga, ansiedade e depressão. A falta de lazer na rotina familiar se mostra também um agravante, pois devido aos cuidados das crianças autistas, os cuidadores abdicam de seus momentos de recreação e conseqüentemente afastam-se do convívio e socialização com outras pessoas. Apesar das repercussões aludidas, é importante destacar também que as famílias, geralmente no percurso do diagnóstico, encontram estabilidade e aderência na adaptação advindos do acompanhamento profissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Para que haja uma redução dos impactos negativos repercutidos pelo diagnóstico do autismo, é imprescindível que haja uma melhoria nas políticas de saúde pública, com ênfase na capacitação dos profissionais para uma relação médico-paciente mais profunda, a fim de proporcionar à família uma comunicação mais acolhedora e esclarecedora, oferecendo não só informações técnicas mas também conforto e suporte emocional. O acompanhamento profissional de qualidade durante todo o processo de desenvolvimento da criança com TEA é fundamental para promover uma qualidade de vida justa, tanto para a criança como para a família.



PO 179 | Resiliência Familiar em famílias com crianças com problemas de comportamento externalizante

Ana Lúcia de Lima (UNIFOR - Universidade de Fortaleza), Normanda Araujo de Moraes (Universidade de Fortaleza)

Resumo A resiliência familiar busca trabalhar as potencialidades e forças que a família apresenta, para que juntos possam superar as adversidades, no intuito de um desenvolvimento mais saudável. Nessa perspectiva, podem surgir alguns atravessamentos, como a vivência com crianças com problemas de comportamento externalizante, podendo trazer momento adversos. Como problemas de comportamento externalizante entende-se aqueles problemas que são dirigidos ao outro, ao ambiente, como agressão, dificuldade com limites e regras, explosões de raiva, oposição, desafio, etc. Tais comportamentos podem trazer impactos na vida da criança, da família e das relações sociais e pessoais. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo analisar a resiliência familiar em famílias com crianças com problemas de comportamento externalizante. Para isso, o trabalho entrevistou 14 cuidadores, por meio da Escala de Resiliência Familiar, em fevereiro/2024, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) - parecer 6.082.322 e os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Quanto a análise dos dados, foi feito por meio da estatística descritiva, utilizando o SPSS. Condizente aos participantes, teve treze mulheres (92,9%) e um homem (7,1%), em que 71% tinha entre 30 e 40 anos, 50% tinha ensino superior completo e 50% eram casados. Os principais resultados da pesquisa revelaram que 57,2% dos entrevistados não desistem quando as coisas ficam difíceis e 50% compartilham uma forte crença da importância da vida familiar. Além disso, 85,7% observam que uns cuidam bem dos outros, 78,6% lutam para fazer o melhor que podem, a partir das suas necessidades e limitações e 78,6% acreditam que em situações difíceis podem encontrar uma solução. Por outro lado, 71,4% não acreditam que fatores de estresse podem ser encarados como desafios a serem administrados e superados e 57,1% colocam que os membros da família não substituem uns aos outros nas tarefas domésticas quando necessário. Assim como, 64,2% colocaram que as regras na família não são claras e 85,7% relataram que não é claro para todos os membros da família o que cada um pensa e espera dos outros. Dessa forma, foi possível analisar que as famílias entrevistadas conseguiram trazer pontos importantes quanto a resiliência familiar, em que se percebem com suporte uns dos outros para lidarem com as adversidades, assim como há espaço de compartilhamento de opiniões. No entanto, a carga de estresse é vista como um fator difícil de ser compartilhado, assim como as obrigações domésticas, podendo gerar uma sobrecarga física e mental para um determinado membro da família. Também foi visto que as famílias percebem dificuldade em deixar as regras claras no meio familiar e falar o que cada um espera um do outro. Sendo assim, pode-se inferir que as famílias que participaram do presente estudo se autoperceberam como famílias que buscam a resiliência familiar e que enxergam a sua importância, mas que precisam dividir melhor as obrigações do cotidiano entre os membros da família, assim como, tornar as regras e expectativas mais claras em seu ambiente, podendo tornar o dia a dia mais leve e com menos fatores de estresse.



PO 180 | Resistência familiar em famílias de crianças com deficiência

Gabrielly Araujo Caldas (UFPA - Universidade Federal do Pará), João Paulo Santiago Pamplona da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Patrícia da Silva Bezerra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Simone Souza da Costa Silva (UFPA - NTPC)

Resumo A resistência familiar refere-se à qualidade da família de se manter estruturada e organizada diante das situações estressoras do cotidiano, ou seja, é a capacidade de manejar bem as dificuldades e os conflitos familiares. Este estudo teve como objetivo descrever o nível de resistência em famílias de crianças com deficiência. Participaram 83 cuidadores primários (mãe, pai, avó, dentre outros) de crianças com deficiência. Os instrumentos utilizados foram o Inventário Sociodemográfico, para descrever o perfil das famílias, e o Family Hardiness Index (FHI), composto por 20 itens que investigam o nível de resistência familiar, sendo dividido em dois fatores: Compromisso/Desafio (percepção das forças internas da família, capacidade de trabalhar juntos e os esforços da família para experimentar e aprender coisas novas) e Confiança/Controle (sentimento da família de serem capazes de se planejar e saber lidar com as adversidades). O estudo teve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Pará, e todos os participantes tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Os dados foram inseridos no Software Excel 2016, e submetidos à análise descritiva. Os resultados apontaram que os cuidadores são majoritariamente mulheres (97%), pardas (66%), mães (94%), casadas ou em união estável (67%), são responsáveis pelos cuidados da casa e da criança (60%), e com renda mensal familiar de até dois salários mínimos (81%). As crianças são, em sua maioria, meninos (61,9 %), com idade de 6 a 10 anos (57,1%) e apresentam TEA (42,8%) e Paralisia Cerebral (14%) como deficiências mais presentes. Em relação à resistência, os resultados demonstram que as famílias apresentam um nível satisfatório, especialmente no que se refere ao fator Compromisso/Desafio, em que 93% das famílias ficaram acima da média. O fator Confiança/Controle também apresentou bons níveis de resistência, no qual 71% das famílias ficaram com valores superiores ao fator de corte. Os bons níveis de resistência familiar apresentados pelas famílias que possuem crianças com deficiência corroboram com os resultados de Puktarat et al. (2021) que realizou um estudo com 120 mães de crianças com síndrome de Down e estas apresentaram a média de 48 para resistência familiar, o que para o estudo é um índice muito elevado e significativo. Um maior grau de resistência familiar indica bons níveis de funcionamento parental/ familiar (Dunst, 2021). Em contraponto, a revisão de literatura feita por Dervishaliaj (2021) demonstra que a resistência familiar em famílias de crianças com deficiência é mais reduzida em comparação com a resistência familiar de famílias de crianças com o desenvolvimento típico. Em suma, os resultados da presente pesquisa indicam que as famílias investigadas provavelmente possuem bons recursos familiares para lidarem com as adversidades e desafios da vida. Além disso, esse índice é um indicativo que o funcionamento das dinâmicas relacionais dessas famílias é favorável e que o impacto da deficiência também possui aspectos positivos levando, por exemplo, a um crescimento pessoal e coletivo dos membros da família.



PO 181 | Revisão Sistemática da Literatura Acerca de Redes Pessoais Através de Uma Análise da Rede de Conhecimento

Jhulya Eduarda Castro dos Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Fernando Augusto Ramos Pontes (UFPA), Patrick Maximiano Maciel Oliveira (UFPA)

Resumo A Análise de Redes (AR) é um modelo epistemológico essencial para compreender a topologia das relações dentro de um sistema, baseando-se na premissa de que a estrutura dessas relações determina seu conteúdo. A Teoria dos Grafos fornece a base matemática para realizar essas análises em diferentes contextos e objetos. No campo das relações sociais, a Análise de Redes Sociais (ARS) destaca-se como um conjunto de métodos que investiga as interações humanas, focando em vínculos e conexões significativas. Dentro da ARS, a Análise de Redes Pessoais (ARP) surge como um método inovador que simula uma Rede Sociocêntrica uma “rede completa” a partir da percepção de um Ego (indivíduo focal) sobre suas relações e as relações entre os Alters (outras pessoas na rede). Esta abordagem cognitiva se fundamenta no teorema de que “se as pessoas definem situações como reais, elas são reais em suas consequências” (Thomas & Thomas, 1928: 572). No contexto da psicologia do desenvolvimento, a ARP permite mapear a percepção do sujeito sobre as relações que acredita estar envolvido, possibilitando a visualização de uma parte integral de sua ecologia de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 2004). Embora ainda não existam revisões sistemáticas do conhecimento produzido pelo método ARP, revisões que utilizam AR estão se popularizando especialmente para mapear Redes de Conhecimento em diversas áreas, destacando a colaboração entre cientistas e instituições e analisando o fluxo de informações por meio de redes de coautoria, co-citação e coocorrência de palavras-chave. Objetivo: Este estudo objetivou a criação de uma Rede de Conhecimento da literatura científica empírica sobre a temática de “Redes Pessoais” dos últimos dez anos (2015-2024). Ainda, buscou-se descrever uma rede de coocorrência das principais palavras-chave utilizadas na área. Metodologia: Para tanto, foram coletados 94 artigos através da base de dados Scopus, valendo-se dos critérios PRISMA, e o software VOSviewer foi empregado para a construção e análise dos dados cienciométricos e da rede de coocorrência de palavras-chave. A análise, baseada na Teoria dos Grafos, proporcionou um refinamento na avaliação dos mapas de conhecimento, contribuindo para uma revisão sistemática mais rigorosa. Resultados e Conclusões: O estudo revelou que os Estados Unidos lideram em termos de número de publicações, enquanto a Espanha se destaca em influência, possuindo um “nó” próprio no mapa. As palavras-chave mais relevantes incluem: suporte social, capital social, migração, inclusão social, e cuidado informal. O cluster de “suporte social” ganhou proeminência após 2020, indicando que as Redes Pessoais desempenharam um papel crucial na mitigação dos impactos do isolamento social durante a pandemia de COVID-19, oferecendo suporte emocional e material. A análise das referências principais revelou um desafio persistente na perda de participantes em estudos longitudinais, sugerindo a necessidade de métodos de coleta de dados mais eficientes. Os resultados deste estudo têm implicações práticas para políticas públicas e intervenções sociais, indicando que o fortalecimento das Redes Pessoais pode melhorar o bem-estar e a resiliência das comunidades. Profissionais de psicologia do desenvolvimento podem utilizar esses insights para criar intervenções mais eficazes, como evidenciado pelos dados relacionados à pandemia de COVID-19.



PO 182 | Revisão Sistemática de Rede de conhecimento da escala DASS-21 em universitários

Antônio Júnior dos Santos Tavares, Jhulya Eduarda Castro dos Santos (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo A vida universitária, marcada por grandes mudanças e desafios, tem se mostrado um terreno fértil para o desenvolvimento de transtornos mentais, especialmente a depressão, a ansiedade e o estresse. A Escala de Ansiedade Estresse e Depressão (DASS) tem sido amplamente utilizada para avaliar de forma rápida e eficiente a presença e a intensidade desses três estados emocionais na população ao redor do mundo. Composta inicialmente por 42 itens de avaliação, atualmente foi atualizada para novas versões, sendo composta por 21 itens, DASS-21. A criação de uma rede de conhecimento permite analisar as relações entre artigos científicos, autores e instituições, sendo possível mapear o conhecimento existente sobre um determinado tema e identificar as principais tendências e debates. Além disso, esta metodologia permite visualizar a complexidade das relações entre diferentes conceitos e disciplinas. Deste modo, o objetivo deste estudo é realizar uma revisão sistemática em rede de conhecimento sobre a escala DASS-21 aplicada a universitários nos últimos 20 anos. Método: A coleta para o estudo foi realizada na base de dados da plataforma Scopus, utilizando-se de critérios PRISMA, e o software VOSviewer (1.6.10) foi utilizado para construir e analisar dados cienciométricos e criação da rede de palavras-chaves (PCs). Foram analisados 462 artigos que participaram da criação das redes. Resultados e discussão: A rede apresentada foi uma que continha 59 PCs, no qual foram excluídas as palavras "dass-21" e "university students", formando uma rede composta por 9 clusters. Dentre os clusters o primeiro era relacionada com bem-estar psicológico, satisfação com a vida, estilo de enfrentamento e Covid-19; o segundo cluster possui temáticas relacionadas a dependência da internet, mindfulness e qualidade do sono; o terceiro cluster relacionava-se a temáticas de saúde mental, Covid-19, dependência da internet, dependência de jogos online e fatores sociodemográficos; o quarto cluster estão relacionados á Covid-19, bem-estar, dependência da internet, qualidade do sono e estilo de enfrentamento; o quinto cluster abordava temáticas sobre saúde mental, estilo de enfrentamento e apoio social; o sexto cluster relacionava a Covid-19, sofrimento psicológico, impacto na aprendizagem online e solidão; o sétimo cluster apresentava temáticas sobre Covid-19, sofrimento psicológico e determinantes psicológicos; o oitavo cluster abordava saúde mental, covid-19 e atividade física; o nono cluster tratava sobre temáticas da Covid-19, saúde mental e comportamento alimentar. Torna-se notável a presença recorrente dentro de todos os clusters a temática da covid-19, dependência da internet e saúde mental, pode-se inferir então como o DASS-21 fomentou pesquisas em um momento de vulnerabilidade da humanidade durante uma pandemia e como também esse momento de isolamento social aumentou a utilização e a dependência da internet. Conclusão: Com a retirada das palavras que seriam das temáticas centrais, são elas, "depression", "anxiety", "stress", e "university student" as PCs que possuem maior força de link são "covid-19" com 316 de força de link e "mental health" com 265. Logo, a importância da revisão contribuindo para fortalecer o corpo de evidências sobre as propriedades psicométricas do DASS-21, destacando sua utilidade como instrumento de triagem e monitoramento de sintomas de depressão, ansiedade e estresse.



PO 185 | “Se morrer, morreu!”: Compreendendo o sentido do existir para jovens em cumprimento de MSE

Sinthya de Cássia Oliveira da Rocha (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Resumo Esta é uma pesquisa de mestrado que aborda a experiência de jovens em cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Internação na região metropolitana de Natal/RN, a partir da fenomenologia hermenêutica. Os jovens em medida socioeducativa são diretamente afetados pelo genocídio da população negra e periférica em curso no Brasil (Atlas da violência, 2023). Dessa forma, buscamos compreender o sentido de existir para esses adolescentes, tendo em vista as diversas violações de direitos as quais essa população está submetida e a maneira pela qual são convocados a responsabilização e reconstrução dos seus projetos de vida sem consideração pela maneira como seus sentidos estão sendo construídos e quais condições estão sendo oferecidas a eles. Trata-se de uma pesquisa fenomenológica inspirada na filosofia de Heidegger. Para essa hermenêutica, os sentidos são produzidos de forma circular, pois o Dasein através da sua estrutura originária compreensiva interpreta o que lhe vêm ao encontro, produzindo sentidos (conceitos e elaborações) de forma ininterrupta (Heidegger, 1927/2015). Até o momento foi realizada uma entrevista Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) Pitimbú, unidade de internação masculina localizada na cidade de Parnamirim/RN, sendo utilizados os seguintes instrumentos: entrevista narrativa a partir de três encontros e registros do diário de afetações para análise. O entrevistado encontrava-se cumprindo medida de internação há quase dois anos. Na sua vivência, encontrou-se com a morte e a violência desde criança, destacando-se a perda de três familiares e um amigo próximo. A violência e a finitude constituem o horizonte de sentidos do adolescente, tornando-se familiar e anunciando-se como projeto. Sabemos que, a possibilidade de morrer é uma condição ontológica humana (Casanova, 2012), mas a maneira como a morte aparece no horizonte de sentidos do jovem entrevistado é diferente da condição de finitude compartilhada pelo dasein enquanto existencial, o desamparo não é ontológico (apenas), mas ético-político (Mattar, 2021). Este desamparo é produzido pela necropolítica (Mbembe, 2016), política de morte, que normatiza e naturaliza o direito de matar aqueles classificados como “inimigos”, definidos a partir de uma lógica racista que estrutura as políticas de morte na modernidade. A execução da medida socioeducativa parece afastar-se do objetivo manifesto nos marcadores legais, algo já discutido por pesquisadores da temática (Miranda & Paiva, 2021) e que percebemos se materializar no campo de pesquisa, instituição que opera pela lógica punitivista devido a sua própria estrutura. Nos questionamos como é possível a ampliação do horizonte compreensivo do adolescente e a apropriação de suas possibilidades? Diante do contexto de encarceramento, o sentido de vida do adolescente está conectado com a vivência da cotidianidade das suas relações familiares e pela possibilidade de acesso a direitos básicos que lhes foram negados. Palavras-chave: Fenomenologia-hermenêutica, Medida Socioeducativa, Sentido.



PO 186 | Ser-idoso Institucionalizado: a experiência de uma idosa residente em uma ILPI filantrópica de Natal/RN

Thainá Souza Cruz Belmiro (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Resumo Este resumo é baseado em uma dissertação de mestrado em andamento, que objetiva compreender a experiência de idosos institucionalizados, através das narrativas de residentes em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) filantrópicas de Natal/RN. A população idosa está crescendo globalmente, com previsão de duplicação até 2050. Apesar do aumento na longevidade, questionamo-nos sobre a qualidade de vida dos idosos na contemporaneidade. O envelhecimento é um fenômeno complexo: homogêneo em desenvolvimento humano, mas heterogêneo devido a contextos culturais, históricos e sociais. Na atualidade, os corpos jovens, produtivos e autônomos são valorizados, enquanto os idosos frequentemente ocupam um não-lugar. Esta marginalização é mais pronunciada entre os idosos pobres, em uma sociedade desigual onde a qualidade do envelhecimento está ligada à capacidade de consumo. Nesse contexto, as ILPI tornaram-se uma forma comum de cuidado aos idosos. No Brasil, a maioria das ILPIs é filantrópica, e a prevalência de residentes independentes nelas sugere que a ida para essas instituições pode estar relacionada à falta de recursos para uma vida digna fora delas. Assim, esse grupo é o foco desta pesquisa. Embora as ILPIs proporcionem um ambiente digno, seus residentes podem ser compreendidos como população marginalizada, o que se evidencia pela falta de dados censitários necessários para o fortalecimento de políticas públicas. As ILPIs oferecem assistência, saúde e habitação, representando uma opção de vida para muitos idosos. Portanto, nos perguntamos: como é a experiência de ser-idoso em uma ILPI filantrópica? Para abordar essa questão, partimos da fenomenologia-hermenêutica, que busca compreender o sentido de ser por meio de um processo compreensivo-interpretativo e circular. O método de análise que se baseia nesta filosofia inclui: a afetação pelo depoimento ouvido em entrevistas narrativas; a transcrição do depoimento; a identificação de temas; diálogo entre as reflexões feitas a partir das etapas anteriores e a literatura. A transcrição equivale ao registro feito pela pesquisadora de suas afetações e compreensões em um diário, permitindo uma análise do fenômeno. O estudo conta com uma participante, mulher de 69 anos que escolheu viver em uma ILPI filantrópica há cerca de cinco anos. Sua narrativa desvela uma estreita relação com um dos espaços da instituição, a Sala de Artesanato, onde, naquela morada compartilhada, parece encontrar possibilidade de singularização, a construção de um pertencimento. A colaboradora nos anuncia, ainda, sua trama de sentidos, no que diz respeito ao modo como compreende ser-idoso - ao que interpreta como um destino repleto de solidão, negligência, rejeição, impotência, exploração e esquecimento. Estas compreensões dizem de experiências que ela teme viver e que perpassam o modo como ela exerce seu existir. Ao perceber sinais de que poderia enfrentar esse destino indesejado, a participante vê na ILPI uma forma de controlar seu futuro, garantindo um caminho distinto daquele que teme. Para ela, a institucionalização representa cuidado, pertencimento e a certeza de um espaço seguro. Compreendemos que as concepções acerca do envelhe-ser sedimentadas no mundo aparentam ir de encontro ao papel da ILPI para a sociedade - o de possibilitar referência a quem parece não ter lugar no mundo.



PO 187 | Sexualidade e Direitos Humanos: Desafios e Enfrentamentos do Movimento LGBTQIP+ em Parintins/AM

Maurício Matheus Alves de Souza (UFAM - Universidade Federal do Amazonas)

Resumo O movimento LGBT vem ao longo dos últimos anos percorrendo um caminho de luta e resistência no Brasil e no mundo considerando, sobretudo, as diversas formas de discriminações, violências, opressões e repressões por parte de uma sociedade hegemônica e cis-heteropatriarcal. Em diversos momentos da história, o movimento LGBT brasileiro tem enfrentado diversas situações de cerceamento, punição por parte do Estado, patologização das pessoas com identidade de gênero e orientação sexual não binários e outras formas de exclusão. Quando rememoramos o período de luta contra a AIDS, por exemplo, visualizamos as formas e modos como esta população foi tratada e desde então o movimento tem buscado tecer espaços de luta e promoção pelo reconhecimento dos direitos civis e cidadania desta população. Desse modo, se torna necessário refletir sobre os desafios que este movimento social enfrenta no interior do Baixo Amazonas, em Parintins tem sua relevância na medida em que visibiliza primeiro, a importância da organização da sociedade civil enquanto coletividades em transformações, e segundo, visibiliza as vozes e corpos da população LGBTQIP+ considerando os atravessamentos sociais, culturais, políticos no âmbito da luta e defesa dos direitos humanos. Este trabalho é fruto de uma pesquisa em Iniciação Científica, desenvolvida, no Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ/UFAM) e tem como objetivo: reconhecer as vozes e narrativas de pessoas LGBTQIAP+, da cidade de Parintins, assim como analisar quais são os desafios no âmbito da sexualidade, educação e direitos humanos enfrentados por este grupo social neste contexto. Desse modo, pretende-se visibilizar os discursos acerca de questões relacionadas aos reflexos que esta comunidade enfrenta diante da sociedade parintinense. Reflexos esses que podem ser: LGBTfobia, preconceito, discriminação e negação de direitos. Dessa maneira, buscaremos analisar, quais são as narrativas, experiências e vivências de pessoas LGBT que participam do movimento social organizado em Parintins/AM. O grupo pesquisado são pessoas que fazem parte do Movimento LGBT na cidade de Parintins, mais especificamente a Associação de Gays, Lésbicas e Travesti de Parintins - AGLTPIN, visando por meio das trajetórias e relatos destes sujeitos políticos compreender quais tem sido os desafios e enfrentamentos do movimento no contexto de Parintins/AM. Esta pesquisa tem como base o campo da educação em sexualidade, na perspectiva de promoção de saúde e direitos humanos de pessoas LGBTQIAP+. O essencial deste projeto será a revisão de literatura considerando, sobretudo a memória histórica das lutas do Movimento LGBT no Brasil e os diálogos no âmbito dos direitos humanos. Em termos metodológicos serão utilizados como estratégias: pesquisa referencial e bibliográfica, observação participante, entrevistas autobiográficas com pessoas atuantes no Movimento. A pesquisa se configura, portanto, em um estudo qualitativo, tendo como ponto de partida o levantamento bibliográfico e a revisão de literatura da produção acadêmica sobre o tema; autores que teorizam sobre o movimento LGBTQIAP+ e as políticas educacionais que constituem seu suposto teórico. Em seguida, serão realizadas entrevistas, de cunho narrativo e autobiográfico com pessoas do movimento na perspectiva das narrativas de si, considerando as experiências e histórias de vida destes sujeitos.



PO 188 | Sobre medo, saudade e anseios: Repercussões psicoemocionais em adolescentes em vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19 em Salvador

Jenifer Nascimento Cunha, Clara Nabuco Abreu Sousa, Adriel Marcos Mendonça Reis de Almeida, Ana Luísa Fidalgo Ribeiro, Juliana Prates Santana (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Resumo O objetivo deste trabalho é descrever as repercussões psicoemocionais apresentadas por adolescentes em situação de vulnerabilidade social durante a pandemia de COVID-19. Este estudo faz parte de uma pesquisa de âmbito nacional, intitulada "Impactos da pandemia COVID-19 no cotidiano de adolescentes brasileiros em situação de vulnerabilidade social" e contou com uma amostra de 43 participantes da cidade de Salvador/BA, predominantemente negros entre 12-20 anos, sendo 16 mulheres e 24 homens cisgêneros e 3 adolescentes que preferiram não responder seu gênero. Os participantes foram selecionados em cinco contextos de vulnerabilidade diferentes, especificamente: 1) adolescentes em situação de rua; 2) adolescentes em situação de acolhimento institucional; 3) adolescentes em conflito com a lei, atendidos por programas de medidas socioeducativas em meio-aberto; 4) adolescentes em conflito com a lei, cumprindo medida socioeducativa de internação e 5) adolescentes estudantes de escolas públicas localizadas em ambientes de extrema vulnerabilidade. Para a coleta de dados, foram utilizados dois instrumentos, um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada, a fim de compreender as experiências dos adolescentes durante o período pandêmico. Os dados analisados foram extraídos de uma questão específica da entrevista, que pretendia investigar as repercussões psicoemocionais nos adolescentes ao longo da pandemia. A literatura, afirma que esse contexto exerceu um impacto na dimensão de saúde mental dos adolescentes, e dessa forma, muitos deles apresentaram sentimentos negativos. Ademais, as pesquisas recentes também concluem que as repercussões psicoemocionais desses sujeitos são decorrentes tanto da sua relação com a doença, quanto da implementação das medidas sanitárias como o distanciamento social e o fechamento das escolas. Os dados obtidos deste estudo chamam a atenção para uma complexidade por parte de alguns adolescentes de perceberem e nomearem seus sentimentos no momento da entrevista. Coadunando com o que é discutido na literatura, 28 adolescentes entrevistados ressaltaram experiências de tristeza, medo, ansiedade, raiva, saudade e preocupação com o outro durante o período de pandemia. Em contraste com as pesquisas apresentadas, 14 sujeitos relataram que não notaram o surgimento de emoções específicas decorrentes da pandemia, o que permite refletir sobre a possibilidade da pandemia não ter exercido um impacto negativo sobre a vida desses adolescentes. Além disso, é possível considerar que em um contexto de vulnerabilidade social, esses adolescentes possivelmente enfrentaram questões mais complexas que transcendem as relacionadas exclusivamente à crise sanitária. Por outro lado, dois entrevistados mencionaram que notaram sentimentos positivos neste período, revelando assim, uma diversidade nas respostas emocionais. Para concluir, este estudo reforça a importância de oferecer um espaço de escuta seguro para que esses adolescentes expressem livremente suas experiências e emoções, permitindo identificar e acolher suas necessidades específicas.



PO 189 | Suicídio na infância: aspectos gerais desse fenômeno complexo

Elaine Marinho Bastos (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus), Alana Marques de Oliveira Martins (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus), Lena Jéssica Torres de Lima (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus), Erivania Paulina da Silva Girão

Resumo O suicídio é um grave problema de saúde pública e uma epidemia silenciosa. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde -OMS, em 2021, cerca de 700.000 suicídios foram documentados em todo o mundo. Vale ressaltar que muitos dos dados de suicídio são subnotificados, por todos os preconceitos relacionados a temática. A ingestão de pesticidas, enforcamento e armas de fogo estão entre os métodos mais comuns de suicídio. (BACHMANN, 2021). O suicídio pode ser definido como um fenômeno complexo e multifatorial, influenciado por fatores biopsicosociais, possuindo como principais fatores de risco: transtornos mentais, violência, desemprego, luto, relações conflituosas, perdas financeiras, dores crônicas, condições clínicas incapacitantes, consumo nocivo de álcool e drogas, dentre outros fatores (BOTEGA, 2015). No entanto, muitos desses estudos estão relacionados aos adultos, desconsiderando as demais fases de desenvolvimentos, tais como infância e velhice. Quando o assunto é suicídio na infância ainda se encontra amplas dificuldades diante da ideia de que esta é uma fase de desenvolvimento onde não ocorrem adoecimentos ou sofrimentos psíquicos. O suicídio é a segunda maior causa de morte entre indivíduos de 10 a 24 anos segundo dados da OMS (2014), mesmo considerando que a cada suicídio notificado existe pelo menos 20 tentativas (Pereira, 2023). A pesquisa buscou identificar profissionais de Psicologia que atendem crianças, com casos de ideação suicida, bem como aspectos que estejam relacionados ao fenômeno. Foram entrevistadas, no mês de abril de 2024, cinco psicólogas de Fortaleza que relatam experiências de atendimento a crianças com essa demanda. Na análise das falas das entrevistadas identificou-se três categorias que trazem informações significativas quanto a essa realidade: Métodos de ideação suicida na infância; Principais características relacionadas ao suicídio e Suicídio na Infância, Comportamento e Fatores de Risco. Quanto aos métodos utilizados, de acordo com as entrevistadas, foi apontado a precipitação e uso de medicação, como métodos mais recorrentes em casos relacionados à ideação suicida infantil. As principais características trazem pontuações relacionadas ao contexto social de extrema cobrança e sobrecarga, com influência de fatores constitucionais, fatores ambientais, culturais, biológicos, psicológicos e sociodemográficos. As crianças estão inseridas na sociedade que exercem influência, da mesma forma que recebem influência e isso muitas vezes é esquecido pelos adultos. Considera-se a ocorrência de atos suicidas na infância, e é um fenômeno que vem aumentando, os quais não são considerados e computados como tal. Os comportamentos e risco citados, foram: famílias disfuncionais, ausência dos pais biológicos, falta de comportamentos de apego parentais. Além de outros fatores de risco: o contexto escolar e condições de bullying, além de transtornos mentais. Percebe-se que é um fenômeno que tem semelhanças quanto ao contexto dos adultos, mas que, no entanto, apresenta aspectos significativos a essa fase de desenvolvimento. Pontua-se a necessidade de ser mais amplamente investigado, para compreensão de algo tão complexo nessa fase de desenvolvimento, bem como com repercussões que envolvem família e sociedade.



PO 190 | Susceptibilidade à Fake News, identificação política e empatia: associações com atitudes e comportamentos durante a pandemia de COVID-19 no Brasil

Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG),
Júlia França Nóbrega (UFCG - Universidade Federal de Campina Grande)

Resumo Estudos realizados durante a pandemia de COVID-19 mostraram que componentes da empatia estariam associados ao comportamento e atitudes de adultos de diferentes idades, apontando para o papel que esta variável pode ter em contextos de emergências em saúde. No cenário brasileiro, a profusão de notícias falsas acerca da COVID-19, aliadas a um contexto de polarização política, tornou-se um problema significativo para as autoridades, dado seu impacto na adesão a medidas de contenção do vírus, tais como a vacinação, uso de máscaras e a prática do distanciamento físico. O presente trabalho teve como objetivo principal avaliar possíveis associações entre a susceptibilidade a acreditar em notícias falsas acerca do SARS-CoV-2, a empatia e atitudes e comportamentos de brasileiros durante a pandemia de COVID-19. Para tanto, 309 adultos (Média Idade = 26,73; 57,3% mulheres cisgênero) responderam um instrumento contendo questões que levantava: (1) dados sociodemográficos e de saúde dos participantes, além de itens que avaliavam (2) a identificação política, (3) a credibilidade atribuída a notícias relacionadas ao vírus da COVID-19, (4) a disponibilidade em continuar adotando medidas de contenção da doença no mês seguinte à coleta de dados, (5) a concordância com o uso da vacinação como medida de combate à doença, (6) a concordância com figuras de autoridade que se posicionaram publicamente a respeito da pandemia e (7) a empatia disposicional, avaliada pelo Interpersonal Reactivity Index. Os dados foram coletados entre março e agosto de 2022, por meio de um formulário eletrônico. Análises de variância indicaram que as mulheres foram menos susceptíveis a acreditar em Fake News relacionadas à pandemia, mais favoráveis ao uso da vacina como estratégia de enfrentamento do vírus e concordaram mais com figuras públicas que defenderam a adoção de medidas restritivas para controle da doença, do que os homens. Não foram identificadas diferenças nessas três variáveis e na disponibilidade em continuar adotando medidas pessoais de combate ao vírus, em função da escolaridade ou do pertencimento a grupo de risco para a COVID-19. Modelos de regressão indicam que a identificação política e componentes da empatia predisseram significativamente a disponibilidade pessoal em cumprir medidas de combate à disseminação do vírus, a concordância com o uso de vacinas como estratégia de enfrentamento da pandemia e com o posicionamento de figuras de autoridade que defenderam publicamente o uso de medidas restritivas. Também se observou que as condições pessoais de praticar o distanciamento físico, de usar máscara facial e de fazer a higiene das mãos, além da Tomada de Perspectiva, predisseram significativamente a disponibilidade em continuar adotando medidas de combate ao vírus, no mês seguinte ao da coleta de dados. Discute-se como políticas de educação em saúde devem considerar os resultados aqui observados, durante situações nas quais o enfrentamento da crise de saúde dependa de estratégias de intervenção comportamental, que mobilizem a população em larga escala. Além disso, afirma-se a necessidade de que se fortaleçam ações de combate às Fake News e de popularização da ciência, contribuindo assim com a promoção da alfabetização científica em nosso país.



PO 191 | Tipo de parto como preditor da sensibilidade materna

Ana Carla Lima Ribeiro (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Resumo A sensibilidade materna representa uma capacidade da mãe de demonstrar cuidado e se mostrar sensível às expressões e sinais do bebê, respondendo de forma congruente e pertinente às suas necessidades e demandas. Diversas pesquisas vêm demonstrando o impacto e o papel do hormônio ocitocina na formação dos vínculos sociais humanos e da sensibilidade materna. Poucos estudos, no entanto, têm sido realizados buscando analisar o processo de desenvolvimento da sensibilidade materna comparando o tipo de parto realizado com ou sem a utilização da ocitocina sintética, tampouco se a utilização desta pode induzir ou diminuir a produção endógena deste hormônio. Até o presente momento, não foi possível identificar os diversos fatores envolvidos como preditores da sensibilidade materna. Este estudo teve como objetivo investigar se o tipo de parto pode ser um fator preditivo da sensibilidade materna. Realizou-se uma revisão sistemática integrativa na base de dados internacional (web of Science), de 2018 até o momento, utilizando os termos “maternal sensitivity” ou “maternal attachment” e “type of birth” ou “type of delivery” e “predict*”. Os artigos foram identificados, analisados e classificados. Dos 118 artigos encontrados, 28 artigos usaram sensibilidade materna/apego materno como variável independente, 51 artigos a usaram como variável de desfecho, 38 artigos não usaram sensibilidade materna como variável e um artigo era teórico. Embora muitos artigos incluam o tipo de parto na descrição das características dos participantes da pesquisa, apenas sete artigos incluíram o tipo de parto como uma possível variável a ser analisada como um preditor da sensibilidade materna. Turquia e Jordânia foram os países que mais pesquisaram sobre o tema e a Enfermagem foi a área que mais se interessou em pesquisar o assunto. A maioria das pesquisas utilizou o Maternal Attachment Inventory, um questionário de autorrelato e não a gravação e análise de vídeo da interação da díade, o que pode representar uma limitação dos estudos. Quatro artigos encontraram diferenças significativas na sensibilidade materna, de acordo com o tipo de parto. Parto natural, cesárea planejada após o início do trabalho de parto e não ter sofrimento durante o parto apresentaram maior sensibilidade materna. Nenhum dos artigos realizou uma avaliação detalhada sobre os tipos de parto. Apenas um artigo incluiu a indução do parto, mas sem indicar quais tipos de indução foram utilizadas. Além disso, nenhuma pesquisa discriminou entre cesáreas de emergência e cesáreas eletivas e em partos vaginais se fórceps ou ocitocina sintética foram usados. Três grandes linhas de pesquisa no campo dos preditores da sensibilidade materna puderam ser identificadas: uma com foco nas características do bebê (incluindo peso ao nascer, sexo, irritabilidade), a segunda nas características maternas (depressão materna, autoeficácia materna) e a terceira com foco nas variáveis demográficas (idade, educação, estado civil, renda). Três estudos encontraram diferenças significativas na amamentação e na sensibilidade materna de acordo com o tipo de parto. Mais pesquisas precisam ser feitas buscando correlacionar os diversos preditores possíveis da sensibilidade materna, incluindo o tipo de parto para o avanço interdisciplinar das pesquisas em saúde e desenvolvimento humano.



PO 192 | Cooperação e Funções Executivas entre crianças de 6 a 11 anos

Lady Jane Santana de Oliveira, Leonardo Rodrigues Sampaio (Universidade Federal de Campina Grande - UFCG), Guilherme Ribeiro Eulalio Cabral

Resumo A cooperação corresponde à atuação conjunta de dois ou mais indivíduos em torno de um objetivo comum, estando a evolução do comportamento condicionada aos efeitos benéficos que a ação promove a um terceiro (Li et al., 2018; Yamamoto et al., 2017). Estudos mostram que a cooperação emerge no início da infância, estando ligada ao avanço de capacidades cognitivas que permitem às crianças se colocar na perspectiva dos outros, adiar o recebimento de gratificações e se comportar de forma recíproca, durante uma situação de divisão de recursos (Sebastián-Enesco & Warneken, 2015). O objetivo principal desse trabalho foi avaliar se existiam relações entre o comportamento cooperativo e as Funções Executivas na infância. Para tanto, foram empregados os jogos digitais Slingshot Challenge (SC) e Starmines (SM) (Cabral et al., 2022) para testagem do comportamento cooperativo, além de tarefas computadorizadas para avaliar o controle inibitório, a memória de trabalho e a capacidade de planejamento. Participaram do estudo 76 crianças (48,7% meninas), com idades entre 6 e 11 anos, matriculados em escolas de Campina Grande (PB). Nos resultados, observou-se que as crianças cooperaram, em média, 50% das vezes que jogaram. Houve mais cooperação na primeira rodada do SM do que na do SC [$t(50) = 3.12$; $p = .003$], mas não houve diferenças na cooperação total e nem na cooperação condicional entre eles. Isso pode indicar uma maior disposição inicial delas cooperarem de forma similar nos dois jogos, mesmo que um tenha uma estrutura mais cooperativa e se desenvolva a partir de decisões simultâneas, em comparação a outro no qual as decisões são tomadas de forma sequencial e com estrutura mais competitiva. Porém, à medida que as interações continuavam, essa primeira impressão parece ter perdido seus efeitos, o que fez com que as taxas de cooperação se equipassem. A cooperação na primeira rodada e a cooperação total no SC ($r = .40$; $p = .003$), assim como a cooperação na primeira rodada do SM e a cooperação total nesse jogo ($r = .41$; $p = .002$) se correlacionaram, o que indica que começar jogando aumenta a chance de cooperar mais, ao longo do tempo. Além disso, a cooperação condicional no SM e o número total de movimentos para resolver a Torre de Londres (TOL) se correlacionaram ($r = -.22$; $p = .047$), sugerindo que uma melhor capacidade de planejamento pode contribuir para estratégias mais elaboradas de cooperação, durante interações reiteradas. Não houve diferenças nos indicadores de cooperação, em função do sexo, idade e série dos participantes, nem no SM e nem no SC, mas foram observadas correlações significativas entre a idade e os componentes das Funções Executivas, o que corrobora a literatura que mostra uma tendência de avanço no funcionamento executivo, à medida que avança a idade. De forma geral, os resultados apontam para efetividade dos jogos digitais na avaliação da cooperação infantil e sugerem que esse tipo de comportamento pode estar associado ao funcionamento executivo, sendo necessários mais estudos para que se compreenda melhor acerca de sua evolução na infância.



PO 193 | Tolerância na Adolescência: Percepções e impactos na formação moral

Hannah Lima Pinto, Felipe Queiroz Siqueira (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo A adolescência é um período crítico para o desenvolvimento moral dos jovens. Nesse momento, as virtudes desempenham um papel significativo na formação da moralidade. A tolerância é considerada uma virtude fundamental para a convivência entre as pessoas. Este estudo tem como objetivo investigar noções de tolerância durante a adolescência. Participaram oito adolescentes de Fortaleza-CE, com idades entre 11 e 15 anos, selecionados por conveniência. Os critérios de inclusão foram: 1) estar na faixa etária da adolescência; 2) residir na cidade de Fortaleza-CE; e 3) estudar em uma instituição de ensino - pública ou privada - localizada nesta mesma cidade. Os critérios de exclusão foram: 1) estudar apenas em homeschooling; 2) ser aluno da Educação de Jovens e Adultos (EJA); 3) residir fora de Fortaleza-CE. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas individuais. As respostas e as justificativas dos participantes foram submetidas a uma análise de conteúdo. Os resultados indicaram que os jovens associam a tolerância a conceitos como aceitação de situações negativas e a outras virtudes, como o respeito e a humildade. Entretanto, alguns participantes demonstraram confusão entre as definições de tolerância e intolerância. De modo geral, a tolerância se mostrou como um conceito multifacetado, o qual é compreendido de diferentes maneiras pelos jovens. Assim, destaca-se a importância da educação em valores, enfatizando que o desenvolvimento de virtudes é influenciado por fatores como o ambiente familiar, a escola e as interações nas redes sociais. Os dados sugerem que a promoção da tolerância pode ser um caminho eficaz para o desenvolvimento moral, contribuindo para a construção de relações mais empáticas e respeitadas entre os adolescentes. O estudo enfatiza, ainda, a necessidade de implementar estratégias educacionais que incentivem a reflexão sobre a tolerância, visando não apenas à formação moral dos jovens, mas também à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Ressalta-se que essas estratégias devem contemplar discussões sobre os limites da tolerância, entendendo-se que pessoas intolerantes podem colocar um fim na própria ideia de tolerância.



PO 194 | Tolerância na educação para crianças

Mayra Loureiro de Lima (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus),
Felipe Queiroz Siqueira (UNICHRISTUS - Centro Universitário Christus)

Resumo A educação em valores se mostra como um meio de cultivar a tolerância, incentivando a valorização da diversidade. O estudo dessa virtude permite o aprofundamento a respeito da potencialização dos espaços de diálogo e da contribuição para uma convivência escolar mais saudável. A perspectiva construtivista compreende a construção das virtudes, incluindo a tolerância, através da interação com o meio. Estimular o desenvolvimento da tolerância na infância é fundamental, uma vez que essa fase se caracteriza pela formação das bases morais das crianças. É durante essa etapa do desenvolvimento que o indivíduo começa a perceber a diversidade ao seu redor, tornando necessário aprender a respeitar diferentes opiniões, culturas e modos de vida. O ensino voltado para a tolerância pode preparar as crianças para se tornarem seres humanos capazes de viver harmoniosamente com a pluralidade da sociedade. O objetivo geral deste estudo é realizar uma revisão de escopo da literatura nacional sobre a tolerância no contexto educativo de crianças. Os objetivos específicos são: (a) identificar os objetivos dos estudos empíricos nacionais sobre tolerância; (b) investigar as definições de tolerância utilizadas pelos pesquisadores interessados na temática; e (c) apresentar os principais resultados e conclusões dos estudos sobre essa virtude. A busca resultou em um banco de dados final de dois artigos, os quais foram publicados nos anos de 2012 e 2020. Um dos artigos tem como objetivo entender os limites da tolerância na educação para a democracia, dividindo-se em duas partes: uma revisão bibliográfica sobre tolerância e a análise da iniciativa Câmara Mirim, voltada à participação política infantojuvenil. A seção “O que é tolerância?” explora diferentes concepções do termo a partir de uma revisão de literatura. A tolerância também é entendida, a partir da definição da UNESCO, como uma atitude fundamentada nos direitos universais e na liberdade do outro, aplicada não só a indivíduos, mas também a governos e instituições. A pesquisa revela baixa ocorrência de ideias antidemocráticas e argumenta que a distinção do que deve ser tolerado é resultado do processo democrático. O outro artigo busca avaliar os efeitos de duas variantes de uma intervenção educativa em crianças do Ensino Fundamental, analisando o impacto diferenciado para meninos e meninas. O objetivo é promover respeito e tolerância na avaliação dos times de futebol preferido e adversário. Embora o artigo não apresente definições claras de tolerância, ele destaca sua importância. Os resultados mostram que as crianças avaliam melhor seu time preferido. Entretanto, a intervenção teve impacto positivo na percepção do time adversário. Diante disso, o presente estudo revela a escassez de pesquisas no que se refere à educação para a tolerância, refletindo também a complexidade de se definir tolerância devido à ambiguidade de conceituação apresentada nos estudos. Conclui-se que é importante realizarem-se pesquisas que associem tolerância à educação em valores. Com isso, torna-se possível adquirir informações sobre processos educacionais, apresentando assim novas possibilidades a respeito da temática e ajudando a pensar em futuras intervenções e estratégias educativas que fomentem o desenvolvimento moral das crianças.



PO 195 | Tradução e adaptação transcultural da Escala de Desigualdade Subjetiva (Subjective Inequality Scale) para o Português Brasileiro

Rhonald Andrei Pinheiro das Neves, Natália Bezerra Dutra (UFPA - Universidade Federal do Pará), Jefferson do Rosário, Sylvia Galvao de Vasconcelos Pinheiro (Queen's University)

Resumo A desigualdade econômica é um dos maiores problemas da atualidade, sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo. Além de medidas objetivas de desigualdade, a percepção subjetiva da desigualdade influencia em fatores psicológicos, tanto individuais como no contexto familiar. O objetivo deste trabalho foi traduzir e adaptar o instrumento Escala de Desigualdade Subjetiva (Subjective Inequality Scale - SIS) para uso em uma amostra brasileira no idioma português brasileiro, como parte de um projeto de pesquisa maior, no qual iremos investigar o impacto de medidas objetivas e subjetivas da condição econômica sobre o comportamento pró-social de crianças e seus pais ou cuidadores. A escala possui dois fatores (desigualdade subjetiva e crenças de injustiça) e cada fator possui quatro itens, sendo as respostas em escala Likert, com sete pontos. O método envolveu seis etapas, descritas a seguir. A primeira etapa consistiu na tradução para o português e síntese por duas pesquisadoras bilíngues. A segunda etapa consistiu na avaliação por um júri de dois especialistas em avaliação psicológica. A terceira etapa consistiu na avaliação por uma amostra de 13 pais ou cuidadores, público-alvo do projeto, da cidade de Belém, Pará. A quarta etapa consistiu na tradução reversa para o inglês e síntese por outras duas pesquisadoras bilíngues. A quinta etapa consistiu na avaliação da autora do instrumento no idioma original. A sexta etapa corresponde ao estudo-piloto, que visa coletar dados de uma amostra mínima de 80 participantes e analisar as propriedades psicométricas da escala. Neste trabalho apresentamos a versão adaptada da escala para o português brasileiro, e as modificações realizadas em cada etapa do estudo. A maior parte das modificações decorreu de sugestões do júri de especialistas em avaliação psicológica, na segunda etapa. A amostra do público-alvo na terceira etapa tinha idades entre 28 e 67 anos (Média=41,62; DP=12,94), sendo 10 pardos e três pretos, com nível de escolaridade desde o Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Superior Completo. A maioria recebia até dois salários mínimos. Nesta etapa foi obtido um alfa de Cronbach de 0,69, o que indica uma consistência interna inicial moderada, a ser verificada em uma amostra maior de participantes. As vantagens desta escala são: a) aplicação e análise rápidas, sendo uma escala curta, com apenas oito itens; e b) aplicação em quaisquer contextos envolvendo diferenças de renda e riqueza. Entretanto, sendo a desigualdade um fenômeno complexo e multidimensional, recomendamos a utilização desta escala com medidas complementares. Com esta escala esperamos contribuir para uma melhor compreensão da associação entre desigualdade econômica e sua percepção subjetiva, em diversos contextos socioeconômicos e familiares.



PO 196 | Tradução e adaptação transcultural do Inventário Colorado de Temperamento da Criança (Colorado Childhood Temperament Inventory) para o português Brasileiro

Jefferson do Rosário, Rhonald Andrei Pinheiro das Neves, Sylvia Galvao de Vasconcelos Pinheiro (Queen's University), Natália Bezerra Dutra (UFPA - Universidade Federal do Pará)

Resumo Temperamento pode ser definido como um conjunto de traços que surgem cedo no desenvolvimento, regulam a interação do indivíduo com o ambiente e se mantêm relativamente estáveis ao longo do tempo. O modelo genético-comportamental de Buss e Plomin propõe que o temperamento possui também alta herdabilidade genética e se manifesta durante os primeiros dois anos de vida. A partir deste modelo, estes autores desenvolveram um instrumento, o Inventário Colorado de Temperamento da Criança (Colorado Childhood Temperament Inventory, CCTI), que engloba seis dimensões do temperamento: emocionalidade, atividade, sociabilidade, persistência/atenção, timidez e capacidade de se acalmar. Este projeto visou traduzir e adaptar o CCTI para o português brasileiro, como parte de um projeto de pesquisa maior. A medida consiste em trinta afirmações sobre o comportamento da criança, sendo cinco por dimensão, e em respostas no formato de escala Likert, de cinco pontos. O método envolveu seis fases: a) tradução do inventário para o português brasileiro por duas pesquisadoras bilíngues; b) avaliação do inventário por dois especialistas em avaliação psicológica; c) avaliação do inventário por uma amostra do público-alvo; d) tradução reversa para o inglês e síntese por outras duas pesquisadoras bilíngues; e) avaliação por um especialista da escala no idioma original; e f) estudo-piloto virtual, em andamento, para analisar as propriedades psicométricas do inventário. A versão adaptada do CCTI para o português brasileiro, e as modificações realizadas em cada etapa do estudo são apresentadas neste trabalho. Após a tradução inicial, nove itens e o formato dos itens da escala foram modificados a partir de sugestões do júri de especialistas e do público-alvo. A amostra do público-alvo consistiu de 12 pais/cuidadores e tinha idades entre 28 e 67 anos (Média=41,62; DP=12,94), sendo 10 pessoas pardas e duas pretas, com nível de escolaridade desde o Ensino Fundamental incompleto ao Ensino Superior Completo. A maioria recebia até dois salários mínimos. Nesta etapa foi obtido um alfa de Cronbach do instrumento de 0,83, o que indica uma consistência interna inicial substancial, a ser verificada em uma amostra maior de participantes. Houve ligeiras modificações no instrumento após a tradução reversa e entrevista com um especialista na escala no idioma original. A versão traduzida e adaptada manteve a mesma quantidade e ordem de itens, com modificações na escala Likert e aparência para melhorar a compreensão das opções de resposta. Durante o estudo-piloto serão coletadas no mínimo 300 respostas, a fim de obtermos um bom tamanho amostral para as análises estatísticas. Esperamos contribuir para uma maior variedade de medidas disponíveis para avaliação do temperamento infantil voltadas para o público brasileiro.



**PO 197 | Utilização das Técnicas de Debunking e Fact-Checking,
combate à desinformação e tomada de decisões:
Uma Revisão Integrativa**

Cauê Elias Santos Nascimento (UNIT), David Tavares de Sousa, Ariane de Brito Santos Kluge (UNIT - Universidade Tiradentes), Gabriel Lucas Santana

Resumo A partir do evento mundial que foi a pandemia do COVID-19, houve uma mudança estrutural na quantidade do consumo de mídias digitais, o que impulsionou a comunidade acadêmica a investigar esse fenômeno, especialmente em relação à disseminação de informações falsas no ambiente digital, caracterizando o cenário de Infodemia. A desinformação incontrolada gera impactos psicossociais, alterando percepções e crenças individuais e influenciando negativamente comportamentos e tomadas de decisão, com consequências adversas para o bem-estar individual e comunitário. Esses efeitos são evidentes em questões de saúde mental, com desequilíbrios emocionais que podem desencadear psicopatologias, e ainda, na correlação observada entre a crença em notícias falsas e a redução do pensamento analítico, especialmente entre indivíduos com alto grau de fundamentalismo e dogmatismo religioso. Mecanismos psicofisiológicos, como a Inferência Espontânea Baseada em Traços e vieses cognitivos, como o viés de confirmação, também contribuem para as consequências coletivas da desinformação, prejudicando a coesão social e confiança nas instituições democráticas, além de fomentar a polarização política. Haja vista a importância individual e coletiva de combate à desinformação durante a infodemia, algumas propostas de cunho informacional e jornalístico para mitigar a crença e propagação de informações falsas como o debunking e fact-checking rapidamente ficaram em evidência. Diante do contexto supracitado, o presente estudo se trata de uma revisão integrativa guiada a partir da busca nas bases de dados SAGE, Science Direct e Periódicos Capes, no mês de outubro de 2023. Foram incluídos estudos que abordaram a aplicação de técnicas de debunking e/ou fact-checking no combate de notícias falsas em todo o mundo, publicados em inglês ou português do Brasil, entre os anos de 2020 e 2024. Foram excluídos estudos que não se referiam ao tema proposto, artigos de revisão, teóricos, capítulos de livro, dissertações e teses, editoriais, cartas, banco de dados e opiniões. Os principais resultados nos mostram que as técnicas de fact-checking e debunking podem ser usadas em diferentes meios de comunicação que permitem o compartilhamento instantâneo de mensagens, considerando que a proximidade entre o interlocutor e o receptor pode gerar um maior compartilhamento das informações, como também o nível de descrição que a mensagem traz neste meio, sendo ela com um maior detalhamento ou não, de forma implícita ou explícita; isso nos permite perceber que os mecanismos de disseminação são comuns e costumam se repetir. Outras variáveis consideradas nos estudos foram, gênero, idade, partidarismo, escolaridade, proximidade entre quem recebe e quem envia a mensagem, crenças e importância do indivíduo (ser leigo ou ser especialista). O uso das técnicas proporcionou uma melhor percepção dos indivíduos em relação às notícias que estes entravam em contato. Ademais, é necessária uma ampla visualização do contexto em que estas serão utilizadas, como também uma maior produção científica que possibilite visualizar resultados que venham a corroborar o seu uso.



PO 198 | Vínculos Afetivos no Acolhimento: Proposta de Cartilha para Profissionais de Instituições

Stella Rabello Kappler (UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro),
Laura Vidaurreta (Instituto PENSI), Danielly de Souza Oliveira (PENSI)

Resumo Todos os indivíduos nascem com a predisposição para estabelecimento de vínculos afetivos que são considerados fundamentais para o desenvolvimento humano. O estabelecimento desses vínculos ocorre inicialmente com o cuidador principal e, ao longo da vida, se estende para pares, familiares e outros adultos. A construção do vínculo afetivo deve ser entendido como um percurso mútuo, que exige disponibilidade tanto do educador quanto da criança. Embora a literatura confira destaque ao ambiente familiar quando trata dessa temática, cabe ponderar outros contextos de desenvolvimento em os aspectos socioemocionais se estabelecem. No Brasil, dados mostram que mais de 33 mil crianças e adolescentes estão em situação de acolhimento institucional e, portanto, se desenvolvendo de acordo com os estímulos e experiências recebidos nas instituições em que vivem. Dessa maneira, ações que visem promover a saúde integral de crianças acolhidas são fundamentais. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta uma proposta de cartilha educativa que se encontra em desenvolvimento intitulada "Afeto e Acolhimento Institucional: Por que os Vínculos Transformam a Vida de Crianças na Primeira Infância?". O objetivo do material é fornecer informações práticas e acessíveis para profissionais de instituições de acolhimento, enfatizando o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos afetivos com crianças, especialmente na primeira infância. Trabalham-se as consequências para o desenvolvimento socioemocional infantil derivadas do rompimento ou privação dos vínculos. Outrossim, a identificação do cuidador como figura de afeto é examinada, destacando os desafios e as possibilidades no cuidado diário, por meio de orientações, atividades e apresentação de estratégias baseadas em evidências. Acredita-se que o trabalho com crianças pequenas possui complexidade e requer atenção daqueles que são responsáveis por fazê-lo. As atividades comuns de todos os dias, como banho, troca de fraldas, alimentação e brincadeiras devem ser percebidas como oportunidades para o fortalecimento do vínculo afetivo entre a díade e pode ser uma estratégia para que os profissionais não sejam sobrecarregados com atividades adicionais de estimulação. Assim, pequenos ajustes rotineiros podem trazer impactos positivos para a díade. A legislação brasileira aponta para o dever de assegurar que crianças acolhidas possam ter a chance de desenvolver relacionamentos seguros e saudáveis, essenciais para seu crescimento e desenvolvimento integral. Nesse sentido, torna-se importante que pesquisadores compartilhem os conhecimentos adquiridos em seus estudos com àqueles que atuam na prática do cotidiano fortalecendo a rede de apoio. Conclui-se que uma cartilha se apresenta como material de consulta acessível e de apoio para os profissionais de instituições de acolhimento, bem como um instrumento de debate e de promoção de novas ideias que possam reforçar as políticas públicas existentes e promover boas práticas afetivas nesses espaços.



PO 199 | O Cenário da Avaliação Psicológica de Pessoas com Deficiência Visual: Instrumentos Avaliativos e seus Desafios e Possibilidades

Gustavo Erick Ferreira Guabiraba

Resumo A Avaliação Psicológica, especialidade privativa do psicólogo brasileiro, tem como possível recurso o uso de instrumentos avaliativos para condução de uma boa avaliação. Tal especialidade reconhece a importância de um conhecimento prévio acerca do Desenvolvimento Humano para uma avaliação qualificada. Dados recentes apontam um crescimento no número de pessoas com deficiência (PCD), em especial as com deficiência visual no Brasil. De acordo com a Política Nacional de Saúde realizada em 2019, aproximadamente 7 milhões de brasileiros estão no grupo de pessoas com deficiência visual. Somado a isso, a literatura brasileira aponta uma escassez de instrumentos de avaliação psicológica para o público com deficiência visual. Sabendo que aspectos físicos/biológicos e sociais influenciam o desenvolvimento, surge o questionamento e a preocupação de como se daria a avaliação psicológica de PCDs visuais. Assim, o presente trabalho teve como objetivo compreender o estado da arte da avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual e suas ferramentas disponíveis. Foi utilizada como metodologia a revisão integrativa. Os critérios de inclusão usados foram: trabalhos publicados em português, inglês e espanhol; estudos publicados nos últimos cinco anos; estudos com o objetivo de avaliar alguma característica psicológica; estudos que envolvam instrumentos avaliativos de diferentes domínios psicológicos com PCDs visuais. Os critérios de exclusão definidos foram: projeto para elaboração de algum teste psicológico; revisões de literatura; dissertações e teses; estudos somente com público sem deficiência visual; estudos com público com deficiências múltiplas. A coleta de dados ocorreu por meio da consulta das seguintes bases de dados: APA PsycNET; PubMed; Biblioteca Virtual em Saúde (BVS); e Sage Journals, onde foram filtrados trabalhos das revistas *British Journal of Visual Impairment* e *Journal of Visual Impairment & Blindness*. Foram usados como descritores: "Pessoa com Deficiência Visual" AND "Testes psicológicos" OR "Avaliação psicológica" OR "Testes de personalidade" OR "Técnicas projetivas" OR "Testes cognitivos" OR "Testes de Inteligência" OR "Testes de interesse" OR "Testes de aptidão", e seus respectivos descritores em inglês e espanhol. De 1271 trabalhos, foram selecionados 16 artigos, todos na língua inglesa, onde foram encontrados ao todo 39 instrumentos de avaliação psicológica os quais avaliam a personalidade, a cognição, e o interesse vocacional. Os 22 instrumentos encontrados que avaliam a personalidade são todos inventários de domínio específico, com somente dois instrumentos voltados para o público infanto-juvenil, e seis instrumentos sendo autoadministrados, sugerindo então uma insuficiência de inventários que incluam PCDs visuais. Na cognição foram encontrados 16 instrumentos, havendo somente dois instrumentos para o público idoso, e um instrumento para avaliação da inteligência validado e com PCDs visuais em sua norma. Somente um artigo avaliou o interesse profissional a partir de um instrumento que possui versão em Braille, porém tal instrumento utiliza a Teoria Vocacional de John Holland, teoria cuja aplicabilidade para PCDs visuais já foi questionada. O presente trabalho sugere que, apesar de haver diversas formas de avaliar PCDs visuais, ainda há uma vasta lacuna nas ferramentas desse campo, sendo necessário um maior investimento no desenvolvimento de instrumentos voltados para o público-alvo do presente estudo.



PO 200 | O Comer Transtornado em Minorias Sexuais e suas Possíveis Associações

Gustavo Erick Ferreira Guabiraba

Resumo Atualmente, sabe-se que o desenvolvimento humano é contínuo ao longo da vida, e dentre os fatores que o influenciam está o contexto em que o indivíduo está inserido. Contextos de vulnerabilidade e de violência podem impactar negativamente um sujeito de diferentes formas, a exemplo da LGBTfobia, a qual é um fator de risco para o desenvolvimento de vários transtornos mentais para suas vítimas. A literatura aponta que um dos transtornos mais comuns associados à LGBTfobia são os transtornos alimentares. Considerando esse dado e a partir da curiosidade em aprofundar-se especificamente no fenômeno do comer transtornado em minorias sexuais (MS), o presente trabalho teve como objetivo apontar achados da literatura científica acerca do comer transtornado e suas associações nas minorias sexuais. Foi usada a revisão de escopo como metodologia. Os critérios de inclusão usados foram: pesquisas empíricas; artigos publicados nos últimos cinco anos; artigos publicados em português ou inglês; estudos que busquem avaliar o comer transtornado; estudos que tenham em sua amostra pessoas de minorias sexuais. Os critérios de exclusão estabelecidos foram: estudos com minorias de gênero em sua amostra; teses ou dissertações; revisões de literatura; pesquisas bibliográficas. A coleta de dados ocorreu por meio da consulta das seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed, SciELO e Pepsic. Os descritores e as respectivas combinações usadas para embasar a coleta de material bibliográfico foram: Minorias Sexuais e de Gênero/Sexual and Gender Minorities AND Transtornos Alimentares/Eating Disorders. A partir do resultado inicial de 291 trabalhos, foram selecionados 33 trabalhos, todos escritos em Inglês. As análises sugeriram que homens de minorias sexuais têm uma forte tendência à restrição alimentar e ao uso de substâncias para melhorar a aparência e desempenho, em especial homens gays, os quais parecem estar associados a auto objetificação e uso do Grindr, sugerindo que nesse público, a preocupação com a aparência é forte. Já mulheres de minorias sexuais aparentam ter tendência a purgar, em especial mulheres bissexuais, algo que parece estar associado à insatisfação corporal. Um estudo em especial sugere que déficits na regulação emocional, que parecem ser altos em MS comparados a heterossexuais, estão associados à patologia alimentar. Foi percebido que houve uma disparidade em boa parte dos estudos quanto às amostras de pessoas heterossexuais e não heterossexuais usadas para comparação nos estudos, algo que afeta os resultados destes. Também foi percebido que poucos estudos levaram em conta outros fatores sociodemográficos, como raça, para analisar o fenômeno do comer transtornado. 23 pesquisas analisadas neste trabalho foram conduzidas com populações inseridas no contexto estadunidense, um dado que aponta forte interesse dos EUA em pesquisar essa temática. O fenômeno do comer transtornado em MS parece ser algo bastante complexo, apresentando-se de forma diferente conforme o gênero e a orientação sexual dos sujeitos estudados. Para futuras pesquisas, sugere-se que elas sejam realizadas com populações de outros contextos além dos EUA, e que outros fatores sociodemográficos sejam levados em conta, para assim haver uma compreensão mais abrangente acerca do comer transtornado em minorias sexuais.



PO 201 | Você Consegue!: Linguagem e Persistência em Crianças de Idade Escolar

Luana Barretto Borges (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos), Debora de Hollanda Souza (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Resumo Desde muito pequenas, as crianças são expostas a situações novas e desafiadoras. E quando são confrontadas com os desafios do dia-a-dia, elas precisam ser persistentes. Estudos têm demonstrado que diferenças individuais na persistência já são aparentes aos 18 meses de idade e podem prever desempenho acadêmico e motivação anos depois. Ademais, os resultados de pesquisas recentes têm demonstrado uma relação entre o tipo de linguagem a qual bebês e crianças são expostos (e.g., elogios que valorizam o esforço vs. elogios a características das crianças) e a persistência individual das mesmas em situações desafiadoras. No entanto, até onde vai nosso conhecimento, ainda não há estudos testando possíveis associações entre a linguagem utilizada pelas próprias crianças e a persistência apresentada por elas. A presente pesquisa teve, portanto, dois objetivos principais: a) investigar se crianças de 7 a 8 anos utilizam uma linguagem relacionada à persistência, elogios de processo e elogios pessoais durante a narração de um livro sem palavras (que apresenta várias situações desafiadoras ao personagem principal); e b) testar uma possível relação entre o tipo de linguagem utilizada pelas crianças durante a narração do livro e o desempenho em uma tarefa de persistência. Nesta tarefa, as crianças foram solicitadas a solucionar um problema (e.g., abrir uma caixa que tem um brinquedo, mas que é muito difícil de abrir) e foi medido o tempo durante o qual a criança persiste no desafio. O número previsto de participantes é 40 e, até o presente momento, foram coletados dados com 19 crianças (Midade= 94.2 meses, DP= 3.1 meses), sendo 9 meninas e 10 meninos. Não foi encontrado um efeito significativo de ordem de tarefa (se a tarefa de persistência era apresentada em primeiro ou em segundo lugar), $p = 0.8$ para a tarefa de persistência e $p = 0.28$ para a tarefa de leitura. Uma tendência a um efeito significativo de gênero foi encontrada apenas na tarefa de leitura, $F(1, 15) = 4.12$, $p = 0.065$. Uma tendência a uma correlação significativa de Spearman foi encontrada entre o número de palavras relacionadas à persistência na tarefa de leitura e o tempo durante o qual persistiram na tarefa desafiadora, $r_s = -0.5$, $p = 0.058$. Os resultados indicaram que 89.5% das crianças utilizaram linguagem relacionada à persistência durante a Tarefa de Leitura (e.g., "Só tentar de novo até você conseguir"; "Ele está tentando andar, está tentando andar, está tentando andar até ele conseguir"). Apenas uma criança utilizou o elogio de processo (e.g., "Vai Lucas, você consegue!") e nenhuma criança utilizou elogios pessoais. Quando a pesquisadora perguntou: "O que você diria para o bebê para ajudá-lo a andar?", as respostas mais frequentes foram a de oferecer instruções (52.6%) (e.g., "Eu ia falar pra ele levantar devagarinho, aí ele ir segurando em algumas partes e ir andando") e realizar intervenções diretas (36.8%) (e.g., "Primeiro, eu levantaria ele, aí eu segurava a mão dele ou aqui por baixo dele.").



PO 202 | Persistência em Crianças: Uma Revisão Sistemática

Luana Barretto Borges (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Debora de Hollanda Souza (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos),
Laura Cunha Melnicky

Resumo A persistência pode ser definida como a habilidade de resistir à vontade de desistir, mantendo o esforço até se alcançar o objetivo ou, quando há interrupção ou fracasso, retomando o esforço até que a meta seja alcançada. Toda situação de aprendizagem nova envolve, em algum momento, desafios que demandam persistência. Como as crianças pequenas estão frequentemente aprendendo novas habilidades (e.g., sentar, andar, ler, escrever), elas, desde muito cedo, enfrentam situações que demandam persistência para serem realizadas. Mas quais são os fatores que explicam a variação em persistência entre as crianças? Quais são possíveis variáveis preditoras de tal comportamento? O presente trabalho tem como objetivo principal contribuir na direção da busca por respostas ao apresentar os resultados de uma revisão sistemática de artigos empíricos publicados nos últimos 10 anos (2014-2024) que investigam o comportamento de persistência em crianças. A busca por artigos foi feita em quatro bases de dados: PsycInfo, Scielo, Pepsic e Web of Science. As palavras-chave utilizadas foram: children e persistence; e suas variações em português: crianças e persistência. Os critérios de inclusão foram: a) ser um estudo empírico; b) ter sido publicado em inglês ou português; c) ter sido publicado nos últimos 10 anos (2014-2024); e d) ter como amostra crianças de desenvolvimento típico. O aplicativo Rayyan foi utilizado para o gerenciamento dos resultados. A busca original resultou em 294 artigos (177 no PsycInfo, 22 no Scielo, 4 no Pepsic e 91 no Web of Science), sendo que 21 eram duplicados. Dos 273 artigos restantes, o total de artigos que atendiam aos critérios de inclusão foi 60. A maioria dos artigos selecionados focam nas possíveis correlações entre características e/ou comportamentos dos adultos (pais/professores/cuidadores) e o grau de persistência das crianças. Os resultados dessa revisão sistemática apontam, portanto, para a persistência infantil como uma linha de investigação promissora no campo de estudos sobre o desenvolvimento sociocognitivo.



PO 203 | Percepções de Mães Encarceradas sobre o Brincar e suas Possibilidades

Milena Nascimento Da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará), Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará)

Resumo O resumo aqui exposto é um recorte da pesquisa de mestrado em andamento que tem como intuito abarcar a fragilização das relações familiares diante do contexto de encarceramento feminino e a brinquedoteca como instrumento de manutenção dessas relações. Esta pesquisa aborda a relação entre o encarceramento feminino, a maternidade e o contexto relacional, enfatizando a importância do brincar nesse contexto. Este estudo qualitativo utilizou levantamento bibliográfico, análise documental e dados sociodemográficos coletados pelo projeto de extensão "Manutenção da Brinquedoteca "Bebê Contente", Belém-Pará, projeto vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), este que desenvolve suas atividades na Unidade Materno Infantil (UMI). Inicialmente destaca-se que o sistema prisional, desde sua gênese, apresenta contradições que afetam não apenas as mulheres encarceradas, mas também suas filhas e filhos, em especial, os que nascem e passam parte de sua infância intramuros junto a suas mães. Compreende-se que o contexto de cárcere possui em si, elementos causadores de estresse e instabilidade, como, atitudes disciplinantes, características do sistema penitenciário, falta de recursos básicos, quebra do vínculo familiar, dentre outros. Nesse cenário, o brincar se torna uma ferramenta muito importante e necessária para o processo de desenvolvimento, especialmente nos primeiros anos de vida das crianças, já que o brincar pode estimular as crianças em várias dimensões, seja ela intelectual, social e também física, a brincadeira possibilita construir novos espaços de compreensão que incentivam o prosseguir, crescer, investigar, aprender e no contexto de encarceramento possibilita a construção e manutenção do vínculo afetivo e seguro da díade mãe-bebê. Em uma das visitas realizadas pela equipe do projeto, no primeiro semestre de 2024, quando nesse momento se encontravam 10 mulheres mães custodiadas na UMI, (oito gestantes e duas lactantes), com faixa etária de 19 a 36 anos, sendo 40% residentes da capital Belém e 60% residentes de cidades do interior do estado, 80% dessas possuindo grau de instrução escolar em nível fundamental incompleto, 100% autodeclaradas mulheres negras (pretas e pardas), 90% multíparas e 10% primíparas, foi pedido às mães que respondessem duas questões. 1) O que brincar significa ou significou para você na infância?; 2) O que você acha que brincar significa para o seu (ou os seus) filho/os?. Algumas optaram por verbalizar oralmente as respostas e outras optaram por escrever em folhas de papel A4. E foram obtidas respostas como as seguintes: P2 "Eu gostava, era bom, eu brincava com os meus amigos de boneca, de fazer bolos, de patins, hoje eu posso passar as brincadeiras para os meus filhos"; P5 "Eu acho importante, acho que eles aprendem e mostram melhor o que sentem". Nas respostas dadas pelas mães a essas questões pode se observar que a partir das experiências e observações pessoais das mesmas, elas conseguem expressar como o ato de brincar é significativo para a interação social, desenvolvimento e construção do indivíduo a curto e longo prazo, além de possibilitar que a criança possa expressar emoções e sentimentos.



PO 204 | Grávidas e Lactantes em Contexto de Cárcere: Conhecimentos sobre Alimentação dos Bebês

Milena Nascimento Da Silva (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Vitória Gabriela da Silveira Barbosa (UFPA - Universidade Federal do Pará),
Celina Maria Colino Magalhães (Universidade Federal do Pará)

Resumo A alimentação é um direito fundamental resguardado ao indivíduo constitucionalmente, quando se trata da alimentação infantil esse direito é afirmado novamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/1990, e no Marco Legal da Primeira Infância, Lei n. 13.257/2016, que delega a alimentação da criança como um dever da família, da comunidade, da sociedade e do Estado, inclusive aos filhos e às filhas de mães que se encontram em contexto de cárcere, a alimentação adequada é essencial para que se possa ter o exercício pleno do desenvolvimento integral da infância e da vida de modo geral. Este trabalho tem por objetivo aferir a percepção das mulheres grávidas e lactantes em contexto de cárcere, a respeito da alimentação de bebês. Fizeram parte do estudo 10 mulheres (sete multíparas e três primíparas) com faixa etária de 18 a 35 anos, 70% autodeclaradas pretas ou pardas e 30% brancas, 30% residentes da capital Belém e 70% residentes de cidades do interior do estado; 50% com ensino fundamental. Os dados foram coletados na Unidade Materno Infantil (UMI), complexo da Unidade de Custódia Reinserção Feminina (UCRF), administrada pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará (SEAP). Foi utilizado como instrumento o Inventário de Conhecimento do Desenvolvimento Infantil (Knowledge of Infant Development Inventory - KIDI), composto de 75 questões agrupadas em quatro categorias, contudo, para este estudo foram selecionadas somente as questões assertivas referentes a alimentação infantil (10 questões), sendo que 50% das questões selecionadas, se encontram na categoria "saúde e segurança" do inventário. Todas as questões selecionadas são de caráter estruturadas, com três opções de respostas: concordo; discordo; não estou certa. Os principais resultados indicaram: 1- As mães em geral tiveram uma média de 6 respostas corretas, a pontuação máxima de acertos foi 8 questões; 2 - As questões: 27 e 40 foram respondidas em maioria erroneamente pelas participantes, entre 70% e 100% de respostas incorretas, uma possível explicação para esse resultado está ligado a cultura das respondentes, levando em consideração que ambas as questões referem-se a costumes e práticas muito ligadas a cultura e tradições regionais. Com os dados coletados compreende-se que as mães encarceradas na UMI, partindo de suas vivências e experiências pessoais, possuem uma percepção positiva da necessidade alimentar de bebês. A alimentação vai além das necessidades fisiológicas, envolve aspectos culturais e relacionais, acabando por refletir as representações sociais do ambiente em que o indivíduo se encontra imerso.



PO 205 | Os jogos de papéis sociais na concepção de professoras da Educação Infantil

Rafaela Raíssa Araújo dos Santos (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Fabiola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo Os jogos de papéis sociais é parte do hall das brincadeiras com as quais se envolvem as crianças. Esse tipo de brincar oportuniza situações que requerem um funcionamento psíquico complexo do pensamento, memória, imaginação, atenção, o que contribui para o desenvolvimento dessas funções. Além disso, a criança inteira-se da vida social dos adultos, suas regras, costumes, vestimentas, formas de comunicação e relações. Considerando a importância dessa atividade para o psiquismo infantil, o objetivo deste trabalho é apresentar e discutir as concepções de professoras da Educação infantil referente aos jogos de papéis sociais. A pesquisa teve como amostra 31 professoras que atuam na Educação Infantil de instituições públicas do município de João Pessoa-PB, nas turmas denominadas Pré I e Pré II. Os instrumentos foram um questionário sociodemográfico e a uma entrevista semiestruturada que incluiu o uso de três imagens de situações de brincadeiras de papéis sociais, aplicados em local reservado nas instituições de trabalho de cada profissional. As entrevistas ocorreram mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, foram gravadas e transcritas literalmente para análise, que seguiu as diretrizes gerais de Bardin. Os conteúdos advindos da entrevista foram organizados em nove eixos de análise gerados a partir dos objetivos da pesquisa e do roteiro de entrevista. Neste trabalho são destacados os eixos que se referem às concepções das professoras sobre a brincadeira de jogos de papéis sociais e sobre o papel da brincadeira de papéis sociais no desenvolvimento das crianças. Os resultados evidenciam que as participantes relacionavam os jogos de papéis à imitação das ações dos adultos, dramatização e reprodução de suas vivências, principalmente, das pessoas mais próximas. Para as professoras, essa brincadeira tem o papel de favorecer as relações/interações sociais; desenvolver habilidades e comportamentos, facilitar a escolha da profissão ou preparar as crianças para o futuro. Acentua-se a importância de, no contexto pedagógico, a brincadeira de jogo de papéis sociais ser concebida pelos educadores como uma atividade produto de relações sociais históricas, que colaboram para apropriações das crianças de ferramentas e modos socioculturais de interações com a sociedade. Por isso, defende-se a relevância de conhecimentos do campo da Psicologia do Desenvolvimento para colaborar com reflexões e proposição de práticas pedagógicas que potencializem o psiquismo infantil.



PO 206 | Os temas dos jogos de papéis sociais no contexto da Educação Infantil

Rafaela Raíssa Araújo dos Santos (UFPB - Universidade Federal da Paraíba),
Fabiola de Sousa Braz Aquino (UFPB - Universidade Federal da Paraíba)

Resumo O surgimento do jogo protagonizado tem origem histórica, segundo Elkonin. Esse é um fundamento essencial para compreender os temas e conteúdos presentes nas brincadeiras das crianças. O jogo emerge e se desenvolve por intermédio da internalização pelas crianças das relações sociais vivenciadas por elas, ao passo que interpretam papéis sociais elas exprimem através do papel seus conhecimentos e vivências sobre ele. O objetivo deste trabalho é abordar os temas dos jogos de papéis sociais extraídos de parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado que investigou as concepções e práticas de docentes da educação infantil sobre os jogos de papéis sociais. A pesquisa foi realizada com 31 professoras que atuam na Educação Infantil de instituições públicas do município de João Pessoa-PB, nas turmas de pré I' e pré II'. Utilizou-se como instrumentos um questionário sociodemográfico, três imagens de crianças brincando, apresentação breve do conceito do objeto de estudo da pesquisa e uma entrevista semiestruturada. As respostas foram colhidas por intermédio de um gravador de voz em um local reservado da instituição para que as profissionais respondessem individualmente. As entrevistas foram gravadas e transcritas literalmente para análise. Os resultados demonstram que todas as participantes desconheciam o termo brincadeira de jogos de papéis sociais', contudo, relataram presenciar essas brincadeiras entre as crianças durante suas práticas e interações com elas, após a apresentação das imagens e da descrição dessa atividade no momento da coleta. Além disso, brincar de interpretar seus familiares e/ou as pessoas próximas, assim como atividades do dia a dia, como limpar a casa, foram os tipos mais frequentes de jogos de papéis mencionados pelas professoras. Esses achados corroboram com as ideias de o jogo de papéis sociais conter em si aspectos contextuais, culturais e históricos e assinalam a necessária atenção às interações entre crianças nos episódios de brincadeira para colaborar com a construção de um planejamento pedagógico que considera os sujeitos da interação e seus contextos de desenvolvimento.



PO 207 | Satisfação conjugal, práticas parentais e as repercussões no desenvolvimento infantil

Salinas Aerolineas Moisés Rocha Freitas (Unifor), Lorena do Nascimento Fernandes (Cons)

Resumo A chegada de um filho, notavelmente, gera mudanças na conjugalidade do casal e exige novas configurações na rotina e reorganização no sistema familiar. Mas a parentalidade não implica necessariamente em desdobramentos negativos na relação conjugal, no entanto, a maneira como os pais estão ajustados e satisfeitos pode influenciar a qualidade das práticas parentais. A família pode ser considerada o primeiro sistema e o que mais influencia diretamente no desenvolvimento das crianças, pois é nesse sistema que se desenvolvem processo de socialização para o desenvolvimento saudável da criança. Sendo assim, os aspectos conjugais têm sido amplamente investigados em pesquisas, especialmente as repercussões no desenvolvimento dos filhos a curto, médio e longo prazo. A criança experimenta com a família as primeiras situações de aprendizagem e introdução de padrões, normas e valores, e se a família não estiver funcionando adequadamente, as interações, principalmente pais-filhos podem ser comprometidas. Foi demonstrado que a satisfação no relacionamento do casal atua como um determinante do bem-estar infantil e está associada ao desempenho das funções parentais. As práticas parentais estão relacionadas ao cuidado desempenhado pelos pais em relação aos filhos, as quais podem ser do tipo positivas ou negativas. A definição da prática parental e eficácia pode contribuir para aumento da agressividade, desrespeito às regras, birras, entre outros. Já a satisfação conjugal é a percepção subjetiva experienciada no casamento e consiste em como uma condição elementar para o bem estar do cônjuge. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a relação entre satisfação conjugal, práticas parentais e as repercussões no desenvolvimento infantil. O estudo tem como método a revisão integrativa da literatura nas bases de dados Indexpsi, Scielo, Psycinfo e Lilacs. Os descritores usados foram satisfação AND conjugal AND e AND parentalidade. Os critérios de inclusão foram: textos completos dos últimos 10 anos. Foram encontrados 21 estudos no idiomas inglês, português. A literatura destaca que baixos níveis de satisfação conjugal estão associados a déficits do desenvolvimento infantil, especialmente na comunicação, regulação emocional e problemas de comportamentos internalizantes e externalizantes. Notadamente, as práticas parentais como suporte emocional, controle e rejeição parental mediam vários aspectos da parentalidade e da conjugalidade. Dentro de uma perspectiva sistêmica, a família é composta por diferentes subsistemas que possuem dinâmica própria de funcionamento, que dizem respeito às relações diádicas entre pais-filhos, pai-filho, mãe-filho, pai-mãe. Os achados sugerem que menor satisfação conjugal está relacionado a mais sintomas de externalização da criança. Verifica-se que a satisfação conjugal media o vínculo romântico e o funcionamento familiar, mas o efeito da satisfação conjugal materna é mais expressivo e se relaciona com os contributos do cônjuge, e, a baixa satisfação conjugal está relacionada a maior evitamento do parceiro e práticas de compensação por meio da manutenção de relacionamentos de dependência e disfuncionais com os filhos. Portanto, a cooperação e apoio mútuo apontam para maiores níveis de satisfação conjugal e presença de práticas parentais eficazes, que



predizem vivências de internalização de expectativas confiáveis em relação ao ambiente, funcionamento social e comportamental mais adaptativo.



PO 208 | Percepções de Adolescentes Institucionalizados sobre Projeto de Vida durante a Pandemia Covid-19

Salinas Aerolineas Moisés Rocha Freitas (Unifor), M^a do Socorro do Valle
(Hospital de Saude Mental de Fortaleza)

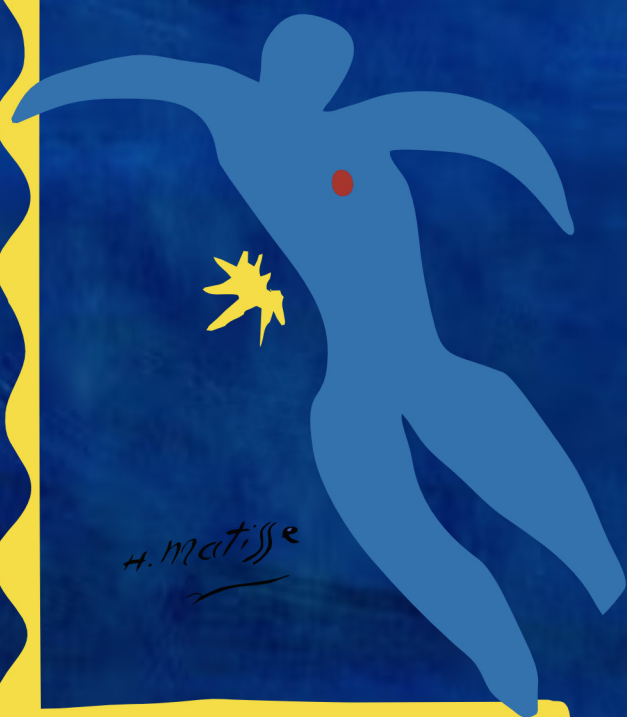
Resumo A adolescência é um período da vida marcado naturalmente por ser uma transição para a vida adulta e traz consigo perspectivas futuras, no entanto, a experiência de institucionalização pode ser preponderante durante a adolescência. Os principais motivos para a institucionalização dos adolescentes envolvem maus-tratos, negligência, exposição aos diversos tipos de violência, comprometimento afetivo-emocionais, privações ao bem-estar e sofrimento. O regime de acolhimento propõe a redução das repercussões negativas resultantes da separação e de uma parentalidade inadequada para esses adolescentes e se preocupa em oferecer um projeto de vida que funcione como um suporte substancial e que contribua para sua integração na sociedade e formação cidadã. No entanto, o processo de institucionalização pode ser protetor e, por outro lado, envolver riscos ao desenvolvimento do adolescente em diversos níveis. No período pandêmico, as medidas de isolamento social para conter a propagação dos vírus resultaram no duplo isolamento, maior dificuldade no retorno dos adolescentes a família de origem ou a outros lares, institucionalização prolongada, baixa atenção individualizada e mínimo acesso a interações emocionais profundas e significativas, interrupção das atividades externas do serviço, incluindo a frequência escolar, passeios, fins de semana com a família, assim como as atividades internas, como a visitação familiar. Dentre as repercussões psicológicas, pode-se citar o aumento dos níveis de estresse, acompanhado por sentimentos de medo e ansiedade, além de dificuldades em manter a tranquilidade no dia a dia, dificuldade em gerenciar emoções desconfortáveis e aumento dos comportamentos agressivos. Nesse sentido, esse estudo teve como objetivo identificar as percepções de adolescentes institucionalizados sobre projeto de vida durante a pandemia Covid-19. O estudo foi realizado com 6 adolescentes em situação de acolhimento institucional com idades entre 13 e 17 anos. Para a coleta de dados foi utilizada a entrevista semiestruturada e o diário de campo. Utilizou-se a análise temática para análise dos dados. A partir das narrativas apresentadas, os resultados sugerem que o projeto de vida dos adolescentes passa pela retomada dos estudos como perspectiva de mudança após a saída do acolhimento. As narrativas apresentadas trazem ideias que envolvem sua família de origem e a família que querem construir. Quando falam de futuro, contam do objetivo de "ajudar a família de origem", relatando o desejo de proporcionar melhores condições de vida aos seus familiares. Além de contribuir com as famílias de origem, os participantes manifestaram o desejo de construir famílias (companheiras/companheiros e filhos) e sobretudo o sonho de romper o ciclo de vulnerabilidade social. As narrativas destacam a estabilidade financeira como fundamental uma vez que esta possibilitaria o sustento da família. Portanto, as percepções preponderantes dos adolescentes institucionalizados expressam a vontade retomar os estudos, oferecer apoio e melhores condições de vida à família de origem, como também demonstraram vontade de constituir novas famílias e, principalmente, o sonho de romper o ciclo da vulnerabilidade social.

XIII CONGRESSO BRASILEIRO
de PSICOLOGIA DO
DESENVOLVIMENTO

Fortaleza
novembro
2024

Desafios atuais e futuros diante de crises mundiais

Livros | Lançamentos





LL 01 | Acolhimento de crianças e adolescentes: Políticas e práticas promotoras de desenvolvimento

Lília Iêda Chaves Cavalcante, Celina Maria Colino Magalhães

Resumo O Laboratório de Ecologia do Desenvolvimento, vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolve pesquisas na área da Psicologia do Desenvolvimento, entre elas no contexto do acolhimento infantojuvenil no Brasil, que ainda é uma realidade muito presente na vida de inúmeras crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social e pessoal. Nesse sentido, por meio do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Acolhimento Institucional e Adoção (NEPAIA), várias iniciativas de estudos têm sido realizadas, com o intuito de contribuir com as discussões e aprimoramento do atendimento e das políticas públicas. Esta obra, portanto, é resultado da reunião de pesquisas nacionais e ações inovadoras, desenvolvidas em serviços de acolhimento de crianças e adolescentes brasileiros. Trata-se de uma construção coletiva, na qual profissionais e especialistas na área nos convidam a refletir sobre temas ainda pouco explorados na literatura, como acolhimento conjunto, família acolhedora, crianças e adolescentes ameaçados de morte, fenômeno da retratação de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, entre outros.

Editora CRV

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38371-acolhimento-de-criancas-e-adolescentesbr-politicas-e-praticas-promotoras-de-desenvolvimento>

Data de publicação 2023



LL 02 | Da parentalidade à distribuição social de cuidados na infância

Mauro Luís Vieira

Resumo Um dos desafios contemporâneos é repensar as concepções sobre parentalidade e os cuidados na infância diante das significativas transformações sociais dos últimos anos. O livro “Da parentalidade à distribuição social de cuidados na infância”, é composto por 14 capítulos e dividido igualmente em duas partes: PARTE 1: CUIDADOS PARENTAIS e PARTE 2: CUIDADOS PROFISSIONAIS. Foi organizado por Patrícia Alvarenga e Mauro Luís Vieira e é uma produção integrada de pesquisadores e pesquisadoras que são membros do GT 33 da ANPEPP, Parentalidade e Desenvolvimento Infantil em Diferentes Contextos. Os autores e as autoras que escreveram capítulos são: Ana Carolina de Souza Fonseca, Ana Lucia Barreto da Fonseca, Andrea Gabriela Ferrari, Angela Helena Marin, Antonio Carlos Santos da Silva, Breno Irigoyen de Freitas, Carlos Eduardo de Mello Lopes, Carolina Duarte de Souza, Carolina Marocco Esteves, Caroline Rodrigues Agostini, Catiele Paixão, Cesar Augusto Piccinini, Georgius Cardoso Esswein, Gisele Cerqueira Santos, Henrique Abe Ogaki, Isabela Gonçalves Sena, Juliana Lucchesi, Larissa Paraventi, Leyllyanne Souza, Luciana Fontes Pessôa, Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa, Maria do Carmo Camarotti, Maria Carolina Marques dos Santos, Marisa Amorim Sampaio, Mauro Luís Vieira, Milena da Rosa Silva, Patrícia Alvarenga, Pedro Henrique Conte Gil, Pompéia Villachan-Lyra, Rita Sobreira Lopes, Tamires Dias dos Santos e Zelma Freitas Soares. Este livro oferece a estudantes, profissionais e pesquisadores da Psicologia uma análise crítica de tópicos emergentes na área dos cuidados infantis, fundamentada em bases teóricas, com o objetivo de revisar e transformar práticas na área. Cada capítulo parte de um problema identificado nos cuidados infantis, que exige reflexão, revisão ou transformação das práticas psicológicas tradicionais. Os autores foram convidados a propor um ou mais conceitos-chaves que auxiliam na compreensão das origens do problema em análise e a identificar as limitações das práticas comumente empregadas pela disciplina para abordá-lo. Acreditamos que essas reflexões possam fomentar mudanças significativas na pesquisa e na atuação dos psicólogos junto a famílias com filhos pequenos, bem como nos serviços públicos que as atendem. Os capítulos, em conjunto, ressaltam a importância de ampliar a perspectiva sobre os cuidados na infância, desconstruindo o foco quase exclusivo na figura materna para incluir efetivamente não apenas o pai, mas também outros cuidadores e profissionais que apoiam as famílias. Essa nova perspectiva enfatiza, em especial, a presença dos homens no debate e no compartilhamento das responsabilidades de cuidado infantil. Assim, partimos de uma visão de parentalidade, no sentido tradicional, como referência a mães e pais, para chegarmos à noção de cuidado socialmente distribuído, que reconhece que a reprodução social é uma responsabilidade a ser compartilhada por diversos atores sociais.

Editora CRV

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

<https://www.editoracrv.com.br/>

Data de publicação 2024



LL 03 | Empatia: da teoria à prática

Leonardo Rodrigues Sampaio

Resumo A empatia tem um indispensável papel social, dado seu potencial para reduzir a agressividade predadora, a intolerância, indiferença, discriminação e outras formas de violência. Além disso, ela favorece vínculos afetivos, solidários e formas colaborativas de viver em grupos e comunidades. O corpo social que somos precisa respirar empatia para ter saúde mental e relacional, sendo urgente estimular o desenvolvimento dessa habilidade nas novas gerações. Daí a responsabilidade que temos com a empatia em nós e em nosso meio. Mas a empatia é como sementes que carregamos em nós, que precisam ser desenvolvidas e cultivadas, ao longo de um processo no qual buscamos estimulá-la, ao mesmo tempo que nos tornamos mais empáticos. Essa obra foi pensada para que sirva como uma ferramenta para pais, educadores, profissionais da saúde e outras pessoas que desejam aprender mais sobre a empatia e sobre como intervir positivamente no desenvolvimento de crianças e adolescentes, preparando-os para serem adultos mais socialmente habilitados e comprometidos com o exercício da cidadania. Para alcançar esse objetivo, são abordados os principais conceitos relacionados ao tema, partindo da visão de autores que são referência em estudos sobre desenvolvimento infantil e de resultados de pesquisas científicas atuais. Além disso, buscando auxiliar na consolidação do conteúdo apresentado, são apresentados diversos exemplos de situações comuns ao cotidiano das pessoas e, ao fim de cada capítulo, propostas perguntas que estimulam a reflexão do leitor sobre o seu papel na construção de relações interpessoais baseadas na empatia, respeito mútuo e civilidade. O livro foi organizado em duas partes: na primeira, estão contidos quatro capítulos que abordam aspectos teóricos e conceituais que nos ajudam a compreender melhor o que é a empatia, como ela se modifica ao longo da vida, suas relações com a moralidade e possíveis vieses e limites presentes nessa habilidade socioemocional. Já na segunda parte, os capítulos são dedicados à apresentação de estratégias de intervenção e de atividades que ajudam a estimular a empatia em contextos diversos, além de reflexões sobre como alguns comportamentos que tomamos como sendo naturais podem acabar contribuindo para a não promoção do desenvolvimento sociomoral.

Editora Ideias & Letras

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

<https://www.editoraideiasletras.com.br/>

Data de publicação 2024



LL 04 | “Entre o nó e o laço”: Para compreender famílias em diferentes contextos

Normanda Araujo de Moraes,
Aline Nogueira de Lira,
Mykaella Cristina Antunes Nunes

Resumo É com imensa alegria e satisfação que apresentamos a você o livro “Entre o nó e o laço”: Para compreender famílias em diferentes contextos. O título escolhido faz menção à dicotomia entre família como fator de risco (“nó”) e a família como fator de proteção (“laço”). Entendemos ser de especial relevância, para todo e qualquer profissional que pesquise e trabalhe com famílias, que considere tal ambiguidade e complexidade. E que, para além disso, seja capaz de identificar os nós e os laços que, respectivamente, dificultam ou favorecem o desenvolvimento das famílias. Este livro busca compartilhar um conhecimento teoricamente embasado e relevante em termos práticos, com vistas a subsidiar a pesquisa e atuação em temas muito contemporâneos. Em conjunto, os 17 capítulos que compõem essa obra devem permitir aos(as) leitores(as) insights importantes, sobretudo em virtude das três perspectivas teóricas - sistêmica, interseccionalidade e resiliência - que o alicerçam. Além disso, um diferencial importante do livro é que ele retrata a realidade de vida de grupos vulnerabilizados socialmente, tradicionalmente negligenciados na Psicologia, tais como vítimas de violências diversas (sexual, digital, por parceiro íntimo), minorias sexuais e de gênero, pessoas vivendo com HIV, pessoas com deficiência, trabalhadores infantis, em situação de rua etc. Apesar da relevância social destas temáticas e das suas implicações para os processos de saúde e adoecimento humano, constata-se que nem sempre elas são trabalhadas em nossos currículos de graduação e pós-graduação, de forma que é urgente trazê-las à cena. Esperamos que o livro o(a) conduza em seus estudos, pesquisas e/ou atuação com famílias. E que, assim, você possa ser cada vez mais “laço”!

Editora Editora CRV

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38747-entre-o-no-e-o-laco-br-para-compreender-familias-em-diferentes-contextos?srsId=AfmBOorMyzU4z-dl0s0_aBELRcd55QJSAGdpPhA9MLArBBwr2EUCZJ_8f

Data de publicação 2024



LL 05 | O olhar da Psicologia da Educação para o Ensino Superior

Zena Winona Eisenberg, Elis Renata de Britto Santos, Silvia Brilhante Guimarães

Resumo A evasão nas universidades é uma questão conhecida há muito tempo, mas a análise desse fenômeno sob a perspectiva da Psicologia da Educação é relativamente recente, ganhando destaque especialmente após a pandemia de COVID-19. Neste livro, exploramos o bem-estar dos estudantes ingressantes no ensino superior: o que esperam dessa nova fase? Como lidam com os novos desafios - novas amizades, professores, rotina e expectativas? Os autores, renomados pesquisadores no campo, dedicam-se a investigar a evasão e a permanência dos estudantes universitários, identificando os fatores cruciais que influenciam esse processo. A obra está organizada em três partes: a primeira aborda as principais questões relacionadas à permanência no ensino superior; a segunda apresenta resultados de pesquisas recentes; e a terceira discute iniciativas de apoio institucional para os estudantes. Convidamos o leitor a mergulhar nos debates essenciais que cercam a experiência universitária, com a contribuição de autores destacados do Brasil e de Portugal. Este livro é uma leitura indispensável para quem deseja entender mais profundamente o universo do estudante universitário e os desafios que enfrentam.

Editora CRV

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

zwe@puc-rio.br

Data de publicação 2024



LL 06 | Práticas psicoeducativas: Modos de pensar e de fazer

Edna Lúcia Tinoco Ponciano

Resumo Desde uma ampla perspectiva clínica, a Psicologia reúne várias formas possíveis de intervenção. Dentre elas, estão as práticas psicoeducativas que, desenvolvidas a partir do século passado, ganham contornos de maior importância durante a pandemia. Em aliança com uma proposta formal de psicoterapia ou utilizadas separadamente, as práticas psicoeducativas buscam efeitos terapêuticos. A pergunta se esses efeitos são encontrados nessas práticas tem sido respondida afirmativamente. De acordo com as abordagens apresentadas em cada capítulo desse livro, são encontradas respostas diferenciadas, mas todos os capítulos respondem sim para os efeitos terapêuticos, identificando práticas psicoeducativas isoladas ou em conjunto com abordagens psicoterápicas. Afirmam, sobretudo, que a psicoeducação pode fornecer ferramentas para gerir, lidar e viver em condições variadas, ao facilitar mudanças de vida, em diferentes momentos do ciclo vital. Desse modo, esse livro defende a ideia de que promover práticas psicoeducativas é uma forma de democratizar o acesso ao conhecimento psicológico, a fim de transformar pessoas, grupos e comunidades, contribuindo para trajetórias saudáveis de desenvolvimento psicológico.

Editora CRV

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

<https://www.editoracrv.com.br/produtos/detalhes/38733-praticas-psicoeducativas-brmodos-de-pensar-e-de-fazer>

Data de publicação 2024



LL 07 | Racismo e Desenvolvimento Humano

Luciana Dutra-Thomé

Resumo Quais os impactos da exposição ao racismo nas trajetórias de desenvolvimento de crianças, jovens, adultos(as) e idosos(as) no Brasil? Os principais manuais de referência em psicologia do desenvolvimento são internacionais, e ainda é ausente no campo uma obra voltada para uma das mazelas mais marcantes da história brasileira: o racismo. Demandadas constantemente por estudantes de graduação, e em um contexto de aumento das tensões raciais emergentes em todo o mundo, esse material se tornou urgente. As organizadoras da presente obra, em conjunto com os autores que se desafiaram a propor capítulos para esta, entendem que nossos objetivos com este livro têm implicações científicas e políticas. A mensagem mais importante é que o estabelecimento de uma agenda em psicologia do desenvolvimento nunca será possível sem um compromisso com o estudo da raça como um marcador social indispensável da ontogenia humana e dos impactos do racismo em qualquer sociedade. Esperamos que este livro seja uma ferramenta útil para aqueles que estão dispostos a dar este primeiro passo.

Editora Edufba

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

55 (71) 3283-6160 | Fax: 55 (71) 3283-6164 ; <https://edufba.ufba.br/>

Data de publicação 2023



LL 08 | Ser e tornar-se mãe: Parentalidade e Maternidade Lésbica, Negra e Adolescente

Ana Cunha, Bruna Mendes Roza Rodrigues

Resumo O livro, *Ser e Tornar-se Mãe: Parentalidade e Maternidade Lésbica, Negra e Adolescente*, pretende provocar reflexões aos leitores sobre o que é “ser mãe” e “tornar-se mãe” em processos de construção de maternidades e parentalidades em contextos de maior vulnerabilidade psicossocial em virtude de estigmas e preconceitos que sustentam as desigualdades de gênero no Brasil e no mundo. Revisitando um percurso sócio-histórico-cultura, que constitui as dinâmicas psíquicas, pessoais e sócio-familiares do nascimento do humano, os capítulos desse livro buscam promover uma reflexão crítica sobre o universo da maternidade vivenciada por grupos psicossocialmente vulneráveis, como a mãe adolescente, a mãe negra e a mãe lésbica. Ao longo dos capítulos, as discussões propostas são argumentadas baseadas numa perspectiva de desconstrução do papel feminino contemporâneo, tanto para a parentalidade, como para os atuais arranjos familiares contrários a um modelo tradicionalmente patriarcal. Considera-se este livro uma obra fundamental para se discutir sobre temas atuais e provocativos relacionados à formação familiar e a maternidade contemporânea, os quais, mesmo com avanços, ainda esbarram em muitas resistências sociais, políticas e ideológicas.

Editora Editora Maternarte

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

WhatsApp (21) 998375309

Data de publicação 2024



LL 09 | Temas em Psicologia Pediátrica

Marina Menezes, Maria Aparecida Crepaldi,
Maria Beatriz Martins Linhares,
Gimol Benzaquen Perosa,
Claudia Maria Gaspardo,
Ana Cunha,
Ana Emília Vita Carvalho

Resumo A infância e a adolescência são etapas do desenvolvimento humano marcadas por grandes mudanças no âmbito físico, cognitivo e psicossocial. E o ambiente no qual essas etapas são desenvolvidas é de crucial importância para um desenvolvimento saudável e funcional. A Psicologia Pediátrica, se constitui em um campo de conhecimento e de aplicação do saber psicológico que contempla vários domínios: ciclo evolutivo vital, psicopatologia do desenvolvimento, avaliação da criança, do adolescente e da família. Além de implementar sistemas de avaliação e estratégias de intervenção para prevenção de agravos ao desenvolvimento de aspectos sociais que possam afetar negativamente a criança, o adolescente e a família. Esta obra, Temas em Psicologia Pediátrica - 2ª edição, reúne uma coletânea de estudos de várias Universidades brasileiras que se dedicam a saúde psicológica da criança, do adolescente e da família. A obra está organizada em sete capítulos: capítulo 1 - Modalidades de atuação do psicólogo em Unidades Pediátricas; capítulo 2 - Aspectos psicológicos na comunicação médico-paciente no setting pediátrico; 3 - A relevância da avaliação psicológica na clínica pediátrica; capítulo 4 - Psicologia pediátrica e neonatologia de alto risco: promoção do desenvolvimento de bebês nascidos pré-termo; capítulo 5 - Adesão ao tratamento em psicologia pediátrica; capítulo 6 - Avaliação das estratégias de enfrentamento da hospitalização em crianças com câncer; capítulo 7 - Psicologia da saúde da criança aplicada à odontologia. Esperamos que esta obra possa auxiliar na prática dos psicólogos e contribuir para o fortalecimento da Psicologia Pediátrica no Brasil.

Editora Editora Maternarte

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

https://linktr.ee/editoramaternarte?utm_source=linktree_profile_share

Data de publicação 2024



LL 10 | Teoria da Subjetividade e Epistemologia Qualitativa: pesquisas e práticas profissionais

Maristela Rossato,
Geane de Jesus Silva

Resumo O conteúdo do livro “Teoria da Subjetividade e Epistemologia Qualitativa: pesquisas e práticas profissionais” e abarca as palestras realizadas durante o II Simpósio Ibero-americano e IV Simpósio Nacional de Epistemologia Qualitativa e Teoria da Subjetividade nos dias 20, 21, 27 e 28 de outubro de 2023, cujo tema central foi a Teoria da Subjetividade e a Epistemologia Qualitativa nas práticas profissionais e nas pesquisas em diferentes contextos. O foco está na abordagem da obra e do pensamento do psicólogo cubano Fernando González Rey, idealizador e principal representante da teoria, a partir de trabalhos de pesquisa de autores brasileiros, cubanos, colombianos e espanhóis. O livro se estrutura em dez capítulos: um introdutório e os demais em quatro partes. A primeira trata das Práticas profissionais em educação; a segunda, das Contribuições da Teoria da Subjetividade às práticas profissionais nos campos jurídico, do trabalho e das organizações; a terceira, das Práticas psicoterapêuticas orientadas pela Teoria da Subjetividade; a quarta parte aborda a Teoria da Subjetividade e os fundos de identidade, a saúde mental e a subjetividade social no contexto escolar. Um dos aspectos mais relevantes do livro está em mostrar o crescimento e consolidação atingidos pela Teoria da Subjetividade no âmbito Ibero-americano nesses vinte e cinco anos, desde a publicação do livro *Epistemología cualitativa y subjetividade* (1997), mesmo depois do decesso físico de seu criador, Fernando González Rey, em março de 2019.

Editora Alínea

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

maristelarossato@gmail.com (com desconto) OU <https://www.grupoatomoealinea.com.br/teoria-da-subjetividade-e-epistemologia-qualitativa-praticas-profissionais-e-pesquisas.html?fbclid=IwY2xjawEnACBLEHRuA2FlbQlXMQABHczLbOSIL9CV-XsEnNZGh3w2oOKlxVwjb1nlxf>

Data de publicação julho de 2024



LL 11 | Violência em Tela: Crimes Virtuais e Digitais contra Crianças e Adolescentes

Bárbara Cristina Soares Sena,
Alex Sandro Gomes Pessoa,
Haryadny Kamylla Macedo Muniz

Resumo As tecnologias de informação (TICs) têm intermediado a vida cotidiana e as relações sociais cada vez mais. Isso acontece especialmente na população que mais acessa a internet, crianças e adolescentes. Este grupo faz uso das TICs para a grande maioria de suas atividades diárias, incluindo fins educativos, lazer, entretenimento, para se relacionar etc. No entanto, este contato contínuo e prolongado com as TICs e redes sociais pode expor a população infantil e juvenil a uma série de riscos e violências, acarretando em desfechos desenvolvimentais negativos. A exposição a violência no contexto virtual pode gerar prejuízos escolares, quadros psicopatológicos, isolamento social, ideação suicida, comportamento autolesivo e até mesmo levar ao suicídio. Apesar dos diversos prejuízos, às formas de manifestação da violência no contexto virtual são, ainda, pouco discutidas no meio científico. Pensando nisso, a presente obra teve como objetivo instrumentalizar o leitor acerca das diversas formas de exposição à violência no contexto virtual. A partir de pesquisas empíricas e bibliográficas, diversos estudiosos abordam as TICs e temas como comportamento autolesivo, instigação ao suicídio, sexting, divulgação não consensual de imagens íntimas na adolescência, perseguição virtual, cyberbullying, exploração sexual infantil, pornografia infantil e atos infracionais.

Editora Appris

Link para venda do livro ou e-mail de contato para aquisição

<https://editoraappris.com.br/produto/violencia-em-tela-crimes-virtuais-e-digitais-contra-criancas-e-adolescentes/>

Data de publicação 19 de julho de 2022

Realização



ABPD

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PSICOLOGIA
DO DESENVOLVIMENTO

Apoio



Unifor



CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



CAPES



Conselho
Federal de
Psicologia



F U N C A P

Organização



AIRÁ
EVENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS